Nickerie

Sipaliwini

Albina

MOBILIDADES TRANSGRESSORAS, GEOGRAFIAS IGNORADAS:

itinerários e emaranhamentos envolvendo territorialidades de garimpeiros no Suriname

Belenzinho

Rafael da Silva Oliveira

Prof. Dr. Francisco Capuano Scarlato (orientador)

Baixada do Maranhão

Saramacca

Tossokreek

Paramaribo

Boa Vista

Parav

Belém

Brokopondo

Novembro
2013

Benzdorp

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA

RAFAEL DA SILVA OLIVEIRA

MOBILIDADES TRANSGRESSORAS, GEOGRAFIAS IGNORADAS:
itinerários e emaranhamentos envolvendo territorialidades de garimpeiros no Suriname

Versão revisada

São Paulo
2013

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA

RAFAEL DA SILVA OLIVEIRA

MOBILIDADES TRANSGRESSORAS, GEOGRAFIAS IGNORADAS:
itinerários e emaranhamentos envolvendo territorialidades de garimpeiros no Suriname

Versão revisada

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Geografia Humana do Departamento de
Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e
Ciências Humanas da Universidade de São Paulo
para obtenção do título de Doutor

Orientador: Prof. Dr. Francisco Capuano Scarlato

São Paulo
2013

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTES
TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO,
PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

**Esta pesquisa, para obtenção do título de doutor em Geografia Humana, contou com
apoio financeiro da:**

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) – Programa de
Formação Doutoral Docente (Prodoutoral) e Programa Institucional de Doutorado Sanduíche
no Exterior (PDSE);

Universidade Federal de Roraima (UFRR), concedendo afastamento integral remunerado para
o autor durante 42 meses ininterruptos.

**Esta tese de doutorado foi elaborada utilizando software livre
(LibreOffice, Inkscape e gvSIG).**

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

O48m Oliveira, Rafael da Silva
Mobilidades transgressoras, geografias ignoradas:
itinerários e emaranhamentos envolvendo
territorialidades de garimpeiros no Suriname /
Rafael da Silva Oliveira ; orientador Francisco
Capuano Scarlato. - São Paulo, 2013.
400 f.

Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras
e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
Departamento de Geografia. Área de concentração:
Geografia Humana.

1. Geografia Humana. 2. Mineração em pequena
escala. 3. Suriname. 4. Migração internacional. I.
Scarlato, Francisco Capuano, orient. II. Título.

FOLHA DE APROVAÇÃO

Rafael da Silva Oliveira

Mobilidades transgressoras, geografias ignoradas: itinerários e emaranhamentos envolvendo territorialidades de garimpeiros no Suriname

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Geografia Humana do Departamento de
Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e
Ciências Humanas da Universidade de São Paulo
para obtenção do título de Doutor

Área de Concentração: Geografia Humana

Aprovado em: **30/01/2014**

Banca Examinadora

Prof. Dr. Francisco Capuano Scarlato (orientador)
Departamento de Geografia
Universidade de São Paulo (USP)

Prof.ª Dr.ª María Mónica Arroyo
Departamento de Geografia
Universidade de São Paulo (USP)

Prof. Dr. André Roberto Martin
Departamento de Geografia
Universidade de São Paulo (USP)

Prof. Dr. Helion Póvoa Neto
Instituto de Planejamento Urbano e Regional
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Prof. Dr. Miguel Angelo Campos Ribeiro
Departamento de Geografia Humana
Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

Para Nessa e Biel, por serem tudo numa coisa só.

AGRADECIMENTOS

“Milagres acontecem quando a gente vai à luta”
(Sérgio Vaz, poeta brasileiro)

Tudo é encontro, como diz Gilles Deleuze. A história desta tese também não é diferente, pois foi intensamente construída, como ensina Doreen Massey, pelo cruzamento de inúmeras trajetórias. A ventania que movimentava a confusão das minhas ideias foi sendo conectada e estimulada por diversos encontros, tanto humanos quanto não humanos: com livros e artigos que me mostravam diariamente o que de violento e maravilhoso existe para muito além de minhas apressadas interpretações; com a leitura angustiante dos *e-mails* enviados pelo setor de Pós-Graduação da Universidade de São Paulo (USP), que, como uma amulheta virtual, me avisava mensalmente que os dias despencavam no meu “prazo”; com amigos e familiares, que religiosamente me faziam as perguntas mais difíceis de responder – por exemplo, “como anda a tese?” ou “quando irá defender?”; com geógrafos, parceiros de escrita e pesquisa, que gentilmente enviavam artigos e me ajudavam em algumas dúvidas sobre determinados “nós” em algumas traduções; com professores (que sempre serão vistos por mim como meus professores), que generosamente cederam parte de seu tempo para discutir comigo dúvidas e pontos estratégicos das minhas inquietações. Enfim... sempre encontros.

De alguma maneira, a história de cada encontro está intimamente relacionada com os itinerários que percorri durante toda a trajetória no curso de doutorado. Por isso, pelos felizes encontros com diversas pessoas, revisito os diferentes lugares por onde passei para externar os meus sinceros agradecimentos:

– **Boa Vista**, carinhosamente chamada de BV, lugar onde idealizei a tese e finalizei a redação. Nessa cidade, tão quente e rente à linha do equador, tive a felicidade de receber o apoio dos meus colegas do Instituto de Geociências da Universidade Federal de Roraima (UFRR). Dentre eles, não posso deixar de mencionar os nomes dos professores Antônio Tolrino de Rezende Veras, Stélio Soares Tavares Júnior, Luiza Câmara Beserra Neta, Vladimir de Souza, Carlos Sander e Fábio Wankler, pelo constante incentivo ao longo destes quatro anos; e ao professor Artur Rosa Filho, pela acolhida amiga durante as paradas em Roraima e leitura crítica da versão inicial da tese. Ainda na UFRR, aos servidores da Pró-

Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, por terem resolvido todos os trâmites burocráticos do meu afastamento.

– **São Paulo**, ou melhor, Universidade de São Paulo... sem dúvidas, a realização de um sonho distante. Nesse lugar, de intenso convívio acadêmico, sou muito grato aos professores Júlio Cesar Suzuki, Amalia Inés Geraiges de Lemos e María Laura Silveira, pela acolhida e incentivo que recebi durante o curso; à professora María Mónica Arroyo, pela enriquecedora experiência intelectual que tive ao longo da disciplina “Território e Circulação”, pelas valiosas sugestões e críticas durante a qualificação e, principalmente, por sua singular amabilidade e generosidade em todas as oportunidades nas quais dialogamos sobre a minha pesquisa; ao professor André Roberto Martin, por importantes observações e comentários durante o meu exame de qualificação; e à coordenação e à secretaria do Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, pela presteza na resolução das minhas demandas ao longo destes quatro anos. Ainda na USP, fui presenteado pela convivência com Everaldo Batista da Costa, ex-aluno do doutorado e atualmente professor da Universidade de Brasília (UnB). Em pouco tempo, construímos uma amizade motivada pelo diálogo acadêmico e pela convergência de interesses. Nossa afinidade e ritmo de trabalho culminaram na organização de um livro em homenagem ao nosso mestre Francisco Capuano Scarlato, intitulado *As cidades entre o “real” e o imaginário: estudos no Brasil* e publicado pela Editora Expressão Popular em 2011. Na reta final, também pude contar com a minuciosa leitura realizada por Mauro Celso Destácio, a quem agradeço pelo apoio e disposição.

– **Miami**, novas leituras e horizontes teóricos. A experiência do doutorado sanduíche na University of Miami, etapa fundamental em minha formação intelectual e cultural, sem dúvida só foi possível graças à acolhida do professor Juan Miguel Kanai. Sou muito grato por nossos encontros semanais, tanto para discussão da tese quanto durante a disciplina “Latin American Urban Cultures”. A cordialidade e a forma não hierárquica como o professor Miguel sempre me tratou contribuíram para criar um ambiente propício de parceria de trabalho, culminando em algumas importantes publicações em coautoria, com grandes expectativas de continuidade após o doutorado. Ademais, minha adaptação e dificuldades iniciais foram suavizadas graças a sua constante ajuda e amizade durante os 10 meses em que estive estudando nos Estados Unidos. Muito obrigado, professor Miguel, por todo o apoio e estímulo acadêmico. Agradeço, também, aos professores Ariel C. Armony, diretor do Center for Latin American Studies, e Douglas O. Fuller, chefe do Department of Geography and Regional Studies, por oferecerem a infraestrutura necessária para o desenvolvimento da minha

pesquisa; e ao professor Steven F. Butterman, diretor do Women's and Gender Studies Program, pelas animadas conversas, incentivo e oportunidades para expor os resultados da minha pesquisa. Por fim, não poderia deixar de agradecer ao tratamento que recebi dos funcionários da biblioteca da University of Miami, pois não pouparam esforços para auxiliar na minha pesquisa. Em algumas ocasiões, chegaram a buscar livros em bibliotecas do Canadá e da Inglaterra para suprir minhas necessidades.

– **Suriname**, histórias e experiências inesquecíveis. Esse país, marcado pela diversidade étnica e cultural, de vários rostos, línguas e origens, foi o lugar onde eu mais vezes estive nestes últimos quatro anos. Todas as pesquisas de campo, entre garimpos, corrutelas e cidades, me proporcionaram um ganho cultural que influenciaram, sobremaneira, tanto na minha vida pessoal quanto na redescoberta do meu modo de pensar e fazer Geografia. Grande parte dessas mudanças eu devo aos incontáveis garimpeiros que tive a oportunidade de conhecer (não somente no Suriname, mas em quase todos os lugares por onde passei durante as pesquisas de campo) e que, em meio às conversas descompromissadas e entrevistas, dividiram suas histórias de vida comigo. MUITÍSSIMO obrigado por confiarem a mim parte de suas angústias, dificuldades, projetos pessoais e esperanças. Dentre eles, ressalto meu agradecimento especial ao José Paulo Ribeiro, por abrir as primeiras portas, pelo auxílio logístico em alguns momentos e, inclusive, por ter me ensinado as primeiras palavras de sranantongo que aprendi. Estou finalizando a tese com a certeza de que fiz muitos amigos por onde passei e, seguramente, Zé Paulo é um deles. Além dos garimpeiros, estendo minha gratidão aos muitos brasileiros que vivem no Suriname e que tive a oportunidade de conhecer e conviver nestes últimos quatro anos; à Embaixada do Brasil em Paramaribo – em especial na figura de Rômulo Figueira Neves, diplomata e segundo secretário –, por ter oportunizado encontros que eu não seria capaz de conseguir sozinho; a Hermien Gaikhorst, pela ajuda inicial como tradutora de holandês para português; e aos funcionários do Geologische Mijnbouwkundige Dienst (GMD) e do Algemeen Bureau voor de Statistiek (ABS), pelo fornecimento de documentos e informações imprescindíveis para o desenvolvimento da pesquisa. No que diz respeito ao apoio acadêmico, tive a feliz oportunidade de atuar como *research scholar* pela Stichting Institute for Graduate Studies & Research (IGSR) na Anton de Kom Universiteit van Suriname (AdeKUS), em 2010. Durante esse período, os valiosos diálogos com os professores Jack Menke e Andrea Jubithana Fernand foram importantes para aprofundar meus conhecimentos sobre o Suriname.

– **Guiana**, país onde encontrei as maiores dificuldades e, ainda, contraí duas malárias durante as pesquisas de campo. No entanto, muitos desses problemas foram superados, especialmente, por conta da ajuda do Carlos Todd, geólogo da Guyana Geology & Mines Commission (GGMC).

– **Saint-Laurent-du-Maroni** e **Saint-Georges-de-l’Oyapock**, poucas viagens, porém intensamente proveitosas. Devo o sucesso das pesquisas de campo na Guiana Francesa ao grande apoio que recebi do pastor Gedeão Marques Reis, na fronteira com o Suriname; e da embaixadora Ana Lélia Beltrame, na fronteira com o Brasil.

– **Macapá** e **Oiapoque**, a outra “porta de entrada”. Minha passagem por essas cidades, seguramente, foi facilitada pela relevante ajuda do amigo Gutemberg Vilhena Silva, professor da Universidade Federal do Amapá (Unifap), tanto por me acolher em sua casa quanto pelo suporte oferecido durante minhas mobilidades e visitas institucionais.

Na oportunidade, destaco também minha imensa gratidão àquelas pessoas e instituições que, de alguma forma, me acompanharam por todos os lugares em que passei e, por isso, foram extremamente cruciais nesta importante etapa da minha vida pessoal e acadêmica.

Em primeiro lugar, ao professor Francisco Capuano Scarlato. Não tenho palavras para expressar o apreço e admiração que tenho por meu orientador. Na realidade, tive mais que um orientador... ganhei um amigo, um segundo pai, um psicólogo. A ele devo tantos agradecimentos que não seria possível encaixar nestas poucas linhas, mas existem alguns que gostaria de destacar: obrigado por insistir em me ensinar sobre a importância de buscarmos, cotidianamente, uma relação cada vez mais íntima com o mundo; e, particularmente, pela preocupação em sempre me alertar para a necessidade de elaborar uma tese que concilie rigor teórico-metodológico com a ousadia de buscar novas interpretações e diálogos, para pensarmos a imbricada relação entre o “real” e o imaginário. Professor Scarlato, jamais esquecerei as adoráveis tardes com inspiradoras discussões sobre a minha tese enquanto tomávamos café na Livraria Cultura do Conjunto Nacional... obrigado por tudo!

Ao professor Miguel Angelo Ribeiro, amigo que tive a oportunidade de conhecer, aos 18 anos de idade, quando ainda era aluno iniciante do curso de Geografia. Tenho profunda admiração, carinho e respeito pelo professor Miguel Angelo, além da honra de ter recebido dele grande parte da minha formação intelectual. Além disso, sou muito grato pelo intenso estímulo que recebi, desde o início, para seguir meus próprios caminhos, pois, como ele sempre insistia em dizer: “seus pés caminham onde sua cabeça quer”. Creio que nunca será

possível agradecê-lo à altura de sua importância, pois o Miguel Angelo foi o primeiro professor que acreditou que eu poderia ir além do curso de graduação e da minha antiga profissão de garçom. Já se passaram 16 anos, mas ainda convivemos, frequentemente, dialogando sobre teoria e método da Geografia, além de até hoje trabalharmos e escrevermos em parceria. Se não bastasse, tive o privilégio de poder contar com sua ajuda e generosidade durante todas as etapas da minha vida acadêmica... no doutorado não seria diferente: muito obrigado!

Aos orientadores dos mestrados que cursei, professor Carlos Alberto Franco da Silva, na Universidade Federal Fluminense, e professora Rosa María Verdugo Matés, na Universidade de Santiago de Compostela – agradeço pelos ensinamentos que carregarei comigo para sempre e, sobretudo, pela maneira carinhosa com que vocês incentivam minha carreira.

Aos professores especiais com quem tive a felicidade de estudar, por terem influenciado fortemente na minha formação intelectual e que, até hoje, me inspiram. No Centro Universitário Moacyr Sreder Bastos (graduação): Araci Machado Guimarães, João Baptista Ferreira de Mello, Carla Bernadete Madureira Cruz, Álvaro Henrique de Souza Ferreira e Khalil Antonio Dib; na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (especialização): Gilmar Mascarenhas de Jesus, Zeny Rosendahl e Mônica Sampaio Machado; na Universidade Federal Fluminense (primeiro mestrado): Márcio Piñon de Oliveira, Rogério Haesbaert, Ruy Moreira e Rui Erthal; na Universidade de Santiago de Compostela (segundo mestrado): Francisco Xosé Armas Quintá, Xosé Carlos Macía Arce, Rubén Camilo Lois González e Belén María Castro Fernández.

Ao professor Helion Póvoa Neto (UFRJ), por ter aceitado participar da banca examinadora desta tese de doutorado. Além disso, sou grato por suas valiosas sugestões, concernentes à melhor maneira de articular e esclarecer termos específicos das territorialidades dos garimpeiros ao longo do texto – contribuições estas que foram, muito gentilmente, oferecidas durante o nosso encontro no seminário sobre migrações na Pan-Amazônia, ocorrido na Ufam, em 2010.

Aos alunos do curso de Geografia da Universidade Federal de Roraima – em especial meus orientandos, João Luiz da Silva e Anderson do Nascimento Menezes –, pela amizade e auxílio nos primeiros trabalhos de campo; aos integrantes do grupo de estudos que coordeno sobre mobilidades, com quem tenho discutido e traduzido textos (encontros que, infelizmente, foram interrompidos durante o meu afastamento). Também convém incluir os alunos com

quem tive a oportunidade de conviver em todas as outras faculdades/universidade onde trabalhei no Rio de Janeiro, antes de passar no concurso da UFRR (Faculdades Integradas Simonsen, Fundação Educacional Unificada Campograndense, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Duque de Caxias, Universidade Iguaçu e Fundação Educacional da Região dos Lagos). Enfim, a todos os meus alunos de ontem, hoje e sempre, muito obrigado pelos debates enriquecedores e inquietantes, durante as nossas aulas, contribuindo para intenso amadurecimento e troca de experiências.

À Maria Elaine Andreoti, que nos últimos três anos tem disponibilizado parte de seu precioso tempo para realizar a leitura atenta, crítica e propositiva de todos os meus textos acadêmicos. Além disso, sou muito grato por seus e-mails, não somente dirimindo minhas dúvidas, mas, especialmente, com palavras de incentivo e inspiração. Por essa e outras, faço votos para que nossa parceria de trabalho perdure por muitos anos...

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), pela essencial ajuda financeira para viabilizar minha pesquisa sobre os garimpeiros no Suriname (bolsa Prodoutoral) e o doutorado sanduíche nos Estados Unidos (Programa Institucional de Doutorado Sanduíche no Exterior).

À Universidade Federal de Roraima (UFRR), por me conceder afastamento remunerado para realizar toda a pesquisa de doutorado. Espero conseguir oferecer o retorno para a comunidade roraimense à altura do investimento, contribuindo especialmente para a melhoria do curso de Graduação em Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia (mestrado) que existe em nossa universidade.

Agradeço imensamente aos meus pais, Matilde da Silva Oliveira e Jonh Wayne Arruda de Oliveira; às minhas irmãs, Juliana da Silva Oliveira e Fabiana da Silva Oliveira; e ao irmão que a vida me deu, Milton José de Carvalho Júnior. Muito obrigado pelo constante apoio, carinho e incentivo durante todos os momentos de dificuldades! Não é possível mensurar e agradecer o peso positivo que vocês possuem em minha vida, pois devo grande parte do que sou e, principalmente, o que há de mais intacto no meu caráter a vocês.

A Vanessa Rangel Miranda Oliveira, meu porto seguro, onde está minha referência e o sentido de todas as coisas em que acredito. Quantas histórias e dificuldades nós passamos juntos, nesses quase nove anos de casamento e 13 de parceria! Obrigado por estar sempre ao meu lado e ter sido o equilíbrio emocional para que eu pudesse concluir a redação da tese de doutorado. Sem a menor dúvida, esta conquista também é sua! Aproveito ainda para pedir desculpas pelos vários meses em que fiquei ausente, inclusive pela constante preocupação que

lhe fiz passar, tanto nos períodos em que permaneci nas áreas de garimpo quanto durante os tratamentos de saúde para me recuperar das duas malárias que, infelizmente, contrái durante as pesquisas de campo. Espero poder compensar essa dívida o quanto antes...

Ao meu filho, Gabriel Rangel Oliveira, que foi gerado, nasceu, cresceu e completou 4 anos junto com a tese de doutorado. O seu sorriso e sua alegria de viver foram a luz que inspirou e motivou cada palavra escrita aqui.

A Deus, por ter me dado força e coragem para concluir esta difícil etapa da minha vida acadêmica e, sobretudo, por ter conspirado a meu favor, oportunizando os encontros com os anjos que mencionei neste agradecimento e tantos outros, não registrados, mas que direta ou indiretamente me ajudaram até aqui.

Ao finalizar os agradecimentos, ressalto que todos os nomes supramencionados estão totalmente isentos da responsabilidade sobre opiniões, conteúdos e imperfeições emitidos em nossa tese.

Seria mais fácil fazer como todo mundo faz.
O caminho mais curto, produto que rende mais.
Seria mais fácil fazer como todo mundo faz.
Um tiro certo, modelo que vende mais.
(...)

Mas nós vibramos em outra frequência,
sabemos que não é bem assim.
Se fosse fácil achar o caminho das pedras,
tantas pedras no caminho não seria ruim
("Outras frequências", Humberto Gessinger).

“Desordem nos espaços tempestuosos do meu cérebro”
[“Disorder in the windy spaces of my brain”]
(SIBLEY, 1981, p.10).

“Jamais esquecerei o que de violento e de maravilhoso se liga a vontade de abrir os olhos,
de ver de frente *o que acontece, o que é*”
[“Je n'oublierai jamais ce qui se lie de violent et de merveilleux à la volonté d'ouvrir les yeux,
de voir en face *ce qui arrive, ce qui est*”]
(BATAILLE, 1987, p.260).

“O mundo é formado não apenas pelo que já existe, mas pelo que pode efetivamente existir”.
(SANTOS, 2011, p.160).

“Tudo é apenas encontro no universo, bom ou mau encontro”
[“Everything is simply an encounter in the universe, a good or a bad encounter”]
(DELEUZE; PARNET, 1987, p.60).

“(…) já não nos ajuda tanto dizer que o espaço ‘se esvaziou’; importa entender
sua nova configuração, como ele é ‘preenchido’”
(ORTIZ, 2005, p.53).

RESUMO

OLIVEIRA, Rafael da Silva. **Mobilidades transgressoras, geografias ignoradas: itinerários e emaranhamentos envolvendo territorialidades de garimpeiros no Suriname.** Tese (Doutorado) – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Orientador: Francisco Capuano Scarlato. São Paulo, 2013. 400 p.

Desde o final dos anos 1980, o Suriname presencia um fluxo migratório, sem precedentes, de brasileiros em direção ao seu território. A corrida do ouro é o principal fator que vem atraindo levadas de garimpeiros e redirecionando, também, toda a rede que o garimpo agrega. A mineração é uma atividade de grande importância econômica para o Suriname, já que sua economia é altamente dependente da extração aurífera, sendo majoritariamente desenvolvida de modo informal e, sobretudo, por brasileiros que vivem nesse país em situação irregular. Assim, nesta tese analisamos as mobilidades dos garimpeiros, no e para o Suriname, atreladas à mineração do ouro em pequena escala, levando em conta que tais dinâmicas estão imersas em variados contextos multiterritoriais, além de envolverem distintos agentes com interesses convergentes e/ou divergentes. A metodologia utilizada inclui pesquisa de campo nas principais cidades que fazem parte desses itinerários – tanto no Brasil quanto nos demais países do Platô das Guianas –, assim como nas áreas de garimpo situadas na floresta amazônica surinamesa, além de levantamento de bibliografia secundária, consulta de documentos oficiais em arquivos, bibliotecas e órgãos do governo e demais fontes de arquivamento. Juntamente com a contribuição da pesquisa empírica original sobre as implicações transnacionais da mineração do ouro na Bacia Amazônica, a presente tese propõe a exploração teórica das territorialidades emergentes e suas consequências em meio à multiterritorialidade, além dos respectivos processos territoriais implicados nela, a partir da interpretação dessas complexas mobilidades transgressoras. Desse modo, demonstramos que os garimpeiros estão inseridos em assimétricas relações de poder e variados quadros morais que envolvem, dentre outros, populações tradicionais, agentes do capital privado atrelados à mineração em média/grande escala e o Estado. A coexistência e a sobreposição dessas múltiplas lógicas territoriais influenciam decisivamente nas negociações, tensões e conflitos, redefinindo regras, interações e significados, tanto nos territórios da garimpagem quanto nos demais setores da mineração do ouro.

Palavras-chave: multiterritorialidade; mobilidades; territorialidades dos garimpeiros; garimpagem aurífera; Suriname.

ABSTRACT

OLIVEIRA, Rafael da Silva. **Transgressive mobilities, ignored geographies: itineraries and entanglements involving territorialities of *garimpeiros* in Suriname.** Thesis (Ph.D.) – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Advisor: Francisco Capuano Scarlato. São Paulo, 2013. 400 f.

Since the late 1980s, Suriname has been experiencing an unprecedented flow of Brazilian immigrants into its territory. The gold rush has been the main factor attracting waves of *garimpeiros* and redirecting the entire network related to mining. Mining is of great economic importance for Suriname. The economy is highly dependent on gold extraction, which for the most part has been developed informally and primarily by irregular Brazilian immigrants. Therefore, in this thesis, we analyzed mobilities of *garimpeiros* associated with small-scale gold mining in and toward Suriname. We considered these dynamics as embedded within diverse multi-territorial contexts, involving particular agents with convergent and or divergent interests. The methodology applied in this study included field research in the main cities that form part of these itineraries. These cities are located in Brazil and other countries in the Guiana Shield, as well as in mining areas in the Surinamese Amazon forest. In addition, we conducted secondary research, which included consulting official documents in archives, libraries, government institutions, and other archival resources. In combination with the original empirical research concerning the transnational implications of gold mining in the Amazon basin, we aimed to theoretically explore emergent territorialities and their consequences in a multi-territory setting, as well as the respective territorial processes involved in it (starting from interpretations of complex transgressive mobilities). We thus demonstrated that *garimpeiros* are caught up in asymmetrical power relationships and diverse moral frameworks involving agents such as traditional populations, agents of private capital involved in medium- or large-scale mining initiatives, and the State. The coexistence and intersections of multiple territorial logics decisively influence negotiations, tensions, and conflicts. In addition, they redefine rules, interactions, and meanings in mining territories, as well as other areas related to gold mining.

Keywords: multi-territoriality; mobilities; territorialities of *garimpeiros*; gold mining; Suriname.

SAMENVATTING

Rafael DA SILVA OLIVEIRA, **Transgressieve mobiliteiten, genegeerde aardrijkskunde; Routes en verstrikkingen van territorialiteiten van *garimpeiros* in Suriname.** Proefschrift (Doctoraal) – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Adviseur: Francisco CAPUANO SCARLATO. São Paulo, 2013. 400 p.

Sinds het einde van de jaren tachtig van de vorige eeuw kent Suriname een migratie zonder precedenten van Brazilianen in de richting van zijn grondgebied. De goudkoorts is de voornaamste factor die veel groepen *garimpeiros* aantrekt en ook het omleiden van heel het netwerk wat delfplaatsen van goud associëert. De mijnbouw is een activiteit van groot economisch belang voor Suriname, omdat zijn economie voor een groot gedeelte afhangt van de gouddelving, voornamelijk ontwikkeld op informele wijze en vooral door Brazilianen die in dit land leven op een onregelmatig manier. Dus analyseren wij in dit proefschrift de mobiliteiten van de *garimpeiros* in en naar Suriname, gekoppeld aan de kleinschalige goudmijnbouw, er rekening mee houdend dat deze dynamieken worden ondergedompeld in verschillende multiterritoriale verbanden, buiten het feit dat zij onderscheiden vertegenwoordigers betrekken met convergente en/of divergente interessen. De gebruikte methodiek omvat veldonderzoek in de voornaamste steden die deel uitmaken van deze routes, zowel in Brazilië als in de andere landen van het Guyana-plateau alsook in de mijngebieden van het Surinaams-Amazonische Regenwoud, de toevoeging van secundaire bibliografie, consult van officiële documenten in archieven, bibliotheken, rijksorganen en andere bronnen van archivering. Samen met de bijdrage van het empirisch onderzoek over de transnationale implicaties van de gouddelving in het Amazonebekken, wil dit proefschrift de theorethische exploitatie voorstellen van emergente territorialiteiten en zijn consequenties onder de multiterritorialiteit en de verschillende territoriale processen die daarin geïmpliceerd zijn, vanaf de interpretatie van deze complexe transgressieve mobiliteiten. Op deze manier laten we zien dat de *garimpeiros* worden geplaatst in assemetrische machtsrelaties en verschillende morele kaders die, onder andere, traditionele bevolkingen insluiten, agenten van privé-kapitaal gekoppeld aan de mijnbouw in middelgrote tot grote schaal en de Staat. De co-existentie en de overlapping van deze meerdere territoriale logicas beïnvloeden op een beslissende manier in de onderhandelingen, spanningen en conflicten, interacties en betekenissen zowel van de grondgebieden van de mijnbouw als wel de andere sectoren van de goudwinning.

Trefwoorden: multiterritorialiteit; mobiliteiten; territorialiteiten van *garimpeiros*; goudhoudende mijnbouw; Suriname.

LISTA DE MAPAS

MAPA 1 – Percursos da garimpagem do tema e das pesquisas de campo para realização da tese.	37
MAPA 2 – Distritos do Suriname.....	44
MAPA 3 – Número de pesquisas de pós-graduação (dissertações e teses), por principal área estudada, com o tema “garimpo/garimpeiro”: 1990-2011.....	82
MAPA 4 – Principais áreas da corrida do ouro na Amazônia brasileira (1970-1980).	181
MAPA 5 – Aquecimento nas fronteiras envolvendo as territorialidades dos garimpeiros (1984-1992).	190
MAPA 6 – Principais grupos indígenas envolvidos nos conflitos com garimpeiros (1983-1992).	197
MAPA 7 – Início da presença dos garimpeiros e as Áreas Indígenas Yanomami (1977 e 1978).	201
MAPA 8 – Área contínua interdita (1982) e redirecionamento das mobilidades dos garimpeiros.	202
MAPA 9 – Geografia da expansão das territorializações dos garimpeiros em direção ao território Yanomami.	205
MAPA 10 – Configuração territorial após homologação das 19 áreas indígenas e de mais três reservas garimpeiras.	209
MAPA 11 – Terra Indígena Yanomami, homologada em 1992 (DECRETO de 25 de maio de 1992).	217
MAPA 12 – Geografia da guerra civil no Suriname (1986-1992).	224
MAPA 13 – Mapa promocional da Digicel, demonstrando a área de cobertura do sinal de telefonia móvel.	263
MAPA 14 – Mapa promocional da Telesur, demonstrando a área de cobertura do sinal de telefonia móvel.	264
MAPA 15 – Origem dos garimpeiros que trabalham no Suriname.....	280
MAPA 16 – Distritos do Suriname com presença de <i>greenstone belt</i>	287
MAPA 17 – Áreas de intensa mobilidade de garimpeiros e presença de garimpos.	295
MAPA 18 – Localização dos territórios indígenas e quilombolas no Suriname.....	305
MAPA 19 – Área aproximada das concessões para mineração aurífera no Suriname.....	308
MAPA 20 – Áreas protegidas no Suriname.	311

LISTA DE FOTOS

FOTO 1 – Rondônia: garimpagem de cassiterita em 1968.	162
FOTO 2 – Roraima: garimpagem na Serra do Tepequém em 1954.....	171
FOTO 3 – Manifestação na praça do Garimpeiro, em 1986, pedindo abertura da garimpagem em Surucucu, Boa Vista (RR).	204
FOTO 4 – Encontro do então presidente Collor com os yanomamis durante visita ao Projeto Calha Norte, em Roraima, março de 1990.	214
FOTO 5 – Ação da Gendarmerie e das Forças Armadas de combate à garimpagem ilegal na Guiana Francesa..	249
FOTO 6 – Centrais de rádio.	261
FOTO 7 – Aparelho adaptado pelo “instalador” de telefone (garimpo no Manlobi, Suriname).....	265
FOTO 8 – Locais e infraestruturas relacionadas com as mobilidades dos garimpeiros, partindo de Roraima, em direção ao Suriname.	269
FOTO 9 – Locais e infraestruturas relacionados com as mobilidades dos garimpeiros, partindo do Amapá em direção ao Suriname.	273
FOTO 10 – Cartazes, fotografado em corrutelas, divulgando shows e bingos	289
FOTO 11 – Piupiuzeiro realizando pesquisa nas proximidades do rio Tapanahony (área 2).	290
FOTO 12 – Garimpo de bico-jato, durante o desmonte hidráulico do barranco, em Manlobi (área 2).	292
FOTO 13 – Queima do ouro.....	293
FOTO 14 – Garimpos e corrutelas nas áreas 1 (Lawa), 3 (Langatabiki) e 5 (Saramacca).....	298
FOTO 15 – Corrutela Antônio do Brinco.....	299
FOTO 16 – Porto do Alkin: um dos vários exemplos de pequenos portos fluviais que atuam como apoio para o desenvolvimento da garimpagem aurífera.	300
FOTO 17 – Garimpos e corrutelas situados nas áreas 2 (Tapanahony), 4 (Brokopondo) e 6 (Goliath) e localização da mina Rosebel (Iamgold).	301
FOTO 18 – Vista parcial da vila Afobaka.	302
FOTO 19 – Serviço de transporte fluvial oferecido pelos quilombolas	307
FOTO 20 – Reunião, realizada em Paramaribo, para discutir sobre o tratamento aos brasileiros durante a OCS.....	328

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Os componentes do território.....	105
FIGURA 2 – Matriz de eventos selecionados e utilizados como base reflexiva.....	155
FIGURA 3 – Comportamento histórico do preço do petróleo bruto (1970-1998).....	164
FIGURA 4 – Principais rotas em direção aos garimpos da Guiana e Suriname.	267
FIGURA 5 – Custo das mobilidades Brasil→Suriname.	277
FIGURA 6 – Charge sobre a Operação Clean Sweep em Benzdorp.....	323
FIGURA 7 – Cartaz de divulgação do governo do Suriname acerca das etapas da Ordening Goud Sector.	330
FIGURA 8 – Capa das cartilhas de divulgação da Ordening Goud Sector.....	331

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – Número de teses e dissertações defendidas, por curso, com o tema “garimpos/garimpeiros”: 1990-2011.	80
GRÁFICO 2 – Preço do ouro: média anual (1968-1990).....	163
GRÁFICO 3 – Produção oficial do ouro no Brasil, considerando a participação das empresas de mineração e dos garimpos (1966-1995).....	175
GRÁFICO 4 – Produção oficial do ouro em Serra Pelada (1980-1990).....	178
GRÁFICO 5 – Produção oficial e produção estimada do ouro no Brasil proveniente dos garimpos (1980-1989), segundo dados do DNPM.	179
GRÁFICO 6 – Produção estimada do ouro, em toneladas (t), no Brasil proveniente dos garimpos (1980-1989), segundo dados do DNPM.	180
GRÁFICO 7 – Estimativa do número de garimpeiros no Brasil (1980-1990), segundo dados do DNPM.....	182
GRÁFICO 8 – Produção oficial de ouro em Roraima (1980-1996).....	216
GRÁFICO 9 – Preço do ouro: média anual (1990-2009).....	231
GRÁFICO 10 – Número total de brasileiros que entraram como turistas no Suriname (2004-2010).....	254
GRÁFICO 11 – Idade dos garimpeiros que trabalham no Suriname.	281

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Suriname: população, área e densidade populacional por distrito.	44
QUADRO 2 – Distribuição dos dias, por país, das pesquisas de campo realizadas para a tese de doutorado.	71
QUADRO 3 – Principais descobertas minerais na Amazônia (até 1967).	161
QUADRO 4 – Preço do ouro: média anual (1968-1990).	163
QUADRO 5 – Reservas criadas exclusivamente para garimpagem.	171
QUADRO 6 – Produção oficial do ouro, em toneladas (t), no Brasil e participação das empresas de mineração e dos garimpos (1966-1995).	175
QUADRO 7 – Produção estimada do ouro, em toneladas (t), proveniente dos garimpos da Amazônia (1980-1989), segundo dados do DNPM.	181
QUADRO 8 – Estimativa do número de garimpeiros na Amazônia a partir das principais áreas de garimpagem (1980-1990), segundo dados do DNPM.	184
QUADRO 9 – Primeira demarcação das áreas dos índios yanomamis em “ilhas” (decretos de 1977e 1978).	200
QUADRO 10 – Escalas de articulação e discursos dos principais agentes envolvidos nos conflitos entre as territorialidades dos garimpeiros e dos indígenas em Roraima.	207
QUADRO 11 – Número de permissões de lavra garimpeira outorgadas (1989-1995).	217
QUADRO 12 – Procedência do ouro exportado, em toneladas (t), do Suriname (2002-2009).	229
QUADRO 13 – Exportação de ouro, em toneladas (t), do Suriname (2009-2011).	230
QUADRO 14 – Preço do ouro: média anual (1990-2009).	232
QUADRO 15 – Informações importantes acerca dos tipos de concessão estabelecidos no Decreto de Mineração em vigor no Suriname (Decreto E-58, de 8 de maio de 1986).	234
QUADRO 16 – Número de não residentes que entraram no Suriname, via Aeroporto Internacional Johan Adolf Pengel, por nacionalidade (2000-2006).	251
QUADRO 17 – Número de pessoas que entraram no Suriname, via Nickerie, por nacionalidade (2000-2008).	252
QUADRO 18 – Número de brasileiros e guianenses que saíram, via Nickerie, do Suriname (2000-2008).	252
QUADRO 19 – Número total de turistas que entraram no Suriname, por país/região de residência ^(*) (2004-2010).	254
QUADRO 20 – Número total de registros, por nacionalidade, de estrangeiros residentes que entraram no Suriname (2006-2007).	255
QUADRO 21 – Número total de linhas de telefone (móvel e fixo), 2001-2009.	263
QUADRO 22 – Número estimado de quilombolas e indígenas no Suriname.	304

LISTA DE SIGLAS

ABS – Algemeen Bureau voor de Statistiek
Acir – Associação Comercial e Industrial de Roraima
AdeKUS – Anton de Kom Universiteit van Suriname
AFGR – Associação dos Faiscadores e Garimpeiros de Roraima
AIJAP – Aeroporto Internacional Johan Adolf Pengel
Apir – Associação dos Povos Indígenas de Roraima
Arikon – Associação Regional Indígena dos Rios Quinô, Cotingo e Monte Roraima
Capes – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBDL – Comissão Brasileira Demarcadora de Limites
CBL – Centraal Bureau Luchtkartering
CCPY – Comissão pela Criação do Parque Yanomami
CEE – Comunidade Econômica Europeia
CEF – Caixa Econômica Federal
CFS – Canawaima Ferry Service
CIR – Conselho Indígena de Roraima
Clas – Center for Latin American Studies
CM-40 – Código de Minas de 1940
CM-67 – Código de Mineração de 1967
CMG – Certificado de Matrícula de Garimpeiro
CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
Cobal – Companhia Brasileira de Alimentos
Codesaima – Companhia de Desenvolvimento de Roraima
COG – Commissie Ordening Goudsector
Coogar – Cooperativa de Garimpeiros de Roraima
CPRM – Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (Serviço Geológico do Brasil)
CSM – Mijnbouw Service Centra
CSN – Conselho de Segurança Nacional
CVRD – Companhia Vale do Rio Doce
DNPM – Departamento Nacional de Produção Mineral
DWT – De Ware Tijd
Farc – Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia

Fecor – Federação do Comércio

Fier – Federação da Indústria e do Comércio

Flona – Floresta Nacional

FMI – Fundo Monetário Internacional

Funag – Fundação Alexandre de Gusmão

Funai – Fundação Nacional do Índio

Fundação Brasur – Stichting Ontwikkeling Brazilianen in Suriname

GGMC – Guyana Geology & Mines Commission

GMD – Geologische Mijnbouwkundige Dienst

GSR – Golden Star Resources

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Icomi – Indústria e Comércio de Minérios S. A.

IGSR – Stichting Institute for Graduate Studies & Research

Inbra – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

JC – Jungle Commando

LAPD – Los Angeles Police Department

Meva – Missão Evangélica da Amazônia

MRE – Ministério das Relações Exteriores do Brasil

Nepecab – Núcleo de Estudos e Pesquisas das Cidades na Amazônia Brasileira

OCS – Operação Clean Sweep

OEA – Organização dos Estados Americanos

OGoudS – Ordening Goud Sector

ONG – Organização Não Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

OSL – Operação Selva Livre

PAD – Processo Administrativo Disciplinar

Pair – Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual de Crianças e Adolescentes no Território Brasileiro

Pestraf – Pesquisa sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para fins de Exploração Sexual Comercial no Brasil

PIM – Polo Industrial de Manaus

PIN – Programa de Integração Nacional

Pnad – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

POG – Projeto Ouro e Gemas

Proterra – Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste

SCF – Suriname Conservation Foundation

SEDH – Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República

SIG – Sistemas de Informação Geográfica

Sindigar – Sindicato dos Garimpeiros de Roraima

SIS Fronteiras – Projeto Sistema Integrado de Saúde das Fronteiras

SPI – Serviço de Proteção aos Índios

Stinasu – Stichting Natuurbehoud Suriname

Sucam – Superintendência de Campanhas de Saúde Pública

Telesur – Telecommunicatiebedrijf Suriname

TIY – Terra Indígena Yanomami

TS – Times of Suriname

UBC – University of British Columbia

UEA – Universidade do Estado do Amazonas

Uerj – Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Ufam – Universidade Federal do Amazonas

UFF – Universidade Federal Fluminense

UFPA – Universidade Federal do Pará

UFPE – Universidade Federal de Pernambuco

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UFRR – Universidade Federal de Roraima

UM – University of Miami

UnB – Universidade de Brasília

Unesp – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

Unido – United Nations Industrial Development Organization

Unifap – Universidade Federal do Amapá

UniMSB – Centro Universitário Moacyr Sreder Bastos

USP – Universidade de São Paulo

WWF – World Wildlife Fund

SUMÁRIO

PRÓLOGO

A “descoberta” das Guianas e a garimpagem do tema.....	27
--	----

INTRODUÇÃO

Debreando a pesquisa.....	38
Algumas palavras sobre o Suriname (e, inevitavelmente, sobre garimpo).....	43
Uma pretensão, muitas dúvidas.....	49
“Desenho” da tese.....	51

PARTE I – ESCOLHAS E RECORTES PARA CONSTRUÇÃO DE UMA REFLEXÃO GEOGRÁFICA.....

53

Capítulo 1. [Método de investigação] Técnicas e operacionalização da pesquisa.....

56

1.1 Pesquisa bibliográfica e documental.....

57

1.2 Pesquisa de Campo.....

59

1.2.1 *Etnografia móvel*.....

59

1.2.2 *Observação participante*.....

60

1.2.3 *Práticas discursivas*.....

64

1.2.4 *Princípios e cuidados éticos*.....

69

1.2.5 *Garimpando mobilidades e histórias*.....

70

Capítulo 2. [Estado da arte] Suriname, uma terra incógnita... para a geografia brasileira!..

78

2.1 Breve panorama dos temas “garimpo/garimpeiros” e “Suriname” na pós-graduação brasileira.....

79

2.2 Análise dos estudos sobre a presença brasileira no Suriname.....

84

[*****].....

93

Capítulo 3. [Marco teórico] Mobilizando ideias e influências na busca de conexões.....

95

3.1 Sobre a desordem das nossas ideias.....

96

3.2 Poder como possibilidades.....

111

3.3 (Valor) Moral, moralidade e práticas.....

116

3.4 Do entendimento de território à (outra concepção de) multiterritorialidade.....

122

PARTE II – O CONTEXTO GEO-HISTÓRICO DAS TERRITORIALIDADES DOS GARIMPEIROS NA PAN-AMAZÔNIA.....

150

Capítulo 4. Emaranhamentos favoráveis à garimpagem durante o regime militar no Brasil.....

156

4.1 Sobre o Código de Mineração de 1967.....

157

4.2 Novos eventos, novas práticas.....

160

4.3 Os números das políticas adotadas pelo governo militar: a produção do ouro e a população de garimpeiros.....

174

Capítulo 5. Das consequências às novas práticas: os garimpeiros como problema.....

185

5.1 Aumentam os números... e os problemas! Um panorama dos conflitos envolvendo as territorialidades dos garimpeiros.....

187

5.2 A corrida da garimpagem em Roraima e o conflito com os yanomamis.....

197

5.3 Contestando territórios e territorialidades: as geometrias de poder e os novos entrelaçamentos.....	206
5.4 Operação Selva Livre: a des-re-territorialização dos garimpeiros para além dos limites nacionais.....	213
Capítulo 6. Emaranhamentos favoráveis e a emergência do Suriname como “novo Eldorado”.....	220
6.1 Da instabilidade político-econômica à guerra civil (1986-1992): desterritorialização de surinameses, isolamento dos quilombolas e reterritorialização de garimpeiros.....	221
6.2 Mudam as territorialidades e territorializações, permanece o <i>Decreet Mijnbouw</i> de 1986.....	232
PARTE III – DAS CONSTELAÇÕES DE MOBILIDADES À PROBLEMÁTICA ENVOLVENDO GARIMPEIROS NO SURINAME.....	239
Capítulo 7. Mobilidades transnacionais de garimpeiros para o Suriname.....	242
7.1 Apropriações e possibilidades: formulando projetos pessoais em direção ao Suriname.....	245
7.2 O que os dados oficiais do Suriname dizem sobre essas mobilidades?.....	250
7.3 Acionando infraestruturas e lugares, abrindo poros: o longo caminho para o Suriname.....	256
7.3.1 <i>Das centrais de rádio à expansão da infraestrutura de telefonia móvel no Suriname.....</i>	258
7.3.2 <i>Percorrendo e cartografando itinerários com os garimpeiros.....</i>	266
7.4 Sobre o perfil dos garimpeiros no Suriname: origem, idade e experiências anteriores.....	278
Capítulo 8. Garimpagem e realidade multiterritorial no interior do Suriname.....	285
8.1 Entendendo as territorializações e territorialidades dos garimpeiros no interior do Suriname.....	286
8.2 O complexo contexto multiterritorial no interior do Suriname.....	303
Capítulo 9. Novos emaranhamentos, problemas similares: tensões e conflitos envolvendo as territorialidades dos garimpeiros no Suriname.....	313
9.1 Das solidariedades aos conflitos.....	314
9.2 Permanecem os conflitos no interior, mudam os discursos: da Operação Clean Sweep à Ordening Goud Sector.....	320
9.2.1 <i>A Operação Clean Sweep e o discurso negativo contra o garimpeiro</i>	322
9.2.2 <i>A Ordening Goud Sector e a construção de um novo discurso sobre o garimpeiro.....</i>	328
[*****]	335
CONCLUSÕES	
Algumas respostas e novas dúvidas para as mesmas obsessões.....	338
REFERÊNCIAS.....	349
GLOSSÁRIO.....	393

Prólogo

A “descoberta” das Guianas e a garimpagem do tema

“Grandes motivações, poucas expectativas”
(Vera Holtz, atriz brasileira)

No primeiro capítulo do livro *Spatial Formation*, Nigel Thrift (1996) fala sobre suas quatro obsessões: tempo-espço, prática, sujeito e agência. Assim como demonstrado ao longo da vasta obra do referido autor, particularmente, acreditamos que as obsessões são capazes de, no devir das ideias, mover as ambições teóricas para pensamentos, teorias e concepções que auxiliam substancialmente para entendermos melhor os mundos e as realidades.

No nosso caso, apesar de ainda estarmos cursando o doutorado, não é diferente. “Carregamos” três obsessões, desde o início de nossa formação, que estão muito presentes nesta tese: i) território e territorialização; ii) mobilidades; e iii) dinâmicas moralmente estereotipadas e, por conseguinte, geograficamente excluídas. Vale salientar que tais obsessões são consequências dos inúmeros encontros (bons e maus) e cruzamentos de trajetórias que influenciaram nossas escolhas e opções teóricas desde a graduação. Por exemplo: em nossa monografia de graduação, em que versamos acerca dos conflitos entre travestis e religiosos neopentecostais numa porção da área central de Nova Iguaçu/RJ (OLIVEIRA, 2002), elas já estavam presentes, e numa espiral vêm assumindo protagonismo, cada vez maior, em nosso modo de pensar, viver e “fazer” geografias.

Cumprе ressaltar, de saída, nossa consciência de que esta tese está muito longe de se aproximar das respostas que buscamos para tais obsessões e inquietações teóricas. Na

verdade, provavelmente nos distancia... o que julgamos ser muito bom. Entendemos que escolher interpretar o mundo a partir da geografia, ou de qualquer outro campo do conhecimento, é de antemão reconhecer que as respostas para nossas obsessões, por mais implacável que seja essa busca, de fato não acontecem: são sempre respostas parciais (ou melhor, parcialidades). Essa suspeita sobre um possível insucesso em obter respostas completas e satisfatórias para as nossas obsessões está longe de ser desestímulo, ao contrário, é o que anima nossa busca em ter e oferecer algo que, em alguma medida, interfira positivamente no mundo. Assim sendo, ao seguirmos (e perseguirmos) nossas obsessões, durante todo o processo de leitura, pesquisa e escrita da tese, vivemos um misto de incertezas e inseguranças, pois tentar construir e sugerir uma “tese” é entrar na zona de desconforto que, particularmente, não vivemos nos cursos anteriores (graduação, especialização e mestrados). Logo, podemos afirmar que escrevemos essa etapa de nossa vida acadêmica (que leva o nome de “doutorado”) em meio à desordem existente nos “espaços tempestuosos” do nosso cérebro.

Diante do exposto, é fora de dúvida que a escolha do tema foi um momento marcado por conflitos, (re)descobertas intelectivas e, sobretudo, reflexões acerca do papel/contribuição/finalidade/propósito da pesquisa *em si*. Conforme já sinalizamos, essa busca voltada à construção do objeto, delimitação do recorte empírico e elaboração do aporte teórico para produção da presente pesquisa de doutoramento está intimamente atrelada aos inúmeros encontros e cruzamentos em meio à nossa trajetória de vida. Nesse percurso em direção à definição da tese, torna-se indubitável reconhecer que a aprovação, em outubro de 2005, no concurso para o cargo de Professor Assistente no Departamento de Geografia da Universidade Federal de Roraima (UFRR) foi um marco e fator decisivo para estimular a busca de outros horizontes além da região metropolitana do Rio de Janeiro – onde ocorreu grande parte da nossa formação acadêmica e, especialmente, se desenvolveram nossas pesquisas até então.

Tais mudanças de endereço e estilo de vida não propiciaram apenas uma mobilidade corporal, mas, sobretudo, a mobilidade de nossas ideias, ângulos de análise, pontos de vista e olhares. Sendo assim, ao chegarmos a Roraima, nossa preocupação principal estava voltada para pensar a complexidade do fenômeno geográfico nessa unidade federativa, inserida na Amazônia setentrional, a partir de dois eixos temáticos principais: i) territorialidade e trabalho sexual; e ii) eixos de transporte e organização espacial. Tais temáticas abarcavam nosso principal interesse investigativo (e obsessões) desde a graduação, quando dedicamos longos anos edificando raciocínio acerca da dinâmica territorial dos travestis e trabalhadoras sexuais

na metrópole carioca, sob coordenação/orientação do geógrafo Miguel Angelo Ribeiro – durante a graduação em Geografia no Centro Universitário Moacyr Sreder Bastos (UniMSB) e a especialização em Políticas Territoriais pelo Instituto de Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj); e, posteriormente, sobre a relação entre os eixos de transporte e suas contradições na (re)organização espacial, com orientação do geógrafo Carlos Alberto Franco da Silva – durante o mestrado em Geografia na Universidade Federal Fluminense (UFF). Essa etapa de formação acadêmica se voltou especialmente à Baixada Fluminense, pois Japeri, Queimados e Nova Iguaçu eram os principais lugares que constituíam nosso mundo até os primeiros anos da década de 2000.

Em poucos meses trabalhando no Instituto de Geociências da UFRR, recebemos dois convites que foram preponderantes para o início do reconhecimento daquilo que, *a posteriori*, viria a se tornar esta pesquisa: o primeiro, pelo geógrafo José Aldemir de Oliveira e pela economista Tatiana Schor (ambos do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Amazonas – Ufam), para integrar o grupo de pesquisadores do Núcleo de Estudos e Pesquisas das Cidades na Amazônia Brasileira (Nepecab); o segundo, pela cientista social Geyza Alves Pimentel (Departamento de Ciências Sociais da UFRR), para participar de dois projetos de pesquisa voltados ao mapeamento das redes de exploração sexual comercial envolvendo crianças, adolescentes e mulheres em Roraima: o projeto “Emanon”, financiado pela Secretaria de Estado do Trabalho e Bem-Estar Social (Setrabes) do governo do estado de Roraima; e o “Programa de ação integrado para o combate ao abuso e exploração sexual”, financiado pela Petrobras.

No Nepecab, os estudos estavam voltados para a compreensão da rede urbana da porção ocidental da Amazônia Brasileira. Assim sendo, começamos a refletir sobre a importância e o papel da BR-174 nas transformações espaciais desse corredor dendriticamente organizado. Após alguns estudos iniciais que resultaram em algumas publicações em periódicos e participações em eventos científicos, conseguimos a aprovação no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), através do Edital “CT-Amazônia”, um projeto interinstitucional entre os Departamentos de Geografia da Ufam, UEA e UFRR, sob coordenação geral do geógrafo José Aldemir de Oliveira, intitulado “As transformações da rede urbana na Amazônia Ocidental: análise da influência do Polo Industrial de Manaus na fronteira norte Amazonas-Roraima”, cujo objetivo principal era caracterizar os impactos do Polo Industrial de Manaus (PIM), localizado nas cidades de

Manaus e Boa Vista, na configuração da rede urbana e na transformação do uso da terra ao longo das BRs 174 e 401.

Durante esse projeto, especificamente no final do primeiro semestre de 2009, contamos com a consultoria do geógrafo Juan Miguel Kanai (University of Miami) e tivemos a possibilidade de iniciar uma reflexão para além do projeto em tela, buscando compreender como as transformações, a partir dos investimentos para melhorar as condições da infraestrutura técnica de transporte e a localização privilegiada de Roraima (área de conexão estratégica transfronteiriça que liga a Amazônia brasileira aos portos do Caribe), permitem que as mobilidades emulem formas dendríticas de integração regional do passado, ao mesmo tempo em que promovem novas formas de desigualdades socioespaciais e conflitos territoriais. Tais discussões originaram alguns artigos, valendo destacar dois: “Pavimentando Roraima: a BR-174 como exemplo das lógicas neoliberais de transnacionalização do território na Amazônia Ocidental”, publicado pela Revista *Sociedade & Natureza* (KANAI; OLIVEIRA; SILVA, 2012) e “Paving (through) Amazonia: neoliberal urbanism and the re-peripheralization of Roraima”, aceito pela *Environment and Planning A* (KANAI; OLIVEIRA, 2013).

Em paralelo às ações e pesquisas junto ao Nepecab, desenvolvemos os estudos atrelados às redes de exploração sexual comercial, nos quais ficou caracterizado, através de pesquisas *in loco*, que as BRs 174 e 401 eram expressivos corredores para a atuação desse tipo de atividade, existindo cidades com importância hierarquizada e tendo Manaus e Boa Vista como principais nós. Em pouco tempo, foi possível constatar que, especificamente no caso das mulheres, essa rota buscava atingir destinos internacionais, notadamente as áreas de garimpo da Venezuela, Guiana, Guiana Francesa e Suriname, assim como significativos destinos turísticos do Caribe (dentre eles, Isla de Margarita, Aruba, Trinidad e Tobago). Tais estudos culminaram em publicações, dentre elas o artigo “Las redes de prostitución y tráfico de mujeres en la frontera Brasil-Venezuela por las carreteras BR-174 e Troncal 10” (OLIVEIRA, 2012d), publicado no periódico venezuelano *Espacio Abierto*, e o capítulo incorporado ao livro *Tráfico de Pessoas e Violência Sexual* – organizado pelo Grupo de Pesquisa sobre Violência, Exploração Sexual e Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes (Violes) da Universidade de Brasília (UnB) –, intitulado “Tráfico de mulheres para fins de exploração sexual comercial na fronteira Brasil-Venezuela: o caso da BR-174” (PIMENTEL; OLIVEIRA, 2007). Ambos apresentam alguns dos resultados dessas reflexões, além de apontarem de que maneira algumas cidades ao longo dessas rodovias estão inseridas dentro do

contexto das redes internacionais de deslocamento de mulheres para trabalharem no mercado do sexo em garimpos e áreas turísticas do território venezuelano.

Diante da nossa inserção nesse debate (na região Norte do Brasil), que culminou em resultados relevantes e inéditos no estado roraimense, no final de 2006 fomos convidados a continuar o desdobramento desses estudos em mais dois projetos, dessa vez de âmbito nacional: o Projeto Sistema Integrado de Saúde das Fronteiras (SIS Fronteiras), financiado pelo Ministério da Saúde, cuja coordenadora no estado de Roraima era a psicóloga Nilza Pereira de Araújo (Departamento de Psicologia da UFRR); e o Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual de Crianças e Adolescentes no Território Brasileiro (Pair), em continuidade à Política Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual Infantojuvenil, apoiado pela Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH), tendo como coordenador em Roraima o pedagogo Flávio Corsini Lório (Departamento de Pedagogia da UFRR).

Nesse momento, mapeamos diversos pontos de contato entre outras estruturas ilícitas internacionais que passavam pelo estado de Roraima, entre elas o contrabando de combustíveis e drogas, cujas redes em determinadas cidades e limites transfronteiriços ficavam justapostas, tornando a compreensão dessa realidade, extremamente dinâmica e fluida, ainda mais complexa. A síntese dos relatórios produzidos durante as pesquisas em comento integraram uma publicação que apresenta os principais resultados do Pair no estado de Roraima. O referido livro, *Violência sexual infanto-juvenil: experiências do enfrentamento em Roraima*, organizado pelo próprio coordenador, contou com três artigos de nossa (co)autoria, a saber: “Mapeamento do Índice de Vulnerabilidade Social e pesquisa de campo: identificação dos bairros e localidades mais suscetíveis à atuação das redes de exploração sexual comercial infanto-juvenil na cidade de Boa Vista/RR” (OLIVEIRA; SANTOS, 2009); “A dinâmica dos fluxos entre as cidades de Bonfim (Brasil) e Lethem (Guiana): subsídios para pensar as vulnerabilidades dessa fronteira diante das redes de aliciamento e exploração sexual comercial infanto-juvenil” (OLIVEIRA; PIMENTEL; WANKLER, 2009); e “Vulnerabilidade e fragilização para a atuação da rede de exploração sexual de crianças e adolescentes em Caracará: uma análise a partir das transformações em sua organização espacial” (OLIVEIRA, 2009).

Em meio às pesquisas supramencionadas – que versavam, sobretudo, acerca das desigualdades socioespaciais em Roraima; das mobilidades atreladas às atividades lícitas e ilícitas ao longo das BRs 174 e 401; do mapeamento das áreas de vulnerabilidades atreladas à

violência sexual comercial infantojuvenil; e da compreensão das redes internacionais envolvendo brasileiras para o trabalho sexual –, a rota internacional para as áreas de garimpo da Venezuela, Guiana, Guiana Francesa e Suriname era o tema que mais nos instigava. Tal situação decorria da própria relação que a cidade de Boa Vista (onde vivemos e trabalhamos desde dezembro de 2005) possui com o garimpo e o imaginário vinculado a essa atividade, pois durante a década de 1980 foi considerada um dos principais “eldorados” brasileiros, atraindo, assim, milhares de garimpeiros¹ que, em poucos anos, proporcionaram um aumento sem precedentes no contingente populacional da cidade (MACMILLAN, 1995; BARROS, 1995).

Era comum, em meio às conversas descompromissadas e, sobretudo, durante entrevistas para coleta de informações para as pesquisas supramencionadas, relatos de (ex)garimpeiros que chegavam e se dirigiam para tais regiões, além de relatos acerca das precárias condições de vida/trabalho, dos riscos (tanto de saúde, contraindo doenças como malária, quanto de conflitos armados e mortes entre os próprios garimpeiros) e, em especial, das complexas relações estabelecidas nas corrutelas² e garimpos constituídos do “dia para noite” nas clareiras abertas no meio da floresta amazônica, do Brasil e dos países vizinhos, estimulados pela esperança do bamburro³ e movidos pela fofoca do ouro⁴. Em contraponto, nos resultados das pesquisas realizadas durante os projetos, registrávamos um fluxo cada vez mais crescente de mulheres (entre 18 e 29 anos) de diversas localidades da região Norte do Brasil, que atravessavam a fronteira com destino aos garimpos dos países mencionados.

Neste sentido, concomitantemente com os referidos estudos fomentados pelos projetos, iniciamos, entre o fim de 2006 e o início de 2007, pesquisa sobre a atuação do

¹ Cumpre destacar que o nome dos trabalhadores envolvidos diretamente na mineração em pequena escala varia de acordo com a nacionalidade, por exemplo: *barequeros* (Colômbia); *porknockers* (Guiana e Suriname); *chichiqueros* (Peru); garimpeiros (Brasil). Assim sendo, empregaremos o termo **garimpeiro** exclusivamente para nos referir aos brasileiros que trabalham na mineração do ouro em pequena escala, independentemente do país onde exercem tais atividades.

² Quando uma área de garimpo está sendo explorada, é construída uma corrutela, onde ficam concentrados o comércio, os bares e as casas de entretenimento. Esse centro, em sua maioria, é constituído por uma rua aberta em meio à floresta, com alguns acampamentos improvisados que atuam como mercados, centrais de rádio, boates e bares. Convém registrar que o geógrafo Aroldo de Azevedo, ao estudar os “embriões das cidades brasileiras”, realiza análise detalhada sobre a estrutura e dinâmica das corrutelas e sua relação com a garimpagem, valendo destacar as seções “As corrutelas, réplicas modernas dos arraiais do bandeirismo” e “Corrutelas de ontem, cidades de hoje”, em artigo publicado no *Boletim Paulista de Geografia* (AZEVEDO, 1957, p. 19-26).

³ “Bamburro”, “bamburrar” ou “bamburrado” são expressões utilizadas no garimpo que possuem dois sentidos: i) enriquecimento súbito por meio da descoberta de grande quantidade de ouro; ii) ao se referir a um garimpeiro que está com muito ouro (“aquele garimpeiro está bamburrado”).

⁴ Expressão comum entre os garimpeiros e demais envolvidos nessa atividade, que diz respeito à disseminação de informações, através do “boca a boca”, sobre novas áreas de garimpo com grande potencial de extração, atraindo inúmeras pessoas em busca de ouro.

mercado do sexo em áreas de garimpo, seguindo assim os passos, pistas e itinerários que possuíamos das redes voltadas para o trabalho sexual em áreas de garimpo envolvendo brasileiras. Como existiam, entre os diversos entrevistados, alguns garimpeiros com quem, por conta das pesquisas, tínhamos frequente contato, iniciamos diálogo sobre as possibilidades de visitarmos um garimpo para aprofundarmos as investigações e conhecermos um pouco mais essa realidade. Após alguns meses de longas conversas nesse sentido, dois donos de par de máquinas⁵ que possuíam garimpo na Venezuela aceitaram que os acompanhássemos durante a viagem seguinte. Assim sendo, em fevereiro de 2007 realizamos a primeira pesquisa de campo para duas áreas de garimpo situadas na Venezuela: Las Claritas e El Manteco.

Foram 35 dias nessa primeira pesquisa de campo experimental, que visava, principalmente, perceber a viabilidade de ampliarmos os estudos em áreas de garimpo que estão em pleno funcionamento. O resultado foi positivo e superior em relação às nossas expectativas, pois, apesar da necessidade de “autorizações” e de respeitarmos os “códigos de conduta”, transitamos em diversos garimpos e corrutelas. Nesse momento, foi possível, por exemplo, compreender melhor a dinâmica e a organização socioespacial estabelecidas em áreas de garimpagem com desmonte hidráulico do tipo bico-jato⁶, além de entrevistarmos diversos brasileiros e brasileiras – nacionalidade predominante, muito superior, até mesmo, quando comparado com o quantitativo de venezuelanos. Diante do panorama, bastante otimista no que concernia à possibilidade da pesquisa de campo, realizamos no primeiro semestre de 2007 diversas visitas curtas em garimpos de ouro localizados na Venezuela.

Ao longo das pesquisas de campo em território venezuelano, percebemos, em consequência dos relatos dos nossos interlocutores (majoritariamente garimpeiros, empresários de garimpo, cozinheiras e trabalhadoras sexuais), que o auge da garimpagem do ouro no solo do referido país já transcorreria havia algum tempo e que, desde o início do século XXI, estava presenciando certo declínio. Era comum escutarmos, durante as entrevistas, relatos de garimpeiros desestimulados com a atual situação e dispostos a se deslocarem para áreas com imagem e *status* mais promissores, como pinçado em uma de nossas entrevistas:

⁵ Proprietários do equipamento necessário para o desenvolvimento da garimpagem, geralmente dois motores (de 4” ou 6”). Em sua significativa maioria, o dono de par de máquinas não trabalha junto com os garimpeiros, pois atua como empresário do garimpo, realizando o investimento necessário para a realização da garimpagem.

⁶ Técnica de garimpagem realizada perto de igarapés que utiliza mangueiras de alta pressão, acopladas a motores de 4” e 6”, para retirada do ouro.

aqui tá tudo blefado⁷! O ouro que era pra dar já deu. Vou pegar minha boroca⁸ e seguir pros lado da Cachoeira, Oko⁹ ou me enfiar no Suriname, que pra lá nós arrumemo um ouro bom. Aqui vou ficar rodado¹⁰... a fofoca tá grande pra lá (CRT, garimpeiro, 37 anos, 16 anos de garimpo – entrevista em 2007.1).

Motivados pelos depoentes, tanto de homens quanto de mulheres envolvidos nessa atividade, resolvemos conhecer alguns garimpos e a estrutura existente para atender a essa atividade na Guiana. Cumpre mencionar que, devido à rede de contatos já constituída com diversos trabalhadores, somada à franca mobilidade desses indivíduos/grupos entre os garimpos desses distintos países, não tivemos dificuldades para conseguir chegar até os garimpos guianenses. Nesse sentido, entre novembro de 2007 e janeiro de 2008, realizamos ampla pesquisa de campo com brasileiros, alternando períodos entre a capital Georgetown (especificamente no Bourda, bairro com maior concentração de garimpeiros da capital guianense), Bartica (centro estratégico de deslocamento para os mais distintos garimpos da Guiana, com forte presença brasileira), Charity (centro estratégico de deslocamento, mas com menor importância quando comparado com os outros dois citados anteriormente) e diversos garimpos espalhados no país.

Ao chegarmos às áreas de garimpo, era perceptível a grandeza e superioridade do volume da atividade (e presença brasileira), quando comparado com o país visitado anteriormente, pois a dimensão das corrutelas (com diversos comércios e cabarés que funcionavam 24 horas, sendo animados com festas e jogos, além da infraestrutura de telefonia e abertura de estradas instaladas com os próprios recursos oriundos da garimpagem, dentre outros aspectos) e o maquinário utilizado nos garimpos (diversas retroescavadeiras – chamadas pelos garimpeiros de “ret” –, além da quantidade e qualidade dos motores utilizados) confirmavam a fofoca do ouro e alimentavam a esperança dos trabalhadores que chegavam com o intuito de bamburrar.

A partir desse momento, em meio às anotações no caderno de campo, mapeamento, realização de entrevistas e levantamento fotográfico, o tema da nossa tese de doutorado começou a se delinear, ainda que em forma de esboço inicial. Sendo assim, decidimos que nosso foco de análise seria buscar compreender as territorialidades dos garimpeiros (especificamente daqueles envolvidos em áreas de garimpo de ouro), levando em

⁷ Essa expressão tem duplo sentido: i) é utilizada para referir-se a um garimpeiro que está sem dinheiro/ouro; ou ii) quando o garimpeiro fracassa na garimpagem.

⁸ Bolsa ou mochila artesanal usada pelos garimpeiros.

⁹ Cachoeira e Oko são áreas de garimpos de ouro situadas na República Cooperativista da Guiana.

¹⁰ Ficar desempregado, sem trabalho.

consideração as mobilidades intimamente associadas a essa atividade através do estabelecimento de relações entre os distintos territórios de garimpagem e cidades com potencialidade garimpeira no Brasil. Desse modo, seria possível “descobrir” e procurar compreender um pouco mais dessa complexa realidade constituída em sua maioria por brasileiros que sofrem grande preconceito, além de serem ignorados como fato social e, principalmente, como questão e fenômeno geográfico. Logo, refletir acerca das territorialidades das frentes pioneiras do garimpo se revela de suma importância, porque tais recortes agregam elementos para melhor compreensão das estruturas sociais estabelecidas, das condições de trabalho nessas áreas, da sustentabilidade e dos impactos ambientais na Pan-Amazônia, das desigualdades constituídas no seio do Brasil e da América do Sul, além de possibilitar discussão acerca das migrações internacionais.

Ao longo do ano de 2008, realizamos algumas pesquisas de campo em áreas de garimpos da Guiana, mas em períodos menores, visando mapear as principais áreas e compreender as rotas, estratégias e dinâmicas territoriais desses trabalhadores, como também conhecer os variados métodos de extração utilizados. Em paralelo, debruçamo-nos em levantamento bibliográfico sobre o tema, principalmente no que tange à legislação que rege cada país do Platô das Guianas com relação à atividade de mineração em pequena escala (garimpo), a cotação e variação do preço do ouro e a formação socioeconômica-territorial desses países, visando assim entender o contexto no qual os grupos de brasileiros migrantes estão inseridos. Durante as pesquisas, em que demos maior atenção à Venezuela, à Guiana e ao Suriname, percebemos, no ano em tela, peculiaridades significativas que tornavam o entendimento dessas mobilidades, envolvendo brasileiros em direção às áreas de garimpos de ouro, ainda mais complexo: na Venezuela, o Estado buscava acordos bilaterais com o Brasil, realizando periodicamente ações conjuntas para frear e controlar tais fluxos e atividades; já o Estado guianês, através do Guyana Geology & Mines Commision (GGMC), buscava o controle da situação por meio do zoneamento e da regularização dos brasileiros que estavam dispostos a trabalhar nos garimpos (no entanto, com a existência de diversos garimpeiros irregulares, conforme constatado durante as pesquisas de campo); e o Suriname, por sua vez, não possuía uma política definida de Estado voltada para o controle e administração da atividade em seu país, que ocorre, em grande parte, em áreas quilombolas¹¹, onde o referido grupo tradicional possui autonomia territorial, detendo assim o “controle”, a “fiscalização” e a “administração” da garimpagem em seu território. Contudo, importa mencionar que a maioria

¹¹ Os brasileiros que vivem no Suriname chamam os quilombolas de “marrons”, em referência à palavra da língua holandesa *marrons* (quilombolas).

das práticas da mineração em pequena escala, sobretudo aquelas estabelecidas exclusivamente entre os garimpeiros e quilombolas, não é regularizada perante o Estado surinamês, que, periodicamente, atua reprimindo a atividade e a imigração irregular brasileira.

Nesse sentido, durante uma das diversas conversas que mantínhamos com o nosso orientador (desde o primeiro semestre de 2006), o geógrafo Francisco Capuano Scarlato, relatamos essa inquietação em relação ao Suriname – país mais hostil no que concerne à presença brasileira, mas que, por outro lado, era o que exercia maior poder de atração para os garimpos de ouro, conforme identificamos durante as entrevistas realizadas. Por conseguinte, o professor Scarlato nos encorajou a buscar conhecer melhor a referida atividade no Suriname e realizou as primeiras orientações que contribuíram para a elaboração do projeto da tese, apresentado em março de 2009 – meses depois, em julho, iniciamos o curso de pós-graduação em Geografia Humana na Universidade de São Paulo (USP).

Entre janeiro e fevereiro de 2009, realizamos pesquisa de campo na Guiana e seguimos, pela primeira vez, para Paramaribo (capital do Suriname), com o intuito de conhecer a referida atividade, coletar informações e documentos em órgãos oficiais e na universidade do país e, sobretudo, realizar as primeiras visitas de campo em áreas de garimpagem localizadas em território surinamês (MAPA 1). Nesse momento, estabelecemos os primeiros contatos com tradutores (por conta dos idiomas holandês e sranantongo, que, inicialmente, desconhecíamos por completo); realizamos visitas e coletamos documentos em setores do Governo; dialogamos com pesquisadores da Anton de Kom Universiteit van Suriname (AdeKUS); entrevistamos brasileiros envolvidos na garimpagem; visitamos diversos garimpos e corrutelas no interior do país; e conversamos com alguns quilombolas sobre a atividade em seus territórios. Assim sendo, quando regressamos para Boa Vista/RR, estávamos com o tema de tese melhor formatado: pesquisariamos as mobilidades dos garimpeiros no e para o Suriname atreladas à mineração do ouro em pequena escala enquanto territorialidades (e territorializações) inseridas num complexo contexto multiterritorial.

MAPA 1 – Percursos da garimpagem do tema e das pesquisas de campo para realização da tese*.

Elaborado por Rafael da Silva Oliveira em abril de 2013.

(*) Para a presente pesquisa não foram realizados levantamentos de campo nas áreas de garimpo situadas na Guiana Francesa.

Introdução

Debreando¹² a pesquisa

“O silêncio cúmplice favorece a exclusão desses desventurados”
(PROCÓPIO, 2008, p. 222).

“All the world seems to be on the move” (SHELLER; URRY, 2006, p. 207) é uma afirmação que oferece a tônica das sociedades do século XXI, nas quais “Viviendo en el limite” (HAESBAERT, 2011c) e *On the Move* (CRESSWELL, 2006) parecem fazer parte da lida cotidiana. Dessa maneira, se, por um lado, a atual compressão espaço-tempo proporcionada pelo meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 2008) altera e cria tecnologias e práticas contemporâneas atreladas às comunicações e aos transportes, remodelando nossos modos de vida, intensificando as mobilidades corporais, as comunicativas, as imaginativas e os modos de presença, ausência e presença imaginada (CHAYKO, 2002; LARSEN; URRY; AXHAUSEN, 2006; URRY, 2007); por outro, reforça antigas e recria novas geometrias de poder, através de quadros altamente complexos e extremamente variados de diferenciação social (MASSEY, 1993).

Essas inúmeras formas de mobilidades¹³, constituídas pelo entrelaçamento entre movimentos físicos (material e/ou corporal), representações e práticas (CRESSWELL, 2010b), cuja política abarca variadas dinâmicas que transitam desde a escala do corpo até a global. Logo, vale adiantar que política é entendida em nossa tese como as práticas sociais que

¹² Termo garimpeiro utilizado para referir-se à preparação da área para, posteriormente, iniciar o processo de extração do ouro.

¹³ Importa destacar que estamos tratando mobilidade, neste trabalho, no sentido de mobilidade geográfica, seja ela física ou não. Logo, não implica necessariamente em uma mobilidade social, ou seja, numa mudança de posição social.

envolvem (re)produção e distribuição de um certo tipo de poder que é exercido e transita entre nós (FOUCAULT, 1979). Desse modo, o poder está sendo interpretado dentro de seu contexto mais amplo, ou seja, diz respeito tanto àquele atrelado ao seu sentido mais concreto, de dominação-resistência, quanto ao poder no sentido mais simbólico, de apropriação (TUAN, 1977; HAESBAERT, 1995a, 1998, 2002, 2004a; SHARP et al., 2000; CRESSWELL, 2004).

Nesse particular, argumentamos que no período atual, mais intensamente do que em momentos pretéritos, as mobilidades entre territórios (e territorialidades) estabelecem um jogo cotidiano de aproveitamento dos benefícios e/ou contornamento das intransigências proporcionadas pelos múltiplos territórios sobrepostos (HAESBAERT, 2011a). Vivemos relações espaço-tempo “líquidas”, mais fluidas (BAUMAN, 2002), imersas em múltiplos territórios coexistentes, justapostos, que invasivamente estimulam nossas mobilidades, “entrando e saindo” ou, então, experienciando concomitantemente territorialidades (i)materiais (HAESBAERT, 2004a). Aliás, Canclini (1990), em seu livro *Culturas híbridas*, sublinha que fronteiras são tão móveis que podem estar em qualquer parte, a ponto de pessoas e conteúdos se confundirem.

Posto isto, salientamos que é preciso considerar, cada vez mais, que vivemos imersos e transitamos em meio à multiplicidade de territórios e territorialidades que constituem a nossa multiterritorialidade – a qual emerge abrindo novos espaços de existência e criando novas geografias (HEIDRICH, 2010). O território, então, deixa de ser visto e compreendido dentro de sua relação exclusivista e limitada, cujos usos e conteúdos estão pretensamente fechados em si mesmos, passando a ser pensado a partir de perspectivas mais plurais de trocas e comunicações constantes, possibilitando rearranjos e sua reinvenção a partir das mobilidades (i)materiais.

Conforme argumentado ao longo do texto, vivemos imersos na multiterritorialidade, que implica escolhas e estimula múltiplas mobilidades, cujas fronteiras, ou, melhor seria, os limites (ainda que os fios de sua trama estejam tão entrançados que a sua diferenciação fica impossibilitada ou comprometida), muito mais do que impor separações, tornam-se convites à passagem, ao trânsito e à transgressão, como salienta Augé (2009) em seu livro *Pour une Anthropologie de la mobilité*. Contudo, tais dinâmicas não ocorrem ao acaso, mesmo que possam acontecer à revelia, pois estão mergulhadas e implicadas dentro de quadros subjetivos, numa complexa relação de coexistência desde o particular até o universal, que influenciam e transitam (in)diretamente em nossas vidas. Logo, com base nessa ponderação, pretendemos contribuir para avançar um pouco mais nesse debate; e, para tal empreitada, trazemos à baila

um aspecto intrínseco (e fundamental) atrelados aos ritmos, regras, direcionamentos e (re)produções dos sentidos das mobilidades entre territórios e territorialidades: as moralidades.

Por moralidades estamos considerando a política motivada pelos valores e/ou julgamentos morais, tanto aqueles que projetamos quanto os que são projetadas ou circulam entre nós. Dito de outra forma: a moralidade diz respeito àquilo que um indivíduo exerce/faz com base numa crença moral, gerando, por conseguinte, relações assimétricas de poder. Já a moral diz respeito às ideias concernentes aos nossos valores e julgamentos intrínsecos, ou seja, o que é considerado certo ou errado, bom ou ruim, melhor ou pior (para citar alguns), atrelados aos inúmeros aspectos da vida (TUAN, 1989). Sobre tal discussão, Smith (2000, p. 1) esclarece que “esses valores guiam nossas ações, ajudando-nos a decidir o que devemos ou não fazer, como devemos viver; e eles fornecem uma base para avaliação da conduta dos outros”¹⁴.

Existem muitos valores e/ou julgamentos morais superpostos e, sobretudo, em jogo em meio à nossa vida cotidiana, que transitam desde a escala mais íntima, individual, passando por grupos, pelo Estado até em níveis globais. Tanto a moral quanto a moralidade podem variar entre indivíduos e grupos, de um lugar para o outro e, também, através do tempo. Logo, influenciam decisivamente nas dinâmicas das mobilidades entre territorialidades – portanto, em suas (ou melhor, em nossas) geografias.

Desse modo, esta tese está pautada na argumentação de que as múltiplas mobilidades entre os múltiplos territórios, de certa forma, são/estão construídas (e acontecem) sob múltiplas moralidades forjadas, cujas inúmeras formas e possibilidades de entendimentos e práticas refletem e influenciam na vida cotidiana das pessoas e, por conseguinte, em suas geografias. Para potencializarmos tal perspectiva, faz-se mister aproximarmos e estabelecermos conexões com os principais debates atrelados à multiterritorialidade e à transterritorialidade, valendo destacar as contribuições de Haesbaert (2004a, 2011b, 2011c), Goetttert e Mondardo (2009), Heidrich (2010), Haesbaert e Mondardo (2010) e Mondardo (2012); às mobilidades, especialmente através dos caminhos propostos em Kaufmann (2002, 2011), Sheller e Urry (2006), Cresswell (2006, 2010b) e Urry (2007); e às moralidades, cujas nossas principais referências são as discussões travadas em Tuan (1986, 1989), Sack (1992, 1997, 2003, 2010), Smith (1994, 1997, 2000) – dentre outros importantes pesquisadores que serão referenciados, cada um a seu turno, ao longo do texto.

¹⁴ “These values guide our actions, helping us to decide what we should or should not do, how we ought to live; and they provide a basis for evaluation of the conduct of other” (SMITH, 2000, p. 1).

Dentre os inúmeros exemplos que poderíamos tratar dentro da perspectiva teórica supramencionada, através do entrelaçamento de diálogos de alguns campos das ciências sociais a partir do alicerce epistêmico da Geografia, optamos por pensar tais ângulos interpretativos dirigindo especial atenção às territorialidades dos garimpeiros que buscam melhores oportunidades de vida no Suriname, motivados pela repercussão e corrida do ouro no cerne da floresta amazônica desse país. Assim, *Mobilidades transgressoras, geografias ignoradas* é mais que um título para sintetizar a compreensão teórica diante dessa realidade, pois atribuímos alguns outros sentidos e significados convergentes para explicarmos tal escolha.

Mobilidades transgressoras, geografias ignoradas também é, simultaneamente, uma provocação e uma reclamação. A provocação visa chamar a atenção para a reflexão de como determinadas moralidades envolvendo garimpeiros (e, conseqüentemente, outros agentes [in]diretamente envolvidos na garimpagem, por exemplo, as trabalhadoras sexuais) mudam ao longo dos interesses em jogo, tornando as territorialidades ainda mais complexas. Como demonstrado nesta tese, para atender objetivos específicos de distintos agentes (inclusive do Estado), tais atividades e trabalhadores são ignorados ou reconhecidos; transitam da clandestinidade para a legitimidade; são culpados por inúmeros problemas ou, então, considerados como solução para determinadas mazelas. Já a reclamação é voltada para a necessidade, cada vez maior, de “transgredir” e deixar de “ignorar” Geografias dentro dos debates brasileiros de nosso campo do conhecimento. Logo, emerge a necessidade de ampliarmos nossos horizontes geográficos para refletirmos e aprendermos com *Las otras Geografias* (NOGUÉ; ROMERO, 2006), tornadas invisíveis pelas preferências temáticas do *mainstream* acadêmico, que segue ignorando as ricas geografias produzidas cotidianamente pelo que classificam, com base em determinadas perspectivas morais e estéticas, como alternativo, *underground*, marginal e perigoso (só para citar alguns adjetivos), dificultando assim novos ângulos de compreensão do outro. Sibley (1995), em seu livro *Geographies of exclusion*, chama a atenção para as relações de poder, limites e perigos que envolvem a produção do conhecimento¹⁵, gerando implicações no cerne das teorias e métodos em Geografia.

Se, por um lado, continuamos a presenciar a exclusão de determinadas Geografias, por outro, apesar de ainda representar uma parcela muito pequena, convém registrar o crescente

¹⁵ No livro em comento, o geógrafo David Sibley aborda mais diretamente essa discussão na segunda parte, intitulada “The exclusion of Geographies”, valendo destacar as seções “Knowledge and Power” e “Lost knowledge, rejected knowledge” (SIBLEY, 1995, p. 121-132).

número de novos estudos desenvolvidos no Brasil em busca de aproximações teóricas e análises empíricas sobre as geografias excluídas, ocultadas e ignoradas, como aquelas encontradas nas obras organizadas por Ribeiro (2002), Sá (2007), Silva (2009), Ribeiro e Oliveira (2011), Silva e Silva (2011) e Silva, Ornat e Chimin Junior (2011).

Agora voltemos para o recorte da realidade analisada. Garimpeiros e Suriname: duas geografias ignoradas pela Geografia (ou melhor: pelos geógrafos!). Num brevíssimo balanço introdutório, o que de fato existe sobre eles na Geografia brasileira?

Garimpeiro, inicialmente conhecido como “grimpeiro”¹⁶, é o termo comumente utilizado para denominar (de forma muito generalizada) os trabalhadores brasileiros que (sobre)vivem cotidianamente entre uma lavra e outra dentro das florestas e dos leitos dos rios. De faiscador¹⁷ solitário no Brasil a operário dos garimpos abertos nos países da Pan-Amazônia e da África, receberam de cientistas sociais rótulos como “desclassificados”, na sociedade mineradora do século XVIII (SOUZA, 1982), e “marginais” desde as últimas décadas até o momento atual. Os “bandeirantes do século XXI”, como Procópio (2005, 2008) costuma denominar os garimpeiros em seus estudos, ainda carecem de reflexões mais adequadas que busquem dar conta das complexas realidades que vivem e representam. Todavia, vale mencionar a existência de algumas poucas felizes exceções que se dedicaram a estudar os garimpeiros no Brasil, como as teses de doutorado em Geografia realizadas por Giordano (1995), Póvoa Neto (1998a), Ferreira (2003) e Toledo (2008), cujas pesquisas são importantes referências para o tema e, sobretudo, fontes de grande motivação para novos estudos (como o nosso).

Já o Suriname segue como um país próximo-distante, pois, apesar de estabelecer fronteira com o Brasil no extremo norte e há vários anos ser o principal destino de milhares de garimpeiros, trabalhadoras sexuais e outros trabalhadores que saem do Brasil em busca de oportunidades no setor do ouro, ainda figura como uma “terra incógnita” para grande parte dos brasileiros, principalmente àqueles situados no centro-sul. Procópio (2005), ao abordar

¹⁶ Salomão (1984), num pequeno texto, porém esclarecedor, sobre a participação do garimpeiro na história do Brasil, explica que o termo “garimpeiro” derivou da expressão inicialmente utilizada no século XVIII (grimpeiro) que fazia referência à grimpá. Logo, tornou-se o “nome com que se apelida neste país aos que mineram furtivamente as terras diamantinas e que assim são chamados por viverem escondidos pelas grimpas [cumes] das serras” (VIEIRA COUTO, 1801 apud SALOMÃO, 1984, p. 42; grifo nosso).

¹⁷ Aquele que realiza a faiscagem. De acordo com a Legislação em vigor (inciso II do Art. 70 do Decreto-Lei n. 227, de 28 de fevereiro de 1967), faiscagem “é o trabalho individual de quem utilize instrumentos rudimentares, aparelhos manuais ou máquinas simples e portáteis, na extração de metais nobres nativos em depósitos de eluvião ou aluvião, fluviais ou marinhos, depósitos esses genericamente denominados faisqueiras”. De certo modo, por muito tempo, o termo faiscador se confundiu com “sinônimo de garimpeiro” (PEREIRA, 1945, p. 156). No entanto, atualmente, em áreas de garimpagem, denomina-se faiscador aquele trabalhador que vive da cata de faíscas de ouro das minas já exploradas (sobretudo, abandonadas).

sobre esse “vizinho esquecido” dentro da pauta das relações internacionais entre o Brasil e o Suriname, enfatiza que “raros são os homens de negócios e acadêmicos brasileiros a pisar em terras surinamesas” (PROCÓPIO, 2005, p. 258). Desse modo, com exceção das publicações contendo resultados parciais de nosso trabalho (OLIVEIRA, 2011a, 2011b, 2012a, 2012b), não identificamos pesquisa realizada/publicada por outro geógrafo brasileiro. Logo, no âmbito da pós-graduação brasileira na área de Geografia, podemos afirmar que este é o primeiro estudo que trata do Suriname. Assim sendo, antes de expormos as questões atreladas à discussão empírica, os procedimentos metodológicos e, também, a estrutura da tese, faz-se necessário aproximarmos o “distanciado” Suriname.

Algumas palavras sobre o Suriname (e, inevitavelmente, sobre garimpo)

Não somente ausente dos debates acadêmicos produzidos no Brasil, o Suriname, apesar de possuir complexas questões históricas e contemporâneas que contribuem para o entendimento da América do Sul, está entre os países deste continente que receberam menos atenção da literatura científica internacional (excetuando a Holanda, que tem produzido inúmeras pesquisas sobre sua ex-colônia). O referido país, dividido entre o interior amazônico (distanciado e de população rarefeita) e o litoral voltado para o Caribe, se apresenta como um grande desafio teórico, conforme salientou Ribeiro (2006), tendo como característica uma sociedade plural (VAN LIER, 2005) marcada por intensa fragmentação e conflitos internos, cujo controle e atuação do Estado são fracos e, em algumas partes de seu território, quase inexistentes.

De acordo com a publicação dos dados preliminares do último censo realizado, em 2012 o referido país registrava 534.189 habitantes (ABS, 2013), sendo estes distribuídos irregularmente em seus dez distritos¹⁸, cuja dimensão territorial somada perfaz 163.820 km² (QUADRO 1 e MAPA 2). Com 69,7% vivendo em áreas urbanas (UNSD, 2013)¹⁹, tanto a população quanto a infraestrutura de oferta de bens e serviços estão concentradas na capital, refletindo numa rede macrocefálica, em escala nacional, subordinada à cidade de Paramaribo, na qual se produzem enormes disparidades em relação aos demais centros e, em especial, ao interior do país. Ao observarmos o quadro 1, é possível detectar o distanciamento abrupto entre Paramaribo e os demais distritos: enquanto na capital a densidade demográfica

¹⁸ Os dez distritos (*distrikten*) do Suriname são: i) Brokopondo; ii) Commenwijnne; iii) Coronie; iv) Marowijne; v) Nickerie; vi) Para; vii) Paramaribo; viii) Saramacca; ix) Sipaliwini; x) Wanica. Cada distrito está subdividido em *ressorten*. O *ressort* (“*ressorten*” no plural) é a unidade político-administrativa local (similar ao município).

¹⁹ Dado referente ao ano de 2011.

registrada é de 1.297,06 hab/km², no extremo oposto, o distrito de Sipaliwini apresenta poucos 0,29 hab/km².

Distrito	População	Área (Km ²)	Densidade Populacional	% População total
Paramaribo	236.065	182	1.297,06	44,19%
Brokopondo	14.662	7.364	1,99	2,75%
Commewijne	31.087	2.353	13,21	5,82%
Coronie	3.153	3.902	0,81	0,59%
Marowijne	18.114	4.627	3,91	3,39%
Nickerie	34.241	5.353	6,40	6,41%
Para	23.874	5.393	4,43	4,47%
Saramacca	17.251	3.636	4,74	3,23%
Sipaliwini	38.158	130.567	0,29	7,14%
Wanica	117.584	443	265,43	22,01%
TOTAL	534.189	163.820	3,26	100%

QUADRO 1 – Suriname: população, área e densidade populacional por distrito.

Fonte: Censo 2012 (ABS, 2013).

MAPA 2 – Distritos do Suriname.

Base cartográfica: Diva-GIS (diva-gis.org).

Fonte: Adaptado a partir de ABS (2006).

Elaborado por Rafael da Silva Oliveira em janeiro de 2010.

Um dos principais exemplos de sociedade plural, tanto no Caribe quanto na América do Sul (RIBEIRO, 2006), o Suriname não detém um grupo étnico majoritário ao longo de sua história²⁰, cuja complexa sociedade encontra no *apanjaht*²¹ sua característica mais marcante no tocante ao estabelecimento do equilíbrio em sua precarizada estrutura social. Fato exemplificado pela característica multilinguística, pois, apesar de o holandês ser o idioma oficial, falam-se aproximadamente 20 línguas no país (LEWIS, 2009), sendo que o único francamente utilizado por quase todas as etnias – um dos poucos elementos em comum no cerne dessa diversidade étnica – é o sranantongo. Oliveira e Ribeiro (2011, p. 7), ao discorrerem sobre a questão, sublinham:

é o sranantongo que preenche os espaços e encurta as distâncias entre os diferentes grupos que vivem nesse país. O sranantongo não é somente a língua franca, mas também o símbolo da resistência de um povo e de uma cultura que por muito tempo foi oprimida.

Diante desta mistura interétnica de convívio cotidiano, é raro encontrarmos um surinamês que não domine três ou mais idiomas, fato sintetizado por uma brasileira durante nossas entrevistas: “aqui em Paramaribo, a língua que você puxar os surinamense conversa com você” (AMS, 31 anos, operadora de central de rádio, há seis anos morando no Suriname – entrevista em 2010.1).

Desde sua independência em 1975, estimulada pelos Países Baixos e consolidada em meio a turbulentos conflitos e discordâncias entre os distintos grupos quilombolas e as lideranças políticas da capital, o Suriname tem vivenciado um vertiginoso declínio econômico em consequência dos anos de golpe militar e, posteriormente, de guerra civil, que são sentidos até os dias atuais (SERBIN, 1987; DEW, 1994; VRIES, 2005; PROCÓPIO, 2007). Com economia incipiente e altamente dependente das exportações da bauxita, do petróleo e do ouro, que, somados, representam aproximadamente 85% das exportações e 25% do PIB (CIA, 2009), o país possui um quadro econômico fragilizado diante da volatilidade dos preços no mercado internacional. Convém mencionar, ainda, que a exploração desses recursos minerais acontece com expressivo investimento de capital estrangeiro no setor (PROCÓPIO, 2008). A indústria, baseada principalmente na produção de melado, rum e compensado, agrega cerca de

²⁰ De acordo com os dados fornecidos no Censo de 2004, a população surinamesa é composta por: hindustanos (27,4%), crioulos (17,7%), quilombolas (14,7%), javaneses (14,6%), mestiços (12,5%), indígenas (3,7%) e outros (9,4%).

²¹ O *apanjaht*, segundo França (2004, p. 147), “é referido literalmente pelos surinameses como o estado de equilíbrio ou de balança entre as expressões públicas de todos os grupos étnico-culturais que compõem a sociedade surinamesa. Desse modo, o *apanjaht* pressupõe, por um lado, o direito e o dever de cada um dos grupos de se expressar publicamente, e, por outro lado, a outorga de valor equitativo a todas as manifestações”.

22% do PIB; ao passo que a agricultura, cujas principais culturas são o arroz, a banana, o amendoim e as frutas cítricas, contribui com 13% (CIA, 2009).

Ainda vale destacar outras duas importantes fontes financeiras que vêm influenciando consideravelmente na balança surinamesa desde as últimas décadas: i) ajuda internacional – até abril de 2012, mês em que suspendeu o apoio financeiro para os fundos de desenvolvimento à sua ex-colônia²², a Holanda figurava como principal doador; e ii) remessas enviadas pela diáspora, especialmente oriundas dos Países Baixos²³. No que concerne à primeira, somente a Holanda alocou mais de US\$ 1,5 bilhão para ajudar na transição vivida pelo país a partir de 1975 (HEEMSKERK, 2005). Já na segunda, de acordo com os dados do World Development Indicators, em 2001 foram enviados para o Suriname, aproximadamente, US\$ 200 milhões (UNGER; SIEGEL, 2006). Ainda, o Inter American Development Bank/Multilateral Investment Fund destaca que, em 2004, cerca de US\$ 45 bilhões fluíram do resto do mundo para a América Latina e o Caribe – e, desse quantitativo, US\$ 51 milhões foram para o Suriname (UNGER; SIEGEL, 2006). Além das cifras divulgadas oficialmente, Unger e Siegel (2006) estimam que anualmente as remessas não oficiais contabilizem cerca de US\$ 130 milhões.

Fruto de uma independência declarada pela própria metrópole – cujo projeto pós-colonial era desacreditado por grande parte de sua população –, o Suriname sofre atualmente com o frágil sentido de Estado-nação, que ainda não está profundamente enraizado na população (RIBEIRO, 2006). Em consequência, o Estado não possui autoridade efetiva no interior do país, em especial nos territórios quilombolas²⁴. Robbé (2005a) destaca que o ineficiente controle das atividades desenvolvidas no interior e nas suas fronteiras, em especial devido ao escasso contingente de pessoal e aparato técnico obsoleto e insuficiente, contribui para o predomínio dos altos índices de contrabando e atividades ilícitas. Logo, no interior do território surinamês desenvolvem-se diversas atividades informais (como a maioria dos garimpos do ouro) e ilícitas (por exemplo, as redes internacionais de exploração sexual comercial e o tráfico transnacional de drogas e armas para o Caribe e a Europa), responsáveis por gerar uma significativa parcela do capital que movimenta as atividades comerciais

²² Em abril de 2012, a Assembleia Nacional do Suriname aprovou Lei de Anistia que perdoa Dési Bouterse (o atual presidente, desde agosto de 2010) e outros acusados pelos crimes que foram cometidos durante seu regime militar. Por consequência, em protesto, a Holanda suspendeu a ajuda financeira que era enviada e retirou seu embaixador do Suriname.

²³ Segundo Niekerk (2005), atualmente cerca de 325.000 surinameses vivem nos Países Baixos, constituindo 2% da população holandesa. Segundo os dados preliminares do último Censo de 2012 (ABS, 2013), tal contingente representa o equivalente a pouco mais de 60% do total de habitantes residentes no Suriname.

²⁴ Convém destacar que os quilombolas no Suriname desempenham importante papel no cenário político e econômico do país, sendo um dos mais visíveis e atuantes nas Guianas e Caribe (RIBEIRO, 2006).

(KRUIJT; MAKES, 2002; LEAL; LEAL, 2003; OLIVEIRA, 2011a). E neste contexto estão os garimpeiros, que são atraídos pelo interesse em trabalhar diretamente na extração do ouro, propiciando intensas mobilidades transnacionais no eixo Brasil↔Suriname há pouco mais de duas décadas. Essas territorialidades dos garimpeiros, marcadas por intensa mobilidade, têm promovido o desenvolvimento de múltiplos territórios articulados em rede, estabelecendo singular geografia no Platô das Guianas.

Consequentemente, as territorialidades dos garimpeiros para o Suriname atraíram diversos outros brasileiros, interessados tanto em investir quanto em buscar trabalho direta e indiretamente vinculado ao garimpo, seja na capital ou nas corrutelas. Mesmo sem apresentar detalhamento metodológico acerca dos procedimentos adotados para calcular e quantificar a grande parte desses trabalhadores – em especial garimpeiros que atravessam periodicamente a fronteira em meio à floresta para trabalhar nos garimpos e permanecem desenvolvendo estratégias de ocultação da condição irregular –, o Ministério das Relações Exteriores do Brasil²⁵ estimou que em 2010 existiam cerca de 20.000 brasileiros no Suriname (entre regulares e irregulares) (MRE, 2011a, p. 9). Já a antropóloga Marjo de Theije menciona em seus estudos que as estimativas existentes sobre os brasileiros no Suriname variam entre 15.000 e 40.000 (THEIJE, 2006, p. 117; THEIJE, 2007a, p. 81). Assim, se considerarmos esses indicativos, podemos afirmar que os brasileiros representam, aproximadamente, entre 3,74% e 7,45% da população desse país.

Independentemente dos valores estimados, uma parcela dessa expressiva presença brasileira pode ser percebida no bairro popularmente conhecido como Belenzinho, onde está concentrado o comércio voltado para atendimento e base logística do garimpo e garimpeiros que procuram a capital para vender ouro, comprar utensílios de necessidades básicas e buscar diversão nos bares e night clubs. No Belenzinho, local onde se concentra a maior parcela dos brasileiros que migraram e estabeleceram residência, negócios e trabalho no Suriname motivados pela economia do ouro, chegam diariamente incontáveis levadas de trabalhadores (garimpeiros, donos de cantina²⁶, trabalhadoras sexuais, atravessadores) das áreas de garimpagem situadas em meio à floresta do Suriname, e vice-versa. Tais fluxos envolvendo cidades, corrutelas e garimpos fazem com que esses migrantes experimentem territorialidades

²⁵ Na publicação em tela, existe apenas um pequeno trecho que tenta explicar, de maneira muito geral, a metodologia para coleta dos dados: “esses números são baseados em informações locais (quando disponíveis), tais como levantamentos oficiais, estimativas feitas por organizações não governamentais e pesquisas conduzidas pela mídia, ou em projeções feitas pelas embaixadas e consulados do Brasil, geralmente a partir de dados relativos à prestação de serviços consulares, tais como a emissão de passaportes e o registro de atos notariais” (MRE, 2011a, p. 9).

²⁶ Nome comumente utilizado para designar o comércio estabelecido na corrutela.

com regras, códigos e dinâmicas distintas, tanto na capital Paramaribo quanto nas áreas dos garimpos de ouro, situados, em muitos casos, como já mencionado, nos territórios quilombolas (no interior do país).

Cumprir dizer que os quilombolas atuam ativamente no setor da mineração do ouro em pequena escala, administrando e controlando áreas de garimpagem e, especialmente, providenciando e garantindo o transporte para o interior do país, tanto de pessoas quanto de combustíveis e outros bens e produtos necessários para a manutenção dessa atividade (KAMBEL; MACKAY, 1999).

De posse do discurso de direito conquistado pela ancestralidade da ocupação de seus antepassados, que fugiram para a floresta e formaram os primeiros assentamentos durante o período da escravidão, os quilombolas empregam grupos de garimpeiros (em sua maioria em condição irregular no país), estabelecem regras, fiscalizam e cobram taxas/impostos informais. Diante da quase inexistente presença do Estado nessas áreas, tais práticas acontecem livremente, sem maior controle nem pagamento oficial de tributos sobre os recursos extraídos pela atividade garimpeira. Sendo assim, o ouro proveniente da atividade da mineração em pequena escala, responsável atualmente por grande parte da renda no país, circula livremente nos comércios, sem falar no contrabando e descaminho para o Brasil, Guiana e Guiana Francesa.

Tal contexto é caracterizado como o aspecto econômico mais preocupante e delicado no país. Estudos da World Wildlife Fund (WWF) revelam que a garimpagem, atualmente, é considerada uma atividade indispensável para a economia surinamesa, pois somente nesse setor movimenta-se mais de US\$ 1,7 bilhão anuais (EVERS, 2010). Assim sendo, com base em diversos estudos e relatórios que contêm informações próximas ao dado apresentado, desde meados dos anos 1990 o Estado surinamês vem tentando assumir o controle da mineração em pequena escala. Todavia, os quilombolas têm os seus direitos assegurados dentro da estrutura política do país, e o *granman*²⁷ é considerado autoridade máxima em seu território. Vale inserir ainda mais um elemento nessa imbricada relação: uma significativa parcela das áreas de garimpagem está situada dentro de concessões pertencentes à mineração em grande escala. Desse modo, os brasileiros, sobretudo garimpeiros, estão inseridos e implicados nesse jogo de interesses sociopolítico-econômicos, em que o Estado tenta consolidar sua presença nas áreas de garimpagem para controlar e fiscalizar a mineração.

²⁷ Líder e a autoridade quilombola (OLIVEIRA; RIBEIRO, 2011).

Uma pretensão, muitas dúvidas

Conforme mencionado anteriormente (p. 47), e amparados em estudos anteriores (HOOGBERGEN; KRUIJT; POLIMÉ, 2001; HOOGBERGEN; KRUIJT, 2004a; KRUIJT; HOOGBERGEN, 2005), os primeiros encontros entre essas duas “geografias ignoradas” (ou seja, garimpeiros e Suriname) tiveram seu início no final dos anos 1980. No entanto, em meados da década seguinte ocorre o seu *boom* e, desde então, seu contingente continua em ascensão. Tais dinâmicas envolvendo garimpeiros que saem do Brasil em busca de trabalho nas áreas de mineração aurífera em pequena escala no Suriname têm estimulado a emergência de incontáveis territorialidades, tanto nos sítios de origem e destino quanto naqueles de trânsito.

Diante do cenário exposto até aqui, é indubitável que estamos tratando de um recorte geográfico cujas territorialidades envolvem, eminentemente, diversas tensões, conflitos e negociações (i)materiais, desde a saída do Brasil, passando pelos itinerários percorridos, até as práticas cotidianas nos garimpos onde os brasileiros trabalham. Logo, o objetivo geral é analisar as territorialidades dos garimpeiros, entendendo que itinerários e territorializações são constituídos em meio a um complexo contexto multiterritorial que tem se (re)definido historicamente. Cabe acrescentar que os eventos atrelados direta e indiretamente às territorialidades dos garimpeiros são/estão intimamente influenciados por emaranhamentos repletos de distintos campos de força e perspectivas (inclusive morais) em jogo. Posto isto, e sem perder de vista as considerações supramencionadas, que agregam elementos indispensáveis para a discussão travada nesta tese, torna-se pertinente apresentar a questão central que baliza nossas reflexões: como as territorialidades dos garimpeiros, manifestadas especialmente através de suas mobilidades, visando sustentar projetos pessoais, contribuem para (re)desenhar as geografias da garimpagem aurífera na Pan-Amazônia?

É de suma relevância esclarecer que a questão central é aqui entendida como um pano de fundo muito mais amplo e complexo do que pretendemos esmiuçar neste trabalho. Trata-se de um projeto intelectual particular, muito mais ambicioso, e que provavelmente perdurará por anos após a conclusão deste doutoramento. Todavia, no que tange a esta etapa de nossa vida acadêmica, faremos um “recorte por dentro” da questão central a fim de analisar mais detidamente apenas o caso das implicações relacionadas ao Suriname, levando em conta um esteio teórico-metodológico específico. Para tanto, recorreremos àquela parte ainda não

mencionada do subtítulo: de que maneira os itinerários e emaranhamentos²⁸ envolvendo as territorialidades de garimpeiros no e para o Suriname estão imersos em complexos contextos multiterritoriais, marcados por distintas regras, interações e significados coexistentes e/ou sobrepostos?

Desse modo, entendendo que todas as geografias são/estão, em algum sentido, atreladas às criações morais e suas respectivas moralidades, demonstraremos, ao longo da tese, como as práticas dos agentes envolvidos nessas assimétricas geometrias de poder, imersas em distintas moralidades e transitando por diferentes territórios (e territorialidades), contribuem decisivamente para alterar as regras, as interações e os significados das territorialidades dos garimpeiros no cerne dessas complexas relações que envolvem distintas escalas. Para isso, a referida indagação principal desdobra-se em outras subquestões que contribuem bastante para elucidar a realidade investigada. Tais dúvidas “mais imediatas” são ainda utilizadas como roteiro para a consecução dos passos da tese, estando também relacionadas ao modo como organizamos os capítulos:

- Quais foram os fatores históricos, políticos e econômicos ocorridos no Brasil e no Suriname que contribuíram para a emergência de tais mobilidades? De que maneira diferentes forças e perspectivas influenciaram para que as territorialidades dos garimpeiros extrapolassem os limites nacionais e se transnacionalizassem, redirecionando parte dessas mobilidades para o Suriname? Como podemos apreender tais práticas, visando entender os eventos a partir da ótica da (re)configuração dessas territorializações e das mobilidades transfronteiriças? (PARTE II)
- Quais são os principais itinerários dos garimpeiros que buscam trabalho no setor do ouro (extração e atividades ligadas), em pequena escala, no Suriname? Quais as estratégias durante essas mobilidades transfronteiriças, em particular no que tange ao contornamento das barreiras e constrangimentos existentes e impostos? Como garimpeiros apreendem e reconhecem as possibilidades em meio às suas mobilidades, tanto transnacionais quanto no Suriname? Qual a origem desses trabalhadores? Quais as principais localidades e infraestruturas acionadas pelos garimpeiros em meio às referidas mobilidades? Onde estão situados os garimpos no Suriname? Como ocorrem as mobilidades dos garimpeiros entre os territórios (e territorialidades) dentro do Suriname? Quais territorialidades se encontram superpostas às territorialidades dos

²⁸ Diante da importância do conceito de emaranhamentos para a presente tese e, sobretudo, pela necessidade de explicá-lo detalhadamente, tal discussão e esclarecimentos estão registrados no capítulo 3, momento em que apresentamos o marco teórico elaborado para este trabalho.

garimpeiros nos campos de garimpagem aurífera no Suriname? De que maneira ocorrem os cruzamentos de trajetórias entre os garimpeiros e as populações tradicionais que vivem nas áreas de garimpagem aurífera do Suriname? Que tipos de conflitos envolvem garimpeiros com as demais territorialidades envolvidas (in)diretamente no setor do ouro no Suriname? De que maneira o Estado surinamês tem se posicionado em relação ao desenvolvimento da garimpagem em seu território?

(PARTE III)

“Desenho” da tese

Ao tomarmos como referência as subquestões supramencionadas – e que, em nosso entendimento, caminham em direção à questão central –, estruturamos a tese em três partes, a saber: I – Escolhas e recortes para construção de uma reflexão geográfica; II – O contexto geo-histórico das territorialidades dos garimpeiros na Pan-Amazônia; III – Das constelações de mobilidades à problemática envolvendo garimpeiros no Suriname.

Na primeira parte, dividida em três capítulos, apresentamos o delineamento teórico-metodológico que consubstancia o trabalho em tela. Para tanto, iniciamos com a exposição do método de investigação adotado, ou seja, esclarecemos como definimos as técnicas e a operacionalização da pesquisa. Em seguida, traçamos um breve panorama da produção existente vinculada direta e indiretamente ao tema mencionado, para, dessa maneira, demonstrarmos em que perspectiva a tese pretende contribuir mais efetivamente. Por fim, estabelecemos os cruzamentos e as conexões com debates que julgamos pertinentes para a elaboração do marco teórico que constitui nosso método de interpretação.

Já na segunda, esclarecemos, a partir de análise geográfica e histórica dos eventos, como as territorialidades dos garimpeiros (e, por conseguinte, a territorialidade garimpeira²⁹) deixaram de estar assentadas em uma base nacional para transnacionalizar-se, alterando as geografias na Pan-Amazônia, principalmente no Platô das Guianas. Nos dois primeiros capítulos dessa parte, dedicamos atenção a demonstrar como o Estado brasileiro possuiu relevante influência nessas dinâmicas, tanto no estímulo das mobilidades dos garimpeiros para a Amazônia, na transição entre o final dos anos 1970 e o início dos 1980, quanto na transnacionalização da referida atividade. Já no terceiro e último capítulo da segunda parte,

²⁹ Aqui cabe uma observação: a territorialidade garimpeira é constituída pelas *territorialidades dos garimpeiros* mais as *territorialidades para a garimpagem* (surgidas a partir da atração exercida pelas territorialidades dos garimpeiros). Logo, podemos considerar como pertencentes às territorialidades para a garimpagem aquelas práticas (i)materiais de indivíduos e/ou grupos que oferecem suporte à atividade realizada nos garimpos, incluindo assim a oferta de bens e serviços estabelecidos nas corrutelas e em áreas específicas das cidades articuladas com a extração aurífera.

analisamos os eventos ocorridos no Suriname que colaboraram para atrair parte das territorialidades dos garimpeiros que estavam em busca de novas frentes de garimpagem para além dos limites do território brasileiro.

Finalmente, na parte III da tese, também dividida em três capítulos, analisamos as dinâmicas atreladas às territorialidades dos garimpeiros no e para o Suriname. Assim, no primeiro capítulo dessa parte, discorremos acerca dos inúmeros ritmos e direcionamentos das mobilidades dos garimpeiros, traçando os itinerários percorridos e as ações desenvolvidas com o intuito de burlar as barreiras e os constrangimentos que obstaculizam a travessia transnacional, desde o Brasil, em direção ao Suriname. No segundo, analisamos as territorializações envolvendo os garimpeiros nas áreas de mineração aurífera situadas no Suriname e, também, demonstramos o complexo contexto multiterritorial, marcado pela superposição de territorialidades tanto solidárias quanto conflituosas, em que tais agentes estão imersos. Já no último capítulo, apresentamos um pouco sobre a coexistência, ora solidária, ora conflitiva, entre garimpeiros e quilombolas, a estigmatização, realizada por meios de comunicação e medidas governamentais, desses trabalhadores e os conflitos com as grandes empresas de mineração e as políticas adotadas pelos sucessivos governos do Suriname.

PARTE I

ESCOLHAS E RECORTES PARA CONSTRUÇÃO DE UMA REFLEXÃO GEOGRÁFICA

Capítulo 1. [Método de investigação] Técnicas e operacionalização da pesquisa

Capítulo 2. [Estado da arte] Suriname, uma terra incógnita... para a geografia brasileira!

Capítulo 3. [Marco teórico] Mobilizando ideias e influências na busca de conexões

“Nossa natureza geográfica molda nosso mundo e nós mesmos”
[“Our geographical nature shapes our world and ourselves”]
(SACK, 1997, p. 1).

Para respondermos as inquietações expostas e alcançarmos os objetivos traçados, a partir da perspectiva teórica já adiantada, faz-se indispensável apresentar os métodos e técnicas utilizados, como também o estado da arte atrelado ao tema e o marco teórico construído, pois tais considerações fortalecem o desdobramento dos demais capítulos. Cumpre mencionar que, diante da importância do detalhamento da metodologia utilizada como aporte para o desenvolvimento da tese, optamos por apresentá-las apartadas da introdução, visando assim oferecer maior esclarecimento acerca desse importante “tópico” da pesquisa.

De início, vale registrar que não seria razoável de nossa parte dizer que todas as informações que constam nesta parte foram formatadas da mesma maneira desde o início da pesquisa. Ela, assim como toda a tese, foi rotineiramente revisitada por motivação das nossas imaginações geográficas assimiladas durante as leituras e também ao longo do desenvolvimento das pesquisas de campo no Suriname, sendo progressivamente amadurecido e reelaborado ao longo dos três primeiros anos da tese, quando conseguimos encontrar, no nosso entendimento, um encadeamento teórico-metodológico coerente com a pretensão apresentada na introdução. Para tanto, repensamos por diversas vezes nossos procedimentos, sempre motivados pela dúvida: como fazer a tese? A difícil tarefa de responder a essa questão, ilusoriamente simples, se desdobrava em problemas complexos envolvendo, basicamente, cinco outras inquietações articuladas: i) quais as argumentações teóricas que pretendemos elencar para constituir um pensamento geográfico sistematizado, visando balizar a interpretação da realidade em evidência?; ii) quais as pesquisas já realizadas sobre o tema escolhido?; iii) como conseguir os dados empíricos para contribuir com nossas reflexões?; iv) como sistematizá-los, ou como transformar esses dados brutos em matéria para corroborar nossas argumentações?; e v) como transitar, através de nosso olhar geográfico, pelo teórico-conceitual→empírico→teórico-conceitual, organizando os dados coletados, ideias e perspectiva teórica de modo claro, adequado e coerente?

Enfatize-se que em todas as perguntas supracitadas, por mais operacionais que algumas delas possam parecer, foi necessário buscar aportes teóricos e registros de experiências anteriores, com o intuito de balizar nossas decisões, pois, até para definirmos a maneira como agiríamos na coleta de dados empíricos, ou na sua posterior sistematização, era preciso, primeiramente, ter clareza sobre qual escopo teórico nos levaria a tomar determinada postura, e não outra. Logo, apesar de estarem em domínios aparentemente distintos, não podemos perder de vista o entrecruzamento indissociável (e necessário) entre os elementos que compõem o método de interpretação daqueles que estão atrelados ao método de investigação, pois ambos são complementares, relacionais e, sobretudo, guiam nossa metodologia científica.

Diante do exposto, nesta primeira parte da tese procuramos esclarecer quais as técnicas e a operacionalização adotada para coletar e sistematizar os dados, seguindo com o levantamento da revisão de literatura atrelado ao recorte da realidade estudada para, por último, proceder às argumentações teóricas.

Capítulo 1

[Método de investigação] Técnicas e operacionalização da pesquisa

Como demonstrado até aqui, tratamos da temática em tela transitando em diferentes escalas: da micro, atrelada às territorialidades presentes nos garimpos, à macro, das mobilidades transnacionais envolvendo a garimpagem do ouro na Pan-Amazônia (mais especificamente, no Platô das Guianas) – sem perder de vista outras que estão em jogo, como a escala nacional. Para tanto, optamos por trabalhar a partir da mescla de variados métodos e técnicas de pesquisa que julgamos pertinentes para potencializar a argumentação da tese, ou seja, de acordo com cada circunstância (e necessidade percebida), recorreremos a alguns métodos qualitativos e/ou quantitativos, além de utilizarmos recursos disponibilizados pela tecnologia dos Sistemas de Informação Geográfica (SIG).

Neste sentido, baseamo-nos em ampla discussão metodológica e em exemplos de estudos (inclusive na Geografia) acerca do uso dos métodos mistos (*mixed methods*)³⁰, visando assim agregar valor tanto aos procedimentos adotados em torno da pesquisa bibliográfica e documental quanto aos da pesquisa de campo. Nesse particular, Nightingale (2003) argumenta que os métodos mistos abrem as perspectivas do pesquisador, pois contribuem para a produção de novos conhecimentos sobre a realidade. Vale salientar que tal caminho não visa à complementariedade de técnicas e/ou tipos de dados utilizados, mas,

³⁰ Ver, dentre outros, Creswell (2003), Hanson e Pratt (2003), Crooks et al. (2011), Christensen et al. (2011), Fielding (2012) e Teye (2012).

sobretudo, à integração de diferentes tipos de métodos (aparentemente contraditórios) para fortalecer análises e interpretações da realidade em níveis mais complexos. Logo, conforme esclarece Elwood (2010), tal opção metodológica incorpora variadas formas de dados em distintos níveis, contribuindo sobremaneira para o desenvolvimento de análises articuladas em diferentes escalas.

1.1 Pesquisa bibliográfica e documental

De início, cumpre mencionar que, ao contrário das pesquisas de campo, ocorridas em períodos programados, a pesquisa bibliográfica e documental se estendeu até o final da tese. Para melhor organizarmos sua operacionalização, subdividimos esse procedimento em três etapas: levantamento bibliográfico; consultas de documentos oficiais em arquivos e órgãos do governo; e acompanhamento periódico dos noticiários veiculados nos jornais do Suriname.

No que tange ao levantamento bibliográfico, realizamos ampla revisão de literatura com o intuito de: melhor consubstanciar a construção do marco teórico e seus respectivos desdobramentos conceituais; conhecer mais detalhadamente as pesquisas já realizadas acerca do tema da tese (estado da arte); e analisar a produção histórico-geográfica do recorte espacial estudado, visando assim compreender os processos que contribuíram para estimular tais mobilidades e, em especial, a expressiva presença brasileira nos garimpos surinameses.

Para essa etapa, realizamos levantamentos em livros, teses, dissertações, monografias, *reports* e artigos científicos. Tais fontes foram pesquisadas tanto através do portal de periódicos da Capes quanto em bibliotecas de universidades no Brasil (Universidade Federal de Roraima, Universidade de São Paulo, Universidade Federal Fluminense, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Universidade Federal do Pará e Universidade Federal do Amapá), no Suriname (Anton de Kom Universiteit van Suriname), na Venezuela (Universidad Central de Venezuela), na Guiana (University of Guyana) e nos Estados Unidos (University of Miami, Florida International University e Miami Dade College).

Cabe afirmar que consideramos, durante todo o levantamento, referências encontradas em português, espanhol, francês, inglês e holandês. Aqui, faz-se pertinente registrar dois fatos que contribuíram fundamentalmente para ampliarmos nosso horizonte durante o desenvolvimento dessa etapa. O primeiro diz respeito à atividade desenvolvida como *research scholar* na Anton de Kom Universiteit van Suriname (AdeKUS), durante os meses de janeiro e fevereiro de 2010. O segundo, ao período em que realizamos o doutorado sanduíche na University of Miami (UM), entre abril de 2012 e janeiro de 2013. Em ambos, foi possível

acessar referências nas bibliotecas dessas universidades e, principalmente, trocar experiências e informações com alguns pesquisadores do Stichting Institute for Graduate Studies & Research (IGSR) da AdeKUS e do Departamento de Geografia e do Center for Latin American Studies (Clas) da UM.

As consultas a documentos oficiais em arquivos e órgãos do governo, tanto no Brasil quanto no Suriname, visavam, particularmente, conseguir dados estatísticos, como também as legislações (passadas e atuais) sobre mineração e demais informações pertinentes à pesquisa (mapas, documentos de concessão, dentre outros), para consubstanciar nosso estudo. No Suriname, os principais órgãos públicos que contribuíram para a pesquisa foram: o Algemeen Bureau voor de Statistiek – ABS (Departamento Geral de Estatística); o Geologische Mijnbouwkundige Dienst – GMD (Serviço de Geologia e Mineração); a Hoofdafdeling Vreemdelingenzaken (Divisão de Imigração); e a Embaixada do Brasil em Paramaribo. Já no Brasil, cumpre destacar o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Serviço Geológico do Brasil (Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM) e o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM).

O acompanhamento periódico dos noticiários veiculados nos jornais do Suriname contribuiu para: i) registrarmos a flutuação da cotação do ouro; ii) ficarmos informados sobre os acontecimentos envolvendo o setor do ouro no país; e iii) analisarmos e mapearmos os discursos presentes nesse segmento midiático envolvendo os garimpeiros e demais membros da comunidade brasileira. Logo, regularmente realizamos leitura e coleta das reportagens publicadas nos dois principais jornais do Suriname (o *De Ware Tijd* e o *Times of Surinam*), entre os anos de 2007 e 2013. Vale mencionar que a pesquisa e a coleta de dados ocorreram através dos sites dos dois jornais supramencionados, pois ambos divulgam digitalmente as mesmas reportagens que são publicadas na sua versão impressa. Sendo assim, foi possível ter contato com as mesmas notícias que chega(ra)m, sobretudo, aos leitores surinameses em suporte tradicional (jornal impresso).

Durante o referido acompanhamento das matérias, consideramos apenas as reportagens publicadas nas seções de economia, de assuntos nacionais (binnenland) e, também, as reportagens de opinião. Cabe registrar que, na página web do *De Ware Tijd* (<http://www.dwtonline.com>), o acesso ao conteúdo completo é gratuito, ao passo que no *Times of Surinam* (<http://www.surinametimes.com/smartcms/>) foi preciso pagar assinatura mensal de nove dólares.

1.2 Pesquisa de Campo

A realização das pesquisas de campo no eixo Brasil↔Suriname foi, seguramente, um dos procedimentos mais importantes e complexos para o desenvolvimento da tese. Desde os primeiros esboços, voltados para a formatação do projeto, tínhamos clareza de que o campo seria fundamental para coletar dados e potencializar nosso conhecimento empírico. Tal necessidade de “ir a campo” para melhor compreender a realidade investigada foi motivada por três principais motivos, a saber: i) a existência de diversos mitos (muitas vezes caricatos) e preconceitos sobre a atividade do garimpo e, especialmente, em relação ao garimpeiro; ii) o interesse em compreender a constelação de mobilidades direta e indiretamente atreladas à garimpagem do ouro no Suriname; e iii) a necessidade de entender melhor a complexa sociedade desse país e o contexto multiterritorial no qual os garimpeiros estão inseridos.

Todavia, diante dos elevados custos para realizarmos os vários deslocamentos Brasil↔Suriname, como também para a manutenção da hospedagem e dos demais gastos inerentes à atividade³¹, uma adequada definição metodológica era fundamental para o sucesso da empreitada. Nossa intenção de traçar os procedimentos metodológicos de maneira clara visava, além de otimizar os gastos/investimentos, garantir que as pesquisas de campo não se transformassem num “passeio turístico”, como salienta Kaiser (2006). Para tanto, definimos que elas seriam realizadas a partir da etnografia móvel (*mobile ethnography*), levando em consideração aspectos da observação participante e da análise das práticas discursivas, que, apreciadas em conjunto, constituem o pilar teórico-metodológico dessa etapa do nosso método de investigação.

1.2.1 Etnografia móvel

Com base nos apontamentos registrados nos estudos de Bærenholdt et al. (2004), de Sheller e Urry (2006), de Urry (2007) e de Büscher e Urry (2009), podemos afirmar, de modo simples, que a etnografia móvel consiste em atribuir importância e, de certa forma, priorizar a pesquisa de campo³² a partir das mobilidades. Isso implica um redirecionamento das práticas atreladas aos métodos e técnicas da etnografia, pois, em vez de pensarmos a pesquisa etnográfica com base apenas em um único local, ela passa a acontecer e considerar vários lugares. No entanto, o fato de a etnografia também passar a se mover junto com o grupo

³¹ Todas as viagens foram custeadas pelo próprio pesquisador.

³² Temos clareza de que nem todo tipo de pesquisa de campo (sobretudo, na Geografia) pode ser considerada etnográfica. Contudo, ao longo da nossa tese, quando utilizamos o termo pesquisa de campo, estamos considerando e incluindo o método etnográfico (nesse caso, a etnografia móvel), pois nossas pesquisas de campo envolveram pesquisa etnográfica.

pesquisado (garimpeiros) não quer dizer que se exclui a prática anterior, mas, sim, a complementa. Dessa forma, iniciamos o estudo etnográfico participando dos padrões de movimento para, em seguida, realizar outros procedimentos, como entrevistas e levantamento fotográfico. Observar e compreender as práticas de garimpeiros e demais envolvidos – ou seja, como realizam seus percursos, conversam e se relacionam, interagem com o meio ambiente e com tecnologias disponíveis, reagem diante de variados contextos afetivos e/ou de poder – são algumas das possibilidades de apreensão da realidade a partir da etnografia móvel. Assim, esse procedimento auxilia no registro não somente daquilo que é/está evidente, mas, em especial, das dinâmicas encobertas e enfronhadas na lida cotidiana dos agentes envolvidos.

Partindo desse princípio, diversos pesquisadores engajados nos debates acerca do *mobility turn* têm desenvolvido novas formas de etnografias móveis, variando de acordo com interesses e com a realidade estudada. Sobre essas distintas metodologias elaboradas e aplicadas, convém mencionar os livros *Mobile Methodologies* e *Mobile Methods*, organizados, respectivamente, por Fincham, McGuinness e Murray (2010) e Büscher, Urry e Witchger (2011).

Na prática, a etnografia móvel se efetiva, em especial, pela observação participante, sendo esta realizada, em sua maioria, durante o percurso dos itinerários. Portanto, nossa observação participante se estendia desde o momento em que começava a jornada no Brasil, e não somente durante o tempo de estadia em cidades com potencialidade garimpeira ou nos garimpos e corrutelas. Dessa forma, realizamos inúmeras viagens de avião, van, ônibus, carro, caminhão, quadriciclo, canoa, barco e a pé, sempre em companhia de garimpeiros e/ou demais agentes envolvidos direta e indiretamente com o circuito da garimpagem do ouro no Suriname. Durante os percursos, que duravam horas ou dias, dialogávamos, analisávamos as mais variadas formas de dificuldades vividas durante o percurso (fiscalização, precariedade do transporte, dentre outras), mapeávamos os percursos, percebíamos as estratégias para contornar as fiscalizações, além de experienciarmos tais situações e contextos.

1.2.2 Observação participante

Sobre a observação participante, de início, adiantamos que nossos principais balizamentos são oriundos das influências assimiladas pelas obras assinadas por Nogueira (1968), Whyte (2005), Crang e Cook (2007) e Fetterman (2010). De maneira simples, podemos argumentar que a observação participante se desdobra em três etapas, cujo pesquisador: i) busca, de alguma maneira, ter acesso ao grupo pesquisado; ii) convive com as

pessoas estudadas, visando entender suas “visões de mundo” e seus modos de vida – supondo assim uma interação entre pesquisador-pesquisado; e iii) com base nas informações apreendidas, busca estabelecer conexões e sentidos, a partir de uma perspectiva teórica, para melhor compreensão da realidade estudada.

Ao concordarmos com Nogueira (1968, p. 92), entendemos que a observação participante possibilita “observar certos aspectos da cultura e da organização social sob uma perspectiva mais vantajosa para a pesquisa”. Desse modo, oferece a possibilidade de entendermos o cotidiano de outros indivíduos/grupos a partir da perspectiva deles (BENNETT, 2002). Além disso, proporciona a combinação simultânea da análise documental, entrevistas, observação e introspecção (VIANNA, 2003; HOLT, 2006). Importa mencionar que optamos por realizar a chamada observação participante aberta, ou seja, desde o início revelamos, para os membros dos grupos estudados, nossa profissão (geógrafo) e, sobretudo, que estávamos realizando uma pesquisa de doutorado. Posto isto, desde os primeiros contatos, os indivíduos/grupos pesquisados sabiam que estavam sendo observados³³. Lüdke e André (1986, p. 29), ao versarem sobre essa opção – revelação da identidade do pesquisador – destacam que, “nessa posição, o pesquisador pode ter acesso a uma gama variada de informações, até mesmo confidenciais, pedindo cooperação ao grupo. Contudo, terá em geral que aceitar o controle do grupo sobre o que será ou não tornado público pela pesquisa”.

Ao revelarmos nossa identidade de pesquisador, fez-se necessário construir certa “empatia” para conseguir aceitação do grupo, pois, “na aplicação deste método, é essencial compreender que o observador precisa ser considerado participante não só por ele mesmo, mas pelos membros do grupo a ser estudado” (KLUCKHOHN, 1946, p. 103-104). Assim sendo, “ser aceito” foi fundamental para o desenvolvimento das pesquisas de campo, pois, como destaca Kluckhohn (1946, p. 103), “o propósito desse método é obter dados sobre o comportamento através de contatos diretos, em situações específicas, nas quais a distorção resultante do fato de ser o investigador agente estranho é reduzida ao mínimo”.

Nesse sentido, para obtermos informações com mais eficácia e observarmos os aspectos de interesse da pesquisa de modo mais aguçado, durante esse mergulho nas pesquisas de campo foi necessário compreender “o domínio dos padrões linguísticos e das variações da linguagem dos indivíduos observados, a fim de poder registrar com fidedignidade os elementos levantados e poder interagir com os indivíduos” (VIANNA, 2003, p. 55). Portanto, tivemos que aprender, durante o convívio, as expressões, as gírias e os códigos/regras

³³ Optamos pela observação participante aberta, pois entendemos que a observação participante oculta, sob o ponto de vista ético, é bastante questionável no que concerne ao procedimento para obtenção dos dados.

existentes nas territorialidades quilombola e garimpeira. Todavia, cumpre evidenciar que esse aprendizado foi fundamental para a compreensão dos diálogos e desenvolvimento de conversas e entrevistas, além de contribuir para facilitar nossa aproximação.

O estabelecimento de boas relações com os pesquisados contribuiu para eliminarmos “as atitudes de reserva, as barreiras que se levantam à sua penetração nas esferas mais íntimas, mais secretas, da vida e da experiência dos membros do grupo” (NOGUEIRA, 1968, p. 96). Entretanto, cumpre enfatizar que, apesar de conseguirmos inserção com os membros dos grupos estudados, com os quais convivemos por diversos meses, não buscamos incorporar (ou defender) os discursos e, tampouco, as “lutas” desse ou daquele grupo. Logo, como alerta Haesbaert (1995a, p. 38), “tivemos muito cuidado para não tomar previamente partido diante do embate analisado”.

Cicourel (1990) ressalta que ainda mais perigoso é ficarmos tão envolvidos com o grupo pesquisado a ponto de nos tornarmos “nativos”, ofuscando as questões cientificamente importantes. Por isso, procuramos centrar nosso convívio e postura a partir da metodologia estabelecida e, principalmente, definir nosso papel enquanto pesquisador desde o início do processo, mantendo assim “a distância necessária para realizar as observações posteriores” (CICOUREL, 1990, p. 95). Entretanto, apesar de conservarmos uma base ético-teórico-metodológica, não forçamos um “modelo” de observação participante, ou seja, nossas pesquisas de campo foram sendo moldadas a partir das experiências adquiridas durante o próprio convívio com os pesquisados³⁴.

Neste sentido, discernir sobre a relação entre o pesquisador e os pesquisados durante a permanência no campo foi de suma relevância, pois, “por mais que sejamos bem recebidos, que conquistemos a confiança do depoente, seremos sempre vistos como ‘os de fora’ – os *outsiders* – e as falas, opiniões e posturas do informante estarão certamente baseadas nessa percepção” (MENEZES; AIRES; SOUZA, 2004, p. 62). Contudo, acrescentamos a observação de Silva (1978, p. 84) ao destacar que tais relações decorrentes das pesquisas de campo constituem “uma situação de interação, onde o seu comportamento e o do informante são influenciados, reciprocamente”.

³⁴ Aqui convém mencionar um exemplo vivido durante o primeiro campo no Suriname, ainda em 2009. Tínhamos a pretensão, além das anotações no caderno de campo e do levantamento fotográfico e cartográfico, de realizar notas visuais a partir de gravações em vídeo para utilizarmos na tese (conforme encontrado nas pesquisas realizadas por LAURIER; PHILO, 2006; SPINNEY, 2009; BROWN; SPINNEY, 2010, como nas orientações sugeridas por GARRETT, 2010; LAURIER, 2010; SIMPSON, 2011, e também encontradas no livro organizado por KNOBLAUCH et al., 2006). Contudo, assim que tentamos obter esse tipo de registro, percebemos que isso ocasionou desconforto e negativas (ao contrário, curiosamente, da fotografia). Diante da situação, abandonamos rapidamente a ideia do registro em vídeo e ampliamos nossa dedicação às fotos, para assegurar a “documentação visual” da pesquisa.

Diante do exposto, cabe registrar que, apesar do distanciamento necessário para o desenvolvimento da pesquisa, nesse intenso processo de interação, convívio, entrevistas, observações e escuta ativa é inegável o quanto aprendemos e (re)inventamos nosso “modo de ver” o mundo, ao conviver com os garimpeiros, quilombolas e demais indivíduos/grupos envolvidos com a garimpagem no Suriname; ao mesmo tempo em que, de certa forma, também contribuímos e influenciemos em suas vidas. Sobre essa questão, convém citar o livro *Wortubuku: sranantongo para brasileiros* (OLIVEIRA; RIBEIRO, 2011), que escrevemos em coautoria com uma das principais lideranças dos garimpeiros no Suriname, José Paulo Ribeiro. A ideia da elaboração do livro partiu de um grupo de garimpeiros e quilombolas enquanto me ensinavam as primeiras palavras em sranantongo que aprendi³⁵.

Portanto, reconhecer a existência das trocas ocasionadas pelo convívio pesquisador-pesquisados e, sobretudo, a inerência da dissimetria social no cerne dessa situação de observação participante aberta pode evitar ou, de certa forma, minorar aquilo que Bourdieu (1997) denominou como “comunicação violenta”. Por esse motivo, saber o momento de apenas observar e escutar é uma prática que, ao longo do campo, se apresentou como um importante trunfo na coleta de informações mais detalhadas sobre os contextos conflitivos que estudamos. Seguindo orientações desse autor, procuramos “instaurar uma relação de escuta ativa e metódica” (BOURDIEU, 1997, p. 695), com o intuito de conseguir informações não reveladas durante as entrevistas abertas. Sobre a importância do processo de observação ativa e escuta, Berreman (1980, p. 125) discorre que

as impressões decorrem de um complexo de observações e inferências, construídas a partir do que os indivíduos fazem, assim como do que dizem, tanto em público, isto é, quando sabem que estão sendo observados, quanto privadamente, isto é, quando pensam que não estão sendo observados.

Portanto, observar e perceber as atitudes e posturas cotidianas foi fundamental para a composição das nossas reflexões, oferecendo elementos que, muitas vezes, não são apreendidos nas entrevistas e conversas informais. Sobre a importância de valorizar o olhar atento às atitudes dos grupos estudados, Wolf (2003, p. 350) enfatiza que

³⁵ O referido encontro aconteceu na corrutela situada às margens do Porto do Alkin (Manlobi), em novembro de 2009. A elaboração do livro ocorreu durante todo o ano de 2010, sendo publicado pela Editora da Fundação Alexandre de Gusmão (Funag) em 2011, graças ao incentivo/apoio da Embaixada do Brasil em Paramaribo. Desde então, os livros impressos vêm sendo distribuídos gratuitamente para os brasileiros que trabalham e vivem no Suriname. Vale ainda mencionar que sua versão digital pode ser adquirida no site da Funag (através do link <http://www.funag.gov.br/biblioteca/dmdocuments/0813.pdf>).

continua a ser importante distinguir entre o que as pessoas dizem e o que elas fazem, mesmo porque o mundo não é moldado somente de palavras. Ademais, o que se sabe e o que se diz jamais são da mesma espécie, mas são produzidos e distribuídos de modo diferenciado numa sociedade por meio de canais que controlam o discurso.

Nesse sentido, a observação participante contribuiu, através da vivência cotidiana com os membros dos grupos pesquisados, para realizarmos o registro da realidade observada e das diversas conversas informais num caderno de campo, além da gravação de entrevistas abertas, da pesquisa *survey* e do levantamento fotográfico e cartográfico. Nesse particular, convém enfatizar que, durante a observação participante, valorizamos todos os aspectos e encontros. Ou seja: tudo e todos eram importantes e representavam, em nosso entender, fontes e dados para a pesquisa. Logo, aguçamos e aprendemos cotidianamente como escutar, falar, ver e explorar os demais sentidos, a fim de analisar ao máximo as inter(rel)ações entre as pessoas e, também, delas com diferentes tecnologias, objetos e elementos da natureza (especialmente nas áreas de garimpo). Aliás, saber, a partir do convívio, o momento de falar e silenciar, perguntar ou não, entrar e sair, é imprescindível no dia a dia da pesquisa.

Com relação à abordagem e metodologia para efetivarmos especialmente as conversas informais e/ou entrevistas, emergiram, logo no início das pesquisas de campo, duas indagações: i) qual seria a melhor maneira de estruturarmos previamente as questões?; e ii) como abordaríamos e realizaríamos as entrevistas, mesmo estando inserido no grupo através da observação participante, sem parecer inconveniente? Para tanto, julgamos necessário extrapolarmos as contribuições do método da observação participante no tocante às entrevistas e buscamos outros aportes que pudessem acrescentar elementos úteis à metodologia aplicada. Por conseguinte, optamos pela análise das práticas discursivas, pois julgamos que acrescentaria maior rigor e qualidade às entrevistas e demais conversas, sem implicar o abandono da observação participante – ao contrário, implicaria a sua complementação.

1.2.3 Práticas discursivas

Analisar as práticas discursivas consiste em buscar apreender a produção de sentidos no cotidiano dos indivíduos/grupos envolvidos em meio à condição multiterritorial pesquisada, podendo estas ser captadas desde uma conversa informal ou até mesmo por meio de entrevistas gravadas, uma vez que a produção de sentidos “é uma prática social, dialógica, que implica a linguagem em uso” (SPINK; MEDRADO, 2004, p. 42). Ao versar sobre o assunto, Bakhtin (1979, p. 108) esclarece que “a função central da linguagem não é a

expressão, mas a comunicação. Isso leva a considerar o papel do ouvinte. O par locutor-ouvinte constitui a condição necessária da linguagem”. Assim sendo, a construção dos sentidos é fruto do “confronto” de duas ou mais vozes, ou seja, “quando a voz de um ouvinte (*listener*) responde à voz de um falante (*speaker*)” (SPINK; MEDRADO, 2004, p. 46). Cumpre mencionar que, nessa relação dialógica, a memória também se faz presente, pois no plano do pensamento habitam (coexistem) falantes e ouvintes que são presentificados e interanimam a produção dos sentidos.

Nosso intuito foi, portanto, centrar maior atenção em captar dos indivíduos/grupos pesquisados (nossos principais interlocutores) as práticas discursivas, sendo estas entendidas em nossa pesquisa “como linguagem em ação, isto é, as maneiras a partir das quais as pessoas produzem sentidos e se posicionam em relações sociais cotidianas” (SPINK; MEDRADO, 2004, p. 45). Desse modo, na prática discursiva, como esclarece Bakhtin (1979, p. 81), “a palavra está sempre carregada de um conteúdo ou de um sentido ideológico ou vivencial”, ou, como preferimos dizer, de moral(idades). Tais práticas discursivas constituem-se de três elementos: i) os *speech genres* (as formas); ii) os enunciados orientados por vozes (a dinâmica); e iii) os repertórios interpretativos (os conteúdos).

Bakhtin (2004, p. 60-102), no capítulo intitulado “The problem of speech genres”, esclarece que *speech genres* (gêneros de fala) são as formas dos enunciados relativamente estáveis associados a distintos contextos, temporalidades e interlocutores (por exemplo, “oi, tudo bem?”; “meus parabéns”; “meus pêsames”). Em trecho que procura sintetizar o exposto, Bakhtin (2004, p. 60) sublinha:

Todos esses três aspectos – conteúdo temático, estilo e estrutura composicional – estão inseparavelmente todos ligados ao enunciado e são igualmente determinados pela especificidade da esfera particular de comunicação. Cada enunciado separado é individual, é claro, mas cada esfera em que a linguagem é usada desenvolve seus próprios tipos relativamente estáveis desses enunciados. Estes chamaremos de *speech genres*³⁶.

O autor explica que o enunciado é a unidade concreta e o ponto de partida da relação dialógica, cuja inserção de cada enunciado se constitui, em consequência, num novo acontecimento/evento na comunicação. Importa explicar que o enunciado, qualquer um, “por

³⁶ “All three of these aspects – thematic content, style, and compositional structure – are inseparably linked whole of the utterance and are equally determined by the specific nature of the particular sphere of communication. Each separate utterance is individual, of course, but each sphere in which language is used develops its own relatively stable types of these utterances. These we may call speech genres” (BAKHTIN, 2004, p. 60).

mais significativo e completo que seja, constitui apenas uma fração de uma corrente de comunicação verbal ininterrupta” (BAKHTIN, 1979, p. 109).

Mas o processo em tela não ficou restrito apenas às interações das vozes através das produções orais. Como esclarece Bakhtin (1979), o livro, ou melhor, o texto escrito, por exemplo, representa um ato de fala impresso, sendo assim um elemento da comunicação verbal. Torna-se, portanto, objeto de discussões através da crítica, de comentários, elogios, além de servir para o desenvolvimento e orientação de outros trabalhos. Por esse motivo, além da comunicação verbal, buscamos também comparar e analisar as distintas práticas discursivas, recorrendo também aos dois principais jornais do Suriname (*De Ware Tijd* e *Times of Suriname*), conforme já detalhado na introdução da tese. Recorrer aos jornais é inserir mais um significado nessa multiplicidade de significados atrelados aos trabalhadores brasileiros e à garimpagem no Suriname, cujas práticas discursivas em jogo tendem a ser afetadas pela assimetria das relações de poder, em que o “sentido é dado em função do contexto” (PINHEIRO, 2004, p. 195). Como nos ensina Bakhtin (1981), as vozes que constituem essa multiplicidade de significados construídos e presentes nas práticas discursivas não são “neutras”. Logo, reconhecemos que existe uma contínua relação dialógica entre o que se fala e os falantes, entre o contexto e o significado, como, também, entre valor moral e moralidades.

Como o enunciado determina o início da comunicação, nosso objetivo foi captar as muitas construções de significados, ou seja, a polivocalidade (ou, como Bakhtin [1981] denomina, heteroglossia) presente nos discursos produzidos pelos indivíduos/grupos que forjam e estabelecem a manutenção dessas territorialidades em áreas de garimpo, uma vez que refletir sobre a melhor maneira de começar tal interanimação dialógica apresentou-se como elemento fundamental. Assim, conforme destacado anteriormente, o processo de escuta ativa foi fundamental para compreendermos de início as dinâmicas dos indivíduos/grupos e das territorialidades pesquisadas. Aos poucos (e constantemente readaptando nossas intervenções e enunciados), encontramos a melhor maneira de expor enunciados que estimulassem práticas discursivas voltadas para as histórias de vida dos pesquisados e demais querelas de cujas respostas necessitávamos. Para tanto, procuramos direcionar os enunciados (tanto nas entrevistas quanto nas conversas informais) de acordo com o roteiro de temas elaborado, no intuito de coletar as informações necessárias para respondermos as questões balizadoras deste trabalho. Portanto, nossa abordagem e a construção da enunciação não seguiu um roteiro “fechado” ou inflexível, pois o contexto do local onde estávamos contribuiu para

identificarmos as melhores pessoas e caminhos. Sobre essa opção pela flexibilização do enunciado durante as entrevistas e demais conversas informais, Thomson (2000, p. 48) contribui afirmando

(...) que a entrevista é uma relação que se insere em práticas culturais particulares e que é informada por relações e sistemas de comunicação específicos. Em outras palavras, não existe uma única “maneira certa” de entrevistar, e a maneira que o “bom senso” indica como “certa” para entrevistas com membros da elite política branca do sexo masculino pode ser completamente inadequada em outros contextos culturais.

Isto posto, observar e realizar a escuta ativa, num primeiro momento, se apresentou como o procedimento mais adequado, pois o tempo e o convívio com os garimpeiros e quilombolas contribuíram para posteriormente realizarmos conversas informais mais direcionadas pelos interesses da pesquisa e, finalmente, em outra etapa, conseguirmos efetivamente entrevistas (em muitos casos, os próprios pesquisados se ofereciam para participar, a fim de contribuírem com este estudo).

As entrevistas, mesmo quando realizadas somente com um garimpeiro, em sua maioria, eram repletas de pessoas presentificadas através da fala do entrevistado durante a dialogia da comunicação verbal. Como destaca Spink e Medrado (2004, p. 46), “a compreensão dos sentidos é sempre um confronto entre inúmeras vozes”. Em diversos momentos, ao reagirem diante dos enunciados, os pesquisados traziam à baila a “voz” de outras pessoas (do amigo, de outro garimpeiro, do gerente de um garimpo que trabalhou no passado), num esforço de construção de sentidos. Comumente as diversas vozes presentes em nossa memória permeiam a prática discursiva e surgem, com maior ou menor relevância, de acordo com o contexto, o assunto e os envolvidos na relação da comunicação (quando se diz, por exemplo, “não trabalhei nesse garimpo, mas lembro que ano passado outro garimpeiro...”).

Além disso, destacamos que, “no cotidiano, o sentido decorre do uso que fazemos dos repertórios interpretativos que dispomos” (SPINK; MEDRADO, 2004, p. 47). Os repertórios interpretativos são as unidades de construção das práticas discursivas (o conjunto de termos, descrições, lugares-comuns e figuras de linguagem), pois estes emergem como uma espécie de rol de possibilidades que estrutura as construções discursivas dos nossos entrevistados.

O uso dos repertórios interpretativos nas práticas discursivas cotidianas está intimamente atrelado à inscrição histórica incorporada ao longo dos tempos. Por isso, podemos afirmar que os sentidos produzidos são contextualizados, forjando diálogo contínuo

entre novos e antigos sentidos. Bakhtin (2004, p. 159-172) diz que a construção das práticas discursivas atua indissociavelmente articulando tempos curtos e longos³⁷. O tempo curto abarca a cotidianidade, ou seja, o passado recente e a expectativa do futuro; já o tempo longo é marcado pelos conteúdos culturais, constituídos e definidos ao longo da história. Portanto, podemos afirmar que, tanto nas conversas informais quanto nas entrevistas abertas, a inter-relação entre o tempo curto da situação relacional e o tempo longo se faz presente.

Nesse sentido, as práticas discursivas externadas nas conversas e entrevistas realizadas durante a pesquisa de campo, apesar das especificidades que possam adquirir as vozes em virtude do contexto imediato/imediatista (tempo curto), estão entrelaçadas por linguagens sociais mais hegemônicas configuradas em estruturas compartilhadas (ou cristalizadas), explicitando assim “as pressões sociais mais substanciais e duráveis a que estão submetidos os integrantes de uma conversa” (MENEGON, 2004, p. 220).

Em síntese, destacamos que as entrevistas e as conversas informais realizadas durante as pesquisas de campo levavam em consideração: i) que estamos tratando de práticas discursivas, cuja comunicação é estabelecida a partir da interanimação dialógica entre *listeners* e *speakers*; ii) que os *speech genres*, o enunciado e os repertórios interpretativos são os três elementos que constituem as práticas discursivas; e iii) os sentidos produzidos através das práticas discursivas são contextualizados a partir da relação entre tempos curtos e longos (tanto vivenciados quanto influenciados).

Por conseguinte, alertados sobre os aspectos mencionados, procuramos: i) valorizar em nossa pesquisa de campo os diálogos diretamente realizados com os garimpeiros, quilombolas e demais envolvidos com as territorialidades investigadas; ii) na medida do possível, elaborar e apresentar enunciados “não violentos”, respeitando assim a fluidez das conversas e buscando oportunidades e situações cotidianas para direcionar os assuntos de maior interesse para a pesquisa; iii) mapear, durante o convívio, aqueles que potencialmente podem aceitar fazer uma entrevista gravada e “mais direcionada”; iv) discernir, em meio às conversas rotineiras e entrevistas, a presença de “tempos curtos” e “tempos longos” nas práticas discursivas; e v) reconhecer que as práticas discursivas pertencem a um contexto marcado por múltiplos sentidos e significados, sendo essa polivocalidade marcada por moral(idades) – logo, por relações de poder.

³⁷ Bakhtin (2004, p. 159-172), em seu texto “Toward a methodology for the Human Sciences”, utiliza os termos *small time* e *great time*. Contudo, em português julgamos mais adequado traduzir como “tempo curto” e “tempo longo”.

Diante do exposto, podemos perceber, em meio às pesquisas de campo, que recorreremos à observação participante e à análise das práticas discursivas de acordo com as necessidades e em distintos momentos: quando da inserção e acesso aos territórios estudados (observação participante); do registro nos cadernos de campo, levantamentos fotográficos e cartográficos (observação participante); da preparação prévia das entrevistas e conversas informais (análise das práticas discursivas); e do emprego de técnicas de abordagem para realização das entrevistas (observação participante e análise das práticas discursivas).

1.2.4 Princípios e cuidados éticos

Como enfatiza Lankshear e Knobel (2008, p. 159), “a coleta de dados é invasiva, consome tempo e os participantes facilmente podem sentir-se sob pressão, inadequados, ‘invadidos’”. Por isso, procuramos atentar para algumas questões e princípios éticos que foram de grande relevância para o sucesso das pesquisas de campo. Concernente à nossa relação com os participantes, ou seja, com os membros dos grupos pesquisados (durante a observação participante, a depuração dos dados e, em especial, a redação da tese), buscamos considerar e respeitar três cuidados éticos essenciais: i) os consentimentos informados; ii) o não abuso do poder na relação entre pesquisador e participantes; e iii) a proteção do anonimato (SPINK; MENEGON, 2004).

No que diz respeito ao consentimento informado, entendemos este como o acordo estabelecido inicialmente no processo de colaboração, sendo passível de revisão e, até mesmo, de ser desfeito pelos membros dos grupos pesquisados ao longo do processo de convívio, através da observação participante. Ao tratar sobre o assunto, Spink e Menegon (2004, p. 92) esclarecem que “o princípio básico do consentimento informado é a transparência quanto aos procedimentos e quanto aos direitos e deveres de todos os envolvidos no processo de pesquisa”. Quanto à nossa postura, visando evitar o uso abusivo do poder nas relações, buscamos estabelecer o respeito e a confiança recíproca, assegurando aos membros dos grupos pesquisados o direito de não resposta e, também, a revelação velada (tanto nas entrevistas gravadas quanto durante as conversas cotidianas). Sendo assim, “o cuidado que se coloca é o da sensibilidade quanto aos limites apropriados da revelação, zelando para que a curiosidade seja controlada pelo princípio do respeito à intimidade e da não interrupção das estratégias de enfrentamento presentes na interlocução” (SPINK; MENEGON, 2004, p. 92). Já no que concerne à proteção do anonimato, tivemos a preocupação de preservar a identidade dos entrevistados, não revelando informações que possibilitassem ou contribuíssem para

identificá-los, salvo nos casos em que recebemos autorização. Para tanto, utilizamos siglas para ocultar o verdadeiro nome dos participantes, nos trechos das entrevistas utilizadas, mantendo apenas as demais informações relevantes (idade, função e tempo em que vive/trabalha no Suriname). Por fim, sublinhamos que mantivemos os trechos das entrevistas que estão citados diretamente da maneira que foram registrados, ou seja, mantivemos as expressões, os lugares mencionados e, inclusive, a maneira com que falam (ou seja, não ocultamos lugares, gírias e tampouco realizamos correções de concordância).

Após a exposição dos recortes e cuidados metodológicos, e também das considerações sobre os princípios éticos da pesquisa, cumpre apresentarmos como desenvolvemos as pesquisas de campo em meio às intensas mobilidades entre o Brasil e o Suriname. Assim sendo, iremos expor os caminhos percorridos, as dificuldades encontradas e as soluções que foram construídas diante dessas dificuldades. Vale frisar que, em decorrência da carência de estudos em Geografia sobre garimpos em plena atividade, acreditamos que tal registro se faz necessário, pois poderá ser útil para municiar futuras pesquisas nessa área.

1.2.5 Garimpando mobilidades e histórias

As pesquisas de campo que contribuíram para a elaboração dessa tese, de certa forma, já ocorrem desde antes do início do doutorado como aluno regular, conforme registrado anteriormente no prólogo. No entanto, se considerarmos somente as pesquisas de campo realizadas a partir de julho de 2009 (período da matrícula no curso de pós-graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo), contabilizamos cinco, entre os períodos de outubro e novembro de 2009 (56 dias); janeiro a março de 2010 (52 dias); novembro e dezembro de 2010 (36 dias); março a maio de 2011 (49 dias); e fevereiro e março de 2013 (54 dias)³⁸. Conforme demonstrado no quadro 2, esses 247 dias de pesquisas de campo foram diluídos durante as mobilidades e paradas em diversas cidades e áreas de garimpo que estão intimamente implicadas com as territorialidades dos garimpeiros para as áreas de garimpagem do Suriname. Desse modo, realizamos levantamento em diversas cidades e áreas de garimpo no referido país de destino, como também incluímos as cidades de Boa Vista (RR), Bonfim (RR), Belém (PA), Macapá (AP) e Oiapoque (AP), no Brasil; Lethem, Madhia, Georgetown e Corriverton, na Guiana; e Saint-Laurent-du-Maroni e Saint-Georges-de-l'Oyapock, na Guiana Francesa. Ao todo, permanecemos, ao longo desses cinco anos, 128 dias no Suriname (tanto

³⁸ Somente em 2012 não realizamos pesquisas de campo, pois estávamos envolvidos com o doutorado sanduíche no exterior, que aconteceu na University of Miami (EUA).

nas cidades estudadas quanto nas áreas de garimpo), ao passo que os demais 119 dias estão distribuídos nos campos realizados nos demais países (MAPA 1, p. 37).

PERÍODO	DIAS				
	TOTAL	BRASIL	GUIANA ^(*)	SURINAME	GUIANA FRANCESA
Out. e nov. 2009	56	13 ^{(a)(b)}	20 ^{(f)(g)(h)(i)}	23	
Jan., fev. e mar. 2010	52	7 ^(a)	19 ^{(f)(g)(h)}	26	
Nov. e dez. 2010	36	9 ^{(a)(b)}		27	
Mar., abr. e mai. 2011	49	10 ^{(a)(b)(c)}	16 ^{(f)(g)}	23	
Fev. e mar. 2013	54	16 ^{(a)(b)(c)(d)(e)}	6 ^{(f)(g)(h)(i)}	29	3 ^{(j)(k)}
TOTAL	247	55	61	128	3

QUADRO 2 – Distribuição dos dias, por país, das pesquisas de campo realizadas para a tese de doutorado.

(*) Aqui estamos considerando apenas as viagens relacionadas especificamente à tese de doutorado, ou seja, as cidades onde levantamos dados ao longo do eixo rodoviário Brasil↔Guiana↔Suriname. Logo, não estão inclusos os dias de pesquisas em garimpos e outras cidades guianenses ocorridos durante esse mesmo período (realizadas para outros estudos).

(a) Boa Vista; (b) Bonfim; (c) Belém; (d) Macapá; (e) Oiapoque; (f) Georgetown; (g) Lethem; (h) Mahdia; (i) Corriverton; (j) Saint-Laurent-du-Maroni; (k) Saint-Georges-de-L'Oyapock.

No que concerne ao período das pesquisas de campo no Suriname, ficamos aproximadamente um terço dele coletando informações nas cidades que identificamos como principais centros de parada temporária, entrada e saída dos brasileiros no referido país, sendo estes os locais onde os garimpeiros realizam negócios, compram e vendem o ouro, descansam, divertem-se ou, simplesmente, ficam à espera de uma nova oportunidade de trabalho nos garimpos dentro do território surinamês. Além da capital Paramaribo, levantamos dados em Nieuw Nickerie e Albina, sendo ambas vias de acesso terrestre, respectivamente, da fronteira com a Guiana e a Guiana Francesa, cujas rotas são constantemente utilizadas pelos brasileiros em busca dos garimpos surinameses. Já o restante do período, cerca de dois terços, ficou reservado às incursões pelo interior do país, especialmente nas áreas de garimpo, em acampamentos junto com os garimpeiros. Sendo assim, as pesquisas de campo concentraram-se em três áreas específicas, a saber: i) na capital Paramaribo; ii) nas duas cidades fronteiriças (Nieuw Nickerie e Albina), por onde muitos garimpeiros realizam travessias diariamente; e iii) nos garimpos, situados em sua maioria nos distritos de Brokopondo e Sipaliwini. Conforme sinalizamos, as pesquisas não ficaram, no entanto, restritas aos lugares mencionados, pois incluimos e consideramos as mobilidades entre tais destinos (realizadas, em sua grande maioria, juntamente com garimpeiros e/ou quilombolas).

Cumpramos mencionar que, em decorrência de os garimpos no Suriname serem, de certa forma, um ambiente hostil, realizávamos previamente contato com donos de par de máquinas, lideranças quilombolas ou, então, diretamente com outras pessoas que pudessem garantir que

tivéssemos acesso às áreas de garimpagem sem complicações com relação ao nosso trânsito e permanência. Sem os contatos supramencionados previamente estabelecidos, seria muito difícil realizar as pesquisas nas áreas de garimpo, sobretudo permanecer nos acampamentos, pois, além dos riscos inerentes a essas áreas, os preços da alimentação e da hospedagem são exorbitantes (cobrados, geralmente, em ouro).

O fato de estarmos no garimpo com a autorização do “dono” facilitava muito o acesso aos lugares, o convívio com garimpeiros e quilombolas e, principalmente, a realização de entrevistas com brasileiros (em especial, garimpeiros) e surinameses. Os contatos estabelecidos previamente foram vitais para identificarmos pessoas estratégicas a partir da convivência com os garimpeiros e quilombolas, tanto nos garimpos quanto nas cidades mapeadas.

No que se refere aos nossos deslocamentos para as áreas de garimpo, partiam, em sua maioria, da capital Paramaribo ou Albina (na fronteira com a Guiana Francesa). Os meios para se chegar até as corrutelas e garimpos são diversos, variando de acordo com as dificuldades de acesso: avião, barco/canoa, carroceria de caminhão. Para chegar, por exemplo, de Paramaribo até os garimpos situados em Manlobi, é necessária cerca de uma hora de viagem de avião, mais um deslocamento de canoa de três horas e, por fim, realizar uma travessia de uma hora pela íngreme estrada aberta em meio à floresta de moto ATV (com tração nas quatro rodas), até alcançarmos o garimpo. Para o mesmo garimpo, é possível chegar também partindo de Albina, sendo necessários dois dias de canoa e, posteriormente, a mesma travessia de moto ATV. Importa frisar que, numa mesma área, realizamos diversas visitas em diferentes acampamentos, garimpos e corrutelas.

Vale externar também que, antes de realizarmos os primeiros contatos, procuramos coletar informações sobre quais seriam as pessoas mais importantes estrategicamente para estreitarmos os contatos iniciais, pois a escolha adequada é fundamental para o sucesso da observação participante. Menezes, Aires e Souza (2004, p. 62), ao versarem sobre essa importante etapa, afirmam:

(...) a pessoa que nos apresenta aos informantes é de fundamental importância na pesquisa; ser apresentado por alguém que tem boas relações com o grupo é um primeiro passo para construir um espaço de confiança com os informantes. Ao contrário, ser apresentado por alguém que não tenha uma boa imagem pode dificultar a inserção no grupo pesquisado.

Como nos ensina Nogueira (1968), durante a observação participante é desaconselhável realizar anotações, pois tal postura poderia inibir e causar algum tipo de

constrangimento. Por isso, registrávamos as observações e os principais aspectos das conversas e escutas durante o período noturno (e, quando possível, após o almoço). Durante os dois primeiros campos, procuramos realizar as anotações diariamente, salvo quando a atividade era impossibilitada. Entretanto, após algum tempo, fomos reduzindo a utilização do recurso das anotações diárias, pois, a partir do terceiro campo, algumas informações apresentavam-se recorrentes. Sendo assim, com a convivência e o conhecimento da realidade estudada, algumas anotações passaram a ser dispensáveis (haja vista que já tinham sido realizadas em oportunidade anterior), e passamos a anotar somente novas informações, demandando, assim, um tempo bem menor de dedicação para o caderno de campo. Nogueira (1968, p. 104), ao versar sobre os cuidados para não supervalorizarmos esse instrumento e listar alguns cuidados relacionados ao seu uso, alerta:

A principal desvantagem do diário de pesquisa³⁹ está em que ele se pode tornar absorvente, tendendo a monopolizar o tempo e a atenção do pesquisador. Este deve, portanto, manter sempre consciente a noção de que o diário é um meio, um instrumento de trabalho, e não um fim em si mesmo. (...) De um modo geral, pode-se responder, porém, que o diário deve ser mantido até que os tipos de situação, manifestações de comportamento ou fenômenos comecem a se repetir, isto é, a demonstrar a sua recorrência como novos casos de padrões já conhecidos. Será, então, desnecessário – e constituiria perda de tempo e trabalho – registrar em minúcias cada novo caso que suceder.

Isto posto, o referido recurso se apresentou como indispensável num primeiro momento e, gradativamente, tornou-se menos presente durante o desenrolar da pesquisa. Assim, orientados por Spradley (1980), as anotações no caderno de campo tiveram três momentos, a saber:

- primeiro momento – **a observação descritiva**: durante os primeiros dias da pesquisa de campo, realizamos anotações de cunho geral, esboçamos desenhos e esquemas para melhor compreensão da complexidade estudada. Tais análises não específicas contribuíram para, após as primeiras depurações dos dados e transcrições, (re)formularmos nossas questões e perspectivas para realização da pesquisa;

- segundo momento – **observação centrada**: os registros passaram a focar nas problemáticas traçadas após as primeiras impressões, buscando compreender melhor os processos e as dinâmicas (re)definidas;

³⁹ Concordamos com Nogueira (1968, p. 102-110), que entende “diário de pesquisa”, “caderno de campo” e “fichas de campo” como sinônimos.

- terceiro momento – **observação seletiva**: nos últimos campos, realizamos anotações voltadas a buscar novos exemplos e situações a fim de enriquecer a pesquisa, como também para preencher lacunas percebidas durante a elaboração da redação da tese.

Nesse sentido, ao efetivarmos tais procedimentos, partindo do geral para o particular, os registros realizados no caderno de campo foram utilizados como parte do acervo de dados, sendo tão importantes quanto as entrevistas gravadas. As anotações concernentes às territorialidades dos brasileiros nos garimpos e nas áreas urbanas – como também valores, trajetos, contatos e depoimentos informais – se mostraram valiosas durante o processo de redação da tese e, principalmente, contribuíram para (re)construirmos enunciados e refletirmos sobre as questões teórico-metodológicas da presente pesquisa.

Nos garimpos, além da riqueza de informações obtidas através da observação e escuta ativa (durante os períodos de convívio com os garimpeiros e quilombolas), a abordagem para as conversas informais e entrevistas abertas ocorreram, geralmente, no momento da troca de turno dos grupos de garimpeiros (às 5h e às 17h), ao passo que, nas corrutelas, abordávamos as pessoas nos horários das refeições (12h e 19h). Quando autorizado, gravamos as entrevistas abertas⁴⁰, cujos enunciados eram baseados a partir de alguns temas previamente selecionados e discorridos durante o diálogo, para direcionar o depoimento e o registro das informações. Ao longo do dia, realizávamos visitas aos mais diversos garimpos situados no entorno da corrutela para realização de mapeamento, levantamento fotográfico, além de observações e escuta ativa das conversas entre os garimpeiros.

Entre os principais pontos indagados em nossos enunciados, tanto nas conversas informais como nas entrevistas gravadas durante as mobilidades e permanências em garimpos e/ou cidades, destacamos: i) as rotas e os itinerários percorridos pelos garimpeiros; ii) experiências vividas em outros garimpos, tanto no Brasil quanto no Suriname; iii) como os garimpeiros chegaram pela primeira vez aos garimpos do Suriname e quais os principais garimpos em que já trabalharam; iv) qual a profissão original (tipo de trabalho anterior); v) a procedência (município e estado brasileiro); vi) relacionamento com os quilombolas; vii) situação irregular ou como/quando realizaram a regularização; viii) frequência do deslocamento garimpo-cidade-garimpo; ix) relações estabelecidas com parentes no Brasil; x) dificuldades encontradas na vida de garimpeiro e expectativas; xi) conflitos e dificuldades vividos nos garimpos; e xii) histórias peculiares da vida garimpeira. Dessa maneira,

⁴⁰ Além do número incalculável de informações coletadas a partir de conversas e processos de escuta durante a observação participante (que, no caso da nossa pesquisa, possuem grande valor), gravamos 63 falas (cujo tempo das entrevistas abertas oscila entre 10 e 20 minutos cada).

procurávamos direcionar as conversas informais e entrevistas, dentro das possibilidades e de modo respeitoso, seguindo tais assuntos.

Em diversos casos, também tivemos a oportunidade de conversar e entrevistar quilombolas, cozinheiras de garimpo, proprietários de cantina, bares e cabarés, atravessadores, funcionários e proprietários de compra de ouro (e/ou casas de câmbio), proprietários das centrais de rádio, lideranças religiosas, trabalhadoras sexuais, policiais federais (Brasil), funcionários do GMD, representantes da Embaixada do Brasil em Paramaribo, funcionários da ABS, funcionários da Divisão de Imigração do Suriname e surinameses que vivem em bairros próximos do Belenzinho.

Em meio aos encontros, conversas informais e entrevistas abertas, também aplicamos um *survey* com 972 garimpeiros. A pesquisa *survey* objetivou oferecer um perfil sobre determinadas características atreladas aos garimpeiros que trabalham no Suriname, como a origem, a idade e a experiência de trabalho em garimpos de outros países. Nessa etapa, a obtenção dos dados aconteceu somente no Suriname, sendo que 71,81% (698 garimpeiros) foram aplicados diretamente nos garimpos e corrutelas, e 28,19% (274 garimpeiros) na cidade de Paramaribo (todas realizadas no Belenzinho). Conforme esclarecem Pinsonneault e Kraemer (1993)⁴¹, o referido método foi utilizado com o propósito de produzir uma descrição quantitativa de alguns aspectos específicos do referido grupo analisado. Diante da fluutuabilidade territorial dos garimpeiros, motivada pelas constantes mobilidades, foi necessário optar por uma amostra não probabilística, ou seja, adotamos critérios que, conseqüentemente, não ofereciam para todos os garimpeiros que trabalham no Suriname a mesma oportunidade de participarem da pesquisa⁴². Logo, apoiados em outros estudos (ETTER; PERNEGER, 2000; VALENTINE, 2005; TYLDUM; BRUNOVSKIS, 2005; KOWALD; AXHAUSEN, 2012; RUSINGA, 2012), selecionamos os entrevistados por meio do método denominado bola de neve (*snowball*). Vale evidenciar que esse método, cujos próprios entrevistados indicam novos participantes em potencial, também foi adotado para realizarmos as gravações das entrevistas abertas.

Já as pesquisas de campo em cidades situadas no Brasil, na Guiana e na Guiana Francesa aconteceram, na sua maioria, em meio às mobilidades que realizamos em direção ao Suriname (MAPA 1, p. 37). Além das conversas e entrevistas com brasileiros que

⁴¹ Pinsonneault e Kraemer (1993, p. 77-78), na seção intitulada “Characteristics of survey research”, destacam que a pesquisa *survey* pode contribuir para atingir três propósitos distintos: i) descritivo; ii) exploratório; e iii) explanatório.

⁴² Ao contrário da amostra não probabilística, no caso da pesquisa *survey*, utilizando amostra probabilística, todos os implicados na pesquisa possuem as mesmas chances de serem selecionados – podendo acontecer, por exemplo, através de seleção randômica ou aleatória (FREITAS et al., 2000).

conhecemos durante as viagens (principalmente garimpeiros), tivemos a oportunidade de analisar e mapear os itinerários e infraestruturas estabelecidas para favorecer tais dinâmicas. Consideramos que os dados coletados durante essa parte das pesquisas de campo são de suma importância, pois contribuem para ampliarmos o entendimento dos itinerários e das geografias materiais atreladas a essas mobilidades. Vale destacar ainda que as conversas e entrevistas realizadas durante as viagens apresentaram perspectiva distinta quando comparadas com as de entrevistados que estavam trabalhando nos garimpos onde ocorreram as entrevistas.

Cumpramos esclarecer que, motivados pela importância em realizar detalhada etnografia móvel, realizamos todos os trajetos possíveis, excetuando aqueles que nos colocavam em situação irregular. Assim sendo, somente não fizemos travessias juntamente com garimpeiros na fronteira Brasil↔Guiana Francesa e Suriname↔Guiana Francesa. Em ambos, recorremos ao apoio do Consulado Geral do Brasil em Cayenne e da Frente Missionária Pentecostal no Suriname. Contudo, apesar de entrarmos e permanecermos em situação regular nos países visitados em quase todas as pesquisas de campo, viajamos e convivemos com garimpeiros (geralmente em pequenos grupos) que entram, permanecem e/ou saem desses países em situação irregular, nos quais desenvolvem e participam de estratégias para burlar as fiscalizações e o controle desses Estados. Nas fronteiras em que não atravessamos juntamente com garimpeiros, realizamos ainda intensa observação (por vários dias e, também, em diferentes horários) das mobilidades desses agentes em distintos pontos da fronteira ao longo dos rios Marowijne e Lawa (que dividem o Suriname e a Guiana Francesa), como também em Oiapoque (Brasil), Saint-Georges-de-l'Oyapock (Guiana Francesa), Saint-Laurent-du-Maroni (Guiana Francesa) e Albina (Suriname).

Ao cruzarmos as informações levantadas e os depoimentos/discursos coletados, procuramos identificar os principais trechos das entrevistas para consubstanciar nossa interpretação geográfica da realidade abordada. Assim sendo, tais dados transitam, de maneira sistematizada, ao longo de toda a tese, aparecendo basicamente de quatro maneiras: i) incorporadas indiretamente em nossas argumentações; ii) citadas de maneira direta (conservando trechos dos depoimentos coletados); iii) espacializadas em mapas; e iv) demonstradas em gráficos e figuras.

Vale externar também que as constantes pesquisas de campo contribuíram para realizarmos algumas atividades paralelas (porém complementares) à pesquisa de doutoramento, quando tivemos a oportunidade de nos familiarizar um pouco com o idioma francamente falado no Suriname – o sranantongo –, além de, em janeiro de 2011, termos

passado a contribuir mais efetivamente com a comunidade brasileira no Suriname, auxiliando na Stichting Ontwikkeling Brazilianen in Suriname (Fundação Brasur), cuja sede fica em Paramaribo. Tais ações – como o livro já mencionado – contribuíram significativamente para o estreitamento dos laços com a comunidade brasileira e suas respectivas lideranças, facilitando assim a realização das entrevistas e, sobretudo, das pesquisas de campo nas áreas de garimpagem.

Por fim, consideramos que a adoção da metodologia supramencionada objetivou “a descoberta de novas relações e de novas formas de entendimento da realidade, razão pela qual busca a formulação de hipóteses, conceitos, explicações e não sua testagem” (MAIA, 2007, p. 84).

Capítulo 2

[Estado da arte] Suriname, uma terra incógnita... para a geografia brasileira!

Uma das principais preocupações levantadas durante a elaboração da pesquisa de doutoramento diz respeito ao estado da arte. Logo, cabe levantar um questionamento: o que já existe produzido de fato, entre os principais campos do conhecimento que dialogam com a nossa perspectiva geográfica, sobre o tema escolhido? Em torno dessa indagação, emergiram ainda mais duas perguntas intimamente atreladas à anterior: i) quais as principais discussões e os ângulos interpretativos em evidência nos estudos realizados?; ii) existe inserção da referida temática na pós-graduação brasileira, em especial na Geografia?

Desse modo, além de conhecermos a produção existente, a fim de embasar assim as análises e discussões da tese, podemos também apontar, com maior segurança, em quais aspectos e perspectivas nossa pesquisa oferece dados e argumentações inéditas. Para tanto, subdividimos o presente capítulo em duas seções. Na primeira, apresentamos um “balanço” quantitativo, seguido de algumas poucas análises das pesquisas desenvolvidas na pós-graduação brasileira associadas às temáticas “garimpos/garimpeiros” e “Suriname”. Já na segunda, analisamos o conteúdo das pesquisas existentes sobre os brasileiros no Suriname. Nessa parte elaboramos uma sistematização para melhor exposição desses estudos, visando demonstrar os principais discursos e leituras sobre tal realidade. Por fim, registramos um breve comentário para salientarmos em quais “lacunas” nossa tese desenvolve análise e, especialmente, reclama por maior atenção.

Antes de iniciarmos a primeira seção, convém fazer dois breves comentários acerca da coleta e operacionalização dos dados, envolvendo, especificamente, a estruturação deste capítulo.

Primeiro, para compormos os dados analisados na seção dedicada à pós-graduação brasileira, consideramos as informações disponibilizadas no banco de teses da Capes⁴³, levando em conta as pesquisas de mestrado e doutorado defendidas entre 1990 e 2011. Para a pesquisa sobre os dois temas (“garimpo/garimpeiros” e “Suriname”), foram contabilizadas apenas dissertações e teses concluídas nos cursos de Antropologia, Comunicação, Demografia, Economia, Educação, Geografia, História, Sociologia e, também, cursos de formação interdisciplinar⁴⁴. Cumpre ainda externar mais três ressalvas sobre o tema “garimpo/garimpeiros”: i) incluímos somente as pesquisas que, de certa maneira, versam sobre alguma área dentro dos estados que compõem a Amazônia Legal⁴⁵ e do estado de Goiás (no Brasil), como também do Suriname, Guiana e Guiana Francesa; ii) levamos em conta as pesquisas que possuem recorte temporal dentro dos séculos XX e XXI; iii) não restringimos a amostragem apenas às pesquisas atreladas aos “garimpos/garimpeiros” envolvidos na extração de ouro – apesar de nos concentrarmos, para a tese, somente nesse segmento da garimpagem.

Segundo, a análise do banco de teses da Capes serviu como base para desdobrarmos a pesquisa bibliográfica para a segunda seção, momento em que ampliamos as fontes de coleta. Para elaborarmos a sistematização dos estudos sobre os brasileiros no Suriname, tomamos como referência, além das pesquisas de pós-graduação, artigos científicos, livros e *reports* publicados nos idiomas já mencionados na introdução.

2.1 Breve panorama dos temas “garimpo/garimpeiros” e “Suriname” na pós-graduação brasileira

Apesar de nesta seção considerarmos, basicamente, uma análise quantitativa, sem dúvidas as informações contribuem para expormos uma interessante ideia do pequeno número

⁴³ O banco de teses da Capes pode ser acessado através do link <http://capesdw.capes.gov.br/capesdw/>.

⁴⁴ No que concerne àqueles de formação interdisciplinar, encontramos pesquisas de pós-graduação, relacionadas com os temas supracitados, em seis cursos, a saber: i) Desenvolvimento Regional; ii) Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente; iii) Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido; iv) Planejamento do Desenvolvimento; v) Políticas Públicas; e vi) Relações Internacionais. Sobre o último mencionado, foi encontrada apenas pesquisa sobre o tema “Suriname”.

⁴⁵ A Amazônia Legal é constituída por uma área de 59% do território brasileiro, englobando a totalidade de oito estados (Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins), além de parte do estado do Maranhão (a oeste do meridiano de 44°W).

de pesquisas desenvolvidas na pós-graduação brasileira (dentro das áreas analisadas⁴⁶) dedicado ao entendimento das dinâmicas atreladas aos garimpos/garimpeiros e ao Suriname – sendo ainda mais restrito em relação ao segundo. Também, em certa medida, fornece importantes elementos para auxiliar e consubstanciar alguns argumentos que potencializam a justificativa da pertinência e importância da presente pesquisa.

Após as considerações expostas, vamos aos dados: no que concerne às pesquisas que versam sobre os garimpos/garimpeiros, dentre as áreas analisadas foram identificadas 47 pesquisas, sendo pouco mais de dois terços concentrados em dissertações de mestrado (33 pesquisas, ou seja, 70,21%). Cabe destacar que, desse universo, 11 foram desenvolvidas em cursos de Geografia (23,40%) (GRÁFICO 1), estando distribuídas em cinco universidades (em ordem decrescente do número de pesquisas identificadas: USP, UnB, Unesp, UFRJ e UFPE).

GRÁFICO 1 – Número de teses e dissertações defendidas, por curso, com o tema “garimpos/garimpeiros”: 1990-2011.

Elaborado por Rafael da Silva Oliveira a partir dos dados fornecidos pelo Banco de Teses da Capes (a última consulta foi realizada em novembro de 2012).

Dentre as pesquisas defendidas especificamente na pós-graduação em Geografia, gostaríamos de mencionar, ainda que de maneira sucinta, aquelas desenvolvidas por Giordano (1995), Póvoa Neto (1998a) e Ferreira (2003). Os estudos de Giordano (1995), atrelado aos

⁴⁶ A ressalva é importante porque, apesar de não analisado aqui, não podemos desconsiderar as contribuições oriundas da Geologia, das “Engenharias”, da Medicina (especialmente os estudos atrelados às doenças tropicais) e da Química, que possuem significativo número de pesquisas sobre os garimpos existentes no Brasil. Por outro lado, o mesmo não se pode dizer sobre o Suriname, cuja “ausência” ocorre em praticamente todas as áreas do conhecimento.

garimpos de ouro situados no Pará e no Amapá, e de Ferreira (2003), relacionado à garimpagem de cassiterita em Rondônia, foram fundamentais para um entendimento inicial (articuladas, evidentemente, com outras fontes levantadas) do contexto histórico da mineração na Amazônia e sua institucionalização (especialmente nos anos 1970). Ainda no que concerne à pesquisa assinada por Giordano (1995), encontramos informações que agregaram conhecimento, juntamente com outras leituras, sobre a organização socioeconômica dos garimpos do ouro situados na Amazônia brasileira, tanto na década de 1980 quanto no início dos anos 1990. Já o estudo defendido por Póvoa Neto (1998a), voltado em sua maioria para o estado de Goiás, mas também estabelecendo pertinentes relações com o “modelo amazônico” de garimpagem, lançou luz para entendermos a importância de considerar a mobilidade e a clandestinidade (que, no caso deste estudo, estamos articulando com a noção de transgressão) que envolvem a dinâmica migratória dos garimpeiros. Apesar de não aparecerem citados extensivamente em nosso texto, é preciso reconhecer que grande parte da maneira com que percebemos a territorialidade garimpeira, em nossas análises, sofreu forte influência dessas pesquisas.

Ao voltarmos para uma análise mais geral dos dados coletados, dois fatos, claramente evidenciados no mapa 3, chamam a atenção. De um lado, se fôssemos analisar pormenorizadamente o conteúdo do coletivo das pesquisas registradas nos cursos de pós-graduação levantados, provavelmente teríamos um interessante panorama da garimpagem no Brasil, pois abarcam especialmente as principais áreas de garimpagem evidenciadas no pós-1970. Por outro, existe uma inegável lacuna acerca dos estudos sobre garimpos/garimpeiros em outros países, sobretudo nos três mencionados (Guiana, Guiana Francesa e Suriname). Vale lembrar, como demonstrado na segunda parte de nossa pesquisa, que, desde o final da década de 1980 e, mais intensamente, a partir de meados dos anos 1990, existem incontáveis registros da presença de trabalhadores brasileiros em minas abertas nos demais países que integram a Pan-Amazônia. Convém registrar, mesmo de maneira breve, que tal situação vem influenciando nas políticas de migração desses Estados da Pan-Amazônia, que, na grande maioria, criminalizam os trabalhadores migrantes.

Dentre os poucos trabalhos de mestrado e doutorado desenvolvidos no Brasil que, de certa forma, abordam os garimpos e/ou garimpeiros para além dos limites nacionais⁴⁷, cumpre

⁴⁷ Aqui é preciso fazer um esclarecimento. Dentre os cursos analisados, o único trabalho encontrado por nós, desenvolvido em programa de pós-graduação no Brasil (Antropologia), que aborda a presença de garimpeiros no Suriname é o assinado por Höfs (2006). A autora inclina atenção para refletir acerca da comunidade brasileira na capital surinamesa (Paramaribo), o que inclui, em parte da análise, tais trabalhadores migrantes. Diante da relevância dessa pesquisa, incluímos a discussão dessa dissertação na próxima seção do presente capítulo.

menção o pioneiro estudo de Soares (1995) e, também, os recentes trabalhos desenvolvidos por Corbin (2007), Pinto (2008) e Almeida (2012)⁴⁸.

MAPA 3 – Número de pesquisas de pós-graduação (dissertações e teses), por principal área estudada, com o tema “garimpo/garimpeiro”: 1990-2011.

Base cartográfica: Portal Brasileiro de Dados Abertos (dados.gov.br) e Diva-GIS (diva-gis.org).

Elaborado por Rafael da Silva Oliveira a partir dos dados fornecidos pelo Banco de Teses da Capes (a última consulta foi realizada em maio de 2012).

Soares (1995), Pinto (2008) e Almeida (2012), mesmo seguindo perspectivas teóricas distintas, contribuem para ampliar o conhecimento acerca das estratégias de contornamento dos brasileiros que realizam travessias transfronteira entre o Brasil e a Guiana Francesa. No primeiro estudo citado, Soares (1995) centra atenção na compreensão de tais dinâmicas envolvendo brasileiros que buscam trabalhar nos garimpos e na construção civil no Departamento Francês da Guiana. Ao partir de interpretações provenientes dos dados coletados por meio de pesquisas de campo no Oiapoque (AP), a referida autora reclama para

⁴⁸ A tese de doutorado escrita por Almeida (2012) não está incluída na amostragem, pois a defesa aconteceu após o período compreendido entre 1990-2011. Contudo, tendo em vista a importância da discussão, resolvemos fazer algumas considerações sobre o referido trabalho já neste capítulo.

que pesquisas atreladas aos fluxos migratórios transfronteiriços sejam inseridas em análises que contemplem os circuitos de mercado. Ainda na dissertação em tela, é possível encontrar algumas informações atreladas às redes estabelecidas entre os migrantes e seus familiares que permanecem no Brasil, em especial a partir de remessas de dinheiro/recursos e telefonemas. Pinto (2008), em pesquisa que propõe uma sociologia da clandestinidade, centra atenção nas relações de trabalho de brasileiros na Guiana Francesa. A partir da etnografia, busca entender a inserção desses imigrantes de origem brasileira no mercado de trabalho do departamento ultramarino francês. Em meio às análises, aborda, em menor grau⁴⁹, as experiências oriundas das narrativas de alguns garimpeiros, oferecendo assim pistas para pensarmos sobre as práticas de contornamento das barreiras e de sobrevivência desses trabalhadores. Já a tese de doutorado defendida por Almeida (2012) reflete sobre como discursos governamentais – nesse caso, em meio às relações Brasil-França, especificamente entre 2003 e 2010, durante os governos de Luiz Inácio Lula da Silva e Nicolas Sarkozy – estimulam o deslocamento, a exclusão e a inclusão de sujeitos. Partindo da noção de andarilhos, o cientista social percorre caminhos e histórias, levando em conta práticas e discursos daqueles que migram (o que inclui brasileiros em busca dos garimpos situados na Guiana Francesa). Ao interpretar tal realidade a partir do entrelaçamento das identidades, mobilidades e “invisibilidades”, o autor estabelece um nexo desde a escala local até aquelas relacionadas às relações internacionais envolvendo ambos os países e, em certo sentido, outras implicações da globalização. Dessa maneira, faz um “mergulho” na necessária discussão envolvendo a segurança humana daqueles que não aparecem em estatísticas, asseverando que “os acordos, tratados, discursos presidenciais omitem o que a voz dos que migram emite” (ALMEIDA, 2012, p. 194).

A dissertação de Corbin (2007) discute a migração brasileira para a Guiana, entendendo a referida mobilidade como uma estratégia de sobrevivência. O autor argumenta, com base em questionários, entrevistas, levantamentos em arquivos e pesquisas de campo, sobre a existência de um forte sistema de rede, em que a migração ocorre através de “uma rota por passos predefinida” Brasil↔Guiana. Com base nos resultados do questionário aplicado, cuja amostragem totaliza 200 entrevistados, o autor afirma que 98% dos brasileiros que migraram para a Guiana cruzaram a fronteira entre as cidades de Bonfim e Lethem (CORBIN, 2007). Ainda, dentre outras conclusões, enfatiza que garimpagem e trabalho sexual são identificados como as principais atividades buscadas pelos brasileiros que migram para a Guiana.

⁴⁹ Na pesquisa realizada por Pinto (2008), a maioria das entrevistas foi realizada com trabalhadores da construção civil.

No que diz respeito ao tema “Suriname”, existem pouquíssimos estudos no âmbito da pós-graduação brasileira. Foram identificadas apenas nove pesquisas, sendo cinco de mestrado e quatro de doutorado. Convém lembrar que, dentre tais defesas, apenas a dissertação de Höfs (2006) aborda, de algum modo, a presença dos garimpeiros no Suriname (conforme informado na nota de rodapé 47). Destacamos também a dissertação de mestrado de Hazeu (2011), que discorre sobre as trajetórias de migração de mulheres oriundas de periferias de Belém (especialmente do bairro Guamá e do distrito de Icoaraci) para o Suriname, Guiana Francesa e alguns países da Europa. Dentre as demais pesquisas, concentradas sobretudo na Universidade de Brasília (UnB) e na Universidade Federal do Pará (UFPA), vale mencionar, também, as dissertações de mestrado de Urt (2009), *Construção de confiança na América do Sul: a política externa do governo Figueiredo (1979-1985)*, e de Araújo (2009), *O “Oriente” no “Ocidente”: observando o Islã no Suriname*; e a tese de doutorado desenvolvida por França (2004), *Apanjaht: a expressão da sociedade plural no Suriname*. Cabe observar que, de maneira direta ou indireta, tais pesquisas contribuíram sobremaneira para entendermos algumas dinâmicas específicas e contextos atrelados ao Suriname.

2.2 Análise dos estudos sobre a presença brasileira no Suriname

O tema “brasileiros no Suriname”, de certo modo, mistura-se com os estudos realizados sobre a mineração em pequena escala nesse país da Hileia Amazônica, pois, como demonstramos nas partes II e III da tese, os demais imigrantes brasileiros foram atraídos pelos novos direcionamentos das mobilidades dos garimpeiros para o Suriname, estando estes direta ou indiretamente atrelados à referida atividade.

Apesar de as primeiras publicações dedicadas à análise específica sobre esse grupo migrante remontarem ao início dos anos 2000, desde meados dos anos 1990 algumas pesquisas, publicadas em sua maioria como *reports*, já citavam/apontavam para a expressiva presença garimpeira em terras surinamesas. Logo, podemos argumentar que tais estudos inauguram as reflexões acerca do assunto, pois serviram de aporte e referência para pesquisas posteriores. Além disso, um evento deve ser incluído nesse contexto: o *Suriname Mining Conference*’97, realizado em 25 e 26 de janeiro de 1997. O propósito e discurso da conferência refletiam os interesses do governo na época⁵⁰, sendo o referido evento organizado

⁵⁰ O governo do presidente Jules Albert Wijdenbosch, entre setembro/1996 e agosto/2000, foi marcado por realizar diversas iniciativas voltadas para a captação de investimentos estrangeiros para o setor da mineração do ouro, especialmente por conta do vertiginoso declínio do preço da bauxita (principal fonte da economia do

com o claro objetivo de atrair investimentos estrangeiros para o setor da mineração do ouro, contando com o apoio e a presença de representantes do governo, de empresas de mineração e de Organizações Não Governamentais (ONGs), além de diversos profissionais envolvidos diretamente com o setor de mineração (FPP, 1997). Neste contexto, o discurso predominante, em meio às análises sobre as potencialidades da mineração do ouro e, também, sobre possíveis medidas e perspectivas para minimizar os impactos ambientais no Suriname, percebia o garimpeiro como “invasor” – termo amplamente difundido nos estudos publicados à época (RAMCHARAN, 1996; GEMERTS, NOTER, HEALY, 1995). Ao ser tachado desse modo, o garimpeiro era reduzido a um mero número e, sobretudo, estigmatizado como problema e entrave para aspirações e projetos de grupos hegemônicos interessados em investir/explorar o subsolo no interior do território surinamês. Assim sendo, os primeiros estudos não apresentavam preocupação em entender sua presença e tinham uma perspectiva centrada num posicionamento alarmista e com uma exposição de dados sem esclarecimentos acerca dos fundamentos metodológicos para obtenção das informações registradas sobre esses imigrantes. Contudo, apesar de manter o rótulo “invasores”⁵¹ em meio às análises, o *report* elaborado para a United Nations Industrial Development Organization (Unido) e assinado pelo geólogo brasileiro, professor da University of British Columbia (UBC), Marcello Veiga (1997), intitulado *Artisanal Gold Mining Activities in Suriname*, figura como uma das poucas exceções que se destacam entre as pesquisas realizadas nesse período.

Em meio ao recente cenário da garimpagem do ouro no Suriname, pois o *boom* da migração brasileira em direção a este país ainda experienciava os primeiros anos⁵², Veiga (1997) expôs a análise para além da repetição de números sobre o contingente de “invasores”, apresentando considerações importantes acerca da presença dos garimpeiros no Suriname, que serviram como referência e pista elucidativas para diversas pesquisas publicadas anos mais tarde. O autor destaca que a “invasão” dos garimpeiros alterou sobremaneira a antiga prática artesanal e a noção de extração do ouro para subsistência dos quilombolas, por meio da

Suriname). Vale mencionar ainda que, poucos meses antes da realização do *Suriname Mining Conference* '97, foi publicado um suplemento, em novembro de 1996, no *Mining Journal* que ressalta as potencialidades do Suriname para investimentos no setor da mineração do ouro (SURINAME, 1996).

⁵¹ Sobre a utilização do termo “invasores”, ao fazer referência à migração de garimpeiros para o Suriname, no *report* assinado por Veiga (1997) existe um detalhe que merece nota: no resumo, o autor utiliza “aspas” quando emprega pela segunda vez a palavra “invasão” em referência à migração de trabalhadores brasileiros para o Suriname. Isso possibilita a interpretação, ainda que muito sutilmente, de um posicionamento crítico do autor em relação ao termo amplamente utilizado em outros trabalhos. No entanto, ao longo do texto, Veiga (1997) não apresenta crítica sobre o uso (indevido!) do termo, além de empregá-lo em outros trechos sem voltar a fazer uso das “aspas”. Por isso, em nosso entendimento, a obra possui destacados méritos, mas mantém o tratamento negativo/estereotipado ao abordar sobre esses trabalhadores.

⁵² Trataremos pormenorizadamente desse assunto na segunda parte da tese, na qual realizamos esforço de sistematização dos eventos para melhor consubstanciar as reflexões problematizadas.

introdução de técnicas e tecnologia que potencializam a prática extrativa, além do espírito empreendedor característico desses trabalhadores (VEIGA, 1997). O autor já salientava que tal guinada na lógica e dinâmica da produção vinha causando sérios impactos socioambientais no Suriname, como o desflorestamento no interior e a contaminação dos peixes e da água por conta do uso indevido de mercúrio para amalgamar o ouro; a presença do trabalho sexual e a propagação de doenças como malária e HIV; além de interferências nas tradicionais práticas de agricultura dos quilombolas.

Além das contribuições específicas referentes aos objetivos do *report* – em especial as críticas atreladas ao uso indevido do mercúrio e seus impactos no meio ambiente; análise sobre a proposta do novo código de mineração⁵³; e proposta e apontamento de possíveis caminhos para o tema –, Veiga (1997) apresenta quatro importantes considerações específicas sobre os garimpeiros no Suriname: i) expõe alguns fatores motivadores da migração de brasileiros para esse país; ii) descreve o intenso fluxo e travessia transfronteiriça a partir do Amapá, cruzando o território francês até se alcançar os garimpos surinameses; iii) destaca a “boa relação” entre garimpeiros e quilombolas nos campos de ouro; e iv) realiza o primeiro esforço de identificação das principais áreas com ocorrência de garimpagem no interior do Suriname.

Em síntese, podemos dizer que os *reports* foram as pesquisas que deram o tom dos discursos sobre a presença brasileira no Suriname até o final da década de 1990, quando o garimpeiro era tachado como “invasor” e o fluxo migratório era considerado um problema a ser resolvido (discurso, de certa forma, ainda presente em alguma análises, porém com menor expressão). Contudo, no início dos anos 2000, ocorreu uma guinada nos estudos atrelados ao tema, surgindo assim outras perspectivas e interpretações dessa complexa realidade. Vale destacar que a mudança de abordagem e interpretação dessa realidade se deve, em grande parte, às contribuições dos antropólogos holandeses⁵⁴, que representam, ainda hoje, o maior quantitativo de investigadores atrelados ao tema⁵⁵.

⁵³ Desde meados dos anos 1990, existem diversos debates em torno da proposta do novo código de mineração do Suriname. Todavia, até hoje o código de 1986 permanece em vigor (sobre o referido código, trataremos detalhadamente na parte II, capítulo 6).

⁵⁴ Convém registrar que geólogos e antropólogos holandeses possuem longa tradição nos estudos sobre mineração em pequena escala no Suriname, realizando importantes levantamentos sobre o potencial geológico e, também, sobre as atividades extrativas desenvolvidas artesanalmente pelos quilombolas (ver VLETTER; HAKSTEGE, 1998; VLETTER, 1998). Contudo, as pesquisas sobre a nova fase da garimpagem do ouro no Suriname e, em particular, a relação dessa atividade com a mobilidade e a presença brasileira aparecem apenas no início dos anos 2000.

⁵⁵ Apesar da relação histórica que os Países Baixos mantêm com sua ex-colônia, produzindo incontáveis estudos sobre o Suriname, o número de pesquisadores que se dedicam ao tema ainda é muito restrito, sendo seu contingente ainda mais limitado fora da Holanda.

A partir de então, apesar de muitos autores continuarem a insistir no rótulo de “ilegais” em referência aos trabalhadores migrantes brasileiros, sobretudo os garimpeiros, estes não têm sido mais analisados sob o negativo estigma de “invasores”, mas sim como migrantes que, cada vez mais, crescem em número e em participação na economia do Suriname. Logo, apesar do predomínio de pesquisas dedicadas à análise dos impactos ambientais relacionados à mineração do ouro que fazem referência à presença brasileira (por exemplo, os importantes trabalhos de PETERSON; HEEMSKERK, 2001; MOL et al., 2001; HEEMSKERK, 2002, 2003; HEEMSKERK; KOOYE, 2003), tal mudança de concepção contribuiu para o surgimento de novos estudos que contemplassem outras perspectivas e escopos teóricos. Assim sendo, ao sistematizarmos a produção existente, foi possível agrupar as pesquisas, para fins didáticos, em mais sete “subtemas”⁵⁶, a saber: i) relações entre garimpeiros e quilombolas; ii) mobilidades transfronteiriças e vida dos brasileiros nas áreas de garimpagem no Suriname; iii) brasileiros em Paramaribo; iv) garimpo e religião; v) relações entre garimpagem e atividades ilícitas; vi) migração feminina e prostituição; e vii) migração brasileira e mídia surinamesa. A seguir, apresentamos um sucinto panorama dos estudos e perspectivas envolvendo tais discussões:

Relações entre garimpeiros e quilombolas – Dentre as principais pesquisas dedicadas à compreensão do histórico e da dinâmica socioeconômica desse contato étnico motivado pela mineração em pequena escala do ouro, cuja gênese remonta ao período da guerra civil no Suriname, em meados dos anos 1980, destacam-se Heemskerk (2000), Hoogbergen, Kruijt e Polimé (2001), Hoogbergen e Kruijt (2004a, 2004b, 2006) e Kruijt e Hoogbergen (2005). Tais autores, ao pesquisarem a onda migratória de brasileiros para os campos de garimpagem do ouro no Suriname no pós-guerra civil, aprofundam as considerações apontadas anteriormente por outros pesquisadores (por exemplo, COLCHESTER, 1995; VEIGA, 1997) acerca do espírito empreendedor trazido pelos garimpeiros, cuja “mentalidade é produzir o máximo e o mais rápido possível, sem levar em conta os danos causados pela extração do ouro no meio ambiente”⁵⁷ (HOOGBERGEN; KRUIJT; POLIMÉ, 2001, p. 111).

⁵⁶ Cumpre enfatizar que o exercício de sistematização desses estudos serve, sobretudo, para estabelecer uma coerência na análise da produção existente. Assim sendo, não temos a pretensão de “encaixar” esta ou aquela publicação/pesquisa exclusivamente em um dos “subtemas” apresentados, pois tais obras, de certa forma, transitam em mais de uma temática. Logo, ao agruparmos dessa maneira, buscamos enfatizar (ou seja, focalizar) a contribuição original desses autores em relação ao debate em evidência.

⁵⁷ “(...) mentaliteit om zoveel mogelijk te produceren als mogelijk is, zo snel als maar kan en zonder acht te slaan op de schade die de goudwinning aan het milieu toebrengt” (HOOGBERGEN; KRUIJT; POLIMÉ, 2001, p. 111).

Tais estudos, ao analisarem o referido convívio multicultural, defendem a ideia de que “brasileiros e quilombolas se dão bem” (THEIJE, 2007b, p. 77), sendo esta “uma coexistência multicultural pacífica” (KRUIJT; HOOGBERGEN, 2005, p. 199). Outro aspecto ressaltado diz respeito às relações maritais entre brasileiros e quilombolas, aparecendo em alguns estudos como um indicativo dessa relação considerada pacífica. Ainda evidenciam, em determinadas áreas de garimpagem, a presença de significativo quantitativo de filhos oriundos de relações sexuais interétnicas entre quilombolas e brasileiros (KRUIJT; HOOGBERGEN, 2005). Assim sendo, afirmam que “os migrantes brasileiros aprenderam a respeitar as autoridades locais quilombolas, pagar seus impostos informais e respeitar as leis consuetudinárias de relações sexuais⁵⁸ e casamento”⁵⁹ (KRUIJT; HOOGBERGEN, 2005, p. 207; grifo nosso).

Cumpra chamar a atenção para alguns dos autores supracitados que, nos últimos anos, vêm refletindo acerca da conflitividade relacionada com a garimpagem aurífera no Suriname, inclusive no que diz respeito às relações envolvendo quilombolas e garimpeiros. Dentre tais trabalhos, destacam-se as motivadoras contribuições encontradas no artigo “Groot en klein goud in Suriname: de informalisering en ordening van de goudwinning”, assinado por Theije e Heemskerk (2011); e o capítulo intitulado “Small-scale gold mining and conflict in Suriname” (HEEMSKERK; DUIJVES, 2013), que faz parte do livro *Small-scale gold mining in the Amazon*.

Mobilidades transfronteiriças e vida dos brasileiros nas áreas de garimpagem no Suriname – As mobilidades transfronteiriças dos garimpeiros, em certo sentido, são constantemente mencionadas nos estudos sobre os brasileiros no Suriname. Contudo, existem dois trabalhos que merecem menção pelo fato de problematizarem esse aspecto tão característico do ser garimpeiro. No primeiro, Theije e Bal (2010) desenvolvem discussão em torno daquilo que denominaram “migrantes flexíveis”. A partir de variados exemplos e narrativas, as autoras demonstram que, se, por um lado, o modo como os garimpeiros (sobre)vivem (com um fragilizado senso de comunidade, um desapego ao Suriname e, em sua

⁵⁸ De acordo com os costumes quilombolas, quando um casal tem um filho, o homem é obrigado a sustentar a mulher até nove meses após o nascimento da criança. Kruijt e Hoogbergen (2005) registram que, normalmente, quando uma mulher quilombola está grávida de um brasileiro, este é obrigado a pagar imediatamente o valor total, pois “os quilombolas não confiam nos brasileiros para honrar esse compromisso” (KRUIJT; HOOGBERGEN, 2005, p. 206; grifo nosso).

⁵⁹ “The Brazilian migrants have learned to respect the local Maroon authorities, pay their informal taxes and respect the customary laws of sexual relations and marriage” (KRUIJT; HOOGBERGEN, 2005, p. 207).

maioria, em condição ilegal⁶⁰) apresenta muitas desvantagens, por outro também abre possibilidades a partir da predisposição dos garimpeiros em assumir o risco, pois, apesar de reconhecerem a probabilidade de consequências negativas, colocam-se em constante mobilidade na busca de seus sonhos individuais, oportunizando novas chances para melhorar sua condição de vida. No segundo, ao reconhecerem que as fronteiras entre os países e as pessoas na Pan-Amazônia são flutuantes e porosas (particularmente, no Platô das Guianas), Theije e Heemskerk (2009) discorrem sobre como garimpeiros cruzam diversas fronteiras (em especial, as nacionais, locais e individuais) em meio à busca pelo ouro na região. Ainda demonstram que a reinvenção constante desses múltiplos limites contribui para desenvolver certas culturas locais de garimpagem. Desse modo, desde a chegada dos brasileiros ao Suriname (sobretudo, de garimpeiros), as fronteiras existentes nas áreas de garimpagem no interior do país são constantemente (des)construídas e (re)negociadas.

Já a vida dos brasileiros nas áreas de garimpagem é pautada no que Marjo de Theije denominou *insegurança próspera* (THEIJE, 2007b). Repleta de incertezas, essa vida, cujo principal motivador é a esperança do bamburro, é marcada por precárias e severas condições sanitárias e de trabalho (THEIJE, 2007b; THEIJE; BAL, 2010; OLIVEIRA, 2012a). Assim, cumpre agregar o eminente risco de doenças, por exemplo HIV e malária. Sobre essa situação, no *report* intitulado *Looking for gold, finding malaria*, uma pesquisa *survey* em três áreas de garimpagem (nas áreas do rio Lawa/Benzdorp, Sarakreek e Maripaston), cuja nacionalidade da maioria dos participantes era brasileira, revelou que 75% dos entrevistados já haviam contraído malária pelo menos uma vez (HEEMSKERK; DUIJVES, 2012; p. 4).

Brasileiros em Paramaribo – A presença brasileira em Paramaribo, especialmente na área de maior concentração, conhecida popularmente como Belenzinho, vem chamando a atenção de grande parte dos pesquisadores que abordam tal fenômeno, sobretudo em decorrência da intensa articulação da capital com as atividades da garimpagem realizadas no interior do país. Dentre os principais estudos atrelados ao assunto em comento, vale fazer referência às pesquisas realizadas por Hoogbergen, Kruijt e Polimé (2001), Theije (2005, 2006), Höfs (2006, 2007) e Schimmel (2010).

Höfs (2006), ao refletir sobre as experiências dos brasileiros em Paramaribo a partir das narrativas de imigrantes que viviam na capital desde meados da década de 1990, discute

⁶⁰ Utilizamos o termo “condição ilegal” aqui para mantermos a linha argumentativa das autoras. Contudo, conforme já demonstrado, acreditamos que tais trabalhadores imigrantes não são ilegais, mas, sim, vivem em condição irregular (por estarem sem documentação ou com o visto de “turista” vencido).

como “o contato com os surinameses tornou a etnicidade um imperativo para que os brasileiros buscassem seu reconhecimento e inserção social” (HÖFS, 2006, p. 12). A autora enfatiza que muitos interlocutores reconhecem e definem a existência de quatro “classes” de brasileiros no cerne dessa comunidade migrante no Suriname, tanto no Belenzinho quanto nas áreas de garimpagem no interior do país: i) os comerciantes (considerados a “elite” da comunidade); ii) os garimpeiros; iii) as *plocs*⁶¹; e iv) os religiosos (sobretudo atrelados à religião protestante). Nesse sentido, a autora destaca que, apesar de não representar a totalidade dos imigrantes no Suriname, “as categorias de prostituta e garimpeiro são estigmatizadas pelos surinameses e, desse modo, afetam a auto-imagem da coletividade brasileira” (HÖFS, 2006, p. 79).

Ao trilhar outro ângulo de análise, Theije (2006) analisa como estratégias transnacionais são importantes na manutenção da vida cotidiana dos imigrantes brasileiros em Paramaribo. Logo, em meio à discussão, são ressaltadas as dificuldades com o idioma, as relações econômicas, as estratégias de socialização e sobrevivência estabelecidas cotidianamente e o peso da religião e de outras instituições nessa dinâmica relacional. Diante dos exemplos, argumenta que tais práticas e articulações assumem papel importante na manutenção e organização da vida dos brasileiros na capital surinamesa, além de “reforçar as conexões com o Brasil e a cultura brasileira”⁶² (THEIJE, 2006, p. 126).

Garimpo e religião – Temática ainda pouco explorada, cuja principal referência é o trabalho desenvolvido pela antropóloga Marjo de Theije, que, além de chamar a atenção para a presença cada vez maior de núcleos das igrejas Deus é Amor e Assembleia de Deus nas principais corrutelas de garimpo, demonstra “como migrantes brasileiros em Suriname usam recursos religiosos para se estabelecer, se sentir em casa” (THEIJE, 2005, p. 105).

Em outro estudo, a pesquisadora, além de aprofundar a análise sobre os aspectos supramencionados, apresenta discussão acerca das relações entre as noções de prosperidade, moralidade e religião presentes nas áreas de garimpagem de ouro no Suriname (THEIJE, 2008). Logo, ao edificar reflexão sobre o peculiar entrelaçamento “ouro e Deus”, destaca três aspectos atrelados à religiosidade no cerne desse contexto. No primeiro, salienta que “ideias cristãs predominam de forma generalizada e raramente são conectadas à religião institucional, a igrejas específicas ou a regras muito estritas de conduta” (THEIJE, 2008, p. 70). Já no

⁶¹ Expressão utilizada entre os garimpeiros para se referirem a uma garota de programa (“ela é *ploc*”) ou a uma atividade sexual comercial (“fazer *ploc*”).

⁶² “(...) reinforce the linkage with Brazil and brazilian culture” (THEIJE, 2006, p. 126).

segundo, aponta que o elemento fé está muito presente na lida cotidiana do garimpeiro, que vive constantemente diante da imprevisibilidade da atividade extrativa, podendo obter sucesso ou prejuízos durante a garimpagem do ouro. Portanto, a crença na interferência de Deus, favorecendo maiores possibilidades de ganhos, torna-se um trunfo nas práticas discursivas dos membros e lideranças das “igrejas brasileiras”. No terceiro, enfatiza o papel da presença das igrejas, em que a “interferência de Deus nas vidas dos garimpeiros volta-se para o campo do comportamento moral, de maneira específica se concentra na conduta sexual e fidelidade conjugal” (THEIJE, 2008, p. 70).

Relações entre garimpagem e atividades ilícitas – A presença da economia informal no Suriname é impressionante e há décadas vem chamando a atenção de diversos pesquisadores⁶³. Todavia, ainda são poucos os estudos que abordam a presença de atividades ilegais e criminosas enfrontadas na economia informal surinamesa⁶⁴. Ao restringirmos essa última perspectiva de análise especificamente às relações com a atividade da mineração em pequena escala, tal quadro fica mais limitado. Logo, vale mencionar o esforço de análise realizado por Edo de Vries Robbé (2005a, 2005b), que apresenta um comparativo entre as dinâmicas econômicas do ouro e da droga no Suriname, além de perscrutar contatos e aproximações entre as duas atividades em comento. Em ambos, o referido autor analisa tais dinâmicas sem perder de vista a análise da grande presença brasileira no setor da mineração em pequena escala; ou seja, tais argumentações e implicações entre o setor do ouro e o tráfico de drogas envolvem, de certa maneira, uma parcela desses imigrantes.

Segundo Robbé (2005a, 2005b), o número de pessoas envolvidas na atividade da garimpagem no Suriname é muito maior quando comparado com o tráfico de drogas, apesar de essa atividade criminosa possuir lucros totais semelhantes ao setor do ouro. Destaca que a abrangência geográfica transnacional da mineração em pequena escala é muito mais restrita quando comparada com a rede de drogas ilícitas no Suriname. O autor ainda enfatiza que, além do uso comum das pistas de pouso localizadas em meio à floresta, muitos traficantes de drogas investem os ganhos da produção e do comércio de drogas ilícitas no setor da garimpagem do ouro. Portanto, segundo sua leitura, devido à forte influência do cartel de Suri,

⁶³ Dentre os estudos atrelados ao referido tema, convém destacar os desenvolvidos por Menke (1998) e Ferrier et al. (2000a, 2000b).

⁶⁴ Acerca das publicações científicas versando sobre a referida temática no Brasil, destacam-se as assinadas por Procópio (2005, 2008) e Martim de Oliveira (2007). Apesar de os autores não aprofundarem leitura sobre o caso específico do Suriname, incluem-no com relativo peso em meio à discussão do tema a partir da escala pan-amazônica.

“as atividades no setor de ouro variam do informal para o ilegal e o criminoso”⁶⁵ (ROBBÉ, 2005a, p. 310).

Migração feminina e prostituição – Dentre os principais estudos que contribuem para o aprofundamento de tais discussões, podemos dizer que estes seguem duas linhas discursivas, a saber: um voltado para analisar tal relação a partir do tráfico de mulheres; o outro, mais inclinado a perceber a atividade enquanto um trabalho altamente discriminado, cuja própria estigmatização contribui para a ocorrência de inúmeras formas de violência contra as mulheres.

Sobre a primeira perspectiva, um dos estudos pioneiros que mapearam as rotas internacionais de tráfico de mulheres – incluindo o Suriname como um dos destinos de brasileiras – foi a *Pesquisa sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para fins de Exploração Sexual Comercial no Brasil – Pestraf* (LEAL; LEAL, 2003). Dentre os estudos publicados posteriormente que contribuem para agregar importantes elementos a esse debate, convém lembrar a pesquisa trinacional sobre tráfico de mulheres do Brasil e da República Dominicana para o Suriname (HAZEU, 2008), cuja análise considera, no caso das mulheres de origem brasileira, 15 entrevistas que oferecem entendimento mais amplo dessas relações. Parte dos resultados do referido estudo também pode ser encontrado, dentre outros, em Hazeu e Silva (2008) e Silva e Hazeu (2012).

Por outro lado, recentes publicações têm procurado esclarecer que nem todas as mulheres que migram para atuar no mercado do sexo no Suriname são traficadas – argumento que pode ser encontrado, por exemplo, em Oliveira (2011a, 2012a) e Hazeu (2011). É fora de dúvida que não se trata de negar a existência do tráfico de mulheres, mas, sobretudo, de reforçar a necessidade de uma leitura menos reduzida diante das incontáveis formas e maneiras de migrar. Contudo, como argumentamos em Oliveira (2011a, 2012a), independentemente de serem traficadas ou não, tais mulheres migrantes vivem em situação de vulnerabilidade e sofrem cotidianamente com diferentes formas de violência, tanto físicas quanto morais.

Por fim, não é demais enfatizar que nem todas as brasileiras que migram para o Suriname possuem relação direta com o trabalho sexual. Apesar da ausência de estudos voltados para tal discussão, podemos afirmar (com base em nossas pesquisas de campo) que existem inúmeras mulheres que migram e atuam em outros segmentos, voltados para atender,

⁶⁵ “De activiteiten in de goudsector variëren dus van informeel tot illegaal en crimineel” (ROBBÉ, 2005a, p. 310).

em sua maioria, à população migrante de origem brasileira. Tais trabalhadoras ocupam cargos e, em muitos casos, atuam como empreendedoras em restaurantes, salões de beleza (cabelereiras, manicures, pedicures), lojas de roupas, centrais de rádio, lavanderias, entre outros serviços.

Migração brasileira e mídia surinamesa – A relação do tratamento atribuído e das práticas discursivas presentes nos meios de comunicação sobre os imigrantes brasileiros no Suriname é outro tema importante que ainda carece de mais aprofundamento. As poucas pesquisas publicadas até o momento que apresentam um esforço inicial de compreensão desse contexto são provenientes dos estudos realizados por nós, culminando em dois recentes artigos (OLIVEIRA, 2012b, 2012c). Tais pesquisas discorrem sobre o papel dos meios de comunicação – particularmente a partir da análise das reportagens publicadas entre 2007 e 2010 nos dois principais jornais surinameses (o *De Ware Tijd* e o *Times of Surinam*) – na construção de imagens sobre os imigrantes de origem brasileira. Logo, as pesquisas corroboram para argumentar que estigmas e estereótipos sobre os imigrantes brasileiros ainda estão fortemente enraizados na sociedade surinamesa e contribuem para dificultar a integração dessa comunidade, e os meios de comunicação aparecem como um dos principais protagonistas na construção e difusão de tais discursos de cunho depreciativo (OLIVEIRA, 2012b, 2012c).

[*****]

Como podemos observar, os geógrafos estão praticamente ausentes desse debate (pelo menos no que diz respeito às pesquisas de pós-graduação e publicações acadêmicas, dentro do universo estudado). Conforme já sinalizamos, com exceção dos nossos trabalhos (escritos e publicados durante a elaboração desta tese), não encontramos outros estudos assinados por geógrafos. Tal situação deixa inúmeras lacunas, mas, por ora, gostaríamos de reclamar em defesa de uma perspectiva mais territorial.

Se, por um lado, alguns dos estudos mencionados reconhecem acertadamente a existência do intenso “trânsito entre as diversas fronteiras” pelos garimpeiros ao longo do Platô das Guianas, por outro negligenciam a perspectiva desse contexto a partir do entendimento de que tais territorialidades se manifestam a partir de um emaranhado multiterritorial numa intensa articulação de mobilidades (i)materiais transnacionalizadas, solidárias, conflituosas e repletas de relações assimétricas de poder. Logo, esta tese reivindica

uma análise partindo dessa interpretação para entendermos, à luz do olhar geográfico, essas complexas dinâmicas envolvendo os garimpeiros no e para o Suriname. Assim sendo, no próximo capítulo dedicaremos atenção para expor, a partir do proposto, o marco teórico que contribui para edificarmos reflexão sobre essa realidade.

Capítulo 3

[Marco teórico] Mobilizando ideias e influências na busca de conexões

Na introdução, registramos uma síntese do nosso posicionamento teórico. Na ocasião, fizemos referência a alguns “elementos-chave” que julgamos fundamentais para a construção do aporte utilizado na tese e mencionamos, mais destacadamente, as moralidades, territórios e territorialidades e mobilidades, nos quais sinalizamos os entrelaçamentos que pretendemos utilizar.

Nesse sentido, cumpre dizer que a vasta produção dedicada a apreender o(s) “mundo(s)” a partir de tais noções proporciona salutar polissemia teórico-conceitual, já que distintas abordagens e concepções contribuem para a construção de diversos caminhos e parâmetros na produção do conhecimento⁶⁶, tanto na Geografia quanto em outras áreas. Todavia, apesar de muito sedutor, torna-se oportuno alertar que não pretendemos entrar na seara do debate acerca de matizes e diferenças entre as distintas discussões em torno desses debates, pois isso seguramente demandaria outras teses de doutorado. Isto posto, dedicamos atenção, neste momento, à apresentação das nossas escolhas e posicionamentos teóricos que consubstanciam a presente pesquisa, ou seja, o marco teórico que permeia e transita ao longo

⁶⁶ Inúmeros autores têm dedicado atenção voltada para o exercício da compreensão e análise crítica dos variados caminhos epistemológicos e entendimentos acerca dessas construções teóricas, apresentando seus respectivos recortes, processualidades, dimensões e perspectivas. Para mais detalhamento sobre tais assuntos, ver, por exemplo (dentre tantos outros): i) mobilidade: Cresswell (2010a); Adey (2010); Sheller (2011); ii) território e territorialidade: Claval (1999), Lévy (2003), Johnston (2003), Haesbaert (2004a), Delaney (2005), Saquet (2007) e Raffestin (2012); e iii) (geografia) moral: Proctor (1998), Smith (1998; 2003) e Cresswell (2005).

das páginas vindouras. Para isso, cabe esclarecer, por exemplo, qual “território” e qual “mobilidade”, dentre a pluralidade de sentidos e entendimentos existentes, estamos utilizando como base para interpretarmos a realidade estudada.

Ao resgatarmos as argumentações já expostas na introdução, ressalte-se que nossas práticas ocorrem através de políticas. Aqui vale lembrar Weisman (1981, p. 7), ao asseverar que “a apropriação e uso do espaço são atos políticos”⁶⁷, implicando assim relações de poder. Por isso, faz-se necessário incluir, também, considerações acerca da discussão de poder que julgamos importantes para o desenvolvimento da nossa argumentação teórica.

É pertinente fazer, ainda, um esclarecimento de fundamental importância para o desdobramento da argumentação em nossa tese: aqui estamos pensamos nos territórios como lugares⁶⁸ por onde nossas territorialidades encontram a possibilidade de “criar e sustentar projetos” (SACK, 2000, p. 96).

Após os esclarecimentos iniciais, discorreremos sobre tais “elementos-chave” que constituem e consolidam o marco teórico, sendo este o fôlego da nossa reflexão e o ângulo ao qual inclinaremos o olhar. Assim, começamos pela exposição daquilo que consideramos ponto de partida reflexivo para entendermos as realidades.

3.1 Sobre a desordem das nossas ideias

Convém, neste momento, desdobrar algumas questões fundamentais, de fundo teórico, para evidenciar o caminho trilhado para chegarmos às conexões e aos híbridos conceituais que estabelecemos para o desenvolvimento e sugestão do nosso marco teórico. Aqui demonstramos de quais ângulos estamos iniciando a observação sobre a realidade estudada, ou seja, quais “lentes” e quais “recursos” foram trazidos à baila para auxiliar no entendimento das territorialidades de garimpeiros no e para o Suriname.

Para tanto, já adiantamos que, nos últimos anos, temos recebido fortes influências da obra de Robert David Sack (1992, 1997, 2003, 2010), por isso optamos por caminhar a partir da proposta relacional desenvolvida por ele, inicialmente abordada no livro *Place, Modernity, and the consumer's world* (1992) e que se encontra melhor ajustada em seu último livro, *Geography as a tool for developing the mind* (2010). Tendo em vista as incontáveis possibilidades de reflexão a partir do demonstrado, sinalizamos que se trata de uma

⁶⁷ “(...) the appropriation and use of space are political acts” (WEISMAN, 1981, p. 7).

⁶⁸ Durante o doutorado sanduíche, uma das coisas que inicialmente despertaram nossa atenção foi perceber que os debates teóricos envolvendo a discussão de lugar na geografia anglo-saxônica são semelhantes às perspectivas que temos na geografia latina para pensar território. Confessamos que demoramos certo tempo para assimilar tal entendimento com segurança. Interessante registrar que, quando finalizávamos a redação da nossa tese, tivemos contato com uma publicação recente de Haesbaert (2013) que chama a atenção para esse mesmo entendimento.

brevíssima exposição, porém com os “elementos” necessários para pinçarmos aquilo que mais interessa para a tese. Dito isso, faz-se mister sinalizar que nesta seção realizamos esforço para sintetizar esse ponto de partida teórico-metodológico, que está esmiuçado ao longo de quatro densos livros (SACK, 1992, 1997, 2003, 2010). Por isso, ao leitor interessado em preencher determinadas lacunas para além daquilo que elaboramos com o intuito de atender às demandas desta tese, faz-se necessário recorrer à obra elaborada pelo autor em tela para obter um entendimento mais completo do *framework* relacional desenvolvido pelo mesmo.

Recorrendo à analogia do tear, Sack (2010) esclarece que o território oferece condições para conseguirmos tecer, ao mesmo tempo, uma gama de componentes da realidade. Mantendo esse raciocínio, discorre que os fios que formam os tecidos vêm de três domínios: i) o domínio do empírico; ii) o domínio da moral; e iii) o domínio da estética. Tais domínios, cada qual com seus respectivos “fios”, juntamente com os teares (territórios), são relacionais, ou seja, são partes dinâmicas e interdependentes (SACK, 1997).

Cada domínio possui três âmbitos⁶⁹, que seriam como carretéis de linhas entrelaçados no tear. São eles: *significado*, *natureza* e *relações sociais*, constituindo o domínio do empírico; *verdade*, *justiça* e *o natural*, o domínio da moral; e, no domínio da estética, *verdadeiro*, *natural* e *justo*. No entanto, apesar de os separarmos no abstrato por uma questão didática, estes, como dissemos, são intimamente interconectados através dos territórios (por isso que, apesar de falarmos sobre cada um deles, fomos ao mesmo tempo estabelecendo cruzamentos e relações). É interessante não perder o entendimento de que domínios e âmbitos são interconectados nos territórios (como se estes fossem o próprio tear), atuando como forças e perspectivas que influenciam e são influenciadas pelas alterações e mudanças de fluxos e interações. Posto isto, de acordo com a exposição de Sack (1997, 2003, 2010), esses âmbitos influenciam nossa vida cotidiana e abrem possibilidades para as práticas sociais.

Cumprir mencionar ainda que nenhum deles é privilegiado, ou seja, nenhum determina ou reduz o outro, pois todos atuam no mesmo nível de importância/relevância (SACK, 2010). Todavia, apesar de alguns territórios aparentemente destacarem mais um domínio ou âmbito do que outros, todos estão entrelaçados e presentes de algum modo, pois “o que muda e/ou permanece, para cada período e/ou momento e lugar, é o arranjo territorial, através das formas espaciais e relações que esse arranjo assume” (SAQUET, 2007, p. 172). Vale acrescentar também que a moral e a estética não são mais – e tampouco menos – subjetivas que o domínio

⁶⁹ Nos dois últimos livros, Sack (2003, 2010) utiliza o termo “reino” (*realm*), porém optamos aqui por utilizar “âmbito”, sem com isso acarretar qualquer perda do sentido originalmente atribuído pelo autor.

do empírico (SACK, 2010). Alertarmos ainda que, na presente tese, lançaremos foco⁷⁰ nos domínios do empírico e da moral, ficando um maior detalhamento do domínio da estética para outras pesquisas. A ressalva é importante, pois, apesar de descurarmos aqui o domínio da estética, isso não quer dizer que ele e seus respectivos âmbitos estão excluídos da realidade que estamos estudando. Assim, mesmo com os domínios do empírico e da moral estando no centro de nossa atenção, de certo modo, o da estética transita entre eles ao longo da tese. Contudo, apesar de assumirmos esse risco, entendemos que o domínio do empírico e o domínio da moral já oferecem subsídios suficientes para consubstanciar a discussão que pretendemos travar ao longo deste e dos demais capítulos.

Dito isso, convém fazer uma breve exposição sobre os dois domínios destacados, seus respectivos âmbitos e, por fim, demonstrar a “mecânica” dos entrelaçamentos dos domínios nos territórios e seus desdobramentos.

– Domínio do empírico: é constituído por três âmbitos: *natureza*, *significado* e *relações sociais*. É nesse nível do domínio que os territórios funcionam, operam (SACK, 2003). De modo bem claro, estamos entendendo que *significado* e *relações sociais* constituem o cultural, enquanto a *natureza* corresponde ao resto da realidade. De saída, cabe lembrarmos Habgood (2002), ao afirmar que *natureza* pode ser entendida como o mundo físico por completo. Assim, podemos dizer, amparados em Castree (2005), que *natureza* é um aspecto onipresente que permeia todas as nossas vidas. Logo, a mesma é constituída pelo ar que respiramos, pela chuva que rega plantações, pelo solo que produz alimentos. Entretanto, *natureza* seguramente vai muito além, pois está associada a outros *significados*. Sua própria noção é relacionalmente dependente do contexto do lugar. Por exemplo: numa grande cidade, pode ser uma pequena praça com um pouco de grama e uma árvore, ao passo que na Amazônia poderá estar associada à imensa floresta. Ainda, lembrando Milton Santos (2002, p. 62), as construções humanas são como próteses que, em certo sentido, negam a *natureza* “natural” e a substituem por uma “*natureza* inteiramente humanizada”. Essa mistura é tão intensa que não é possível identificar mais, nesse amálgama, as partes naturais das não naturais.

Ao avançarmos um pouco mais, podemos pensar na *natureza* como aquela força inerente que (des)ordena dialeticamente as relações entre humanos e não humanos

⁷⁰ Aqui estamos tomando empréstimo da noção de “foco conceitual”, conforme esclarece, em algumas publicações, o geógrafo Rogério Haesbaert. Desse modo, reconhecemos que, enquanto inclinarmos maior atenção de análise sobre determinadas relações e contextos, ao mesmo tempo outras(os) estão “fora” de foco. Visto desse modo, não negamos nem ignoramos a presença de outras possíveis interpretações que estão, por ora, “desfocadas” (ver, por exemplo, HAESBAERT, 2011a, 2013).

(CASTREE, 2005). Relacionando esta última sentença com a observação supramencionada de Santos (2002), é válido acrescentar que todos os nossos atos alteram e imprimem novas direcionalidades, forças e energias, cujas alterações são constantes e nas mais diferentes escalas. Por exemplo, quando em nosso quintal extraímos a grama e a substituímos por algum tipo de calçamento, seguramente alteramos essa *natureza* que empurra não humanos (por exemplo, formigas) e outros elementos para um local diferente de onde estavam. Alteramos a direção do vento com a construção de uma simples casa, afetamos a camada de ozônio com as nossas práticas, construímos pontes, vias e outras próteses que se inserem na *natureza* e alteram sua dinâmica relacional, ou seja, seus fluxos e interações. Tais alterações também aceleram e contribuem para manifestações da natureza, pois, como lembra Sack (2010, p. 199), “em nossa cultura densamente povoada e altamente tecnológica, nossos efeitos sobre a *natureza* retornam tornando-se efeitos sobre nós”⁷¹.

Vale lembrar também a contribuição de Mello (1993), ao falar, a partir da perspectiva humanística, sobre como o homem foi alterando a *natureza* para melhor adequar o seu meio ambiente vivido. Assim, não somente recriamos a criação através de campos agrícolas, reflorestamentos, parques e jardins, mas também “profanamos” a *natureza* através do recuo do mar, da destruição de morros, dentre outros, para a realização de aterros, túneis e instalação de infraestrutura de transporte que visam levar a cabo projetos em busca de uma vida melhor e mais aprazível (TUAN, 1986; MELLO, 1993). Desse modo, alteramos os lugares, empurramos fluxos da *natureza* para outras direções, estabelecendo não apenas uma nova *natureza*, mas reinventando *significados*. Ou seja: com base nas considerações expostas, estamos pensando aqui a *natureza* como parte do social, e o social como parte da *natureza*, cujo jogo de fluxos e interações altera um ao outro e, sobretudo, gera ritmos e disritmias, construções e destruições vindos de vários sentidos.

Já *significado* concerne a essa nossa habilidade de pensar, sendo este o principal fator que nos faz humanos (SACK, 1997). Assim, representa nossas reflexões, pensamentos e compreensões do mundo. Contudo, cumpre enfatizar que aqui não se incluem aquelas que conduzem a uma ação, pois necessitariam de referenciais e instruções espaciais e/ou comandos (SACK, 2010). Logo, já passando para *relações sociais*, sublinhamos que, apesar de estarem separados aqui, não há dúvida de que *significado* é uma construção social. População, burocracia e tecnologia estão atreladas às *relações sociais*. Vale sublinhar também que nossas vidas estão entrelaçadas por incontáveis *relações sociais* que (re)definem certos

⁷¹ “In our densely populated and highly technological culture, our effects on nature return to become effects on us” (SACK, 2010, p. 199).

privilégios e responsabilidades que nos levam um ao encontro do outro, além de estabelecer papéis sociais e normas de conduta que facilitam, restringem, ajudam e dificultam nossa vida cotidianamente (SACK, 1997).

– Domínio da moral: *verdade, justiça e o natural* são os três âmbitos que constituem esse domínio. Por *verdade* não se trata apenas de fatos e experiências, mas, também, de perceber que tal âmbito está intimamente associado a conceitos morais. Assim, a *verdade* é uma qualidade moral desejada, que se busca e se leva para as pessoas, ao passo que o engano, a mentira, a falsidade, a dissimulação, dentre outros, são artifícios para ocultar a *verdade* e, por conseguinte, são qualidades moralmente questionadas. A *verdade* pode ser erigida visando justificar ou, talvez, movimentar afirmações existentes sobre o *significado*, buscando esclarecer ou comprovar algo ou alguma coisa. Contudo, assim como em todos os demais âmbitos presentes nos domínios, existem muitos tipos diferentes de fios que oferecem distintas cores e texturas para os vários tecidos produzidos nos teares, mas, apesar das variações, sua coerência “depende da consistência interna e lógica do que é dito”⁷² (SACK, 2010, p. 278). Isto posto, podemos falar de *verdade*, por exemplo, como correspondência, como coerência, como revelação, dentre outros, sem necessariamente se completarem.

Vamos falar de um desses fios intimamente atrelados às qualidades morais: *verdade* como revelação. No capítulo anterior, demonstramos como as igrejas atuam em áreas de garimpagem, cujo empreendimento moral, marcado com discursos de *verdade*, procura revelar, a partir da perspectiva pentecostal, outro estilo de vida possível entre os garimpeiros. Conforme Theije (2008) sinaliza, núcleos de diversas igrejas estão sendo abertos próximos de áreas de garimpagem, para levar certa *verdade* e valores morais cristãos para garimpeiros e demais envolvidos na territorialidade garimpeira.

A *justiça* também possui várias linhas que são entrelaçadas através dos territórios, ou seja, pode ser entendida como igualdade, mérito, diversidade, atenção, dentre outros. Um fórum, uma delegacia, um tribunal são territórios concebidos, pelo menos em tese, para a promoção de qualidades e valores morais de verdade e justiça; boates clandestinas, na Venezuela e no Suriname, onde existem mulheres sendo exploradas sexual e comercialmente (OLIVEIRA, 2012a, 2012d), ou, então, oficinas de costura em São Paulo com bolivianos sofrendo com a precarização do trabalho e, em muitos casos, com sua condição de indocumentados (SILVA, 2006) também são territórios, porém, são territórios injustos. Também não se trata de opostos excludentes, pois os entrelaçamentos nos territórios revelam

⁷² “(...) depends on the internal consistency and logic of what is said” (SACK, 2010, p. 278).

complexas tramas nos tecidos. Por exemplo: os consulados possuem *significados* intimamente associados às qualidades morais como *justiça*, visando, particularmente, garantir que prevaleça o direito dos brasileiros no exterior. No entanto, podem ocorrer lá injustiças com brasileiros que buscam serviços consulares ou, até mesmo, com os próprios funcionários. No dia anterior ao término da redação desta parte da tese, lemos uma matéria que ilustra exatamente essa complexa relação entre justiça e injustiça: funcionários do Consulado-Geral do Brasil em Sydney (Austrália) fizeram um abaixo-assinado pedindo abertura de Processo Administrativo Disciplinar (PAD), com o relato de problemas envolvendo as relações de trabalho, pois afirmam estar ocorrendo “assédio moral e sexual, abuso de autoridade, humilhações, perseguições, racismo, homofobia, maus-tratos contra cidadãos brasileiros no balcão de atendimento, além de todo tipo de pressão” (LACERDA, 2012).

Existe um ponto em comum muito interessante entre *verdade* e *justiça*: ambos estão atrelados à nossa capacidade reflexiva e, especialmente, possibilitam um certo grau de autonomia e escolha moral. Contar a verdade, mentir, ser justo ou injusto – tudo isso está intimamente atrelado ao nosso livre arbítrio e, sobretudo, às nossas responsabilidades morais, que nos ajudam a estabelecer e transgredir limites. Ainda convém agregar que limites estabelecidos tanto podem dificultar quanto ajudar para instaurarmos ou não a *justiça* ou a injustiça. Como Storey (2012) demonstra em seu livro, territórios e seus respectivos limites são construídos e contestados por pessoas todos os dias em defesa de qualidades morais como *justiça* e *verdade*, envolvendo, por exemplo, questões de gênero, de etnia e/ou de classe.

O natural diz respeito aos valores morais atrelados àqueles lugares que passam uma ideia (ou sensação) de natureza intocada, sendo estes vistos por muitos como virtude. Muitas pessoas buscam, rotineiramente, escapar de áreas urbanas com o intuito de estabelecer uma comunhão e harmonia com a natureza, sendo vista essa atitude como fonte de algo bom. Em alguns casos, ou melhor, para algumas pessoas, alguns lugares naturais transmitem paz e certo equilíbrio espiritual, como se fossem lugares sagrados (SACK, 2003). É fora de dúvidas que o natural está, em certo sentido, relacionado com o cultural, e em muitos casos sua manutenção requer forte intervenção em defesa do *natural*. Tal situação faz lembrar um texto de Haesbaert (2004b) que trata da “exclusão” territorial (num sentido às avessas), que ocorre quando, em defesa de uma parcela do *natural*, são criados espaços protegidos que impedem seu usufruto ou, então, são estabelecidos acessos seletivos.

Ainda referente aos âmbitos do domínio da moral, vale dizer que *verdade* e *justiça*, para a maioria, são buscadas na sua abundância, ou seja, não queremos menos *verdade* ou

menos *justiça*, pois se referem a qualidades morais intimamente associadas ao que julgamos ser bom e desejável. Desse modo, aquilo que nas práticas sociais é tomado, para cada indivíduo, como uma *verdade* ou uma *justiça* não é selecionado ou escolhido, mas sim apreendido da forma que é em si. *O natural* também está atrelado ao bom, à harmonia e, por isso, particularmente nos últimos tempos (pelo menos na cultura ocidental), vem sendo algo buscado, desejado, reivindicado. Contudo, ao contrário da *verdade* e da *justiça*, não queremos tudo aquilo que é *o natural* da *natureza*, pois buscamos apenas *o natural* que se enquadra em valores associados a uma “*natureza natural*” ideal para nós. Apesar dos valores e *significados* que atribuímos *ao natural*, não aceitamos a natureza como ela é, pois interagimos com ela e somos parte dela. Precisamos resolver problemas e adversidades presentes na *natureza* não somente para melhorarmos nossa condição de vida, mas, em especial, buscamos prolongar o bem-estar de nossa existência (recordando, novamente, TUAN, 1986; MELLO, 1993). Cabe dizer que isso diz respeito a todos nós, desde aqueles que vivem em grandes centros urbanos até populações tradicionais, como ribeirinhos e indígenas, pois precisamos nos proteger, por exemplo, do calor incessante do sol, de chuvas torrenciais, do frio, dentre outros. Contudo, determinados valores morais acerca *do natural* podem desencadear práticas como aquelas mencionadas por Haesbaert (2004b). Vale também lembrar que Diegues (2004) problematiza sobre isso, ao refletir sobre como a moral do ecologismo preservacionista defende que *o natural* precisa ser conservado virgem e intocado, entendendo que as práticas que legitimam e fazem valer essa *verdade* é como instaurar uma *justiça* entre nós. Todavia, essa qualidade moral de *verdade* e *justiça* sobre *o natural* ou, em outras palavras, esse mito moderno da natureza intocada confronta os próprios *significados* e valores morais de populações tradicionais intimamente implicadas com esse *natural* da *natureza*, por exemplo, indígenas, ribeirinhos e quilombolas.

Como dissemos, tanto os domínios quanto os âmbitos são interconectados. Por isso, vale sublinhar que *verdade* está intimamente atrelada com *significado*; *justiça*, com *relações sociais*; e *o natural*, com *natureza* – valendo frisar que tais associações não são determinantes ou redutoras (SACK, 2010). Por exemplo: *significados* são estimulados pela *verdade*, ao passo que *verdades* são erigidas quando *significados* são desafiados (SACK, 2010). Posto isto, convém adiantar que muitas práticas transgressoras possuem forte ligação entre os domínios da moral e do empírico. Logo, afirmações ou argumentos morais acerca da *verdade*, da *justiça* ou *do natural* desafiam e muitas vezes geram mudanças no domínio do empírico (nas *relações sociais*, nos *significados* e na *natureza*). Sobre isto, Sack (2010, p. 285-6)

sublinha que “não podemos ter a moral sem o empírico e todas as ações empíricas têm importância moral, e muitas vezes são animadas por preocupações morais”⁷³.

Diante do exposto, convidamos o leitor para observar a figura 1, pois ela é fundamental para auxiliar na explicação do restante desta seção. Dessa maneira, sugerimos que, conforme formos realizando o desdobramento da discussão, ele retorne, de acordo com sua necessidade, à figura, para melhor visualizar o que estamos dizendo.

Vamos avançar nossa reflexão voltando para a analogia do tear. O território entrelaça, ao mesmo tempo e no mesmo tear, os fios presentes nos âmbitos que constituem os domínios do empírico, da moral e da estética. Desse modo, como nos alerta Sack (2003), o território fornece o conjunto central das relações estruturais presente nos lugares, cujo funcionamento influencia nos agentes, em nossos projetos pessoais e, inclusive, no próprio tear. Para nós, não há dúvida de que o território é indispensável para que as interligações e os entrelaçamentos dos fios entrem em contato, estabelecendo, a partir de sua trama, distintos arranjos espaciais que variam em texturas, cores e formas de entrelaçamentos. Essa mecânica de agenciamentos possui uma engrenagem que a faz funcionar e estabelecer os enlaces dos fios, além de influenciar nos movimentos, nos ritmos e nas intensidades de energia presentes nesses entrelaçamentos. Ao acompanharmos as considerações de Sack (1997, 2003, 2010), podemos afirmar que existem três componentes estruturais do tear⁷⁴: in/out, interações espaciais e superfície-profundidade. Cada componente supramencionado está intimamente atrelado a um âmbito específico de cada domínio, sendo o território o meio necessário para estabelecimento das diversas conexões. Desse modo, “os três componentes proporcionam esta ligação porque cada um é uma variante de efeitos espaciais que está de acordo com o modo como o espaço é usado num âmbito particular”⁷⁵ (SACK, 2003, p. 65). Seguindo tal entendimento, sublinhamos que relações sociais, justiça e justo estão atrelados às regras de in/out; natureza, o natural e natural estão conectados pelas interações espaciais; significado, verdade e verdadeiro, pela superfície-profundidade. Dito de outra maneira: as regras de in/out estão intimamente atreladas às relações de poder; as interações espaciais são e estão conciliadas com as leis da natureza; superfície-profundidade envolve posicionamentos em relação ao

⁷³ “We cannot have the moral without the empirical, and all of the empirical actions have moral import, and are often animated by moral concerns” (SACK, 2010, p. 285-6).

⁷⁴ Cumpre registrar que, no livro *Homo Geographicus*, Sack (1997) utiliza o termo “circuito causal” para se referir ao entendimento em conjunto das dinâmicas “in/out”, “interações espaciais” e “superfície-profundidade” nos territórios. Contudo, nas duas últimas obras (SACK, 2003, 2010), passa a adotar “componentes estruturais do tear”, sendo este mais recente que estamos considerando.

⁷⁵ “The three components provide this connection because each is a variant of spatial effects that conforms to the way space is used in a particular realm” (SACK, 2003, p. 65).

significado, à moral e à consciência. Sendo assim, esses três componentes estruturais são os meios variantes pelos quais os fios se envolvem e se entrelaçam nos territórios, ou seja, são tecidos juntos. Logo, argumentamos que, independentemente do arranjo estabelecido, no qual um ou outro pode aparecer de modo mais evidente, os três componentes e seus respectivos fios estão presentes através de sua indissociável e constante relacionalidade. Tal dinâmica relacional pode ser visualizada na figura 1, cujos fios dos âmbitos que constituem os domínios e que estão atrelados aos seus respectivos componentes estruturais se encontram e se entrelaçam no território.

Como já enfatizamos, e também pode ser percebido na figura 1, não existe um componente mais importante, privilegiado e, tampouco, central em meio às tramas estabelecidas através do território – eles são dinâmicos, relacionais e interdependentes. Logo, podemos começar tratando sobre tais elementos da maneira que desejarmos, pois isto não influenciará os entrelaçamentos.

Como registrado há pouco, o *in/out* são as regras que existem nos territórios, visando estabelecer o que deve ou não estar contido dentro de certo limite (SACK, 2004). Assim, estamos sempre condicionados a quais territórios podemos ou não entrar. Frases do tipo “não pise na grama”, “é proibido fumar”, “permitido somente para funcionários” permeiam nossa vida diária. Tais regras, como destaca Cresswell (1996), refletem as expectativas sobre os nossos comportamentos, que estão relacionados com a posição em uma estrutura social de ações. A grande maioria desses *in/out* não está explicitada, por exemplo, através de leis, ou seja, permanecem inferidas em meio aos nossos costumes e práticas cotidianas, porém não menos exercidas. De certo modo, estamos sempre condicionados a sermos “os de dentro” (*insiders*) ou “os de fora” (*outsiders*) em distintos territórios e contextos geográficos intimamente relacionados às práticas (ELIAS; SCOTSON, 2000; BECKER, 2008). Convém evidenciar, ainda mais, em relação à nossa abordagem: as regras de *in/out* oferecem referência para ajudar a incluir ou excluir elementos atrelados a todos os âmbitos dos domínios. Violar os limites impostos pelas regras de *in/out* constitui transgressões, pois é como se “as coisas” ficassem fora do seu “devido lugar”. *In/out* não somente estrutura nossa vida, mas também afeta e influencia nossa maneira de falar, nosso modo de se vestir e nosso comportamento (enfim, nossa territorialidade – conforme será abordado mais adiante) em diferentes territórios, mesmo que as regras acatadas não estejam explícitas num quadro ou em forma de lei.

FIGURA 1 – Os componentes do território.

Elaborado por Rafael da Silva Oliveira a partir das figuras e argumentações encontradas em Sack (1997, 2003, 2010).

Para finalizar esse primeiro componente estrutural, vale esclarecer que in/out pode ser aplicado e, especialmente, está relacionado com todos os âmbitos presentes nos três domínios. Mas por que motivo estamos aproximando in/out daqueles fios que constituem os âmbitos das

relações sociais, da justiça e do justo? Sack (1997) nos explica: porque “está baseada em regras sociais, que exigem poder social para estipular e fazer valer”⁷⁶ (SACK, 1997, p. 91).

As interações espaciais dizem respeito aos diversos tipos de fluxos *nos, entre e através dos* territórios, estando intimamente relacionadas com as regras de in/out. *Grosso modo*, podemos dizer que in/out são criados e estabelecidos visando controlar e reorientar as interações espaciais, cujos fluxos e regras afetam uns aos outros (SACK, 2003, 2010). Aqui convém voltarmos para a referência que fizemos ao livro assinado por Cresswell (1996): as regras refletem a antecipação dos fluxos, ou seja, as expectativas acerca deles, ao passo que os fluxos acontecem, em parte, porque existem regras. Referimo-nos tanto aos fluxos relacionados ao fato de acatarmos as regras e limites erigidos quanto às transgressões visando ir além, transpor os limites e as regras de in/out.

Regras e interações espaciais estão em toda parte, nas mais variadas escalas, ou seja, em casa, na escola, no museu, nos espaços públicos ou no Estado, para citar algumas. As regras afetam o direcionamento dos fluxos, ao passo que o direcionamento dos fluxos pode redirecionar as regras. Como Sack (2003, p. 67) assevera, “mudando as regras alteram-se os fluxos espaciais e alterando os fluxos se exigirá mudança das regras”⁷⁷. Sendo assim, adiantamos uma situação que demonstraremos em pormenores na segunda parte da tese: o Estado brasileiro criou inúmeras regras nas últimas décadas que estimularam, significativamente, distintos direcionamentos às mobilidades dos garimpeiros não somente no Brasil, como na Pan-Amazônia. E, como mostrado em alguns exemplos, tais mobilidades influenciaram as alterações de regras envolvendo a própria atividade da garimpagem.

Importa enfatizar que as interações espaciais não são processos exclusivos das relações sociais, pois possuem, também, íntima relação com a natureza e o significado (e igualmente com os demais âmbitos relacionais dos outros dois domínios). Dito isso, agregando valor à discussão já exposta, acompanhamos Massey e Clark (2008) quando enfatizam que as geografias são feitas e refeitas através de variadas forças em jogo no mundo. Como os autores sublinham, existem, entre nós, tanto forças tangíveis quanto intangíveis, sejam elas humanas ou não, que estão intimamente imbricadas e em constante devir. Eis aqui um exemplo: o simples ato de tomar café numa livraria com o nosso orientador, o professor Francisco Capuano Scarlato, durante nossos encontros para discutirmos o desenvolvimento da tese, envolvia uma série de interações espaciais, regras e significados em distintas escalas. Aliás, se

⁷⁶ “(...) is based on social rules, it requires social power to stipulate and enforce” (SACK, 1997, p. 91).

⁷⁷ “Changing the rules changes the spatial flows, and changing the flows will necessitate changing the rules” (SACK, 2003, p. 67).

fôssemos procurar cartografar todo o processo de elaboração desta tese – incluindo desde os encontros com o orientador, as aulas com a professora María Mónica Arroyo, as viagens para realização das pesquisas de campo, as idas ao hospital na Amazônia em consequência das malárias que contraímos, os livros comprados em livrarias e sites especializados, as bibliotecas visitadas, a elaboração da redação no computador, a impressão do material, a encadernação, a entrega dos dez exemplares na Secretaria de Pós-Graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo, o convite para os professores da banca examinadora, o envio dos exemplares pelos correios e o encontro para a defesa da pesquisa no prédio da Secretaria de Pós-Graduação –, perceberíamos que existem muitos fios entrelaçados de todos os âmbitos dos três domínios, e que nossa geografia em busca da conclusão do doutorado esteve repleta de complexas interconectividades, co-constituições de materialidades e significados. Acerca disso, Sack (1997, p. 93) nos ensina que “estes movimentos são realidades material-físico, mesmo que acontecendo com pessoas e coisas que levam relações sociais e significados”⁷⁸. É exatamente pelo fato de essas interações espaciais acontecerem em meio às suas condições materiais no espaço físico que este componente está mais associado, no nosso entendimento e de acordo com Sack (1997, 2003, 2010), com o âmbito da natureza.

Diante do exposto, é possível dizer que as interações espaciais e as regras in/out influenciam a materialidade, que, por sua vez, é repleta de significados. Tais dinâmicas entrelaçadas alteram os territórios e deixam marcas na paisagem. O último componente estrutural, superfície-profundidade, corresponde aos questionamentos que levantamos acerca dessas paisagens, territórios e suas respectivas práticas. Dito de outra forma: colocamos em xeque se o que realmente é visível, aparente, superficial ou facilmente evidenciado nos territórios é realmente o que deveria ser ou se está apenas ofuscando o que realmente acontece – “esse lugar é o que parece ser?” Trata-se de uma questão sobre a intenção presente nos territórios, ou seja: seus significados são verdadeiros? Corresponde à paisagem?

É interessante perceber que pensar em superfície-profundidade implica considerar os efeitos dos territórios e sua simultânea relação com a consciência e a reflexividade, como também com a moral e a moralidade. Esse componente estrutural pode, principalmente, ser acionado quando agentes contestam regras de in/out e as interações espaciais ocasionam certa insatisfação, estimulando assim transgressões desses limites e mudanças nas regras e nos fluxos. Logo, é uma tomada de consciência, em muitos casos ideológica, sobre os desdobramentos do in/out e das interações espaciais nos territórios.

⁷⁸ “These movements are physical-material realities even though they are happening to people and things who bear social relations and meanings” (SACK, 1997, p. 93).

Atualmente os questionamentos atrelados à superfície-profundidade têm sido cada vez mais evidentes, em decorrência das inúmeras manifestações de movimentos, dentre outros exemplos, em defesa dos direitos de povos tradicionais e da liberdade e igualdade de gênero, que contestam práticas e reivindicam geografias mais justas. Aqui temos vários exemplos de estudos, especialmente oriundos das chamadas geografias feministas e geografias sociais, que põem em dúvida certos discursos de poder (ROSE, 1993; MASSEY, 1994; SIBLEY, 1995; PANELLI, 2004; NELSON; SEAGER, 2005; MOSS; AL-HINDI, 2008; SMITH et al., 2010). Isto posto, enfatizamos que questões sobre superfície-profundidade são acionadas quando “o que está no território incomoda” ou quando “alguma coisa está fora do lugar”, ou seja, desafiamos o que está sendo feito sobre a natureza, a função ou o propósito de determinado território ou territórios (SACK, 1997). De forma simples: territórios são contestados a partir de nossa insatisfação com algo ou alguma coisa, seja aparente ou encoberto. No desconforto e na tensão presentes no entrelaçamento dos âmbitos dos três domínios, tomamos consciência das geografias em que estamos envolvidos e, desse modo, podemos pôr em dúvida o verdadeiro significado de um dado território. Assim, buscamos e queremos um mundo melhor a partir, muitas vezes, das nossas próprias visões de mundo, e, quando reivindicamos mudanças a partir de nossas perspectivas, estamos pondo em dúvida a superfície ou a profundidade que está vigente (ou é hegemônica).

Procuramos demonstrar, através da explicação de cada componente estrutural, quão indissociáveis e inter-relacionados eles são. Sobre tal argumento, Sack (2003, p. 67) comenta: “ative um e você provavelmente vai ativar os outros. Uma alteração nas regras mudará os fluxos, o que irá alterar a aparência da tecedura”⁷⁹. Logo, tais componentes estão presentes nos territórios, mas ficam mais aparentes quando sua finalidade é contestada. Dessa maneira, tentativas de (re)organizar regras (in/out), questionamentos sobre o significado de um território (superfície-profundidade) ou alteração dos fluxos (interações espaciais) vigoram e potencializam as possibilidades de mudança das dinâmicas dos incontáveis fios que são tecidos, ao mesmo tempo e juntos, no território.

Com base no exposto, podemos afirmar que os domínios do empírico, da moral e da estética que se entrelaçam nos territórios afetam e são afetados uns pelos outros porque são tanto campos de forças quanto perspectivas. Os âmbitos que constituem cada domínio possuem suas forças e perspectivas próprias, que se tornam mais evidenciadas pela indissociável inter-relação entre o in/out, interações espaciais e superfície-profundidade. De

⁷⁹ “Activate one and you will likely activate the others. A change in rules will change the flows, which will change the appearance of the weave” (SACK, 2003, p. 67).

modo sintético, os campos de forças são como “círculos” entrelaçados que atuam em constante *loop*, ao passo que as perspectivas são como setas que apontam direcionamentos. O que diferencia é a intensidade de energia presente em cada uma delas, e isso vai depender do contexto de cada território. Por exemplo: as práticas estabelecidas numa igreja são diferentes daquelas engendradas numa escola ou num clube noturno; assim, com diferentes teares e fios (para mantermos a analogia) se produzem diferentes tecidos. Com a mudança de escala, obviamente, são outros fios e teares que entram em jogo, logo são outros contextos. Dessa maneira, a energia atribuída aos “fios” (a partir da inter-relação do in/out, das interações espaciais e da superfície-profundidade) que se entrelaçam pode contribuir para expandir, retrair ou alterar direcionamentos das perspectivas, como também aumentar ou suavizar as pressões nos campos de forças. Vale enfatizar que, em meio às relacionalidades entre campos de forças e perspectivas, não existe, de forma alguma, polos antagônicos, como negativo-positivo ou retração-expansão, pois os campos de forças podem contribuir tanto para reduzir quanto para ampliar nossas perspectivas; da mesma maneira, perspectivas auxiliam para suavizar ou fortalecer relacionalmente os campos de forças presentes nos territórios. Tais entendimentos são de grande serventia para municiar nossa reflexão à luz da discussão de multiterritorialidade que será proposta mais adiante.

De certo modo, parte das dinâmicas entre campos de forças e perspectivas já foi mencionada, porém, ainda se faz necessário registrar algumas palavras adicionais acerca da perspectiva aqui empregada. Como muito bem esclarece Cosgrove (1985, p. 46), o que vemos depende do que está lá mais o nosso “modo de ver” (*way of seeing*). Logo, pontos de vista ou perspectivas estão intimamente ligados aos âmbitos do significado, porém estão relacionados com os demais (como natureza e relações sociais). Cumpre enfatizar que perspectivas se distinguem do significado, pois dizem respeito a quão bem desenvolvido é o conjunto de significados e, particularmente, como estamos cientes dele (SACK, 1997, 2010). Vamos esclarecer de outro jeito: o âmbito do significado contém inúmeros pontos de vistas e perspectivas implícitos sobre os quais não temos controle, contudo contribuem para orientar nossas perspectivas e visões de mundo em “algum território”, ou, se preferirmos, em “qualquer território”. Perspectivas (o que inclui, também, os pontos de vista) são conscientemente formadas em meio à complexidade existente no entrelaçamento dos três domínios nos territórios (por isso possuem sua própria complexidade). Perspectivas estão atreladas, em algum sentido, a conceitos geográficos, por exemplo, o de território, que não somente auxilia na sua constituição, mas, sobretudo, a problematiza (SACK, 1997, 2010).

Posto isto, convém adiantar e sinalizar parte de nosso posicionamento teórico: entender que estamos “em algum território”, mas que nossas perspectivas e pontos de vista podem estar para além desse mesmo lugar, ou seja, em “territórios (im)possíveis”, é aspecto-chave para desdobrarmos nosso entendimento de multiterritorialidade.

Ver e representar estão intimamente associados, pois as perspectivas não são somente um modo de ver o mundo, mas, em especial, significam formas de representar ou simbolizar aquilo que é visto (COSGROVE, 1985, 2008; SACK, 1997; MEINING, 2002). Esse nosso modo de ver e representar está em constante devir, influenciando e sendo influenciado pelos âmbitos que estão entrelaçados no território por meio de complexos campos de forças e outras perspectivas. Ou seja: podemos mudar nossas perspectivas e desenvolver outras novas em decorrência das relacionalidades existentes nos territórios que envolvem os domínios mencionados.

Por fim, enfatizamos que nossas perspectivas se projetam e se misturam levando em conta os diversos fios dos domínios que se entrelaçam no tear. A perspectiva discursiva/científica emprega “modelos”, “leis” e “teorias” objetivando retratar e descrever como ocorre o funcionamento das coisas (e, por conseguinte, do mundo). Já as perspectivas morais e as perspectivas estéticas visam utilizar suas próprias formas simbólicas para descrever como o mundo funciona e, principalmente, como deveria funcionar (SACK, 2010). Longe de dizer que tais perspectivas são “puras”, mas, sim, indissociáveis, constituindo o nosso modo de ver o mundo, estando este intimamente relacionado com as regras in/out, as interações espaciais e a superfície-profundidade. Representando e pensando o mundo, tais perspectivas envolvem, de certo modo, um grau de abstração e nos possibilitam estabelecer distância não somente do que estamos “observando”, mas, principalmente, de onde estamos. Elas estabelecem conexões entre onde estamos e o que existe fora, ou seja, para além dos nossos limites e, conseqüentemente, recria outros.

Ao concluirmos esta exposição, cumpre salientar que muitos autores, sobretudo na geografia brasileira, privilegiam suas discussões a partir do que denominam como visão integradora ou multidimensional, levando em conta quatro dimensões, a saber: econômica, política, cultural e “natural”. Logo, alertamos que, ao cruzarmos com o modo que sugerimos e expusemos há pouco, podemos dizer que tal abordagem está contemplada na postura que adotamos particularmente dentro daquilo que denominamos *domínio do empírico*.

As considerações supramencionadas são muito importantes para esta tese, pois nosso marco teórico está balizado e coerente com tais argumentações. Isso tem serventia, em

especial, para consubstanciar a maneira como entendemos multiterritorialidade – de certa forma, já deixamos inúmeras pistas a respeito, inclusive através da figura 1 (p. 105). Depois do exposto, poderíamos facilmente seguir para a discussão de território e multiterritorialidade que travamos na tese. Contudo, julgamos ser adequado inserir mais alguns elementos para fortalecer a discussão e, por isso, dedicaremos algumas páginas para tratar da nossa perspectiva, primeiro, acerca de poder e, depois, concernente à moral e à moralidade. Desse modo, não somente fortalecemos nosso argumento, mas também evitamos entendimentos “desfocados”.

3.2 Poder como possibilidades

Como enfatiza Ó Tuathail (1996), tratar de Geografia implica tratar de poder, num incessante jogo sobre e entre limites, envolvendo pessoas que constantemente redesenham cartografias em meio à cotidianidade. Convém agregar que tal poder se constitui na imbricada relação espaço-tempo (ALLEN, 2003), envolvendo (re)criação de identidades, relações sociais e, por conseguinte, suas geografias (OGBORN, 2003). Visto dessa forma, emerge uma questão necessária para o desenrolar do marco teórico: o que é poder? Melhor ainda: em que sentido estamos abordando (e entendendo) poder?

Michel Foucault, no livro *Microfísica do poder*, salienta que o poder não é uma coisa (um ente) que pode ser dada, trocada ou retomada, mas sim exercida, pois sua natureza é a ação, sendo “acima de tudo uma relação de força”⁸⁰ (FOUCAULT, 1979, p. 175). O autor continua ressaltando que o poder funciona dentro de uma espécie de maquinaria social, na qual não existe um ponto exclusivo de atuação, pois está (e, principalmente, se dissemina) na estrutura social. Nesse sentido, nada (nem ninguém) escapa do poder, que funciona também como uma rede de dispositivos ou mecanismos. Por isso, “o poder é, e deve ser, analisado como algo que circula e funciona – por assim dizê-lo – em cadeia”⁸¹ (FOUCAULT, 1992, p. 39). Portanto, o poder se manifesta e é exercido nas mais distintas escalas, tendo assim um caráter multiescalar. Raffestin (1993), influenciado pelas proposições de Foucault, agrega valor à reflexão, destacando que “o poder é parte intrínseca de toda a relação. (...) O poder se manifesta por ocasião da relação” (RAFFESTIN, 1993, p. 52-53).

⁸⁰ Cumpre esclarecer que o fato de o poder ser uma relação de força não quer dizer que poder e força (e, tampouco, força e violência) sejam termos equivalentes. Arendt (1985) apresenta esclarecimentos acerca de tais distinções de maneira pormenorizada em sua obra.

⁸¹ “El poder es, y debe ser, analizado como algo que circula y funciona – por así decirlo – en cadena” (FOUCAULT, 1992, p. 39).

Convém salientar que “o poder não se aplica aos indivíduos, mas transita através dos indivíduos”⁸² (FOUCAULT, 1992, p. 39), sendo assim invisível e constituído através das práticas estabelecidas. Posto isto, destacamos que o indivíduo não é o *vis à vis* do poder, pois o indivíduo é um efeito do poder e, ao mesmo tempo, um elemento que compõe esse mesmo poder que “passa” por ele. Cresswell (2000, p. 262) contribui sublinhando que as “pessoas não são simplesmente alvos inertes do poder, mas agentes ativos nestas articulações”⁸³.

Diante do exposto, articulando com a perspectiva apresentada de poder, gostaríamos de trazer para a discussão três elementos fundamentais e que transitam na análise empírica: a violência, a relação dominação-resistência e a transgressão.

Arendt (1985, cap. II, p. 19-31), ao tratar da violência, destaca a associação precipitada de diversos teóricos ao atrelar (confundir) *poder* com outras palavras-chave para o entendimento das relações humanas. Dentre elas, a “força”, a “autoridade” e, especialmente, a “violência” figuram entre as principais, sendo que alguns defendem equivocadamente que “a violência nada mais é do que a mais flagrante manifestação de poder” (ARENDT, 1985, p. 19). Tal entendimento, distinto do nosso, pode ser encontrado, por exemplo, em Raffestin (1993, p. 163), pois, ao versar sobre a territorialidade siciliana, afirma que a violência seria “a forma extrema e brutal de poder”. Como dito anteriormente, o poder se exerce e, como diz Arendt (1985, p. 28), “não precisa de justificativas, sendo inerente à própria existência (...); mas precisa, isto sim, de legitimidade”.

É nessa tênue relação que se estrutura a diferença elementar entre poder e violência, pois a violência emerge da ausência da legitimidade (característica inata do poder *exercido*), sobretudo “quando o poder está em vias de ser perdido” (ARENDT, 1985, p. 29). A filósofa alemã discorre que ambos são fenômenos distintos e que não atuam de maneira unissonante, pois um exclui o outro:

(...) o que jamais poderá florescer da violência é o poder. (...) O poder e a violência se opõem: onde um domina de forma absoluta, o outro está ausente. A violência aparece onde o poder esteja em perigo, mas se se deixar que percorra o seu curso natural, o resultado será o desaparecimento do poder. (...) A violência pode destruir o poder, mas é incapaz de criá-lo (ARENDT, 1985, p. 29-31).

⁸² “(...) el poder no se aplica a los individuos, sino que transita a través de los individuos” (FOUCAULT, 1992, p. 39).

⁸³ “People are not simply the inert targets of power but active agents in its articulation” (CRESSWELL, 2000, p. 262).

Foucault (1979, 1999) e Arendt (1985) demonstram que as relações de poder não são exercidas pela violência, como também não são sempre contratuais ou repressivas. Avançam ao afirmar enfaticamente que o poder não é somente um aspecto negativo, pois possui também elementos positivos atrelados (envolvidos) à produção e ao uso do saber (como os dispositivos disciplinares da escola, do hospital e da família, abordados por Foucault [1999] em sua análise da “microfísica do poder”) – e que precisam ser considerados nas análises.

Em seu texto intitulado “The subject and power”, Foucault (1997a)⁸⁴ destaca que o poder é exercido através da relação entre modos de ações sobre ações, ao passo que os atos de violência se efetivam sobre corpos e coisas. Ainda, o poder opera entre e sobre o campo da liberdade, no qual as pessoas envolvidas são livres e inúmeros caminhos, tipos de conduta, reações e modos de comportamento estão disponíveis. Ao contrário da violência, que quebra, destrói e fecha todas as possibilidades, as relações de poder funcionam no sentido oposto: abrem possibilidades, dão margem para práticas, inclusive, de resistência. Nessa perspectiva, ao sublinhar a resistência, ele enfatiza que “nas relações de poder existe necessariamente a possibilidade de resistência porque, se não houvesse possibilidade de resistência (...), não haveria relações de poder”⁸⁵ (FOUCAULT, 1997b, p. 292). Logo, onde há poder existe resistência (FOUCAULT, 1978)⁸⁶ e, consequentemente, estímulo à transgressão – seja ela individual ou coletiva.

Assim como o poder, a resistência está em toda parte, às vezes mais explicitamente e, em outros casos, menos visível e/ou percebida entre os próprios envolvidos. Thrift (2000) destaca que os sistemas de poder, principalmente aqueles mais poderosos, vêm sendo constantemente subvertidos, minados por práticas cotidianas de resistência. Sharp et al. (2000), motivados pelas contribuições de Foucault, sugerem a metáfora “emaranhamentos” (*entanglements*) para a interpretação das geografias de dominação-resistência, cujos processos que envolvem relações de poder são/estão implicados e constituídos, mutuamente, uns nos outros. Nesse particular, Routledge (1997, p. 361) contribui sublinhando que as “práticas de

⁸⁴ Essa distinção entre poder e violência, no texto citado, é tratado mais diretamente na seção intitulada “What constitutes the specificity of power relations?” (FOUCAULT, 1997a, p. 340-342).

⁸⁵ “In power relations there is necessarily the possibility of resistance because if there were no possibility of resistance (...), there would be no power relations” (FOUCAULT, 1997b, p. 292).

⁸⁶ Aqui vale citar de maneira direta, mesmo apenas em nota de rodapé, um trecho do referido livro que explicita tal entendimento: “onde há poder há resistência e, ainda, tal resistência nunca se encontra numa posição de exterioridade em relação ao poder” [“Where there is power, there is resistance, and yet, or rather consequently, this resistance is never in a position of exteriority in relation to power”] (FOUCAULT, 1978, p. 95).

resistência não podem ser separadas das práticas de dominação: elas estão sempre emaranhadas em alguma configuração”⁸⁷.

A espacialização desses emaranhamentos acontece no cerne dos campos energizados e transversados pelo poder (SHARP et al., 2000). Essa concepção voltada para a assunção dos emaranhamentos exclui análises dicotômicas voltadas para discutir o “poder para dominar” ou o “poder para resistir”. Como ressalta Radcliffe (1999, p. 238), é preciso rejeitar a análise dicotômica para avançarmos nessa discussão, pois “‘dominação’ e ‘resistência’ são relacionais”⁸⁸. Dessa forma, defendemos que não cabe pensar em resistência, e suas respectivas estratégias⁸⁹, como ação visando “acabar com o poder”, mas sim percebê-la como uma capacidade transformativa inerente ao próprio exercício do poder. Caminhando nessa assertiva dos emaranhamentos de poder, é possível centrar a atenção sobre como geografias ignoradas constroem “mapas de poder” singulares, contestados e diversificados (HARAWAY, 1991⁹⁰).

Tal discussão atrelada aos emaranhamentos de poder possui muita serventia quando a relacionamos com a analogia do tear, esclarecida na seção anterior. Ao reconhecermos que o poder circula em toda parte, então os entrelaçamentos que ocorrem nos territórios também são energizados por ele. Logo, o poder está e circula nas relacionalidades que constituem os âmbitos dos três domínios, passando pelos componentes estruturais do tear até os campos de forças e perspectivas que influenciam nos acontecimentos. Um exemplo disso é a moral, que está intimamente entrelaçada com o poder: quando usada a serviço do poder, torna-se um modo de reforçar ou até mesmo questionar regras, interações e significados (retomaremos esse assunto na próxima seção). Dito isso, sublinhamos que, a partir deste ponto do texto, utilizaremos o termo emaranhamentos para nos referir às inter-relações envolvendo os componentes estruturais (in/out, superfície-profundidade e interações espaciais) presentes nos âmbitos dos

⁸⁷ “Practices of resistance cannot be separated from practices of domination: they are always entangled in some configuration” (ROUTLEDGE, 1997, p. 361).

⁸⁸ “(...) ‘domination’ and ‘resistance’ are relational” (RADCLIFFE, 1999, p. 238).

⁸⁹ Cumpramos externar que conhecemos a distinção estabelecida por Michel de Certeau entre “estratégia” e “tática”, registrada no livro *The practice of everyday life* (CERTEAU, 1984). Na formulação teórica do referido autor, a estratégia está vinculada aos “poderosos” que manipulam as relações de poder, exercendo assim o domínio dentro do “seu espaço” de controle e atuação. Já a tática é entendida como a “arte do fraco”, sendo esta “determinada pela ausência de poder” (CERTEAU, 1984, p. 37-38 – grifo do autor). No nosso entendimento, essa conceitualização dicotômica é problemática, pois desconsidera a presença de poder na resistência, além de estabelecer oposição entre a estratégia de quem detém o poder com as táticas de quem resiste. Críticas mais detalhadas sobre essa discussão exposta por Certeau (1984) podem ser encontradas, dentre outros, em Sharp et al. (2000, p. 36) e Massey (2000, p. 280-282). Por esse motivo, enfatizamos que não estamos considerando tal discurso de oposição binária desenvolvido por Certeau (1984) quando aplicamos a palavra estratégia em nosso texto, pois acreditamos que a realidade envolvendo relações de poder é muito mais complexa.

⁹⁰ Aqui fazemos referência ao capítulo “A cyborg manifesto: science, technology, and socialist-feminism in the late twentieth century” (HARAWAY, 1991, p. 149-181).

domínios. Assim sendo, em meio às análises das realidades estudadas, levamos em consideração como, ou seja, de que maneira os garimpeiros, inseridos dentro de contextos atrelados aos emaranhamentos, desenvolvem práticas transgressoras que tanto contestam predomínios quanto estimulam contestações.

Com base no que estamos registrando, podemos considerar os emaranhamentos como potenciais estímulos à transgressão, mas cabe frisar que tal implicação emerge como práticas específicas diante das possibilidades existentes nas relações de poder. Desse modo, vale destacar que nos emaranhamentos são abertas possibilidades para a transgressão.

Ao recordar Foucault (2010), esclarecemos que transgressão, apesar de nem sempre acontecer como uma resistência intencional, representa em si um modo de resistência às normas estabelecidas. Seguindo essa assertiva, trazemos à baila a contribuição de Bataille (1987) sobre transgressão. De acordo com o autor, para ocorrer transgressão é preciso haver interdito, aliás, “o interdito está aí para ser violado”⁹¹ (BATAILLE, 1987, p. 67). Desse modo, reforçando as considerações já expostas acerca dos âmbitos e componentes estruturais, argumentamos que ambos estão inseridos nos emaranhamentos. Logo, a transgressão (enquanto um modo de resistência) não nega nem anula o interdito (enquanto caráter normativo de dominação, regras de in/out; limite estabelecido), mas, sim, confirma sua presença em meio às relações de poder. Esse entendimento, apesar de articulado dentro de outro escopo teórico, aparece em Bataille (1987, p. 66) ao afirmar que “a transgressão não é a negação do interdito, mas o ultrapassa e o completa”⁹². Ainda vale acrescentar que “a vida é em sua essência um excesso, é a prodigalidade da vida”⁹³ (BATAILLE, 1987, p. 88), e a transgressão é a atitude do desejo de exceder: “há na natureza e subsiste no homem um movimento que sempre *excede os* limites e que nunca pode ser reduzido, senão parcialmente”⁹⁴ (BATAILLE, 1987, p. 43; grifo do autor).

Diante do exposto, enfatizamos que limite e transgressão são indissociáveis e interdependentes. Foucault, em “A preface to transgression”, esclarece que “a transgressão é uma ação que diz respeito ao limite; é aí, na tênue espessura da linha, que se manifesta o fulgor de sua passagem, mas, talvez, também sua trajetória na totalidade, sua própria origem”⁹⁵ (FOUCAULT, 1998, p. 73). Seguindo as considerações do autor, podemos

⁹¹ “(...) l’interdit est là pour être violé” (BATAILLE, 1987, p. 67).

⁹² “La transgression n’est pas la négation de l’interdit, mais elle le dépasse et le complète” (BATAILLE, 1987, p. 66).

⁹³ “La vie est en son essence un excès, elle est la prodigalité de la vie” (BATAILLE, 1987, p. 88).

⁹⁴ “Il y a dans la nature et il subsiste dans l’homme un mouvement qui toujours *excede* les limites, et qui jamais ne peut être réduit que partiellement” (BATAILLE, 1987, p. 43).

⁹⁵ “Transgression is an action that involves the limit, that narrow zone of a line where it displays the flash of its

argumentar que a transgressão redefine os limites e as linhas de distinção (e, em muitos casos, de exclusão), cujo movimento de ultrapassagem expõe novos limites a serem transgredidos, redefinindo assim as dinâmicas. Logo, a mesma transgressão que ultrapassa e excede é a que restabelece outros limites, pois “a transgressão leva o limite até o limite do seu ser”⁹⁶ (FOUCAULT, 1998, p. 73).

Façamos aqui um alerta: transgressão não implica somente mobilidade corporal, assim como limite não diz respeito apenas às barreiras físicas. Desse modo, ao longo do texto, estamos considerando variadas possibilidades (i)materiais de transgressão e de limites em meio aos emaranhamentos. Aliás, como esclarece Jenks (2003), uma das muitas formas de transgressão, ou seja, de cruzamento e violação dos limites, pode ocorrer através de ações discursivas e, de certa forma, sem implicar necessariamente o deslocamento físico. Assim sendo, defendemos que tais práticas diante das inúmeras possibilidades abertas/oportunizadas pelos emaranhamentos estão intimamente atreladas às perspectivas morais em jogo. Dito de outra maneira, as implicações envolvendo superfície-profundidade oferecem as condições para indivíduos e/ou grupos se posicionarem diante das relações de poder, influenciando nas práticas cotidianas (inclusive transgressões) em meio a um mundo de diferenças.

3.3 (Valor) Moral, moralidade e práticas

As implicações empíricas, morais e estéticas influenciam no nosso papel assumido e nas ações diante das relações de poder estabelecidas, refletindo em nossas geografias e, inevitavelmente, nas geografias dos outros. Produzimos, reproduzimos e absorvemos imaginações geográficas carregadas de valores e julgamentos morais que nos conduzem para assumirmos posturas e tomarmos decisões, cotidianamente, diante dos emaranhamentos nos quais estamos intrincados.

Por imaginações geográficas⁹⁷ consideramos a abordagem proposta por Gregory (1994): o conhecimento espacializado das relações sociais que caracterizam lugares, pessoas e/ou grupos sociais, refletindo as conexões entre as histórias do corpo e as histórias do espaço. Não é demais lembrar que Said (1978, 1993), em sua crítica ao orientalismo, estabelece reflexão acerca do que denomina de “geografia imaginativa” para referir-se às invenções e construções de espaços geográficos para além de sua base física, cujas fronteiras são

passage, but perhaps also its entire trajectory, even its origin” (FOUCAULT, 1998, p. 73).

⁹⁶ “Transgression carries the limit right to the limit of its being” (FOUCAULT, 1998, p. 73).

⁹⁷ Para mais detalhes concernentes às outras interpretações e entendimentos acerca das “imaginações geográficas”, desenvolvidas nos estudos de diferentes geógrafos, recomendamos a leitura do texto assinado por Daniels (2011).

construídas e habitam em torno das consciências e práticas. Essas imaginações geográficas que influenciam em nossas práticas são constituídas por valores morais que estimulam a (re)produção de moralidades que se refletem decisivamente nos lugares. Visto dessa maneira, concordamos com Shapiro (1994, p. 499) quando defende que “todas as geografias são, em última análise, geografias morais”⁹⁸. Partindo desse mesmo entendimento, lembramos as palavras de Sack (1992, p. 177): a “geografia fornece uma fundação para a moralidade, ao passo que princípios geográficos têm implicações morais”⁹⁹ – valendo recordar que os domínios do empírico, da moral e da estética estão entrelaçados. Nesse particular, apesar de já sinalizado na introdução, cabe traçarmos algumas linhas sobre tais noções que balizam essa parte que constitui o marco teórico da tese, cujos elementos são relevantes para contribuir no entendimento dos campos de forças e perspectivas presentes nos territórios.

O ser humano em si tem valores morais (TUAN, 1989; SMITH, 2000). Temos ideias construídas (ainda que estejam abertas para mudanças) sobre o mundo e as coisas que nos cercam para distinguirmos, com base em quadros de valores e julgamentos morais, aquilo que é certo ou errado fazer, bom ou ruim, bonito ou feio, justo ou injusto, melhor ou pior. Esses valores conduzem nossas ações, para além da mera sobrevivência, em busca daquilo que aspiramos como sendo bom ou melhor para nós (TUAN, 1989). Dessa maneira, em consequência de nossa natureza geográfica, buscamos transformar a realidade de acordo com as perspectivas nas quais acreditamos, aceitamos e/ou julgamos ser melhor (SACK, 2003), influenciando assim nas dinâmicas das mobilidades e nos emaranhamentos dos territórios. Logo, nossa territorialidade está intimamente relacionada com as forças e as perspectivas que carregamos e transitam entre nós em meio aos emaranhamentos, influenciando e sendo influenciada pelas práticas.

Como Tuan (1980) esclarece, nossa experiência é marcada por percepções, atitudes e valores que juntos influenciam e refletem nossa constante relação com o mundo. Ao discorrer sobre a atitude, o autor enfatiza que esta é “uma posição que se toma frente ao mundo” ou, ainda mais especificamente, “uma certa firmeza de interesse e valor” (TUAN, 1980, p. 4; grifo nosso). Assim, diante das possibilidades proporcionadas pelos emaranhamentos, os valores e julgamentos morais tornam-se elementos fundamentais da política cotidiana desenvolvida por inúmeros agentes. Eles nos ajudam a tomar decisões diante das relações

⁹⁸ “All geographies are, in the last analysis, moral geographies” (SHAPIRO, 1994, p. 499).

⁹⁹ “Geography provides a foundation for morality, and geographical principles have moral implications” (SACK, 1992, p. 177).

estabelecidas, sendo assim força e perspectiva para as nossas práticas e, até mesmo, para influenciar a dos outros.

Quando valores e julgamentos morais são manifestados e postos em prática (exercidos) por indivíduos e/ou grupos em meio às relações sociais (relações de poder) dentro dos emaranhamentos, ditando e transformando relações de domínio-resistência, denominamos moralidade. Em outras palavras, moralidade é a política engendrada por valores e julgamentos morais que influenciam ou reafirmam determinados posicionamentos sobre outros indivíduos e/ou grupos. Portanto, podemos argumentar que as moralidades são criadas, vividas, entendidas e exercidas a partir da relação entre o universal e o particular, cuja efetivação ocorre nos lugares (SMITH, 2000). Assim, a moralidade é o movimento de projeção e exercício de um determinado quadro de valores e julgamentos morais que representa indivíduos e/ou grupos na confrontação com outras moralidades dentro dos emaranhamentos.

Dentre os inúmeros exemplos de moralidades, cabe aqui destacar aquelas vinculadas aos discursos na produção da verdade. Tanto os discursos “oficiais” (atrelados às instituições) quanto as práticas discursivas cotidianas são potentes meios pelos quais as morais são exercidas a serviço do poder, sendo sentidas através da (re)produção da diferença (KATZ, 2003). Elas não somente influenciam nos âmbitos do significado, da verdade e do verdadeiro, mas em todos os demais, porque atuam, também, como forças que podem afetar os componentes estruturais dos territórios (regras de in/out, interações espaciais e superfície-profundidade). Amparados em Foucault, lembramos que as relações de poder também estão relacionadas com a construção discursiva:

(...) relações de poder não podem *per se* serem estabelecidas, consolidadas nem implementadas sem a produção, acumulação, circulação e funcionamento de um discurso. Não pode haver possível exercício de poder sem uma certa economia dos discursos da verdade que opera através de e na base desta associação. Estamos sujeitos à produção da verdade através do poder e não podemos exercer o poder, exceto através da produção da verdade (FOUCAULT, 1980, p. 93)¹⁰⁰.

Desse modo, concordamos que a verdade é parcial, discursiva e moralmente criada. Em vista disso, os meios de comunicação são utilizados como importantes difusores das verdades (re)criadas e (re)produzidas a serviço do poder, ou seja, de moralidades. Logo, faz-se

¹⁰⁰ “Relations of power cannot themselves be established, consolidated nor implemented without the production, accumulation, circulation and functioning of a discourse. There can be no possible exercise of power without a certain economy of discourses of truth which operates through and on the basis of this association. We are subjected to the production of truth through power and we cannot exercise power except through the production of truth” (FOUCAULT, 1980, p. 93).

necessário refletir acerca dos perversos usos dos meios de comunicação na sociedade contemporânea (SANTOS, 2011), nos quais são forjadas geografias morais que (re)forçam práticas de exclusão e controle.

Aqui, convém mencionar a contribuição de Santos (2008), ao propor análise da realidade a partir do par dialético psicosfera e tecnosfera. Para o autor, a tecnosfera “é o resultado da crescente artificialização do meio ambiente” (SANTOS, 2008, p. 30), através da sua racionalização e tecnificação. Já a psicosfera é entendida como “o resultado das crenças, desejos, vontades e hábitos que inspiram comportamentos filosóficos e práticos” (SANTOS, 2008, p. 32), sendo, também, a construção das subjetividades e normas de convivência estabelecidas em meio às relações sociais. Assim, a psicosfera atua no campo da ação, contribuindo para a manutenção de ideologias e discursos hegemônicos presentes nos emaranhamentos que influenciam nas dinâmicas territoriais (como demonstramos, por exemplo, no capítulo 5).

Ao concordarmos com Cresswell (2005) que as ideologias pertencem ao campo da moral (sendo o segundo mais abrangente), enfatizamos que geografias ideológicas são geografias morais¹⁰¹. Assim sendo, as moralidades afetam e influenciam (pondo à prova, questionando a superfície-profundidade dos territórios) não somente nossos valores e julgamentos morais intrínsecos, mas, sobretudo, nossas práticas. Inspirados em Cresswell (1996) e amparados em Sack (2003), argumentamos que a moralidade é a externalização (inclusive via construção discursiva), através de inúmeras práticas, de quadros de valores morais a serviço do poder. Ainda convém destacar que somos guiados e/ou reagimos às moralidades de pessoas e/ou grupos, num jogo dialético que agrega complexos sentidos e significados aos campos de forças e perspectivas presentes nos emaranhamentos.

Aqui é preciso estabelecer um esclarecimento importante. Foucault (1990) distingue e destaca o entrelaçamento indissociável entre poder e moral da mesma forma com que estamos trabalhando. Contudo, diferentemente da perspectiva que adotamos, o referido autor sugere que a questão moral seja entendida e considerada a partir de três “sentos”: i) o código moral; ii) a moralidade dos comportamentos; e iii) as maneiras nas quais indivíduos se formam como

¹⁰¹ Aqui convém um registro: apesar de existirem inúmeros estudos anteriores que, de certa forma, abordam o tema, existe um consenso entre os geógrafos dedicados a essa perspectiva de que o termo “geografias morais” foi empregado pela primeira vez pelo geógrafo Felix Driver (1988), em seu artigo intitulado “Moral Geographies: social science and the urban environment in mid-nineteenth century England”.

“sujeitos éticos”¹⁰². O trabalho de Matless (1994) pode ser citado como um exemplo de estudo geográfico que adota esse caminho proposto por Foucault.

Numa perspectiva diferente, optamos por distinguir (sem desconsiderar os “sensores” supramencionados), no plano teórico, moral de moralidade, entendendo que ambos são inseparáveis e pertencem àquilo que denominamos domínio da moral, estando este entrelaçado com os outros dois domínios (do empírico e da estética). A moral diz respeito à chamada teoria moral (entendida também como ética), ou seja, “a reflexão consciente sobre nossas crenças morais com o objetivo de melhorar, estender ou refinar essas crenças, de alguma forma”¹⁰³ (HINMAN, 2013, p. 5). Já o segundo, a moralidade, é entendido como “ação prática”, sendo o que indivíduos fazem motivados por suas perspectivas, ou seja, pela crença moral (valores e julgamentos intrínsecos) ou por aceitarem/seguirem determinadas normas estabelecidas (SMITH, 2000). Logo, a distinção fundamental que utilizamos aqui está na compreensão entre o domínio do “ser” e o do “fazer”, numa inextricável relação dialética de influência e transformação mútua. Assim, nossa perspectiva está mais próxima, por exemplo, da adotada no estudo elaborado por Smith (2000).

Dessa maneira, as relações entre as pessoas, confrontando e interagindo distintos quadros e valores morais, estão no centro das moralidades (SMITH, 2000; SACK, 2003). Assim como o poder, as moralidades estão em toda parte, oferecendo novas interpretações que restringem ou ampliam práticas sociais. Nesse particular, argumentamos que as moralidades coexistem e transitam entre si, constituindo forças e perspectivas que influenciam as relações de poder entre as pessoas nos territórios. Da mesma maneira que existem múltiplas relações de poder em jogo, também há múltiplas morais exercidas influenciando determinados comportamentos em determinados emaranhamentos. Logo, o contato entre as moralidades pode abrir perspectivas e, por conseguinte, possibilidades para práticas de transformação das relações de poder nos territórios e, em particular, das nossas vidas. Ao argumentarmos dessa maneira, alinhamos nosso entendimento com o de Paasi (1996, p. 301), ao defender que as construções subjetivas (como estamos tratando) “não flutuam livremente e a-historicamente sobre a cabeça das pessoas como um poder causal controlando suas ações”¹⁰⁴. Ao contrário,

¹⁰² M. Foucault expõe tal perspectiva teórica, de maneira mais detida, no livro *The history of sexuality 2: the use of pleasure*, especialmente no capítulo intitulado “Morality and practice of the self” (FOUCAULT, 1990, p. 25-32). Como pode ser percebido ao longo do texto, apesar de estruturarmos a argumentação de maneira distinta, conservamos grande parte da essência das contribuições do referido autor – especialmente a discussão de que uma “ação moral” ocorre através da relação que o indivíduo estabelece com as moralidades [externas a si] e consigo mesmo, ou seja, seus valores morais.

¹⁰³ “The conscious reflection on our moral beliefs with the aim of improving, extending, or refining those beliefs in some way” (HINMAN, 2013, p. 5).

¹⁰⁴ “(...) does not float freely and ahistorically above the heads of people as a causal power controlling their

são profundamente geográficas e estão/são constituídas em meio aos emaranhamentos nos territórios.

Com base no exposto, recordamos Cresswell (2005), quando sinaliza que as geografias morais estabelecem limites, fazendo com que determinados indivíduos, coisas e práticas pertençam a determinados territórios, lugares e paisagens, e outros não. Tais moralidades criam limites de poder que impõem distinções geográficas, por exemplo, entre os “in place” e os “out of place” (CRESSWELL, 1996); “puros” e “contaminados” (SIBLEY, 1995); “morais” e “imorais” (HUBBARD, 1999). Dessa maneira, aqueles que são moralizados e colocados como os “outros” são tidos como “diferentes”, “desviantes” e “anormais” que estão (são colocados) “fora” da sociedade (autoencaixada como) “normal”. Existe uma profusão de “outros” (re)produzidos por determinadas perspectivas morais a serviço do poder (moralidades), colocando pessoas e/ou grupos como desencaixados dos comportamentos e ordens geográficos estabelecidos dentro de específicos quadros moralizantes. Garimpeiros (OLIVEIRA, 2012b, 2012c), ciganos (SIBLEY, 1992, 1995), moradores de rua (VENESS, 1992; CLOKE; MAY; JOHNSEN, 2010), travestis (OLIVEIRA, 2002; SILVA, 2008; ORNAT, 2008), prostitutas (HUBBARD, 1999; OLIVEIRA, 2011a) e pessoas com deficiências (KITCHIN, 1998; PARR, 2008) são alguns dos inúmeros exemplos de “outros” em meio aos emaranhamentos que (re)produzem complexas geografias da exclusão (SIBLEY, 1995). Como podemos perceber, existem entre nós barreiras morais muito mais rígidas do que qualquer muro que separe dois territórios, influenciando sobremaneira nas regras de in/out, nas interações espaciais e na superfície-profundidade, ou seja, nos fios entrelaçados pelo tear.

Vale dizer que tais moralidades são “localizadas e relativas” (SACK, 2003, p. 37), podendo variar entre pessoas e/ou grupos e, portanto, de um território para outro em meio ao nosso mundo de diferenças (SMITH, 2000). As moralidades ainda desestabilizam quadros de valores e julgamentos morais, tornando-os passíveis de mutação: “podemos refletir sobre eles, por nós mesmos e no discurso com outras pessoas, e nós podemos mudá-los”¹⁰⁵ (SMITH, 2000, p. 1). É esse contato entre múltiplas moralidades que estimula dúvidas e reafirma certezas, auxiliando em nosso posicionamento dentro de determinados contextos expressos geograficamente, ou seja, dentro de emaranhamentos e de suas respectivas geografias. Portanto, aceitar, cumprir e seguir regras de in/out, fluxos e direcionamentos das interações espaciais e a paisagem superficialmente exposta, ou, até mesmo, transgredi-los ou subvertê-

actions” (PAASI, 1996, p. 301).

¹⁰⁵ “We can reflect on them, by ourselves and in discourse with other persons, and we may change them” (SMITH, 2000, p. 1).

los ocorre na fricção entre campos de forças e perspectivas (inclusive morais), num dado momento e lugar.

Nesse sentido, Birdsall (1996, p. 620) sublinha que “nossas escolhas são, na realidade, guiadas por um mapa de alternativas morais (...). Através de nossas interações cotidianas, traçamos a geografia moral de nossas vidas”¹⁰⁶. Desse modo, as ações em meio às possibilidades existentes nos emaranhamentos dependem, também, da íntima e indissociável relação de quadros morais que fluem e estão presentes desde o particular até o universal. Logo, apesar de serem de naturezas distintas, a moral está intimamente entrelaçada com o poder, pois auxilia no discernimento e nas ações de indivíduos e/ou grupos diante das possibilidades de efetivação ou não de resistências e domínios, redesenhando as próprias moralidades e, em consequência, as relações de poder.

Apesar de serem invisíveis em-si, paradoxalmente, poder e moral deixam marcas visíveis que representam parte ou parcela desses efeitos internalizados espacialmente (CRESSWELL, 2000; OGBORN, 2003; ALLEN, 2003). Ademais, as territorialidades (re)produzem e são constitutivas de poder e quadros morais, refletindo assim as desiguais relações entre indivíduos e/ou grupos sociais em meio aos emaranhamentos. Portanto, ao reconhecermos que tais dinâmicas geográficas não somente são produtos, mas, também, representam os meios onde acontecem e são produzidas relações de poder, nossa análise assume importante relevância para a compreensão de tais realidades.

3.4 Do entendimento de território à (outra concepção de) multiterritorialidade

De início, salientamos que, apesar de comumente confundidos por diversos autores, inclusive dentro do campo da Geografia, território e espaço não são sinônimos. Raffestin (1993, p. 223), ao enfatizar a distinção entre os termos, sublinha que o espaço geográfico “é assimilável a um ‘dado’, pois preexiste a toda ação humana”. Assim sendo, o espaço emerge como uma espécie de “prisão original”, ao passo que o território seria a “prisão” construída pelas relações sociais (relações de poder) estabelecidas.

Apesar de concordarmos que não são termos equivalentes e, sobretudo, que espaço e território são indissociáveis, pois “sem espaço não há território” (HAESBAERT, 2011a, p. 22), defendemos um entendimento para além do dado apriorístico (“preexistente a toda ação humana”), como defende Claude Raffestin. Ao concordarmos com Haesbaert (2011a), salientamos que a distinção acontece no plano epistemológico, ou seja, no nível de abordagem

¹⁰⁶ “Our choices are, in effect, guided by a map of moral alternatives (...). Through our everyday interactions, we trace the moral geography of our lives” (BIRDSALL, 1996, p. 620).

que se aplica/enfatiza. Assim, o espaço seria “a expressão de uma dimensão da sociedade, em sentido amplo, em sua coexistência/simultaneidade”, enquanto o território é compreendido e definido de maneira mais estrita, “a partir de uma abordagem sobre o espaço que prioriza ou que coloca seu foco, dentro dessa dimensão espacial, (n)a dimensão política ou de realização das relações de poder” (HAESBAERT, 2011a, p. 22-23).

Com base nesse breve apontamento, muita coisa se desdobra a partir da palavra território, e por isso dedicamos um pouco do espaço deste trabalho para tratar desse assunto; acreditamos que essa discussão ajudará a esclarecer como estamos utilizando e entendendo alguns termos amplamente presentes na tese. Para iniciar tal tarefa, poderíamos recorrer, como geralmente muitos autores fazem repetidamente, à etimologia para dizer que território é derivado da palavra latina *territorium*, ou utilizar trechos do dicionário de língua portuguesa ou, até mesmo, buscar referências em verbetes de alguns bons dicionários de Geografia, por exemplo os organizados por Brunet, Ferras e Théry (1993), McDowell e Sharp (1999), Lévy e Lussault (2003) e Gregory et al. (2009). Contudo, para tentar não oferecer mais do mesmo, caminhamos com os recursos oferecidos pela sintaxe para construir parte da nossa argumentação. Acreditamos ser um bom caminho (e exercício) explicativo, pois é imprescindível que as palavras e suas relações com coisas, seres, significados e ações estejam claramente estabelecidas para avançarmos nas análises teórica e empírica ao longo da tese. Tais esclarecimentos são necessários porque não temos dúvida de que as palavras são formas significativas que podem possibilitar variados significados, dependendo assim das conexões estabelecidas tanto por quem escreve quanto por quem interpreta. Logo, cabe enfatizar que os enfoques e perspectivas aqui versados não objetivam, de maneira alguma, dizer que “este” ou “aquele” entendimento está correto ou errado, mas, sim, deixar claro quais são os recortes e conexões que estabelecemos para constituição da nossa proposição teórica.

Em primeiro lugar, partindo do plano morfológico, sublinhamos que território é, indubitavelmente, um substantivo. Assim, nesse caso, designa uma “coisa” repleta de significado, ou melhor, contendo vários significados. Inspirado nesse esclarecimento, podemos dizer que o território é um espaço significativo *delimitado* (DELANEY, 2005; RAFFESTIN, 2012), sendo significativo na medida em que ele significa. Ou seja: o que um território significa depende intimamente dos entrelaçamentos dos fios que constituem os âmbitos dos domínios, como também as dinâmicas das relacionais entre os componentes estruturais. Assim, os territórios assumem especificidades atreladas, por exemplo, ao limite, acesso-restrição, medo, empatia (só para mencionar alguns), que variam de acordo com as

inúmeras relações estabelecidas e, de certa forma, com os diferentes campos de forças e perspectivas.

Dell’Agnese (2013, p. 124) chama a atenção para o fato de que, dentro dessa discussão, “não podemos apagar a conexão entre ‘território’ e ‘limites’”¹⁰⁷. Logo, não podemos perder de vista a perspectiva relacional, em que ambos (território e limites) não são inertes, mas, sim, dinâmicos e em pleno movimento de transformação, constantemente fazendo-se e desfazendo-se em meio às inúmeras mobilidades (i)materiais. Dessa forma, abrimos perspectiva para uma reflexão sobre o território para além da fixidez, da delimitação exclusivista e dos limites físicos para incluirmos, também, uma leitura que contemple territórios (e limites) constituídos no/pelo movimento, na/pela sobreposição, no/pelo hibridismo e nas/pelas fronteiras intangíveis (entre elas, as fronteiras morais) – levando em conta, como nos ensina Massey (2005), a convergência e o cruzamento da multiplicidade de trajetórias.

Seguindo a assertiva em evidência, vale lembrar Santos (1994, p. 16) quando destaca que “o território são formas, mas o território usado são objetos e ações” – podendo assim ser formado, em seu caráter areal, como território *continuum* ou, até mesmo, *descontinuum* (em rede). Portanto, o território é marcado por horizontalidades (atreladas aos “domínios da contiguidade, daqueles lugares vizinhos reunidos por uma continuidade territorial”) e verticalidades (sendo estas “formadas por pontos distantes uns dos outros, ligados por todas as formas e processos sociais”) (SANTOS, 1994, p. 16). Ainda no tocante à dinâmica dos territórios (e suas manifestações), Haesbaert destaca a importância do “reconhecimento da íntima relação e interpenetração entre territórios e redes” (1998, p. 62). Logo, ao chamar a atenção para a referida relação, destaca três situações: i) os territórios-zona; ii) os territórios-rede; e iii) os “aglomerados” (HAESBAERT, 2004a).

O autor em comento esclarece que os territórios-zona são “forjados no domínio da lógica zonal, com áreas e limites (‘fronteiras’) relativamente bem demarcados e com grupos mais ‘enraizados’, onde a organização em rede adquire um papel secundário” (HAESBAERT, 2004a, p. 306). Desse modo, o território é mais amplo e se sobrepõe às redes, ou seja, as redes estão dentro do território, sendo portanto “‘elementos’ constituintes ou fortalecedores do território” (HAESBAERT, 1998, p. 63). Já os territórios-rede são “configurados sobretudo na topologia ou lógica das redes, ou seja, são espacialmente descontínuos, dinâmicos (com diversos graus de mobilidade)” (HAESBAERT, 2004a, p. 306). Nesse caso, o território é mais

¹⁰⁷ “We cannot erase the connection between ‘territory’ and ‘boundaries’” (DELL’AGNESE, 2013, p. 124).

restrito e as redes sobrepõem-se a ele, podendo tal dinamismo ocasionar a (des)articulação de territórios fragmentados. Dito isto, não podemos perder de vista que, como nos ensina Haesbaert (2005, p. 6.785), “todo território-rede resulta da conjugação, em outra escala, de territórios-zona, descontínuos”. Por fim, os “aglomerados” são considerados aqueles “mais indefinidos, muitas vezes mesclas confusas de territórios-zona e territórios-rede, onde fica muito difícil identificar uma lógica coerente e/ou uma cartografia espacialmente bem definida” (HAESBAERT, 2004a, p. 306). Tais “aglomerados” são marcados por geografias sobre as “quais os grupos sociais dispõem de menor controle e segurança, material e simbólica” (HAESBAERT, 1995b, p. 193).

Convém registrar, também, a contribuição de A. Lefebvre (1999) ao expor um esforço de aproximação teórica e empírica entre território e rede. Em seu trabalho, desenvolve interpretação a partir de três considerações, a saber: i) a inscrição territorial das redes; ii) os territórios em rede; e iii) o território das redes. No que concerne à “inscrição territorial das redes”, o autor enfatiza a importância em se considerar que as redes não estão descoladas do território. Desse modo, elas se encaixam em espaços geográficos diferenciados e heterogêneos e, logo, são inseridas em algum tipo de organização territorial preexistente. Tal aderência estabelece íntima relação dialética, dinamizando e transformando tanto os territórios quanto as redes. O segundo, “territórios em rede”, possui desenho teórico muito semelhante às “verticalidades” – propostas por Santos (1994) – e aos “territórios-rede” – pensados por Haesbaert (1998, 2002). Desse modo, destaca que as redes, atuando tanto material quanto imaterialmente, conectam territórios descontínuos, produzindo um intenso e complexo jogo de escalas que atuam concomitantemente nos lugares. Por fim, o “território das redes” é entendido como correspondendo ao sistema formado por polos, nós, emaranhados e fluxos, sendo este, segundo A. Lefebvre (1999), um território metafórico.

Conforme demonstrado, tanto o território quanto as redes (até mesmo as chamadas redes técnicas ou infraestruturais) possuem características (i)materiais, pois são reflexo e produto das relações sociais. Deste modo, as formas estão nos conteúdos e nas relações sociais, assim como as relações sociais estão presentes nas formas e conteúdos, ocasionando uma constante relação dialética de (re)produção em meio à (i)materialidade das formas e relações sociais. Logo, podemos argumentar que as redes são técnicas, levando em conta o seu aspecto e a materialidade impostos aos nossos sentidos, mas são também sociais e políticas “pelas pessoas, mensagens, valores que a frequentam” (SANTOS, 2002, p. 262). Em síntese:

para além de pontos e linhas inscritas nos territórios, as redes delineiam o campo das ações e das possibilidades atreladas às mobilidades, dinamizando e conectando territórios.

Inúmeros autores, partindo de diferentes abordagens, vêm sugerindo e defendendo um entendimento indissociável entre territórios e redes. Entretanto, convém mencionar, sucintamente, que existem outras interpretações em relação a essa discussão. Podemos dizer que tal fato se deve à própria “euforia” ocasionada, desde o final dos anos 1970, pelos debates em torno do imperativo das mobilidades e das redes – principalmente da chamada Sociedade em Rede (CASTELLS, 1999) e da cultura da velocidade (TOMLINSON, 2007) –, como também do discurso do “fim” dos territórios (BADIE, 1996). Nesse particular, inúmeros pesquisadores vêm sendo seduzidos pela fácil (e apressada) distinção entre território e rede, interpretando-os como contraditórios e, por conseguinte, impossibilitados de atuar no mesmo plano teórico-empírico.

Ainda nesse contexto, Chivallon (1999, p. 127), ao defender a noção de espacialidade como “mais relevante se quisermos considerar a diversidade das construções sociais”¹⁰⁸, destaca que alguns teóricos percebem a rede como uma antítese do território¹⁰⁹. Todavia, com base nas proposições supramencionadas (SANTOS, 1994; HAESBAERT, 1995b, 1998, 2004a; LEFEBVRE, 1999), defendemos o contrário: a rede está presente dentro dos territórios e, também, existem territórios em rede (ou, como denominam alguns autores, territórios-rede). Visto desse ângulo, território e rede não são princípios rivais da organização espacial, mas sim intimamente conectados (PAINTER, 2010), articulados e indissociáveis, pois complementam dimensões presentes no cerne dos processos e dinâmicas do mundo vivido em suas distintas escalas (RAFFESTIN, 1987; HAESBAERT, 1995b, 1998; BRENNER, 1998; SASSEN, 1998).

Para avançarmos na discussão e agregarmos valor ao exposto, precisaremos pedir empréstimos, por exemplo, a alguns sufixos, prefixos e pseudoprefixos. Assim sendo, primeiramente vamos trazer para perto de nós o sufixo *-dade*, de territorialidade. Ao realizarmos tal deslocamento, lançamos luz dentro da “coisa” (território) para inserir uma carga semântica que valoriza o “modo de ser” da condição de territorial (um dos significados atrelados a esse sufixo). Dessa maneira, *territorialidade* se refere à maneira como o território é constituído, ou seja, às relações estabelecidas entre indivíduos e, também, entre indivíduos e

¹⁰⁸ “(...) plus pertinente si l’on veut considérer la diversité des constructions sociales” (CHIVALLON, 1999, p. 127).

¹⁰⁹ Chivallon (1999, p.131) destaca que “a rede é constantemente apresentada como a antítese do território: o movimento contra o enraizamento, a mobilidade contra a fixidez, o movente contra o permanente” [“Le réseau est souvent présenté comme l’antithèse du territoire: le mouvement contre l’enracinement, la mobilité contre la fixité, le mouvant contre le permanent”].

outros “fenômenos” sociais (DELANEY, 2005). Portanto, “o território tem a ver com a ação de um ator social, que pode ser uma instituição, um indivíduo ou uma coletividade” (HEIDRICH, 2010, p. 27). Ao empregarmos a palavra territorialidade, inserimos esse *sensu relacional* que trata menos o território como uma “coisa inerte” em si para valorizar uma perspectiva que considera os vários aspectos da vida social que formam os territórios (no plural mesmo, como será mais esmiuçado alguns parágrafos adiante).

Nesse sentido, o território pode ser entendido aqui como a manifestação geográfica dessas práticas – territorialidade, cuja extensão é o próprio limite do território (MATTOS, RIBEIRO, 1995, p. 62-63) –, seja ele contínuo ou descontínuo, sendo a territorialidade a força motriz (que anima, atrita, dilata, expande), e o território a forma. Vale evidenciar que a “forma” do território não corresponde *exclusivamente* à forma material, tangível, pois ele também carrega inúmeros elementos intangíveis (atrelados aos domínios do empírico, da moral e da estética).

Posto isto, convém destacar que o território se constitui a partir das relações de poder presentes nos componentes estruturais e intrinsecamente atreladas ao contexto histórico (seja ele global, local, regional, nacional ou internacional) no qual estão inseridas. Nesse sentido, destacamos a necessidade de compreensão: i) das processualidades existentes – internas, externas (e suas conexões), como também a natureza centrípeta e centrífuga dessas relações; e ii) do contexto histórico (considerando a sua apreensão nas diferentes escalas) no qual o(s) território(s) está(ão) inserido(s) (HAESBAERT, 2004a).

Seguindo esse esforço interpretativo e apoiados em Sack (1983, p. 55), entendemos que territorialidade são as práticas sociais, individuais ou de grupo, na “tentativa de afetar, influenciar ou controlar as ações e interações (de pessoas, coisas e relações) afirmando e tentando impor o controle sobre uma área geográfica”¹¹⁰. Assim sendo, a territorialidade funciona “de muitas maneiras diferentes, no sentido de segregar e compartimentalizar a interação humana, controlando a presença/ausência e a inclusão/exclusão” (SOJA, 1993, p. 183). Portanto, a “territorialidade é uma estratégia para estabelecer diferentes graus de acesso a pessoas, coisas e relações”¹¹¹ (SACK, 1986, p. 20) nos/para/entre territórios.

Raffestin (1993, p. 161) também destaca a multiescalaridade e a presença do poder na territorialidade (e, por extensão, no território), ao discorrer que a “territorialidade se manifesta em todas as escalas espaciais e sociais; ela é consubstancial a todas as relações e seria possível

¹¹⁰ “(...) the attempt to affect, influence, or control actions and interactions (of people, things, and relationships) by asserting and attempting to enforce control over a geographic area” (SACK, 1983, p. 55).

¹¹¹ “Territoriality is a strategy to establish different degrees of access to people, things, and relationships” (SACK, 1986, p. 20).

dizer que, de certa forma, é a ‘face vivida’ da ‘face agida’ do poder”. Para ele, a territorialidade aparece “como constituída de relações mediatizadas, simétricas ou dissimétricas com a exterioridade” (RAFFESTIN, 1993, p. 161), além de ser reflexo da “multidimensionalidade do ‘vivido’ territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral” (RAFFESTIN, 1993, p. 158).

Aqui vale mencionar o livro assinado pelo geógrafo Steve Herbert (1997), intitulado *Policing Space*, fruto de pesquisa sobre a territorialidade do Los Angeles Police Department (LAPD). Como argumenta o autor em tela, a territorialidade da polícia é entendida pelos policiais como um empreendimento profundamente moral, sendo assim estabelecido um limite (distinção) entre eles e os *bad guys*. O LAPD estrutura e realiza a manutenção de quadros morais (atrelados, por exemplo, ao que é bom e ruim, certo e errado), estabelecendo sentidos e um abrangente significado em torno do valor de suas ações. Esse alto grau de legitimidade interna entre os membros da corporação (e, sobretudo, intrínseca de cada policial) é externalizado e manipulado a serviço do poder para justificar a territorialidade da polícia, durante sua lida cotidiana de “limpeza” das ruas (HERBERT, 1997, p. 141-160). Tais valores e julgamentos morais que municiam moralidades emaranhadas nas relações de poder presentes nas territorialidades do LAPD transitam em torno de seis ordens normativas que remetem a primários valores morais (HERBERT, 1997, p. 4), a saber: i) justiça (preservando as regulações legais); ii) controle burocrático (mantendo a ordem interna da cadeia de comando e a diferenciação de responsabilidades); iii) machismo (demonstrando coragem e força); iv) segurança (preservando vidas); v) competência (demonstrando capacidade e merecimento de respeito); vi) moralidade (como o exercício e síntese das demais, “demonstrando bondade para triunfar sobre o mal”¹¹²) (HERBERT, 1997, p. 4). Assim sendo, a ação em torno das intenções, planos e projetos (para citar alguns elementos) é motivada e ocorre nas articulações entre valores e julgamentos morais intrínsecos com as moralidades intimamente atreladas ao poder (conforme já esclarecido, isso não quer dizer que moral é um poder, pois o poder não está na moral, mas, sim, no exercício da moral através das relações de poder, ou seja, das moralidades).

Agora, voltemos à gramática, a fim de retomar aquelas outras composições que nos interessam. Conforme explicitado, podemos afirmar que territorialidade, enquanto substantivo que designa o *ser* territorial, exprime a ideia de ação, efeito¹¹³; logo, implica um verbo. Para

¹¹² “(...) demonstrating goodness by triumphing over evil” (HERBERT, 1997, p. 4).

¹¹³ Simões (2009), em sua dissertação voltada para pesquisar os sentidos semânticos e diacrônicos do sufixo -*dade* atestados em gramáticas e dicionários da língua portuguesa, ao efetuar a análise semântica das paráfrases

tanto, recorremos ao sufixo verbal *-izar* para imprimir esse sentido factivo, ou seja, que envolve a ideia de fazer e/ou causar. Seguindo esse caminho reflexivo, chegamos à palavra territorializar. Delaney (2005, p. 15) sublinha que territorializar inclina “atenção para territorialidade como uma *atividade* e para territórios como os *produtos* de processos e práticas sociais”¹¹⁴. Ainda, podemos expressar o sentido dos processos contidos nesse verbo de forma abstrata, “voltando” para outro substantivo, utilizando a nominalização deverbal. Para tanto, o verbo territorializar precisa passar pelo processo de derivação progressiva, sendo necessário utilizar o sufixo *-ção*, formando assim a palavra territorialização. Com base nesse raciocínio, sublinhamos que o território é “fruto e condição ele mesmo da territorialização” (SAQUET, 2008, p. 48), cuja origem e dinâmica ocorrem a partir da(s) territorialidade(s).

Ainda no que concerne à palavra territorializar, como ela é um verbo transitivo, não se constitui por si só; é necessário “territorializá-la” para que tenha sentido, ou seja, precisa de um complemento (objeto). Posto desta maneira, territorializar sempre implica a dúvida: quem? O quê? Dessa forma, o verbo em tela em geral está atrelado a alguém, alguns ou alguma(s) coisa(s) para fazer referência a “recortes” específicos, nos quais é possível falar em territorialização dos garimpeiros (citando assim um exemplo atrelado à tese). Para não esquecermos a importância do gerúndio, vale sublinhar que, territorializando tais práticas de indivíduos e/ou grupos, situamos os territórios dentro do complexo contexto (multi)territorial, repleto de territorialidades e territorializações.

Agora, cabe recorrermos a outras “combinações” a fim de ampliar o leque de possibilidades interpretativas: os prefixos *des-*, *re-* e *trans-*; e o pseudoprefixo *multi-*. O *des-*, que carrega sentido de ação contrária, ajuda a formar duas importantes palavras: desterritorialidade e desterritorialização. Já o *re-*, que constitui reterritorialidade e reterritorialização, remete à ideia de repetição, ou seja, o movimento de tornar a acontecer (o que não quer dizer acontecer exatamente da mesma forma). Todavia, apesar da “separação” contida no universo das palavras, desterritorialização e reterritorialização são processos indissociáveis. Ainda sobre tal discussão, Gattari e Rolnik (1986) destacam a natureza potencial que os territórios possuem para sofrerem possíveis processos de desterritorialização, engajando-se em “linhas de fuga” e, até mesmo, se destruindo. No entanto, salientam que esse

obtidas com o sufixo, percebeu que ele carrega os sentidos de “qualidade abstrata”; “estado”; “condição”; “característica”; “atributo”; “essência”; “existência de um estado qualquer”; “admiração”; “apreço”; “amor”; “ato efetivo”; “efeito”; “ideia de ação realizada”; “coleção”. Cumpre mencionar que territorialidade não está entre as 150 palavras analisadas diretamente na pesquisa em comento, aparecendo apenas no anexo, juntamente com os outros 2.593 vocábulos terminados em *-dade* listados no final da pesquisa (SIMÕES, 2009, p. 165-182).

¹¹⁴ “Attention to territoriality as an activity and to territories as the products of social practices and processes” (DELANEY, 2005, p. 15).

mesmo processo de “esfacelamento” do território em-si implica uma relação dialética em busca de novas territorializações, em que os sujeitos envolvidos se reterritorializam “numa tentativa de recomposição de um território engajado num processo desterritorializante” (GUATTARI; ROLNIK, 1986, p. 323). Logo, apesar da indissociabilidade existente no cerne da desterritorialização↔reterritorialização, esse movimento é marcado nos seus extremos processuais (destruição↔recriação) por duas dinâmicas territoriais distintas, pois reterritorializar não implica, de forma alguma, um retorno ou recriação irretocavelmente idêntica à territorialização anterior (primitiva ou mais antiga, como preferem nomear Deleuze e Guattari no “primeiro teorema de desterritorialização” [1996, p. 40-41]). Sendo assim, cabe registrar que a reterritorialização implica, em sua própria natureza ontológica, a fusão entre o conjunto de elementos (tangíveis e intangíveis) que permanecem no indivíduo ou grupo desterritorializado e o novo território (i)material (e suas territorialidades intrínsecas), que, por conseguinte, também altera a sua territorialização anterior, diante da nova situação geográfica imposta.

Haesbaert (2004a, p. 171-234), ao versar sobre a especificidade territorial presente na dinâmica da mobilidade humana, contribui salientando que “as migrações são um processo multidimensional, condensando toda a complexidade da des-re-territorialização das sociedades” (HAESBAERT, 2004a, p. 233). Dentro desse constante processo de des-re-territorialização, é possível percebermos, no tocante às territorialidades dos garimpeiros, um intenso jogo entre os indivíduos e grupos sociais envolvidos, no qual estes negociam sua (i)mobilidade, conflitos, suas perdas e ganhos (i)materiais e o (re)ordenamento/(re)criação territorial de acordo com os emaranhamentos em que estão inseridos.

Com o pseudoprefixo *multi-*, que traz em si a ideia de múltiplo, numeroso, plural, pretendemos inserir na discussão a multiterritorialidade. Assim sendo, externamos que, devido à potencialização da fluidez e da “dominância do componente rede na constituição de territórios” (HAESBAERT, 2004a, p. 337), a condição e a dinâmica territorial encontram-se cada vez mais complexas. Essa complexificação dos territórios, territorialidades e territorializações suscita análises que extrapolam o discurso de territórios “encaixados”, “contêineres”¹¹⁵ fechados em si, pois presenciamos, vivenciamos e experimentamos, de forma cada vez mais intensa, a multiterritorialidade, sendo esta uma

¹¹⁵ Aqui fazemos referência ao trabalho do geógrafo Peter J. Taylor (1994), que discute territorialidade a partir da perspectiva do “Estado como contêiner”. Nesse artigo, o autor recorre a essa metáfora (inspirada na discussão de Giddens [1985], que descreve o Estado como um “poder contêiner”) para defender o argumento de que a territorialidade do Estado atua como uma espécie de vórtice, “sugando” dentro das relações sociais para moldá-las. Tal perspectiva do “contêiner” foi amplamente criticada, pois negligencia uma leitura “internacional”. O que

(...) experiência de tempo-espço, mais fluida, e que inclui a compressão ou o desencaixe espaço-temporal – sem esquecer que se trata de uma experiência moldada pelas distintas “geometrias de poder” em que estamos mergulhados, ou seja, profundamente diferenciada de acordo com as classes sociais e os grupos culturais a que pertencemos (HAESBAERT, 2004a, p. 345).

Nesse sentido, “como no mundo contemporâneo vive-se concomitantemente uma multiplicidade atroz de eventos, vivenciam-se também, ao mesmo tempo, múltiplos territórios” (HAESBAERT, 2002, p. 121). Logo, ao avançar na discussão, Haesbaert (2013) distingue dois modos de multiterritorialidade: o simultâneo e o sucessivo. No primeiro, refere-se àquelas experiências envolvendo diversos territórios ao mesmo tempo, sem necessidade de mobilidade física. Assim, a multiterritorialidade simultânea pode se manifestar tanto a partir de territórios superpostos, como também envolvendo o trânsito entre territórios, graças, por exemplo, aos aparatos presentes no meio técnico-científico-informacional. Já a denominada multiterritorialidade sucessiva está associada às situações que envolvem a vinculação, a partir da mobilidade, de múltiplos territórios em rede, sendo esta “construída através da articulação física de vários territórios”¹¹⁶ (HAESBAERT, 2013, p. 151).

É preciso, ainda, destacar que Haesbaert (2004a, 2005) alerta para as diferenças entre multiterritorialidade e múltiplos territórios. Logo, como já tratamos brevemente acerca do primeiro, vamos reter um pouco da nossa atenção para falar do segundo. *Grosso modo*, múltiplos territórios (e múltiplas territorialidades) correspondem às justaposições e superposições de tipos de territórios (e territorialidades) distintos. Ao observar os complexos contextos envolvendo as múltiplas territorializações existentes, Haesbaert (2005, p. 6780-1) identifica quatro modalidades, a saber:

- a) Territorializações mais fechadas, quase “uniterritoriais” no sentido de imporem a correspondência entre poder político e identidade cultural,

nos parece muito estranho é a pouca ressonância do artigo que o mesmo Peter J. Taylor publicou alguns meses depois, no início de 1995, e na mesma revista (*Progress in Human Geography*). Na publicação em comento, com o sugestivo título “Beyond containers”, o autor reconhece parte das críticas, traça análise no uso do *inter-* e propõe uma leitura voltada para a assunção do *trans-*. Para ele, o *trans-* ajuda a pensar as dinâmicas presentes para “além” da multiplicidade de Estados e, sobretudo, auxilia no entendimento de que os Estados são definidos por e pelo *trans-*. Dessa maneira, sugere que o uso dos termos “*transnacionalidade*” e “*transterritorialidade*” é muito mais apropriado que as possibilidades de composição com o *inter-* (TAYLOR, 1995, p. 12). Vale mencionar que discussões envolvendo o *trans-*, a partir de outra perspectiva teórica, também aparecem na geografia brasileira, entre 1995 e 1996, quando o geógrafo Rogério Haesbaert (2002) chama atenção para uma realidade transterritorial – conforme o próprio autor vem advogando nos seus últimos trabalhos publicados (HAESBAERT, 2011c, p. 65; 2011d, p. 87)).

¹¹⁶ “(...) constructed through the physical articulation of various territories” (HAESBAERT, 2013, p. 151).

ligadas ao fenômeno do territorialismo, como nos territórios defendidos por grupos étnicos que se pretendem culturalmente homogêneos, não admitindo a pluralidade territorial de poderes e identidades.

- b) Territorializações político-funcionais mais tradicionais, como a do Estado-nação que, mesmo admitindo certa pluralidade cultural (sob a bandeira de uma mesma “nação” enquanto “comunidade imaginada” [...]), não admite a pluralidade de poderes.
- c) Territorializações mais flexíveis, que admitem a sobreposição territorial, seja sucessiva (como nos territórios periódicos ou espaços multifuncionais na área central das grandes cidades) ou concomitantemente (como na sobreposição “encaixada” de territorialidades político-administrativas).
- d) Territorializações efetivamente múltiplas – uma “multiterritorialidade” em sentido estrito¹¹⁷, construídas por grupos ou indivíduos que constroem seus territórios na conexão flexível de territórios multifuncionais e multi-identitários.

Desse modo, pensar a partir da multiterritorialidade leva a reconhecer as possibilidades de existência sobrepostas de “territorialidades de distintas funcionalidades, usos e representações, na mesma extensão, com os mesmos sistemas de fixos” (HEIDRICH, 2010, p. 29). Contudo, de acordo com o pensamento expresso por Haesbaert (2005, p. 677), essa multiplicidade de territórios é “uma condição *sine qua non*, necessária mas não suficiente, para a manifestação da multiterritorialidade”. No entendimento deste autor, para a multiterritorialidade acontecer é preciso que sejam estabelecidos processos territoriais que envolvam múltiplos territórios, conforme já mencionamos (denominados multiterritorialidade sucessiva e multiterritorialidade simultânea).

Como podemos perceber, a multiterritorialidade é marcada por complexas dinâmicas com “fortes conotações rizomáticas” (HAESBAERT, 2004a, p. 343) que possibilitam “um novo tipo de ‘experiência espacial integrada’” (HAESBAERT, 2004a, p. 346). Logo, o autor menciona que essa nova experiência é multidimensional, incluindo assim: i) uma dimensão tecnológica cada vez mais complexa, proporcionada especialmente pela densificação informacional; ii) uma dimensão simbólica relacionada com as (i)materialidades presentes nas territorializações; iii) o advento do alcance planetário instantâneo, ou seja, efetivado “em tempo real” e abarcando significativos contatos globais; e iv) a identificação espacial acontecendo, também, no/pelo/com o movimento (HAESBAERT, 2004a).

Já estabelecendo uma pequena pausa acerca das primeiras considerações sobre multiterritorialidade (retomaremos essa discussão mais adiante), cumpre sublinhar que

¹¹⁷ Trata-se de mais um termo adotado pelo autor, em outros textos, para denominar uma das duas formas geográficas de manifestação da multiterritorialidade: i) multiterritorialidade *strictu sensu* ou simultânea; e ii) multiterritorialidade *lato sensu* ou sucessiva (HAESBAERT, 2005, 2008; HAESBAERT; MONDARDO, 2010).

caminhamos na perspectiva sugerida por Heidrich (2010, p. 33) ao destacar que o território “abarca e contém”, ao passo que a multiterritorialidade “abre espaço, cria mais geografia”, enquanto o “elemento fundacional desse processo, o poder, permanece”. Contudo, convém salientar que, em meio à multiterritorialidade, “muitas territorialidades coexistem sem conflito, mas também não são poucas as relações em que o conflito se estabelece por causa da ação de territorializar” (HEIDRICH, 2010, p. 30).

Por fim, resgatamos a menção feita, poucos parágrafos antes, do *trans-*, formando assim transterritorialidade. De modo geral, podemos dizer que transterritorialidade diz respeito às mobilidades entre (e através de) múltiplos territórios e territorialidades. Dessa maneira, concordamos com o geógrafo Peter J. Taylor (1995, p. 12) quando destaca que transterritorialidade significa mais do que transpassar, pois deve ser pensada como “ir além”, ou seja, extrapolar limites originais através da experiência transterritorial. Sobre tal textura, Haesbaert (2002, p. 121) esclarece que, diante da realidade multiterritorial imposta, “ora somos requisitados a nos posicionar perante uma determinada territorialidade, ora perante outra”, sendo tais dinâmicas marcadas pela simultaneidade de distintas escalas. Tais relações de poder em jogo, para além de restringir e/ou limitar a transterritorialidade, abrem possibilidades para a negociação e a mobilidade (inclusive através de transgressões, como o contornamento dos constrangimentos, das barreiras físicas e/ou normativas, como exposto na análise empírica ao longo da tese), sendo as práticas e os posicionamentos influenciados pela(s) moral(idades) coexistente(s). Assim, como mencionam Vieira e Vieira (2004), as teias transterritoriais caracterizam e influenciam o exercício de poder estabelecido entre indivíduos e/ou grupos.

Dessa maneira, argumentamos que a transterritorialidade, através desse *ir além dos limites*, abre inúmeras perspectivas que podem ser positivas, negativas, com ou sem conflito. Numa leitura diferente, Goetttert e Mondardo (2009), elaboram uma perspectiva mais restritiva, centrada no conflito (mesmo que implicitamente presente), na qual consideram a transterritorialidade como “choques de territorialidades” (GOETTERT; MONDARDO, 2009, p. 102 e p. 122). Ainda nessa perspectiva, os autores enfatizam que “as transterritorialidades são disputas, tensões, conflitos, mediações e negociações entre territorialidades”; e, por isso, defendem que a “transterritorialidade é uma situação/condição de ‘mal-estar’ porque, em movimentos de internalização/externalização, os sujeitos (em sentido amplo) marcam e são marcados por processos de identificação/diferenciação quase permanentes” (GOETTERT, MONDARDO, 2009, p. 117-118).

Como já manifestamos nosso posicionamento, discordamos de tal restrição, pois a leitura desses autores atribui pesado fardo à transterritorialidade, relacionando-a a uma situação processual exclusiva de contenda, atrito, conflito e, mais grave ainda, “mal-estar”¹¹⁸. É sabido que, se existem mobilidades entre territórios, repletos de campos de forças, a possibilidade do conflito é eminente, mas defendemos que é possível também ocorrer transterritorialidade em outros contextos menos “chocantes” (para usar uma derivação da palavra enfatizada pelos autores), podendo ser não somente negociados, mas, até mesmo, usufruídos a partir da coexistência.

Para avançarmos nesse debate, gostaríamos de tratar aqui um pouco das recentes publicações atreladas à transterritorialidade e à multiterritorialidade na Geografia brasileira. Para tanto, partiremos do texto assinado por Haesbaert (2011c), que, em nossa interpretação, guarda duas “discussões” que gostaríamos de aprofundar, pois são fundamentais para a exposição de parte do nosso marco teórico. Segue um trecho que sintetiza ambas:

(...) através do transitar efetivo por múltiplos territórios, podemos afirmar que estamos produzindo uma multiterritorialidade no sentido estrito ou, sob um termo provavelmente mais adequado, uma *transterritorialidade*, pois ela implica mais que a simples articulação de territórios diferentes, o *trânsito* entre eles, sua imbricação devido a frequente mobilidade e, conseqüentemente, um processo de identificação que incorpora, de maneira central, este ir e vir ou este ‘estar entre’ territórios¹¹⁹ (HAESBAERT, 2011c, p. 64; grifo nosso).

Partindo dessa citação, destaco o primeiro aspecto com uma dúvida: é mesmo possível produzir uma multiterritorialidade? Não estamos convencidos de que isso seja possível. O que ocorre, segundo nosso entendimento, são *experiências (vivências)* multiterritoriais, intimamente atreladas ao ser/estar no mundo repleto de múltiplos territórios e múltiplas territorialidades, cujas justaposição e superposição estão cada vez mais intensificadas pela densidade técnica, informacional e comunicacional. Aliás, expressões como “produzir

¹¹⁸ Para que essa crítica não fique no vazio, vale ilustrar nossa leitura com dois trechos extraídos do referido artigo. Nas palavras de Goetttert e Mondardo (2009): “definimos aqui por ‘transterritorialidades’ choques e conflitos causadores de mal-estares agudos a ponto de fazer migrantes e não migrantes se ‘esconderem’ uns dos outros como se a invisibilidade pudesse dar fim à angústia do estranhamento ou à falsidade de uma pretensa harmonia local, regional, nacional e até internacional” (GOETTERT; MONDARDO, 2009, p. 102-103). Mais adiante, ressaltam que “lidamos com a ideia de transterritorialidade como o ‘choque de territorialidades’, e não como um ‘convívio’ em uma ‘miríade de territórios-rede’” (GOETTERT; MONDARDO, 2009, p. 122).

¹¹⁹ “(...) a través del transitar efectivo por múltiples territorios, podemos afirmar que estamos produciendo una multiterritorialidade en el sentido estricto o, bajo un término probablemente aún más adecuado, una *transterritorialidad*, pois ella implica más que la simple articulación de territorios diferentes, el *tránsito* entre ellos, su imbricación debida a la frecuente movilidad y, conseqüentemente, un proceso de identificación que incorpora, de manera central, este ir y venir o este ‘estar entre’ territorios” (HAESBAERT, 2011c, p. 64; grifo do autor).

multiterritorialidade” ou “construir multiterritorialidade” aparecem de modo recorrente em textos de vários geógrafos, indicando certa imprecisão no emprego de alguns sufixos, como, dentre outros, *-dade*, *-izar* e *-ção*¹²⁰. Na nossa interpretação, essa forma de aproximação das palavras “produzir” e “construir” com tal discussão teórica é bastante questionável, pois “coisifica” a multiterritorialidade. Convém externar que, no mesmo texto, algumas páginas antes, Haesbaert (2011c, p. 60) enfatiza acertadamente que o homem é “um animal multiterritorial, que experimenta diversos territórios ao mesmo tempo”¹²¹ (grifo nosso).

Conforme já mencionamos, multiterritorialidade não é uma coisa, pois diz respeito ao modo de ser (nesse caso, multiterritorial – ou, dito de outra forma, imerso em múltiplos territórios e territorialidades). De maneira objetiva: a multiterritorialidade é vivida, e não “feita”, “construída” ou “produzida”. Vale mencionar que o que tem sido produzido são (os múltiplos) territórios – como um resultado (territorialização) das relações de poder que transitam em nossa realidade multiterritorial e que vêm sendo intensificadas pelo atual estágio do meio técnico-científico-informacional. Sem perder de vista o que já foi exposto, cumpre recordar que Sack (2000, 2002, 2003, 2004, 2010) vem refletindo sobre tal questão há vários anos, desdobrando discussão sobre como (re)fazemos e (re)usamos lugares através da territorialidade, desenvolvendo assim a noção de *placemakers*.

Já o segundo aspecto refere-se às últimas publicações realizadas por Haesbaert e Mondardo (2010), Haesbaert (2011b; 2011c; 2011d; 2013) e Mondardo (2012), num esforço de utilização do “ou” na articulação (ou, melhor, na construção argumentativa) entre multiterritorialidade e transterritorialidade (chegando a grafar, em vários casos, como “multi/transterritorialidade”). Como percebido na citação supramencionada (HAESBAERT, 2011c, p. 64), o próprio geógrafo reconhece que o prefixo *trans-* “provavelmente” é mais apropriado do que *multi-* para tratar da discussão acerca das mobilidades entre os múltiplos territórios e territorialidades (posição com a qual concordamos). Contudo, apesar do esforço de manter a distinção entre ambos, a insistência no uso do “ou”¹²² ocasiona certa imprecisão,

¹²⁰ É interessante registrar que Haesbaert (2004a, p. 343) reconhece tal situação numa breve passagem do livro *O mito da desterritorialização*: “multiterritorialidade (ou multiterritorialização se, de forma mais coerente, quisermos enfatizá-la enquanto ação ou processo) implica assim...” (grifo nosso). Adiantamos que entendemos multiterritorialidade e multiterritorialização como palavras que carregam sentidos muito diferentes, por mais que exista íntima relação contextual. Contudo, por ora, centraremos apenas atenção na discussão de multiterritorialidade, pois multiterritorialização demandaria uma série de outros cruzamentos e conexões, fugindo por demais dos nossos objetivos para esta tese de doutoramento. Logo, tal discussão ficará para um futuro desdobramento.

¹²¹ “(...) animal multiterritorial, que experimenta diversos territorios al mismo tiempo” (HAESBAERT, 2011c, p. 60).

¹²² Conforme aparece na citação utilizada e, também, em outros momentos nos recentes textos assinados por Haesbaert e Mondardo (2010), Haesbaert (2011b; 2011c; 2011d) e Mondardo (2012).

pois atribui significado similar para palavras que levam (ou, pelo menos, deveriam levar) a entendimentos diferentes.

Dito isto, cumpre apresentarmos nosso posicionamento acerca de cada um, ou seja, da multiterritorialidade e da transterritorialidade, sem perder de vista que ambas são indissociáveis, inter-relacionais e complementares. Como demonstramos algumas páginas atrás, há um entendimento na obra de Haesbaert (2004a, 2005, 2013), amplamente aceito entre os geógrafos brasileiros, de que, para acontecer a multiterritorialidade, é preciso ocorrer mobilidades (físicas ou não) que estabeleçam experiências envolvendo múltiplos territórios. Aqui temos uma discordância fundamental que precisa ser estabelecida para podermos desenvolver adequadamente a proposta de nossa perspectiva: entendemos, em nossa tese, que a efetivação dessas mobilidades entre territórios e territorialidades são transterritoriais e, por conseguinte, expressam transterritorialidades. Assim sendo, seguindo este raciocínio, o mais coerente seria falarmos de transterritorialidades sucessivas e transterritorialidades simultâneas (e não multiterritorialidades, como vem sendo dito).

Ao chamarmos a atenção para esse aspecto, perguntamos: parte daquilo que alguns (ou melhor, muitos) autores estão chamando de multiterritorialidade não seria transterritorialidade (esvaindo assim, de maneira discutível, o sentido de “multi”)? Sobre tal questionamento, poderíamos listar muitos exemplos, mas por ora isso não interessa. Apenas convém lembrar que Goetttert e Mondardo (2009), ao estabelecerem diálogo entre a discussão teórica de transterritorialidade desenvolvida por eles e o *framework* teórico proposto por Haesbaert (2004a) sobre multiterritorialidade, demonstram¹²³ que transterritorialidade e multiterritorialidade em determinados contextos “se aproximam”, ou, preferimos dizer, se confundem (a partir de então, o “ou” mencionado anteriormente passou a ser utilizado como recurso em publicações posteriores). Como já evidenciado, não estamos convencidos, tanto do ponto de vista teórico quanto do empírico, de que tal abordagem acerca da multi/transterritorialidade, conforme encontrado sobretudo nos trabalhos já mencionados, seja a mais adequada para dar conta da complexidade de tais dinâmicas territoriais. Por isso, optamos por delinear outras perspectivas e respeitar a coerência do nosso entendimento sobre transterritorialidade.

Na verdade, não se trata aqui de criticar entendimentos ou compreensões bastante aceitas na Geografia brasileira, mas, sim, de levar em consideração as conexões teórico-

¹²³ Dizemos demonstrado, pois Goetttert e Mondardo (2009, p. 121-125) apenas expõem em que medida a noção de transterritorialidade elaborada por eles “se aproxima” e “se distancia” do entendimento de multiterritorialidade discutido por Haesbaert (2004a).

empíricas que julgamos pertinentes e fundamentais para estabelecermos as reflexões da nossa tese (que, nesse caso, passa pelo entendimento das mobilidades como transterritorialidades¹²⁴, efetivadas em meio aos emaranhamentos presentes na multiterritorialidade). Desse modo, não pretendemos negar, mas agregar de modo diferente a partir da paralaxe, ou seja, deslocando aparentemente a discussão teórica em decorrência da mudança do nosso ponto de observação. Assim, nossa reclamação é que a abordagem sobre multiterritorialidade, do modo como vem ocorrendo, aglutina variados processos e negligencia outras contexturas geográficas dentro do campo do (im)possível, que, de certo modo, estão entramadas antes, durante e depois do “trânsito efetivo entre territórios”. E, para finalizarmos este breve parágrafo de justificativa, adiantamos que, no nosso entender, as mobilidades entre territórios e territorialidades estão na multiterritorialidade, mas não são a multiterritorialidade, e muito menos produzem multiterritorialidade. Logo, ao partirmos desse pressuposto, potencializamos as possibilidades de novos desdobramentos e híbridos teóricos, em meio à constelação de conceitos existentes e, principalmente, por vir.

Até aqui delineamos nosso entendimento e as ressalvas necessárias acerca do emprego da transterritorialidade. Entretanto, apesar de estabelecermos alguns apontamentos, ainda falta falarmos mais detidamente sobre o que estamos considerando por multiterritorialidade. Sendo assim, apesar de entendermos multiterritorialidade de modo distinto, vale salientar que estamos de acordo com a afirmação de Haesbaert (2005) quando este afirma que a multiterritorialidade deve ser pensada para além da mera assunção acerca da multiplicidade de territórios e territorialidade, apesar de esta ser indispensável para que se caracterize a multiterritorialidade.

Ao considerarmos o exposto, iniciaremos acompanhando a argumentação de Heidrich (2010) ao asseverar que existe uma condição multiterritorial. Quando dizemos “condição”, não queremos dizer que a coexistência de múltiplos territórios é privilégio e/ou exclusividade da contemporaneidade, pois, como já mencionamos, somos animais multiterritoriais. No entanto, se de um lado reconhecemos que isso não é uma situação atual, de outro é indubitável que, em decorrência da compressão das relações espaço-tempo, temos experimentado a multiterritorialidade em intensidade sem precedentes.

Voltemos para o “animal multiterritorial”: se ser multiterritorial é uma de nossas “dimensões constitutivas fundamentais” (HAESBAERT, 2011c, p. 60), então convém considerar que a multiterritorialidade é um modo de ser/estar no mundo multiterritorial repleto

¹²⁴ Convém deixar claro que não estamos dizendo que todas as mobilidades são transterritoriais.

de coexistências, limites, contradições, híbridos e contextos energizados pelos campos de forças e perspectivas presentes nos emaranhamentos. Mais do que restringir as mobilidades (ou seja, as transterritorialidades que efetivam as “entradas”, “saídas”, conexões e acionamentos entre os múltiplos territórios e territorialidades), esse modo de ser/estar abre potenciais possibilidades a partir da percepção da existência de múltiplos territórios, territorializações e territorialidades marcadas por distintos emaranhamentos. Desse modo, a multiterritorialidade se manifesta a partir daquilo que estamos denominando como apreensão e reconhecimento subjetivos das possibilidades.

Assim, entendemos a multiterritorialidade como a imersão entre múltiplos territórios e territorialidades que condicionam a apreensão e o reconhecimento subjetivos das possibilidades para as mobilidades entre e por meio de territórios e territorialidades. Essa apreensão e reconhecimento subjetivos dos múltiplos territórios e territorialidades se constituem através das relacionalidades entre a multiplicidade de contextos externos (campos de forças e inúmeras perspectivas presentes nos emaranhamentos) e contextos internos (nossas perspectivas, valores e pontos de vistas, numa intensa coadunação entre razão e emoção). Tal entendimento inclina olhar para uma determinada intencionalidade que, particularmente, se diferencia do comportamento intencional mais geral. Podemos, assim, afirmar que a multiterritorialidade oferece condições para formularmos nossas projeções e práticas. Desse modo, alinhamos nossa argumentação com a noção de episódio, ou seja, aquilo que está implícito na ideia de intencionalidade e de direção da conduta e da ação, proposta por Milton Santos (2002), para ser apropriada na análise geográfica. Sobre tal concepção, Santos (2002, p. 92-93) nos ensina que “a atividade se desenvolve a partir de uma *imagem-meta*, acarretando uma conduta orientada a atingir um *objeto-meta* satisfatório”. Santos (2002) nos oferece outros subsídios para irmos adiante: trata-se de uma subjetividade objetiva que apreende e reconhece as possibilidades a partir dos meios disponíveis na multiterritorialidade (coisas, pessoas, ideias) que possam ser utilizados tal como estão dispostos ou adaptados e transgredidos, visando oportunizar práticas e projetos pessoais.

Aqui vale trazer a contribuição de Saquet (2007, p. 171), ao discorrer que “há que se ter um movimento em nosso pensamento para compreender o movimento *do* e *no* território. O território precisa se expressar no pensamento”. Logo, argumentamos que é nesse movimento, que mobiliza o pensamento para a mobilidade, em meio à multiterritorialidade, que limites são inicialmente reconhecidos, despercebidos, respeitados e transgredidos. Logo, é uma subjetividade que objetiva as mobilidades (i)materiais entre territórios e territorialidades, ou

seja, as transterritorialidades. Nos seus mais recentes livros, em especial o último, Robert D. Sack (2003, 2010) vem desenvolvendo uma instigante teoria que nos auxilia a pensar como essa multiplicidade de territórios e territorialidades, superpostos e justapostos em níveis cada vez mais intensos, municia o desenvolvimento da mente para projetarmos planos e fortalecermos (e, às vezes, justificarmos) nossas ações e atitudes frente a essa complexa geografia.

Sack (2010) esclarece que vivemos imersos em continuidades e descontinuidades (limites), expressas nas mais variadas escalas e formas (i)materiais, que influenciam nossas práticas e, por conseguinte, os processos territoriais. Ao enlaçarmos esse argumento com nossa discussão, podemos afirmar que é na multiterritorialidade que percebemos essas inúmeras possibilidades para projetarmos e conduzirmos as mobilidades que conectam essas (des)continuidades e limites cotidianamente numa relação multi e transescalar. Não é demais salientar que a condição multiterritorial, repleta de emaranhamentos, continuidades e limites, é o contexto geográfico que provê muito desses elementos básicos e versáteis para apreendermos e reconhecermos as possibilidades para além dos nossos territórios. É na multiterritorialidade que pensamos, ao mesmo tempo, o nosso estar dentro e estar fora, estar em algum certo território e poder ir para outros territórios (im)possíveis.

Nesse sentido, é partindo da apreensão e do reconhecimento do que é (im)possível em meio ao “multi” que nos projetamos e nos mobilizamos por um mundo melhor, ou seja, um mundo que nos motiva para além, para a mobilidade, para o “trans”. Desse modo, as continuidades e os limites, campos de forças e perspectivas são evidenciados e reforçados a todo instante porque estamos imersos, inescapavelmente, em múltiplos territórios e territorialidades (superpostos ou não). Assim, como sugerimos, a multiterritorialidade tem a ver com a capacidade de apreendermos e reconhecermos nossa própria geografia, em meio a essa complexa vivência, imersão, à multiplicidade de possibilidades existentes para projetarmos nossas atitudes e conexões com o intuito de levarmos a cabo projetos e objetivos cotidianos. Nessas relacionalidades, as subjetividades são objetivas, ao passo que as objetividades são subjetivas, estando entramadas umas nas outras. Sobre tal aspecto, Saquet (2007, p. 171) assinala que a subjetividade “é cultural, simbólica, imaginária, pensamento e tem uma objetivação”, e a objetividade “também é pensada, abstrata, representada”.

Vista a partir da nossa proposição, a multiterritorialidade abre geografias para as práticas de indivíduos e/ou grupos que, conseqüentemente, desenvolvem complexos processos

de *des-*, *re-*, *trans-* e/ou *inter-* territorialidades¹²⁵ (sendo, em boa parte dos casos, difícil de estabelecer a distinção de tais processos em meio aos emaranhamentos). Em síntese, e motivados pelo leque de possibilidades semânticas atreladas ao sufixo *-dade* (conforme mencionamos na nota de rodapé 113), defendemos que a multiterritorialidade seja entendida como um modo de ser (uma condição, um estado, uma essência) que oferece abertura de múltiplas perspectivas a partir das possibilidades apreendidas e reconhecidas, ao passo que a transterritorialidade (para nossa tese, as mobilidades transterritoriais, físicas ou não) seja percebida como processo, exprimindo a ideia de ação realizada. Ainda vale complementar que a territorialização corresponde ao resultado da ação.

Diante do exposto, podemos afirmar que na multiterritorialidade ocorrem inúmeras práticas sociais que ocasionam processos territoriais (concomitantes ou não) de desterritorialidades, reterritorialidades, transterritorialidades e interterritorialidades, alterando assim (em decorrência das territorializações) as próprias geografias de onde emergiram as possibilidades – (re)desenhando e (re)definindo territórios, territorialidades e territorializações¹²⁶. Em síntese: são as mobilidades projetadas, motivadas e efetivadas a partir da experiência multiterritorial que influenciam as geografias cotidianas, em diferentes escalas. Cabe reforçar que Sack (2003) esclarece que nossa (multi)territorialidade está intimamente atrelada aos valores e julgamentos morais que possuímos (e que, conforme esclarece Smith [2000], estão passíveis de mudança), pois almejamos transformar o mundo a partir de nossas moralidades e, sobretudo, daquilo que julgamos ser melhor, ideal, bom, justo e correto¹²⁷.

Desse modo, como nem sempre os territórios e territorialidades estão configurados do modo como almejamos, a partir das apreensões e reconhecimento das possibilidades, em diversos casos (principalmente em nosso estudo), limites, barreiras e constrangimentos são

¹²⁵ É preciso fazer duas ressalvas de fundamental relevância. Primeiro, estamos citando apenas algumas dentre outras combinações possíveis com territorialidade. Segundo, apesar de, em alguns pouquíssimos momentos, aparecer a palavra interterritorialidade, não trataremos dessa discussão nesta tese. Vale frisar que Vanier (2008), em seu livro intitulado *Le pouvoir des territoires: essai sur l'interterritorialité*, oferece contribuições acerca da discussão de interterritorialidade. Dentre as recentes publicações na geografia brasileira que dialogam com a perspectiva proposta por Vanier (2008), vale mencionar o trabalho realizado por Almeida (2009), que discorre acerca dos brasileiros na Espanha. Cumpre também citar o artigo escrito por Marandola Júnior e Dal Gallo (2010), que, apesar de fazer uma brevíssima menção, é muito pertinente.

¹²⁶ Vale reforçar que a palavra possibilidade aqui não está próxima do entendimento de facilidade, pois geografias também podem ser abertas e (re)inventadas por meio da criação, por exemplo, de obstáculos e atritos, como nos ensina Heidrich (2010).

¹²⁷ Essa tese aparece principalmente nos últimos trabalhos assinados por Robert D. Sack, quando desenvolve o que denomina “teoria geográfica da moralidade”. Ao explicitar sua argumentação acerca da nossa natureza geográfica (*homo geographicus*), sublinha que “nós humanos somos incapazes de aceitar a realidade como é/está e, por isso, criamos lugares para transformar a realidade segundo as ideias e imagens com as quais pensamos que a realidade deve ser” [“we humans are incapable of accepting reality as it is, and so create places to transform reality according to the ideas and images of what we think reality ought to be”] (SACK, 2003, p. 4).

adaptados, contornados e/ou transgredidos, visando favorecer mobilidades e mudanças. Por isso, assim como acontece com poder e moral, territorialidades podem conviver ou não sem conflito, pois, como sublinha Heidrich (2010, p. 30), “a condição multiterritorial não é um paraíso da coexistência”. Assim sendo, ao longo da tese, iremos demonstrar como as mobilidades dos garimpeiros, que emergem a partir das possibilidades apreendidas e reconhecidas na multiterritorialidade, contribuem para desenhar complexas geografias, com assimétricas relações de poder, envolvendo tanto o convívio negociado quanto ocasionando a eclosão de conflitos.

Aqui é preciso fazer uma ressalva importante, pois temos mencionado vários processos territoriais distintos, porém amalgamados e complementares. A des-re-territorialidade (e, conseqüentemente, des-re-territorialização) está articulada, em alguma escala, com a transterritorialidade. Nesse sentido, Goetttert e Mondardo (2009, p. 119)¹²⁸ sublinham que uma “‘nova’ territorialidade é sempre mistura, amálgama e hibridização de outras territorialidades, como movimento de ‘perda/ganho’, de ‘soma/subtração’, do ‘velho/novo’, do ‘antes/depois’, dialeticamente imbricadas”. Dessa maneira, de acordo com Mondardo (2009, p. 104), desenvolver uma análise a partir da transterritorialidade “é apreender a criação e destruição de territórios no e pelo movimento, num jogo dialético entre desterritorialização e reterritorialização”. Haesbaert (2011b, p. 27) também reconhece tal interpretação: “na verdade, as situações de des-territorialização contemporâneas são muito complexas, em que abertura, mobilidade e trânsito, fechamento e relativa fixação/imobilidade convivem sempre lado a lado”.

Após delinear algumas considerações que julgamos fundamentais acerca do nosso entendimento de multiterritorialidade e de transterritorialidade, convém retomarmos o argumento amplamente aceito entre os geógrafos brasileiros a partir da sugestão encontrada na nossa principal referência, o livro *O mito da desterritorialização* (HAESBAERT, 2004a). Para não nos estendermos muito, recorreremos a um trecho da referida publicação que sintetiza o que pretendemos enfatizar, quando o autor defende a ideia de multiterritorialidade como “um processo concomitante de destruição e construção de territórios mesclando diferentes modalidades territoriais (como os ‘territórios-zona’ e os ‘territórios-rede’), em múltiplas escalas e novas formas de articulação territorial” (HAESBAERT, 2004a, p. 32; grifo nosso).

¹²⁸ Somente para reforçar a referência utilizada, antes do trecho citado, assim como já tratado na tese, Goetttert e Mondardo (2009, p. 119) dizem que “não há desterritorialização, mas processos de desreterritorialização, ou seja, a passagem de uma para outra territorialização, que, como processo, define a *passagem* e/ou *transição* de uma para outra territorialidade”.

Partindo de nossa interpretação, entendemos que o ponto-chave que precisa ser repensado na multiterritorialidade é o tipo de “processo”, ou melhor, de processos que condicionam o reconhecimento dessa manifestação geográfica, pois, da maneira que vem sendo desenvolvida a discussão de multiterritorialidade, podemos dizer que esta tem se tornado uma espécie de “guarda-chuva” que agrega muitos processos territoriais distintos (apesar de serem intimamente indissociáveis e complementares), mas, em consequência, não aprofunda a reflexão acerca das relacionalidades para além desses processos. O que defendemos, de modo bem simples, é que a multiterritorialidade deve ser (re)pensada não somente levando em conta “o processo concomitante de destruição e construção de territórios (...)”, mas também aquelas conexões (im)possíveis que não foram estabelecidas. Desse modo, acreditamos que, ao edificarmos reflexão a partir da perspectiva que propusemos acerca da multiterritorialidade e da transterritorialidade, podemos oferecer outra interpretação da realidade, pois, ao retirarmos o “ou” (já mencionado), a partir da paralaxe, abrimos constelações de perspectivas para dialogarmos sob outros ângulos.

Para tanto, convém voltar rapidamente à própria “citação-síntese” que utilizamos. Assim sendo, é possível dizer que a multiterritorialidade implica processos transterritoriais que envolvem, dentre outros, destruição e/ou construção, ampliação e/ou retração de “territórios mesclando diferentes modalidades territoriais (como os ‘territórios-zona’ e os ‘territórios-rede’), em múltiplas escalas e novas formas de articulação territorial” (HAESBAERT, 2004a, p. 32). Dito de outra forma: vivemos numa realidade multiterritorial, cada vez mais intensa e invasiva, cuja multiterritorialidade abre perspectivas para uma constelação de possibilidades de práticas sociais que ocasionam processos territoriais (i)materiais, como desterritorialidade, reterritorialidade e transterritorialidade (e suas respectivas consequências).

Com base em nossa argumentação, e também seguindo as influências das contribuições de Sack (2010), sugerimos que na multiterritorialidade emergem dialeticamente incontáveis restrições e estímulos para nossas práticas, ao passo que tais práticas efetivadas em meio aos campos de forças e perspectivas presentes nos emaranhamentos contribuem para a (re)definição de territórios e territorialidades que constituem nossa realidade e experiência multiterritorial. Assim, ao mudarmos de modo sutil, porém significativo, a leitura de multiterritorialidade, é possível encontrar certo amparo interpretativo em parte da própria contribuição de Haesbaert (2004a). Vejamos algumas considerações do referido geógrafo, mantendo agora nossa argumentação sugerida.

Se desconsiderarmos o “ou multiterritorialização” e centrarmos somente na multiterritorialidade, concordamos com Haesbaert (2004a) ao sublinhar que “multiterritorialidade (...) implica assim a possibilidade de acessar ou conectar diversos territórios” (HAESBAERT, 2004a, p. 343-344; grifo nosso), cujos acessos ou conexões podem acontecer tanto através de uma “mobilidade concreta” quanto de uma “virtual”. Haesbaert (2004a) ainda destaca, na quarta capa do livro supramencionado, que multiterritorialidade é “a exacerbação da possibilidade”. É exatamente este entendimento de multiterritorialidade, muito pouco tratado nos estudos sobre o assunto, que mantivemos e, especialmente, temos desenvolvido em nossa interpretação. Sendo assim, o que propomos é que, a partir da multiterritorialidade, ou seja, desse reconhecimento do potencial de possibilidades em meio à nossa realidade multiterritorial, é possível “formular uma territorialização efetivamente múltipla” (HAESBAERT, 2004a, p. 344) através de processos territoriais de *trans*-, *des*-, *re*- territorialidades, dentre outros. Desse modo, os efeitos dessas constelações de processos territoriais em meio à multiterritorialidade serão as territorializações.

A partir dessa abordagem, não perdemos de vista as outras “conexões” em potencial que existem na multiterritorialidade, pois a transterritorialidade e/ou a des-re-territorialidade (entre outros processos) são focos mais específicos e escalares dentro de contextos muito mais amplos. Desse modo, importa enfatizar que a transterritorialidade é uma efetivação (enquanto um processo), mas de nenhuma forma constrói uma efetiva multiterritorialidade. Como já argumentamos, as transterritorialidades (assim como tantos outros possíveis) são processos territoriais em meio à multiterritorialidade, ou seja, ocorrem e se manifestam na e a partir da multiterritorialidade. Logo, tais processos territoriais são parciais, pois é na multiterritorialidade que é possível apreender os múltiplos territórios e territorialidades, abarcando assim tanto as conexões feitas e desfeitas através das mobilidades, quanto aquelas “possibilidades (im)possíveis” porém abertas e suscetíveis a mudanças e novas conexões. Dito de outro modo: o que apreendemos e reconhecemos na multiterritorialidade é, sem dúvidas, muito maior do que as nossas territorializações, uma vez que estas refletem as práticas influenciadas por essa multiterritorialidade.

Visto conforme exposto, ou seja, mantendo os “links” existentes na multiterritorialidade, passamos a considerar em nossa análise não somente os processos territoriais efetivados por meio das práticas sociais, mas também aqueles que pairam no campo do “poderia”, do “não poderia” ou do “não efetivado”, ou seja, aqueles virtuais que

estão no âmbito do (im)possível. Levando em conta os esclarecimentos de Sack (2003, 2010), enfatizamos que os campos de forças e as perspectivas presentes nos emaranhamentos também influenciam significativamente essas práticas, ajudando no discernimento sobre o “que deve ser feito”, o “que deveria ser feito” ou “o que não deve ser feito” em meio à multiterritorialidade. Assim sendo, não estabelecer certas conexões, ou melhor, contornar algumas possibilidades presentes na multiterritorialidade reflete práticas que implicam o reconhecimento e a apreensão de determinados “links” dentro dos emaranhamentos presentes na realidade multiterritorial. Logo, transitar entre territórios (preferimos dizer, transitar entre alguns territórios e territorialidades) só acontece pelo fato de vivenciarmos uma efetiva multiterritorialidade que possibilita a efetivação de tal mobilidade. Vale recordar que *espaço-tempo compressão* implica proximidade (física ou não), mas está dialeticamente associado a *espaço-tempo distância*, argumentação que pode ser encontrada, por exemplo, em Larsen, Urry e Auxhausen (2006) e Warf (2008)¹²⁹. Não podemos deixar de lembrar que Heidegger (2005)¹³⁰ nos ensina que dis-tanciar é, fundamentalmente, uma ação de trazer para perto algo ou alguma coisa (enfim: entes), pois só distanciamos (afastamos relacionalmente) aquilo que está dentro do campo da apreensão e do (re)conhecimento em meio à multiterritorialidade.

Diante do exposto, reforçamos nossa proposta de que a multiterritorialidade é o potencial das possibilidades, ao passo que transterritorialidade, desterritorialidade e reterritorialidade (para citar alguns) são os processos diante dos contextos em meio à multiterritorialidade. Visto dessa maneira, valorizamos o entendimento de que a multiterritorialidade abre geografias e, em especial, enfatizamos nossa assunção de que “tudo está num estado de devir”¹³¹ (DOEL, 1999, p. 2). Como diz Deleuze em seus *Dialogues* com Claire Parnet: “os devires pertencem à geografia, são orientações, direções, entradas e

¹²⁹ Nos dois livros existem interessantes subsídios para a discussão de espaço-tempo distância. Entretanto, gostaríamos de destacar que no livro escrito por Barney Warf (2008), intitulado *Time-space compression: historical geographies*, existe uma seção específica que aborda esse ponto, denominada “Structuration and time-space distanciation” (WARF, 2008, p. 23-26).

¹³⁰ Tal discussão aparece no livro *Ser e Tempo – parte I*, especialmente onde o autor dedica atenção sobre “O circundante do mundo circundante e a espacialidade da pre-sença” (HEIDEGGER, 2005, p. 148-163). Aqui, de modo muito introdutório, destacamos dois trechos: i) “usamos a expressão distanciamento num significado ativo e transitivo. Indica uma constituição ontológica da pre-sença em função da qual o distanciar de alguma coisa, no sentido de afastar, é apenas um modo determinado e fatural. Distanciar diz fazer desaparecer o distante, isto é, a distância de alguma coisa, diz proximidade. Em sua essência, a pre-sença é essa possibilidade de dis-tanciar. Como o ente que é, sempre faz com que os entes venham à proximidade. O dis-tanciamento descobre a distância” (HEIDEGGER, 2005, p. 153; grifos nossos); ii) “*a pre-sença é essencialmente dis-tanciamento, ou seja, é espacial*. A pre-sença não pode percorrer o âmbito de seus dis-tanciamentos. Ela pode apenas transformá-los. Espacial, a pre-sença existe segundo o modo da descoberta do espaço inerente à circunvisão, no sentido de se relacionar num contínuo distanciamento com os entes que lhe vêm ao encontro no espaço. Em seu ser-em, que instala dis-tanciamento, a pre-sença também possui o caráter de *direcionamento*” (HEIDEGGER, 2005, p. 157; grifos do autor).

¹³¹ “Everything is in a state of becoming” (DOEL, 1999, p. 2).

saídas”¹³² (DELEUZE; PARNET, 1987, p. 2) – e, de acordo com nossa argumentação, tais devires ocorrem em meio à multiterritorialidade, num incessante redesenho não somente da multiterritorialidade, mas também dos processos implicados nela (as diversas formas de territorialidades e territorializações).

Como mencionamos, os emaranhamentos presentes na multiterritorialidade possuem inúmeras regras de in/out que influenciam nas interações espaciais e, portanto, podem ocasionar impedimentos e constrangimentos. Em diversos casos, é preciso ter “muitos cartões, chaves e senhas, ou seja, tanto ciberconexões (como no caso do computador) quanto ‘permissões’ para ser admitido nessas zonas ou *relais*” (HAESBAERT, 2004a, p. 351). Aqui, vale aprofundarmos a consideração sobre como “chaves”, “permissões” e/ou “acessos” abrem ou impõem dificuldades (e, até mesmo, barreiras) para as práticas entre territórios e territorialidades, especialmente relacionadas com a mobilidade. Desse modo, é pertinente incluirmos outros elementos teóricos para interpretarmos, mais detalhadamente, as possibilidades presentes na multiterritorialidade. Assim sendo, buscando ampliar o horizonte do nosso marco teórico, recordamos os trabalhos de Lévy (2000) e Rémy (2000), pois neles encontramos recursos importantes a serem considerados.

De saída, destacamos que ambos consideram que a mobilidade pode ser abordada como as possibilidades potenciais do movimento (ou seja: ângulo interpretativo muito distinto da maneira que adotamos em nosso estudo). Partindo desse pressuposto, Rémy (2000, p. 172) defende que “mobilidade não tem um efeito mecânico uniforme e unilinear”, pois “depende de uma multiplicidade de outros recursos que o ator dispõe ou não”¹³³ (RÉMY, 2000, p. 172). Em síntese: na argumentação teórica do autor em tela, a mobilidade é interpretada como um recurso apropriável, cuja “variedade de apropriação mostra que um campo de virtualidade está aberto”¹³⁴ (RÉMY, 2000, p. 172). Já Lévy (2000, p. 155) define “mobilidade como as relações sociais atreladas à mudança de lugar, ou seja, como o conjunto de modalidades pelas quais os membros de uma sociedade tratam a possibilidade de eles mesmos ou de outros ocuparem sucessivamente vários locais”¹³⁵. Assim, ao “abordar a mobilidade como sistema de movimentos potenciais”¹³⁶ (LÉVY, 2000, p. 158), sugere a existência de três componentes

¹³² “Becomings belong to geography, they are orientations, directions, entries and exits” (DELEUZE; PARNET, 1987, p. 2).

¹³³ “la mobilité n’a donc pas un effet mécanique uniforme et unilinéaire (...) dépend d’une multiplicité d’autres ressources dont l’acteur dispose ou ne dispose pas” (RÉMY, 2000, p. 172).

¹³⁴ “la variété d’appropriation indique qu’un champ de virtualité est ouvert” (RÉMY, 2000, p. 172).

¹³⁵ “mobilité comme la relation sociale au changement de lieu, c’est-à-dire comme l’ensemble des modalités par lesquelles les membres d’une société traitent la possibilité qu’eux-mêmes ou d’autres occupent successivement plusieurs localisations” (LÉVY, 2000, p. 155).

¹³⁶ “aborder la mobilité comme système mouvements potentiels” (LÉVY, 2000, p. 158).

virtuais da mobilidade (denominados por ele como “virtualidades”), a saber: possibilidade, competência e capital.

Apesar das instigantes propostas de Rémy (2000) e Lévy (2000), com as quais concordamos em grande parte, divergimos do entendimento de mobilidade defendido por ambos (como já adiantamos). Nesta pesquisa, adotamos uma leitura mais ampla: tais “virtualidades” constituem apenas uma fração das complexas dinâmicas atreladas às mobilidades. Portanto, para avançarmos um pouco mais nas considerações e apontamentos sugeridos por esses autores e, principalmente, articularmos o exposto com o nosso entendimento de multiterritorialidade, consideramos (e denominamos) tais “virtualidades” como motilidade. Dito isto, afirmamos que a reflexão sobre motilidade contribui sobremaneira para o entendimento das “capacidades” que auxiliam nas práticas territoriais efetivadas em meio à multiterritorialidade.

Em acordo com Kaufmann (2002, p. 37), entendemos motilidade¹³⁷ como “o modo no qual um indivíduo se apropria do que é possível no domínio da mobilidade e coloca este potencial para usar em favor de suas atividades”¹³⁸. Assim sendo, a motilidade abarca três elementos indissociáveis e inter-relacionados: acessos, habilidades e apropriações. Os acessos correspondem às diferentes formas e graus de deslocamento potencialmente disponíveis, tanto físicos quanto virtuais. Aqui estamos considerando a (in)disponibilidade de meios de comunicação, transporte, documentação (como passaporte, visto, dinheiro, entre outros) e demais qualificações que permitam as mobilidades dos garimpeiros de um lugar para outro. Também vale incluir a rede social existente de amigos, membros familiares, colegas de trabalho, dentre outros, com potencial para promoção do encontro. Já as habilidades estão

¹³⁷ O termo motilidade é amplamente utilizado nas ciências biológicas e da saúde, em referência à capacidade de um organismo se mover (KELEMAN, 1992; LENZ, 2008). Já nas ciências sociais, tal recurso é pouco utilizado. Encontramos esporádicos usos do termo nos escritos de Zygmunt Bauman, sobretudo para descrever a capacidade de movimento. Como exemplo, expomos dois trechos: “Motilidade, não enraizamento e disponibilidade/acessibilidade global dos padrões culturais e produtos da ‘realidade primária’ da cultura, enquanto distintas identidades culturais, só podem emergir como resultados de uma longa cadeia de ‘processos secundários’ de escolha, retenção seletiva e recombinação (que, mais importante ainda, não fica paralisada uma vez que a identidade em questão surge)” [“motility, non-rootedness and global availability/accessibility of cultural patterns and products in now the ‘primary reality’ of culture, while distinct cultural identities can only emerge as outcomes of a long chain of ‘secondary processes’ of choice, selective retention and recombination (which, most importantly, do not grind to a halt once the identity in question does emerge)”] (BAUMAN, 1998, p. XVI); “O capital pode viajar rápido e leve, e sua leveza e motilidade têm se convertido na maior fonte de incerteza de todos os outros” [“el capital puede viajar rápido y liviano, y su liviandad y motilidad se han convertido en la mayor fuente de incertidumbre de todos los demás”] (BAUMAN, 2002, p. 130). Entretanto, nossa leitura de motilidade parte das contribuições do sociólogo Vincent Kaufmann, que introduziu de modo pioneiro essa discussão articulada com os estudos de mobilidades. Vale registrar que tal abordagem é inicialmente desenvolvida no livro *Re-thinking mobility: contemporary sociology* (KAUFMANN, 2002).

¹³⁸ “(...) the way in which an individual appropriates what is possible in the domain of mobility and puts this potential to use for his or her activities” (KAUFMANN, 2002, p. 37).

atreladas à capacidade dos garimpeiros para reconhecerem e fazerem uso dos acessos. Estamos considerando que esse elemento da motilidade é constituído por *habilidades físicas* (como se deslocar de um lugar para o outro, caminhar), *habilidades adquiridas* (por exemplo, dirigir um automóvel, saber caçar ou construir abrigos na floresta) e *habilidades organizacionais* (planejar e sincronizar atividades, por exemplo). Por fim, as apropriações são entendidas como as escolhas particulares (até mesmo a não ação), estando associadas às interpretações e ações diante do contato das habilidades com as possibilidades de acesso (reais, percebidas e imaginadas) apreendidas e reconhecidas na multiterritorialidade.

Desse modo, acessos, habilidades e apropriações constituem juntos a motilidade que auxilia nas práticas que ocasionam, por exemplo, transterritorialidades. O reconhecimento da importância da motilidade para pensarmos a multiterritorialidade, energizada por campos de forças e perspectivas presentes nos emaranhamentos, abre potencial reflexivo para melhor entendimento acerca da gama de possibilidades existentes que influenciam as práticas. Logo, ao considerarmos dessa forma, é possível apreender mais adequadamente as relações potenciais, as apropriações e as atitudes diante das possibilidades presentes na realidade multiterritorial.

Diante do exposto, cumpre alertar que a motilidade, em muitos casos, é utilizada como capital¹³⁹, influenciando mobilidades desiguais e, sobretudo, relações de poder entre garimpeiros e demais envolvidos na territorialidade garimpeira (tanto nas mobilidades transnacionais quanto dentro do território surinamês). Kaufmann, Bergman e Joye (2004) discutem que os distintos graus de acesso e privação atrelados à motilidade, motivados por questões de ordem econômica, social, cultural e/ou física, implicam diferentes níveis de mobilidades, ocasionando assim as desigualdades. Nessa perspectiva, os autores argumentam que a alta ou baixa motilidade passa a ser um trunfo jogado e/ou negociado no cerne das relações assimétricas de poder. Desse modo, sublinhamos que os elementos indissociáveis e articulados que constituem a motilidade (acessos, habilidades e apropriações) imprimem

¹³⁹ Aqui é preciso registrar um esclarecimento: alguns autores, inspirados pela proposição de Kaufmann (2002) acerca da motilidade como capital, desenvolveram discussão muito similar utilizando o termo “capital de rede” (influenciados, também, pelas proposições de Pierre Bourdieu acerca dos quatro principais tipos de capital: social, econômico, cultural e simbólico). A discussão de capital de rede pode ser encontrada, dentre outras, nas publicações assinadas por Larsen, Urry e Axhausen (2006) e Urry (2007) e Eliot e Urry (2010). Nessa outra leitura, ocorrem duas mudanças principais: i) maior foco na análise da rede e, sobretudo, nas relações sustentadas à distância; e ii) maior fracionamento dos “elementos” – que passaram de três para oito (ELIOT; URRY, 2010), mas que, em certo sentido, estão atrelados aos três originalmente propostos (acessos, habilidades e apropriações). Em decorrência do nosso foco e interesse específicos, optamos, por ora, por adotar e desenvolver a discussão de motilidade. Contudo, em determinados momentos, consideramos e recorreremos às discussões realizadas por esse grupo de autores – à luz do entendimento de motilidade presente em nossa argumentação.

distintos níveis e possibilidades de (in)capacidade, (in)habilidade e (restrição)acesso atrelados às práticas.

Ao incluirmos a motilidade nesse debate, articulada com as demais considerações expostas, reforçamos que a multiterritorialidade é apreendida e reconhecida de maneira distinta pelos agentes implicados, pois os campos de forças e perspectivas presentes nos emaranhamentos impõem diferentes pressões e projeções para os distintos agentes implicados cotidianamente. Vale reforçar que as práticas sociais (transgressoras ou não) redesenham incessantemente os limites dos territórios e territorialidades e, por conseguinte, da multiterritorialidade.

Ao interpretarmos dessa maneira, ou seja, levando em consideração os elementos supramencionados, acreditamos ser possível agregar elementos para evitar o “territorialismo teórico”¹⁴⁰; pois o sufixo *-ismo* pode se tornar perigoso à medida que representa a ideia de movimento constante “em torno de (...)”. Assim, após tais esclarecimentos, de suma importância, acerca das palavras e dos conteúdos atrelados à discussão de território e territorialidade (que são indispensáveis para abordarmos adequadamente a realidade), convém apresentarmos mais alguns poucos entrelaçamentos teóricos necessários para a análise da pesquisa.

Em linhas gerais, com base no exposto, apresentamos cinco proposições inter-relacionadas que abrem as perspectivas de nossas reflexões na presente tese:

1. os (múltiplos) territórios são produtos das variadas dinâmicas relacionais entre humanos e não humanos, sendo reflexo (i)material de processos territoriais efetivados em meio às potenciais possibilidades presentes na multiterritorialidade;
2. multiterritorialidade é a realidade potencial das possibilidades, em que estão presentes as conexões que nos motivam para além (inclusive através das “restrições” que tornam possíveis as transgressões). Logo, a multiterritorialidade abre geografias, possibilitando constante devir (no sentido de estar sempre “tornando-se”, ou seja, “vindo a ser...”), no qual os agentes implicados não escapam dos emaranhamentos que dialeticamente influenciam e são influenciados pelas práticas;
3. os processos territoriais, como as transterritorialidades, são parciais, e tais conexões acontecem por meio das mobilidades (físicas ou não) em meio às possibilidades impulsionadas por encontros e cruzamento de trajetórias oportunizados a partir da

¹⁴⁰ Vale destacar que nos referimos aos “territorialismos” da perspectiva teórica. É indubitável a pertinência de estudos que inclinam atenção para discutir os territorialismos (e suas práticas territorialistas) como objeto de análise, como nas contribuições de Brozzesi (1991) e Arrighi (1994).

multiterritorialidade, ou seja, por onde percorremos e agimos territorialmente, mas sem romper com os outros links (im)possíveis presentes em nossa realidade multiterritorial;

4. as potenciais possibilidades presentes na multiterritorialidade e os processos territoriais (i)materiais são indissociáveis e inter-relacionados;
5. é preciso reconhecer que tanto a multiterritorialidade quanto os processos que tal realidade implica estão em meio aos emaranhamentos sobrepostos em múltiplas escalas e dimensões.

Ao partirmos dessas proposições inter-relacionadas, oferecemos maior ênfase a uma leitura territorial que valoriza as dinâmicas a partir das qualidades de heterogeneidade, abertura e vivacidade presentes na multiterritorialidade. Convém mencionar que tal entendimento teórico reforça as influências que temos recebido das geografias pós-estruturalistas, encontradas, entre tantos outros, em Thrift (1996, 2008), Massey (1999, 2005), Doel (1999), Whatmore (2002) e Murdoch (2006).

Para finalizar este capítulo, gostaríamos de retomar uma sutileza fundamental explícita no título e que transitará ao longo da tese: estamos falando de territorialidades dos garimpeiros, e não territorialidade dos garimpeiros. O uso do plural deve-se, em especial, a dois motivos. O primeiro é porque estamos entendendo que o termo territorialidades abarca os processos mencionados aqui (*des-*, *re-* e *trans-*) de modo indissociável, complementar e, principalmente, acontecendo ao mesmo tempo em diferentes escalas em meio à nossa multiterritorialidade. É evidente que, em certos momentos da nossa argumentação, recorreremos às possibilidades de composição esclarecidas aqui para lançarmos foco em situações que desejamos explicitar, por exemplo, as desterritorialidades de garimpeiros de uma dada área e num determinado contexto histórico. Contudo, ao utilizarmos o termo territorialidades (no plural), estamos considerando que, em alguma escala ou contexto, os demais processos estão acontecendo em meio às práticas (corporais, físicas ou não). Já o segundo é para enfatizar que não existe uma territorialidade dos garimpeiros única, singular. O que existe são constelações de territorialidades, pautadas pelas intensas mobilidades, pois, apesar de os garimpeiros possuírem regras específicas para se relacionarem na floresta (amplamente difundidas entre eles), os entrelaçamentos nos territórios (com outras territorialidades em planos diferenciados) constituem emaranhamentos específicos em cada lugar.

PARTE II

O CONTEXTO GEO-HISTÓRICO DAS TERRITORIALIDADES DOS GARIMPEIROS NA PAN-AMAZÔNIA

Capítulo 4. Emaranhamentos favoráveis à garimpagem durante o regime militar no Brasil

Capítulo 5. Das consequências às novas práticas: os garimpeiros como problema

Capítulo 6. Emaranhamentos favoráveis e a emergência do Suriname como “novo Eldorado”

“A história da produção de um fato desencadeia um processo bem mais abrangente,
que insere o fenômeno em contextos cada vez mais amplos”
(SANTOS, 2008, p. 64).

Como nos ensina M. Santos (2008, p. 64), “cada pessoa, cada objeto, cada relação é um produto histórico”. Influenciamos e somos influenciados pelos emaranhamentos forjados historicamente e que estão presentes em meio à nossa multiterritorialidade, cujas dinâmicas (re)constroem constantemente territórios e territorialidades através de processos multi e transescalares. Saquet, Candioto e Alves (2010, p. 55-56) destacam que o “território significa, acima de tudo, movimento histórico e interações socialmente definidas, ou seja, corresponde a uma construção histórica que é, simultaneamente, relacional”. Logo, os movimentos históricos e as inter-relações contribuem para a (re)definição das regras de in/out, das interações espaciais e das concepções de superfície-profundidade que se entrelaçam nos territórios.

Nesse sentido, para refletirmos acerca das territorializações e coexistências efetivadas a partir das territorialidades dos garimpeiros, torna-se pertinente analisarmos a efetivação do tempo histórico e os diversos ritmos temporais presentes nos campos de forças e perspectivas entrelaçados e superpostos nos territórios. Logo, compreender que o tempo, enquanto continuidade e processualidade (passado-presente-futuro), e as temporalidades, como a simultaneidade e multiplicidade dos tempos (e acontecimentos) históricos, estão no território e, por conseguinte, na multiterritorialidade – ao passo que estes também estão no tempo e nas temporalidades (SAQUET, 2007) – é imprescindível para refletirmos sobre o presente (SANTOS, 2008).

Com base no exposto, para entendermos os campos de forças e perspectivas (discursivas, científicas, morais e estéticas) que contribuíram para que parte das territorialidades dos garimpeiros passasse a buscar os campos de ouro no Suriname, é imperativo realizar um “retorno” para compreendermos as relações pretéritas e a textura hodierna, levando em consideração as influências do movimento universal nas dinâmicas particulares da realidade estudada. Assim sendo, nossa preocupação central nesta parte da tese

é compreender e analisar os processos históricos e as dinâmicas atreladas aos (re)direcionamentos das territorialidades dos garimpeiros na Pan-Amazônia. Ao levarmos em conta uma leitura que considere os processos geo-históricos do *todo* para o *particular* (e do *particular* para o *todo*), recorreremos à contribuição de Santos (2002, p. 115), que chama a atenção para a necessidade de analisarmos o papel dos eventos “como uma mediação indispensável”.

Em seu livro *A natureza do espaço*, o autor assevera que os eventos, constituídos por ideias e fatos, “são, simultaneamente, a matriz do tempo e do espaço” (SANTOS, 2002, p. 145). Cada evento é novo e único em sua própria condição do acontecer, por isso eles não se repetem e, sobretudo, “quando eles emergem, também estão propondo uma nova história” (SANTOS, 2002, p. 145). Desse modo, eventos são a potência e o movimento das transformações, pois suscitam mudanças tanto nas ações quanto nos objetos, alterando assim os fios das tramas que constituem os emaranhamentos. Portanto, ao argumentarmos que a multiterritorialidade é a realidade potencial das possibilidades, conforme sugerimos no capítulo 3, é preciso levar em conta que “o evento é um veículo de uma ou algumas dessas possibilidades existentes” (SANTOS, 2002, p. 144).

No que tange à produção de eventos, o Estado é um significativo exemplo, por sua capacidade de abrangência, ao mesmo tempo, sobre extensas áreas. Como pretendemos demonstrar mais enfaticamente ao longo dos capítulos que constituem esta segunda parte da tese, o Estado, através de leis e demais normatizações, atua sobre os agentes e suas respectivas práticas (sejam eles indivíduos, grupos, empresas, instituições), influenciando sobremaneira nas territorialidades e, por conseguinte, nos territórios.

Cumprir registrar que utilizamos a escala aplicada aos eventos a partir da interpretação proposta por M. Santos, observando assim a escala da “origem” e a escala do “impacto”. A primeira refere-se àquelas variáveis atreladas à produção do evento, às forças operantes, sendo necessário “levar em conta o lugar geográfico ou econômico ou político de onde atuam as variáveis” (SANTOS, 2002, p. 152). Ou seja, o que influencia num evento mundial, nacional, regional ou local diz respeito à força do seu emissor. Já a segunda remete à sua realização, cuja área de ocorrência precisa ser considerada. Aliás, tais eventos não acontecem isoladamente, pois se manifestam através de dois tipos de solidariedade:

O primeiro tem como base a origem do evento, sua causa eficiente, cuja incidência se faz, ao mesmo tempo, em diversos lugares, próximos ou longínquos. Trata-se, aqui, de eventos solidários, mas não superpostos: sua ligação vem do movimento de uma totalidade superior à do lugar em que se

instalam. O outro tipo de solidariedade tem como base o lugar da objetivação do evento, sua própria geografização. Aqui os diversos eventos concomitantes são solidários porque estão superpostos, ocorrem numa área comum (SANTOS, 2002, p. 152; grifo nosso).

Podemos enfatizar que existe interdependência dos eventos que acontecem em vários níveis. Contudo, Santos (2002) afirma que os dois mais relevantes, em especial numa ótica geográfica, são os níveis do mundo e do lugar, ou seja, as escalas do universal e do singular. Sobre tal entendimento, o autor discorre: “para agir, os homens¹⁴¹ não saem do mundo, mas, ao contrário, é dele que retiram as possibilidades, a serem realizadas nos lugares (SANTOS, 2002, p. 164; grifo nosso). Logo, considerar as relacionalidades dos aconteceres global e local é essencial para entendermos os níveis do mundo e do lugar, pois “cada evento é fruto do mundo e do lugar ao mesmo tempo” (SANTOS, 2002, p. 164).

Acreditamos que, ao analisarmos os eventos, podemos melhor entender as mudanças das tramas nos emaranhamentos e, em particular, os contextos históricos envolvendo as alterações nos componentes estruturais (regras de in/out, interações espaciais e superfície-profundidade) que dinamizam, de algum modo, os territórios atrelados às territorialidades dos garimpeiros. Para tanto, elaboramos uma matriz de eventos (FIGURA 2) que serviu de base reflexiva, contribuindo assim para o entendimento das práticas efetivadas em meio à condição multiterritorial, em particular o constante trânsito entre territórios e territorialidades (transterritorialidades) ocasionadas pela fluidez das mobilidades dos garimpeiros. Assim, não é demais enfatizar que o que nos interessa aqui é a combinação desses eventos para compreendermos os campos de força e as perspectivas que influenciaram e foram influenciados pelas territorialidades dos garimpeiros, inicialmente assentadas dentro do território nacional e que atualmente se encontram transnacionalizadas.

Isto posto, demonstramos como a alteração em determinados fios que se entrelaçam nos componentes estruturais dos territórios alteram os significados e as práticas. Seguindo tal raciocínio, nesta parte demonstraremos como a política aplicada dentro do território nacional (Brasil) voltada para a solução do “problema” garimpeiro se desdobrou de tal forma que passou a afetar e influenciar nas interações espaciais, nas regras de in/out e na superfície-profundidade dos territórios que envolvem os demais países limítrofes que formam a Pan-Amazônia. Logo, adiantamos que o processo de renormatização e o maior rigor no controle da garimpagem no Brasil contribuíram para alterar as dinâmicas territoriais da atividade, pois as

¹⁴¹ Convém sinalizar que, como alerta Santos (2002, p. 163), o emprego de “homens” aqui também considera “Estados, empresas, instituições de toda natureza, entidades que são, juntamente com os indivíduos, capazes de ação”.

relações transterritoriais atreladas às territorialidades dos garimpeiros (e, por consequência, à territorialidade garimpeira) que aconteciam dentro dos limites nacionais em parte se desterritorializaram e se reterritorializaram em outros países. Esse processo de des-reterritorialização contribuiu para a constituição de territórios-rede de brasileiros na Pan-Amazônia atrelados, direta e indiretamente, aos garimpos. Tal situação vem redesenhando as geografias através da emergência dessas novas territorialidades pautadas nas mobilidades transnacionais, em especial no Platô das Guianas, e, seguramente, se inscrevem como uma das principais questões pertinentes às relações internacionais dessa região.

Para dar conta de analisar tais eventos oferecendo adequados subsídios para avançarmos na discussão da tese, subdividimos esta segunda parte em três capítulos. Nos capítulos 4 e 5, procuramos contribuir para o entendimento dos desdobramentos das políticas engendradas pelos governos brasileiros (especialmente, na década de 1980 e início dos anos 1990), dentro do território nacional, em relação aos garimpos, o que, de certo modo, cooperou para redesenhar as dinâmicas não somente das territorialidades dos garimpeiros, mas também de grande parte da territorialidade garimpeira, estimulando novas geografias ainda mais complexas dentro da Pan-Amazônia. Especificamente no quarto capítulo, demonstraremos como os governos militares desenvolveram políticas de incentivo à garimpagem, sendo este um ingrediente, dentre outros, que estimulou as mobilidades de levadas de trabalhadores para a Amazônia. Depois, no quinto capítulo, exporemos algumas consequências dessas políticas e, também, a alteração no discurso, que passou a criminalizar e perseguir os garimpeiros. Por fim, no capítulo 6 analisaremos os eventos ocorridos no Suriname que contribuíram para atrair os garimpeiros, sobretudo a partir do final da década de 1980. Vale ressaltar que, na atualidade, esse país vem sendo um dos principais destinos de trabalhadores que saem do Brasil em busca de áreas para garimpar.

FIGURA 2 - Matriz de eventos selecionados e utilizados como base reflexiva.
Elaborado por Rafael da Silva Oliveira, agosto de 2012.

Capítulo 4

Emaranhamentos favoráveis à garimpagem durante o regime militar no Brasil

Apesar da chamada fase moderna da garimpagem ser anterior aos anos 1970/1980¹⁴², iniciaremos nossa análise levando em conta tais décadas, pois esse momento é marcado por intensa febre do ouro que estimulou, num curto espaço de tempo, uma mobilidade sem precedentes na história da Amazônia. O *boom* da busca pelo minério e as fragilidades existentes na própria legislação acerca da garimpagem contribuíram para que a expressiva maioria dessa atividade se desenvolvesse na informalidade, estimulando assim complexas territorialidades dentro da floresta brasileira. Assim sendo, neste capítulo pretendemos demonstrar como a combinação de eventos contribuiu para estimular essas mobilidades de garimpeiros dentro dos limites nacionais, particularmente em direção à Amazônia brasileira.

De início, cumpre salientar, como demonstram alguns autores, que, ao contrário dos anos 1970 e 1980, a garimpagem de ouro sofreu um período de crise nas seis primeiras décadas do século XX, pois outros minérios apresentavam patamares mais atrativos (SALOMÃO, 1984; SCHIMINK; WOOD, 1992). Aliás, a garimpagem na Amazônia, de modo geral, “até os anos 60 raramente foi superior a 10 mil garimpeiros” (SANTOS, 1981, p.

¹⁴² Existe certo consenso, entre os pesquisadores do tema, de que o ano de 1958 marca o início da fase moderna da garimpagem. Tal fato se deve à descoberta de expressivos depósitos aluvionares na região do Tapajós, além de, particularmente, ter sido local de dois importantes acontecimentos que mudaram a história dos garimpos na Amazônia: i) utilização, já na década de 1950, de avião na logística de apoio a atividade; e ii) introdução de aporte tecnológico, ocasionando a mecanização do garimpo no final da década de 1970 (GUERREIRO, 1984; SALOMÃO, 1984; FEIJÃO; PINTO, 1992; MATHIS, 1998).

229). Por esse e outros motivos, nessa época, o Estado não demonstrava muito interesse em organizar a atividade, que, de certo modo, se desenvolvia de forma acanhada. Nesse contexto é elaborado e publicado o Código de Mineração de 1967.

4.1 Sobre o Código de Mineração de 1967

A publicação do Decreto-Lei n. 227, de 28 de fevereiro de 1967, que criou o chamado Código de Mineração de 1967 (CM-67), marca um conjunto de diretrizes que instrumentalizou a política mineral de Estado, visando claramente: i) assumir, enquanto Estado, uma postura apenas supletiva na mineração; ii) estimular a iniciativa privada no setor, possibilitando inclusive a abertura para os investimentos externos; iii) tornar mais fáceis os procedimentos envolvendo aprovação de projetos, autorizações diversas e decretos de lavras; e iv) promover as exportações de minerais, sobretudo sem valor agregado, como meio para o desenvolvimento e progresso nacional (VILLAS-BÔAS, 1995). Logo, as principais mudanças do CM-67 em relação ao Código de Minas de 1940 (CM-40), que refletem tais posições do Estado em favor das grandes empresas de mineração e, principalmente, da introdução de capital estrangeiro no setor, foram: i) fim da exigência da nacionalidade brasileira dos sócios das empresas, sendo apenas necessária estar organizada (possuir filial) no Brasil; ii) estímulo à mineração em grande escala, pois não era mais permitido a uma pessoa física solicitar autorização de lavra (ou seja, passou a ser permitido somente a empresas); iii) prioridade para quem cumprisse os trâmites burocráticos e requeresse o direito à autorização de pesquisa, que antes pertencia ao proprietário da terra; e iv) autorização para a realização de levantamentos aerofotográficos por empresas privadas (SALOMÃO, 1984; VILLAS-BÔAS, 1995).

Já no que diz respeito ao garimpeiro e à garimpagem, ocorreram poucas mudanças do CM-40 para o CM-67. Tal fato deve-se, em especial, ao interesse por parte dos governos militares em expandir o setor mineral do país a partir do incentivo aos grandes empreendimentos no setor, conforme demonstrado. Assim posto, no CM-67, especificamente no Art. 70, considerava-se garimpagem:

I – (...) o trabalho individual de quem utilize instrumentos rudimentares, aparelhos manuais ou máquinas simples e portáteis, na extração de pedras preciosas, semi-preciosas e minerais metálicos ou não metálicos, valiosos, em depósitos de eluvião ou aluvião, nos álveos de cursos d'água ou nas margens reservadas, bem como nos depósitos secundários ou chapadas (grupiaras), vertentes e altos de morros; depósitos esses genericamente denominados garimpos.

Ainda, caracterizava-se a garimpagem: i) “pela forma rudimentar de mineração” (inciso I, Art. 72); ii) “pela natureza dos depósitos trabalhados” (inciso II, Art. 72); e iii) “pelo caráter individual do trabalho, sempre por conta própria” (inciso III, Art. 72). Nessa perspectiva, o garimpeiro era definido, no Art. 71, como “trabalhador que extrai substâncias minerais úteis, por processo rudimentar e individual de mineração, garimpagem, faiscação ou cata”.

Convém pontuar que as “novas” definições do CM-67 surgem com grandes descompassos em relação à realidade da época. Vale lembrar que na década de 1960 o sistema de meia-praça¹⁴³, no qual o garimpeiro não era mais uma figura isolada, já havia realizado mudanças substanciais. Ainda sobre esse aspecto, Salomão (1984, p. 50-51) chama a atenção para a defasagem do CM-67 diante do contexto em que foi criado:

(...) o Código de Mineração repetia a definição do garimpeiro e seu ofício contida no antigo Código de Minas, só que a esta altura esta conceituação já era claramente inadequada. Os garimpos de todo o Brasil revelavam uma organização essencialmente grupal, com fortes relações verticalizadas, sendo o trabalho ‘por conta própria’ meramente ocasional.

Embora a utilização de técnicas braçais fosse uma prática que ditava o ritmo da garimpagem na época da publicação do CM-67, em poucos anos a mecanização tornou-se recorrente, deixando a referida legislação ainda mais distante de dar conta do que estava acontecendo nos baixões¹⁴⁴ e nos leitos dos rios, conforme demonstrado mais adiante. Logo, a utilização de “instrumentos rudimentares, aparelhos ou máquinas simples e portáteis” foi se tornando cada vez mais rara em meio à lida cotidiana dos garimpeiros, que passaram a utilizar mangueiras propulsionadas por motores, a operar dragas e balsas, a realizar mergulhos, dentre outras técnicas. Outro problema identificado no referido código diz respeito ao tratamento “genérico” atribuído aos garimpos, reduzindo estes unicamente às áreas de lavra, negligenciando assim todas as atividades vinculadas e situadas próximas às áreas de garimpagem e, sobretudo, à comunidade envolvente.

Podemos dizer que a principal mudança do CM-67 para a atividade garimpeira, em relação ao código anterior (CM-40), foi a criação do Regime de Matrícula como mecanismo

¹⁴³ O sistema de meia-praça consistia num acordo verbal firmado entre um patrão (comumente chamado de “dono do serviço”) e um pequeno grupo de garimpeiros, no qual primeiro se financiava a atividade extrativa (com equipamento, custos da produção e alimentação) em troca da mão de obra em parceria. Nesse modelo, o grupo de garimpeiros envolvidos no acordo ficava com 50% da produção para dividir entre eles, ao passo que os demais 50% eram direcionados para o dono do serviço.

¹⁴⁴ Local onde os trabalhadores estabelecem o acampamento para habitar e executar suas atividades de extração do ouro, geralmente em áreas próximas às margens de igarapés.

de identificação, permitindo ao garimpeiro exercer seu ofício. Tal documento era emitido nas Coletorias Federais alocadas nos municípios. Dessa forma, de acordo com o Art. 73 do CM-67, os garimpeiros passaram a ser identificados através do Certificado de Matrícula de Garimpeiro (CMG):

Art. 73. Dependem de permissão do Governo Federal, a garimpagem, a faiscação ou a cata, não cabendo outro ônus ao garimpeiro, senão o pagamento da menor taxa remuneratória cobrada pelas Coletorias Federais a todo aquele que pretender executar esses trabalhos.

§ 1º Essa permissão constará de matrícula do garimpeiro, renovada anualmente nas Coletorias Federais dos Municípios onde forem realizados esses trabalhos, e será válida somente para a região jurisdicionada pela respectiva exatonia que a concedeu.

§ 2º A matrícula, que é pessoal, será feita a requerimento verbal do interessado e registrada em livro próprio da Coletoria Federal, mediante a apresentação do comprovante de quitação do imposto sindical e o pagamento da mesma taxa remuneratória cobrada pela Coletoria.

§ 3º Ao garimpeiro matriculado será fornecido um Certificado de Matrícula, do qual constará seu retrato, nome, nacionalidade, endereço, e será o documento oficial para o exercício da atividade dentro da zona nele especificada.

§ 4º Será apreendido o material de garimpagem, faiscação ou cata quando o garimpeiro não possuir o necessário Certificado de Matrícula, sendo o produto vendido em hasta pública e recolhido ao Banco do Brasil S/A, à conta do “Fundo Nacional de Mineração - Parte Disponível”.

O sistema do CMG visava controlar a atividade do setor, sendo uma maneira pouco eficiente para resolver uma complexa situação, pois, apesar de milhares de garimpeiros terem realizado sua matrícula, outros milhares exerciam suas atividades sem qualquer registro oficial. Outro aspecto complicado se desdobrava dentro da própria falta de clareza da legislação em definir o que viria a ser garimpeiro. Sobre essa confusão em estabelecer um instrumento legal que municiasse a identificação do trabalhador garimpeiro, Rodrigues (1996, p. 22) informa: “durante a vigência do Certificado de Matrícula, até os pilotos das aeronaves que transportavam bens e passageiros para as frentes de lavra se autodenominavam garimpeiros, possuindo, inclusive, o CMG que os identificava como tal”.

Para concluir a sucinta análise da legislação em tela, registramos que o CM-67 também não considerava a necessidade de atribuição de área específica para a realização da atividade garimpeira, sendo permitido iniciar extração em qualquer área, desde que fosse realizada em comum acordo com o proprietário da terra, e, principalmente, possuir o CMG para comprovar sua regularização. Como será demonstrado nas próximas seções deste capítulo, em poucos anos o CM-67 se mostrou fragilizado no que concerne à legislação

voltada para a garimpagem, situação agravada após a elevação do preço do ouro e as políticas de Estado que objetivavam a ocupação e integração da Amazônia. Sobre tal situação, Martins (1984, p. 214) enfatiza que “esta legislação precária vai corresponder a um dos maiores surtos auríferos já registrados na prospecção mundial”. Contudo, o código, apesar das drásticas mudanças na economia internacional do ouro e, especialmente, do cenário da atividade dentro do país, vigorou até o final da década de 1980, sendo modificado substancialmente em 1989.

4.2 Novos eventos, novas práticas

Conforme registrado na seção anterior, a legislação refletia o entendimento do Estado em relação à garimpagem: uma atividade rudimentar desenvolvida por um trabalhador individual e muito associado à função de “descobridor” de novas áreas de garimpagem, as quais, em seguida, seriam “devidamente” exploradas por empresas de mineração. Tal perspectiva, favorável a grandes empreendimentos de mineração em detrimento do trabalho dos garimpeiros, vem de muitas décadas e foi herdada pelos governos militares em decorrência do próprio contexto de decadência vivido pela atividade, sobretudo nos primeiros 60 anos do século XX (SALOMÃO, 1984). A referida postura pode ser exemplificada pelo Art. 65 do CM-40: “a autorização de pesquisa ou lavra prefere aos trabalhos de faiscação e garimpagem”; como também na leitura do Art. 76 do CM-67¹⁴⁵, que explicitava: “concedida a lavra, cessam todos os trabalhos de garimpagem, faiscação ou cata”.

O quadro 3 reforça tal postura acerca da atividade garimpeira em favor dos “interesses do setor minerário”: até o ano da publicação do CM-67, uma significativa parcela das principais ocorrências de minerais na Amazônia foi descoberta por garimpeiros – ao considerarmos somente o século XX, dos 14 principais registros, seis foram descobertos por garimpeiros, representando 42,86% do total. Ainda, as principais jazidas de ouro e diamantes do Brasil foram descobertas por garimpeiros. Sobre tal assunto, Hecht e Cockburn (1989, p. 141) sublinham: “a busca por ouro em terras aluvionais tem uma história respeitável na Amazônia¹⁴⁶, com ‘geólogos’ caboclos e garimpeiros provando ser, repetidas vezes, mais peritos no descobrimento de ouro do que as formas de exploração mais avançadas tecnologicamente”¹⁴⁷.

¹⁴⁵ O texto do Artigo citado do CM-67 ficou em vigor até 1976, quando foi substituído por nova redação com a publicação da Lei n. 6.403, de 15 de dezembro de 1976.

¹⁴⁶ Hecht e Cockburn (1989), ao versarem sobre o assunto, relembram o caso de Carajás, onde os geólogos encontraram somente ferro, ao passo que os garimpeiros encontraram grandes ocorrências de ouro.

¹⁴⁷ “Goldmining on alluvial lands has a venerable history in the Amazon, with *caboclo* and *garimpeiro* ‘geologists’ proving to be, time after time, more adept at discovering gold than more technologically advanced forms of prospecting” (HECHT; COCKBURN, 1989, p. 141).

ANO	SUBSTÂNCIA MINERAL	DENOMINAÇÃO LOCAL	UF	DESCOBRIDOR
1612	Ouro	Gurupi	PA/MA	Garimpeiros
1855	Ouro	Calçoene	AP	Garimpeiros
1912	Diamante	Maú-Tacutu	RR	Garimpeiros
1915	Linhito	Alto Solimões	AM	---xx---
1937	Diamante	Araguaia-Tocantins	PA/TO	Garimpeiros
1937	Diamante	Tepequém	RR	Garimpeiros
1941	Minério de manganês	Serra do Navio	AP	Mario Cruz / Grupo CAEMI
1952	Cassiterita	Rondônia	RO	Garimpeiros
1955	Salgema	Médio Amazonas	AM/PA	Petrobras
1955	Óleo-gás	Nova Olinda	AM	Petrobras
1958	Ouro	Médio Tapajós	PA	Garimpeiros
1963	Cassiterita	Tropas	PA	Garimpeiros
1966	Minério de manganês	Sereno	PA	CODIM (Union Carbide)
1966	Bauxita metalúrgica	Trombetas	PA/AM	Grupo ALCAN
1967	Minério de ferro	Carajás	PA	Meridional (USS)
1967	Minério de manganês	Buritirama	PA	Meridional (USS)

QUADRO 3 – Principais descobertas minerais na Amazônia (até 1967).

Fonte: SANTOS (1981, p. 12).

Aqui convém recordar o exemplo ocorrido em Rondônia, quando ainda era Território do Guaporé: em 1952, garimpeiros encontraram cassiterita e, anos mais tarde, essas jazidas passaram a atrair milhares de garimpeiros (SALOMÃO, 1984; COSTA, 1993) (FOTO 1). No início dos anos 1970, no auge da produção, “a garimpagem foi proibida por portaria ministerial, para dar espaço à empresa organizada” (SALOMÃO, 1984, p. 48). Feijão e Pinto (1992, p. 20) ressaltam que, no momento da intervenção do governo federal, foram retirados “35.000 garimpeiros que produziam, na ocasião, 7.200 t de estanho (95% da produção)”. Na transição, a atividade sofre queda, e o Brasil, que era autossuficiente, volta a ser importador de estanho, “numa situação que só reverteria dois anos depois, com novo aumento da produção” (PÓVOA NETO, 1998a, p. 275). Tais trabalhadores, expropriados de Rondônia em meio aos confrontos entre garimpeiros e mineração organizada, foram “principalmente para Tapajós, que se torna a maior província aurífera brasileira (...); outros migraram para Roraima e Goiás” (PINTO, 1993, p. 30).

De certa forma, os governos militares (entre 1964 e 1985) assumiram posturas semelhantes em relação à questão mineral brasileira, estimulando sua exportação sem levar em consideração seu papel estratégico e, sobretudo, sem qualquer preocupação voltada para agregação de valor aos bens extraídos (VILLAS-BÔAS, 1995). Contudo, a mescla de uma série de eventos, ocorridos poucos anos depois da publicação do CM-67, influenciou decisivamente nos emaranhamentos, alterando assim regras, interações espaciais e, até mesmo, os significados da garimpagem e das territorialidades dos garimpeiros no país. Dentre os principais eventos que marcam tal transição, destacam-se o aumento do preço do ouro, o

aumento do preço do petróleo, as políticas de integração nacional e a mecanização da garimpagem.

FOTO 1 – Rondônia: garimpagem de cassiterita em 1968.
Fonte: Acervo IBGE, fotografado por Gilson Costa.

O aumento do preço do ouro no mercado internacional na década de 1970 refletiu os sintomas da crise do sistema financeiro internacional (FRENCH-DAVIS; MUÑOZ; PALMA, 2005; KINDLEBERGER; ALIBER, 2009). Tal fato deve-se, especialmente, à perda da hegemonia política e econômica dos EUA, que ocasionou a suspensão da conversibilidade do dólar em ouro em 1971 e a adoção do sistema de taxas de câmbio flexíveis em 1973 (CERVO, 2001; DATHEIN, 2005; FERRARI FILHO, 2006; ROBERTS, 2000). Com a quebra da ligação formal entre o ouro e o dólar, o mercado do ouro deixou de estar atrelado à paridade com o dólar, que variava em torno de US\$ 35/*troy ounce*¹⁴⁸, passando assim a ser comercializado com maior liberdade. Desde então, essa situação teve significativos reflexos no preço do ouro, chegando, por exemplo, em 1980, a atingir mais de US\$ 612/*troy ounce* de média anual (GRÁFICO 2 e QUADRO 4), com alta de US\$ 850/*troy ounce*. Esse aumento contribuiu para ampliar as consequências no Brasil relativas à corrida pelo ouro, como também motivou e movimentou, em proporção bem mais acanhada, o “pioneirismo” na Venezuela, Peru, Colômbia, Bolívia, Guiana, Suriname, entre outros países da região (CLEARY, 1992).

¹⁴⁸ Unidade de medida inglesa de massa (o sistema *troy* é relativo a metais preciosos e gemas). Um *troy ounce* equivale a 31,1034768 gramas (ou 20 *pennyweights*).

GRÁFICO 2 – Preço do ouro: média anual (1968-1990).

Fonte: London Fix <<http://www.kitco.com/charts/historicalgold.html>>. Acessado em janeiro de 2011.

Elaborado por Rafael da Silva Oliveira em janeiro de 2011.

Ano	Preço (US\$)
1968	38,69
1969	41,09
1970	35,94
1971	40,80
1972	58,16
1973	97,32
1974	159,26
1975	161,02
1976	124,84
1977	147,71
1978	193,22
1979	306,68
1980	612,56
1981	460,03
1982	375,67
1983	424,35
1984	360,48
1985	317,26
1986	367,66
1987	446,46
1988	436,94
1989	381,44
1990	383,51

QUADRO 4 – Preço do ouro: média anual (1968-1990).

Fonte: London Fix <<http://www.kitco.com/charts/historicalgold.html>>. Acessado em janeiro de 2011.

Elaborado por Rafael da Silva Oliveira em janeiro de 2011.

Na mesma época em que o ouro disparou, as preocupações mundiais estavam voltadas para o aumento do preço do petróleo. Podemos considerar que a elevação do valor do barril, nas décadas de 1970 e 1980, foi marcada por dois “choques”: o primeiro, em 1973; e o segundo, em 1979 (FIGURA 3). O primeiro está intimamente atrelado à guerra Yom Kippur, entre árabes e israelenses: nos dois primeiros anos da década de 1970, o preço do barril oscilava entre US\$ 1,50 e US\$ 1,30, ao passo que em 1974 o preço alcança patamares acima

de US\$ 10. Como discorre Ayerbe (2002, p. 155), tal evento, associado a outros, compõe um delicado quadro na economia mundial: “a retração da demanda interna nos países capitalistas avançados, a inflação, a desvalorização do dólar, o fim da conversibilidade com o ouro e o excesso de liquidez no mercado internacional, ao lado da elevação dos preços do petróleo, compõem o quadro crítico da economia mundial”. No que tange aos impactos desse evento no Brasil, a quadruplicação do preço do barril não somente ocasionou grande problema para a economia do país – que, “nesse período, dependia em 80% do petróleo oriundo do exterior”¹⁴⁹ (SHIKIDA; BACHA, 1999, p. 70) –, mas também tornou “a importação desse insumo questão estratégica para a diplomacia brasileira” (SANTANA, 2006, p. 159).

FIGURA 3 – Comportamento histórico do preço do petróleo bruto (1970-1998).
Fonte: Zamith (1999, p. 16).

Já o segundo choque se deve à revolução iraniana e à nova política adotada em relação aos contratos de exploração das companhias estrangeiras, afetando a produção do Irã (PEREIRA, 2008). No ano seguinte, em 1980, por razão da guerra Irã-Iraque, o preço volta a aumentar, chegando a custar quase US\$ 40 o barril. Consequentemente, o Brasil teve “dificuldades cada vez maiores com sua balança de pagamentos, além de necessidades consideráveis de investimento para completar a infra-estrutura e planos de desenvolvimento dos anos de 1970” (GOLDENBERG; PRADO, 2003, p. 221). Presença ainda queda em suas

¹⁴⁹ Na continuação, os autores sublinham que “o ocorrido refletiu na importação do produto, pois correspondeu ao dispêndio de US\$ 8,6 bilhões para a importação de petróleo referente ao triênio 1974-76” (SHIKIDA; BACHA, 1999, p. 70).

taxas de crescimento e a explosão na taxa de juros norte-americana, acarretando no aprofundamento da crise em relação à dívida externa (SOARES, 1987).

Já no que tange às políticas de integração nacional, ressaltamos o Programa de Integração Nacional (PIN), anunciado no governo Médici em meados de 1970 (Lei n. 1.106, de 16 de junho de 1970). Ao partir do discurso da necessidade de “integrar para não entregar” a Amazônia e, também, de que esta se tratava de “uma terra sem homens para homens sem terra”, delineou-se o projeto objetivando criar infraestrutura para conectar a região com o restante do país e, além disso, realizar sua ocupação. Dessa maneira, o PIN e suas respectivas ações podem ser entendidos com exemplo representativo da política relacional entre segurança e desenvolvimento tão peculiar aos governos militares: “a integração era vista como condição da Segurança, que por sua vez era tida como pré-condição para o Desenvolvimento” (FURNIEL, 1993, p. 60). Assim, de acordo com a perspectiva desse projeto militarista, a integração, o desenvolvimento e a ocupação populacional dessas áreas vulneráveis aconteceriam, basicamente, pela ampliação do sistema viário.

Nesse contexto, foi prevista a construção de rodovias¹⁵⁰, que atuaram como “eixos de desenvolvimento”, como a Transamazônica (BR-230), a Perimetral Norte (BR-210) e a Cuiabá-Santarém (BR-163). Como discorre Kohlhepp (2002, p. 38), “as estradas pioneiras serviram de roteiros de migração para a Amazônia e foram planejadas para o estabelecimento de áreas de atividades econômicas (...), mas sua construção causou sérios impactos ambientais”. Coube ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) a responsabilidade pelo assentamento dos migrantes. Assim sendo, foram implantados projetos integrados de colonização por meio das chamadas agrovilas, agrópolis e rurópolis – que constituíam pequenos núcleos urbanos intercalados a um determinado coletivo de loteamentos rurais (CAMARGO, 1973).

Em 1971, cria-se o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste (Proterra), com “o objetivo de promover o mais fácil acesso do homem à terra, criar melhores condições de emprêgo de mão-de-obra e fomentar a agro-indústria” (Art. 1º do DECRETO-LEI N. 1.179, de 6 de julho de 1971). Contudo, tal programa, ancorado no discurso da agilização do acesso à terra através do financiamento dessas atividades com créditos fundiários e incentivos fiscais, na prática acabou beneficiando principalmente os grandes proprietários de terra (GASPAR, 1990; FURNIEL, 1993). Sobre o

¹⁵⁰ Em outro estudo, realizamos análise dos impactos da construção da BR-174 (abertura do trecho Manaus/AM-Caracará/RR) na (re)organização espacial de Roraima, cuja ação ocorreu nessa esteira da política de integração nacional e construção de rodovias. Na ocasião, discutimos os projetos de colonização, o desflorestamento, os conflitos (com os índios waimiri-atroari) e o processo de fragmentação da malha municipal (OLIVEIRA, 2007).

impacto dessa política desenvolvimentista para a Amazônia, especificamente no estado do Pará, Carvalho (1978, apud GASPAR, 1990, p. 73) sintetiza:

Quando foi dada a largada para essa corrida à fortuna, grandes empresas do sul, multinacionais saíram à frente beneficiadas por polpudos incentivos fiscais, ficando com todas as terras possíveis. (...). Por outro lado, os agricultores sem terra atraídos pela intensa propaganda oficial, sobre as maravilhas do Pará e dos mirabolantes projetos de colonização, vêm de toda parte do país, trazendo apenas filhos famintos e os braços.

Marcado por inúmeros problemas, de modo geral, o programa de colonização não foi capaz de absorver grande parte desse contingente de migrantes, como também houve conflitos e expulsões em decorrência da concentração fundiária (GASPAR, 1990). Assim, diante do atrativo proporcionado pela alta nos preços, somado ao quadro desestimulante dos polos de produção agrícolas na Amazônia, a garimpagem tornou-se rapidamente uma alternativa de sobrevivência¹⁵¹ e sustento familiar para milhares de brasileiros lançados à sorte na região (PROCÓPIO, 1984). Em poucos anos, diversos garimpeiros, motivados pelo desejo de potencializar a extração, ainda muito rudimentar e limitada aos aluviões superficiais mais ricos, começaram a buscar novas técnicas de extração do mineral para prolongar o período/tempo da garimpagem. Inicia-se, nesse momento, um acentuado processo de mecanização da garimpagem¹⁵², com a introdução de balsas e dragas nos leitos dos rios. Em pouco tempo, a mesma técnica passou a ser adaptada em terra firme (próximo a rios e igarapés), impactando grande parte da atividade do garimpo na região (SALOMÃO, 1984; RODRIGUES et al., 1994).

A mecanização, além de reduzir o número de garimpeiros envolvido na lavra (com o emprego de caminhões, tratores, moinhos, dragas, dentre outros), potencializar a produção e causar enormes danos ambientais, atraiu ainda mais a participação de empresários do garimpo, especialmente com o surgimento da figura do novo empreendedor, que até então não existia: o dono de par de máquinas. Mathis (1995a, p. 6), ao abordar o tema, salienta que “o programa de colonização não trouxe para a região de fronteira somente pessoas sem terra do

¹⁵¹ Póvoa Neto (1998a, p. 279), ao versar sobre o assunto, contribui: “a adoção da garimpagem como alternativa representa uma via para esse contingente, marcado pelos vínculos precários com a terra ou pela prosperidade formal da mesma, porém desacompanhada de condições concretas para investimento na produção e escoamento da mesma. Nesse sentido, parece possível traçar um paralelo entre as crises vividas pela pequena agricultura amazônica e os movimentos de busca da garimpagem como atividade, inicialmente complementar e frequentemente se tornando a principal” (grifo nosso).

¹⁵² Como mencionado, vários autores que dedicaram atenção a estudar a garimpagem no Brasil argumentam que a mecanização foi introduzida, inicialmente, em 1978 no Tapajós e, em pouco tempo, se espalhou pela Amazônia (SALOMÃO, 1984; RODRIGUES et al., 1994; MATHIS, 1995a).

Nordeste, mas também um contingente razoável de pequenos empresários com posse de capital a fim de investir”.

Nesse contexto, pode-se argumentar que, em decorrência de tais eventos, os governos militares passaram a incentivar não somente grandes projetos de mineração, mas também a atividade garimpeira, pois via nessa atividade, em franca ascensão, a possibilidade de efetivar a ocupação territorial na Amazônia e equilibrar sua balança econômica (aumentando a produção oficial do ouro). Assim, constitui-se um discurso oficial e se forja um novo significado em torno da figura do garimpeiro como pioneiro e “agente-apoio” para os projetos de colonização da região. Mas tais significados e perspectivas estavam intimamente atrelados aos interesses de consolidação e desenvolvimento de ações intencionalmente projetadas pelo Estado para a Amazônia.

Dentre as ações que marcam tal abordagem do Estado, vale mencionar o Projeto Garimpo¹⁵³, criado em 1977 no Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), que tinha como objetivo criar regras e estabelecer/destinar áreas específicas para a garimpagem, implantando medidas administrativas com a intenção de controlar de maneira mais eficaz sua produção (MATHIS, 1995b). Cumpre destacar também a criação, em 1979, do Grupo de Trabalho do Programa Nacional de Incremento à Produção Nacional do Ouro (dentro da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM) e a execução do Projeto de Estudo de Garimpos Brasileiros (pelo DNPM).

Tal mudança de concepção do Estado motivou a publicação da Lei n. 6.403, de 15 de dezembro de 1976, que substituiu o Art. 76 do CM-67, já mencionado, para inclusão de texto que refletia uma nova postura: “atendendo aos interesses do setor minerário, poderão, a qualquer tempo, ser delimitadas determinadas áreas nas quais o aproveitamento de substâncias minerais far-se-á, exclusivamente, por trabalhos de garimpagem, faiscação ou cata”. Importa registrar que, apesar da nova possibilidade de estabelecimento de área exclusiva para o exercício da garimpagem de uma determinada substância mineral, “do ponto de vista prático, todas as áreas onde existiam depósitos garimpáveis eram áreas garimpeiras” (BARRETO, 1993, p. 16). Tal artigo foi criado com o interesse de estabelecer políticas direcionadas para a ocupação da Amazônia e, em especial, ampliar a produção oficial do ouro, mesmo ainda permanecendo o princípio de que os garimpeiros poderiam estabelecer lavras pioneiras em

¹⁵³ Em 1984, o Projeto Garimpo tornou-se mais diversificado e ampliou sua linha de atuação, passando a se chamar Projeto Ouro. Em 1986, com a inclusão de novas atribuições, muda novamente de nome: Projeto Ouro e Gemas (RODRIGUES et al., 1994).

qualquer parte do território nacional – excetuando, a partir de 1979, a Faixa de Fronteira¹⁵⁴, conforme estabelecido na Lei n. 6.634, de 2 de maio de 1979, e regulamentada através do Decreto n. 85.064, de 26 de agosto de 1980.

Na realidade, apesar dos incentivos à garimpagem, o interesse e as decisões do governo brasileiro se inclinavam para atender às reivindicações das empresas de mineração, em detrimento dos garimpeiros. Contudo, a descoberta de Serra Pelada, entre o final do ano de 1979 e o início de 1980, surge como um importante evento que influenciou nos novos rumos em relação às políticas engendradas pelo governo militar – em alguns momentos, até de modo contraditório, frente a essas territorialidades (KOTSCHO, 1984; MATHIS, 1995b).

Serra Pelada, em decorrência da rápida fama do seu potencial aurífero, se tornou um polo de atração de milhares de garimpeiros e empresários dispostos a investir capital nos garimpos recém-descobertos (CLEARY, 1990; SCHIMINK; WOOD, 1992): em menos de três meses (março de 1980), essa área de garimpagem já contava com, aproximadamente, 5.000 pessoas trabalhando em centenas de garimpos (CLEARY, 1990). Vale agregar que o local onde crescia vertiginosamente o garimpo de Serra Pelada é, historicamente, uma das regiões mais conflituosas do país. Tais conflitos, envolvendo diversos órgãos federais, estaduais, latifundiários, agricultores, políticos e posseiros já aconteciam havia muito tempo (GUERREIRO, 1984; BECKER, 1990; MOURA, 2008).

Com a descoberta dessa ocorrência aurífera, por ser uma região repleta de conflitos e, consequentemente, pela reivindicação do direito à exploração mineral da área pela Companhia Vale do Rio Doce (CVRD)¹⁵⁵, em maio do mesmo ano o governo militar inicia a intervenção inédita numa área de garimpo (SCHIMINK; WOOD, 1992), passando a exercer, a partir da coordenação direta do Conselho de Segurança Nacional (CSN), seu poder impondo-se “como dono do garimpo, não para expulsar, mas para controlar o garimpo, justificando assim a invasão da área concedida à CVRD” (MATHIS, 1995b, p. 1). Logo, o governo permite o garimpo manual até 1982, contrariando o direito legal para pesquisa e lavra mineral da subsidiária da CVRD, a Docegeo, emitindo o CMG para os trabalhadores em situação

¹⁵⁴ Conforme reza a Lei n. 6.634, de 2 de maio de 1979, a Faixa de Fronteira corresponde à “faixa interna de 150 km (cento e cinquenta quilômetros) de largura, paralela à linha divisória terrestre do território nacional”.

¹⁵⁵ Cleary (1990) esclarece que, motivada pelas intensas transformações ocorridas nos anos 1970 na região, por exemplo o vertiginoso crescimento de Marabá (que saltou de aproximadamente 10.000 habitantes nos anos 1950 para quase 200.000 em menos de 30 anos), a CVRD/Docegeo registrou centenas de concessões para prospecção. Dentre tais concessões, constava também o direito de prospectar na área que correspondia a Serra Pelada (CLEARY, 1990). Mathis (1995b, p. 1), ao versar sobre o polêmico tema, sublinha que “tudo indica que ela [CVRD] não tinha conhecimento da jazida de ouro”.

irregular e repassando a venda exclusiva do ouro para a Caixa Econômica Federal (CEF) (BECKER, 1990; CLEARY, 1990; MIRANDA et al., 1997; MOURA, 2008).

Convém reforçar que o exercício do poder do Estado sobre a territorialidade garimpeira na Serra Pelada, alterando substancialmente essa atividade, se deve também aos eventos atrelados ao aumento do preço do petróleo, que deixou a balança comercial do país negativa. Diante dessa crise, o expressivo aumento do ouro e a descoberta da Serra Pelada logo despertaram sua atenção para uma intervenção pública neste segmento (CLEARY, 1990). O aumento do dano ambiental proporcionado pela mecanização da garimpagem, nessa época, não figurava entre as preocupações dos governos militares, cuja prioridade era aumentar a produção oficial e minimizar, ao máximo, o ouro excedente que circulava sem ser contabilizado nos cofres públicos, ocasionando assim o aumento da fiscalização da garimpagem existente e o controle/cadastro dos garimpeiros (MIRANDA et al., 1997; MATHIS; BRITO; BRÜSEKE, 1997).

Com a administração do Estado, o garimpo de Serra Pelada sofreu grandes alterações em sua organização e divisão territorial do trabalho, passando a apresentar dinâmica e ritmo muito distintos dos demais garimpos sem intervenção federal¹⁵⁶. Dentre tais alterações, cabe destacar o estabelecimento e distribuição das áreas e atividades, proibição de bebidas alcoólicas e mulheres, proibição do uso de armas de fogo, obrigatoriedade do CMG, estabelecimento de comércio condicionado à autorização e, sobretudo, forte fiscalização de entrada e saída do garimpo, dentre outras medidas de controle e exercício do poder (MATHIS; BRITO; BRÜSEKE, 1997; MOURA, 2008). Outras duas situações também estabelecidas na Serra Pelada foram a proibição do padrão ouro¹⁵⁷, sendo todas as transações comerciais realizadas com dinheiro, e o sistema de sorteio de catas, ficando assim proibido escolher livremente o local da garimpagem. Além da instalação da CEF, das mudanças na rotina de trabalho, das proibições e regras impostas, a singularidade desse território do garimpo no país era ainda mais fortalecida pela significativa presença de repartições públicas instaladas no local. Dentre tais fixos, vale citar: Empresa de Correios e Telégrafos, Receita Federal, DNPM, posto de saúde, Polícia Militar, Polícia Federal, Companhia Brasileira de Alimentos (Cobal) e

¹⁵⁶ Convém registrar que o método de extração adotado na Serra Pelada apresentava certa singularidade, sendo distinto dos demais comumente utilizados, como, por exemplo, o garimpo de bico-jato. Assim sendo, na época, a extração do minério na Serra Pelada utilizava um rústico sistema manual, no qual os garimpeiros transportavam em sacos o material quebrado no fundo da cava para, em seguida, ser realizada a concentração do ouro utilizando variados processos (FEIJÃO; PINTO, 1992).

¹⁵⁷ Termo utilizado pelos garimpeiros para se referir aos locais onde o ouro é a moeda corrente, como nas corrutelas.

Superintendência de Campanhas de Saúde Pública (Sucam), dentre outros (CLEARY, 1990; MATHIS, 1995b).

A partir do modelo implantado na Serra Pelada, o governo militar, através do Ministério de Minas e Energia, iniciou um conjunto de ações visando inserir a mesma estrutura e controle em outros garimpos¹⁵⁸. Como discorre Guerreiro (1984, p. 95), “passou-se imediatamente a propagandear a nova experiência e a transferi-la para outros locais, como o recém-surgido garimpo do Cumaru”. Dessa maneira, foram publicadas portarias (e uma lei) criando reservas exclusivas para a garimpagem, considerando “ser do interesse do País a destinação de áreas para o aproveitamento de substâncias minerais através de trabalhos de garimpagem, faiscação ou cata em regiões onde se apresentam tecnicamente viáveis tais atividades” (PORTARIA N. 1.034, de 28 de julho de 1980 – grifo nosso) (QUADRO 5). Paradoxalmente, algumas reservas são criadas, ou melhor, a presença dos garimpeiros é legitimada pelo Estado, sem demonstrar outras preocupações para além do imediato interesse em expandir a cifra da produção oficial. Um exemplo emblemático dessa postura é a reserva da Serra do Tepequém (Roraima), voltada, desde a década de 1930, para a garimpagem diamantífera (GUERRA, 1957; BARROS, 1995; SANTOS RODRIGUES, 1996) (FOTO 2): sua localização fica dentro da Faixa de Fronteira e em meio a inúmeras comunidades indígenas, além de distar alguns quilômetros de áreas, também tradicionais, de garimpagem nos rios Quinô, Maú e Cotingo. Não é demais adiantar que o território da atual Terra Indígena Yanomami, local de intensos conflitos entre garimpeiros e indígenas, era facilmente alcançado por esses trabalhadores a partir de tal reserva (assunto este tratado no próximo capítulo).

Como pode ser verificado no quadro 5, a reserva garimpeira de Serra Pelada, que regulava o funcionamento do garimpo, foi criada através de lei somente em 1984. Tal fato deve-se, especialmente, aos acirrados confrontos de interesses em torno dos rumos do garimpo após o término do prazo inicialmente estabelecido. De um lado, a Docegeo e setores do governo (como o Ministério de Minas e Energia), que reivindicavam o restabelecimento do direito adquirido pela subsidiária para implantação de mecanização e tecnologia modernas para potencializar a atividade extrativa; de outro, os garimpeiros e empresários do garimpo (donos de par de máquinas e comerciantes), que lutavam pela manutenção e permanência do garimpo (BECKER, 1990). Logo, a década de 1980 foi marcada por intensos conflitos e

¹⁵⁸ Guerreiro (1984, p. 95), ao abordar a postura do governo em relação ao “modelo Serra Pelada”, registra um fato inusitado: “esse sistema funcionou a contento e como Serra Pelada em face a sua extraordinária riqueza, produziu espantosa quantidade de ouro, o modelo parecia extraordinário. (...) Isso levou o nosso entusiasmado Ministro a dizer que implantaria 50 Serras Peladas na Amazônia. O que o ministro esqueceu e não foi alertado por seus assessores é que para implantar novas Serras Peladas seria necessário primeiro encontrar novas concentrações de ouro semelhantes, e a probabilidade geológica disso acontecer é bem restrita”.

manifestações¹⁵⁹, na qual marchas de garimpeiros, tramitação de projetos de lei e conflitos armados, com vários registros de mortes, foram elementos presentes em meio às disputas entre as territorialidades envolvidas, produzindo uma imagem da região que era propagada para o restante do país e do mundo pelos noticiários.

ESTADO	LOCAL	LEGISLAÇÃO	DATA	ÁREA DESTINADA (ha)
Rondônia	Rio Madeira	Portaria n. 1.345	5/7/1979	18.935,75
Rondônia	Rio Madeira	Portaria n. 1.034	28/7/1980	24.641,98
Mato Grosso	Alta Floresta	Portaria n. 549	9/5/1983	50.000,00
Mato Grosso	Alta Floresta	Portaria n. 550	9/5/1983	121.000,00
Mato Grosso	Rio Peixoto Azevedo (Colider)	Portaria n. 551	9/5/1983	657.500,00
Pará	Médio Tapajós (Itaituba)	Portaria n. 882	25/7/1983	2.874.500,00
Pará	Cumaru (atualmente Cumaru do Norte ¹⁶⁰)	Portaria n. 25	10/1/1984	95.145,21
Roraima	Serra do Tepequém (atualmente Amajari ¹⁶¹)	Portaria n. 143	31/1/1984	12.000,00
Pará	Garimpo de Serra Pelada (atualmente Curionópolis ¹⁶²)	Lei n. 7.194	11/6/1984	100,00

QUADRO 5 – Reservas criadas exclusivamente para garimpagem.

Fonte: Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM). Disponível em www.dnpm.gov.br (último acesso realizado em 1º de setembro de 2012).

Elaborado por Rafael da Silva Oliveira em dezembro de 2012.

FOTO 2 – Roraima: garimpagem na Serra do Tepequém em 1954.

Fonte: Acervo IBGE, fotografado por Tomas Somlo.

¹⁵⁹ Dentre os estudos que dedicaram atenção a realizar detalhamento histórico sobre a Serra Pelada, vale mencionar as obras de Kotscho (1984); Cleary (1990); Mathis (1995b); Mathis, Brito e Brüseke (1997); e Moura (2008).

¹⁶⁰ Na época da publicação da Portaria, Cumaru do Norte ainda pertencia ao município de São Félix do Xingu. Em 1988, foi criado o município de Ourilândia do Norte, sendo desmembrado de São Félix do Xingu. Foi somente em 1991 que Cumaru do Norte se tornou município, separando-se de Ourilândia do Norte (TAVARES, 2008).

¹⁶¹ Quando a Portaria foi publicada, Amajari pertencia ao município de Boa Vista. O referido município só foi criado em 1995, quando se desmembrou da capital roraimense (OLIVEIRA, 2008a).

¹⁶² Na época da publicação da Portaria, Serra Pelada pertencia ao município de Marabá. Curionópolis foi emancipado em 1988, quando se desmembrou de Marabá (TAVARES, 2008).

Diante do exposto, argumentamos que as alterações nos fios e entrelaçamentos presentes nos emaranhamentos resultantes da política adotada, que ganham força e expressão no lugar, refletem contextos e interesses que extrapolavam a dinâmica local, pois “sua inspiração e suas leis têm dimensões mais amplas e mais complexas” (SANTOS, 2002, p. 256). As normatizações, os incentivos e afrouxamentos que influenciaram nos projetos de vida, direcionamentos dos fluxos e territorialidades motivadas pela possibilidade (oportunidade) legitimada pelo Estado, em alguns casos, de trabalhar nos campos de garimpagem, são reflexos dos eventos e influências internacionais (crise financeira, aumento do preço do ouro e do petróleo), passando pelos nacionais (política de integração nacional, discurso pró-garimpagem), até impactar na escala do indivíduo, atrelada às decisões mais íntimas/pessoais.

Aqui se fazem necessárias duas ressalvas: i) os eventos mencionados são apenas alguns dentre outras variáveis em jogo; e ii) a garimpagem de ouro na Amazônia não foi causada por esses eventos. Sobre a primeira, elencamos aqui os eventos que julgamos suficientes para oferecer uma breve sistematização e, em particular, consubstanciar nosso argumento. Contudo, estamos cientes de que outros também poderiam ter sido mais detalhados aqui, como o desemprego e a inflação da época. Sobre tal assunto, Póvoa Neto (1998a, p. 283) observa que, em meio a uma economia em crise, existe a percepção de que “o garimpo – juntamente com os centros urbanos a ele vinculados – constitui um dos poucos focos de emprego, conferindo às áreas de garimpagem uma certa notoriedade, não totalmente justificada, mas de qualquer maneira suficiente para exercer um papel polarizador” (grifo do autor). Assim, consequentemente, apesar de representarem a maioria do contingente, os garimpos não foram constituídos apenas por nordestinos, pois nos anos 1980 muitos trabalhadores vieram também de áreas urbanas do Sul e do Centro-Oeste do Brasil em busca de trabalho nas frentes de garimpo ou para atuarem como empresários (SALOMÃO, 1984). Logo, a territorialidade garimpeira não era formada somente por “pobres e despossuídos” (os meios de comunicação insistiam nesse estereótipo), pois “cada vez mais pessoas oriundas da classe média” ingressavam nas territorialidades que a constituíam, em decorrência da crise que o país atravessava (SALOMÃO, 1984, p. 69). Isso sem falarmos na existência e no crescimento das elites políticas¹⁶³ e econômicas que se formaram em meio aos incalculáveis

¹⁶³ Convém lembrar o caso do Major Sebastião Rodrigues Moura (o “Major Curió”) na Serra Pelada, que inicialmente foi o responsável indicado para realizar a organização da atividade e legitimar o controle e a presença do Estado na Serra Pelada. Anos mais tarde, assumiu papel em defesa das territorialidades da garimpagem na área em comento, tornando-se deputado federal em 1983 com bandeira em defesa do “garimpo para os garimpeiros” (SILVA, 1994; MOURA, 2008). Como descreveu Becker (1990, p. 211), o então deputado

conflitos, blefes e bamburros presentes no cotidiano dessa atividade, espalhada principalmente pela Amazônia.

Frente a tal panorama, deixamos mais evidente o nosso entendimento de que a política “colonizadora da Amazônia”, adotada pelo Estado, não foi responsável sozinha por induzir a expansão do garimpo. Trata-se, portanto, de eventos entrelaçados e que, de certo modo, estão considerados na nossa discussão, apesar de termos pormenorizado e inclinado foco sobre alguns específicos.

No que concerne à segunda ressalva, reforçamos que a garimpagem na Amazônia, inclusive de ouro, subsistia muito antes do recorte temporal analisado aqui (décadas de 1970 e 1980) e, provavelmente, continuará existindo como uma das inúmeras atividades na floresta. Convém recordar, dentre tantas outras, as atividades na área entre os rios Gurupi e Pindaré (Maranhão), cujos primeiros indícios datam do século XIX; a garimpagem nos rio Quinô e Cotingo (Roraima), desde a década de 1930; e o garimpo do Tapajós (Pará), iniciado nos anos 1950. Com esse apontamento, pretendemos deixar evidente, por exemplo, que o aumento do preço do ouro “por si só” não fez com que os garimpos auríferos surgissem “do nada”, ou seja, já existiam “núcleos” que representavam certa “concentração inicial da garimpagem amazônica” (PÓVOA NETO, 1998a, p. 276). Portanto, mesmo quando esse minério estava estabilizado em decorrência de sua ligação comercial com o dólar, variando dentro da média de US\$ 35/*troy ounce*, o ouro era garimpado (ainda que numa escala mais acanhada), assim como a cassiterita e o diamante (para citarmos mais dois exemplos).

Nesse sentido, conforme demonstrado, o que ocorreu, de fato, foi que tais eventos tratados nestas poucas páginas contribuíram, e muito, para a expansão (ou melhor, o *boom*) da atividade em todos os sentidos. Portanto, podemos argumentar que a postura dos governos militares, associada a outros eventos, estimulou, num ritmo tão acentuado quanto o das obras de infraestrutura técnica para integração, circulação e escoamento da região, o fluxo de milhares de brasileiros que se embrenharam na floresta motivados pelo sonho do bamburro, contribuindo assim para a expansão dos territórios da garimpagem na Amazônia. Apesar da criação das reservas exclusivas para desenvolvimento dessa atividade, as territorialidades dos garimpeiros permaneceram transgredindo tais limites, potencializando os impactos ambientais, os conflitos e as disputas territoriais pelo direito de exploração (conforme será abordado, mais detidamente, no próximo capítulo). Assim, as ações engendradas durante o

Curio surge como “exemplo raro de militarismo-populista e carismático bem-sucedido”, contribuindo não somente para a organização e autogestão da territorialidade garimpeira, mas, sobretudo, para o fortalecimento de uma elite local, a partir da economia oriunda da garimpagem.

regime militar visando estabelecer a presença do Estado e, principalmente, controlar a extração de ouro oriundo dos garimpos impactaram tanto na produção oficial do ouro quanto no contingente e na mobilidade de garimpeiros na Amazônia brasileira.

4.3 Os números das políticas adotadas pelo governo militar: a produção do ouro e a população de garimpeiros

Conforme dados fornecidos pelo DNPM, em pouco mais de dez anos, o quadro da produção oficial do ouro no Brasil abandonou a marca de 6,20t em 1970 e chegou a registrar 53,69t em meados dos 1983, representando um aumento de 765,97%. Vale chamar a atenção para o fato de que a produção proveniente das empresas de mineração apresentou uma curva de crescimento muito tímida nesse período, pois passou de 5,83t, em 1970, para 6,20t em 1983, ou seja, apenas 6,40%. Já a produção originária do trabalho nos garimpos, enquadrados no modelo imposto pelo governo brasileiro visando maior controle, aumentou 12.735,32% no mesmo período, pois contabilizou apenas 0,37t em 1970, ao passo que em 1983 saltou para 47,49t.

Tal crescimento acentuado e claramente perceptível no gráfico 3, resultante do encontro dos eventos supramencionados que contribuíram para as alterações das regras de in/out, das interações espaciais e da superfície-profundidade, modificou abruptamente o quadro percentual de contribuição de cada setor dentro do cálculo total da produção oficial. Logo, as empresas apresentaram enorme queda percentual na participação, pois em 1970 contribuíram com 94,03% e, em 1983, acumularam apenas 11,55%; ao passo que o ouro proveniente dos garimpos saltou de 5,97%, em 1970, para 88,45% em 1983.

Ao observarmos os números apresentados no quadro 6, é possível perceber que em 1971 ocorre um leve aumento da produção oficial dos garimpos (em 1970 registrou 0,37t, enquanto que em 1971 passou para 0,89t, ou seja, ascendeu 140,60%), seguido por outro aumento em 1973, contabilizando 1,24t. Cabe reforçar que tais aumentos são os primeiros impactos da alta no preço do ouro, pois, diante de tal estímulo, muitos garimpeiros migraram de outras modalidades de garimpagem para a extração aurífera e, também, de outras frentes de trabalho (sobretudo da agricultura).

GRÁFICO 3 – Produção oficial do ouro no Brasil, considerando a participação das empresas de mineração e dos garimpos (1966-1995).

Elaborado por Rafael da Silva Oliveira a partir de Miranda et al. (1997, p. 37).

ANO	EMPRESAS	GARIMPOS	TOTAL
1967	6,14	0,58	6,72
1968	6,07	0,16	6,23
1969	6,05	0,31	6,36
1970	5,83	0,37	6,20
1971	5,12	0,89	6,01
1972	6,34	0,85	7,19
1973	5,13	1,24	6,37
1974	4,76	1,10	5,86
1975	3,85	1,50	5,35
1976	3,72	1,20	4,92
1977	3,76	1,59	5,35
1978	4,01	5,35	9,36
1979	3,33	1,13	4,46
1980	4,09	9,66	13,75
1981	4,38	12,90	17,28
1982	4,62	20,90	25,52
1983	6,20	47,49	53,69
1984	6,65	30,56	37,21
1985	7,60	22,08	29,68
1986	9,35	14,78	24,13
1987	13,12	22,66	35,78
1988	22,16	34,29	56,45
1989	22,85	29,53	52,38
1990	30,10	71,81	101,91
1991	34,05	55,52	89,57
1992	39,04	46,82	85,86
1993	39,89	34,32	74,21
1994	40,19	30,35	70,54
1995	40,95	21,47	62,42

QUADRO 6 – Produção oficial do ouro, em toneladas (t), no Brasil e participação das empresas de mineração e dos garimpos (1966-1995).

Fonte: DNPM – Anuário Mineral Brasileiro (1976-1991); Sumário Mineral (1992-1996).

Nos cinco anos seguintes, entre 1973 e 1977, a produção manteve-se estável, apresentando média anual de 1,33t. Tal fato pode ser justificado, além dos descaminhos, pela impossibilidade de potencializar a extração, que ainda era muito rudimentar. Já em 1978, com o surgimento de novas áreas de garimpagem e, principalmente, com a introdução da mecanização, a produção oficial apresenta um aumento expressivo, anunciando a mudança do quadro do papel das territorialidades dos garimpeiros no setor: deixou a marca de 1,59t, obtida em 1977, para registrar 5,35t em 1978, perfazendo um aumento de 236,5%.

Curiosamente, mesmo sendo marcado como o ano em que o preço do ouro apresentou expressivo aumento, 1979 registrou uma abrupta queda na produção brasileira oficial, tanto das empresas (3,33t) quanto dos garimpos (1,13t). Alguns autores, como Salomão (1984) e Miranda et al. (1997), associam tal situação ao descaminho do ouro. No entanto, o paradoxo e a pouca explicação para o entendimento desse último ano da década de 1970 permanece, até porque em julho de 1979 ainda foi criada uma reserva garimpeira, de quase 19.000ha, no rio Madeira (RO) – conforme apresentado no quadro 5 –, o que, supostamente, deveria alavancar a arrecadação da produção oficial.

Entre 1980 e 1984 observa-se uma elevação ocasionada, principalmente, pelo advento da Serra Pelada, que propiciou, além da chegada de milhares de trabalhadores aos garimpos da Amazônia – decerto motivados pela ampla divulgação nos meios de comunicação –, a implantação de maior fiscalização e controle do comércio de ouro (SALOMÃO, 1984; CLEARY, 1990). Contudo, a partir de 1984, a produção brasileira oficial sofre queda, refletindo, especialmente, dois eventos: i) o Estado afrouxou o controle nos garimpos e fortaleceu as políticas direcionadas para a produção das grandes empresas de mineração, aumentando o descaminho do ouro; e ii) a baixa produção registrada em Serra Pelada após 1983. Em 1986, os garimpos contribuíram apenas com 14,78t, representando uma queda de 68,88% em relação a 1983 (47,49t). No sentido oposto, as empresas passam de 6,20t em 1983 para 9,35t em 1986, ou seja, uma ascendência de 50,81%. De todo modo, essa melhora não foi suficiente para conter a vertiginosa queda da produção oficial total de ouro, representando perda de 55,05% do valor total entre 1983 (53,69t) e 1986 (24,13t).

Já em 1987, com o governo brasileiro autorizando as instituições financeiras a realizarem aquisição do ouro diretamente dos garimpos e, também, com menor carga fiscal (MIRANDA et al., 1997), houve aumento substancial e a produção chegou a atingir mais de 100t em 1990 (101,91t), com participação dos garimpos de 71,81t no mesmo ano (70,47%).

Conforme demonstrado, a década de 1980 foi marcada pela expressiva participação da garimpagem na produção oficial do ouro, refletindo assim os emaranhamentos favoráveis entrelaçados pelas políticas ritmadas nesse período. Entre 1980 e 1992, a produção dos garimpos compôs a maioria percentual do valor total da produção aurífera registrada no país (QUADRO 6). Tal cenário se inverte na década de 1990, percebendo-se um declínio dos garimpos e um crescimento acentuado das empresas de mineração. A produção das empresas começa a apresentar crescimento significativo em 1987, quando atinge 13,12t, mantendo a curva de crescimento durante todo o restante do período analisado e chegando a registrar produção de 40,95t em 1995. Já os garimpos, após alcançarem o ápice em 1990 (71,81t), vivenciam vertiginosa queda em decorrência das mudanças abordadas no próximo capítulo, chegando a 21,47t no último ano listado no quadro 6. Tais movimentos, de ascendência das empresas e queda dos garimpos, conforme representados no gráfico 3, ocasionam, a partir de 1993, uma mudança na lógica de participação que predominou por 13 anos (1980-1992): o garimpo deixa de representar a maioria da produção oficial de ouro contabilizada pelo Estado.

Tendo em vista sua excepcionalidade, vale enfatizar que, nos primeiros anos da década de 1980, o ouro extraído em Serra Pelada contribuiu com significativa parcela para a produção oficial de ouro oriunda dos garimpos. O auge desse protagonismo ocorre em 1983, quando registra 13,95t, representando 29,37% da participação do garimpo na produção oficial do referido ano. Ainda, nos dez primeiros anos (de 1980 até 1990), a produção oficial de ouro na Serra Pelada atingiu pouco mais de 42t, sendo que, já na transição entre os anos de 1987 e 1988, a produção começa a declinar por conta da intensa extração (GRÁFICO 4), levando assim à “exaustão das reservas superficiais onde o ouro encontra-se geralmente enriquecido e com granulação grosseira permitindo sua extração por métodos rudimentares” (PORTO; PALERMO; PIRES, 2002, p. 3). Desse modo, além do desestímulo ocasionado pela queda da produção, as incertezas sobre a permanência dessa área de garimpagem, os vários acidentes ocorridos e a constante interrupção da atividade por conta das chuvas (BARDI, 1988) motivaram a mobilidade de grande parte dos garimpeiros que trabalhavam em Serra Pelada para outras regiões da Amazônia brasileira (VEIGA; SILVA; HINTON, 2002).

GRÁFICO 4 – Produção oficial do ouro em Serra Pelada (1980-1990).
Elaborado por Rafael da Silva Oliveira a partir de Mathis (1995b, p. 13).

Vale mencionar que apresentamos, até o momento, somente dados referentes à produção oficial para entendermos os impactos atrelados aos eventos analisados até aqui. Contudo, não podemos deixar de falar do intenso descaminho do ouro, e os dados do DNPM contribuem para percebermos a oscilação da margem entre o registrado e o estimado ao longo dos anos. Os cálculos acerca da produção estimada, proveniente dos garimpos, também expõem informações que sinalizam não somente para esse descaminho, ou, então, para as consequências dos significados e perspectivas da época sobre o garimpeiro ou sobre a Amazônia como o Eldorado, amplamente difundido pelos meios de comunicação na época, mas também nos mostram áreas de garimpagem protagonistas que extrapolavam a fiscalização e o controle exercido pelo Estado, sobretudo a partir de 1984, com a diminuição da produção em Serra Pelada e uma intensa mobilidade para outros garimpos localizados na Amazônia brasileira.

Ao considerarmos como recorte os anos 1980, marcados por expressiva participação dos garimpos na produção oficial do ouro, é possível perceber que entre 1980 e 1983 ocorre a menor discrepância entre o quantitativo oficial e o estimado: o descaminho do ouro nesse período alcançou cerca de 93,85t, representando 50,78% da produção total estimada (184,80t) (GRÁFICO 5). Apesar de os anos de maior rigor no controle e fiscalização apresentarem altos índices de descaminho, o cenário dos anos seguintes é ainda mais acentuado. Conforme o gráfico 5, a partir de 1984 o descaminho dispara: ao considerarmos os quatro anos seguintes,

1984 a 1987, um cálculo aproximado aponta que 213,32t de ouro não foram registradas, ou seja, houve descaminho de cerca de 70,31% em relação ao total estimado de 303,40t. Esse período coincide com os novos redirecionamentos das mobilidades de garimpeiros na Amazônia brasileira, em especial a partir do abandono de significativa parcela desses trabalhadores da Serra Pelada para buscar novas lavras que estavam sendo motivadas pela fofoca do ouro e abertas em locais onde a fiscalização e o controle não se faziam presentes. Logo se criaram novas frentes de extração com grandes descobertas de ocorrência de ouro em outros locais, sobretudo em Roraima, mobilizando inúmeros garimpeiros em direção a esse novo Eldorado durante o período considerado como o auge da produção do ouro em terras roraimenses (BARROS, 1995; SANTOS RODRIGUES, 1996).

GRÁFICO 5 – Produção oficial e produção estimada do ouro no Brasil proveniente dos garimpos (1980-1989), segundo dados do DNPM.

Fonte produção oficial: DNPM – Anuário Mineral Brasileiro (1981-1991); fonte produção estimada: DNPM (apud RODRIGUES et al., 1994, p. 59).

Elaborado por Rafael da Silva Oliveira em dezembro de 2012.

Ainda analisando os dados disponibilizados pelo DNPM, entre 1980 e 1989, a produção estimada da Amazônia acumulou 640,05t (94,53%), enquanto que o ouro proveniente de outros garimpos brasileiros registrou apenas 37,03t (5,47%). Ao observarmos o gráfico 6, vemos que, somente no ano de 1988, os garimpos localizados na Hileia brasileira produziram 2,5 vezes mais do que o total estimado entre 1980-1989 nos demais campos de garimpagem.

GRÁFICO 6 – Produção estimada do ouro, em toneladas (t), no Brasil proveniente dos garimpos (1980-1989), segundo dados do DNPM.

Fonte: DNPM (apud RODRIGUES et al., 1994, p. 59).

Elaborado por Rafael da Silva Oliveira em dezembro de 2012.

Mesmo espalhadas pela floresta, podemos apontar algumas áreas na Amazônia que ganharam certa notoriedade pela produção dos garimpos de ouro (MAPA 4). Dentre elas, as localizadas no Tapajós-Parauari, no sudeste do Pará (especialmente em Serra Pelada e Cumaru) e no norte do Mato Grosso (notadamente em Alta Floresta e Peixoto de Azevedo) se destacam por concentrar grande parte da produção da região (QUADRO 7). Do total estimado proveniente dos garimpos da Amazônia, entre 1980 e 1989 (640,05t), somente os três mencionados contribuíram com 485,40t, ou seja, 75,84%¹⁶⁴. No final dessa década, o aumento da garimpagem e, conseqüentemente, da produção no rio Madeira e em Roraima contribuíram para que ambas, juntamente com as já destacadas, passassem a desempenhar protagonismo tanto no que concernia às territorialidades dos garimpeiros quanto com relação à atenção nacional e internacional sobre a atividade.

¹⁶⁴ Do referido total estimado (485,40t), o Tapajós-Parauari contribuiu com 225,65t (46,49%), o sudeste do Pará com 165,35t (34,06%), e o norte do Mato Grosso com 94,40t (19,45%).

MAPA 4 – Principais áreas da corrida do ouro na Amazônia brasileira (1970-1980).

Base cartográfica: Portal Brasileiro de Dados Abertos (dados.gov.br).

Elaborado por Rafael da Silva Oliveira em março de 2012.

	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
Tapajós-Parauari	12,00	16,70	20,60	25,50	17,00	16,70	20,30	28,20	35,20	33,45
Sudeste do Pará	9,80	10,50	16,85	20,75	16,20	23,45	32,80	17,65	10,15	7,20
Norte do Mato Grosso	0,45	0,95	4,35	9,40	11,85	14,80	14,35	16,65	11,35	10,25
Rondonia-Rio Madeira	1,65	0,45	7,05	3,25	3,45	4,35	2,30	13,40	16,90	11,85
Roraima	0,15	0,25	0,55	0,90	0,75	0,55	1,05	1,55	10,15	9,15
Amapá	0,10	0,15	0,25	0,80	1,30	2,05	5,35	1,85	3,80	2,85
Gurupi	0,20	0,25	0,30	0,35	1,80	1,85	0,70	0,85	0,30	0,25
Tocantins	0,10	0,20	0,15	0,25	0,75	1,05	0,35	0,25	0,85	0,45
Cuiabá-Poconé	0,15	0,25	2,05	2,05	4,20	2,10	1,05	0,80	2,05	1,95
Outros	0,90	0,95	1,55	2,25	1,35	2,20	2,35	2,05	2,75	2,10
TOTAL	25,50	30,65	53,70	65,50	58,65	69,10	80,70	83,25	93,50	79,50

QUADRO 7 – Produção estimada do ouro, em toneladas (t), proveniente dos garimpos da Amazônia (1980-1989), segundo dados do DNPM.

Fonte: DNPM (apud RODRIGUES et al., 1994, p. 60).

Tais mudanças nas estimativas do volume de ouro produzido, como as ocorridas em Roraima, que aumentou 555% de 1987 (1,55t) para 1988 (10,15t), devem-se em parte às mobilidades estimuladas pelas ações do governo brasileiro associadas às fofocas de novas áreas de garimpagem. Assim posto, faz-se pertinente observar os dados referentes à população

de garimpeiros, em particular sua mobilidade, ao longo dos anos em tela. Não há dúvida de que mensurar com precisão o contingente envolvido na garimpagem é tarefa por demais difícil (quicá impossível), podendo redundar em números subestimados ou, até mesmo, exageros. Todavia, o DNPM empenhou esforços para realizar um levantamento aproximado do contingente de garimpeiros que, de certa forma, contribuiu para consubstanciar nossas reflexões e entendimento acerca da atividade durante a década analisada.

No gráfico 7 é demonstrado o predomínio do quantitativo de trabalhadores na garimpagem do ouro na Amazônia em relação às demais áreas do país. Entre 1980 (90.000) e 1983 (240.000) ocorreu um aumento de 166,70%, ao passo que o somatório das demais, em meio a oscilações entre crescimento e queda, fechou o mesmo período com ampliação de somente 21,62% – de 22.200, em 1980, para 27.000 em 1983. Logo, em decorrência do quadro, podemos argumentar que, apesar da existência das intensas mobilidades de garimpeiros entre as diferentes áreas de garimpagem, grande parte desse contingente em direção à Amazônia era constituída de trabalhadores de outras regiões sem experiência anterior com a atividade, motivados pela possibilidade de melhoria de vida, que aprenderam o ofício e se tornaram garimpeiros nessa época. Tal contexto sofre alteração somente na transição entre os anos de 1989 e 1990, quando a atividade no país percebe abrupta queda.

GRÁFICO 7 – Estimativa do número de garimpeiros no Brasil (1980-1990), segundo dados do DNPM.

Fonte: DNPM (apud RODRIGUES et al., 1994, p. 62).

Elaborado por Rafael da Silva Oliveira em dezembro de 2012.

É importante observar que os números apresentados correspondem somente aos trabalhadores envolvidos diretamente na lida da garimpagem (lavra e beneficiamento) e aos donos de par de máquinas, excluindo parte significativa envolvida nos territórios-rede atrelados à territorialidade garimpeira: trabalhadoras sexuais, mecânicos, marreteiros¹⁶⁵, comerciantes, familiares dependentes, dentre outros. Diversos autores argumentam que, ao considerarmos as pessoas envolvidas e dependentes direta e indiretamente das territorialidades dos garimpeiros, tais números assumem proporções muito maiores. Em meio às argumentações acerca dessa discussão, Rodrigues et al. (1994) chamam a atenção para tal fato, alegando que, se forem levados em conta, por exemplo, 30% de pessoas vinculadas às atividades desenvolvidas pelos garimpeiros (mecânicos, trabalhadoras sexuais, comerciantes e outros) e, também, mais quatro dependentes por trabalhador envolvido, poderíamos chegar, aproximadamente, à cifra de 2.700.000 pessoas atreladas, de alguma maneira, à territorialidade garimpeira dentro do Brasil em 1989. Vale enfatizar que, para além da credibilidade ou não desse cálculo, os autores em comento apontam para uma realidade muito mais complexa do que as estimativas que consideram apenas os garimpeiros. Logo, mesmo sendo estimados, tais números nos ajudam a pensar a dimensão dos impactos dos eventos nos territórios e territorialidades, em particular as alterações das regras de in/out, os direcionamentos das mobilidades, os significados e perspectivas engendradas pelos diferentes agentes envolvidos nessa época.

Ao voltarmos a atenção aos dados elaborados e estimados pelo DNPM especificamente sobre o contingente de garimpeiros na Amazônia, percebemos uma incontestável concentração e importância do Tapajós-Parauari. Durante todo o recorte temporal analisado, essa área de garimpo esteve como a principal considerando-se a presença de garimpeiros no país, dividindo a atenção por alguns anos com o sudeste do Pará – em decorrência do surgimento de Serra Pelada (QUADRO 8). De certa forma, a estimativa do número de trabalhadores reforça os cálculos da produção estimada pelo DNPM. Além das áreas citadas, em meados da década de 1980, o norte do Mato Grosso apresentou acentuado crescimento, chegando a superar o sudeste do Pará entre 1985 e 1989, momento que coincide com a queda da produção de Serra Pelada. Ainda, Rondônia-rio Madeira e Gurupi passam a assumir importância e a polarizar fluxos da garimpagem a partir de 1983, momento em que aumentam os números de garimpos e corrutelas em suas áreas de influência.

¹⁶⁵ Comerciantes ambulantes, em sua maioria mulheres, que trabalham vendendo mercadorias (principalmente roupas, revistas e eletrônicos) nos garimpos.

	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990
Tapajós-Parauari	40.000	40.000	55.000	80.000	80.000	90.000	95.000	100.000	110.000	130.000	95.000
Sudeste do Pará	26.000	28.000	48.000	80.000	70.000	50.000	50.000	40.000	47.000	55.000	31.000
Norte do Mato Grosso	7.000	8.000	10.500	34.000	53.000	55.500	54.000	60.500	77.500	77.500	29.400
Rondônia-Rio Madeira	4.900	5.500	8.000	12.700	9.400	11.000	16.500	14.000	20.000	20.000	15.800
Roraima	1.300	1.500	3.000	1.500	1.600	1.500	2.000	1.500	35.000	13.650	10.500
Amapá	500	600	3.000	1.500	1.600	5.000	4.000	5.000	9.000	10.000	14.700
Gurupi	1.600	2.100	2.500	15.000	23.000	37.000	25.000	22.000	15.000	13.000	6.500
Tocantins	1.500	1.600	2.500	3.000	5.000	5.500	5.200	6.000	6.500	7.000	6.400
Cuiabá-Poconé	4.000	4.000	5.500	6.000	5.500	4.500	4.000	4.500	4.500	6.000	3.600
Outros	3.200	3.700	4.000	4.000	12.500	13.000	14.300	21.500	27.500	17.850	5.100
TOTAL	90.000	95.000	142.000	240.000	264.000	273.000	270.000	275.000	340.000	350.000	218.000

QUADRO 8 – Estimativa do número de garimpeiros na Amazônia a partir das principais áreas de garimpagem (1980-1990), segundo dados do DNPM.

Fonte: DNPM (apud RODRIGUES et al., 1994, p. 62-63).

Dentre as áreas com presença de garimpos apresentadas no quadro 8, cumpre chamar a atenção para Roraima, especialmente nos últimos anos do recorte apresentado. A descoberta de novas ocorrências de ouro no referido estado estimulou intenso fluxo de garimpeiros especialmente a partir dos anos de 1987 e 1988, quando seu contingente estimado saltou de 1.500 para 35.000, representando um aumento de aproximadamente 2.234% e refletindo na produção do ouro, conforme mencionado anteriormente (QUADRO 8). Tal situação, ainda que em menor proporção, também ocorreu no Amapá.

Diante do exposto, convém salientar, como será demonstrado no próximo capítulo, que esses emaranhamentos favoráveis, cujos entrelaçamentos estão associados aos diversos eventos provenientes de diferentes níveis e escalas e, também, as políticas estruturadas para atendimento dos interesses imediatos de sucessivos governos, não induziram somente as territorialidades dos garimpeiros e o aumento da produção do ouro, mas, sobretudo, potencializaram problemas e conflitos já existentes (em quantidade, dimensão e importância), criando, ainda, novas problemáticas.

Capítulo 5

Das consequências às novas práticas: os garimpeiros como problema

No capítulo anterior, demonstramos como uma série de eventos contribuiu para estimular a corrida do ouro na Amazônia. As mudanças técnicas da garimpagem, as crises na economia mundial que se seguiram, a descoberta de grande ocorrência aurífera em Serra Pelada, a política de Estado de integração da Amazônia e os incentivos para a prospecção mineral ofereceram inúmeros elementos que, ao se entrelaçarem, impactaram no território, alterando regras, interações e significados. Tal contextura contribuiu para a constituição de emaranhamentos favoráveis à expansão das territorialidades dos garimpeiros, aumentando substancialmente a produção de ouro do país e o contingente desses trabalhadores na floresta Amazônica. Mesmo contribuindo, por certo período, para a contenção de parte da crise econômica vivida pelo país, o incentivo indiscriminado e sem um planejamento adequado da garimpagem em pouco tempo se revelou um grande problema para o país – tornando ainda mais acentuadas as pressões internacionais do ambientalismo, sobretudo na transição entre os anos 1980 e 1990.

Diante desse quadro, neste capítulo faremos uma análise das consequências do aumento da garimpagem do ouro na Amazônia brasileira e, também, alguns outros eventos que contribuíram para a mudança nas políticas adotadas pelo governo brasileiro frente aos garimpos e garimpeiros. A emergência de novos eventos influenciou decisivamente nas alterações dos componentes estruturais dos territórios (regras, significados e interações), impactando nas territorialidades dos garimpeiros e nos emaranhamentos em que estavam

implicados. Tais práticas redesenharam a multiterritorialidade desses trabalhadores, criando, por um lado, impedimentos e constrangimentos, mas, por outro, abrindo novas geografias (im)possíveis. Assim, as territorialidades dos garimpeiros vivenciaram intenso processo de des-re-territorialização, marcado por novas possibilidades de direcionamentos dessas mobilidades e, sobretudo, novas configurações em seu contexto multiterritorial. Para dar conta dessa complexa realidade, iniciamos a discussão com um breve panorama dos principais problemas atrelados ao aumento tanto da produção de ouro nos garimpos quanto do contingente desses trabalhadores na floresta.

5.1 Aumentam os números... e os problemas! Um panorama dos conflitos envolvendo as territorialidades dos garimpeiros

De certa forma, os problemas tratados aqui existem desde o início da chamada fase moderna da garimpagem na Amazônia. Contudo, nos últimos anos da década de 1980, tornaram-se maiores em consequência da explosão das territorialidades direcionadas para essa atividade e, também, mais evidentes por conta da maior repercussão e atenção dada pelos meios de comunicação. Tal situação conflituosa deve-se, em especial, às práticas transterritoriais que ocasionaram a superposição de diferentes territorialidades com planos distintos. Nessa época, a grande maioria das áreas de garimpo na Amazônia brasileira era marcada por uma condição multiterritorial cujos distintos agentes conviviam na mesma extensão territorial e sistema de fixos, mas com diferentes regras e significados que se entrelaçavam nos emaranhamentos constitutivos desses complexos territórios.

Nesse sentido, além dos problemas ambientais inerentes à garimpagem praticada sem os cuidados necessários (por exemplo, a contaminação pelo uso indevido do mercúrio), emergiram conflitos principalmente em decorrência da superposição com outras territorialidades que possuíam interesses, dinâmicas, perspectivas e forças diferentes. Não é demais enfatizar que, apesar de a criação das reservas exclusivas para garimpagem ter sido baseada no discurso de “evitar conflitos” (ver QUADRO 5, p. 171), tal normativa acentuou a febre da corrida pelo ouro, transgredindo assim os limites estabelecidos pelo Estado. Garimpeiros passaram a ocupar outras áreas para além desses limites circunscritos, atingindo assim inúmeros pontos da faixa de fronteira, como também territórios indígenas e áreas da mineração em grande escala. Desse modo, podemos apontar quatro contextos conflituos envolvendo as territorialidades dos garimpeiros com: i) a degradação ambiental; ii) o

“aquecimento” nas fronteiras; iii) as empresas de mineração; e iv) os indígenas (principalmente Yanomami).

A degradação ambiental, entre o final dos anos 1970 e por toda a década de 1980, foi muito acelerada tanto por conta da mecanização, sendo esta a técnica predominantemente empregada desde então, quanto pelo abrupto aumento de garimpeiros dispostos a trabalhar nos garimpos espalhados na floresta. Sobre a primeira, ao basearem afirmação em pesquisas realizadas no Tapajós e em outras regiões nos estados do Pará e do Amapá, Mathis, Brito e Brüseke (1997, p. 100) afirmam que

(...) usando máquinas, os garimpeiros conseguiram agora lavar 7,5 vezes mais material do que antes trabalhando manualmente. A quantidade de material que um trabalhador é capaz de lavar durante um dia saltou de 1,76m³ na garimpagem manual para 13,22m³ (par de máquina) e pode atingir 250m³ nas dragas. Ao mesmo tempo o tamanho médio de um barranco trabalhado por equipe aumentou de 146m³ para 1.176m³, sobretudo devido a maior profundidade.

Além do desmatamento ocasionado pela derrubada de árvores para a abertura de áreas para realizar a atividade, sem dúvidas precisamos incluir também outros impactos ambientais causados pela garimpagem; aí vale agregar a contaminação por conta do uso indevido do mercúrio e o assoreamento dos rios.

Entre o final dos anos 1980 e meados de 1990, foram realizados muitos estudos sobre os problemas ambientais ocasionados pela garimpagem, cuja maioria concentra discussão sobre os danos causados pelo mercúrio¹⁶⁶. De modo geral, as pesquisas apontam que o principal problema atrelado ao uso desse elemento químico é fruto do desconhecimento de grande parte dos garimpeiros acerca da manipulação adequada para realização das etapas de apuração do ouro e queima do amálgama (LACERDA; SALOMONS, 1992). O que frequentemente acontece é que sua queima em frigideiras ao ar livre provoca a emissão direta do mercúrio para a atmosfera e, em seguida, o retorno para o ambiente terrestre, sobretudo por meio da chuva (VEIGA et al., 1991; PEREIRA FILHO, 1995; PORVARI, 1995). Alguns autores consideram que o fator de emissão médio para o garimpo é de 1:1,32, ou seja, para cada 1 kg de ouro perde-se para o ambiente 1,32 kg de mercúrio (LACERDA et al., 1989;

¹⁶⁶ Ver, dentre outras, as contribuições de Pfeiffer e Lacerda (1988); Couto, Câmara e Sabroza (1988); Barros (1988); Pfeiffer et al. (1989); Lacerda et al. (1989); Malm et al. (1990); Pfeiffer et al. (1991); Veiga et al. (1991); Lacerda e Salomons (1992); Farid et al. (1992); Malm (1993); Silva (1993); Guimarães, Silva e Dutra (1994); Rodrigues et al. (1994); Leino e Lodenius (1995); Porvari (1995); Akagi et al. (1995); Pereira Filho (1995); Silva et al. (1996); Câmara et al. (1997); Rodrigues Filho e Maddock (1997); Lacerda e Marins (1997); Melamed et al. (1997); Bôas (1997); Pedlowski et al. (1997).

PFEIFFER et al., 1989; LACERDA; SALOMONS, 1992), sendo que 45% são lançados nos sistemas fluviais e 55% na atmosfera (PFEIFFER; LACERDA, 1988; AKAGI et al., 1995). Ao acompanharmos esse cálculo, podemos aferir, com base nas estimativas do DNPM (ver QUADRO 7, p. 181), que entre os anos de 1980 e 1989 as descargas de mercúrio ao ambiente atreladas a essa atividade na Amazônia foram de, aproximadamente, 844,87 toneladas – representando média anual de 84,49t.

A consequência dessa emissão desenfreada é a contaminação do solo, dos rios e, inclusive, a absorção pelo organismo de seres vivos (MELAMED et al., 1997; MATHIS; BRITO; BRÜSEKE, 1997). Dessa maneira, além da inalação do mercúrio, a contaminação humana pode acontecer indiretamente, através do consumo de alimentos contaminados, sobretudo peixes. Ainda cabe considerar que, durante a queima, os garimpeiros inspiram parte do vapor de mercúrio, acarretando inúmeras complicações na saúde (MALM, 1993). Silva et al. (1996) chamam a atenção para o fato de que essa contaminação não acontece somente na floresta, durante a queima no próprio garimpo, pois a emissão de mercúrio no ambiente e sua inalação também decorre dos procedimentos de queima realizados em compras de ouro nas áreas urbanas.

Ao contrário da ampla discussão e dos estudos empíricos sobre o uso do mercúrio nos garimpos, o tema atrelado ao assoreamento dos rios, em decorrência da ação predatória no seu leito e nas margens, recebeu pouca atenção dos pesquisadores nesse mesmo período. Contudo, como afirma Barbosa (1991, p. 233), “do ponto de vista exclusivamente técnico e ambiental, o assoreamento é, talvez, um vilão tão grande quanto o mercúrio”. Ao analisar os metais pesados nas sub-bacias hidrográficas de Poconé e Alta Floresta, Pereira Filho (1995) destaca a aceleração do processo de assoreamento decorrente das atividades do garimpo de ouro nessas áreas, sendo constatadas “alterações inclusive de seus cursos naturais, provocadas pela ausência de medidas de controle na emissão de rejeitos sólidos”. No mesmo estudo, o autor verificou também o grau elevado de ressuspensão dos sedimentos de fundo por conta do uso de dragas escariantes (que, dentre os métodos de extração, é o que acarreta maior dano ambiental).

Esse aumento do material suspenso na água dos rios, ocasionado pelo revolvimento dos sedimentos, sem dúvidas modifica suas qualidades físicas e químicas, podendo causar uma série de problemas ambientais que afetam, dentre outros, diretamente a economia pesqueira (KITAMURA, 1994). Vale acrescentar que grande parte da atividade dos garimpos é praticada nas nascentes e nos afluentes dos rios – ecossistemas que contribuem para a

reprodução de inúmeras espécies aquáticas e que acabam por ser alterados –, gerando transtornos e desequilíbrios para além das áreas de garimpagem (MATHIS; BRITO; BRÜSEKE, 1997).

Para finalizar esse breve panorama, registramos também o grande número de combustível queimado e despejado na floresta durante o uso das máquinas. Mathis, Brito e Brüseke (1997) calculam que, para cada grama de ouro extraído, sejam necessários dois litros de óleo diesel, e que, provavelmente, 1% desse combustível é derramado durante o reabastecimento. Isso sem falarmos no uso indevido de sabão em pó nos barrancos¹⁶⁷ e nos resíduos sólidos produzidos, altamente prejudiciais ao meio ambiente.

Já o “aquecimento” nas fronteiras decorre da intensa presença de garimpeiros atuando nos limites nacionais. O aumento do número de garimpeiros nos estados do Amapá, de Roraima e no norte do Pará, especialmente no final dos anos 1980, contribuiu para que estes se embrenhassem pela floresta amazônica em busca de novas áreas de garimpagem próximas à fronteira brasileira com outros países. Uma significativa parte dos limites de tais estados figurava entre os trechos mais aquecidos da faixa de fronteira brasileira na Amazônia, sobretudo em decorrência da sobreposição de territorialidades coexistindo com planos e interesses diferentes (MAPA 5). Vale agregar que o Projeto Calha Norte é criado nesse contexto, no ano de 1985, tendo como principal discurso o fortalecimento da presença nacional na fronteira. Nesse sentido, dentre os principais objetivos figuravam o estabelecimento da “presença efetiva no terreno de tropas militares em associação com um plano de povoamento e construção de estradas” (MACHADO, 2000, p. 19), a ampliação das relações bilaterais e a promoção do apoio aos grupos indígenas.

¹⁶⁷ Sobre esse assunto, Mathis, Brito e Brüseke (1997, p. 105) informam que “o óleo diesel que é derramado no barranco forma uma camada fina sobre as partículas de ouro e impede assim a reação deste com o mercúrio; para solucionar este problema os garimpeiros jogam sabão em pó sobre os barrancos. O sabão tem a função de destruir as gorduras contidas no óleo diesel e de facilitar desta maneira a amalgamação do ouro”. Os dados acerca dessa prática variam entre 12 e 20 gramas de sabão em pó para cada grama de ouro produzido.

MAPA 5 – Aquecimento nas fronteiras envolvendo as territorialidades dos garimpeiros (1984-1992).

Base cartográfica: Portal Brasileiro de Dados Abertos (dados.gov.br).

Elaborado por Rafael da Silva Oliveira em fevereiro de 2013.

Estamos querendo dizer com isso que essas fronteiras ficaram mais turbulentas desde meados dos anos 1980, exatamente para não desconsiderarmos o fato de que problemáticas envolvendo garimpeiros já ocorriam antes; por exemplo, as tradicionais áreas de garimpagem diamantífera e aurífera em Roraima (mencionadas no capítulo 4) estão, em sua maioria, encrustadas em áreas limítrofes tanto com a Venezuela quanto com a Guiana. Historicamente, ou seja, décadas antes, garimpeiros já transitavam entre tais países em busca de áreas para

desenvolver suas atividades, desconsiderando os limites nacionais. Contudo, conforme o *modelo Serra Pelada* foi declinando, alguns trechos da fronteira nacional passaram a despertar atenção e atrair um enorme contingente de trabalhadores¹⁶⁸ (sobretudo onde atualmente está fixada a Terra Indígena Yanomami (TIY), regularizada em 1992). Para ilustrar essa ponderação, cumpre recordar que no início de 1980 a Venezuela deportou, via Roraima, 169 garimpeiros. Na mesma época, o governo venezuelano demitiu dois cônsules em Boa Vista, por conta dos escândalos que ficaram conhecidos como a “indústria do *permiso*”¹⁶⁹, iniciados muitos anos antes (COSTA, 1980).

Faz-se mister salientar que as diferentes regras, interações e superfície-profundidade se entrelaçam de modo diferente nos territórios e, conseqüentemente, constituem distintos emaranhamentos. Portanto, cada trecho da fronteira detém seus próprios contextos e especificidades. Assim, ao contrário da área transfronteira com a Guiana e a Venezuela, onde as mobilidades estavam desde antes dos anos 1980 mais associadas à garimpagem, no caso da Guiana Francesa, por exemplo, a migração de trabalhadores estava mais atrelada com o setor de construção civil (AROUCK, 2002; PINTO, 2008; SOUZA, 2010).

Mesmo representando um pequeno contingente proporcional, pois até os primeiros anos da década de 1990 a expressiva maioria dos garimpeiros estava trabalhando dentro do território nacional, tais mobilidades transfronteiriças já despertavam a atenção de alguns países. Desse modo, em meio à multiterritorialidade, garimpeiros desenvolvem complexas transterritorialidades, tanto sucessivas quanto simultâneas, ocasionando novas e complexas territorialidades ao longo da fronteira nacional amazônica. Conforme pode ser observado no mapa 5, ao considerarmos os eventos ocorridos entre o início do declínio de Serra Pelada (1984) e a regularização da TIY (1992), destacamos sete trechos da fronteira que envolvem garimpeiros e podem ser entendidos a partir de quatro entrecruzamentos de contextos.

O primeiro, destacado em vermelho, ao noroeste de Roraima e em parte do extremo norte do Amazonas, na fronteira com a Venezuela, representava o mais aquecido da fronteira

¹⁶⁸ Nessa época, é preciso ter em mente que, além do contingente de garimpeiros que viviam entre as lavras abertas em Roraima, mencionados no capítulo anterior (ver QUADRO 8, p. 184), tais territorialidades estimularam a atração e o aumento do quantitativo atrelado à territorialidade garimpeira – refletindo no acelerado crescimento populacional na capital. Em artigo publicado anteriormente, verificamos que, entre 1987 e 1990, se registrou o maior fluxo migratório para Boa Vista. Assim sendo, “estimulado pela busca do ouro nos garimpos de Roraima, a população quase dobrou o número de habitantes – de 72.758 em 1987 para 115.247 em 1990, segundo os dados do IBGE/RR. O crescimento em comento vai suscitar o surgimento de diversos bairros, notadamente ausentes de infra-estrutura mínima para sua existência” (OLIVEIRA, 2008b, p. 98).

¹⁶⁹ Tratava-se de um esquema de venda de *permiso*, desde meados da década de 1970, para garimpeiros interessados em entrar na Venezuela, envolvendo funcionários consulares da Venezuela em Boa Vista e da División de Extranjería, em Santa Elena de Uairén. Ao abordar o assunto, Costa (1980, p. 77) esclarece que um *permiso* permitia “a um estrangeiro entrar no país e lá permanecer por um determinado período. Em geral trinta dias. De posse do *permiso*, o migrante ia para os garimpos e lá ficava, em situação ilegal, por anos a fio”.

amazônica envolvendo a garimpagem. Essa área, tradicionalmente ocupada pelos Yanomami, se encontrava repleta de garimpeiros e empresas de mineração que pesquisavam e exploravam as riquezas do subsolo, notadamente ouro e cassiterita. Além desses três agentes mencionados, entre 1985 e 1992, convém incluir, dentre outros, a Fundação Nacional do Índio (Funai), organizações não governamentais, grupos políticos, o Exército brasileiro, a Polícia Federal do Brasil, a Guarda Nacional da Venezuela e a Força Aérea venezuelana¹⁷⁰. Assim, nesse recorte temporal, ocorreram inúmeros conflitos seguidos de mortes, prisões, deportações e operações militares e policiais envolvendo os três mencionados, a Funai e, circunstancialmente, um ou mais dos outros citados. Dentre os casos mais destacados, vale recordar os diversos conflitos armados entre garimpeiros e yanomamis, com registros de mortes dos dois lados, que repercutiram não somente no Brasil, mas também na imprensa internacional. Além das inúmeras deportações de garimpeiros, ocorreram vários incidentes com a Venezuela, como quando um avião brasileiro que transportava garimpeiros foi abatido pela Força Aérea venezuelana, em janeiro de 1992, gerando tensão diplomática entre os dois países (LEONARDI, 2000). Enfim, trata-se de uma área transfronteiriça marcada pela coexistência de territorialidades superpostas, onde as intensas mobilidades de garimpeiros entre os territórios do Brasil e da Venezuela tornam essa geografia ainda mais complexa.

Na fronteira com a Colômbia, no Alto Rio Negro, existem outros agentes que inserem diferentes fios nos emaranhamentos, atribuindo assim características singulares em comparação com os demais trechos destacados no mapa 5. Desde meados dos anos 1980, garimpeiros e empresas de mineração realizam pesquisa e exploração, sendo em número muito reduzido sobretudo em consequência dos problemas na fronteira envolvendo grupos paramilitares da Colômbia (FEIJÃO; PINTO, 1992). Ainda, os índios (principalmente os baniwas) possuíam relação com a garimpagem – foram eles que encontraram as principais ocorrências de ouro (no rio Içana) nessa área transfronteiriça. Nas áreas onde estão ricas jazidas de ouro (na Serra Traíra) ocorreram violentos conflitos entre indígenas (Baniwa e Tukano) e garimpeiros e entre garimpeiros e empresas de mineração (Gold Amazon e Paranapanema) (WRIGHT, 1986, 2005). Contudo, o conflito que teve maior repercussão na imprensa nacional e internacional nesse trecho da fronteira envolveu diretamente o Exército brasileiro e as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc), culminando, em 1991, na execução da chamada Operação Traíra (VEJA, mar. 1991; MONTEIRO, 2007; FRANCHI; BURSZTYN; DRUMMOND, 2011). Para finalizar, informamos que não foram encontrados

¹⁷⁰ Atualmente são denominadas, respectivamente, como Guarda Nacional Bolivariana e Aviação Militar Nacional Bolivariana. Ambas fazem parte da Força Armada Nacional Bolivariana.

registros de deportação da Colômbia envolvendo garimpeiros que trabalhavam nesse trecho da fronteira.

Em Rondônia, destacamos outro trecho da fronteira amazônica que possui relevantes singularidades envolvendo garimpeiros. Através do rio Madeira e entre as cidades de Guajará-Mirim (Brasil) e Guayaramerín (Bolívia), muitos garimpeiros começam a ampliar o raio de atuação da atividade, com a abertura de novas frentes de garimpagem na Bolívia, especialmente no Departamento de Pando. Nesse estado também ocorreram muitos conflitos entre os trabalhadores dessa atividade e os indígenas, que viram suas terras serem rapidamente ocupadas pela garimpagem. Durante os anos 1980, era rotineiro encontrar noticiários registrando conflitos seguidos de mortes entre garimpeiros e índios, sobretudo os Uru-eu-wau-wau (LEONEL JÚNIOR, 1986; CEDI, 1986).

No terceiro trecho, considerado como de poucos conflitos, travessias transfronteiriças a partir de alguma cidade e muitos casos de deportação, destacamos as fronteiras entre as cidades de Pacaraima↔Santa Elena de Uairén e Oiapoque↔Saint-Georges-de-l'Oyapock. Na fronteira Brasil↔Venezuela, a partir de Pacaraima, muitos garimpeiros procuram estabelecer estratégias visando contornar a fiscalização da Guarda Nacional, com o intuito de alcançar os garimpos venezuelanos. Já na fronteira Brasil↔França, alguns garimpeiros partem de catraia¹⁷¹ desde Oiapoque, tentando não serem presos pela Gendarmerie, para chegarem às novas frentes de garimpagem da Guiana Francesa e Suriname. Entre 1985 e 1993, tanto a Venezuela quanto a França realizaram inúmeras deportações, sendo, nesse período, em maior número no primeiro.

Por fim, agrupamos dois trechos que apresentaram, guardando suas respectivas especificidades, três contextos semelhantes, a saber: poucos conflitos com outras territorialidades coexistentes, diferentes estratégias de travessias transfronteiriças e ausência de casos identificados de deportação de garimpeiros. No primeiro, ao longo da fronteira Brasil↔Guiana, o número de garimpeiros que passam a atravessar o rio Tacutu em busca de novas áreas para exploração de ouro e de diamante no país vizinho vem aumentando. Apesar da existência de vários pontos da fronteira onde eram realizadas essas travessias, o maior fluxo já era registrado entre as cidades de Bonfim (Brasil) e Lethem (Guiana). Já no segundo, um pequeno trecho da fronteira entre Brasil, Suriname e Guiana Francesa, nos últimos anos da década de 1980 surgiram os primeiros indícios de garimpeiros que atravessavam os limites

¹⁷¹ Pequena embarcação, do tipo canoa motorizada, utilizada no transporte de passageiros.

nacionais a fim de alcançar e explorar novas frentes de garimpagem no rio Maroni (Marowijne).

Conforme percebemos, conflitos entre os garimpeiros e as empresas de mineração ocorriam em diversas áreas onde as territorialidades dos garimpeiros se faziam presentes. Podemos dizer que, em sua maioria, tais situações ocorriam por dois motivos: i) ocupação de garimpeiros em áreas onde empresas de mineração detêm alvará de pesquisa e/ou lavra; e ii) após os garimpeiros descobrirem grandes ocorrências, empresas de mineração solicitavam e conseguiam o direito de pesquisa e exploração concedido pelo Estado – conforme previsto no CM-67.

Miranda et al. (1997) destacam que entre 1984 e 1987 ocorreu o maior número de registros de empresas que denunciavam a ocupação de garimpeiros em sua área de atuação. Na imensa lista das envolvidas, destacam-se: Brascan, Brasminas, Oca Mineração, Paranapanema, Multiplic Mineração, Jarua Mineração, Mineração D. Fernandes, Mineração Novo Astro, Docegeo, Companhia de Mineração e Participações, Geopan Extrativa de Recursos Minerais, Mineração Orienta Novo, Multiquartz Mineração (MIRANDA et al., 1997). Assim, não é demais recordar que o início do aumento de tais registros de invasões coincide com o ano em que a Serra Pelada inicia vertiginoso declínio em sua produção, ocasionando a mobilidade de milhares de garimpeiros em busca de novas áreas.

Vale recordar que, apesar das políticas de incentivo para o exercício da garimpagem nesse período, excetuando as reservas exclusivas para garimpagem e o caso de Serra Pelada, permanecia a prática amparada pelo CM-67: quando os garimpeiros encontravam grandes ocorrências e instalavam de fato um garimpo, o local era, em pouco tempo, reivindicado por grandes empresas de mineração que exigiam o direito de exploração da área. Por conseguinte, o Estado intervinha e repassava a área amparado na legislação, fomentando, com essa atitude, intensos conflitos armados que acarretaram mortes tanto de garimpeiros quanto de seguranças das empresas.

Salomão (1984, p. 51), ao estabelecer síntese concernente a esse problemático cenário, contribui:

(...) compunha-se assim um quadro de conflito: o dono da terra, sem poder negociar com o minerador as condições que julgava melhores para si, e também sem muitas condições de negociar com o garimpo, pois havia perdido seu amparo legal; o garimpeiro, praticamente colocado à margem da legislação, pois só lhe resta como alternativa tornar-se também minerador, caso contrário mais cedo ou mais tarde verá seu espaço requerido; e o minerador, livre para ampliar seus espaços através de procedimentos

burocraticamente simples. É claro que qualquer garimpo é em si *área-alvo*, sob o ponto de vista geológico de potencial mineral, justificando-se portanto que sejam requeridas sem quaisquer outras considerações técnicas.

Como sublinhamos há poucos parágrafos, também é preciso considerar o sentido inverso: muitos garimpeiros, ao conhecerem o potencial de uma área já ocupada por alguma empresa de mineração, realizavam garimpagem desconsiderando o alvará de pesquisa e/ou lavra. Aliás, em muitos casos, as ocupações em áreas de atuação de empresas de mineração eram coordenadas e financiadas por empresários de garimpo interessados em explorá-las (MIRANDA et al., 1997).

Nesse sentido, o que acontecia era que, mesmo com as políticas de incentivo à garimpagem e, principalmente, o esforço do CMG, a questão que se apresentou a partir da nova postura do governo brasileiro foi o incalculável número de pessoas dispostas a “desbravar” a Amazônia, tornando as territorialidades dos garimpeiros incontroláveis e impossível a realização de qualquer cadastramento eficiente desses trabalhadores. Assim sendo, foram criadas regras, significados e perspectivas visando estimular tais mobilidades, mas o controle do Estado em relação às territorialidades dos garimpeiros era insuficiente, pois possuía apenas o CMG como mecanismo de controle e fiscalização.

No que tange aos numerosos problemas entre as territorialidades garimpeira e indígena, de saída, cumpre contextualizar e resgatar, conforme esclarecido no capítulo anterior, que o CM-67 possuía poucas restrições referentes à atuação dos garimpeiros que portavam a CMG – ou seja, efetivamente, onde existiam depósitos garimpáveis, considerava-se ali uma possível área garimpeira. Assim, o período militar, com políticas claramente estabelecidas em favor da prospecção mineral, ofereceu subsídios para a exploração das riquezas existentes no subsolo do território nacional. Desse modo, essa e outras inúmeras ações para desenvolver a Amazônia e integrá-la ao restante do país, reunidas principalmente no PIN, materializaram ações que “provocaram um processo de ocupação maciça, desordenada e predatória, que colheu os povos indígenas e suas terras no meio de um grande rastro de destruição” (ARAÚJO, 2004, p. 31). É preciso também agregar que, apesar de a Emenda Constitucional de 1969 ter declarado a nulidade e a extinção dos atos e ações predatórias que incidissem sobre as terras indígenas, excluindo igualmente quaisquer direitos a indenização¹⁷², na prática, as territorialidades dos indígenas foram violentamente

¹⁷² Estamos nos referindo aos parágrafos 1º e 2º do Art. 198 da Emenda Constitucional n. 1, de 17 de outubro de 1969: “Art. 198. As terras habitadas pelos silvícolas são inalienáveis nos termos que a lei federal determinar, a

desrespeitadas, pois, na época, poucas terras indígenas foram efetiva e satisfatoriamente demarcadas e, até mesmo, diversas autorizações foram emitidas para exploração de terras pertencentes aos povos nativos¹⁷³. Como será mostrado na próxima seção, tal situação muda com a Constituição de 1988, trazendo uma série de inovações no tratamento da questão indígena, fato que favoreceu, juntamente com outros eventos, o aumento significativo do número de terras indígenas homologadas.

Miranda et al. (1997), ao abordarem o assunto em comento, registram que, no primeiro semestre de 1985, foram contabilizadas mais de 60 situações de conflito e disputa de terras por conta da presença garimpeira em territórios indígenas, com diversos casos de homicídios. Dessa maneira, os anos 1980 e início dos 1990 são marcados por intensos conflitos entre garimpeiros e diferentes grupos indígenas, dentre outros, Yanomami e Makuxi, em Roraima; Baniwa e Tucano, no Amazonas; Araweté e Kayapó, no Pará; Uru-eu-wau-wau, em Rondônia; Suruí e Cinta Larga, na fronteira entre o último mencionado e o Mato Grosso; Karipuna, no Amapá; Urubu Kaapor, entre os estados do Pará e Maranhão (MAPA 6). Ao observarmos os mapas 4 e 6, é perceptível que as principais áreas que garimpeiros e empresas de mineração ocuparam para pesquisar e explorar o subsolo coincidem com os locais onde tradicionalmente vivem tais grupos indígenas. Contudo, como já mencionado, a própria postura adotada pelos sucessivos governos para levar a cabo sua política de incentivo à exploração mineral oferecia combustível para essas explosivas territorialidades coexistentes: somente no ano de 1985 foram emitidos “537 alvarás de pesquisa e 1.732 requerimentos incidentes em 77 áreas indígenas, sob controle de 74 empresas ou grupos econômicos, totalizando 177.744 km²” (MIRANDA et al., 1997, p. 25). Ainda nesse último ponto, se considerarmos apenas os Yanomami, até a data da criação da TIY, foram registrados 573 processos de interesse minerário incidentes em seus limites. Como muitos foram protocolados junto ao DNPM após a criação da TIY, atualmente existem 657 processos, perfazendo assim uma área de 5.228.959ha – ou seja, 54,77% dos 9.664.980ha que correspondem à extensão oficial da TIY estão cobertos por processos (ROLLA; RICARDO, 2013).

êles cabendo a sua posse permanente e ficando reconhecido o seu direito ao usufruto exclusivo das riquezas naturais e de todas as utilidades nelas existentes.

§ 1º Ficam declaradas a nulidade e a extinção dos efeitos jurídicos de qualquer natureza que tenham por objeto o domínio, a posse ou a ocupação de terras habitadas pelos silvícolas.

§ 2º A nulidade e extinção de que trata o parágrafo anterior não dão aos ocupantes direito a qualquer ação ou indenização contra a União e a Fundação Nacional do Índio”.

¹⁷³ Ocorreu, durante o período militar, forte negação dos direitos territoriais dos índios, pois muitas terras demarcadas eram diminutas e, ainda, permitiam a exploração das áreas remanescentes por empresas. Dentre os exemplos mais emblemáticos, vale recordar o caso da exploração da mina de Pitinga, situada dentro das terras do povo Waimiri-Atroari (AM).

MAPA 6 – Principais grupos indígenas envolvidos nos conflitos com garimpeiros (1983-1992).

Base cartográfica: Portal Brasileiro de Dados Abertos (dados.gov.br); Fundação Nacional do Índio (Funai) (mapas.funai.gov.br).

Elaborado por Rafael da Silva Oliveira em abril de 2013.

5.2 A corrida da garimpagem em Roraima e o conflito com os yanomamis

Sem dúvidas, o caso mais emblemático desses conflitos ocorreu no sudoeste de Roraima, no auge da fofoca do ouro em direção a esse estado, quando milhares de garimpeiros atingiram a área Yanomami em busca de ouro (e, em menor proporção, cassiterita). Os eventos atrelados à ocupação dos garimpeiros e, sobretudo, os conflitos com os yanomamis constituem o que muitos autores consideram como o mais notável caso de violação dos direitos humanos desde o *boom* da borracha (UNDP, 1992). No nosso entendimento, se o garimpo na Serra Pelada simboliza a explosão da corrida do ouro na Amazônia, inclusive com os direcionamentos em direção à faixa de fronteira, sem dúvidas os eventos motivados pelos garimpos situados na atual TIY marcaram o redirecionamento das mobilidades dos garimpeiros para além dos limites nacionais e, por conseguinte, transnacionalizaram os territórios-rede da garimpagem. Por isso, faz-se mister falarmos um pouco e, sobretudo, realizarmos um recuo temporal para dar a dimensão dessa complexa e contenciosa relação.

Os primeiros registros da presença de garimpeiros trabalhando no que atualmente corresponde à TIY, encontrados nos relatórios da Comissão Brasileira Demarcadora de Limites (CBDL), datam da década de 1940 (LE TOURNEAU, 2010). Nessa época, existe menção de garimpos nos rios Surubai (afluente direito do Uraricaá) e no rio Érico, ambos muito próximos da área onde se estabeleceu um dos principais garimpos no final dos anos 1930, durante a exploração diamantífera da primeira metade do século XX¹⁷⁴. Sobre isso, MacMillan (1995) menciona que em 1938 muitos garimpeiros envolvidos na busca de diamantes estabeleceram garimpo na Serra do Tepequém e que a partir deste expandiram, ao longo das décadas seguintes, outras frentes de garimpagem. Fontes da Missão Evangélica da Amazônia (Meva) e do Serviço de Proteção aos Índios (SPI) confirmavam, nos anos 1960, a permanência de garimpeiros trabalhando na região (PATEO, 2005; LE TOURNEAU, 2010). Contudo, a chegada de grandes levas de garimpeiros ocorre a partir de 1975, após o Projeto Radambrasil anunciar a descoberta de minerais radioativos em Surucucu. Em pouco tempo Surucucu passou a ser alvo do interesse de garimpeiros, que, no mesmo ano, descobriram cassiterita na localidade (SANTOS, 1981). Como Surucucu não era declarada oficialmente como sendo território pertencente aos yanomamis, os garimpeiros foram rapidamente atraídos para o local, inclusive muitos que haviam trabalhado em Rondônia e sido expropriados dos garimpos de cassiterita (situação esta mencionada no capítulo 4).

Ramos e Taylor (1979) registram que, pouco após o anúncio do Projeto Radambrasil, uma equipe de geólogos da Indústria e Comércio de Minérios S. A. (Icomi) realizou por dois meses e meio uma pesquisa em Surucucu, a partir da qual contabilizaram cerca de 500 garimpeiros trabalhando na extração de cassiterita. Tais territorialidades dos garimpeiros alteraram significativamente as territorialidades dos yanomamis, uma vez que, atraídos pelas trocas de alimentos e bens industrializados, permaneceram nas proximidades das áreas de garimpagem. Contudo, a coexistência pacífica perdurou por pouco tempo. Em Pateo (2005, p. 86-88), encontramos uma síntese que oferece um entendimento acerca desse contexto:

(...) os índios que habitavam as proximidades mantinham um contato permanente e indiscriminado com os trabalhadores. A fome instaurada nas grotas impelia-os a trocarem seus recursos alimentares por todo tipo de objetos industrializados, principalmente roupas, armas de fogo e munição, transferindo para si os problemas relacionados à fome, à desnutrição e às doenças que afligiam os garimpeiros. Comunidades inteiras passaram a viver nos garimpos, instalando roças e deslocando-se para os acampamentos. (...)

¹⁷⁴ Santos Rodrigues (1996), ao sistematizar a história da garimpagem em Roraima, menciona que, durante esse primeiro momento, compreendido entre os anos de 1912 e 1965, as principais frentes de garimpagem diamantífera estavam nos rios Quinô, Cotingo e Maú e na Serra de Tepequém.

As trocas amigáveis entre os Yanomami e os garimpeiros rapidamente transformaram-se em verdadeiros assaltos. Portando espingardas e flechas, os índios cercavam os acampamentos de garimpo tomando à força roupas, redes, panelas, alimentos e, sobretudo, armas de fogo. Muitas vezes os garimpeiros revidavam, recrudescendo a violência por toda a região.

A proliferação de armas de fogo, em decorrência das trocas e doenças provocadas pelos garimpos e pelo contato com os garimpeiros, resultaram em muitas mortes em meio a essa coexistência conflituosa. Assim, após uma série de incidentes graves envolvendo ataques entre garimpeiros e yanomamis, em menos de um ano (setembro de 1976) os garimpeiros foram retirados de Surucucu por ordem do Ministério do Interior (RAMOS; TAYLOR, 1979).

Mas, como ocorreu em outras áreas do país, a descoberta de cassiterita pelos garimpeiros despertou atenção do setor de mineração e, nesse caso em especial, também da Funai. Antes disso, a Funai não reconhecia a área de Surucucu como pertencente aos yanomamis, pois alegava, principalmente, falta de conhecimento técnico sobre as aldeias e as mobilidades desse grupo indígena na região (RAMOS; TAYLOR, 1979, p. 54). Contudo, após a retirada dos garimpeiros, alterou sua posição e publicou quatro portarias, entre 1977 e 1978, demarcando 21 “ilhas” – dentre elas, a “Área Indígena Surucucu” e a “Área Indígena Uraricaá (Surubaí)” (QUADRO 9 e MAPA 7). É interessante salientar como diferentes agentes alteram elementos estruturais do território e, por consequência, inserem novas moralidades e regras que se entrelaçam nos emaranhamentos. Tais eventos, como a descoberta do Radambrasil (minerais radioativos) e dos garimpeiros (cassiterita), somados às mudanças nas territorialidades atreladas à chegada da frente garimpeira (inclusive os conflitos), influenciaram novas interpretações, entendimentos e contestações sobre os significados desse território até então “desconhecido”, contribuindo assim na redefinição de regras de in/out e, também, nas interações espaciais.

PORTARIA	DATA	ÁREA INDÍGENA YANOMAMI DECLARADA
477/N	22/12/1977	Área Indígena Lobo d’Almada I (ou Alamapo)
477/N	22/12/1977	Área Indígena Serra da Estrutura
477/N	22/12/1977	Área Indígena Mucajaí
477/N	22/12/1977	Área Indígena Serra do Surucucu
505/N	29/5/1978	Área Indígena Maturacá
505/N	29/5/1978	Área Indígena Uraricaá (Surubaí)
505/N	29/5/1978	Área Indígena Lobo d’Almada II
505/N	29/5/1978	Área Indígena Matapi
505/N	29/5/1978	Área Indígena Mapulaú
505/N	29/5/1978	Área Indígena Ajuricaba
505/N	29/5/1978	Área Indígena Jundiá
505/N	29/5/1978	Área Indígena Toototobi
505/N	29/5/1978	Área Indígena Uraricoera
505/N	29/5/1978	Área Indígena Cutaíba

505/N	29/5/1978	Área Indígena Uauaris
505/N	29/5/1978	Área Indígena Pacu
505/N	29/5/1978	Área Indígena Catrimani
505/N	29/5/1978	Área Indígena Parima
505/N	29/5/1978	Área Indígena Gurupira
505/N	29/5/1978	Área Indígena Aracacá
512/N	7/7/1978	Área Indígena Ajarani

QUADRO 9 – Primeira demarcação das áreas dos índios yanomamis em “ilhas” (decretos de 1977e 1978). Elaborado por Rafael da Silva Oliveira em março de 2013.

Acompanhando o evidente interesse dos governos militares em ampliar as áreas de prospecção mineral, a Funai recorre à legislação prevista no Estatuto do Índio¹⁷⁵ para tentar instalar empresas de mineração em Surucucu. Assim, em 1979, a CVRD, que havia solicitado licença para atuar na área, recebeu autorização da Funai para realizar uma pesquisa geológica. O relatório da Docegeo, sua subsidiária, confirmou a presença de um depósito de cassiterita na ordem de 15 mil toneladas na área em comento (MACMILLAN, 1995). Contudo, a CVRD alegou que tal investimento geraria enormes impactos prejudiciais aos yanomamis, abandonando as pesquisas em Surucucu (GRAZIANO, 1989). Desse modo, o DNPM transferiu parte da área de Surucucu para a Companhia de Desenvolvimento de Roraima (Codesaima).

Com o fechamento dos garimpos e a retirada dos garimpeiros de Surucucu, muitos se deslocaram para as tradicionais frentes de extração de diamantes, localizadas, dentre outros, ao longo dos rios Uraricaá e Érico, com a intenção de desenvolver a garimpagem aurífera, pois o preço do ouro, desde então, tornou-se mais atrativo. Nesse particular, é descoberto ouro no furo de Santa Rosa, estabelecendo assim garimpo em meados da década de 1970. A emergência e fofoca dessa nova descoberta tornam-se rapidamente a principal referência das mobilidades em Roraima, tornando-se responsável pela primeira produção significativa de ouro no estado (MACMILLAN, 1995). A partir do garimpo de Santa Rosa, outras frentes começam a irradiar ao longo dos rios Uraricaá e Érico. Mesmo com a portaria de criação da área indígena Uraricaá (Surubaí), as territorialidades dos garimpeiros passaram a interessar ao governo do estado, que em pouco tempo comissionou a Codesaima a extrair ouro em Santa Rosa, no início dos anos 1980 (LE TOURNEAU, 2010).

¹⁷⁵ Estamos fazendo referência, particularmente, ao Art. 45 do Estatuto do Índio (Lei n. 6.001, de 19 de dezembro de 1973): “A exploração das riquezas do subsolo nas áreas pertencentes aos índios, ou do domínio da União, mas na posse de comunidades indígenas, far-se-á nos termos da legislação vigente, observado o disposto nesta Lei.

§ 1º O Ministério do Interior, através do órgão competente de assistência aos índios, representará os interesses da União, como proprietária do solo, mas a participação no resultado da exploração, as indenizações e a renda devida pela ocupação do terreno reverterão em benefício dos índios e constituirão fontes de renda indígena.

§ 2º Na salvaguarda dos interesses do Patrimônio Indígena e do bem-estar dos silvícolas, a autorização de pesquisa ou lavra, a terceiros, nas posses tribais, estará condicionada a prévio entendimento com o órgão de assistência ao índio”.

MAPA 7 – Início da presença dos garimpeiros e as Áreas Indígenas Yanomami (1977 e 1978).

Base cartográfica: Portal Brasileiro de Dados Abertos (dados.gov.br).

Elaborado por Rafael da Silva Oliveira em abril de 2013.

As novas regras de in/out e o redirecionamento das mobilidades não foram suficientes para conter os embates entre as territorialidades implicadas, já que perduraram os conflitos e mortes entre garimpeiros e yanomamis. Em aparente contradição com as políticas adotadas no período militar, em março de 1982, o Ministério do Interior estabeleceu a interdição de uma área contínua com 7,7 milhões de hectares “com o objetivo de assegurar o apoio e a proteção necessários ao grupo indígena Yanomami” (PORTARIA N. 025, de 9 de março de 1982) (MAPA 8). Tal interdição visava, de um lado, retirar garimpeiros desse território, impedindo o avanço da garimpagem nas terras Yanomami e, por outro, tentava diminuir as pressões

internacionais que, desde os anos 1970, reivindicavam a criação do Parque Yanomami, principalmente através da ONG Comissão pela Criação do Parque Yanomami (CCPY)¹⁷⁶, criada em 1978. Tal contexto pode ser complementado, dentre outros exemplos, com a posterior ação do DNPM que concedeu à Codesaima, através de convênio com a Funai, o direito de pesquisa e lavra de cassiterita na bacia do rio Parima, na Serra de Surucucus (GRAZIANO, 1989).

MAPA 8 – Área contínua interdita (1982) e redirecionamento das mobilidades dos garimpeiros.

Base cartográfica: Portal Brasileiro de Dados Abertos (dados.gov.br).

Elaborado por Rafael da Silva Oliveira em maio de 2013.

Com as novas regras de in/out, parte dos garimpeiros se voltou para os projetos de colonização do Incra, então estabelecidos na BR-210, tais como Apiaú e Confiança (MACMILLAN, 1995). Logo, as mobilidades entre o trabalho na agricultura (no período

¹⁷⁶ Atualmente se chama Comissão Pró-Yanomami (CCPY).

chuvoso) e a garimpagem (no período seco) se tornaram cada vez mais intensas¹⁷⁷. Macmillan (1995) menciona que, em meados de 1980, a descoberta de uma expressiva jazida de ouro ocasionou as mobilidades de outros garimpeiros para a área do Apiaú. Atendendo às pressões de grupos políticos interessados na garimpagem e insatisfeitos com a interdição da área Yanomami, na mesma época, em 1984, o governo federal cria a reserva garimpeira da Serra do Tepequém (PORTARIA N. 143, de 31/1/1984). Assim, as territorializações dos garimpeiros em Roraima, sobretudo entre 1982 e 1985, estavam principalmente concentradas no Tepequém, em Santa Rosa e em tributários dos rios Érico e Apiaú, em que o método de extração se dava através do sistema de bico-jato. Já ao longo dos rios Uraricoera e Mucajaí começaram a surgir as primeiras balsas e dragas. No mais, foi nesse período que começaram a aumentar as travessias transfronteiriças de garimpeiros visando encontrar áreas de garimpagem na Venezuela e na Guiana (MAPA 8).

Os garimpos de Roraima – não somente os de ouro (como em Santa Rosa, Érico e Apiaú), mas também os de cassiterita, em Surucucu, apesar de este não ter perdurado por muito tempo – passam a fazer parte do imaginário dos garimpeiros para além dos limites desse estado. Logo a fama percorreu outros garimpos da Amazônia, ampliando a perspectiva de possibilidades da multiterritorialidade dos garimpeiros, especialmente aqueles trabalhando em frentes cuja produção estava em queda, e de outros brasileiros, sobretudo oriundos do Nordeste. Diante desse cenário, ocorre o evento que é considerado o marco do auge da garimpagem em Roraima, do acentuado crescimento populacional de Boa Vista, do aumento das tensões na fronteira com a Venezuela e, principalmente, dos principais conflitos entre garimpeiros e yanomamis: a articulação regional dos garimpeiros na tentativa de invadir, em 1985, a área contínua dos yanomamis, objetivando a ocupação e a reabertura do garimpo de cassiterita em Surucucu (CEDI, 1986; MACMILLAN, 1995; LE TOURNEAU, 2010).

Apesar de os garimpeiros não conseguirem concretizar a ocupação e reabertura da garimpagem em Surucucu, esta ação teve um papel simbólico que propiciou o *boom* das mobilidades de garimpeiros para Roraima. Desde então, ocorreram inúmeras manifestações (FOTO 3) e, sobretudo, incontáveis invasões na área contínua Yanomami, visando estabelecer novos garimpos. Assim sendo, o contingente de garimpeiros em Roraima rapidamente aumentou, chegando a atingir, em poucos anos, segundo estimativas do DNPM, aproximadamente o marco de 35.000 garimpeiros (ver QUADRO 8, p. 184). Tendo em vista que, nessa época, grande parte dos garimpos de ouro estava situado dentro da área contínua

¹⁷⁷ Talvez por esse motivo as estimativas do DNPM sobre o contingente de garimpeiros em Roraima tenham sido tão acanhadas nos sete primeiros anos da década de 1980.

Yanomami, podemos argumentar que quase todo esse contingente garimpava irregularmente no território indígena. A corrida do ouro, além de acarretar uma intensa penetração em direção à fronteira, estimulou uma espantosa infraestrutura, criada de modo espontâneo pelos garimpeiros e voltada, principalmente, para o suporte do tráfego aéreo – único modo de se chegar à região –, através da abertura de dezenas de pistas de pouso e decolagem (MAPA 9).

FOTO 3 – Manifestação na praça do Garimpeiro, em 1986, pedindo abertura da garimpagem em Surucucu, Boa Vista (RR).

Fotografado por Carlos Zacquini (CCPY) (CEDI, 1986, p. 128-129).

Le Tourneau (2010, p. 148), ao mencionar os impactos no tráfego aéreo voltado para os garimpos em 1988, ano do auge tanto da produção de ouro quanto do número de garimpeiros estimados em Roraima pelo DNPM, destaca: “com 10,8 mil pousos e decolagens em 1988 (...), o aeroporto de Boa Vista torna-se o mais congestionado do Brasil em número de movimentos; o aeroporto do Galeão, no Rio de Janeiro, não registra mais do que 7,5 mil durante o mesmo período”¹⁷⁸. Vale reproduzir ainda um excerto de reportagem da época que sintetiza o impacto da garimpagem nas interações espaciais ocorridas a partir do aeroporto da capital roraimense:

(...) em Roraima, o avião é o único meio de transporte para chegar aos garimpos, o que faz do aeroporto de Boa Vista, onde as aeronaves decolam e aterrisam a todo instante, um dos cinco mais movimentados do país. (...) Além disso, os acidentes aéreos viraram acontecimentos de rotina. No ano

¹⁷⁸ “Avec 10 800 atterrissages et décollages en 1988 (...), l’aéroport de Boa Vista devient le plus encombré du Brésil en nombre de mouvements, l’aéroport de Rio Galeão n’en enregistrant que 7 500 durant la même période (LE TOURNEAU, 2010, p. 148).

passado, houve 150 desses acidentes, nos quais 38 pilotos morreram (VEJA, jan. 1990, p. 39-40).

MAPA 9 – Geografia da expansão das territorializações dos garimpeiros em direção ao território Yanomami.

Base cartográfica: Portal Brasileiro de Dados Abertos (dados.gov.br).

Elaborado por Rafael da Silva Oliveira em janeiro de 2013.

Além disso, os diversos conflitos entre as referidas territorialidades estimularam manifestações da Igreja Católica, da Funai e de ONGs em defesa dos indígenas, denunciando não somente os conflitos, mas também a chegada de várias doenças desconhecidas pelos yanomamis. A contaminação dos rios pelo uso indevido do mercúrio passou a comprometer não somente a água que os índios utilizavam para beber, mas também a contaminar os peixes – importante fonte de proteína da dieta dos yanomamis. Macmillan (1995), com base em dados e estimativas de órgãos oficiais, afirma que, entre 1988 e 1990, centenas deles morreram ao contraírem doenças como malária e tuberculose, dizimando sua população em aproximadamente 15%. Tais manifestações em defesa dos índios e, sobretudo, os diversos problemas no noroeste de Roraima ganharam repercussão internacional, sendo amplamente

divulgados nos meios de comunicação os inúmeros problemas atrelados à sobreposição das territorialidades dos garimpeiros e dos yanomamis.

5.3 Contestando territórios e territorialidades: as geometrias de poder e os novos entrelaçamentos

Os eventos demonstrados na seção anterior contribuíram para potencializar os questionamentos e contestações acerca da superfície-profundidade desses territórios e territorialidades. Uma profusão de práticas, inclusive discursivas, de diversos agentes com interesses distintos inseriu novos elementos nos emaranhamentos e posicionou as territorialidades dos garimpeiros, dos indígenas e as políticas adotadas em relação à mineração no foco das atenções. Logo, em meio à multiterritorialidade em tela, desenharam-se geometrias de poder em que a transterritorialidade e a transescalaridade da política dos agentes envolvidos estabeleceram várias estratégias e articulações, envolvendo desde o local ao internacional, desde os grupos subalternizados aos hegemônicos.

Cada agente, atuando dentro de suas escalas de articulação, fortalecia e/ou enfraquecia as pressões e projeções presentes nos emaranhamentos, com o objetivo de tensionar as dinâmicas e alterações dos componentes estruturais dos territórios em jogo a favor de suas territorialidades e perspectivas. Assim, tais conflitos, efervescidos pelos eventos que se seguiram sobretudo após 1982 (MAPA 9), eram constituídos por alianças e rupturas dentro dos próprios grupos e envolviam, principalmente, Estado, organizações indígenas, organizações dos garimpeiros, grupos e entidades representantes das empresas, grupos políticos, Igreja Católica, empresas mineradoras e comerciais e organizações não governamentais.

Santos Rodrigues (1996), em sua dissertação, lista os agentes mais importantes envolvidos em tais conflitos: o Conselho Indígena de Roraima (CIR), a Associação dos Povos Indígenas de Roraima (Apir), a Associação Regional Indígena dos Rios Quinô, Cotingo e Monte Roraima (Arikon), o Sindicato dos Garimpeiros de Roraima (Sindigar), a Cooperativa de Garimpeiros de Roraima (Coogar), a Associação dos Faiscadores e Garimpeiros de Roraima (AFGR)¹⁷⁹, as entidades representativas do empresariado (como a Federação da Indústria e do Comércio [Fier], a Associação Comercial e Industrial de Roraima [Acir] e a Federação do Comércio [Fecor]), os grupos políticos (parlamentares, políticos e autoridades locais), igrejas e missões religiosas (Igreja Católica e a Missão Evangélica da Amazônia

¹⁷⁹ A AFGR não é citada pela autora, porém, dada sua importância, resolvemos incluir junto com os demais agentes.

[Meva]), empresas mineradoras, comerciantes e organizações não governamentais (sobretudo a CCPY). Para oferecer um panorama dessas geometrias de poder em meio aos emaranhamentos que constituem essa complexa e contenciosa realidade multiterritorial, elaboramos o quadro 10, a seguir.

Principais agentes	Escalas de articulação				Discursos
	L	R	N	I	
AFGR					buscava a continuidade da garimpagem em Roraima; defendia a abertura de garimpos nos territórios indígenas.
Apir					defendia a demarcação em área contínua.
Arikon					favorável à demarcação em “ilhas”.
CCPY					defendia a demarcação em área contínua; era contra a exploração econômica em territórios indígenas.
CIR					defendia a demarcação em área contínua; concordava com a exploração de minério em seu território.
Comerciantes					apoiavam a abertura de garimpos em territórios indígenas.
Coogar					defendia a abertura de garimpos em territórios indígenas.
Empresas mineradoras					favoráveis à abertura de garimpos em territórios indígenas.
Entidades representativas do empresariado					favoráveis à abertura de garimpos em territórios indígenas.
Funai					defendia a demarcação, mas, de acordo com a gestão, oscilava entre área contínua e “ilhas”; durante o período em tela, atuava de acordo com as políticas em favor da mineração em territórios indígenas.
Grupos políticos					defendiam a exploração econômica em territórios indígenas.
Igreja Católica					favorável à demarcação em área contínua; contra a exploração econômica em territórios indígenas.
Meva					apoiava a demarcação em “ilhas”
Sindigar					buscava a continuidade da garimpagem em Roraima; defendia a abertura de garimpos nos territórios indígenas.

QUADRO 10 – Escalas de articulação e discursos dos principais agentes envolvidos nos conflitos entre as territorialidades dos garimpeiros e dos indígenas em Roraima.

L = local; R = regional; N = nacional; I = internacional.

Elaborado por Rafael da Silva Oliveira em março de 2013.

Em meio aos conflitos, apoios, dissidências e escalas de articulação, os agentes atuavam em campos distintos. Por exemplo: empresários interessados na garimpagem apoiavam financeiramente as invasões e criação de infraestrutura inicial; políticos buscavam fazer *lobby* em prol da aprovação de projetos e publicação de portarias que atendessem a determinadas perspectivas; organizações não governamentais articulavam diretamente o local com o internacional para sensibilizar a comunidade internacional e pressionar o governo brasileiro; lideranças de sindicatos mobilizavam, na escala regional e local, práticas visando consolidar suas territorialidades. O governo federal, por sua vez, mantendo o vínculo de apoio à mineração, buscava lidar com tais agentes, assumindo, em várias situações, posturas contraditórias. Nesse jogo assimétrico repleto de campos de forças e perspectivas, ora eram estabelecidas regras de in/out que favoreciam tais segmentos, sugerindo as mobilidades num

sentido; ora se oscilava em outra direção, contrariando regras estabelecidas anteriormente e redefinindo as geografias.

No bojo desses eventos, em sentido contrário à área indígena interditada de 1982, é publicada em 1988 Portaria Interministerial que reduziu a área contínua, criando assim 19 “ilhas”¹⁸⁰ circundadas por duas Florestas Nacionais (Flonas)¹⁸¹ – Flona Roraima e Flona Amazonas – e pelo Parque Nacional do Pico da Neblina¹⁸², já existente (PORTARIA N. 160, de 13 de setembro de 1988) (MAPA 10). É interessante salientar que, para favorecer os interesses da mineração, se estabeleceu um mosaico territorial formado por diferentes regras de in/out e, por consequência, diferentes interações e significados: as Flonas tinham finalidade de exploração econômica, ao passo que o Parque Nacional é área, em tese, de preservação integral. Logo, é fora de dúvida que as primeiras foram criadas para atender a pressões de agentes interessados na exploração econômica do território indígena (ALBERT, 1991).

Tal fato desencadeou o aumento das articulações internacionais visando aumentar as pressões no governo brasileiro para que fosse retomada a área contínua e, sobretudo, criado o Parque Yanomami. Em associação às ações transescalares da Igreja Católica e das ONGs, uma série de eventos globais fortaleceu as reivindicações em defesa do meio ambiente e dos povos indígenas, sobretudo em decorrência dos ideários cada vez mais fortes em torno do *desenvolvimento sustentável*. Desse modo, os impactos ambientais causados pela garimpagem passaram a despertar cada vez mais a atenção e preocupação da sociedade e dos movimentos ambientalistas. Logo, ainda no final dos anos 1980, com as mudanças no cenário internacional (principalmente da maior associação e relacionalidade entre a questão ambiental e a econômica) associadas à incalculável fuga de capital – propiciada pelo aumento do descaminho do ouro – e às dificuldades em controlar (conter) a ampliação das territorialidades dos garimpeiros, o governo, através do DNPM, adotou uma nova postura em relação ao garimpo, a fim de adaptar as políticas nacionais às pressões provindas do discurso ecológico internacional, que, a partir do final de 1988, ganhou contornos oficiais com a nova Constituição. Assim sendo, o Estado brasileiro passou a se posicionar como mais um “parceiro da nova consciência ecológica mundial” (COSTA, 1992, p. 70). Diante da nova realidade, “a imagem da garimpagem desenhada pelo DNPM foi ampliada por uma nova faceta: o garimpeiro como depredador do meio ambiente” (MATHIS, 1995a, p. 9).

¹⁸⁰ As 19 “ilhas” foram homologadas através dos Decretos n. 97.512 a 97.530, de fevereiro de 1989.

¹⁸¹ A Flona Roraima foi homologada no Decreto n. 97.545, de 1º de março de 1989; já a Flona Amazonas foi no Decreto n. 97.546, também de 1º de março de 1989.

¹⁸² O Parque Nacional do Pico da Neblina foi criado a partir do Decreto n. 83.550, de 5 de junho de 1979.

MAPA 10 – Configuração territorial após homologação das 19 áreas indígenas e de mais três reservas garimpeiras.

Base cartográfica: Portal Brasileiro de Dados Abertos (dados.gov.br).

Elaborado por Rafael da Silva Oliveira em janeiro de 2013.

Dessa forma, os significados anteriores atrelados à imagem do garimpeiro como parceiro pioneiro e “agente-apoio” para os projetos de colonização perderam expressividade (ou melhor, não se encaixavam mais nos novos interesses do Estado), passando a dar lugar ao discurso que o associava e responsabilizava pelos diversos problemas e conflitos existentes na Amazônia, criminalizando assim a atividade que anos antes era amplamente incentivada pelo próprio Estado. Em consequência do surgimento dessa consciência ecológica, amplamente difundida nos meios de comunicação no início dos anos 1990, os significados atrelados à garimpagem e ao garimpeiro passaram a ser postos em dúvida, ficando “sem lugar” dentro da nova imagem desenhada para a nação. Portanto, o garimpo passou a desempenhar, de certa forma, “o papel de catalisador de dilemas e conflitos paradigmáticos para a sociedade brasileira”, principalmente na última década do século XX (BARBOSA, 1991, p. 230), sendo difícil “falar simplesmente no ‘garimpeiro’ sem adjetivações” (PÓVOA NETO, 1998a, p. 210).

Essas contestações, associadas aos territórios e às territorialidades dos garimpeiros, refletindo a nova postura do governo brasileiro, vão incidir diretamente nas regras de in/out atreladas à atividade. Dessa maneira, amparadas pela nova Constituição, diversas normatizações são reestabelecidas, influenciando nas práticas das territorialidades em tela. Uma delas, estabelecida a partir do Decreto n. 97.507, de 13 de fevereiro de 1989, dispõe sobre o uso de mercúrio metálico e de cianeto em áreas de extração aurífera. Contudo, a maior mudança na legislação e, de certo modo, a legitimação da nova política ganham força jurídica através da Lei n. 7.805, de 18 de julho de 1989, que altera o CM-67 (Decreto-Lei n. 227, de 28 de fevereiro de 1967), criando o regime de Lavra Garimpeira e extinguindo o Regime de Matrícula:

Art. 5º - A permissão de lavra garimpeira será outorgada a brasileiro, a cooperativa de garimpeiros, autorizada a funcionar como empresa de mineração, sob as seguintes condições:

I - A permissão vigorará por até 5 (cinco) anos, podendo, a critério do Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM, ser sucessivamente renovada;

II - O título é pessoal e, mediante anuência do Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM, transmissível a quem satisfizer os requisitos desta Lei. Quando outorgada a cooperativa de garimpeiros, a transferência dependerá ainda da autorização expressa da Assembleia Geral;

III - A área permissionada não poderá exceder 50 (cinquenta) hectares, salvo quando outorgada a cooperativa de garimpeiros.

Nesse particular, a garimpagem deixa de ser uma prática individual, conforme estava registrado no CM-67 através do CMG, passando a ser consideradas atividades de garimpagem apenas aquelas desenvolvidas a partir de cooperativas. Tal fato é enfatizado nos artigos 10º e 12 da referida lei:

Art. 10º - Considera-se garimpagem a atividade de aproveitamento de substâncias minerais garimpáveis, executadas no interior de áreas estabelecidas para este fim, exercida por brasileiro, cooperativa de garimpeiros, autorizada a funcionar com empresa de mineração, sob o regime de permissão de lavra garimpeira.

[...]

Art. 12 - Nas áreas estabelecidas para garimpagem, os trabalhos deverão ser realizados preferencialmente em forma associativa, com prioridade para as cooperativas de garimpeiros.

Por fim, ao contrário do CM-67, que não apresentava restrições claras para o desenvolvimento da garimpagem dentro do território nacional – pois, legalmente, qualquer área era passível de ser explorada por garimpeiros –, a nova Lei apresenta avanços nesse

sentido, passando a considerar como prioridade o licenciamento ambiental, além de proibir tal prática em terras indígenas e na faixa de fronteira:

Art. 13 - A criação de áreas de garimpagem fica condicionada à prévia licença do órgão ambiental competente.

[...]

Art. 23 - A permissão de lavra garimpeira de que trata esta Lei:

- a) não se aplica a terras indígenas;
- b) quando na faixa de fronteira, além do disposto nesta Lei, fica ainda sujeita aos critérios e condições que venham a ser estabelecidos, nos termos do inciso III do § 1º do art. 91 da Constituição Federal.

Ao estabelecermos uma comparação entre o CM-67 e a Lei de 1989, pode-se argumentar que ocorreu uma diferença substancial no enfoque atribuído, motivado, sobremaneira, pela superfície-profundidade vigente em cada momento. No CM-67 existia uma preocupação central pela preservação do bem mineral, independentemente dos impactos causados ao meio ambiente. Já na regulamentação de 1989, o enfoque e o princípio balizador passaram a ser a preservação do meio ambiente (BARRETO, 1993). Tal mudança de perspectiva conduz à estruturação de dois principais aspectos da nova lei que diferem substancialmente do estabelecido no CM-67: i) responsabilização dos detentores do direito de pesquisa e lavra pelos danos ambientais; e ii) criminalização da garimpagem sem a permissão prevista. Assim sendo, a partir do discurso da promoção dos agentes garimpeiros – que, para a letra fria da legislação, deixa de ser um “trabalhador individual”/“figura isolada”, passando a ser uma “empresa”, um grupo organizado, uma classe (SILVA; OLIVEIRA, 2008) – e, principalmente, da preservação do meio ambiente e dos povos tradicionais, a lei foi estabelecida.

Se, por um lado, a obrigatoriedade de cooperativas e a proibição de desenvolvimento da atividade sem prévio licenciamento representaram uma vitória simbólica para as territorialidades indígenas, organizações de apoio e movimentos ambientalistas, meses mais tarde, estas receberiam um duro golpe: a criação de reservas garimpeiras na Flona Roraima – a Uraricaá-Santa Rosa, a Uraricoera e a Catrimani-Couto Magalhães¹⁸³ (MAPA 10). Tal política confirma, conforme já mencionamos, o interesse do governo em explorar economicamente parte do território Yanomami que anteriormente correspondia à área contínua interdita em 1982. Aqui é interessante ressaltar que há duas contradições atreladas à criação dessas três novas reservas garimpeiras na Flona Roraima: i) tal normativa vai de

¹⁸³ Decreto n. 98.890, de 25 de janeiro de 1990 (Uraricaá-Santa Rosa); Decreto n. 98.959, de 15 de fevereiro de 1990 (Uraricoera); e Decreto n. 98.960, também de 15 de fevereiro de 1990 (Catrimani-Couto Magalhães).

encontro à própria Lei n. 7.805, que vetava tais atividades na Faixa de Fronteira; e ii) duas das três reservas criadas (a Uraricoera e a Catrimani-Couto Magalhães) não somente legitimavam as invasões dos garimpeiros na terra indígena Yanomami – em particular aquelas mais ostensivas, que foram realizadas após 1985 –, mas também tornavam mais difícil o combate às territorializações irregulares na área (MAPAS 9 e 10). Logo, mesmo com o novo aparato legislativo e algumas poucas operações efetivas tentando retirar os garimpeiros e conter o uso indevido de mercúrio, tais territorialidades e territorializações continuavam em franca expansão na Amazônia, inclusive no território Yanomami.

Como podemos perceber, durante os primeiros anos após a Constituição de 1988, o Estado criou um conjunto de regras de in/out visando demonstrar uma nova postura frente às contestações e pressões, em distintas escalas, contra a degradação ambiental e os conflitos com grupos indígenas relacionados com a franca expansão das territorialidades dos garimpeiros. Contudo, não se desvencilha do vínculo de apoio à prospecção mineral, haja vista as três reservas garimpeiras mencionadas e o significativo número de títulos e processos de interesse minerário incidentes em áreas indígenas após 1988 (ver ROLLA; RICARDO, 2013).

Desse modo, mesmo com a Reforma Constituinte trazendo inovações no aspecto legislativo concernente às questões ecológicas, o governo brasileiro ainda engendrava práticas que estabeleciam a manutenção de sua imagem internacional de “vilão mundial do meio ambiente” (KOLK, 1996; DUARTE, 2003). Nesse ínterim, sob a forte influência e intervenção direta do ambientalismo internacional¹⁸⁴, como mais uma ação político-ideológica para contestar os significados em torno da superfície-profundidade das territorialidades desenvolvidas na Amazônia, em dezembro de 1988, o Brasil lança sua candidatura para sediar a Conferência de 1992 sobre questões ambientais (LAGO, 2006). Para agravar a situação, 15 dias após o anúncio da intenção de sediar o que, anos mais tarde, veio a ser chamado Rio-92 (ou Eco-92), o líder seringueiro e ativista ambiental Chico Mendes foi brutalmente

¹⁸⁴ Aqui estamos nos referindo às práticas ambientalistas, de cunho político-ideológico (entrelaçando as perspectivas discursiva/científica, moral e estética), engendradas por instituições internacionais – dentre elas, destacamos a Organização das Nações Unidas (ONU), o G-7 (Estados Unidos, Reino Unido, Japão, Alemanha, França, Itália, Canadá), o G-77 (o grupo de países ditos em desenvolvimento ou subdesenvolvidos que se organizou na ONU para tratar da questão ambiental), o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional (FMI), a Comunidade Econômica Europeia (CEE), as organizações das multinacionais e ONGs, principalmente, norteamericanas e europeias. Vale lembrar que, em seu livro, Kolk (1996) elabora análise crítica sobre os interesses econômicos e ideológicos que orientaram as políticas do governo brasileiro e dessas instituições internacionais em relação à Amazônia, sobretudo a partir de 1989. Ainda, a autora assevera que o ambientalismo internacional trouxe à tona mais preocupações em torno de ações políticas e econômicas do que propriamente ambientalistas, já que seus inúmeros agentes, cada um a seu turno, ao atuarem em níveis transescalares, influenciavam não somente nos debates, mas, particularmente, na política interna dos países, notadamente daqueles em desenvolvimento.

assassinado. Mesmo com o aumento das pressões, são estabelecidas articulações internacionais e, em agosto de 1990, o Rio de Janeiro é anunciado como sede da Conferência¹⁸⁵. Tal situação põe o Brasil ainda mais em evidência, aumentando assim as pressões para que o Estado se posicione mais incisivamente diante dos inúmeros problemas e denúncias envolvendo questões ambientais na Amazônia. Logo, a ruptura com a política anterior e as práticas mais ostensivas objetivando dar uma rápida resposta internacional para demonstrar o compromisso com o meio ambiente (leia-se: Amazônia) impactarão decisivamente nas territorialidades presentes na região, dentre elas as dos garimpeiros.

5.4 Operação Selva Livre: a des-re-territorialização dos garimpeiros para além dos limites nacionais

Na seção anterior, sublinhamos que, em sentido inverso ao da legislação, as territorialidades dos garimpeiros continuavam expandindo informalmente sua atuação e desconsiderando a nova lei (salvo em alguns exemplos em distintos pontos do país), uma vez que, no caso específico de Roraima, continuaram com suas territorialidades e territorializações superpostas aos territórios e territorialidades dos povos nativos, ampliando assim as tensões e os conflitos que culminaram com a morte de diversos índios e garimpeiros¹⁸⁶. Logo, as novas regras do garimpo, as territorialidades e territorializações irregulares em áreas indígenas, a franca mobilidade transfronteiriça, os interesses de Estado no tocante às fronteiras com o Projeto Calha Norte e as diversas pressões nacionais e internacionais foram eventos decisivos que redirecionaram a política que se seguiu, visando inibir a atividade informal. Em meio aos eventos em tela, poucos dias após tomar posse, em 24 de março de 1990, o então presidente Fernando Collor de Mello visitou os yanomamis em Surucucu (FOTO 4) e se comprometeu a retirar os garimpeiros do território tradicionalmente ocupado por essa etnia (ALVES, 1993). Assim, a ação de retirada dos garimpeiros foi reformatada e recebeu o nome de Operação Selva Livre (OSL).

Sem dúvida, a OSL foi o exemplo mais emblemático da atuação do governo brasileiro visando à desarticulação da garimpagem no país, perdurando, entre retomadas e interrupções, por três anos. Em 1990 ocorreram duas etapas da OSL, uma em maio e a outra em outubro (CCPY, 1991). Em ambas, a Polícia Federal passou a explodir pistas de pouso clandestinas (para impedir o retorno dos garimpeiros) e a destruir os equipamentos necessários para a

¹⁸⁵ Sobre o detalhamento dessas articulações, ver, por exemplo, as contribuições de Lago (2006).

¹⁸⁶ No site da CCPY existe acervo digital contendo diversas reportagens de jornais, publicadas na época (<http://www.proyanomami.org.br/v0904/index.asp>).

atividade do garimpo, atingindo assim garimpeiros e empresários. Contudo, de acordo com o balanço de Le Tourneau (2010) no final de maio, quando a primeira etapa da OSL foi interrompida, haviam sido destruídas menos de 20 pistas dentro de um universo de mais de uma centena delas. A força das territorialidades dos garimpeiros em resistir se mostrou mais eficaz do que as primeiras incursões da Polícia Federal, pois em pouco tempo as pistas eram reformadas, e as atividades de garimpagem retomadas (MACMILLAN, 1995; PATEO, 2005; LE TOURNEAU, 2010).

FOTO 4 – Encontro do então presidente Collor com os yanomamis durante visita ao Projeto Calha Norte, em Roraima, março de 1990.
Fonte: Veja (abr. 1990, p. 19)

Durante 1991, em paralelo às operações ocorridas na Amazônia visando conter a garimpagem, foram revogados os decretos anteriores que versavam sobre as 19 “ilhas” e as três reservas garimpeiras (DECRETO de 19 de abril de 1991). No mesmo ato, estabeleceu-se um grupo de trabalho para discutir e definir o território Yanomami. Tal situação ampliou as manifestações e pressões tanto de agentes de apoio aos indígenas e demais instituições atreladas ao ambientalismo internacional, quanto daqueles favoráveis aos garimpeiros. Desse modo, os conflitos das territorialidades, na esfera política, seguiram dois eixos de ação em níveis escalares distintos. No primeiro, grupos políticos, associações e cooperativas de garimpeiros buscavam articulação em escala nacional visando conter o avanço da possibilidade de ser criado um território Yanomami maior e, especialmente, reivindicavam a reconsideração em relação às reservas garimpeiras. No segundo, organizações indígenas,

lideranças religiosas e ONGs estabeleceram articulações internacionais objetivando pressionar o governo a criar o TIY. A pressão internacional foi mais eficaz: na mesma semana da publicação do decreto, o governo “já havia recebido 212 telegramas de entidades internacionais protestando contra a decisão” (CCPY, 1992); e, em poucos meses, “a Funai recebe mais de 11 mil cartas e abaixo-assinados de pessoas e entidades de 35 países pedindo a demarcação do território Yanomami”. Para aumentar as tensões envolvendo tais questões, emergiram articulações de que “ONGs da Europa e EUA poderiam propor um boicote à Rio-92 caso a demarcação não acontecesse até a época da realização da Conferência” (CCPY, 1992).

Diante desse contexto, em resposta às pressões, no mês de outubro de 1991 são homologadas 71 áreas indígenas em 16 estados, totalizando aproximadamente 11 milhões de hectares. Vale ressaltar que, dentre os territórios regularizados, muitos eram concernentes aos territórios e territorialidades de grupos indígenas que vivenciavam intensos conflitos com garimpeiros – dentre eles: Karipuna, no Amapá; Uru-eu-wau-wau, em Rondônia; Cinta Larga, entre Rondônia e Mato Grosso; Kayapó e Xikrin, no Pará; Makuxi e Wapixana, em Roraima (ver MAPA 6, p. 197). Finalmente, em novembro de 1991 foi anunciada a demarcação administrativa da TIY, sendo esta homologada em 25 de maio de 1992 (DECRETO de 25 de maio de 1992) (MAPA 11). Ainda, no ano da Rio-92 anuncia-se a intensificação das operações para retirada dos garimpeiros situados dentro dos 9.419.108 ha pertencentes à TIY. A partir desse momento, as ações de retirada dos garimpeiros e a desarticulação da garimpagem – não somente na TIY, mas na Amazônia – passam a ser mais eficazes, diminuindo consideravelmente a presença de garimpeiros nos territórios indígenas.

Com base em nossa exposição, argumentamos que, desde 1989, diversas operações foram realizadas para inibir a garimpagem no território Yanomami. Mesmo com práticas de resistência, a produção e o contingente dos garimpeiros têm diminuído desde então. Como pode ser observado no gráfico 8, a produção oficial de ouro começou a apresentar leve aumento nos primeiros anos da década de 1980, mas o maior volume da produção foi registrado apenas no curto período entre 1988 e 1990, coincidindo com o auge das invasões e dos conflitos com os yanomamis. Nos anos seguintes, a partir de 1991, ocorre queda abrupta da produção – sendo este o reflexo da OSL – e, conseqüentemente, diminuição dos garimpeiros na TIY¹⁸⁷. Na realidade, a nova postura do governo brasileiro afetou a

¹⁸⁷ É preciso enfatizar que, apesar de representarem um número muito acanhado quando comparado com o final dos anos 1980, até hoje existem garimpeiros dentro do TIY, assim como outras territorialidade que afetam os yanomami, como, por exemplo, madeireiros (LIMA, 2011, 2013; MARQUES, 2013).

garimpagem desenvolvida dentro do território nacional, notadamente, na Amazônia. Tal situação se refletiu diretamente na produção do ouro oriunda dos garimpos, quando então, a partir de 1993, a produção das empresas de mineração passou a superar a dos garimpos, um fato que não acontecia desde 1980 (conforme comentado no capítulo 4 – ver QUADRO 6, p. 175).

GRÁFICO 8 – Produção oficial de ouro em Roraima (1980-1996).

Fonte: Anuário Mineral Brasileiro (1979-1997).

Convém ressaltar que, enquanto, de um lado, o Estado reprimia as atividades informais, do outro criava algumas ações para atender às novas regras do regime de lavra garimpeira (LEI N. 7.805). As ações ocorreram em 1990, através do Projeto Ouro e Gemas (POG), na tentativa de desenvolver, em curto tempo, um cadastramento nacional dos garimpos e garimpeiros, além de buscar orientar sobre a “implementação do regime de permissão de lavra garimpeira e desenvolvimento de tecnologia para lavra e tratamento de ouro, com ênfase para o cadastramento” (RODRIGUES et al., 1994, p. 15). Já no ano seguinte, a partir de agosto de 1991, o POG mudou sua finalidade, passando a atuar na fiscalização, avaliação e controle das áreas com atividades extrativas de ouro e gemas dentro do território nacional. Para tanto, instalou escritórios regionais em algumas áreas com grande concentração de garimpagem, como em Itaituba (RODRIGUES et al., 1994). Apesar das mudanças normativas e das ações visando estabelecer a presença do Estado, o regime de lavra garimpeira e o sistema de cooperativa de garimpeiros teve pouca adesão, refletindo assim em

ínfimos números de permissões outorgadas pelo DNPM (QUADRO 11). Na verdade, o que aconteceu de fato foi que os garimpeiros passaram a não ter mais lugar dentro da nova postura do governo brasileiro. O aumento de práticas visando inibir a atividade informal não teve o acompanhamento de políticas voltadas para absorvê-los de modo adequado em outras frentes de exploração e desenvolvimento da atividade.

MAPA 11 – Terra Indígena Yanomami, homologada em 1992 (DECRETO de 25 de maio de 1992). Base cartográfica: Portal Brasileiro de Dados Abertos (dados.gov.br); Fundação Nacional do Índio (Funai) (mapas.funai.gov.br). Elaborado por Rafael da Silva Oliveira em março de 2013.

1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995
0	0	91	95	35	481	98

QUADRO 11 – Número de permissões de lavra garimpeira outorgadas (1989-1995). Fonte: DNPM (www.dnpm.gov.br).

Diante da queda dos números estimados de trabalhadores envolvidos na garimpagem, vários pesquisadores argumentam que, em decorrência da nova legislação e das práticas

atreladas à nova postura do governo brasileiro, diversos garimpeiros abandonaram os garimpos e buscaram outras atividades no campo ou na cidade. Ao analisar tal contexto, Rodrigues et al. (1994, p. 61) chegam a concluir que a referida diminuição desse contingente é fruto da “extrema mobilidade da migração da população garimpeira, *entrando e saindo da atividade tão rapidamente como num passe de mágica*” (grifo nosso). Ora, afirmações como esta refletem a miopia de diversas análises sobre os desdobramentos da garimpagem na Amazônia desde o início dos anos 1990, que desconsideram as possibilidades das territorialidades dos garimpeiros para além dos limites nacionais.

Conforme nos ensina Appadurai (1999), processos de desterritorialização geram variadas formas de reterritorialização. Assim, é fora de dúvida que, diante das possibilidades presentes nos emaranhamentos em meio à multiterritorialidade, ocorreram constelações de processos territoriais e mobilidades nas mais variadas direções e perspectivas, impossíveis de esquadrihar: voltaram para trabalhar na agricultura; buscaram empregos nas cidades; adequaram-se ao novo regime de lavra garimpeira em sistema de cooperativas; foram trabalhar em garimpos de outros países; dentre outras tantas situações. Dito isso, enfatizamos que esses discursos negligenciam a impressionante mobilidade dos garimpeiros na Pan-Amazônia e, principalmente, a constituição de uma complexa rede transnacional que se fortaleceu desde meados da década de 1990. Seguindo a coerência de nossa argumentação, não estamos convencidos de que a expressiva maioria dos garimpeiros subtraídos das estimativas saiu da atividade como num “passe de mágica”. O que acreditamos e, sobretudo, demonstramos é que parte dessas territorialidades se desterritorializaram e se reterritorializaram em outros países, em consequência dos desdobramentos supramencionados.

Nesse sentido, a nova postura do governo contribuiu muito para alterar a legislação acerca da regulamentação da garimpagem, fazendo o controle da produção e ampliando a fiscalização sobre as áreas exploradas, ocasionando uma abrupta queda da produção oficial de ouro oriunda dos garimpos e do número de garimpeiros trabalhando no Brasil. No entanto, também estimulou, através de diversas práticas, um reposicionamento das mobilidades desses territórios-rede atrelados direta e indiretamente ao garimpo, que era praticamente estruturado na escala regional-nacional, para além das fronteiras nacionais. Tais práticas, que visavam à desterritorialização dos garimpeiros (principalmente aqueles que estavam em terras indígenas), desencadearam um intenso processo de reterritorialização de grande parte dos envolvidos nessa rede para além dos limites nacionais. Logo, alguns países fronteiriços, como

Bolívia, Guiana, Guiana Francesa, Suriname e Venezuela, passaram a representar uma possibilidade de reterritorialização, pois esses países, no imaginário do garimpeiro, significavam a fuga das diversas leis e impedimentos que estavam ocorrendo no Brasil (OLIVEIRA, 2011a, 2012a). A partir de então, os demais países da Pan-Amazônia passaram a exercer grande atração e dilatar as possibilidades de atuação dos garimpeiros, graças à política mais favorável (ou, talvez seja melhor dizer, ausência de fiscalização mais ostensiva), quando comparados com o Brasil.

Tais processos de reterritorialização, sobretudo a partir do início da década de 1990, propiciaram um novo direcionamento dos fluxos e também reposicionaram os territórios-rede articulados com os territórios do garimpo, principalmente aqueles atrelados à constituição das corrutelas e da oferta de bens e serviços situados nas cidades que atuam como base logística. Entre esses novos destinos da “rede garimpeira” na Pan-Amazônia, destaca-se o Suriname – foco principal desta tese –, que, desde a transição entre as décadas de 1980 e 1990, vem recebendo levas de garimpeiros que encontram nesse país a possibilidade de se reterritorializarem para trabalharem na garimpagem do ouro.

Por fim, sublinhamos ainda que está fora de questão, conforme demonstrado ao longo do capítulo, que o movimento de des-re-territorialização é inerente às territorialidades dos garimpeiros, cujos fluxos são ditados a partir da relação “exaustão da lavra→descoberta de novas áreas com potencial”. Até mesmo porque as territorialidades dos garimpeiros se constituem e fortalecem nas mobilidades e, por conseguinte, nessa intensa geografia de redefinição dos seus próprios limites. Contudo, o que mudou nessa dinâmica foi a escala dessas mobilidades e sua complexificação, deixando de ocorrer predominantemente dentro do território nacional para tornar-se majoritariamente transnacionalizada. Por isso estamos enfatizando o movimento de desterritorialização, já que grande parte dos garimpeiros que não se adaptaram às novas regras impostas foi desterritorializada ou, como registrou Procópio (2008), deserddada do próprio país e lançada à sorte. Assim posto, no próximo capítulo trataremos dos eventos transescalares que impactaram no Suriname e contribuíram para atrair a mobilidade de significativa parcela dos garimpeiros que estavam no Brasil.

Capítulo 6

Emaranhamentos favoráveis e a emergência do Suriname como “novo Eldorado”

Nos dois primeiros capítulos desta parte da tese (4 e 5), apresentamos um panorama acerca dos eventos e seus respectivos impactos nas territorialidades dos garimpeiros na Amazônia. Conforme detalhamos, as políticas adotadas pelos governos brasileiros, durante a década de 1980 e início dos anos 1990, contribuíram decisivamente para o redirecionamento desses territórios-rede para além do território nacional, ocasionando o que Almeida (1993) denominou de “continentalização dos conflitos”. Tais processos de des-re-territorialização afetaram os demais países da Pan-Amazônia, sendo mais notável o contingente dessas mobilidades em busca de novas áreas de garimpagem naqueles que constituem o chamado Platô das Guianas. Em meio aos itinerários e emaranhamentos envolvendo essas territorialidades, o Suriname vem ganhando destaque por conta do expressivo número de garimpeiros trabalhando nos campos de ouro situados em seu território.

Diante do exposto, neste capítulo buscamos demonstrar como os entrelaçamentos de diversos eventos influenciaram decisivamente nas regras de in/out, nas interações e nos significados que contribuíram para estimular a garimpagem no Suriname, inicialmente realizada pelos quilombolas surinameses e, depois, com presença majoritária de brasileiros. No que concerne à primeira seção, adiantamos que a chegada dos primeiros garimpeiros a esse país coincide com o período da guerra civil surinamesa (1986-1992), sendo este um dos acontecimentos mais importantes de sua história recente. Os desdobramentos atrelados a esse

evento, articulados com outros, não somente cooperaram para redesenhar as dinâmicas político-econômicas do Suriname, mas, sobretudo, favoreceram o início do estreitamento dos laços entre os quilombolas e os garimpeiros que atravessaram a fronteira norte do Brasil. Essa relação que tem a extração do ouro como ponto convergente, desde então, tem contribuído para alavancar a economia surinamesa e, principalmente, alterado o cenário desse país em diversos aspectos. Além disso, na última seção, analisaremos os principais artigos do Decreto de Mineração que normatizam a atividade no Suriname, abarcando, inclusive, a pequena escala. Tal detalhamento possui serventia para entendermos de modo mais apropriado em quais aspectos a garimpagem vem acontecendo e se desenvolvendo de modo informal no interior do território surinamês.

6.1 Da instabilidade político-econômica à guerra civil (1986-1992): desterritorialização de surinameses, isolamento dos quilombolas e reterritorialização de garimpeiros

Como já mencionado, historicamente existem problemas de relacionamento entre os quilombolas e os negros da capital Paramaribo, permeado por inúmeros conflitos. O próprio processo de independência foi extremamente turbulento, haja vista os desentendimentos entre lideranças políticas constituídas pelos interesses de grupos urbanos em oposição aos grupos étnicos do interior do país. Dentre as principais preocupações dos quilombolas, figurava o receio de uma provável perda de sua relativa autonomia administrativa, gradativamente conquistada desde meados do século XVIII, por meio de acordos estabelecidos durante o período colonial (HOOGBERGEN; KRUIJT, 2004b; VAN LIER, 2005). Tal preocupação começa a ser esboçada como realidade após a independência, em 1975: não somente os quilombolas, mas também os indígenas passaram a ser ainda mais marginalizados dentro do novo cenário político-econômico do país, com forte tendência desenvolvimentista voltada a favorecer a classe média urbana, majoritariamente situada na capital.

Com menos de cinco anos após a independência, em fevereiro de 1980, diante de uma grave crise econômica e social, ocorreu o chamado golpe dos sargentos¹⁸⁸. Em meio à turbulência dos eventos que se seguiram nos primeiros meses, marcado por dois golpes, Desi Bouterse assume o poder político do país. Kruijt e Hoogbergen (2005) esclarecem que, nos

¹⁸⁸ É preciso pontuar que o golpe dos sargentos não se assemelha ao contexto de outros golpes militares que marcaram a política latino-americana, sobretudo, nos anos 1960. Desse modo, alinhamos nosso entendimento com Urt (2009, p. 117-118), ao asseverar que o golpe dos sargentos “não tinha caráter revolucionário, tampouco reacionário. Não partiu de preocupações relacionadas à Guerra Fria. Não seguiu a lógica das doutrinas de segurança inspiradas nos Estados Unidos, nem de alinhamentos à União Soviética. Foi um levante militar provocado por questões exclusivamente internas, quase que limitadas ao espectro das relações da classe militar com o governo”.

primeiros momentos após o golpe dos sargentos, os quilombolas passaram, de certo modo, a ser incluídos nas políticas desenvolvidas pelo governo do Suriname. Dentre os eventos que redirecionaram tais relações, vale sublinhar: o afastamento da elite urbana negra, o estabelecimento de algumas provisões sociais básicas para as populações residentes no interior do país e a extinção de obstáculos burocráticos que impediam os quilombolas de participarem ativamente da vida pública (HOOGBERGEN; KRUIJT, 2004a). Vale acrescentar que, desde então, muitos quilombolas passaram a integrar o Exército nacional como um meio de conseguir ascender economicamente e melhorar sua condição de vida (HOOGBERGEN; POLIMÉ, 2002).

Se, por um lado, algumas ações passaram a incluir os quilombolas, por outro, o Estado, através das Forças Armadas, perpetrava graves violações aos direitos humanos e, sobretudo, não reconhecia os direitos dos quilombolas sobre as terras que tradicionalmente ocupam (COLCHESTER, 1995). Nesse particular, com a repercussão internacional de assassinatos e demais violações aos direitos humanos¹⁸⁹, em 1982, os Países Baixos e outras nações suspenderam a ajuda financeira que era repassada, até então, para o Suriname¹⁹⁰ (DEW, 1994; URT, 2009). Tais eventos, que contribuíram para esse cenário de abrupto declínio e fragilização econômica e internacional, aumentaram a pobreza, sendo mais sentidos no interior do país. Impactos desse porte potencializaram o sentimento dos quilombolas em relação ao histórico processo de marginalização e exclusão social que vêm sofrendo há décadas.

Insatisfeitos com a ditadura no país e com o discurso voltado à exigência dos direitos que foram historicamente negados aos povos tradicionais do interior¹⁹¹, em julho de 1986, um

¹⁸⁹ Dentre os inúmeros casos de violação dos direitos humanos ocorridos nesse período, com grande repercussão internacional, vale destacar a execução, em dezembro de 1982, de 15 opositores do regime ditatorial em Fort Zeelandia. Até hoje os responsáveis pelo assassinato desses dissidentes, entre eles líderes sindicais, advogados, militares, jornalistas e professores universitários, não foram condenados. Conforme registrado na nota de rodapé 22, em abril de 2012 foi aprovada a Lei de Anistia, que perdoa todos os acusados pelos crimes cometidos durante o regime militar (ZANTINGH, 2012).

¹⁹⁰ É importante sublinhar que, desde o início do golpe, a política internacional adotada pelos militares no Suriname se desenvolveu de modo muito contraditório, tornando-se mais intensa após os desdobramentos relacionados com o evento ocorrido em dezembro de 1982. Ao versar sobre isso, MacDonald (1988, p. 109) salienta que os militares seguiram “um curso errático entre a esquerda e a direita, com ligações, em vários momentos ou simultaneamente, com Cuba, Brasil e Líbia” [“an erratic course between the Left and the Right, complete with linkages, at various times or simultaneously, with Cuba, Brazil, and Libya”].

¹⁹¹ Convém registrar que os motivos que culminaram no início da guerra civil não são muito claros. Alguns autores consideram, também, além dos mencionados: conflito pessoal entre Desi Bouterse e seu ex-guarda-costas Ronnie Brunswijk (ver, dentre outros, HEEMSKERK; DELVOYE, 2007) e, até mesmo, disputa “pelo controle do tráfico de cocaína” (FUNCEX, 2010, p. 8). Entretanto, devido à falta de detalhamento dessas duas afirmações e, sobretudo, pela carência de referências que balizem tais entendimentos, optamos por não incluir no “corpo” do texto e apenas fazer o registro dessas informações em nota.

grupo de quilombolas capitaneados por Ronnie Brunswijk¹⁹² formou o Surinaams Nationaal Bevrijdingsleger (Exército Surinamês de Libertação Nacional), conhecido popularmente como Jungle Commando (JC), iniciando seus ataques contra o governo militar e fazendo eclodir a guerra civil. O grupo insurgente realizou os primeiros ataques a postos militares, roubando armas, suprimentos e detendo membros das Forças Armadas como prisioneiros de guerra (BRANA-SHUTE, 1987; MACDONALD, 1988; VRIES, 2005). MacDonald (1988) discorre que, em poucos meses, o JC passou de cem para 600 quilombolas envolvidos diretamente na guerrilha, sendo estes majoritariamente ndjukas (mesmo grupo étnico de Brunswijk) e, em menor medida, saramakas e paramakas.

Em retaliação às ações do JC, o governo realizou uma série de operações, atacando a população quilombola, saqueando e destruindo aldeias (DEW, 1994). Dentre os casos ocorridos que tiveram ampla repercussão internacional, cumpre destacar o ataque de novembro de 1986, no qual “cerca de 50 quilombolas foram massacrados na vila [ndjuka] de Moiwana, quase todos eles bebês, crianças, mulheres e idosos”¹⁹³ (KAMBEL; MACKAY, 1999, p. 120). Esses atentados forçaram a desterritorialização de aproximadamente 10 mil surinameses (sendo aproximadamente 8.500 quilombolas e 1.500 indígenas), que atravessaram a fronteira para a Guiana Francesa e entraram no território vizinho como refugiados (BOURGAREL, 1990; KRUIJT; HOOGBERGEN, 2005). De acordo com Vries (2005), se incluirmos os civis que fugiram para os Estados Unidos e Holanda, o número de desterritorializados em decorrência da guerra civil atinge, mais ou menos, 25 mil surinameses.

Em poucos meses de guerra civil, o JC começou a direcionar seus ataques para alvos econômicos, como empresas madeireiras e áreas de mineração da bauxita, além de destruir parte da rede de infraestrutura (estradas, postes de energia elétrica etc.) que servia a capital (HOOGBERGEN; POLIMÉ, 2002; HOOGBERGEN; KRUIJT, 2006). Nesse contexto, outros grupos armados surgiram e se envolveram na guerra civil, como o Tucayana Amazonas – constituído por um grupo de indígenas apoiados pelo Exército nacional (KAMBEL; MACKAY, 1999; HEEMSKERK, 2005; PRICE, 2011). Os sucessivos ataques, além de gerarem danos na precária rede técnica existente, também dividiram o território surinamês: a porção oriental, na fronteira com a Guiana Francesa, passou a ser controlada pelo JC; e o restante do país, pelo governo militar (MAPA 12). Nesse momento, o governo surinamês

¹⁹² Ronnie Brunswijk foi um dos inúmeros quilombolas que serviram no Exército nacional. Antes de ser demitido, em 1984, participou de uma unidade de treinamento militar especial em Cuba e chegou a trabalhar como membro do serviço de segurança particular do presidente (MACDONALD, 1988; HOOGBERGEN, KRUIJT, 2004a; VRIES, 2005).

¹⁹³ “(...) around 50 Maroons were massacred at the village of Moiwana, almost all of them infants, children, women and the elderly” (KAMBEL; MACKAY, 1999, p. 120).

estabeleceu uma política de isolamento da área controlada pelo Surinaams Nationaal Bevrijdingsleger, com o intuito de limitar seus recursos e enfraquecer o movimento de oposição armada (VRIES, 2005).

MAPA 12 – Geografia da guerra civil no Suriname (1986-1992).

Base cartográfica: Diva-GIS (diva-gis.org).

Adaptado por Rafael da Silva Oliveira, a partir de Vries (2005, p. 11), em agosto de 2010.

A instabilidade política do Suriname, marcada por sete sucessivos governos (civis e militares) entre 1980 e 1987 e acrescida de uma guerra civil iniciada em 1986, juntamente com a aguda crise econômica, aprofundada com a suspensão da ajuda internacional e a queda do preço da bauxita, tornava a manutenção da atual composição do Estado autoritário praticamente insustentável (KRUIJT; HOOGBERGEN, 2005). Na tentativa de recuperação econômica através da reabertura à comunidade internacional e restauração do apoio financeiro, oriundo sobretudo da Holanda, proveu-se na direção da redemocratização do país. Assim, após o estabelecimento de alguns acordos de paz e a aprovação da nova Constituição, em 1987, são realizadas eleições livres (DEW, 1994).

O novo governo passou a negociar a anistia dos guerrilheiros e a volta dos refugiados, assinando em julho de 1989 um acordo de paz, na Guiana Francesa, que ficou conhecido como o Acordo de Kourou (DEW, 1994; HOOGBERGEN; POLIMÉ, 2002). Todavia, Desi Bouterse se opôs ao acordo e à condução do governo civil, realizando novo golpe militar e assumindo o poder em 1990. Por conseguinte, os conflitos armados envolvendo, principalmente, o Exército nacional, o JC e o Tucayana Amazonas continuaram em diversos pontos no interior do país, e a paz foi restaurada somente em 1992, quando se realizaram novas eleições e o novo governo civil, após muitas negociações, assinou novo acordo de paz (vredesakkoord) sob supervisão da Organização dos Estados Americanos (OEA) (VRIES, 2005; HOOGBERGEN; KRUIJT, 2006).

O referido acordo de paz de 1992, composto por 17 artigos e firmado entre o Estado, o Jungle Commando, o Tucayana Amazonas e outros grupos diretamente interessados, ficou conhecido como Acordo de Lelydorp (Akkoord van Lelydorp) ou Acordo para a Reconciliação Nacional e Desenvolvimento (Akkoord voor Nationale Verzoening en Ontwikkeling). O documento previa, dentre outros, a cessação das hostilidades, a anistia para os insurgentes, a entrega de armas e prometia mais desenvolvimento no interior, em benefício das comunidades tradicionais. Importa ressaltar que os artigos 10 e 11 tratam especificamente sobre o direito à terra – principal reivindicação dos grupos mencionados. O artigo 10 reza que o Estado incentivaria a delimitação, a regulamentação e a concessão de título para quilombolas e indígenas concernentes às suas terras tradicionalmente ocupadas. Ainda designaria uma “zona econômica” em torno das vilas para as comunidades quilombolas e indígenas desempenharem suas atividades, dentre elas a silvicultura, a mineração em pequena escala, a pesca e a caça (IBP, 2010).

Em um breve balanço dos eventos supramencionados, podemos afirmar que os seis anos de guerra civil (1986-1992) propiciaram um colapso no interior do país e alteraram significativamente as territorialidades no leste do Suriname, tornando-se, desde então, um território caracterizado pela frágil presença e atuação do Estado (KRUIJT; MAK, 2002). Tal contexto se refletia na paisagem, pois a precária infraestrutura que existia foi praticamente destruída – especialmente as estradas, o fornecimento de água e de luz, os prédios públicos, dentre outros –, evidenciando a falência dos serviços públicos no território que era controlado pelo JC, sobretudo no tocante aos serviços básicos de educação e saúde (VRIES, 2005). Ilhado em relação ao restante do país, o grupo insurgente comandado por Brunswijk começou a incentivar a mineração do ouro para financiar a guerra e prover as necessidades das

comunidades quilombolas que ficaram desassistidas (HOOGBERGEN; KRUIJT, 2004a; VRIES, 2005). Muitos autores destacam que a extração de ouro passou a ser potencializada após a utilização de dragas que pertenciam ao Geologische Mijnbouwkundige Dienst (GMD) e foram apreendidas pelos guerrilheiros do JC durante incursões nos principais rios situados na porção oriental do país (VLETTER; HAKSTEGE, 1998; ROBBÉ, 2005b).

Nesse contexto, após poucos meses do início da guerra civil, o ouro se tornou a moeda corrente alternativa, ocasionando assim o desaparecimento da moeda surinamesa em grande parte das transações econômicas no leste de seu território (KRUIJT; MAKES, 2002; HOOGBERGEN; KRUIJT, 2006). A guerra civil praticamente isolou os territórios quilombolas que apoiavam o JC, que, por consequência, deixaram de estabelecer relações comerciais com a capital, voltando-se para a Guiana Francesa. A destruição e a interrupção das atividades escolares, associadas às dificuldades econômicas e à discriminação étnica, diminuíram as opções de subsistência e forçaram muitos jovens quilombolas sem perspectivas a buscarem formas alternativas de renda, majoritariamente relacionadas com a garimpagem do ouro (HEEMSKERK, 2000; KRUIJT; HOOGBERGEN, 2005).

A garimpagem aurífera no Suriname oriental em alta, basicamente realizada por quilombolas (*porknockers*), e a ausência do Estado constituíram emaranhamentos favoráveis para atrair os primeiros garimpeiros ainda durante a guerra civil, na segunda metade dos anos 1980. Diversos relatos coletados com os garimpeiros que vivem no Suriname há mais de 15 anos, assim como os depoimentos adquiridos dos quilombolas, apontam que o próprio Ronnie Brunswijk estimulou a permanência dos garimpeiros no território controlado pelo JC. De acordo com as entrevistas, os primeiros garimpeiros chegaram através da variação¹⁹⁴, cruzando principalmente a partir do Amapá e atravessando a Guiana Francesa, mas, também, através da fronteira entre o Brasil, o Suriname e a Guiana Francesa até atingirem o rio Marowijne (ver MAPA 5, p. 190). Nessa época, a mineração do ouro era realizada com dragas principalmente nos rios Marowijne, Lawa e Tapanahony, situação que foi drasticamente alterada sobretudo após o fim da guerra civil, por conta da intensificação das mobilidades de garimpeiros para a região.

Com o acordo de Lelydorp, que pôs fim à guerra civil em 1992, os quilombolas e os indígenas passaram a ter, virtual e moralmente, mais direitos¹⁹⁵ para desenvolver, entre outras,

¹⁹⁴ Expressão garimpeira para dizer que uma pessoa caminhou (ou viajou) por vários dias na mata até chegar a uma área de garimpo.

¹⁹⁵ Dizemos dessa forma porque, na prática, mesmo com a assinatura do mencionado acordo de paz, pouco foi realizado no sentido de assegurar os direitos dos povos tradicionais; e, como será demonstrado na próxima seção, o Decreto de Mineração de 1986 continua sendo a principal normativa que rege esse setor da economia –

atividades de mineração em pequena escala em seus territórios. Logo, a economia informal do ouro passou a possibilitar, no entendimento dos quilombolas, melhoria da qualidade de vida e desenvolvimento no interior, haja vista que os sucessivos governos negligenciaram seus direitos oferecendo-lhes pouco acesso à educação, habitação, serviços de saúde, dentre outros. Cumpre acrescentar que Vries (2005), em seu livro *Suriname na de binnenlandse oorlog*, discorre que a guerra civil, apesar dos inúmeros efeitos negativos, contribuiu para que quilombolas e indígenas se tornassem mais conscientes de sua posição social e da reivindicação de seus direitos e tivessem maior influência em relação ao destino da exploração dos recursos em seus territórios tradicionais.

Desse modo, a fofoca acerca das ocorrências auríferas na área transfronteiriça entre o Suriname e a Guiana Francesa, associada às ações do governo brasileiro nos primeiros anos da década de 1990, à criação da TIY, ao fim da guerra civil e ao maior reconhecimento do direito à terra aos quilombolas no Suriname contribuíram para o *boom* da mobilidade de levas de garimpeiros em busca de novas áreas de garimpagem na ex-colônia holandesa. Os garimpeiros dominavam técnicas mecanizadas de desmonte hidráulico em terra firme (bico-jato), método de extração desconhecido pelos quilombolas e que, por conta da facilidade de implementação, passou a ser predominante no Suriname, ocasionando a diminuição do número de dragas e balsas¹⁹⁶. Em pouco tempo, a chegada dos garimpeiros e, sobretudo, a relação destes com o ouro contribuíram para que a mineração artesanal desenvolvida pelos quilombolas cedesse espaço para o ritmo empreendedor trazido por esses novos agentes (HOOGBERGEN; KRUIJT, 2004a; THEIJE; HEEMSKERK, 2009). Tal situação é reconhecida pelos próprios quilombolas, como se pode ver no depoimento de EJK (quilombola da etnia Ndjuka), detentor de concessão para exploração de ouro em pequena escala na área do Manlobi, que estabelece acordos majoritariamente com garimpeiros: “os brasileiros gostam de ouro, a gente gosta de ouro, eles precisam de ouro, a gente precisa de ouro, eles são trabalhadores e sabem encontrar e retirar o ouro, a gente tem a terra com o ouro...”

Desde então, garimpeiros e quilombolas motivados pelo interesse mútuo em torno da mineração aurífera passaram a estabelecer acordos informais, visando desenvolver a atividade da garimpagem no interior do Suriname, criando novas territorialidades com regras de in/out, interações e significados particulares. Além da presença dos garimpeiros, existem muitos brasileiros atuando como empresários e investindo diretamente na atividade, sobretudo nos

documento este que, além de não garantir, fere os direitos dos quilombolas e indígenas.

¹⁹⁶ Desde meados dos anos 1990, o método de extração de bico-jato é predominante no Suriname. Vale acrescentar que, de acordo com nossos estudos, significativa parcela das dragas e balsas que existiam no Suriname, aos poucos, se deslocaram para a Guiana – país onde esse método ainda é muito presente.

territórios quilombolas. Já os quilombolas atuam, em especial, cobrando taxas para liberação do desenvolvimento da garimpagem em suas terras (geralmente 10% da produção), como também controlam o transporte – sobretudo o fluvial – de pessoas, equipamentos, combustível, produtos alimentícios e outras mercadorias para o interior do país.

No artigo “Goud en brazilianen”, Hoogbergen, Kruijt e Polimé (2001) destacam que, se por um lado a chegada dos brasileiros, em sua expressiva maioria constituída por garimpeiros, contribuiu decisivamente para uma das mais significativas alterações na dinâmica econômica do Suriname desde a independência, por outro este é o grupo que possui os registros menos precisos acerca de seu contingente. Entretanto, ao cruzarmos algumas estimativas e registros, podemos ter uma dimensão próxima dessa realidade e, sobretudo, de seu crescimento ao longo dos anos.

Veiga (1997) afirma que, em meados da década de 1990, existiam cerca de 8.000 garimpeiros registrados no Ministério do Trabalho do Suriname. Já as estimativas apontam, no mesmo período, para a existência de aproximadamente 15.000 pessoas trabalhando diretamente na extração aurífera (RAMCHARAN, 1996; KOM et al., 1998), sendo três quartos constituídos por garimpeiros tanto em situação regular quanto irregular (HEEMSKERK, 2000; HEALY; HEEMSKERK, 2005). No início do século XXI, estimativas sugerem a manutenção da participação proporcional dos garimpeiros e o aumento da presença de trabalhadores diretamente vinculados à mineração em pequena escala do ouro, chegando a atingir 25.000 pessoas (IBP, 2010). Outros autores apontam cifras bem maiores, algumas chegando a apontar quase o dobro desse contingente (QUICK, 2001).

Diante da expansão da garimpagem, em poucos anos garimpeiros extrapolaram seus limites mais imediatos de atuação em meio à floresta surinamesa, passando a influenciar também nas dinâmicas territoriais das principais cidades do país. Tal fato se deve à instalação de infraestrutura atrelada às territorialidades para a garimpagem nas áreas urbanas, o que envolve não somente brasileiros, mas também surinameses. Indubitavelmente, o principal exemplo de territorialização em área urbana envolvendo a territorialidade garimpeira no Suriname é o Belenzinho. Nessa principal referência da afluência brasileira na capital, situada em algumas ruas do Tourtonne (no *ressort* Blauwground, norte de Paramaribo), concentram-se as principais ofertas de bens e serviços voltados para os brasileiros e para o garimpo.

Theije (2007b) esclarece que, a partir de 1995, progressivamente, muitos brasileiros começam a se estabelecer em Paramaribo. Recorrendo aos dados coletados durante pesquisas de campo, a autora destaca que os anos de 1997 a 1998 marcam o início do desenvolvimento

de Belenzinho em Paramaribo – período que coincide, conforme demonstrado a seguir, com o *boom* da produção de ouro no Suriname. Para corroborar essa tese, recordamos que Veiga (1997), em seu trabalho, menciona a existência de cerca de mil famílias de garimpeiros vivendo em Paramaribo já em meados dos anos 1990. E, ainda, ao seguirmos o entendimento de Hoogbergen, Kruijt e Polimé (2001), podemos afirmar que metade do contingente de brasileiros que migra para o Suriname vive em Belenzinho. Logo, essa territorialização inseriu novos elementos que redirecionaram itinerários, geraram novas demandas e agregaram novos significados e práticas não somente às territorialidades dos garimpeiros, mas, também, em relação à territorialidade da garimpagem aurífera no Platô das Guianas.

Apesar da carência de dados mais consistentes, o inegável aumento da presença de garimpeiros tem refletido na contabilidade da produção de ouro dentro do território surinamês, pois entre 1995 e 1998 a produção passou de 10t para 20t (KOM et al., 1998; MOL et al., 2001). Oficialmente, entre 1997 e 2001 o Banco Central do Suriname comprou uma média de 5,40t de ouro/ano provenientes da garimpagem (IBP, 2010). Nos anos seguintes, entre 2002 e 2009, somente a pequena escala contribuiu para o Suriname exportar 96,26t de ouro, perfazendo uma média de 12,03t por ano (QUADRO 12). Ao considerarmos o período compreendido entre 2005 e 2009, a exportação do ouro oriunda dos garimpos somou 70,15t, enquanto que a grande escala, no mesmo período, registrou 50,68t – dos 120,83t da produção oficial de ouro no país, a mineração em pequena escala contribuiu com 58,06% (HEEMSKERK, 2010). Isso demonstra que, desde o início do *boom* das mobilidades de garimpeiros para o Suriname, após a guerra civil, até o momento atual, quase todo o ouro extraído é proveniente da atividade em pequena escala. Nesse particular, sublinhamos que atualmente a Iamgold é a única que produz efetivamente a mineração em grande escala no Suriname (HEEMSKERK, 2010).

Ano	Pequena escala (garimpos)	Grande escala (Iamgold)	Total
2002	1,70	0,00	1,70
2003	11,71	0,00	11,71
2004	12,70	0,00	12,70
2005	11,65	10,92	22,57
2006	11,96	9,45	21,41
2007	13,83	7,96	21,79
2008	16,22	10,26	26,48
2009	16,49	12,09	28,58

QUADRO 12 – Procedência do ouro exportado, em toneladas (t), do Suriname (2002-2009).

Fonte: Heemskerk (2010, p. 64).

Mesmo com a presença da mineração em grande escala, a garimpagem continua ascendendo sua participação, em números absolutos, na produção contabilizada no Suriname. Como pode ser visto no quadro 13, o ouro proveniente da pequena escala registrado na produção oficial contribui com regularidade para as exportações ao longo do ano. Todavia, além disso, o Banco Central do Suriname estima que, provavelmente, o volume oriundo da garimpagem aurífera represente apenas 25% da produção nacional (IBP, 2010). Posto isto, podemos considerar que esse ouro não contabilizado tem vários destinos: é vendido para compradores e interceptadores clandestinos; é transportado ilegalmente para a Guiana Francesa, Venezuela, Guiana e Brasil; ou circula através de diversas transações comerciais no Suriname. Desse modo, após o *boom* da garimpagem, sobretudo com o aumento da produção oficial e do descaminho do ouro e a “invenção” de Belenzinho, os governos surinameses vêm adotando políticas, por vezes contraditórias, ao longo das últimas décadas¹⁹⁷, visando cadastrar e controlar a atividade garimpeira em seu território (voltaremos a essa discussão na terceira parte).

MÊS	OURO EXPORTADO		
	2009	2010	2011
Janeiro	1,30	1,23	1,20
Fevereiro	1,26	1,30	1,39
Março	1,49	1,67	1,73
Abril	1,27	1,54	1,76
Maio	1,40	1,35	1,57
Junho	1,39	1,56	1,54
Julho	1,23	1,41	1,73
Agosto	1,18	1,56	1,55
Setembro	1,54	1,49	1,70
Outubro	1,40	1,56	1,49
Novembro	1,41	1,63	1,74
Dezembro	1,62	1,81	1,79
TOTAL	16,49	18,11	19,19

QUADRO 13 – Exportação de ouro, em toneladas (t), do Suriname (2009-2011).
Fonte: ABS (2012, p. 49).

Convém acrescentar que a situação macroeconômica do Suriname durante a década de 1990 e início dos anos 2000, altamente volátil e marcada pela queda do preço da bauxita e desvalorização do florim surinamês¹⁹⁸ (MARTIN, 2001; DIJCK, 2001), contribuiu para que a

¹⁹⁷ Vale mencionar que o Estado surinamês, até o início da segunda metade da década de 1990, direcionou atenção e política exclusivamente para a mineração em grande escala, ignorando por alguns anos, em suas políticas, o rápido crescimento da garimpagem no interior do país.

¹⁹⁸ Em 2004 o florim surinamês foi substituído pelo dólar surinamês.

garimpagem aurífera se tornasse mais atraente. Ainda se faz mister considerar também que a instabilidade político-econômica no Suriname, sobretudo em decorrência do golpe dos sargentos e da guerra civil, e a retração do preço do ouro nos anos 1990 dificultaram a captação de investimentos internacionais e, por conseguinte, o desenvolvimento da mineração em grande escala no país.

Após a guerra civil, foram atraídos alguns investimentos estrangeiros para o setor que visavam, sobretudo, incentivar a expansão da mineração em grande escala. Contudo, entre 1997 e 2001, quando o preço do ouro chegou a ficar abaixo de US\$ 300/*troy ounce*, muitos investidores reduziram ou até mesmo suspenderam suas atividades no Suriname. A queda no preço do ouro, tornando os altos investimentos da mineração em grande escala inviáveis, abriu novas perspectivas para as territorialidades de garimpeiros e empresários de garimpos. Desse modo, esses sujeitos voltaram atenção para áreas onde tinham ocorrido grandes investimentos e, de certa maneira, já existiam pesquisas comprovando o potencial para mineração. Assim, com menor capital investido e assumindo os riscos, foram estabelecidos campos de garimpagem aurífera através de acordos verbais com quilombolas e/ou donos de concessionárias. Ao observarmos o gráfico 9, juntamente com as informações supramencionadas acerca da produção de ouro oriunda dos garimpos, percebemos que seu crescimento acontece nos anos em que o preço do ouro sofre queda e os investimentos na mineração em grande escala são reduzidos ou interrompidos. Tal quadro sofre alterações no início da primeira década do século XXI, especialmente com a recuperação do preço do ouro (GRÁFICO 9 e QUADRO 14), tornando o cenário favorável aos investimentos na mineração em grande escala e, consequentemente, aumentando as tensões e os conflitos.

GRÁFICO 9 – Preço do ouro: média anual (1990-2009).

Fonte: London Fix <<http://www.kitco.com/charts/historicalgold.html>>. Acessado em janeiro de 2011.

Elaborado por Rafael da Silva Oliveira, dezembro de 2012.

Ano	Preço (US\$)
1990	383,51
1991	362,11
1992	343,82
1993	359,77
1994	384,00
1995	383,79
1996	387,81
1997	331,02
1998	294,24
1999	278,98
2000	279,11
2001	271,04
2002	309,73
2003	363,38
2004	409,72
2005	444,74
2006	603,46
2007	695,39
2008	871,96
2009	972,35

QUADRO 14 – Preço do ouro: média anual (1990-2009).

Fonte: London Fix <<http://www.kitco.com/charts/historicalgold.html>>. Acessado em janeiro de 2011.

Elaborado por Rafael da Silva Oliveira, dezembro de 2012.

6.2 Mudam as territorialidades e territorializações, permanece o *Decreet Mijnbouw* de 1986

Apesar dos eventos supramencionados que implicaram inúmeras mudanças na garimpagem aurífera, o Decreto E-58 (Decreto de Mineração), de 8 de maio de 1986, continua como o principal documento que rege a atividade no Suriname, mesmo tendo sido elaborado e aprovado anos antes das grandes transformações ocorridas no setor a partir do pós-guerra civil.

Os artigos 41 da Constituição do Suriname¹⁹⁹ e 2º do Decreto de Mineração estabelecem que todos os recursos naturais em seu território são propriedade do Estado. Assim, de acordo com o mencionado Decreto, qualquer operação atrelada à mineração no Suriname somente pode ser realizada após emissão de uma concessão (§6º, Art. 2º). O Ministério de Recursos Naturais (Ministerie van Natuurlijke Hulpbronnen), responsável pelos assuntos de mineração, emite cinco diferentes tipos de concessão, a saber: i) reconhecimento; ii) exploração; iii) exploração; iv) mineração em pequena escala; e v) materiais de construção

¹⁹⁹ “Riquezas e recursos naturais são propriedade da nação e devem ser utilizados para promover o desenvolvimento econômico, social e cultural. A nação tem o direito inalienável de tomar posse completa dos recursos naturais, a fim de aplicá-los às necessidades do desenvolvimento econômico, social e cultural do Suriname” [“Natuurlijke rijkdommen en hulpbronnen zijn eigendom van de natie en dienen te worden ingezet in de economische, sociale en culturele ontwikkeling. De natie heeft het onvervreemdbaar recht om volledig bezit te nemen van de natuurlijke hulpbronnen, ten einde deze aan te wenden ten behoeve van de economische, sociale en culturele ontwikkeling van Suriname”] (Art. 41, Grondwet van de Republiek Suriname [Constituição da República do Suriname], 1987).

(pedreira). Elaboramos o quadro 15 a fim de expor as principais normativas acerca da definição, duração, tamanho da área, transferência e arrendamento de cada uma das cinco modalidades supramencionadas. Dessa maneira, apesar de concentrarmos nossa atenção na mineração em pequena escala, é possível ter um panorama comparativo com as demais mencionadas.

Na alínea 1 do Art. 1º, define-se que mineração em pequena escala significa “o reconhecimento, a exploração e a exploração de um depósito mineral cuja natureza, modo de ocorrência e quantidade, garante a mineração econômica por meios e técnicas simples”²⁰⁰. A área máxima permitida ao titular desse tipo de concessão é de 200 ha (§6º, Art. 36) por até dois anos, podendo ser prolongado, cada vez, por igual período (§1º, Art. 38). Vale sublinhar que, nessa modalidade, a outorga somente pode ser requerida e destinada para pessoa física que seja cidadã e residente do país (§4º, Art. 36). Ainda são vedadas quaisquer possibilidades de o titular transferir a concessão para outrem, ou seja, não é permitido arrendá-la ou repassá-la, mesmo sem remuneração, para terceiros (§1º, Art. 11).

No que tange às obrigações do titular de uma concessão para mineração em pequena escala, vale destacar a exigência da elaboração e apresentação de relatórios trimestrais ao Ministério de Recursos Naturais (mais especificamente, ao GMD) contendo, dentre outras informações, os custos operacionais, o quantitativo de pessoas que trabalham na área de concessão (contendo as respectivas informações pessoais, como nome, idade e nacionalidade), como também os volumes de terra trabalhada e de mineral extraído (Art. 40). Além disso, faz-se necessário: manter registros semanais acerca das operações desenvolvidas (Art. 40); informar, em até 30 dias, qualquer descoberta de jazida mineral (Art. 19); e manter atualizado o livro contábil com o balanço anual (Art. 8º).

²⁰⁰ “The reconnaissance, exploration and exploitation of a mineral deposit whose nature, mode of occurrence and quantity, warrants the economic mining by simple means and techniques” (Art. 1º, sub-section 1, Decree E-58 of may 8, 1986).

TIPO DE CONCESSÃO	DEFINIÇÃO	DURAÇÃO	TAMANHO	TRANSFERÊNCIA E ARRENDAMENTO
RECONHECIMENTO	A busca por indícios minerais através de meios diferentes das operações de perfuração substancial ou qualquer outro trabalho que provoque mudanças na forma natural da superfície da terra e/ou no subsolo.	2 anos, podendo ser prolongado apenas por mais 1 ano.	Máximo de 200.000 ha.	Não é transferível e não pode ser arrendado ou repassado em uso para terceiros.
EXPLORAÇÃO	Toda atividade para determinar, do modo mais preciso possível, a natureza, a quantidade, o modo de ocorrência e o valor econômico da jazida mineral, bem como todas as outras atividades para determinar a viabilidade técnica e econômica para sua exploração.	3 anos, podendo ser prolongado por duas vezes, com um período de 2 anos cada.	Máximo de 40.000 ha (em cada prolongamento da duração, a área deve ser reduzida em, pelo menos, 25% do tamanho original).	É transferível, no todo ou em parte, e pode ser arrendado ou repassado em uso para terceiros (após aprovação das autoridades competentes).
EXPLOTAÇÃO	A mineração e o processamento subsequente, o transporte e a comercialização de minerais.	25 anos, podendo ser prolongado em condições a serem acordadas.	Máximo de 10.000 ha.	É transferível, no todo ou em parte, e pode ser arrendado ou repassado em uso para terceiros (após aprovação das autoridades competentes).
MINERAÇÃO EM PEQUENA ESCALA	O reconhecimento, a exploração e a exploração de um depósito mineral cuja natureza, modo de ocorrência e quantidade, garante a mineração econômica por meios e técnicas simples.	2 anos, podendo ser prolongado cada vez por mais 2 anos.	Máximo de 200 ha.	Não é transferível e não pode ser arrendado ou repassado em uso para terceiros.
MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO (PEDREIRA)	A exploração de todas as formas de rocha, tais como cascalho, areia, argila, conchas, bem como brita e outros materiais utilizados para a construção de edifícios, estradas, barragens, aeroportos e obras similares.	5 anos, podendo ser prolongado cada vez por um período não superior a 5 anos.	Máximo de 400 ha.	É transferível, no todo ou em parte, e pode ser arrendado ou repassado em uso para terceiros (após aprovação das autoridades competentes).

QUADRO 15 – Informações importantes acerca dos tipos de concessão estabelecidos no Decreto de Mineração em vigor no Suriname (Decreto E-58, de 8 de maio de 1986).

Fonte: Decree E-58 of may 8, 1986.

Elaborado por Rafael da Silva Oliveira, março de 2013.

O Geologische Mijnbouwkundige Dienst (Serviço de Geologia e Mineração) é o órgão responsável pela fiscalização *in loco* e pela realização do acompanhamento dos relatórios. Em tese, o não cumprimento dessas normativas implica a suspensão ou revogação da concessão (Art. 18). Todavia, segundo relatos obtidos durante entrevistas com funcionários do próprio GMD (entre 2009 e 2011), a falta de recursos financeiros e de pessoal para fiscalizar e acompanhar os relatórios trimestrais referentes a mais de 2.000 títulos minerários somente da mineração em pequena escala torna o controle da atividade ineficaz. Tais informações são corroboradas por Healy e Heemskerk (2005, p. 17), que, ao discorrerem acerca da precária capacidade operacional do GMD, enfatizam que em “1997 o serviço [GMD] tinha apenas dois geólogos na folha de pagamento (incluindo o diretor!)”²⁰¹. Diante desse problema, que, como tudo indica, se arrasta por anos, grande parte das territorialidades dos garimpeiros e dos quilombolas vem se favorecendo das possibilidades oportunizadas pela inoperância desses mecanismos de controle das normativas estabelecidas pelo Estado para desenvolver suas atividades²⁰².

Como registramos anteriormente, independentemente de possuírem ou não concessão para atuarem na mineração em pequena escala, os quilombolas sublocam frações de seu território, tradicionalmente ocupado, para grupos de garimpeiros ou, até mesmo, estabelecem acordo com empresários (brasileiros) de garimpo. Na realidade, apesar de ser fora de dúvida que a expressiva maioria dos garimpeiros atua em parceria com os quilombolas, tal violação de transferência e/ou arrendamento do titular para terceiros (garimpeiros e/ou empresários de garimpo) é prática comum no Suriname. Entre os garimpeiros e os empresários de garimpo que estão iniciando, é comum, antes de começar suas atividades (ou seja, antes de colocar máquinas), que procurem informações para conseguir conhecer a pessoa que detém a permissão de mineração (seja ela formal ou informal), para o estabelecimento de acordo e/ou parceria. Tal fato pode ser exemplificado com um depoimento que colhemos durante entrevista:

(...) aqui no Suriname não tem palmo de terra sem dono [titular da concessão ou requerente informal]. Não adianta, não tem conversa... pode qualquer garimpeiro botar uma quatinha²⁰³ pra funcionar e antes de pensar em bater a

²⁰¹ “(...) 1997 the service had only two geologists on the payroll (including the director!)” (HEALY, HEEMSKERK, 2005, p. 17).

²⁰² É importante enfatizar que existem algumas raras exceções, pois, ao longo dos anos em que realizamos pesquisas de campo, encontramos casos de quilombolas e garimpeiros trabalhando em situação regular.

²⁰³ Motor de 4” utilizado no método de bico-jato. Esse tipo de motor tem sido, em sua maioria, substituído por outros mais potentes (como, por exemplo, de 6”). Normalmente, quando um garimpeiro pretende enfatizar que se trata de uma garimpagem pequena, ou seja, em fase inicial e com poucos recursos, menciona que se trata de “um

caixa²⁰⁴ vem logo dois ou três em cima já com a conversa de que é dono da terra. O único jeito é pagar ou perder o serviço (FPZ, garimpeiro, 42 anos, 23 anos de garimpo – entrevista em 2011.1).

Não há dúvidas, de acordo com o Decreto E-58, de que o detentor do título, ao arrendar parte de sua concessão, incorre numa irregularidade. No entanto, convém ressaltar que as cobranças de taxas sem a outorga necessária são exigidas, majoritariamente, pelas populações tradicionais (por quilombolas e, em algumas áreas, pelos indígenas). Nesses imbricados emaranhamentos, existem duas outras práticas recorrentes que merecem menção. A primeira refere-se às “sociedades” em que surinameses, financiados por empresários brasileiros (e, em alguns casos, porém de modo crescente nos últimos anos, chineses), realizam a solicitação de permissão para realizar operações de mineração e repassam irregularmente a administração da concessão de toda a área para o contratante. Nesse caso, o dono do capital e detentor “de fato” do título repassa mensalmente um valor, estipulado com antecedência, para o titular “de direito”, além de convidar e permitir que garimpeiros trabalhem na área de concessão a partir do pagamento com percentuais da produção (geralmente 10%). A outra acontece, não raras vezes, quando os garimpeiros são obrigados a pagar duas vezes a mesma taxa: 10% para o detentor formal da concessão e 10% para quilombolas ou indígenas que reivindicam seus direitos, historicamente adquiridos, sobre a terra.

Importante salientar que o Decreto de Mineração, ao abordar sobre os povos tradicionais que vivem no interior e estão intimamente implicados com a atividade em tela, apresenta diretrizes vagas e, sobretudo, desconsidera os direitos dos povos tradicionais, gerando controvérsias. Dentre os exemplos, vale ressaltar que o Art. 47 é explícito ao mencionar que os “reclamantes”, ou seja, os quilombolas e os indígenas situados dentro ou nas proximidades da área de concessão, são obrigados a permitir que o titular do direito de mineração execute suas atividades nas áreas outorgadas. Na sequência, o Art. 48 indica que o titular da concessão localizada nessas áreas deve executar suas operações de mineração de “forma razoável e adequada”, visando “causar o menor dano possível” às partes interessadas. Ora, é preciso reconhecer que tais diretrizes estão fortemente sujeitas a interpretações imprecisas, ocasionando, na prática, inúmeros problemas.

garimpo com uma ou duas quatinhas”.

²⁰⁴ É o mesmo que “despesca” e refere-se ao momento em que o ouro é retirado da caixa concentradora para realização do cálculo (apuração).

Em síntese, podemos argumentar que as regras que constituem o decreto de mineração em vigor no Suriname não levam em consideração as normas internacionais de proteção aos povos indígenas e tribais²⁰⁵, prejudicando gravemente os seus direitos sobre a terra. Por conseguinte, quilombolas e indígenas, em diversos casos, não aceitam o presente regulamento e transgridem as regras estabelecidas, cobrando taxas e estabelecendo acordos diretamente com garimpeiros e empresários dispostos, respectivamente, a trabalhar e investir capital na exploração aurífera em suas terras. Com a intenção de minorar essa contenciosa situação, que permanece até os dias atuais, foi publicado Decreto Presidencial, de 24 de julho de 2000, reconhecendo os direitos coletivos para as áreas residenciais das populações indígenas e quilombolas (IBP, 2010).

Cabe ressaltar que, apesar de muitas ações previstas no Acordo de Lelydorp (mencionado na seção anterior) e no Decreto Presidencial de 2000 não terem sido concretizadas (IBP, 2010), esses documentos possuem preponderância política, simbólica e moral nas relações entre quilombolas, indígenas e Estado. Por conta disso, vários acordos informais têm sido estabelecidos entre o GMD e as autoridades indígenas e quilombolas, visando, em alguns casos, conter a emissão de concessão em áreas que pertencem a determinadas etnias e, em outros, permitir o desenvolvimento da garimpagem administrada pelos povos tradicionais, mesmo sem a autorização formal (HEALY; HEEMSKERK, 2005). Como tais acordos são verbais e, sobretudo, não possuem respaldo legal, estes estão passíveis às mudanças nos arranjos políticos estabelecidos no país, impondo assim uma condição desfavorável aos quilombolas nessas assimétricas relações de poder. Por isso, cumpre enfatizar a necessidade de uma legislação voltada à proteção dos direitos dos povos indígenas e quilombolas para eliminar as inúmeras lacunas e limitações presentes nos decretos e acordos em vigor.

Outro aspecto importante diz respeito à defasagem da própria definição de mineração em pequena escala do mencionado Decreto, pois há muitos anos não são empregados apenas “meios e técnicas simples” para desenvolvimento dessa atividade. Principalmente nos últimos dez anos, a garimpagem no Suriname sofreu significativas alterações no uso de maquinário durante o processo de extração, introduzindo, dentre outros, moinhos, retroescavadeiras, despedradores e motores cada vez mais potentes. É evidente que ainda encontramos pequenos grupos de garimpeiros trabalhando com motores mais simples, mas o que tem predominado na paisagem no interior do Suriname são lavras com alto capital investido e mecanização cada

²⁰⁵ Estamos nos referindo, mais diretamente, a *Indigenous and tribal peoples convention*, de 1957 (C107) e 1989 (C169) (ILO, 1957, 1989).

vez mais sofisticadas. A chegada de novas técnicas e de maquinário mais potente tem contribuído tanto para ampliar a produção aurífera quanto para causar danos ambientais de maiores proporções. Com a deficiente fiscalização por parte do Estado, os poucos estudos empíricos e a evidente negligência na elaboração e entrega de relatórios por parte das concessionárias, torna-se difícil mensurar com segurança os impactos ambientais provocados pela garimpagem na Amazônia surinamesa – que, muito provavelmente, são desastrosos.

A propósito dos impactos ambientais, ressaltamos que o Decreto de Mineração (E-58) não possui definições e regras ambientais claras em relação às atividades desempenhadas pelas operações de mineração no país. Ao longo do documento em tela, apenas o Art. 16 registra, de modo muito superficial, que o titular da outorga, para realizar operações de mineração, deverá “tomar as medidas necessárias a fim de respeitar a segurança pública, conservar o depósito, reabilitar a área e proteger o meio ambiente”²⁰⁶. Aliás, essa limitação não ocorre somente no setor de mineração, pois o país não possui uma legislação ambiental específica. No entanto, há alguns anos, existe no Suriname um novo projeto de lei de mineração e, também, um projeto de lei ambiental aguardando aprovação.

Por fim, salientamos que é em meio aos contextos demonstrado neste capítulo que a fofoca em torno dos garimpos de ouro no Suriname ampliou sua ressonância, passando a atrair cada vez mais garimpeiros dispostos a territorializar suas esperanças para além dos limites nacionais. Assim, desde meados dos anos 1980 até o momento hodierno, constelações de mobilidades em direção ao Suriname e suas respectivas territorializações vêm desenhando novas geografias no Platô das Guianas. Por mais de duas décadas, essa transnacionalização dos territórios-rede da mineração em pequena escala vem favorecendo não somente as alterações nos itinerários dos garimpeiros, mas igualmente contribuindo para catalisar significativas mudanças ambientais, políticas, culturais e econômicas tanto no interior quanto nas áreas urbanas do Suriname, sendo estas marcadas por conflitos, negociações e significados envolvendo os vários agentes implicados nos emaranhamentos que compõem esse complexo contexto multiterritorial.

²⁰⁶ “(...) take the necessary steps in order to respect public safety, conserve the deposit, rehabilitate the area and protect the environment” (Art.16, Decree E-58 of May 8, 1986).

PARTE III

DAS CONSTELAÇÕES DE MOBILIDADES À PROBLEMÁTICA ENVOLVENDO GARIMPEIROS NO SURINAME

Capítulo 7. Mobilidades transnacionais de garimpeiros para o Suriname

Capítulo 8. Garimpagem e realidade multiterritorial no interior do Suriname

Capítulo 9. Novos emaranhamentos, problemas similares: tensões e conflitos envolvendo as territorialidades dos garimpeiros no Suriname

“O combustível do garimpeiro é a esperança, e a ferramenta de trabalho é a disposição”
(JWS, dragueiro, 47 anos, 26 anos de garimpo – entrevista em 2008.1).

Como temos argumentado ao longo desta tese, os processos territoriais efetivados em meio à multiterritorialidade podem ocorrer através das mobilidades, físicas ou não, nas quais os distintos agentes constroem suas próprias geografias a partir da imbricada relação entre “algum” território e a miríade de territórios (im)possíveis, visando estabelecer conexões transterritoriais para sustentar projetos. No caso analisado neste trabalho, a reterritorialização dos garimpeiros no Suriname estimulou o reposicionamento e a recriação de territórios-rede que, sobretudo, passaram a articular lugares e a contribuir para revigorar e alargar as perspectivas e esperanças desses trabalhadores em buscar novas oportunidades.

Para alcançar esse “novo Eldorado”, as territorialidades dos garimpeiros vêm transgredindo e redesenhando limites, estabelecendo assim novos componentes que se entrelaçam nos emaranhamentos e provocam a emergência de novas territorialidades e práticas. Apesar de a profusão de mobilidades e territorializações envolvendo os garimpeiros ser constituída por milhares de histórias e desejos particulares, ela está inserida numa realidade multiterritorial marcada por encontros de trajetórias que estão relacionados com distintas escalas e geometrias de poder. Por isso, reforçamos que pensar tais territorialidades a partir da multiterritorialidade é, sobretudo, pensá-las desde suas múltiplas possibilidades e contextos.

Visto dessa maneira, nesta parte nos interessa compreender as tramas das geografias atreladas às práticas desenvolvidas pelos garimpeiros a partir das constelações de mobilidades em direção ao Suriname, passando pelas territorializações nos campos de garimpagem aurífera até sua imersão em meio à multiplicidade de territórios e territorialidades existentes no interior desse país de destino. Desse modo, demonstraremos que, juntamente com os novos direcionamentos das mobilidades dos garimpeiros, ocorreu um reposicionamento da conflitividade intimamente relacionada com a garimpagem informal. Se, por um lado, as territorialidades dos garimpeiros contribuem para melhorar as condições de vida no interior e, inclusive, ajudam no desenvolvimento econômico do Suriname, por outro são marcadas por

conflitos e disputas territoriais. Dessa forma, enfatizamos que o cruzamento dos eventos mencionados na parte II não somente contribuiu para ampliar a produção oficial de ouro no Suriname, oriunda dos garimpos, mas também realocou problemas da floresta brasileira para a Amazônia surinamesa. Logo, tal situação tem estimulado a emergência de políticas e moralidades no Suriname intimamente relacionadas à presença dos garimpeiros.

Ao acompanharmos a argumentação em tela, nesta terceira parte estruturamos a discussão a partir de três capítulos. No primeiro (correspondente ao sétimo capítulo), esmiuçamos a análise a fim de compreender os distintos itinerários percorridos durante as mobilidades transnacionais de garimpeiros no eixo Brasil↔Suriname. Já no segundo (referente ao oitavo), versamos sobre as mobilidades e territorializações situadas dentro do território surinamês, destacando a localização dos garimpos e as principais técnicas utilizadas, além de apresentarmos as superposições e os cruzamentos de trajetórias com outras territorialidades, em meio aos emaranhamentos multiterritoriais que julgamos pertinentes à elaboração do desdobramento da tese. Por fim, no capítulo nove, apresentamos um panorama dos diferentes arranjos conflitivos presentes no interior do Suriname que estão atrelados às territorialidades dos garimpeiros. Também abordamos os discursos e imagens estereotipados, direcionados aos trabalhadores em foco, que contribuem para fortalecer e justificar as políticas engendradas pelos sucessivos governos do Suriname, com vistas a legitimar a presença do Estado nesses territórios onde predominam normatizações estabelecidas informalmente.

Capítulo 7

Mobilidades transnacionais de garimpeiros para o Suriname

Na segunda parte da tese demonstramos a conjunção, ao longo das últimas décadas, de uma série de eventos que contribuiu para redirecionar as territorialidades dos garimpeiros, ocasionando a emergência de novos itinerários e emaranhamentos atrelados à garimpagem aurífera em diversos países da Pan-Amazônia, inclusive no Suriname. A fluidez dessas territorialidades, na trama transnacional Brasil↔Suriname, imprime ritmos, escolhas e apropriações territoriais diferenciados que contribuem para (re)inventar os lugares “acionados” por essas mobilidades. Por isso, nosso objetivo neste capítulo é entender e mapear a gama de itinerários reconhecidos e as estratégias adotadas por esses trabalhadores para a efetivação dos processos territoriais, assim como os emaranhamentos e os lugares envolvidos, desde a saída do Brasil, passando por diversas cidades e caminhos, até sua chegada ao Suriname.

Para darmos conta disso, aproximamos as discussões atreladas à motilidade e às constelações de mobilidades, presentes nos atuais estudos de mobilidades, para entendermos detalhadamente os processos territoriais constituídos pelos garimpeiros imersos em complexa realidade multiterritorial. Julgamos pertinente aproximar essas duas contribuições teóricas, pois acreditamos que, tratadas separadamente, ambas apresentam lacunas, ao passo que, percebidas em conjunto, se complementam mutuamente. Tal esforço teórico contribui para

obtermos uma interpretação mais completa e sofisticada sobre a multiterritorialidade e sua indissociável relacionalidade com os processos territoriais implicados nela.

Demonstramos no capítulo 3 de que maneira a motilidade oferece elementos teóricos para interpretarmos as possibilidades presentes na multiterritorialidade. Logo, compreender os acessos, as habilidades e as apropriações enquanto elementos constitutivos da motilidade, atrelados às “(in)capacidades” de efetivação dos processos territoriais dos garimpeiros, nos municia a entender um pouco mais os motivos que influenciam na constituição e no desenvolvimento dessa complexa malha de itinerários Brasil↔Suriname. Por isso, salientamos que, apesar de em muitos casos as mobilidades físicas de pessoas ocorrerem em pequenos grupos e, até mesmo, acompanharem rotas já existentes, a decisão de ir para os garimpos surinameses e, sobretudo, de iniciar tal empreitada “localiza-se na confluência entre as atitudes individuais (...) e os processos sociais mais amplos” (PÓVOA NETO, 1998b, p. 203).

Dessa maneira, concordamos com Póvoa Neto (2005, p. 307) quando esclarece que as mobilidades²⁰⁷, mesmo daqueles “sujeitos aparentemente isolados, compõe[m] uma imensa teia pela qual circulam pessoas, informações, dinheiro, através de redes formais e informais”. Ao pensarmos assim, reconhecemos que os garimpeiros se encontram imersos em campos de forças e perspectivas que influenciam em suas escolhas e, principalmente, suas práticas. Ter ou não passaporte, condições financeiras, habilidades físicas e técnicas influencia decisivamente no reconhecimento e interpretação das possibilidades, escolhas e práticas diante da realidade multiterritorial. Possuir ou não elementos que favoreçam um alto ou baixo nível de motilidade pode não somente oportunizar mobilidades desiguais, mas também ser jogado como capital.

Com isso, a partir do exemplo dos garimpeiros, afirmamos que, mesmo no cerne de grupos precarizados, a motilidade contribui para a constituição de relações de poder dissimétricas entre os envolvidos nessas territorialidades marcadas pela insegurança. No entanto, a motilidade auxilia na interpretação de uma parte do que nos interessa, sendo ainda necessário buscar recursos que sirvam para fortalecer a reflexão, por exemplo, acerca das efetivações das mobilidades entre territórios e territorialidades – ou seja, os processos territoriais desdobrados em meio às possibilidades presentes na multiterritorialidade. Para avançarmos, trazemos a contribuição de Cresswell (2010b) acerca da noção de constelações

²⁰⁷ Convém sublinhar que Póvoa Neto (2005), em seu texto, discorre especificamente sobre o deslocamento migratório. No entanto, ampliamos tal entendimento para as mobilidades, considerando que a migração está inclusa nessa interpretação mais abrangente empregada em nossa tese.

de mobilidades; segundo ele, estas podem ser entendidas como “padrões particulares de movimento, representações do movimento e formas de praticar o movimento que fazem sentido em conjunto”²⁰⁸ (CRESSWELL, 2010b, p. 18). Ainda cumpre chamar a atenção para o fato de que essas tendências específicas, constituídas histórica e geograficamente, implicam uma política de mobilidade repleta de assimétricas relações de poder.

Seguindo Cresswell (2010b), asseveramos que, para pensarmos as constelações de mobilidades envolvendo os garimpeiros e, particularmente, as relações de poder em jogo, precisamos considerar, em meio às análises, a política presente nos movimentos físicos, nas representações e nas práticas. Desse modo, o referido autor sugere que, para mapearmos a complexidade de tais dinâmicas, levando em conta movimentos, representações e práticas, faz-se necessário refletir com base em seis elementos, a saber: i) força motriz (por que os garimpeiros se movem?); ii) velocidade (quão rápido os garimpeiros se movem? Quais as infraestruturas disponíveis e utilizadas para facilitar tais mobilidades?); iii) ritmo (com qual frequência os garimpeiros se movem?); iv) rota (quais os caminhos percorridos por eles?); v) experiência (quais as sensações desses trabalhadores?); e vi) fricção (quando e como acontecem paradas, intermitências?).

Vannini (2011, 2012), em suas recentes pesquisas, vem dedicando atenção a procurar ampliar os elementos inicialmente tratados por Cresswell (2010b). Ao acompanharmos tais contribuições, dentre aquelas sugeridas por Vanini (2011, 2012) e que não foram examinadas na abordagem original acerca das constelações de mobilidades, optamos por incluir em nossa pesquisa o custo. Dessa forma, ao incluirmos mais esse elemento, além dos seis já apontados por Cresswell (2010b), cabe também indagarmos: qual o custo da viagem, sobretudo, considerando os diferentes itinerários percorridos?

Para isso, subdividimos o presente capítulo em quatro seções. Na primeira, analisamos, com base nas práticas discursivas obtidas durante as pesquisas de campo, de que maneira os garimpeiros apreendem as possibilidades de trabalhar nos garimpos de ouro em outros países, especificamente no Platô das Guianas. Desse modo, enfatizamos quais aspectos consideram relevantes para desenvolver suas práticas territoriais em meio aos emaranhamentos que constituem sua multiterritorialidade. Em seguida, na segunda seção, explicitamos alguns dados estatísticos, produzidos pelo Algemeen Bureau voor de Statistiek (ABS), para entendermos como o Suriname tem interpretado e mensurado as mobilidades transnacionais de brasileiros em seu território. Na terceira seção, analisamos os itinerários dos

²⁰⁸ “(...) particular patterns of movement, representations of movement, and ways of practicing movement that make sense together” (CRESSWELL, 2010b, p. 18).

territórios-rede associados às constelações de mobilidades envolvendo garimpeiros que saem do Brasil em direção ao Suriname. Desse modo, mapeamos os lugares e as infraestruturas de transporte e comunicação acionados, além de considerarmos os ritmos, intermitências e custos relacionados com os diferentes trajetos que são comumente percorridos pelos agentes em tela. Levamos em conta, ainda, as estratégias desenvolvidas para contornar as barreiras existentes, sobretudo, durante as travessias transfronteiriças. Por fim, abordamos determinados elementos que contribuem para o entendimento do perfil dos garimpeiros que migram em busca de trabalho nos campos de ouro situados no território surinamês. Dentre eles, analisamos, mais detidamente, a proveniência, a faixa etária e as experiências de trabalhos anteriores em outros países.

7.1 Apropriações e possibilidades: formulando projetos pessoais em direção ao Suriname

Começemo a garimpar fora do Brasil quando a situação apertou [entre o final dos anos 1980 e o início dos 1990]. Era muita perseguição, explodindo pista, fechando garimpo... tava duro e a gente era muito criticado. Tinha o problema com os índios, você sabe, né? Na mesma época, começou a fofoca nisso tudinho aí [Pan-Amazônia]. Chegava história de brasileiro bamburrado na Venezuela, na Colômbia, na França [Guiana Francesa], Suriname e na Guiana Inglesa [sic]. No Brasil tava explodindo pista e nos garimpos estrangeiro pintava possibilidade de nós se levantar. Não deu outra: uns amigo me chamou e deu vontade de ir porque tinha ouro e era mais tranquilo que aqui [Brasil] (FXS, garimpeiro, 49 anos, 28 anos de garimpo – entrevista em 2011.1).

Possibilidade: palavra que normalmente os garimpeiros empregam para explicar o que os motivou a perseguir o improvável sonho de bamburrar. De acordo com a fala transcrita, as forças e perspectivas entrelaçadas nos territórios-rede em que os garimpeiros estavam envolvidos durante os acontecimentos demonstrados na parte II da tese criaram não somente pressões nos garimpos situados no Brasil, mas, sobretudo, novas projeções e possibilidades em meio à multiterritorialidade em que tais agentes estavam imersos. Assim, dilataram as perspectivas geográficas das práticas desenvolvidas por esses trabalhadores, que vivem constantemente redefinindo seus limites.

Nesse sentido, é a partir das territorialidades situadas no limite de algum território imerso na condição multiterritorial que esses trabalhadores reconhecem as possibilidades presentes em territórios (im)possíveis. Diante da apreensão dessas possibilidades, ampliaram suas perspectivas ante uma miríade de territórios-rede e passaram a definir novos itinerários, lugares e práticas com o propósito de sustentar projetos pessoais. Conforme verificamos neste

trabalho, as territorialidades dos garimpeiros passaram a desenhar mobilidades transnacionais transgressoras em direção ao Suriname e, conseqüentemente, contribuíram para o reposicionamento de outras redes atreladas à garimpagem aurífera.

Posto isto, nesta primeira seção, realizamos esforço em demonstrar como os garimpeiros apreende(ra)m e reconhece(ra)m as possibilidades de trabalho nos garimpos situados nos países do Platô das Guianas. Tais construções subjetivas, que contribuem para as decisões pessoais e definições dos destinos e práticas desenvolvidas pelos garimpeiros, se constituem por redes estabelecidas que conectam territórios (e territorialidades) descontínuos para o estabelecimento de tramas por onde percorrem as mobilidades de pessoas, objetos, informações e imagens (SHELLER; URRY, 2006). Como assevera Urry (2007), essas diferentes mobilidades estão interconectadas e, em certo sentido, são interdependentes e complementares. Visto dessa maneira, argumentamos que, antes da efetivação da mobilidade corporal dos garimpeiros em direção aos campos de mineração aurífera, são formulados projetos, desejos, ideias e sonhos a partir da circulação de informações e imagens que auxiliam na formulação das escolhas em meio às possibilidades abertas nessa constante imersão multiterritorial.

Nesse sentido, tais imagens, manifestadas através das práticas discursivas, refletem a mescla de experiências pessoais, informações obtidas pela fofoca do ouro e histórias de pessoas próximas que são presentificadas pela fala dos agentes que contribuíram com esta pesquisa. Esses e outros elementos oferecem subsídios aos garimpeiros na formulação de subjetividades objetivas, conforme tratamos no capítulo 3 (p. 138-9), articulando as relacionalidades entre a multiplicidade de contextos externos e internos que estão em jogo.

É indubitável que, em meio às mobilidades, existe um considerável número de garimpeiros que busca o Suriname por conta da existência de indicação de trabalho, ou até mesmo por estar inserido, de algum modo, nos territórios-rede que constituem o eixo Brasil↔Suriname. No entanto, na maioria dos casos, a fofoca do ouro é a principal fonte de informação que esses trabalhadores recebem para auxiliar na construção de imagens e na elaboração de estratégias para o empreendimento migratório e a busca de emprego não somente nos garimpos dos países analisados aqui, mas também nos demais que constituem a Pan-Amazônia.

Ao observarmos as narrativas dos garimpeiros em conjunto, identificamos a presença de quatro aspectos que são considerados, por esses agentes, como mais relevantes durante a

definição do país de destino: potencial dos garimpos; situação; preço do ouro; risco. Na sequência, apresentamos breves considerações acerca de cada um desses aspectos:

- i) potencial dos garimpos: os garimpeiros costumam interpretar as oscilações relacionadas com as descobertas de ocorrência aurífera em determinadas áreas com base em informações repassadas a partir das centrais de rádio ou, até mesmo, pelos próprios trabalhadores que chegam e partem constantemente de diferentes garimpos. Histórias de bamburro, informações sobre o surgimento ou abandono de garimpos e corrutelas auxiliam sobremaneira para conhecerem os principais lugares em ascensão ou decadência. Segundo as narrativas dos migrantes que ajudaram na pesquisa, atualmente na Guiana Francesa encontram-se as principais descobertas de ouro que têm atraído levas de brasileiros. Com repercussão ligeiramente menor, o Suriname figura também como importante catalisador dos interesses dos garimpeiros. No sentido inverso, a Venezuela já não vem despertando tanta atenção dos brasileiros dispostos a trabalhar nas lavras abertas nesse país, apesar de ainda possuir um significativo contingente de brasileiros garimpando no território. Já a Guiana apresenta situação peculiar, pois é o país que mais atrai garimpeiros especializados no trabalho em balsas e dragas nos leitos dos rios.
- ii) situação: está intimamente atrelada à atuação de cada Estado frente às territorialidades dos garimpeiros, assim como aos relacionamentos estabelecidos com as populações locais que vivem no interior. Nesse particular, compreender as políticas adotadas em cada Estado voltadas para o controle e a fiscalização dos garimpos e desses migrantes em situação irregular e, em especial, as negociações, tensões e conflitos com as comunidades situadas nas áreas de exploração são pontos fundamentais que constituem esse segundo aspecto mencionado;
- iii) preço do ouro: refere-se aos valores praticados nas casas de compra e venda, pois o percentual de royalties e taxas estabelecido por cada Estado reflete diretamente no preço praticado pelos compradores de ouro licenciados. Tais cálculos influenciam no ganho final dos garimpeiros, que, comumente, vendem o ouro obtido nessas casas credenciadas de compra e venda. Sobre esse assunto, vale esclarecer que o Suriname possui o preço mais competitivo dentre os países do Platô das Guianas. Healy e Heemskerk (2005) destacam que é muito provável que uma parte do ouro

produzido na Guiana e na Guiana Francesa seja levada, por redes de contrabando, para ser vendida no Suriname, a fim de evitar esses tributos;

- iv) risco: a insegurança é elemento característico no cotidiano de um garimpeiro, pois a perda do capital investido em equipamentos ou possíveis assaltos enquanto se deslocam portando ouro são situações de perigo iminente. Nesse aspecto, os garimpeiros atribuem à Guiana Francesa²⁰⁹ o nível de risco mais elevado em comparação com os demais países, tanto em relação às possibilidades de perder equipamentos, quanto à violência nos garimpos e assaltos contra os garimpeiros na floresta. A Guiana também é fortemente marcada, de acordo com os relatos dos garimpeiros, por histórias de assaltos aos garimpos (principalmente dragas e balsas) e aos garimpeiros durante as viagens entre a floresta e as cidades fortemente relacionadas com a atividade. Já na Venezuela e no Suriname, apesar da existência de registros de conflitos, assassinatos e assaltos relacionados à garimpagem (aurífera e diamantífera), os garimpeiros interpretam que ambos são os destinos com menor risco no Platô das Guianas.

Cada garimpeiro apreende e interpreta as informações e as imagens que circulam entre os envolvidos nas territorialidades desse setor de modo distinto. Por isso, o peso e importância atribuídos a cada aspecto supramencionado dependem intimamente dos interesses de cada garimpeiro, além de envolverem uma multiplicidade de interesses e geometrias de poder em meio à realidade multiterritorial. No caso, por exemplo, dos garimpeiros que buscam a Guiana Francesa, em sua maioria, o potencial do garimpo encontra-se num patamar de relevância muito maior, enquanto o risco e a situação possuem pouca influência na decisão. Por outro lado, normalmente, os que trabalham no Suriname manifestaram priorizar aspectos como o atrativo preço do ouro e a relativa ausência do Estado no interior.

Cumprе evidenciar que preocupações como o acesso aos garimpos e o custo da viagem ou da manutenção de vida no país de destino raramente são levadas em conta pelos garimpeiros, pois, segundo eles, tais questões não influenciam nas escolhas acerca do país de destino. Da mesma forma, o grau de fiscalização da fronteira dos territórios nacionais não é percebido como entrave para a efetivação de suas escolhas – mesmo estando conscientes de

²⁰⁹ Nesse caso, segundo as narrativas dos garimpeiros, o risco de perda do capital investido com maquinário está associado, sobretudo, às ações da Gendarmerie e das Forças Armadas na Guiana Francesa (Forces Armées en Guyane), com o objetivo de combater e desarticular os garimpos clandestinos situados, em sua maioria, dentro do Parque Amazônico da Guiana Francesa (Parc Amazonien de Guyane) (PAG, 2009, 2010 e 2011, SAMSON, 2011) (FOTO 5).

que cada itinerário da travessia transfronteiriça influenciará em práticas e infraestruturas de transportes específicas (conforme demonstrado na seção 7.3).

FOTO 5 – Ação da Gendarmerie e das Forças Armadas de combate à garimpagem ilegal na Guiana Francesa. Ressalte-se que atear fogo nos acampamentos clandestinos e destruir equipamentos utilizados para extração do ouro figuram entre as práticas adotadas para desarticulação desses garimpos. Fonte: A – PAG (2009, p. 12); B – PAG (2010, p. 18).

Saliente-se ainda que, apesar de os quatro aspectos supramencionados possuírem significativa relevância para os garimpeiros, estes não são exclusivos para influenciar nas práticas e decisões desses trabalhadores migrantes quando decidem o país de destino. Não há dúvida de que outras variáveis entram em jogo, estabelecendo relações entre as particularidades de cada garimpeiro e os contextos e redes mais vastos.

Com os apontamentos desta seção, agregamos mais elementos que corroboram nossa argumentação de que as migrações transnacionais dos garimpeiros, além de estarem relacionadas com o cruzamento de inúmeros eventos (demonstrados, pormenorizadamente, na parte II), envolvem certo discernimento particular, construído a partir das mobilidades de informações e imagens, que municia a efetivação das escolhas em meio aos emaranhamentos presentes na multiterritorialidade. Desse modo, alinhamos nossa análise com a argumentação teórica que elaboramos no capítulo 3, mais especificamente quando chamamos a atenção para “não perde[r]mos de vista as outras ‘conexões’ em potencial que existem na multiterritorialidade, pois a transterritorialidade e/ou a des-re-territorialidade (entre outros processos) são focos mais específicos e escalares dentro de contextos muito mais amplos” (p. 143). De maneira simples, estamos ressaltando que optar por buscar trabalho nos garimpos auríferos situados no Suriname de algum modo inclui outras conexões e possibilidades presentes na multiterritorialidade – inclusive algumas tantas nem mencionadas e/ou pensadas aqui.

Finalizando a seção, sublinhamos que é a partir do reconhecimento das possibilidades que a motilidade entra em jogo e contribui para definir os itinerários percorridos pelos

garimpeiros na busca pela sustentação de seus projetos pessoais e esperanças. Como garimpeiros apreendem a multiterritorialidade através de subjetividades objetivas e possuem níveis de motilidade diferentes, emerge uma profusão de processos territoriais em planos e direcionamentos distintos. No entanto, antes de dedicarmos atenção à análise dessas constelações de mobilidades em direção ao Suriname, é necessário apresentar os levantamentos sobre o assunto divulgados pelo Algemeen Bureau voor de Statistiek (ABS), órgão responsável pelo fornecimento de dados estatísticos do mencionado país de destino, incluindo variadas informações sobre características demográficas.

7.2 O que os dados oficiais do Suriname dizem sobre essas mobilidades?

Dentre as diversas publicações seriadas da ABS, pretendemos centrar a atenção, especialmente, na que publica dados atrelados aos fluxos internacionais, intitulada *Verkeers- en Vervoersstatistieken (Estatísticas de tráfego e transporte)*, em que são apresentadas informações, dentre outras, sobre as mobilidades de brasileiros. Até o momento em que concluímos a redação deste capítulo (no início de 2013), a última edição foi publicada em novembro de 2011, tendo como recorte temporal o período compreendido entre 2000 e 2010 (ABS, 2011). Como demonstrado ao longo desta seção, os dados disponibilizados pelo ABS são limitados e, em alguns casos, despadronizados temporal e metodologicamente, não oferecendo informações completas, o que dificulta, de certa forma, algumas análises. No entanto, os escassos números divulgados já apontam importantes caminhos que merecem referência.

Conforme demonstrado no quadro 16, entre 2000 e 2006 foram registradas 15.209 entradas de brasileiros não residentes no Suriname via Aeroporto Internacional Johan Adolf Pengel (AIJAP). Apesar de representar apenas 3,33% do universo analisado (456.380 registros entre 2000 e 2006), o brasileiro é a segunda nacionalidade com mais entrada de não residentes no Suriname a partir do principal aeroporto do país, depois apenas do holandês. Contudo, a participação percentual brasileira é muito baixa em decorrência da discrepância abrupta do volume de fluxos de pessoas, por via aérea, dos Países Baixos – que sozinha representa 84,30%, ou seja, 384.748 registros. Se desconsiderássemos o volume referente à nacionalidade holandesa, o percentual da participação brasileira passaria para 21,23%, seguida da guianense, com 16,25% (11.643), da chinesa, com 13,36% (9.571), e da estadunidense, com 10,07% (7.214). Desse modo, seguindo o mesmo raciocínio de excetuar a nacionalidade holandesa, as outras quatro juntas perfazem 60,91% (43.637) dos registros.

NACIONALIDADE	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	TOTAL
Holandesa	45.137	48.746	53.592	72.896	62.552	51.716	50.109	384.748
Brasileira	2.129	719	1.065	2.315	3.058	2.966	2.957	15.209
Guianense	3.731	1.328	1.717	2.219	1.368	724	556	11.643
Chinesa	1.560	1.163	962	730	2.041	1.869	1.246	9.571
Estadunidense	712	574	767	911	1.059	1.736	1.455	7.214
Trinitina/Tobaguiana	208	135	203	127	362	914	897	2.846
Francesa	208	158	291	440	652	596	418	2.763
Canadense	189	120	91	718	731	504	359	2.712
Belga	293	189	214	234	237	452	488	2.107
Haitiana	313	151	163	116	260	535	204	1.742
Dominicana	345	93	33	131	257	537	179	1.575
Britânica	206	7	51	137	190	371	227	1.189
Alemã	180	69	110	160	139	260	227	1.145
Indiana	85	98	68	55	165	377	165	1.013
Venezuelana	37	65	66	151	161	225	129	834
Indonésia	138	73	87	95	81	117	91	682
Colombiana	72	39	35	31	62	131	230	600
Japonesa	193	8	31	21	37	74	76	440
Coreana ^(**)	73	27	49	26	35	35	11	256
Demais da Europa	261	306	219	292	341	528	470	2.417
Demais do Caribe	90	81	111	73	305	500	492	1.652
Demais da Ásia	195	92	153	89	261	238	207	1.235
Países da África	65	31	32	187	177	201	125	818
Demais da América do Sul	36	34	28	84	192	196	148	718
Demais da América do Norte	47	23	28	20	90	127	123	458
Países da Oceania	28	12	24	38	67	137	130	436
Desconhecida	312	0	33	2	7	0	3	357
TOTAL	56.843	54.341	60.223	82.298	74.887	66.066	61.722	456.380

QUADRO 16 – Número de não residentes que entraram no Suriname, via Aeroporto Internacional Johan Adolf Pengel, por nacionalidade^(*) (2000-2006).

FONTE: ABS (2009, p. 12).

^(*) Utilizamos a mesma classificação atribuída pelo ABS; ^(**) Nas publicações, não está esclarecido se “coreana” se refere às duas nacionalidades, ou seja, sul-coreana e norte-coreana.

Já no que se refere à entrada por outras vias, os dados publicados apresentam registros somente de Zuiddrain (Nickerie), na fronteira entre o Suriname e a Guiana, não informando outras importantes entradas, como via Albina (fronteira Suriname-Guiana Francesa), por onde a maioria dos garimpeiros realiza travessias transfronteiriças. Ao contrário dos dados atrelados à rede de fluxos aéreos (limitados até 2006), estes foram disponibilizados até 2010 (QUADRO 17).

NACIONALIDADE	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	TOTAL
Guianense	12.474	11.626	12.873	14.749	12.703	12.752	14.115	16.861	19.179	21.633	30.448	179.413
Brasileira	1.192	1.247	919	1.315	1.255	1.113	1.492	1.465	1.454	1.733	1.892	15.077
Holandesa	414	327	475	418	444	580	518	978	653	838	1.121	6.766
Francesa	124	239	259	356	405	463	383	353	590	684	988	4.844
Estadunidense	237	271	287	350	404	402	360	420	342	543	726	4.342
Trinitina/Tobaguiana	92	105	135	149	189	223	144	144	180	189	210	1.760
Canadense	70	152	127	169	138	105	108	142	205	207	270	1.693
Chinesa	79	70	50	60	40	44	145	162	327	213	135	1.325
Britânica	58	44	71	91	128	84	89	62	106	135	167	1.035
Indiana	51	35	8	14	33	59	34	43	71	85	70	503
Indonésia	8	2	14	41	18	17	24	66	56	58	28	332
Venezuelana	30	2	11	65	15	12	35	24	11	10	13	228
Japonesa	13	12	21	17	27	20	31	22	15	20	7	205
Alemã	3	12	3	9	23	67	43	15	5	1	10	191
Belga	2	14	9	14	7	9	14	8	20	23	22	142
Colombiana	25	12	8	9	8	8	13	20	6	6	2	117
Haitiana	2	26	2	5	8	7	7	1	4	13	12	87
Dominicana	16	7	15	12	0	7	12	6	4	(-)	(-)	79
Coreana ^(**)	0	0	0	0	2	1	1	(-)	3	27	13	47
Demais do Caribe	90	93	84	159	158	128	214	247	122	161	190	1.646
Demais da Europa	166	35	71	41	80	76	70	126	122	115	96	998
Demais da Ásia	142	35	4	19	51	48	40	63	44	37	49	532
Países da África	28	7	14	62	39	72	16	31	37	35	21	362
Demais da América do Sul	40	53	20	32	29	35	27	47	32	8	8	331
Demais da América do Norte	0	0	3	44	20	12	9	35	14	10	9	156
Países da Oceania	0	5	11	7	17	3	12	19	13	16	33	136
Desconhecida	18	344	39	135	84	90	114	37	13	68	56	998
TOTAL	15.374	14.775	15.533	18.342	16.325	16.437	18.070	21.397	23.628	26.868	36.596	223.345

QUADRO 17 – Número de pessoas que entraram no Suriname, via Nickerie, por nacionalidade^(*) (2000-2008).

Fonte: ABS (2009, p. 14; 2011, p. 16).

(-) Sem informação; ^(*) Utilizamos a mesma classificação atribuída pelo ABS; ^(**) Nas publicações, não está esclarecido se “coreana” se refere às duas nacionalidades, ou seja, sul-coreana e norte-coreana.

NACIONALIDADE	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	TOTAL
Guianense	10.562	10.765	11.587	15.437	12.338	12.368	13.050	16.086	18.351	20.487	27.699	168.730
Brasileira	499	570	535	483	448	331	707	773	1014	1.337	1.546	8.243

QUADRO 18 – Número de brasileiros e guianenses que saíram, via Nickerie, do Suriname (2000-2008).

Fonte: ABS (2009, p. 16; 2011, p. 17).

Entre 2000 e 2010 registrou-se a entrada de 15.077 (6,75%) brasileiros, sendo a segunda nacionalidade com maior quantitativo de entradas terrestres pela fronteira Suriname-Guiana, ficando após o coletivo de guianenses que realizaram tal travessia – 179.413 (80,33%). Como explicitado pelos números, existe uma enorme diferença, em termos absolutos, em relação ao volume de entradas entre ambas nacionalidades. Contudo, os dados do número de registros de saídas de guianenses e brasileiros via Zuiddrain indicam que, possivelmente, a balança da relação entrada-saída de brasileiros é proporcionalmente mais desigual do que a dos fluxos da nacionalidade guianense (QUADRO 18). Dentro do mesmo período foram contabilizados 8.243 brasileiros que saíram a partir de Nickerie para a Guiana, ao passo que os guianenses somaram 168.730 pessoas. Assim sendo, o percentual de guianenses que saíram do Suriname, em relação ao número de entradas, pela via em tela, representou 94,05%, ao passo que o de brasileiros registrou 54,67%.

É indubitável que tal informação apresenta apenas um indicativo, pois seria preciso considerar os dados dos registros de entrada e saída de todo o território surinamês para, ainda assim, termos uma dimensão apenas das entradas regulares. No entanto, infelizmente, os dados atrelados ao número de saídas por nacionalidade pelas outras vias (inclusive pelo AIJAP) não foram disponibilizados nas publicações da ABS, impossibilitando análises mais profundas sobre essa importante informação. Mesmo com a escassez de informação, tendo em vista que a mobilidade brasileira para o Suriname está associada, direta e indiretamente, com a garimpagem do ouro, é possível afirmar que o número de entradas registradas é superior ao de saídas, acompanhando assim a dinâmica evidenciada via Zuiddrain.

Para avançarmos na exposição desse panorama, destacamos que, entre 2004 e 2010, foram realizados 51.051 registros, no somatório de todas as vias, de brasileiros que entraram regularmente no Suriname na condição de turista (QUADRO 19). Mantendo o mesmo recorte temporal, podemos perceber que esses registros vêm ascendendo a cada ano, pois em 2004 foram registrados 4.260 turistas brasileiros, ao passo que em 2010 esse número saltou para 11.158, ou seja, em sete anos aumentou aproximadamente 162% (GRÁFICO 10). Ainda, de acordo com os dados disponibilizados, no período 2006-2007, do total de turistas brasileiros, 57,71% eram homens (8.360), enquanto que as mulheres representavam 39,68% (5.749) (ABS, 2009, p. 19)²¹⁰.

²¹⁰ A soma do percentual de homens e mulheres brasileiros corresponde a 97,39%, pois 378 (2,61%) registros foram classificados como “desconhecidos” (sem qualquer explicação metodológica acerca do perfil que se enquadrava nesse grupo).

PAÍS / REGIÃO DE RESIDÊNCIA	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	TOTAL
Holanda	82.215	93.658	92.333	101.222	88.380	81.117	101.578	640.503
Demais países da Europa	4.698	5.850	6.840	6.912	6.896	6.666	8.631	46.493
Brasil	4.260	5.818	7.013	7.474	7.488	7.840	11.158	51.051
Guiana	13.573	13.092	15.298	13.354	13.445	18.753	30.446	117.961
França (Guiana Francesa)	1.840	19.844	14.459	13.378	14.062	14.638	23.887	102.108
Demais países da América do Sul	12.043	921	1.436	831	891	766	948	17.836
Caribe	8.621	9.448	7.821	9.568	8.845	10.497	13.417	68.217
Estados Unidos	4.465	4.673	4.378	4.573	4.973	4.964	6.600	34.626
Restante do Mundo	5.767	6.260	4.307	4.763	5.214	4.347	6.554	37.212
Desconhecido	561	458	175	434	517	1.040	1.300	4.485
TOTAL	138.043	160.022	154.060	162.509	150.711	150.628	204.519	1.120.492

QUADRO 19 – Número total de turistas que entraram no Suriname, por país/região de residência^(*) (2004-2010).
 Fonte: ABS (2009, p. 23; 2011, p. 32). Parte desses dados está disponível em: <<http://www.statistics-suriname.org/index.php/statistieken/database/147-aangekomen-en-vertrokken-personen>>. Acessado em março de 2013.

^(*) Utilizamos a mesma classificação atribuída pelo ABS.

GRÁFICO 10 – Número total de brasileiros que entraram como turistas no Suriname (2004-2010).

Elaborado por Rafael da Silva Oliveira em março de 2013.

Fonte: ABS (2009, p. 23; 2011, p. 35-36). Parte desses dados está disponível em: <<http://www.statistics-suriname.org/index.php/statistieken/database/147-aangekomen-en-vertrokken-personen>>. Acessado em março de 2013.

Os brasileiros representam a quarta nacionalidade com maior número de entradas de turistas no Suriname, depois, respectivamente, da holandesa, da guianense e da francesa. Essas quatro, juntamente com a estadunidense, em consequência do expressivo contingente proporcional de entradas diariamente no país, recebem tratamento diferenciado pelo ABS, inclusive nas classificações mais sintéticas, que consideram os dados de tais fluxos em separado, como pode ser verificado no quadro 19. Nesse particular, é pertinente ressaltar que, ao contrário dos turistas de outras nacionalidades (por exemplo, os holandeses), que buscam conhecer os atrativos turísticos do país, sobretudo na Amazônia surinamesa, os brasileiros viajam, em sua maioria, com a intenção de trabalhar em garimpos ou investir em alguma

atividade relacionada, direta ou indiretamente, à garimpagem, tanto nas cidades quanto no interior do país.

Outro aspecto a que cabe referência, exposto no quadro 20, diz respeito aos residentes estrangeiros. Nos dois anos mais recentes em que o ABS disponibilizou tal informação, a nacionalidade brasileira representava o maior número de entradas dentre os residentes estrangeiros no Suriname, perfazendo 45,58% (1.504) do total de registros. Logo, vale ressaltar que as territorialidades dos garimpeiros têm contribuído para atrair outros brasileiros que vêm estabelecendo residência, majoritariamente, em Belenzinho. Ainda cumpre mencionar que, conforme constatado durante nossas pesquisas de campo, tais residentes são, em sua grande maioria, empresários, comerciantes, prestadores de serviços e religiosos da frente pioneira pentecostal, estando eles, de certa forma, atrelados direta ou indiretamente à atividade em tela.

NACIONALIDADE	2006	2007	TOTAL
Brasileira	609	895	1.504
Holandesa	471	592	1.063
Chinesa	118	145	263
Estadunidense	84	87	171
Guianense	18	30	48
Belga	15	8	23
Indiana	5	10	15
Canadense	6	6	12
Indonésia	6	5	11
Francesa	8	2	10
Venezuelana	3	5	8
Britânica	3	4	7
Japonesa	1	4	5
Alemã	0	4	4
Trinitina/Tobaguiana	1	2	3
Haitiana	0	2	2
Colombiana	1	1	2
Dominicana	1	1	2
Coreana ^(*)	2	0	2
Demais do Caribe	14	27	41
Demais da Ásia	12	25	37
Países da Oceania	9	13	22
Demais da Europa	11	6	17
Demais da América do Sul	7	7	14
Países da África	7	3	10
Demais da América do Norte	0	1	1
Desconhecida	2	1	3
TOTAL	1.414	1.886	3.300

QUADRO 20 – Número total de registros, por nacionalidade, de estrangeiros residentes que entraram no Suriname (2006-2007).

Fonte: ABS (2009, p. 18).

^(*) Nas publicações, não está esclarecido se “coreana” se refere às duas nacionalidades, ou seja, sul-coreana e norte-coreana.

Além das informações supramencionadas, publicadas pelo ABS em referência aos fluxos envolvendo a mobilidade física de brasileiros, existem referências, também, sobre o quantitativo de navios ancorados e os fluxos de correspondência aérea. Concernente ao primeiro, entre 2007 e 2010 os navios de nacionalidade brasileira ancoraram 466 vezes nos portos surinameses, perfazendo 11,58% do fluxo total de ancoragens (ABS, 2011, p. 53). Já no que diz respeito ao fluxo de correspondências, entre 2000 e 2008 foram enviados para o Brasil, em média, 152 kg de cartas por ano, enquanto o Suriname recebeu, no mesmo período, uma média de 477 kg de cartas por ano remetidas do território brasileiro (ABS, 2009, p. 48-49). Tais dados, apesar de poucos, corroboram para indicar a existência de certa regularidade nas inter-relações transnacionais envolvendo os dois países, as quais podemos argumentar que foram animadas e potencializadas pelas territorialidades dos garimpeiros.

Diante do exposto, se por um lado acreditamos que essa breve exposição de dados oferece sugestões acerca das mobilidades transnacionais de garimpeiros, por outra reconhecemos que são insuficientes para explicar essa complexa dinâmica. Aliás, mesmo que dispuséssemos de todas as informações estatísticas produzidas pelo Estado surinamês, ainda assim teríamos apenas um pequeno indicativo da realidade envolvendo as territorialidades dos garimpeiros no eixo Brasil↔Suriname. É indubitável que todo o aparato de segurança e esquadrinhamento que o Estado possui para mensurar e rastrear tais mobilidades transfronteiriças não é suficiente para monitorar a velocidade das práticas e, sobretudo, as estratégias de ocultação da condição irregular desenvolvidas por incontáveis garimpeiros que participam desses territórios-rede. Por isso, é imperativo extrapolarmos a mera quantificação burocrática para inserirmos novos elementos interpretativos nessa discussão. Dessa maneira poderemos compreender de maneira mais detalhada essas complexas dinâmicas transnacionais envolvendo as territorialidades de garimpeiros para o Suriname.

7.3 Acionando infraestruturas e lugares, abrindo poros: o longo caminho para o Suriname

As travessias transnacionais de pessoas, assim como os demais tipos de mobilidades (por exemplo, de objetos, de informações e de dinheiro), são efetivadas, em grande parte, graças à porosidade dos territórios nacionais. Apesar de vivermos um encurtamento das relações tempo-espço que contribui para propiciar, cada vez mais, a exacerbação das possibilidades da realidade multiterritorial em que estamos imersos, tais acessos e “pontos de entrada” se impõem, de alguma forma, estabelecendo certa seletividade e influenciando no

nível de motilidade dos diferentes agentes. Como alertam Santos e Silveira (1996), a densidade técnica, que favorece tais mobilidades, é dada pelos diversos graus de artifícios que são criados e estabelecidos.

Nesse particular, Arroyo (2006) esclarece que as porosidades territoriais, que contribuem para o adensamento das mobilidades transnacionais, são constituídas na associação do estabelecimento de uma base material com uma base normativa, cuja densidade da fluidez resulta, dentre outros, das inter(rel)ações estabelecidas entre os Estados e, também, entre os Estados e as grandes empresas. Assim, tais ações, envolvendo diferentes níveis geográficos, têm implicado variadas posturas de regulação, nas quais o Estado opta (ou não) por ampliar o grau de porosidade ao longo de suas fronteiras territoriais.

Cumprе salientar que os diversos acordos entre o Estado brasileiro e os Estados guianense, surinamês e francês, como também com empresas que atuam operando transnacionalmente, favorecem o aprofundamento da porosidade na fronteira entre tais territórios. Dentre os inúmeros exemplos, vale citar: os acordos binacionais para construção da ponte sobre o rio Oiapoque, conectando o Brasil e a Guiana Francesa (CASTRO; PORTO, 2007; SILVA, 2010; POLICE, 2010; GRENAND, 2011; RÜCKERT; GRASLAND, 2012), e da ponte sobre o rio Tacutu, possibilitando o fluxo terrestre entre Brasil e Guiana (BAINES, 2004; SANTOS; OLIVEIRA; SENHORAS, 2009; GEHRE, 2009); os acordos entre o Brasil e a Guiana, visando à pavimentação da rodovia entre Lethem e Georgetown (CORBIN, 2009; CASTRO, 2012) e às melhorias na via Nickerie-Paramaribo-Albina, entre o Suriname e a Guiana (IIRSA, 2011; CASTRO, 2012); acordos diplomáticos que facilitam a entrada de brasileiros e surinameses nos dois países; e a operação de voos regulares entre Brasil (via Belém e Boa Vista²¹¹) e o Suriname (para a capital, Paramaribo).

Se, por um lado, são criados mecanismos e condições materiais para potencializar as mobilidades, não podemos desconsiderar que, de outro, se estabelecem barreiras visando à contenção de fluxos que destoam dos interesses e normatizações dos Estados. É exatamente a partir desse contexto que garimpeiros estabelecem estratégias para contornar tais constrangimentos e realizar as travessias transfronteiriças, abrindo poros por vias que dificilmente são mensuradas nos dados “oficiais”. Tais agentes, empenhados em chegar aos garimpos de ouro situados no Suriname, criam não somente estratégias, mas também

²¹¹ Os voos que partiam de Boa Vista em direção a Georgetown (Guiana) e a Paramaribo (Suriname) deixaram de operar em março de 2012 (tal assunto será retomado mais adiante). Como esta pesquisa se iniciou em 2009 e perdurou até 2013, optamos por considerar tal itinerário em nossas análises.

infraestruturas espontâneas que são acionadas tanto paralelamente quanto articuladas com outras infraestruturas planejadas e criadas pelo Estado e/ou por grandes empresas.

Ao considerarmos essa perspectiva, expomos na presente seção essa complexa malha de itinerários, ou seja, de caminhos presentes nas narrativas das experiências dos garimpeiros entrevistados com as nossas anotações ao longo das pesquisas de campo, quando identificamos alguns padrões dos territórios-rede acionados a partir das práticas de travessias transfronteiriças realizadas por esses trabalhadores. Desse modo, além de considerarmos os elementos que contribuem para pensarmos as motilidades e as constelações de mobilidades, levamos em conta também como a infraestrutura técnica disponível e as cidades são “acionadas” em meio às referidas mobilidades transnacionais. No tocante à infraestrutura técnica, cabe ressaltar que estamos considerando aqui tanto aquela planejada e estruturada pelo Estado e/ou por investimentos de grandes empresas de capital privado, quanto as estabelecidas e construídas espontaneamente, para dar suporte às mobilidades dos garimpeiros em direção aos garimpos do Suriname (por exemplo, a rede de comunicação realizada através das centrais de rádio HF [High Frequency]).

7.3.1 Das centrais de rádio à expansão da infraestrutura de telefonia móvel no Suriname

As centrais de rádio desempenham importante papel na comunicação do garimpo, tanto entre os garimpos como no contato entre as pessoas que estão neles com aquelas nas cidades, envolvidas de algum modo nessas constelações de mobilidades. Procura de emprego nos garimpos, solicitação de novos trabalhadores, compra de suprimentos, envio de encomendas, pedidos, busca e localização de pessoas desaparecidas, conversas com familiares e até namoro²¹² são algumas das diversas práticas intermediadas pelas centrais de rádio nos garimpos e nas cidades que possuem relação com a atividade. Até recentemente, esse tem sido o principal meio de comunicação com o “mundo exterior”, pois muitos garimpeiros chegam a ficar anos sem sair dos garimpos²¹³, tendo suas mobilidades fortemente influenciadas pelas fofocas do ouro que circulam entre as conversas repassadas através dos rádios HF.

Desde o início do *boom* da presença dos garimpeiros no Suriname, as centrais de rádio surgiram espontaneamente (tanto em meio à floresta quanto nas cidades intimamente atreladas à garimpagem) como única opção de comunicação síncrona entre os agentes envolvidos. Mas logo a ausente infraestrutura de comunicação no interior do Suriname foi sendo ocupada por

²¹² Existe uma frequência/estação (646400), bastante conhecida entre os garimpeiros, chamada “pracinha”, por meio da qual as pessoas conversam, namoram, marcam encontro ou combinam programas sexuais pelo rádio.

²¹³ É comum encontrarmos garimpeiros há mais de cinco anos nos garimpos (sem voltar para o Brasil), raramente saindo do local de trabalho para passar alguns dias na cidade mais próxima da área de garimpagem.

essa rede técnica que surgiu para servir, em especial, aos garimpos estabelecidos após a guerra civil. Apesar de muito provavelmente estarem em vias de perder, nos próximos anos, sua relevância nos garimpos surinameses (falaremos disso mais adiante), ainda podemos afirmar que as centrais de rádio consistem em infraestrutura básica para o desenvolvimento das redes de comunicação e informação da atividade garimpeira na Pan-Amazônia. Não é demais recordar, conforme tratado no capítulo 5, que, do mesmo modo que as territorialidades dos garimpeiros se transnacionalizaram, inúmeros serviços direta e indiretamente atrelados à garimpagem acompanharam os direcionamentos dessas mobilidades nas últimas décadas. Portanto, não somente garimpeiros passaram a considerar o Suriname em meio à sua multiterritorialidade e práticas, mas, também, empresários, atravessadores, radiotelefonistas, trabalhadoras sexuais, dentre outros brasileiros, tornando esses territórios-rede muito mais complexos. Sobre esse assunto específico acerca das centrais de rádio, vale destacar o trecho de entrevista com uma radiotelefonista que trabalha no Suriname, gravada para o programa “Vozes dos novos imigrantes”, realizado pela Radio Nederland Wereldomroep²¹⁴:

Eu trabalho com esse serviço há dezenove anos. Na época, na região do Pará, não tinha telefone, e a gente usava esse sistema de rádio amador para fazer as ligações. No caso, o pessoal que estava nos garimpos, nas cidades pequenas... sou igual garimpeiro, né? Fazia essa área do Pará [Itaituba], aí teve mudança de governo (...) e já não havia mais necessidade. Vim pro Oiapoque e instalei meu sistema lá de novo porque tinha muito brasileiro clandestino [na Guiana Francesa]. Fiquei quatro anos lá e aí me disseram: aqui no Suriname que é bom. Eu vim pra cá [Paramaribo]. Sempre com esse radinho, o mesmo equipamento, há dezenove anos (GWQ, radiotelefonista).

Através das incalculáveis centrais de rádio espalhadas nos garimpos e, também, em cidades estratégicas da Guiana, da Guiana Francesa, do Suriname, da Venezuela e do Brasil (notadamente no norte do país), é possível conectar diferentes localidades não somente com rádio HF, mas, até mesmo, com qualquer telefone (fixo ou celular). Tal situação é possível graças às adaptações realizadas nos aparelhos de rádio, juntamente com o transceptor, possibilitando assim conversas com outros aparelhos de comunicação. Nesse caso, a partir de uma chamada de rádio do garimpo para uma central de rádio localizada, por exemplo, em Georgetown (Guiana), Benzdorp (Suriname), Belém (Brasil) ou Boa Vista (Brasil), é possível realizar ligação para qualquer aparelho telefônico dentro do seu respectivo território nacional, tendo a “radiotelefonista” como intermediadora da conversa (chegando, em alguns casos, a repetir o que foi dito para a outra pessoa).

²¹⁴ Os episódios do programa “Vozes dos novos imigrantes” podem ser ouvidos, diretamente na internet, através do link <http://archieff.rnw.nl/portugues/radioprogramme/vozes-dos-novos-imigrantes>.

Nos garimpos, as centrais de rádio geralmente estão localizadas nas corrutelas e/ou nos acampamentos próximos ao local de trabalho, ao passo que, nas cidades, funcionam dentro da residência do proprietário ou, até mesmo, em alguns comércios presentes nos bairros com grande oferta de bens e serviços para atendimento à garimpagem (FOTO 6). Em sua maioria, a função de radiotelefonista é desempenhada por mulheres, e a utilização do rádio é cobrada de quem realiza a chamada, sendo calculado o preço a partir dos minutos de duração da conversa (ou recado enviado). O pagamento pode ser efetuado na hora ou, então, a partir do sistema de “crédito”, com o período do acerto financeiro previamente combinado (normalmente associado à despesca²¹⁵ do ouro, podendo o endividamento perdurar por meses). Tal sistema de pagamento demonstra uma característica marcante e muito presente nas redes sociais estabelecidas a partir da garimpagem: a solidariedade e a relação de confiança entre os sujeitos envolvidos. É comum presenciarmos situações em que a radiotelefonista realiza as chamadas para receber o pagamento posteriormente, mesmo sem conhecer pessoalmente o usuário do serviço. Sobre essa situação, a proprietária de uma central de rádio em Paramaribo, durante entrevista, comenta:

Os garimpeiros ligam e aí ficam de pagar na palavra. Tenho centenas de clientes que nunca conheci pessoalmente... a maioria fica no mato²¹⁶. Trabalho há anos e tive poucos calotes... o que acontece é que o garimpeiro demora muito pra pagar... pode demorar meses, tudo depende do ouro. Às vezes dá, às vezes não dá. Por isso espero, porque, quando o garimpeiro se levanta, paga a conta direitinho. Meus clientes são de tudo que é garimpo... a maioria daqui [Suriname] e da Guiana Francesa (SBR, 47 anos, radiotelefonista, há dezoito anos trabalhando com radio HF. Entrevista realizada em 2009.2).

Outro aspecto a ser destacado diz respeito à divulgação dessa oferta de serviço. Existem poucas propagandas sobre as centrais de rádio, tanto nas cidades quanto nos garimpos, pois a maior divulgação dos locais de funcionamento ocorre por meio da informação oral entre os garimpeiros e demais interessados, sendo em sua maioria repassada somente para pessoas inseridas nessa rede social. Exercendo suas atividades, em sua maioria, de maneira irregular, a identificação e o nome das centrais estão atrelados, majoritariamente, aos nomes e/ou codinomes de seus respectivos proprietários – por exemplo, Central da Menor, Central da Loira, Central da Carla, entre outros.

²¹⁵ Momento em que o ouro é retirado da caixa concentradora para realização do cálculo (apuração).

²¹⁶ Termo comumente utilizado pelos brasileiros que vivem/trabalham no Suriname em referência à floresta amazônica surinamesa ou ao interior do referido país.

FOTO 6 – Centrais de rádio (A: Boa Vista, Roraima/Brasil; B: Belenzinho, Suriname; C: garimpo no Cuyuni, Guiana; D: Bartica, Guiana; E: garimpo no Apumasula, Suriname; F: garimpo no Manlobi, Suriname).
Fotografado por Rafael da Silva Oliveira a partir de pesquisas de campo realizadas entre os anos de 2008 e 2011.

Como temos insistido, os emaranhamentos presentes nos territórios atuam, ao mesmo tempo, como campos de forças e perspectivas que contribuem para reforçar entrelaçamentos ou estimular alterações e transgressões num constante devir, em que os incessantes processos territoriais, efetivados por diferentes agentes, reinventam as dinâmicas dos domínios e âmbitos que constituem essa multiterritorialidade. Mantendo esse entendimento, cumpre dizer que o aumento da densidade das mobilidades transfronteiriças de garimpeiros para

trabalharem no Suriname e, por consequência, o aumento na produção de ouro têm contribuído, em articulação com outros eventos, para atrair investimentos em redes de infraestrutura de comunicação no interior do país.

A economia do ouro e o aumento dessas redes espontâneas de centrais de rádio, espalhadas pela floresta, despertaram a atenção do Estado para a necessidade de expandir a rede de telecomunicações, que até meados dos anos 2000 estava limitada ao litoral, enquanto que o interior do país, que corresponde a mais de 70% do seu território e onde vivem as comunidades indígenas e quilombolas e muitos garimpeiros, estava totalmente desassistido (FRIJDE, 2008). Na realidade, é possível argumentar que a garimpagem aurífera, apesar do incalculável impacto ambiental, tem jogado papel fundamental para reposicionar, sobretudo, comunidades tradicionais e empresários de garimpos no cenário econômico do país. Desde o fim da guerra civil, gradativamente, vêm emergindo nichos de mercado no interior do país com poder de consumo²¹⁷, situação esta muito distinta das primeiras duas décadas após sua independência, justificando assim o investimento em infraestrutura de telefonia nessas localidades.

Até o momento, o sistema de telefonia fixa no interior do Suriname é praticamente inexistente. Contudo, a rede de infraestrutura de telefonia móvel tem se expandido para essas áreas desde 2007. Tal fato se deve ao processo de liberalização do mercado de telecomunicações no Suriname, iniciado em 2004 através da aprovação, no Parlamento, da nova Lei de Telecomunicações, que passou a vigorar em abril de 2007 (FRIJDE, 2008; HAHN, 2008). Desde então, além da empresa estatal Telecommunicatiebedrijf Suriname (Companhia de Telecomunicações do Suriname, Telesur), que detinha o monopólio no setor antes dessa nova fase (BRAAF, 2011), passaram a operar também a Digicel (uma das maiores companhias de telecomunicação do Caribe) e a Intelsur (mais conhecida como Uniqua) (CAIRO, 2006; HEADLEY, 2009).

Em poucos anos, a Telesur e a Digicel construíram infraestrutura nas principais áreas no interior do Suriname (MAPAS 13 e 14), passando a oferecer serviços de telefonia celular em lugares onde estão situadas comunidades quilombolas, indígenas e, também, os principais garimpos em atividade²¹⁸. A expansão do sinal de telefonia móvel e o aumento do uso do celular nos anos 2000, envolvendo todas as operadoras em atividade no território surinamês,

²¹⁷ Kruijt e Maks (2002), no artigo intitulado “De armoede in Suriname, 1980-2000”, analisam, dentre outros fatores, como a garimpagem aurífera, em sua maioria desenvolvida de modo informal, tem contribuído significativamente para atenuar a pobreza no interior do país, alterando a realidade econômica dessas populações.

²¹⁸ No próximo capítulo, apresentaremos mapa contendo as principais áreas de garimpagem localizadas no Suriname. Assim, será possível observar de modo mais preciso a superposição dos territórios onde os garimpeiros trabalham com a expansão da rede de infraestrutura de telefonia celular.

podem ser percebidos também ao observarmos o quadro 21. Em 2001, existiam apenas 1.989 linhas de telefonia móvel em operação, ao passo que em 2009 o mesmo serviço chegou a registrar o quantitativo de 763.912 linhas. Já no que tange às linhas de telefone fixo, a curva de crescimento foi muito mais tímida, pois em 2001 contabilizava 1.768, enquanto em 2009 alcançou 83.747 linhas (ABS, 2009; 2011).

MAPA 13 – Mapa promocional da Digicel, demonstrando a área de cobertura do sinal de telefonia móvel. Fonte: Digicel Suriname. Disponível em <http://www.digicelsuriname.com/en/coverage_roaming/coverage-map>. Acessado em junho de 2013.

ANO	TIPO DE ASSINATURA	
	Linhas de telefone móvel	Linhas de telefone fixo
2001	1.989	1.768
2002	2.459	1.785
2003	3.799	1.799
2004	4.767	1.830
2005	5.182	1.804
2006	6.333	1.613
2007	s/d*	1.613
2008	657.186	75.525
2009	763.912	83.747

QUADRO 21 – Número total de linhas de telefone (móvel e fixo), 2001-2009.

FONTE: ABS (2009, p.53; 2011, p.56).

* s/d: sem informação.

MAPA 14 – Mapa promocional da Telesur, demonstrando a área de cobertura do sinal de telefonia móvel.

Fonte: Telesur. Disponível em <<http://www.teleg.sr/teleg/website/teleg-3g-bereikgebieden.asp?menuid=93>>. Acessado em junho de 2013.

A expansão dessa específica rede técnica de comunicação vem afetando substancialmente a rede de centrais de rádio, que, há até poucos anos, era o principal meio de comunicação a partir da floresta surinamesa. O baixo preço do serviço de ligações pré-pago, ocasionado pela competitividade entre as empresas de telefonia, tem estimulado muitos empresários de garimpo e comerciantes de corrutelas a buscarem meios para instalar telefone nos locais de trabalho, nos quais cada garimpeiro interessado em realizar ligações compra o seu próprio cartão com crédito em ligações. Desse modo, temos presenciado, ao longo dos anos de pesquisas de campo, a queda na procura pelos serviços de radiotelefonista e, em consequência, a diminuição do número de centrais de rádio. Contudo, tal situação não tem ocorrido nos garimpos situados em outros países, por exemplo no território francês (Guiana Francesa), onde a comunicação por rádio continua imprescindível. Por isso, é provável que nos próximos anos, apesar da diminuição de oferta, ainda permanecerão grandes centrais de rádio, e algumas outras se deslocarão para atuar em novas áreas.

Se, por um lado, muitas centrais de rádio no Suriname estão deixando de funcionar por conta da chegada de sinal de telefone celular ao interior, por outro, um novo tipo de trabalho começa a surgir nos garimpos localizados nesse país: o de “instalador” de telefone. Apesar da

expansão demonstrada nos mapas 13 e 14, muitas áreas de garimpagem permanecem sem cobertura. Assim, tem aumentado a procura de empresários de garimpo por pessoas com conhecimento técnico para realizar instalações adaptadas, através de extensão, para captar o sinal de celular e instalar telefone nos acampamentos (FOTO 7). Esse é mais um dos inúmeros exemplos de como a territorialidade garimpeira se adapta rapidamente às mudanças ocorridas, não somente resolvendo ausências (como no caso das centrais de rádio, nas décadas anteriores), mas também mesclando infraestrutura espontânea com a rede técnica planejada e construída pelo Estado e/ou por grandes empresas.

FOTO 7 – Aparelho adaptado pelo “instalador” de telefone (garimpo no Manlobi, Suriname).
Fotografado por Rafael da Silva Oliveira em fevereiro de 2010.

Frente a esse quadro, salientamos que as mobilidades informacionais e comunicativas, independentemente se ocorrem a partir das centrais de rádio ou pelos sistemas de telefonia, são fundamentais para a manutenção e o desenvolvimento da garimpagem, pois através delas são repassados e combinados detalhes, por exemplo, acerca de remessas de dinheiro/ouro, ou da chegada e saída de garimpeiros. Desse modo, essas infraestruturas técnicas possuem, em muitas situações, papel decisivo na motilidade dos garimpeiros, pois é por meio do diálogo, seja pelo rádio ou por telefone, que podem ser definidos locais para iniciarem o trabalho e, até mesmo, ser obtidas as referências/indicações para possibilitar o acesso aos territórios, tanto para trabalharem quanto para se hospedarem temporariamente. Assim, uma significativa parcela das mobilidades corporais dos garimpeiros e, até mesmo, a determinação dos itinerários e das estratégias podem ser definidas em decorrência dessas conversas e

informações repassadas, pois é comum enviarem mensagens para as centrais de rádio ou telefonarem diretamente para agentes localizados no Brasil, à procura de novos garimpeiros.

Com base no exposto – não desconsiderando o contingente de garimpeiros que chegam ao Suriname sem realizar quaisquer contatos previamente –, podemos argumentar que a maioria das mobilidades transnacionais realizadas pelos garimpeiros desde o Brasil tem como ponto de partida a fofoca do ouro ou os contatos estabelecidos por telefone ou pelas centrais de rádio. Logo, os fluxos transnacionais de comunicação, informação e imagens que partem principalmente dos garimpos surinameses oferecem elementos às motilidades dos garimpeiros e auxiliam na definição das práticas territoriais efetivadas em meio às possibilidades presentes na multiterritorialidade, influenciando na geografia das constelações dessas mobilidades.

7.3.2 Percorrendo e cartografando itinerários com os garimpeiros

Ao considerarmos as mobilidades físicas dos garimpeiros que saem do Brasil em direção ao Suriname, de maneira geral, mesmo aqueles oriundos dos mais distintos lugares da Amazônia brasileira elegem as cidades de Belém, Boa Vista e Macapá como os principais “pontos de partida” dessa jornada (FIGURA 4).

A definição dos itinerários e paradas eventuais está intimamente atrelada às motilidades sobretudo relacionadas às infraestruturas de deslocamento, a posse ou não de documentação adequada, o capital disponível e os contatos preestabelecidos para saber sobre a fofoca do ouro e os possíveis garimpos com necessidade de novos trabalhadores. Desse modo, as apropriações e a efetivação dos processos territoriais, visando chegar ao Suriname, estão intimamente relacionadas com uma complexa gama de fatores (i)materiais presentes na multiterritorialidade, pois “a referida estratégia de mobilidade se concretiza através das opções feitas quanto a uma rede de itinerários possíveis” (PÓVOA NETO, 1998b, p. 215). Em muitos casos, devido à falta de recursos financeiros e à baixa escolaridade, recorrem ao apoio do futuro empregador, que providencia a documentação (passaporte) e o dinheiro para o deslocamento. Quando a viagem é financiada pelo empregador, restam-lhes poucas opções de escolha, pois o percurso passa a ser definido pelo futuro patrão, com o qual o trabalhador, antes mesmo de iniciar o trabalho, já se encontra em dívida financeira.

FIGURA 4 – Principais rotas em direção aos garimpos da Guiana e Suriname.

Elaborado por Rafael da Silva Oliveira a partir de pesquisas de campo realizadas entre os anos de 2007 e 2013.

Já a infraestrutura técnica de circulação possui íntima relação com o “ponto de partida” (Belém, Boa Vista e Macapá), influenciando na estruturação das estratégias e no tempo gasto no deslocamento, pois cada rota dispõe de condições e características muito específicas. Cumpre agregar que a especificidade de cada itinerário e a dinâmica desses fluxos, proporcionadas pelo uso dos eixos de transporte, contribuíram decisivamente para o surgimento de novas territorializações ao longo desses caminhos voltados para o atendimento não somente de garimpeiros, mas dos migrantes, de modo geral, que utilizam tais itinerários.

Durante o percurso, é comum identificarmos pequenos centros comerciais que surgiram em decorrência desses fluxos, sendo constituídos por casas de câmbio, compra e venda de ouro, estabelecimentos de remessa de dinheiro, *night clubs*, hotéis, bares e restaurantes. Convém agregar que as dificuldades com o idioma, fator que limita a motilidade, e a preferência por estabelecer relações e acordos financeiros com pessoas da mesma nacionalidade levam os garimpeiros a buscarem os serviços oferecidos por brasileiros. Logo, assim como ocorreu com as centrais de rádio, muitos empresários que atuavam no Brasil, acompanhando os direcionamentos dessas mobilidades, têm realizado investimentos, em associação com guianenses e surinameses, em diversos setores para atender a esses migrantes: transporte, alimentação, câmbio, comunicação e hospedagem (FOTOS 8B, D, E e G).

Como podemos perceber na figura 4, uma das possibilidades para os brasileiros que buscam trabalho nos garimpos surinameses é através da aeromobilidade. Partindo do Brasil diretamente para Paramaribo (Suriname), atualmente existem apenas voos regulares no aeroporto internacional de Belém, oferecidos somente por uma única empresa (Surinam Airways). Vale considerar que até março de 2012 a Meta Linhas Aéreas operou no eixo Boa Vista-Georgetown-Paramaribo-Belém²¹⁹ (FIGURA 4). Outra opção de aeromobilidade que nos últimos anos vem sendo mais procurada pelos garimpeiros, sobretudo em decorrência do encerramento do serviço oferecido pela Meta Linhas Aéreas, é o voo Lethem-Georgetown-Paramaribo, realizado pela TransGuyana Airways.

De modo geral, a mobilidade aérea está longe de ser o itinerário mais atrativo, em especial por conta dos fatores financeiros e pelo controle. Ao primeiro motivo atrela-se o alto custo da passagem, sendo muito superior se comparado com os usos e meios de transportes acionados por outros itinerários (pela via regular). No entanto, o principal motivo está atrelado à barreira imposta pela fiscalização, pois a exigência de passaporte, o controle de bagagem e o maior rigor no acesso de entrada e saída tornam-se elementos restritivos para a motilidade de muitos garimpeiros. Assim sendo, apesar de a travessia terrestre-fluvial demorar mais, pois todo o percurso precisa de, no mínimo, dois dias, este é o meio mais buscado e de maior preferência pelos garimpeiros.

²¹⁹ A Meta Linhas Aéreas possuía sede em Boa Vista e surgiu no auge do garimpo em Roraima, na década de 1980, realizando fretes para garimpeiros que trabalhavam, sobretudo, na área indígena Yanomami. Em maio de 2011, o proprietário da Meta, Francisco Mesquita, conhecido como Chico da Meta, foi assassinado em Boa Vista (SOUSA, 2011). Em agosto de 2011, a empresa foi vendida para a Ricco Linhas Aéreas, que, após o término dos compromissos anteriores com a linha internacional para a Guiana e o Suriname, deixou de oferecer esse serviço.

LEGENDA

- A:** Ponte sobre o rio Tacutu (fronteira Brasil↔Guiana), inaugurada em 2009.
- B:** Oferta de serviço de transporte (Lethem↔Georgetown) em Lethem (Guiana).
- C:** Navetes embarcando no *ferry* para atravessar o rio Essequibo (Guiana).
- D:** Oferta de serviço de transporte (Georgetown↔Lethem e Georgetown↔Paramaribo) no Bourda (Georgetown, Guiana).
- E:** Oferta de serviço de transporte (Georgetown↔Lethem e Georgetown↔Paramaribo), alimentação e hospedagem no Bourda (Georgetown, Guiana).
- F:** Transporte irregular, conhecido como *backtrack*, entre Corriverton↔Nieuw Nickerie.
- G:** Supermercado no Belenzinho (Paramaribo, Suriname), especializado em produtos brasileiros e materiais para garimpo.
- H e I:** Canawaima Ferry Service (único meio de travessia regular pela fronteira Guiana↔Suriname).

FOTO 8 – Locais e infraestruturas relacionadas com as mobilidades dos garimpeiros, partindo de Roraima, em direção ao Suriname.

Base cartográfica: Diva-GIS (diva-gis.org).

Mapa de orientação elaborado por Rafael da Silva Oliveira em junho de 2013.

A - Fotografado por Ana Sibelônia Saldanha Veras (2012); B, C, D, E, F, H e I - Fotografado por Rafael da Silva Oliveira (entre 2009 e 2013); G - Acervo do Kaieteur News online (2011).

Como pudemos perceber ao longo do exposto, possuir ou não passaporte é aspecto relevante na motilidade dos garimpeiros, influenciando decisivamente na escolha dos itinerários. Não possuir passaporte implica travessias mais arriscadas e custo mais elevado para efetivar a mobilidade Brasil↔Suriname, ao passo que, com o passaporte, os brasileiros conseguem entrar no país vizinho como “turista”. No entanto, como costumam ficar por anos trabalhando nos garimpos, em poucos meses passam a viver, também, em situação irregular no país.

Essa estratégia de entrar como turista, e fazer parte dos cálculos “oficiais”, é possível apenas partindo de Belém ou de Boa Vista. No entanto, não são raros os garimpeiros indocumentados (ou apresentando problemas no passaporte) que realizam essas travessias a partir da capital de Roraima. Já para os que optam por se deslocar desde Macapá, ou seja, saindo do Brasil pelo Oiapoque, é necessário obter visto para entrar na Guiana Francesa²²⁰. Sobre as exigências burocráticas para a emissão de visto prévio encontradas pelos brasileiros interessados em entrar regularmente no território francês, Almeida (2012, p. 120) sublinha que:

além de preencher fichas e formulários e entregar o passaporte atualizado, o pretendente tem que informar qual o objetivo da viagem, se possui amigos na Guiana, anexar documento que comprove vínculo empregatício no Brasil. Deve apresentar seguro viagem por empresa credenciada pela Comunidade Europeia, e, no caso de a viagem ser por via aérea, mostrar passagem de ida e volta, sem esquecer o comprovante de vacina contra a febre amarela. Sem essa documentação, a solicitação não sai nem de Macapá, e assim o dossiê não chega à representação diplomática francesa em Brasília, instituição que expede oficialmente o visto de entrada para o Departamento Ultramar Francês.

Diante desse quadro, muitos acabam desenvolvendo estratégias a fim de contornar a fiscalização, aumentando assim o índice de pessoas que cruzam irregularmente a fronteira Brasil↔Guiana Francesa pela chamada varação. Sem dúvidas, a varação é a estratégia mais comum entre os garimpeiros, inclusive daqueles que partem de Boa Vista, procurando atravessar a fronteira em pontos onde a fiscalização é deficiente ou nula, desenhando então itinerários distintos, mas que, em determinados trechos, se encontram articulados com a infraestrutura planejada e os serviços formais oferecidos durante as mobilidades. Nesse caso em que tentam burlar a fiscalização, realizam as travessias em pequenos grupos, geralmente

²²⁰ Convém registrar que, excetuando a entrada por esse Departamento Ultramarino, os cidadãos brasileiros estão isentos da exigência de visto para a França em viagem turística.

sem documentação²²¹, chegando a caminhar por dias no meio da floresta até atingir os garimpos. Tais trajetos são orientados e acompanhados por garimpeiros mais experientes ou atravessadores especializados no auxílio à imigração irregular.

Tanto na fronteira Brasil↔Guiana quanto na Brasil↔Guiana Francesa, essas mobilidades são frequentes nos mais distintos horários e pontos. No entanto, existem diferenças entre elas em relação às estratégias utilizadas para burlar as barreiras impostas – sobretudo no caso da fiscalização no Departamento Ultramarino da França, sendo esta mais rigorosa quando comparada com a da Guiana. Ademais, ao compararmos os fluxos atrelados à varação nas duas fronteiras, podemos afirmar que ela ocorre com maior frequência no itinerário partindo do Oiapoque.

No que tange às mobilidades iniciadas em Roraima, a partir da travessia do rio Tacutu, em sua maioria são organizadas e realizadas entre os próprios garimpeiros, ou seja, não existe uma procura para a contratação de atravessadores. Tais grupos, com objetivos, interesses e itinerários mais homogêneos, entram por varadouros²²² abertos e/ou conhecidos pelos migrantes mais experientes e cruzam o território guianense em situação irregular, visando assim alcançar tanto as áreas de garimpagem da Guiana quanto do Suriname. Com relação às entradas em território francês, além da estratégia mencionada, também acontecem mobilidades transfronteiriças com a ajuda de agentes (conhecidos como “passadores”) que conduzem não somente garimpeiros, mas igualmente trabalhadores de outros setores, por exemplo da construção civil ou de serviços domésticos (PINTO, 2008; MARTINS, 2010; SOUZA OLIVEIRA, 2011).

Outra diferença importante na motilidade dos garimpeiros durante a varação refere-se aos distintos meios de deslocamento físico potencialmente disponíveis para serem utilizados em favor das estratégias de travessia. Esses processos territoriais transfronteiriços através da Guiana ocorrem, basicamente, articulando caminhadas por varadouros e utilização de transporte coletivo (através de vans, conhecidas também como navetes, ou “táxis” particulares), cuja jornada perdura por dias. Nesse caso, as pequenas embarcações são

²²¹ Muitos garimpeiros, antes de iniciarem a varação, alegam preferir deixar todos os documentos no Brasil (em Boa Vista ou Oiapoque), com alguma pessoa de sua confiança. Dentre os principais motivos para justificar tal prática, segundo depoimentos dos próprios trabalhadores, destacamos dois: 1) refere-se ao fato de que, normalmente, quando são presos, durante as mobilidades clandestinas ou nos próprios garimpos, alegam que seus documentos são queimados pelas autoridades (principalmente na Guiana Francesa, pela Gendarmerie); 2) o procedimento garante o anonimato caso sofram processo de expulsão, pois, se identificados pelo passaporte, perdem o direito de tentar voltar ao país em outra ocasião. Vale acrescentar que, em muitos casos, esses indocumentados já foram expulsos portando passaporte, por isso retornam sem documentação – estão marcados pelo que denominam “carimbo vermelho”.

²²² Caminho clandestino pela floresta, por onde os garimpeiros realizam a varação (ver nota 194).

utilizadas em três curtos períodos – para transpor os rios Tacutu (Brasil↔Guiana), Essequibo (Guiana) e Corantijn (Guiana↔Suriname²²³) – que, somados, perfazem pouco mais de 2 horas de viagem. No entanto, na fronteira franco-brasileira a mobilidade fluvial é um meio de acesso de suma importância para os garimpeiros interessados em chegar às áreas de garimpagem aurífera. Assim, dependendo do itinerário, as viagens utilizando catraias podem variar de 5 a 12 horas, para, posteriormente, iniciarem longas caminhadas por varadouros durante dias. Ao considerarmos o que foi exposto no capítulo 5, fica evidente que a habitual movimentação de diversos garimpeiros preparando as catraias para iniciarem a varação em direção aos garimpos, há décadas, faz parte da paisagem da orla do centro da cidade de Oiapoque, movimentando, inclusivamente, a economia local (FOTOS 9B e C).

No que diz respeito aos trabalhadores que iniciam a jornada em situação irregular, atravessando o Departamento francês com o interesse de alcançar os garimpos situados no Suriname, seguem, principalmente, para os pontos da fronteira Guiana Francesa↔Suriname, onde acontece grande parte das arriscadas travessias ao longo dos rios Marowijne e Lawa (FOTO 9G). Convém ainda mencionar a existência cotidiana de intensa mobilidade transfronteiriça de garimpeiros e quilombolas para o estabelecimento de trocas comerciais por quase toda a extensa fronteira entre os dois países em tela. Para tanto, a canoa é constantemente utilizada para transpor a fronteira, valendo destacar as relações estabelecidas entre Saint-Laurent-du-Maroni (Guiana Francesa) e Albina (Suriname), e entre Maripasoula (Guiana Francesa) e Benzdorp/Akowitz (Suriname) (FOTO 9E).

²²³ De certa forma, as possibilidades de travessias transfronteiriças regulares entre ambos são muito limitadas, inclusive para os guianenses e surinameses. O Canawaima Ferry Service (CFS) (FOTO 8H e I), que conecta Moleson Creek (Guiana) e Zuydveen (Suriname), única via de entrada e saída regular na fronteira entre os dois países, realiza diariamente apenas duas viagens. Assim, durante todo o dia e parte do período noturno, incontáveis guianenses e surinameses que vivem nessa área da fronteira realizam travessias irregulares através de embarcações clandestinas conhecidas como *backtrack* (FOTO 8G). Da mesma forma, muitos garimpeiros recorrem, cotidianamente, a essa opção de transporte para entrar irregularmente no Suriname. O *backtrack* Guiana↔Suriname ocorre entre Corriverton (Guiana) e Nieuw Nickerie (Suriname), a partir de plataformas improvisadas para a prestação desse serviço de transportes. Essa alternativa de mobilidade, mais rápida, porém perigosa (com vários registros de acidentes fatais) e com maior rotatividade, antes da inauguração do CFS, em 1998, era considerada o “porto oficial” da fronteira, tendo, inclusive, funcionários da imigração trabalhando no local (KNEWS, 2011). No entanto, com a implantação do *ferry*, o serviço de lancha no rio Corantijn, do e para o Suriname, passou a ser considerado ilegal, ou seja, todo o aparato dos Estados guianense e surinamês em relação à regularização dos migrantes passou a funcionar exclusivamente onde está localizado o CFS, apesar de o *backtrack* continuar funcionando todos os dias e sem quaisquer intervenções visando inibir (ou regularizar) a atividade.

LEGENDA

- A:** Transporte fluvial (catraia) no Oiapoque para Saint-Georges-de-l'Oyapock.
B e C: Garimpeiros preparando embarcações para iniciarem a varação em direção aos garimpos.
D: Centro de Cooperação Policial Brasil-França, em Saint-Georges-de-l'Oyapock.
E Embarcações em Albina, aonde, diariamente, chegam e partem garimpeiros em situação irregular.
F: Hotel em Belzenh (Paramaribo, Suriname), um dos inúmeros locais onde os garimpeiros costumam realizar paradas temporárias.
G: Rio Marowijne, fronteira Suriname↔Guiana Francesa (garimpeiros realizam diariamente travessias irregulares ao longo dessa fronteira).

FOTO 9 – Locais e infraestruturas relacionados com as mobilidades dos garimpeiros, partindo do Amapá em direção ao Suriname.

Base cartográfica: Diva-GIS (diva-gis.org).

Mapa de orientação elaborado por Rafael da Silva Oliveira em junho de 2013.

Fotografado por Rafael da Silva Oliveira, entre 2009 e 2013.

Além dos supramencionados, outro itinerário, partindo principalmente do Pará, apesar de menos frequente, mas do qual encontramos registros em depoimentos dos garimpeiros e, também, nos noticiários publicados no Brasil e no Suriname, é a tentativa de entrar, sem passar pela fiscalização, por meio de embarcações destinadas a transportar produtos e mercadorias com destino a Paramaribo (CAMPELO, 2010).

Conforme enfatizamos, esses itinerários da varação (a partir de Roraima ou do Amapá), ignorados pelas estatísticas “oficiais”, são por onde se move a maior parte dos garimpeiros. Desse modo, podemos dizer que a própria condição inerente a esses trabalhadores (cujas mobilidades ocasionam intensa flutuabilidade territorial) contribui para que eles não “considerem” os limites dos Estados como impedimento para transitarem na floresta amazônica e, tampouco, constituírem seus territórios (THEIJE; HEEMSKERK, 2009; OLIVEIRA, 2012a).

Essas constelações de mobilidades, constituídas através de distintas estratégias e itinerários percorridos pelos garimpeiros, são marcadas por variadas técnicas de contornamento, sendo entendidas aqui como sugere Haesbaert (2011b, p. 29): “desde o contornar ou circundar muito concreto de uma fronteira murada ou intensamente vigiada até contornamentos de menor visibilidade”. Logo, em meio às mobilidades apresentadas, são evidenciados desde contornamentos mais explícitos, como é o caso da varação e do suborno ao longo da travessia rodoviária²²⁴, até aqueles sutis, ou, melhor seria, aparentemente “regulares”, como é o caso da entrada na condição de “turista”, em que o objetivo de trabalhar e permanecer por mais tempo no Suriname já está presente desde os primeiros preparativos, ainda no Brasil.

Haesbaert (2011) menciona que a intensidade das práticas de contornamento e, especialmente, sua eficácia estão atreladas proporcionalmente ao potencial criativo dos grupos envolvidos de “recomporem suas práticas territoriais em termos da multiplicidade de territórios/territorialidades em que se situam” (HAESBAERT, 2011, p. 29). Em publicação anterior, o autor destaca que o contornamento, enquanto contraface indissociável da contenção, é utilizado por pessoas “que desenvolvem uma habilidade especial em transitar entre fronteiras” (HAESBAERT, 2008, p. 43). Dessa maneira, é preciso ter habilidades, sejam elas físicas ou adquiridas (conhecimento), para vencer distâncias ou tomar decisões e realizar

²²⁴ Presenciamos diversas vezes, durante as etnografias móveis, garimpeiros e outros viajantes pagando propina para facilitar a entrada e/ou trânsito irregular, particularmente, ao longo das travessias terrestres entre Lethem e Georgetown (Guiana). Vale sublinhar que, desde Lethem até a capital guianense, garimpeiros em situação regular ou irregular se misturam e percorrem todo o trajeto juntos, sendo distinguidos apenas pelo custo despendido para concluir a travessia. Durante conversas informais, ao longo desse itinerário, não são poucos aqueles que mencionam deixar “duas, três passagens nos locais de fiscalização e controle” (no somatório dessa travessia).

apropriações adequadas na construção de acessos transgressores e/ou subterfúgios de contornamento das barreiras impostas. Assim sendo, tais elementos que constituem a motilidade são jogados no cerne das mobilidades entre territórios e territorialidades como capitais em meio às práticas estabelecidas, distinguindo líderes, pessoas com mais experiência e ardil que os demais membros envolvidos nas territorialidades implicadas. Vista dessa forma, a motilidade emerge como elemento importante dentro das dinâmicas territoriais, como pode ser exemplificado pela variação: é preciso ter vigor físico para caminhar por dias com escassos recursos disponíveis de água e comida; conhecimento empírico para caminhar por dentro da floresta amazônica com inúmeros riscos e imprevistos; saber instalar, operar, consertar e utilizar um rádio, para estabelecer comunicação através de longas distâncias dentro da floresta; montar mínimas instalações para dormir desprovido de condições básicas de segurança e proteção; dentre outros inúmeros exemplos que representam e distinguem aqueles que conduzem (e/ou abrem seus próprios “acessos” para o contornamento) daqueles que são conduzidos (e necessitam de ajuda para conseguir contornar).

No que concerne aos locais para a realização de paradas temporárias durante as mobilidades para o Suriname, apesar das longas distâncias percorridas, poucas cidades são consideradas pelos garimpeiros. Excetuando os casos em que eles optam pela variação para alcançar diretamente os garimpos, sendo necessário dormir em acampamentos improvisados na floresta, a grande maioria desses migrantes busca hospedagem, além das cidades que servem como “ponto de partida”, principalmente em Oiapoque (Brasil), Georgetown (Guiana), Paramaribo (Suriname) e, em alguns casos, em Cayenne e Kourou (Guiana Francesa). Nesse particular, podemos afirmar que as três primeiras representam as principais cidades de referência para os garimpeiros em direção aos campos de ouro do território surinamês. Vale ressaltar que tanto Paramaribo quanto Georgetown possuem bairros marcados pela expressiva presença de brasileiros e a oferta de serviços e mercadorias atreladas à atividade da garimpagem. Os bairros do Bourda e Tourtonne (este último, como já dissemos, conhecido popularmente como Belenzinho), respectivamente situados nas capitais da Guiana e Suriname, possuem desde hotéis e *night clubs*, passando por salões de beleza e restaurantes, até escritórios de remessa de dinheiro e compra/venda de ouro (FOTOS 8D, E e G; FOTO 9F). Nessas localidades, voltadas para o atendimento aos brasileiros e à garimpagem, “o idioma português e a bandeira brasileira são tão presentes que é possível viver nesses bairros sem a necessidade de falar/aprender o inglês (Guiana) ou o holandês (Suriname)” (OLIVEIRA, 2011a, p. 200).

Para finalizar esta seção, ressaltamos que as infraestruturas e estratégias presentes nos itinerários utilizados pelos garimpeiros são marcadas por custos diferentes (FIGURA 5²²⁵). Assim, a especificidade de cada caminho percorrido pelos garimpeiros, juntamente com o meio utilizado, suscita não somente variados ritmos e velocidades, mas também influencia no capital a ser investido (ou emprestado) para conseguir iniciar o trabalho nos garimpos surinameses.

O custo total do deslocamento Brasil→Suriname é menor para aqueles que realizam a travessia partindo de Boa Vista, tanto através da aeromobilidade quanto pelo eixo terrestre-fluvial. Importa esclarecer que, apesar de a travessia utilizando o segundo eixo mencionado representar um pouco mais da metade do valor da passagem de avião, os gastos de hospedagem e alimentação durante o percurso tornam o custo de ambos muito semelhantes. Já para os garimpeiros que partem de Macapá, tanto o custo quanto os riscos são mais elevados. Além do gasto para alcançar a cidade de Oiapoque, em média, os “passadores” costumam cobrar R\$ 600 (200 €) por pessoa para conduzir arriscados deslocamentos de Oiapoque até Cayenne, ou, como preferido pelos garimpeiros, até o varadouro por onde caminham por dias até alcançarem o local planejado. Contudo, os garimpeiros e outros agentes envolvidos (in)diretamente na territorialidade garimpeira (cozinheiras, mecânicos, ourives, trabalhadoras sexuais, dentre outros), ao contrário dos trabalhadores de outras áreas (por exemplo, da construção civil e de serviços domésticos), conseguem se auto-organizar para percorrer tais itinerários por valores menores. Nesses pequenos grupos que são formados exclusivamente para se deslocar em direção aos garimpos, é possível conseguir lugar numa catraia a partir de R\$ 300 por pessoa para chegar até algum varadouro, podendo esse valor variar de acordo com a quantidade de passageiros embarcados, a carga transportada e, sobretudo, os riscos associados à situação da fiscalização e do controle na fronteira.

²²⁵ No que concerne aos valores expressos na figura 5, informamos que em muitos trechos existe transporte regular com tarifa mais econômica. Contudo, os garimpeiros não costumam utilizá-los, pois preferem os transportes alternativos oferecidos principalmente por brasileiros (em parceria com guianenses ou surinameses) e que, em muitos casos, também auxiliam no desenvolvimento das estratégias de manutenção da clandestinidade (principalmente dentro do território guianense). Desse modo, decidimos levar em conta apenas os preços relacionados com as mobilidades desses trabalhadores ao longo dos itinerários percorridos em direção ao Suriname.

FIGURA 5 – Custo das mobilidades Brasil→Suriname^(*).

Elaborado por Rafael da Silva Oliveira a partir de pesquisas de campo realizadas entre os anos de 2007 e 2013.

^(*) Os valores apresentados foram conferidos, pela última vez, em março de 2013.

Obs.: US\$ 1 = G\$ 202,95 (dólar guianense) e SRD 3,31 (dólar surinamês).

Conforme mencionado no início desta seção, os garimpeiros que percorrem os itinerários demonstrados aqui são oriundos de distintos pontos do Brasil, especialmente, das regiões Norte e Nordeste. Por isso, é pertinente dedicarmos atenção para analisar, mais acuradamente, quais as principais cidades envolvidas nesses territórios-rede relacionados com a garimpagem aurífera discutida em nossa tese. Assim, agregamos novos elementos para corroborar nossa argumentação acerca do redirecionamento dessas territorialidades, da manutenção desses fluxos e, também, do alcance e da atração exercida dentro do território brasileiro pelos campos de ouro existentes no Suriname.

7.4 Sobre o perfil dos garimpeiros no Suriname: origem, idade e experiências anteriores

Consoante apontamos, a origem dos garimpeiros extrapola os limites das três cidades consideradas pelos mesmos como início da jornada em direção ao Suriname (Belém, Macapá e Boa Vista). Dessa maneira, dedicamos atenção a levantar alguns dados para entendermos um pouco mais acerca do perfil desses migrantes que buscam trabalho nos garimpos situados no destino mencionado. Por ora, ao recorrermos à pesquisa *survey* realizada com 972 garimpeiros, optamos por tratar da origem, do perfil etário e das experiências vividas em outros garimpos para, então, estabelecermos algumas conexões com as análises e argumentações desenvolvidas na parte II.

No que tange à origem dos garimpeiros, os estados que apresentaram maior quantitativo de registros são: Maranhão (495), Pará (288), Amapá (74) e Roraima (44). Os quatro estados em tela totalizam 92,69% dos registros (MAPA 15). Dentre os principais municípios citados, destacam-se Lago da Pedra (81), Zé Doca (68), Codó (54), Pinheiro (42), Barra do Corda (37), Imperatriz (32) e Viana (27) no Maranhão; Itaituba (88), Belém (41), Santarém (39) e Altamira (27) no Pará; Macapá (31), Calçoene (25) e Laranjal do Jari (11) no Amapá; e, finalmente, Boa Vista (36) em Roraima.

Ao compararmos os mapas 15 e 4 (p. 181), é possível perceber que grande parte da origem dos garimpeiros está atrelada a localidades que outrora estiveram intimamente relacionadas com o *boom* do garimpo na década de 1980, ocorrido na Amazônia brasileira. Tais dados ajudam a reforçar nosso argumento concernente ao reposicionamento das práticas para além dos limites nacionais, constituindo assim territórios-rede atrelados à garimpagem que estão inseridos em emaranhamentos que envolvem e agregam novas complexidades e escalas. Com isso, demonstramos que, mesmo com a diminuição da atividade no Brasil, parte das dinâmicas de muitas localidades, até os dias de hoje, mantém relações com as

territorialidades presentes na garimpagem de grande parte da Pan-Amazônia, sendo ainda mais notável no Platô das Guianas.

Apesar de procedentes das mais variadas localidades do Norte do país (com raras exceções de outras regiões), as cidades de Belém, Oiapoque, Boa Vista e Manaus, como também a microrregião da Baixada Maranhense, são as principais referências do Brasil entre os garimpeiros que trabalham no Suriname. Aliás, no imaginário garimpeiro, o lugar de origem pode influenciar decisivamente na motilidade (e, por consequência, nas constelações de mobilidade), podendo representar maiores possibilidades de oportunidades de trabalho ou, até mesmo, dificultar o sucesso da empreitada no país vizinho. Nesse particular, a subjetividade torna-se um componente importante no cerne dos territórios-rede constituídos a partir dessas mobilidades transnacionais, pois é utilizada como recurso para conseguir acessos aos territórios. Em alguns casos, a origem é escamoteada pelo simulacro construído através da alegação de ser proveniente de um município que ofereça maior capital para transitar entre os territórios da garimpagem e fortalecer suas redes sociais²²⁶.

Dentre os exemplos associados ao aspecto supramencionado, convém destacar que os garimpeiros maranhenses são percebidos, pelos diferentes agentes envolvidos direta e indiretamente com a territorialidade garimpeira, como mais aguerridos e com maior dedicação ao trabalho. Mais especificamente, os “baixadeiros”, em referência à microrregião da Baixada Maranhense, e os lago-pedrenses são muito respeitados e solicitados para trabalhar não somente nos garimpos surinameses, mas por todo o Platô das Guianas. Conforme evidenciado durante nossas pesquisas, não são raros os garimpos que aceitam, por exemplo, somente maranhenses do Lago da Pedra. Contudo, apesar de em menor medida, a situação oposta também ocorre, pois existem empresários de garimpo que se recusam a contratar maranhenses com base nas mais variadas alegações, inclusive a de serem “violentos”. Na realidade, identificamos que os empresários de garimpos constroem valores morais, em torno de determinadas origens, com base em experiências passadas com trabalhadores migrantes. Dessa forma, um ato de violência ou um roubo praticado por algum garimpeiro, por exemplo, de Barra do Corda (MA) pode ter significativo peso no que concerne ao acesso a determinados territórios por outros trabalhadores procedentes desse mesmo município. Logo, a origem se entrelaça com outros elementos presentes nos emaranhamentos e afetam as regras de in/out, as interações espaciais e a superfície-profundidade presentes nos territórios-rede relacionados com as territorialidades dos garimpeiros.

²²⁶ Provavelmente tal situação pode estar presente em algumas respostas obtidas durante a pesquisa *survey*.

MAPA 15 – Origem dos garimpeiros que trabalham no Suriname.
Base cartográfica: Portal Brasileiro de Dados Abertos (dados.gov.br).
Fonte: Pesquisa *survey* realizada por Rafael da Silva Oliveira entre 2009 e 2011.
Elaborado por Rafael da Silva Oliveira em outubro de 2012.

Além do exposto, procuramos compreender um pouco mais o perfil etário desses trabalhadores e suas experiências em garimpos de outros países, especialmente no Brasil. Os dois dados em tela, no nosso entendimento, são importantes para ajudar a elucidar reflexões relacionadas com os eventos apresentados nos capítulos 4, 5 e 6. Como temos argumentado ao longo da tese, a política adotada no Brasil em relação aos garimpeiros e aos garimpos, articulada com os eventos ocorridos no Suriname nas décadas de 1980 e 1990, estimulou o redirecionamento e a transnacionalização de grande parte das possibilidades, das motilidades, das constelações de mobilidades e dos problemas atrelados à garimpagem, alterando assim itinerários e criando novos emaranhamentos. Logo, a idade dos garimpeiros e sua vivência em trabalhos anteriores auxiliam-nos a pensar não somente a relação com os eventos mencionados, mas, sobretudo, com a manutenção desses territórios-rede.

Como podemos observar no gráfico 11, a maioria dos garimpeiros que contribuiu com a pesquisa *survey* possui entre 36 e 50 anos, representando 60,60% (589). Ao incluirmos aqueles que, na época da coleta dos dados, informaram ter mais de 51 anos, o percentual atinge 68,01% (661). Se levarmos em conta os anos de 1992 e 1997, referentes, respectivamente, à demarcação da TIY, seguida do auge das ações da OSL e do início do desenvolvimento de Belenzinho, podemos considerar que esses trabalhadores estavam em idade ativa²²⁷ durante tais eventos. Assim, ao indagarmos sobre as experiências anteriores em garimpos localizados em outros países, dentro do universo da pesquisa, 58,02% (564) alegaram já ter trabalhado no Brasil, ao passo que 83,64% afirmaram passagem por áreas de garimpagem em outros países – notadamente, na Guiana Francesa, Guiana e Venezuela.

GRÁFICO 11 – Idade dos garimpeiros que trabalham no Suriname.

Fonte: Pesquisa *survey* realizada por Rafael da Silva Oliveira entre 2009 e 2011.

Elaborado por Rafael da Silva Oliveira em outubro de 2012.

²²⁷ Aqui estamos considerando a faixa etária da população em idade ativa utilizada pelo IBGE na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) de 2011 (IBGE, 2012), ou seja, 15 anos ou mais (IBGE, 2012, p. 58-67).

Não podemos afirmar que todos os 58,02% trabalharam em garimpos brasileiros exatamente durante os eventos analisados nos capítulos anteriores²²⁸. É preciso relativizar esse percentual, pois, até hoje, ainda existem muitos garimpos em atividade no Brasil, funcionando tanto de maneira formal quanto informal. Contudo, a significativa maioria desse contingente praticava o garimpo dentro do país durante as décadas de 1980 e 1990, visto que não são raras as histórias de vida que remetem a tais eventos. Sobre esse assunto, apresentamos, a seguir, o depoimento de três garimpeiros que ilustram esta afirmação.

Tô com muitos ano de garimpo. Eu entrei na Serra Pelada com medo da pessoa me botar pra fora porque eu era de menor. Tinha entrado com 16 anos e me lembro bem na época... tinha medo da polícia me botar pra fora porque eu não tinha idade [risos]. Da Serra Pelada fui pra Itaituba.... trabalhei no Creporizão, na balsa de mergulho. De Itaituba, voltei em casa e depois fui pra Boa Vista de Roraima. Depois trabalhei nisso tudo. Na Guiana fiz muito mergulho, fiquei muito tempo no [garimpo do] Pernão. Na Guiana Francesa trabalhei com Stefano [empresário de garimpo], no baixão, com máquina. Foi garimpo demais, menino. Só depois vim pro Suriname. Não me lembro quando... acho que foi por volta de 1994 ou 1996. Só sei que fui e voltei, fui e voltei, e agora estou aqui já faz mais de três anos sem ir em casa (RBL, garimpeiro, 46 anos, 30 anos de garimpo – entrevista em 2009.2).

No Brasil trabalhei num bocado de garimpo. Tudo começou em Itaituba, trabalhei ali muito. Serra Verde, Crepori, Marupá, tudo no Pará. Depois Amano, Parauari, já no Amazonas. De lá, em 1984, fui pra Porto Velho, que é em Rondônia. De Porto Velho, voltei de novo pra Itaituba. Fiquei por lá um tempo e, depois, fui trabalhar no rio Oiapoque, em 1986. Trabalhei por lá um tempo e fui pra Mato Grosso... Alta Floresta, Apiacás, Peixoto de Azevedo, tudo eu trabalhei. De lá, fui pra Roraima em 1988. Em Roraima trabalhei no [rio] Uraricoera, [rio] Mucajá, no rio Novo, fui pra Venezuela também porque no Brasil não tava bom. Trabalhei na Guiana Francesa também como clandestino. Aí, em 1997 vim pra cá [Suriname]. De 1997 nunca mais saí daqui. Tô desde 1997, mas vou e volto. Passo um ano em casa [no Brasil], um ano e meio, dois anos e volto de novo (CPS, garimpeiro, 44 anos, 27 anos de garimpo – entrevista em 2010.1).

Lembro como se fosse agorinha... o primeiro [garimpo] foi [no rio] Gurupi. Depois rodei muito lugar no Brasil, não dá nem de contar assim... mas fiz ouro mesmo em Roraima. Com a balsa lá a gente fazia ouro. Depois ficou complicado, a polícia deu em cima, começou a explodir tudo, e a gente foi indo, indo até que entremo pela Venezuela. Aí, depois, fiquei muito tempo trabalhando como dragueiro na Guiana. Era bom, mas muita violência. Comecei a escutar a fofoca grande pros lado do Suriname e da Guiana Francesa. De lá pra cá passo um tempo no Suriname, tiro um ouro bom, às vezes, na França, e quando junto o troco da passagem [risos] volto pra casa [no Brasil] (XDV, garimpeiro, 51 anos, 32 anos de garimpo – entrevista em 2011.1).

²²⁸ É indubitável que, para nos posicionarmos de modo mais consistente sobre esse aspecto, seria necessário realizar uma pesquisa mais detalhada, fugindo assim por demais dos objetivos traçados para este trabalho de doutoramento.

Apesar de nem sempre citado explicitamente durante os depoimentos, o direcionamento das mobilidades dos garimpeiros entrevistados que trabalharam no Brasil entre as décadas de 1980 e 1990 está intimamente relacionado com os eventos demonstrados nos capítulos anteriores, sobretudo no que concerne às políticas engendradas pelos governos brasileiros e à fofoca do ouro atrelada a determinadas localidades. O reconhecimento das possibilidades de investir na atividade da garimpagem em outros países coincide com a maior presença de garimpeiros na fronteira brasileira, sendo mais intensificada após a nova postura adotada pelo governo do Brasil a partir do final dos anos 1990. Vale recordar, amparado na exposição deste capítulo e em argumentações desenvolvidas por outros estudos (THEIJE; HEEMSKERK, 2009; THEIJE; BAL, 2010), que as territorialidades dos garimpeiros não percebem as fronteiras estabelecidas pelos Estados como fator impeditivo para a consolidação de seus projetos pessoais. De certa forma, transgredir limites e (re)descobrir novos a serem transpostos é inerente ao garimpeiro, cuja mobilidade, insegurança e sonho do bamburro fazem parte das estratégias cotidianas em meio à busca por melhores condições de vida.

No extremo oposto do gráfico, entre aqueles com idade entre 18 e 35 anos, identificamos 311 garimpeiros, perfazendo 31,99%. Apesar de totalizar menor percentual, a presença expressiva de trabalhadores dentro desse grupo etário demonstra que os territórios da garimpagem aurífera no Suriname permanecem atraindo novos trabalhadores brasileiros, sobretudo dos lugares mencionados acerca das origens dessas mobilidades. As entrevistas gravadas e, principalmente, as conversas informais confirmam que esses jovens garimpeiros foram atraídos pelas fofocas do ouro no Suriname a partir de pessoas próximas, inclusive parentes, nas localidades de origem, ou, até mesmo, em garimpos de outros países da Pan-Amazônia. Sobre a referida situação, cabe destacar dois excertos das entrevistas realizadas:

Comecei a despertar pro garimpo quando era menino novo. Reparava que o pessoal que ia pro garimpo quando voltava estava sempre com dinheiro. Já outros que iam trabalhar em firma chegava com dinheiro, mas pouco, né? Não era igual os garimpeiro... via que os garimpeiro quando chegavam lá no Maranhão comprava carro, comprava roupa, comprava casa. Pensei, então, que eu também queria aquilo. Via que trabalhando no garimpo podia ganhar mais do que trabalhando numa firma ou qualquer outro serviço braçal lá no interior [da Baixada Maranhense]. Achei que no garimpo tinha mais previsão de, futuramente, conseguir alguma coisa mais rápido (LPN, garimpeiro, 35 anos, 13 anos de garimpo – entrevista em 2013.1).

Minha mãe era cozinheira de garimpo e ficava mais em balsas. Então, fiquei uns quinze anos sem ver minha mãe, depois que ela separou do meu pai. Aí, um dia ela apareceu lá em casa. Nunca na minha vida pensei que ia andar em

garimpo. Foi no ano de 2001, ela me perguntou e fez uma proposta assim pra mim porque minha vida aqui no Pará era muito ruim. Morei muito na casa de alguns tios e é aquela coisa... minha situação era meio precária, desde que meus pais se separaram passei a viver em casa de parentes. Eu tinha dezenove anos quando ela fez a proposta. Ela conheceu o Suriname fazendo marretagem²²⁹ e depois abriu uma cantina e deu certo. A proposta dela era boa e o que eu poderia ganhar em três meses precisava trabalhar mais de um ano. A verdade é que sem estudo a gente não consegue viver muito, pois fazia dia que não tinha dinheiro pra comprar o leite de minha filha. Fiquei com o coração na mão, mas resolvi fazer isso [deixar a família] e trabalhar nos garimpos aqui no Suriname. A vida aqui é difícil, o garimpo é uma aventura, mas estou conseguindo juntar alguma coisa (CFS, garimpeiro, 28 anos, 9 anos de garimpo – entrevista em 2010.1).

Ainda em relação às mobilidades Brasil↔Suriname e dos territórios-rede envolvidos com a garimpagem aurífera, vale expor que 16,36% da amostragem, ou seja, 159 garimpeiros, nunca trabalharam em garimpos de outros países. Faz-se mister sublinhar que os garimpeiros com experiência de trabalho apenas no Suriname não estão, de forma alguma, atrelados exclusivamente ao grupo etário entre 18 e 35 anos, pois encontramos trabalhadores migrantes, atuando na mineração em pequena escala, com mais de 40 anos e que trabalharam somente no Suriname. Da mesma forma que o oposto também ocorre, tendo em vista que, durante os levantamentos, registramos depoimentos de garimpeiros, entre 20 e 25 anos, relatando passagem por garimpos de outros países, incluindo o Brasil.

²²⁹ Comércio ambulante, em sua maioria realizado por mulheres, que trabalham vendendo mercadorias (principalmente roupas, revistas e eletrônicos) nos garimpos.

Capítulo 8

Garimpagem e realidade multiterritorial no interior do Suriname

No capítulo anterior, demonstramos como os garimpeiros estabelecem estratégias, utilizam e criam infraestruturas e desenvolvem práticas transgressoras para concluir seus projetos pessoais e realizar mobilidades transfronteiriças em direção aos campos de garimpagem aurífera no Suriname. No entanto, resta esclarecermos os itinerários e emaranhamentos envolvendo suas territorialidades dentro do território surinamês, a fim de esclarecer dúvidas como: onde estão situados esses garimpos e quais as territorialidades que se cruzam em meio às práticas territoriais desenvolvidas pelos garimpeiros?

Nesse sentido, para darmos conta dessas inquietações que ajudam a elucidar esta discussão, neste capítulo, além de apresentarmos as constelações de mobilidades (e, por extensão, as territorialidades) e territorializações dos garimpeiros dentro do território surinamês, demonstraremos onde e como estas se encontram com outras que se superpõem nesses emaranhamentos multiterritoriais. Para tanto, inserimos as trajetórias dos garimpeiros em meio à multiplicidade de trajetórias que estão implicadas e que envolvem variadas escalas dentro do contexto focado nesta tese. Tal análise se faz pertinente para explicitarmos as distintas geometrias de poder em que as territorialidades dos garimpeiros estão abarcadas, especialmente no interior do país. Assim, ao compreendermos esse contexto multiterritorial, marcado por distintas regras de in/out, interações espaciais e superfície-profundidade que se entrelaçam nos emaranhamentos, constituindo variados campos de força e perspectivas

tencionados concomitantemente nos territórios, buscamos oferecer os elementos necessários para o desdobramento da reflexão presente no próximo capítulo.

Partindo daí, subdividimos este capítulo em duas seções. Na primeira, versamos especificamente sobre os garimpos no Suriname, considerando estimativas em relação ao número de lavras em atividade; as principais tecnologias e técnicas empregadas; e sua distribuição em meio à floresta surinamesa, a partir da qual elaboramos um mapeamento a fim de demonstrar os principais garimpos, corrutelas e direcionamentos das mobilidades. Na segunda, analisamos a presença de algumas territorialidades (e territórios) que se encontram superpostas e imbricadas com aquelas relacionadas aos garimpeiros. Apesar de estarmos conscientes da existência de outras territorialidades em jogo, por ora optamos por considerar os cruzamentos de trajetórias e emaranhamentos atrelados aos quilombolas, indígenas, empresas de mineração em grande/média escala, demais titulares das concessões de mineração e, por fim, as áreas protegidas no Suriname. Cada uma delas, ao mesmo tempo em que possui, por um lado, suas próprias especificidades – com objetivos, regras, finalidades, intenções, interações espaciais, significados e escalas de articulação –, por outro se entrelaça com territórios diversos, compondo emaranhamentos em meio à realidade multiterritorial nos quais os garimpeiros estão imersos. Tais emaranhamentos presentes na multiterritorialidade desses sujeitos, repletos de relações assimétricas de poder, abrem possibilidades, inclusive através do estabelecimento de restrições, que influenciam em suas práticas (na maioria dos casos, transgressoras).

8.1 Entendendo as territorializações e territorialidades dos garimpeiros no interior do Suriname

As mobilidades transnacionais dos garimpeiros em direção ao Suriname, detalhadas no capítulo 7, objetivam alcançar os territórios dos garimpos auríferos situados, principalmente, nos distritos de Brokopondo e Sipaliwini. Por isso, podemos afirmar que ambos concentram o maior contingente de garimpeiros que trabalham regular e irregularmente no Suriname, pois nesses distritos está localizada a maior parte do *greenstone belt*²³⁰ dentro do país (MAPA 16).

²³⁰ O ambiente do tipo *greenstone belt* é constituído por sequências de rochas vulcânicas e sedimentares afetadas pelos metamorfismos de baixo grau e, geralmente, são “de idade arqueana ou paleoproterozoica, distribuídas nos escudos pré-cambrianos do globo” (PORTO; PALERMO; PIRES, 2002, p. 10). Assim sendo, os *greenstone belts* representam “terrenos cuja metalogenia é reconhecidamente vocacionada para ouro” (VALE; HERRMANN, 2002, p. 299). Cabe lembrar que Carajás (Pará), Crixás (Goiás) e Gurupi (Maranhão) são alguns exemplos de depósitos associados a ambientes vulcano-sedimentares do tipo *greenstone belt* no Brasil.

MAPA 16 – Distritos do Suriname com presença de *greenstone belt*.
Elaborado por Rafael da Silva Oliveira em janeiro de 2010.

Em 2005, Healy e Heemskerk apontavam para a existência de aproximadamente 1.200 campos de garimpagem aurífera em atividade no Suriname, sendo estes constituídos, no mínimo, de uma unidade de mineração. No entanto, de acordo com levantamentos recentes, acredita-se que esse número pode estar próximo de 4.000 (DAGBLAD, 2012). Acrescentamos ainda que na mesma área de garimpo comumente se encontram dezenas de unidades operando com grupos que variam, em geral, de 4 a 12 garimpeiros²³¹ cada. Esse número está

²³¹ Aqui não estamos considerando outros envolvidos que auxiliam no desenvolvimento da atividade, por exemplo cozinheira, mecânico, motorista, dentre outros. Vale sublinhar que a cozinheira é presença indispensável, por menor que seja o garimpo, ao passo que os demais dependem do grau de investimento na área de lavra.

diretamente relacionado com o grau de tecnologia empregada e o tempo de funcionamento do garimpo (12 ou 24 horas por dia).

Além disso, em decorrência dos garimpos necessitarem, sobretudo, de combustível, equipamentos e alimentos para funcionarem, nas proximidades das áreas com concentração de unidades de mineração emergem pequenos centros comerciais (corrutelas), ampliando assim o contingente atrelado também indiretamente aos garimpos. Nesses locais são oferecidos produtos e serviços tanto para manutenção e desenvolvimento da atividade, quanto para o lazer desses trabalhadores migrantes. Dentre os principais estabelecimentos, destacamos os cabarés e bares (que oferecem shows com mulheres, apresentação de bandas de forró e brega²³², bebidas e outros atrativos, como sinuca e bingo – FOTO 10), as cantinas (que vendem produtos variados, desde comida e bebida, passando por materiais de garimpo, até remédios, cigarros, entre outros), as casas de ourives e as centrais de rádio. Também existem igrejas pentecostais de língua portuguesa, voltadas especialmente para os brasileiros, que realizam atividades sociais e evangelizam esses trabalhadores migrantes (com destaque para Assembleia de Deus e Deus é Amor). Assim, adiantamos que a multiterritorialidade e, em consequência, as práticas dos garimpeiros no Suriname estão intimamente relacionadas com os garimpos, as corrutelas e a cidade de Paramaribo (mais especificamente o Belenzinho).

No que concerne à tecnologia empregada, é possível encontrar no interior do país garimpeiros utilizando desde detectores de metais (“piu-piu”), passando por motores de 4” e 6” e até mesmo retroescavadeiras, moinhos, balsas, dragas etc. Ao considerarmos as técnicas de extração adotadas e, sobretudo, os instrumentos utilizados, destacamos a presença de três principais tipos de garimpo de ouro no Suriname: i) bico-jato: ocorre em espaços abertos na floresta próximos às margens de igarapés e rios; ii) balsas e dragas: atividade realizada nas margens dos rios; e iii) moinho: técnica associada a quando trabalham, normalmente, minério primário e elúvio-coluvionar²³³.

Como já relatado no capítulo 6 (seção 6.1), a técnica de desmonte hidráulico do tipo bico-jato foi introduzida pelos brasileiros no Suriname em meados da década de 1990 e, desde então, não parou de se ampliar o número de áreas que a utilizam, ao passo que a atividade nas margens dos rios, com balsas e dragas, vem perdendo espaço e, no momento atual, possui

²³² O forró e o brega são os dois ritmos mais apreciados entre os garimpeiros. Por esse motivo, existem diversas bandas brasileiras desses gêneros que trabalham exclusivamente realizando shows em corrutelas de garimpo (tanto no Brasil quanto nos demais países da Pan-Amazônia), alguns chegando a atingir bastante notoriedade entre os envolvidos com a garimpagem.

²³³ Os moinhos, rotineiramente, são utilizados tanto em garimpos com barrancos trabalhados na superfície (a céu aberto) quanto naqueles realizados através da abertura de galerias subterrâneas (mais conhecidos como garimpos de filão).

quantidade muito menor em relação ao primeiro tipo. As atividades nas rochas (veio e moinho) ainda têm presença tímida e estável nesse país, sendo também muito acanhada diante da franca expansão dos garimpos de bico-jato.

FOTO 10 – Cartazes, fotografado em corrutelas, divulgando shows e bingos^(*) (A: garimpo Sombra da Mata, área 3²³⁴; B: corrutela de Benzdorp, área 1; C: garimpo Baixão do Meio, área 3; D: corrutela Tomatu-Merian, área 3).

(*) Como pode ser verificado, o valor das cartelas é cobrado em gramas de ouro. Observe-se, também, que os músicos são brasileiros e, no caso da foto B, dentre os prêmios oferecidos no bingo consta a realização de um programa sexual.

A, C e D – Fotografado por Rafael da Silva Oliveira (entre 2009 e 2010); B – Xavier (2012, p. 8).

²³⁴ As áreas mencionadas nas fotos serão apresentadas mais adiante e indicadas no mapa 17.

Podemos considerar que os garimpos de bico-jato, no que diz respeito à divisão do processo de trabalho, são divididos em cinco etapas: pesquisa; roçagem e preparação da infraestrutura; desmonte hidráulico; concentração do ouro; e queima do ouro. A primeira etapa consiste na pesquisa do melhor lugar para iniciar a garimpagem e, sobretudo, a instalação do acampamento com a moradia para os membros da equipe, da cozinha e, dependendo das dimensões do garimpo, da oficina para conserto das máquinas. Em sua maioria, as mobilidades durante a pesquisa são direcionadas de acordo com a fofoca do ouro, diminuindo assim a possibilidade de fracasso no empreendimento. O método de pesquisa é simples: uma equipe reduzida de garimpeiros (juntamente com o gerente nomeado pelo dono do par de máquinas), munidos de bateia²³⁵ e, em alguns casos, com detectores de metais (FOTO 11), identifica a área em potencial a partir da análise da prancheta²³⁶. A quantidade proporcional de ouro em relação à área escavada será fator decisivo para a escolha e determinação do local. Com a confirmação do interesse na instalação de máquinas para iniciar a lavra, o investidor (empresário do garimpo) busca identificar o detentor da concessão e/ou grupo quilombola que possui o controle da terra para estabelecimento verbal de acordo financeiro.

FOTO 11 – Piupiuzeiro realizando pesquisa nas proximidades do rio Tapanahony (área 2).
Fotografado por Rafael da Silva Oliveira (2010).

Após a definição do sítio ideal e autorização, em sua grande maioria informal, para iniciar o garimpo, é realizada a roçagem, ou seja, o desmatamento da área através da

²³⁵ Bacia em formato afunilado (de madeira ou metal) utilizada para separação gravimétrica do ouro.

²³⁶ Prancheta é o termo utilizado para denominar os pequenos poços abertos de, aproximadamente, 1,00m x 1,00m para sondagem e apuração da quantidade de ouro.

contratação de cortadores (em sua maioria quilombolas) que, munidos de motosserra, derrubam as árvores e limpam a área. Em seguida, os troncos são aproveitados para cortar tábuas que são utilizadas para o preparo da infraestrutura necessária – acampamento para os garimpeiros, com área para instalação de redes, cozinha, banheiro e, em alguns casos, oficina – e, também, para serem vendidas pelos cortadores a outros garimpeiros e comerciantes da corrutela.

Para o desmonte hidráulico, o equipamento comumente utilizado são dois motores (de 4” ou 6”): um para fazer pressão na água que sairá pela mangueira de bico-jato acoplada ao motor, o outro para fazer a sucção do material até a caixa concentradora. Primeiramente, o operador de bico-jato manuseia a mangueira de alta pressão com a finalidade de debrear o terreno, o que consiste na abertura do barranco e retirada do capeamento (chamado pelos garimpeiros de material estéril). Dependendo das dimensões e condições do dono de par de máquinas, retroescavadeiras (chamada entre os garimpeiros de “ret”) realizam essa etapa, dispensando o uso do bico-jato. O barranco varia de tamanho, apesar de o mais usual ter dimensão de 10m x 10m (sem “ret”) ou 30m x 30m (com “ret”). O perfil do barranco possui uma sequência típica dos depósitos aluvionares; assim, ao observarmos o horizonte, da base para o topo do solo, encontramos uma camada argilosa de coloração diversa (tabatinga), conhecida entre os garimpeiros como lagrese; alguns níveis de cascalhos, sendo a camada superior denominada entre esses trabalhadores de bagerê, e o nível mais inferior de cascalho; camadas alternadas de areia, silte e argila; e, por fim, o solo rico em matéria orgânica.

Ainda na terceira etapa, o bico-jateiro, com a força da água, desmonta o material aluvionar com o objetivo de atingir o horizonte mineralizado (denominado pelos garimpeiros de cascalho) onde o ouro é encontrado²³⁷. Ao mesmo tempo, abre um tilim²³⁸ até a maraca²³⁹, ao passo que o maraqueiro, controlando a chupadeira, aspira parte desse material (polpa), que é bombeado através de longos canos até a caixa concentradora. Na área do serviço de extração, entre o bico-jateiro e o maraqueiro ficam os catarinos, que são os responsáveis pela remoção das rochas, pedaços de troncos e demais objetos que possam atrapalhar o pleno funcionamento da chupadeira (FOTO 12). Quando o serviço é auxiliado por retroescavadeiras, a pá do trator retira troncos e grandes rochas que estejam atrapalhando e/ou dificultando o desenvolvimento da atividade, além de eliminar a necessidade do cavocador²⁴⁰. Nos garimpos

²³⁷ Cumprir observar que a lagrese é o indicativo, para os garimpeiros, do limite e término da ocorrência do veio explorado.

²³⁸ Caminho criado pelos bico-jateiros para levar o cascalho aurífero até a maraca.

²³⁹ Entrada (“boca”) da chupadeira.

²⁴⁰ Garimpeiro que utiliza picareta para auxiliar o bico-jateiro durante o desmonte hidráulico do barranco.

que contam com o mencionado apoio, o tempo de trabalho é reduzido e os ganhos são maiores, ao mesmo tempo em que os gastos com a execução da garimpagem se tornam consideravelmente mais elevados – e, vale lembrar, o impacto sobre o meio ambiente é mais acelerado.

FOTO 12 – Garimpo de bico-jato, durante o desmonte hidráulico do barranco, em Manlobi (área 2).
Fotografado por Rafael da Silva Oliveira (2010).

A concentração do ouro ocorre na caixa, situada num plano superior em relação à área de desmonte hidráulico. A caixa concentradora geralmente é de madeira²⁴¹, sendo constituída de duas partes inclinadas que possuem estopas (telas) para reter parcialmente as partículas de ouro e outros minerais pesados, através da separação gravimétrica para obtenção do pré-concentrado, ao passo que os demais sedimentos, juntamente com a água, são descartados. Sendo assim, através da tubulação conectada ao motor da chupadeira, o material succionado na maraca é despejado na parte superior da caixa concentradora, para captar o máximo de ouro possível. A inclinação da caixa é constantemente controlada para que a lâmina d'água não passe muito rápido, garantindo o melhor desempenho durante a concentração do ouro. De acordo com o desempenho e a tecnologia utilizada, depois de alguns dias (ou semanas) ocorre a despesca e a lavagem do ouro. O garimpeiro retira a parte inferior da caixa e, em seguida, remove a estopa para realizar a extração do ouro coletado. Durante a lavagem, é utilizado

²⁴¹ Nos últimos anos, os garimpeiros no Suriname vêm desenvolvendo novas técnicas a partir da utilização de caixas de ferro, chamadas de despedradores, visando acelerar o processo de execução do garimpo de bico-jato.

mercúrio para misturar-se quimicamente com o ouro e separá-lo de outros minerais pesados captados pela caixa, formando o chamado “ouro amalgamado”.

Por fim, ocorre a queima do ouro, em que o “ouro amalgamado” é colocado num recipiente para ser separado do mercúrio através do processo de volatilização do segundo elemento, a fim de se obter o produto final desejado. Esse processo de aquecimento para ocasionar a evaporação do mercúrio em sua maioria é realizado com um maçarico e, em alguns casos, no próprio fogão onde as refeições são preparadas (FOTO 13A). Cabe registrar que, apesar de ainda pouco utilizada nas áreas de garimpagem no Suriname, a maneira mais econômica e menos prejudicial ao meio ambiente para queimar o ouro é utilizando um sistema fechado, chamado “recuperador de mercúrio”, que proporciona sua reutilização durante outras queimas, diminuindo, portanto, os gastos com sua aquisição e, mais importante, não deixando que ele se espalhe pelo ambiente. Esse sistema é conhecido entre os garimpeiros como “cadinho” (FOTO 13C).

FOTO 13 – Queima do ouro (A: garimpeiro realizando a queima do ouro em garimpo próximo ao rio Kleine Saramacca – área 5; B: ouro após a queima; C: recuperador de mercúrio, mais conhecido como “cadinho”). A e B – Fotografado por Hermien Gaikhorst (2006); C – Fotografado por Rafael da Silva Oliveira (2010).

Nos demais tipos de garimpo, as terceira e quarta etapas são iguais. Contudo, as balsas e dragas trabalham nas margens dos rios, realizando a sucção diretamente com a maraca, com bombas de cascalhos que possuem, geralmente, 10". Na balsa, a maraca é conduzida por um mergulhador que chega a ficar horas submerso, recebendo oxigênio através de um compressor de ar. Na draga, os comandos hidráulicos são realizados de dentro da draga pelo garimpeiro. Já nos que utilizam moinho, os garimpeiros quebram as rochas em pedaços pequenos (com picaretas ou com o auxílio de retroescavadeira), para serem depositados em moinhos ou britadores de moagem e separação de cascalho.

Convém salientar que as territorialidades dos garimpeiros no Suriname desenvolvem técnicas semelhantes às aquelas praticadas no Brasil durante o período que analisamos nos capítulos 4 e 5²⁴². Logo, a expansão dos garimpos de bico-jato no Suriname prova não somente a presença majoritária dos brasileiros nesse setor, mas também o predomínio dessa técnica criada e desenvolvida no Brasil (em Tapajós, no final dos anos 1970 – ver nota 152) e levada pelos garimpeiros que se des-re-territorializaram (capítulos 5 e 6).

Como demonstrado até aqui, a garimpagem de ouro na floresta amazônica surinamesa encontra-se numa delicada relação, envolvendo desenvolvimento econômico ao lado de impacto ambiental. Segundo levantamentos realizados por DeBarros e Joubert (2010), entre 1999 e 2000 registrou-se uma área correspondente a 8.295,9 ha que foi desmatada pelas práticas relacionadas com esse setor da mineração (tanto regular quanto irregular). Já entre 2007 e 2008, saltou para 27.253,8 ha, ou seja, em aproximadamente oito anos a área impactada triplicou sua dimensão e, conseqüentemente, seus problemas relacionados com contaminação por mercúrio, assoreamento de rios, desflorestamento, entre outros. No mais, ao observarmos os dados disponibilizados pelos autores, percebemos que o Suriname, em números absolutos, é o país que apresenta maior grau de desmatamento quando comparado a Guiana, Guiana Francesa e Venezuela²⁴³.

Com o intuito de contribuir para o entendimento da complexa geografia da garimpagem aurífera no Suriname e, em especial, avançar em nossa discussão, estabelecemos seis áreas marcadas por intensa mobilidade de garimpeiros e presença de garimpos no referido país (MAPA 17). Para tanto, utilizamos como critério de mapeamento os padrões de mobilidades dos garimpeiros em direção aos campos de ouro, levando em conta os acessos, as

²⁴² Entretanto, no Brasil, entre o final dos anos 1970 e meados dos anos 1990, os garimpeiros não utilizavam retroescavadeiras.

²⁴³ Guiana: 5.435,1 ha (1999-2001) e 20.936,7 ha (2007-2008); Guiana Francesa: 6.421,9 ha (1999-2001) e 14.781,9 ha (2007-2008); Suriname: 8.295,9 ha (1999-2001) e 27.253,8 ha (2007-2008); e Venezuela 16,5 ha (1999-2001) e 20,8 ha (2007-2008) (DEBARROS; JOUBERT, 2010, p. 17).

MAPA 17 – Áreas de intensa mobilidade de garimpeiros e presença de garimpos.

Base cartográfica: i) mapa principal produzido a partir das cartas 1:100.000 do Centraal Bureau Luchtkartering – CBL (Departamento Central de Mapeamento Aéreo), disponibilizadas pelo Geologische Mijnbouwkundige Dienst – GMD (Serviço de Geologia e Mineração), Suriname; ii) mapa de situação (Suriname e América do Sul) a partir dos arquivos disponibilizados no site Diva-GIS (diva-gis.org). Elaborado por Rafael da Silva Oliveira em julho de 2013 (as áreas foram estabelecidas pelo próprio autor com base nas etnografias móveis, entrevistas, imagens de satélite e pesquisa bibliográfica).

infraestruturas de transporte (tanto formais quanto informais), as referências presentes nas narrativas dos garimpeiros e, principalmente, a localização das principais corrutelas e concentrações de lavras voltadas para a referida atividade. Consideramos ainda as características do relevo e da hidrografia da área analisada, pois ambos influenciam nas práticas efetivadas pelos agentes que estão no centro das atenções de nossa tese.

Cumpramos registrar que outros autores realizaram esforço para compreender e/ou propor um zoneamento da mineração aurífera no Suriname. Dentre os principais, recordamos as contribuições de Veiga (1997), que sugere dez principais regiões; e Healy e Heemskerk (2005), que elaboraram um mapeamento contendo 14 regiões de mineração, sendo estas subdivididas em 52 zonas. No primeiro estudo, entretanto, o autor negligencia a forte influência das bacias hidrográficas e do relevo, no interior do Suriname, para o desenvolvimento das mobilidades dos garimpeiros e, sobretudo, a instalação das lavras de extração aurífera. Já o segundo, apesar da riqueza de detalhamento, objetiva oferecer subsídios para o Estado realizar intervenção e planejamento dessas áreas, chegando a separar “regiões” e “zonas”, as quais, para a nossa discussão, podem ser refletidas em conjunto. Ressaltamos ainda que não foi encontrado um mapeamento que dedicasse atenção a destacar os locais onde estão situadas as principais concentrações de garimpo dentro de suas respectivas áreas (aspecto muito relevante para esta discussão). Logo, essas e outras divisões atendem a interesses e objetivos específicos de cada autor e, por isso, não expressam a geografia que destacamos nesta tese: os direcionamentos das constelações de territorialidades (incluindo aqui as mobilidades) e territorializações relacionadas aos garimpeiros.

Diante do exposto, chamamos a atenção para o fato de que a delimitação contígua, representada no mapa 17, refere-se às áreas onde acontecem direcionamentos semelhantes em meio às constelações de mobilidades mapeadas. No entanto, os garimpos são descontínuos e, de certa forma, estão concentrados em pontos específicos, conforme demonstrado. Os nomes adotados (Lawa, Tapanahony, Langatabiki, Brokopondo, Saramacca e Goliath) foram atribuídos com base nas narrativas dos próprios garimpeiros, por serem estas consideradas a principal referência de suas respectivas áreas. Informamos ainda que tais nomes remetem a rios (Lawa, Tapanahony e Saramacca), a um lago artificial (Brokopondo), a uma montanha (Goliath) e a uma ilha fluvial (Langatabiki). Já as linhas pontilhadas sugerem as interações realizadas pelos garimpeiros que se deslocam entre tais áreas, sobretudo através da varação – tanto em busca de garimpos conhecidos quanto desbravando novas frentes de extração. Por isso, em virtude da conhecida dinâmica e velocidade das territorialidades dos garimpeiros,

esse mapa é datado, pois reflete a concentração de garimpos e garimpeiros na época em que nossa pesquisa foi realizada. De certo modo, a intensa fluuabilidade territorial típica dessa atividade contribui para que garimpeiros busquem novas frentes de exploração, existindo algumas poucas exceções que extrapolam os limites das áreas visualizadas no mapa 17. Contudo, neste momento vamos centrar a atenção nessas seis áreas demonstradas, pois abarcam quase todas as frentes de garimpagem aurífera existentes no Suriname.

A área 1 compreende as territorialidades e territorializações ao longo do Lawa, tributário do rio Marowijne. Aqui encontramos duas das principais corrutelas de garimpo consolidadas no Suriname: Benzdorp (FOTOS 14D e F) e Akowtu, sendo este último mais conhecido entre os brasileiros como Antônio do Brinco (FOTO 14E). A primeira é a maior corrutela em atividade no país, possuindo oferta de bens e serviços que funcionam 24 horas por dia para atender às demandas dos garimpos situados em seu entorno. Estimativas apontam a presença de, aproximadamente, 2.000 brasileiros vivendo e trabalhando nessa localidade, além de comerciantes chineses e surinameses (XAVIER, 2012). Já Antônio do Brinco é a corrutela mais recente no Suriname, que vem crescendo especialmente por conta do comércio de combustíveis e alimentos situado na margem surinamesa do Lawa (FOTO 15). Essa parte da fronteira Suriname↔Guiana Francesa é marcada por intensas interações transfronteiriças, sobretudo de brasileiros que trabalham nos garimpos surinameses da área 1, destacados no mapa 17, e daqueles situados na comuna de Maripasoula²⁴⁴, na Guiana Francesa.

Os campos de garimpagem aurífera, na área 1, estão majoritariamente concentrados perto das duas corrutelas supracitadas. No entanto, também identificamos algumas ocorrências em igarapés vinculados aos rios Lawa (ao norte, próximo à pista de pouso e decolagem Stoelmanseiland, e ao sul, no entorno da comunidade indígena de Anapaike), Ulemari e Gonini.

²⁴⁴ De acordo com L'Institut National de la Statistique et des Études Économiques (INSEE, 2010), a comuna de Maripasoula possui 8.473 habitantes. Vale registrar que a sede da comuna de Maripasoula, onde está concentrada a maior parcela da população, fica em frente à corrutela Antônio do Brinco, ou seja, do outro lado da margem do Lawa. Dentre as principais áreas de garimpagem aurífera situadas na comuna de Maripasoula e constituídas, majoritariamente, por brasileiros, convém destacar os garimpos de Dorlin, Eau Claire, Lipo Lipo e Helene.

FOTO 14 – Garimpos e corrutelas nas áreas 1 (Lawa), 3 (Langatabiki) e 5 (Saramacca).
Base cartográfica: Cartas 1:100.000 do Centraal Bureau Luchtkartering – CBL (Departamento Central de Mapeamento Aéreo), disponibilizadas pelo Geologische Mijnbouwkundige Dienst – GMD (Serviço de Geologia e Mineração), Suriname.
Mapa de orientação elaborado por Rafael da Silva Oliveira em junho de 2013.
A, B, C e I – Fotografado por Rafael da Silva Oliveira (entre 2009 e 2013); D, E e G – Fotografado por José Airton Silva Melo (2012); F – Fotografado por Washington Moraes (2009); H – Google Earth (imagem registrada em outubro de 2006).

FOTO 15 – Corrutela Antônio do Brinco (A: vista parcial do comércio; B: canoieiros e garimpeiros realizando compra de combustível numa cantina).
Fotografado por José Airton Silva Melo (2012).

Já na área 2, não existe corrutela estruturada com variedade de oferta de bens e serviços, inclusive de entretenimento, que consiga polarizar os fluxos dos garimpeiros situados nos garimpos próximos ao Tapanahony, como acontece na maioria. No entanto, o referido rio possui muitos pequenos portos que servem de base logística para a manutenção da atividade, através da venda de combustível e alimentação (FOTO 16), além de pequenas corrutelas voltadas para atender às aglomerações de unidades de mineração que se constituíram²⁴⁵. Vale mencionar que a maioria do pequeno quantitativo de balsas e dragas que ainda operam no Suriname está concentrada nessa área, mais especificamente em parte dos rios Tapanahony e Marowijne (FOTO 17D). No que concerne aos garimpos de bico-jato, os principais encontram-se próximos a alguns igarapés nas encostas das montanhas Lely e Manlobi, estando mais agrupados nas imediações da segunda e, também, no igarapé Tosso (“Tossokreek”) (FOTOS 17B e F).

Perto da pista de pouso e decolagem situada na ilha fluvial de Langatabiki, está situada a principal corrutela da área 3, conhecida como Merian (FOTO 14C). A maioria dos garimpos de bico-jato nessa área estão muito próximos dessa vila de apoio comercial, valendo destacar as concentrações de unidades de mineração nas localidades conhecidas como Campo 6 e Baixão do Meio. Os demais campos de garimpagem que adotam a mesma técnica situam-se ao longo de afluentes relacionados ao “Grankreek”. Também operam dragas e balsas,

²⁴⁵ Estamos mencionando sobretudo as corrutelas mais expressivas em meio às territorializações e às constelações de mobilidades envolvendo os garimpeiros no Suriname. Todavia, conforme constatado durante as pesquisas de campo, em quase todos os campos de garimpagem aurífera que possuem mais de cinco unidades de mineração (par de máquinas), é estabelecido um pequeno comércio, visando atender às necessidades mais imediatas.

principalmente, subindo o rio Marowijne em direção à confluência com o Tapanahony (FOTO 14B).

FOTO 16 – Porto do Alkin: um dos vários exemplos de pequenos portos fluviais que atuam como apoio para o desenvolvimento da garimpagem aurífera.
Fotografado por Rafael da Silva Oliveira (2010).

No entorno do lago artificial de Brokopondo (área 4), Alimonie é a principal corrutela, sendo esta alcançada principalmente a partir das travessias de canoa partindo da vila de Afobaka (FOTOS 17E e 18). A corrutela em questão é utilizada como entreposto comercial e centro de lazer (com promoção de festas e bingos) para as mobilidades, em especial daqueles que buscam os garimpos concentrados ao sul e ao sudeste do referido lago. Vale destacar as concentrações de unidades de mineração nos igarapés próximos a Alimonie e ao longo do igarapé Sara (“Sarakreek”), sendo predominante a técnica de bico-jato²⁴⁶. Com esse mesmo tipo de garimpo, outras concentrações significativas podem ser verificadas a nordeste e a oeste do Brokopondo, respectivamente nas encostas das montanhas Wintiwai e Krabudoin.

²⁴⁶ Cumpre mencionar que em 2011 foram identificadas algumas dragas operando no lago de Brokopondo e no Sarakreek (DE WEST, 2011, 2012; TAYTELBAUM, 2011; KRAAIJER, 2013).

LEGENDA

- A e B:** Garimpagem mecânica por desmonte hidráulico, com auxílio de retroescavadeira, próxima ao Apuma (A) e ao Manlobi (B), distrito de Sipaliwini.
- C:** Garimpeiros chegando para iniciar a abertura de nova lavra, distrito de Sipaliwini.
- D:** Draga garimpando no rio Tapanahony, distrito de Sipaliwini.
- E:** Corrutela Alimonie, distrito de Brokopondo.
- F:** Garimpagem mecânica por desmonte hidráulico próxima ao Manlobi, distrito de Sipaliwini.
- G:** Placa indicando a localização da mina Rosebel (Iamgold), distrito de Brokopondo.
- H:** Garimpo mecanizado (moinho) em Goliath, distrito de Para.
- I:** Garimpeiro em Afobaka preparando viagem para levar comida e equipamento para o garimpo em Krabudoyn, distrito de Brokopondo.

FOTO 17 – Garimpos e corrutelas situados nas áreas 2 (Tapanahony), 4 (Brokopondo) e 6 (Goliath) e localização da mina Rosebel (Iamgold).

Base cartográfica: Cartas 1:100.000 do Centraal Bureau Luchtkartering – CBL (Departamento Central de Mapeamento Aéreo), disponibilizadas pelo Geologische Mijnbouwkundige Dienst – GMD (Serviço de Geologia e Mineração), Suriname.

Mapa de orientação elaborado por Rafael da Silva Oliveira em junho de 2013.

A, B, C, D, F, G e I – Fotografado por Rafael da Silva Oliveira (entre 2009 e 2013); E – Fotografado por Hermien Gaikhorst (2008); H – Fotografado por José Paulo Ribeiro (2011).

FOTO 18 – Vista parcial da vila Afobaka.
Fotografado por Rafael da Silva Oliveira (2013).

Os garimpos auríferos desenvolvidos em afluentes do rio Saramacca constituem a área 5 e são majoritariamente realizados utilizando bico-jatos. Nas imediações da Vila Brasil (FOTO 14G), a segunda maior corrutela do país, encontram-se as principais localidades relacionadas com a atividade, valendo destacar as lavras abertas nas encostas das montanhas de Brokolonko e em alguns tributários do rio Kleine Saramacca. Já na área 6 verificam-se poucos garimpos comparando-se com as demais, próximos aos igarapés nas encostas da montanha Goliath (FOTO 17H). Nessa localidade destaca-se o uso de moinho, seguido, em menor intensidade, dos garimpos de bico-jato.

No que tange aos principais itinerários e acessos, importa destacar que as áreas 1, 2 e 3 são marcadas por intensas travessias transfronteiriças ao longo da fronteira Suriname↔Guiana Francesa, sendo ainda mais expressivas no trecho que compreende as corrutelas de Benzdorp e Antônio do Brinco, conforme já apontamos. Além disso, os garimpeiros que partem de Paramaribo em direção às áreas 1 e 2 recorrem principalmente às viagens de avião. Diariamente partem voos para esses destinos que duram, em média, 45 minutos até a pista de Stoelmanseiland (área 2) e uma hora e meia para chegar a Lawa Tabiki (área 1). Tais aeromobilidades custam SRD 450 e SRD 600, respectivamente, para chegar às pistas mencionadas nas áreas Tapanahony e Lawa. Enquanto Benzdorp encontra-se perto da pista de Lawa Tabiki, bastando apenas a travessia do rio, na área 2 ainda se faz necessário viajar por algumas horas de canoa para alcançar o porto fluvial mais próximo para acessar os garimpos de interesse, chegando a custar cerca de SRD120. É preciso também considerar que muitos garimpeiros contratam canoeiros para realizar viagens no Marowijne e Lawa, podendo tal mobilidade durar dias para transpor as corredeiras e cachoeiras que dificultam o trajeto.

As corrutelas das áreas 3, 5 e a vila de Afobaka (área 4) podem ser acessadas por via terrestre, chegando a passagem individual a custar SRD 210 para a primeira mencionada e SRD 90 para as duas últimas. Os deslocamentos duram, em média, quatro horas até a Merian,

uma hora e meia para Afobaka e duas horas até a Vila Brasil. Para a corrutela de Alimonie é necessário realizar travessia de canoa, partindo de Afobaka, por aproximadamente SRD 300. Por fim, a partir das corrutelas ou dos portos fluviais mencionados, partem quadriciclos que cobram entre dois e cinco gramas de ouro (entre US\$ 80 e US\$ 200) para levar o garimpeiro até o acampamento desejado.

Diante de tal panorama, percebemos que as territorializações dos garimpeiros ocorrem em locais de difícil acesso, implicando uma combinação de infraestruturas de transporte, tanto formais quanto informais, para transitar por diferentes territórios-rede e alcançar os garimpos. Além disso, essas complexas territorializações e constelações de mobilidades estão imersas em múltiplos territórios e emaranhamentos superpostos, com regras, interações e significados específicos. Desse modo, para melhor compreendermos os desdobramentos e implicações atrelados a esses redirecionamentos das territorialidades dos garimpeiros, processo iniciado no fim dos anos 1980, dentro do território do Suriname, cumpre esclarecermos quais campos de força e perspectivas estão entrelaçados e, sobretudo, em jogo nos territórios onde os garimpeiros estão presentes.

8.2 O complexo contexto multiterritorial no interior do Suriname

Conforme sinalizado, a área correspondente ao *greenstone belt* no Suriname, que inclui extensa faixa de fronteira com a Guiana Francesa, é marcada não somente por territórios da garimpagem. Além das territorialidades dos garimpeiros, coexistem na mesma extensão territorial – e, não raras vezes, usufruindo dos mesmos sistemas e infraestruturas disponíveis – diferentes territórios e territorialidades superpostos. Tal realidade multiterritorial abarca grupos que diferem tanto em seus interesses quanto em suas práticas, estabelecendo complexos emaranhamentos com regras, interações espaciais e superfície-profundidade, influenciando assim nas transterritorialidades envolvendo os garimpeiros e, por consequência, nas negociações de convivência e/ou conflitos. Dentre tais territórios destacamos aqueles que estão atrelados aos quilombolas, aos indígenas, às empresas de mineração em grande escala e aos demais titulares das concessões de mineração.

De acordo com as estimativas divulgadas no *report* intitulado *Demarcation of indigenous and maroon lands in Suriname*, atualmente há cerca de 54.000 quilombolas²⁴⁷ e 8.000 índios no Suriname. Os primeiros encontram-se divididos em seis grupos étnicos

²⁴⁷ Existe um significativo contingente de quilombolas que vive em áreas urbanas, sobretudo em Paramaribo, sendo seu quantitativo exato desconhecido (HEEMSKERK, 2005). Por isso, estão sendo considerados aqui apenas aqueles que vivem em comunidades tribais no interior do Suriname.

(Saramaka, Matawai, Kwinti, Ndjuka, Aluku e Paramaka), ao passo que os indígenas estão distribuídos em quatro etnias (Kaliña, Lokono, Trio e Wayana) (QUADRO 22).

	GRUPO ÉTNICO	POPULAÇÃO ESTIMADA
QUILOMBOLAS	Ndjuka (Aukaners)	20.000
	Saramaka	25.000
	Paramaka	4.000
	Matawai	3.000
	Aluku (Boni)	1.500
	Kwinti	500
	TOTAL	54.000
INDÍGENAS	Kaliña (Carib)	2.500
	Lokono (Arowak)	3.500
	Trio	1.500
	Wayana	500
	TOTAL	8.000

QUADRO 22 – Número estimado de quilombolas e indígenas no Suriname.
Fonte: Heemskerk (2009a, p. 2).

No que diz respeito aos seus territórios tradicionalmente ocupados, os indígenas vivem, majoritariamente, ao norte (kaliñas e lokonos) e ao sul (trios e wayanas), enquanto que os quilombolas (também conhecidos como “busnengre”²⁴⁸) estão situados nas partes central (saramakas, matawais e kwintis) e oriental (ndjukas, alukus e paramakas) do território surinamês (MAPA 18). Ao compararmos os mapas 17 e 18, percebemos que as territorialidades dos garimpeiros estão mais relacionadas com as territorialidades dos quilombolas, nas quais estabelecem acordos entre si, majoritariamente informais, visando desenvolver a mineração aurífera em pequena escala. Vale ressaltar ainda que os ndjukas e paramakas são as etnias mais envolvidas com essa atividade.

²⁴⁸ Palavra em sranantongo para referir-se aos quilombolas (OLIVEIRA; RIBEIRO, 2011). “Marron” também é outra palavra, comumente utilizada pelos brasileiros, em referência aos quilombolas (ver nota de rodapé 11).

MAPA 18 – Localização dos territórios indígenas e quilombolas no Suriname.

Base cartográfica: Diva-GIS (diva-gis.org).

Fonte: SPS e HARPRO (1988).

Elaborado por Rafael da Silva Oliveira em março de 2013.

Os encontros de trajetórias envolvendo as territorialidades dos garimpeiros e quilombolas acontecem majoritariamente no interior do país, em especial durante as mobilidades dos garimpeiros e nos locais onde são abertas as lavras. No primeiro caso, quilombolas atuam oferecendo serviço informal de transporte fluvial de pessoas, combustíveis, equipamentos, alimentos e demais produtos para os garimpos (FOTO 19). Essa atividade é mais intensa no Marowijne, Lawa, Tapanahony, Grankreek e no lago de Brokopondo. Já nos campos de extração de ouro, além de também trabalharem, em menor

quantidade, juntamente com os garimpeiros, é comum encontrarmos quilombolas atuando como seguranças armados nos garimpos. A segunda situação ocorre quando o garimpo é reivindicado por alguma comunidade quilombola e, por isso, os garimpeiros precisam pagar 10% do total de ouro extraído. A principal função desempenhada pelos seguranças é fiscalizar e garantir a segurança da caixa concentradora, local onde fica o ouro durante o processo de desmonte hidráulico. Apesar dos acordos estabelecidos e, sobretudo, da coexistência relativamente pacífica entre ambos os grupos, existe uma postura de desconfiança mútua em relação à garimpagem. Já com os indígenas, os garimpeiros estabelecem menos relações, sendo estas limitadas a alguns poucos garimpos. De certo modo, nos territórios atrelados aos indígenas onde ocorrem atividades de mineração em pequena escala, são eles próprios que desenvolvem a garimpagem, contando com pouca (e, em alguns casos, nenhuma) presença de brasileiros. Estes se situam principalmente nas imediações da comunidade Anapaike, em alguns tributários do rio Ulemari e nas encostas da montanha Goliath.

Cumprе ressaltar que, até o presente momento, apesar de possuírem autonomia dentro de seus domínios territoriais, com pouca interferência e presença do Estado, principalmente no caso dos quilombolas, essas populações tradicionais ainda não possuem seus territórios demarcados. Tal situação ocasiona e potencializa muitas controvérsias e conflitos relacionados, especialmente, à falta de reconhecimento dos seus direitos fundiários. Dentre tais situações, já apontadas no capítulo 6, convém registrar os incontáveis problemas atrelados às concessões emitidas para exploração dos recursos naturais dentro de seus territórios, e também as disputas envolvendo limites, principalmente entre os diferentes grupos quilombolas que vivem na porção oriental do território surinamês (HEEMSKERK, 2009a).

Diante desse cenário, muitas concessões de mineração têm sido emitidas para as áreas onde estão situados grupos indígenas e, principalmente, quilombolas (MAPA 19). Conforme discutido anteriormente na seção 6.2, é prática recorrente dos detentores de concessão sublocar diretamente para garimpeiros ou empresários de garimpo tais áreas, a partir do estabelecimento de cobrança, em sua maioria, de porcentagem da produção. Tais títulos de exploração minerária, situados majoritariamente no *greenstone belt*, atraem levas de garimpeiros interessados em trabalhar na mineração em pequena escala. Além disso, como já dissemos, em grande parte dos casos garimpeiros também precisam negociar sua permanência e autorização para o desenvolvimento da garimpagem aurífera com as lideranças das populações tradicionais. Outra prática menos recorrente é a ocupação de garimpeiros em concessões sem qualquer acordo previamente estabelecido. Nesse caso, esclarecemos que tal

situação ocorre apenas em locais onde as territorialidades dos quilombolas e dos indígenas não se fazem presentes, ou seja, em territórios com pouco controle ou com fiscalização precária.

FOTO 19 – Serviço de transporte fluvial oferecido pelos quilombolas (A: garimpeiros embarcando no rio Marowijne em direção aos garimpos; B: quilombola preparando canoa para transportar tambores de óleo diesel no rio Marowijne; C: garimpeiros viajando de canoa no Grankreek; D: transporte de retroescavadeira; E: canoeiro quilombola transportando tambores de combustível).

A – Fotografado por Rafael da Silva Oliveira (2009); B – Fotografado por José Airton Silva Melo (2012); C e E – Fotografado por Washington Moraes (2010); D – Fotografado por Hermien Gaikhorst (2007).

MAPA 19 – Área aproximada das concessões para mineração aurífera no Suriname.

Obs.: no mapa não distinguimos o tipo de concessão (exploração, exploração e mineração em pequena escala).

Base cartográfica: Diva-GIS (diva-gis.org).

Fonte: Fleming (2006), Heemskerk (2009b) e Geologische Mijnbouwkundige Dienst (GMD).

Elaborado por Rafael da Silva Oliveira em abril de 2013.

No Suriname existem muitas concessionárias que detêm títulos de mineração nas mais distintas modalidades relacionadas à atividade aurífera (reconhecimento, exploração, exploração e mineração em pequena escala). Dentre elas, vale mencionar a NANA Resources N.V. (Projeto Antino) e a Benzdorp Gold N.V., sendo a segunda uma *joint venture* envolvendo a canadense Canarc Resource Corp. e a Grassalco N.V. (empresa estatal de mineração do Suriname) (FLEMING, 2006; CANARC, 2008), na área 1; a Suriname Gold Company, LLC – Surgold (Projeto Merian), consórcio entre as transnacionais Newmont Mining Corporation e Alcoa Worldwide Alumina, baseadas nos Estados Unidos (SURGOLD,

2011, 2013), na área 3; a Sarakreek Resource Corporation, *joint venture* entre a Canarc e a empresa surinamesa Wylab, e a canadense Iamgold Corporation, na área 4 (USGS, 2012).

Cumpre lembrar que atualmente a Iamgold é a única que atua efetivamente na mineração em grande escala no Suriname. Em decorrência do acordo estabelecido com o governo desse país, a empresa exporta sua produção pagando 2,25% de *royalties*. Todo o ouro produzido pela referida corporação transnacional, a partir da Rosebel Gold Mines N.V.²⁴⁹ (FOTO 17G), é exportado para o Canadá e armazenado no Royal Canadian Mint (HEEMSKERK, 2010). Logo, ao contrário dos garimpos (pequena escala), nos quais o ouro produzido movimentava a economia do país, o volume relacionado com a grande escala não circula no Suriname. Além disso, existem algumas *junior companies*, como a Canarc Resource Corp., que investem em exploração e pesquisa mineral para descoberta de reservas de ouro no Suriname, com o objetivo de se autofinanciarem a partir do lançamento no mercado de ações. Como o potencial para captação de fundos das *junior companies* está intimamente atrelado à valorização de suas ações nas bolsas de valores, estas costumam adotar uma postura mais agressiva em meio às suas atuações no mercado, buscando assim lucratividade em curto prazo. No artigo intitulado “O mercado comum do ouro”, Mathis (1996, p. 3) chama a atenção para o fato de que, no afã de conseguir atrair recursos financeiros, “algumas empresas juniors se mostram para os investidores como verdadeiras ‘minas de ouro’”.

Aqui, cabe esclarecer que, ao contrário do que recorrentemente acontecia no Brasil, onde os garimpeiros descobriam ocorrências auríferas (como demonstramos no capítulo 4), no Suriname tais mineradores informais em pequena escala, juntamente com o apoio de empresários de garimpo, buscam abrir lavras em áreas que já possuem pesquisa realizada e, principalmente, confirmação da presença de reserva aurífera. Desse modo, o jogo do cruzamento de trajetórias envolvendo as territorialidades dos garimpeiros e das empresas transnacionais que atuam no setor acontece no sentido inverso daquele que presenciamos no Brasil dos anos 1980.

Com a queda do preço do ouro em meados dos anos 1990 (cf. capítulo 6), muitas empresas, especialmente *junior companies*, mesmo tendo desenvolvido pesquisas, descoberto reservas e comprovado a presença de ouro, abandonaram os investimentos, pois o alto custo para exploração em grande/média escala e o preço no mercado internacional oneravam o

²⁴⁹ Até o presente momento, a Rosebel Gold Mines N.V. é uma empresa constituída pela Iamgold (95%) e pelo governo do Suriname (5%) (USGS, 2012). No entanto, em 2013 foi assinado novo acordo entre ambos, prevendo a criação de uma nova *joint venture*, com 70% para a Iamgold e 30% para o Suriname (IAMGOLD, 2013; KUIPERS, 2013).

negócio. É principalmente nesse momento que aumentaram as mobilidades de garimpeiros para o Suriname, motivados pelas novas possibilidades construídas através da fofoca em torno das descobertas realizadas, sobretudo, pelas *junior companies*. Todavia, com a retomada do ouro no início dos anos 2000, grandes empresas transnacionais e *junior companies* atreladas ao setor voltaram, novamente, suas atenções para essas reservas. Dentre os exemplos que ilustram essa constatação, convém citar que, desde 2004, a mina Rosebel começou a ser explorada em grande escala (inicialmente pela Cambior e, a partir de 2006, com a Iamgold²⁵⁰), assim como outros projetos foram retomados, chegando algumas áreas a serem reintegradas (como o caso da Surgold, Projeto Merian).

Diante do exposto, percebemos que importantes empresas transnacionais do setor de mineração jogam papel relevante na economia surinamesa, realizando investimentos tanto em operações de grande quanto de média escala. Em alguns casos, a mesma transnacional celebra diferentes acordos com o objetivo de atuar em distintas áreas e concessões dentro do território surinamês. Vale incluir nesse complexo cenário a presença e atuação de concessionárias majoritariamente pertencentes a pequenos grupos da elite urbana surinamesa e, também, a fundações administradas por quilombolas para desempenhar tal finalidade. Muitas delas negociam, de um lado, com *junior companies* e/ou com grandes empresas transnacionais de mineração e, por outro, diretamente com garimpeiros, quilombolas e empresários de garimpos (brasileiros e, de modo cada vez mais crescente, chineses).

Por fim, é pertinente considerar nessa composição multiterritorial as áreas protegidas no Suriname. Atualmente, estão agrupadas em três tipos diferentes, sendo 11 reservas naturais, um parque natural e quatro áreas de manejo e uso múltiplo. Além disso, existem quatro propostas em andamento, referentes a duas reservas naturais e duas reservas florestais (MAPA 20). A supervisão e gestão dessas áreas protegidas são de responsabilidade do governo do Suriname, através dos órgãos e setores específicos atrelados ao Ministério do Planejamento Físico da Terra e Manejo Florestal (Ministerie van Ruimtelijke ordening, Grond- en Bosbeheer), excetuando o Parque Natural Brownsberg, a Reserva Natural do Suriname Central e a Reserva Natural Sipaliwini. Brownsberg é gerido pela Fundação para a Conservação da Natureza no Suriname (Stichting Natuurbehoud Suriname – Stinasu), ao

²⁵⁰ Em 1994, as empresas canadenses de mineração Golden Star Resources (GSR) e Cambior Inc. adquiriram os direitos sobre a propriedade onde hoje se encontra a mina Rosebel. No entanto, com a mudança dos preços do ouro no mercado internacional, não realizaram investimentos para exploração e desenvolvimento da mina. Na mesma época da retomada da valorização do ouro, no início dos anos 2000, a GSR vendeu sua participação na *joint venture* para a Cambior. Poucos anos depois, em 2004, iniciaram-se as atividades de exploração comercial em Rosebel. Já em 2006, a Iamgold adquiriu os direitos da mina, por meio de sua fusão com a Cambior (JOHNSON, 2002; CBC, 2006; LASALLE, 2006; VOICU, 2010).

passo que as reservas naturais Suriname Central e Sipaliwini encontram-se administradas pela Suriname Conservation Foundation (SCF), ONG apoiada por organismos internacionais de cooperação²⁵¹.

MAPA 20 – Áreas protegidas no Suriname.
Base cartográfica: Diva-GIS (diva-gis.org).
Elaborado por Rafael da Silva Oliveira em maio de 2013.

Ao cruzarmos as informações contidas nos mapas apresentados nesta seção, notamos que alguns territórios indígenas e quilombolas se encontram superpostos com determinadas áreas protegidas. De certo modo, os objetivos traçados pelo Estado para tais áreas visam não

²⁵¹ Informações mais detalhadas sobre a Stinasu ou a SCF podem ser encontradas, respectivamente, em <http://www.stinasu.com/> e <http://www.scf.sr.org/>.

conflitar com os interesses e aspectos culturais dos povos tradicionais envolvidos. Como destaca Heemskerk (2005), a proibição das atividades de exploração madeireira e de mineração contribui, de certo modo, para a conservação de locais sagrados e, especialmente, para a preservação do ambiente e manutenção de vida dos índios e quilombolas que dependem da caça e da coleta. Em algumas situações, o governo surinamês tem desenvolvido ações visando estimular o turismo nessas áreas protegidas, através de um plano de gestão participativo com as comunidades implicadas. Contudo, parte das territorialidades dos garimpeiros desconsidera tais proibições e estabelece garimpos em algumas áreas protegidas. Nesse particular, o principal exemplo é o Parque Natural Brownsberg, que vem sendo alvo de invasões. Em resposta à invasão, têm sido realizadas inúmeras ações por parte do governo do Suriname visando retirar os garimpeiros e inibir as atividades de mineração dentro do referido parque (BOUVA, 2007).

Capítulo 9

Novos emaranhamentos, problemas similares: tensões e conflitos envolvendo as territorialidades dos garimpeiros no Suriname

As constelações de mobilidades e territorializações dos garimpeiros no Suriname, demonstradas nos dois primeiros capítulos desta parte da tese, têm contribuído significativamente para as recentes mudanças ocorridas no país em tela. Se, por um lado, a garimpagem aurífera, realizada em grande parte de modo informal, vem influenciando na economia surinamesa como um todo, principalmente no tocante à redução da pobreza e à melhoria das condições de vida no interior do país (KRUIJT; MAKES, 2002), por outro, tem sido encarada como problema a ser resolvido pelos sucessivos governos na tentativa de controlar a atividade, especialmente visando minimizar a fuga de capitais e os rotineiros conflitos atrelados ao setor. Desse modo, a conjunção de uma série de complexos fatores e contextos – relacionados especialmente à ascendente participação da produção oficial do ouro proveniente dos garimpos (cf. capítulo 6), aos inúmeros conflitos envolvendo os diferentes agentes mencionados anteriormente (capítulo 8) e demais eventos que influenciam a política econômica do país, em escala nacional e/ou internacional – tem motivado a (re)produção de discursos, sobretudo estereotipados, concernentes aos garimpeiros, que, de certo modo, são utilizados como justificativa para as políticas adotadas pelos últimos governos do Suriname em relação aos garimpos irregulares em seu território.

Isto posto, neste último capítulo abordaremos acerca das solidariedades, dos conflitos, das mudanças de discursos atreladas à imagem do papel do garimpeiro e das políticas adotadas pelo governo do Suriname ao longo desse período em que a floresta amazônica do mencionado país passou a ser considerada o novo Eldorado para muitos trabalhadores que saem do Brasil com a esperança de bamburrar. Conforme será discutido mais adiante, tais práticas vêm alterando os componentes estruturais dos territórios que compõem essa dinâmica multiterritorial (regras de in/out, interações e superfície-profundidade), modificando assim as distintas geometrias de poder e, conseqüentemente, redesenhando os emaranhamentos que constituem a multiterritorialidade dos agentes envolvidos – inclusive dos garimpeiros, foco central da presente tese.

9.1 Das solidariedades aos conflitos

Temos enfatizado, ao longo da tese, que quilombolas e garimpeiros jogam importante papel no setor do ouro no Suriname. Tais agentes, motivados pelo objetivo comum de adquirir ganhos com a garimpagem aurífera, imprimem dinâmicas específicas através de territorialidades emergentes, visando à obtenção de vantagens e à sustentação de planos e interesses pessoais dentro da cadeia de extração e comercialização de ouro no Suriname. Ao considerarmos a discussão travada nos capítulos anteriores, cabe enfatizar que o encontro desses agentes historicamente excluídos, tornado possível graças à combinação de inúmeros eventos (cf. parte II), contribuiu para a emergência da recriação de oportunidades através do estabelecimento de mutualidades que se assenta numa frágil simbiose em torno da economia informal do ouro.

Essas territorialidades, emergidas a partir dos encontros e cruzamentos de trajetórias entre garimpeiros e quilombolas em meio à realidade multiterritorial, contêm em si variados interesses e relações de poder que contribuem para oportunizar práticas tanto convergentes quanto divergentes. Portanto, argumentamos que as tramas contidas nos emaranhamentos envolvendo tais práticas possuem variadas forças e perspectivas que, por um lado, possibilitam a aproximação desses agentes em prol da atividade aurífera, enquanto, por outro, atenuam os limites entre a coexistência pacífica e conflituosa.

Seguindo tal entendimento, podemos dizer que essas territorialidades específicas, atreladas aos encontros entre garimpeiros e quilombolas, são caracterizadas e sustentadas, especialmente, por solidariedades estabelecidas entre tais agentes em meio às possibilidades presentes na multiterritorialidade. Ao acompanharmos as contribuições de Portes e Zhou

(1992), salientamos que tais solidariedades são limitadas, pois giram em torno de um – ou alguns – objetivo comum específico, a partir do qual as diferenças entre os envolvidos, sobretudo culturais, são toleradas. Nesse particular, os autores enfatizam que tais práticas solidárias não são inerentes, por exemplo, às convicções morais e aos valores culturais de cada indivíduo, mas, sim, a fatores situacionais contingentes (PORTES; ZHOU, 1992) – que nesse caso é a garimpagem aurífera.

No caso da realidade analisada nesta tese, estas solidariedades contribuem para a coexistência relativamente pacífica entre garimpeiros e quilombolas, que normalmente trabalham em parceria nos campos de ouro, estabelecendo certa divisão territorial do trabalho. Todavia, não são raros os casos de conflitos e tensões que colocam em xeque a superfície-profundidade dessas territorialidades, exigindo assim a manutenção ou a redefinição de regras entre os envolvidos para manutenção das atividades desenvolvidas direta e indiretamente.

Se, por um lado, o objetivo de bamburrar aproxima garimpeiros e quilombolas, por outro, diferenças culturais em atrito no dia a dia podem ocasionar instabilidades nessas solidariedades. Dentre os exemplos, vale mencionar a questão da alimentação: em muitas áreas de garimpo, comer determinados tipos de carne é proibido, assim como bebida alcoólica e caçar animais na floresta. São frequentes os casos em que garimpeiros desrespeitam tais determinações, ocasionando divergências entre esses dois grupos. Outra situação corriqueira diz respeito aos espaços sagrados e às tradições religiosas dos quilombolas; muitos garimpeiros, seja por desconhecimento ou desrespeito, desconsideram lugares e práticas atreladas às tradições dessas populações. São diversas as reportagens que abordam o referido tema, em especial apresentando insatisfação dos líderes quilombolas com a presença, os costumes e as práticas cotidianas dos brasileiros. Dentre os exemplos, vale registrar a reportagem intitulada “Manlobi quer se livrar dos brasileiros”²⁵², que destaca que os quilombolas “estão muito incomodados com o estilo de vida dos brasileiros”²⁵³ (ZANDGROND, 2009). Não obstante, apesar das diferenças que fragilizam tais solidariedades, existe um reconhecimento, de ambas as partes, acerca da importância e do papel desempenhado tanto por garimpeiros quanto por quilombolas no que diz respeito às habilidades e aos conhecimentos específicos que cada grupo detém no cerne dessa divisão territorial do trabalho. Assim, importa destacar que, mesmo com alguns pontos inegociáveis (sobretudo morais) em meio à lida cotidiana dessas territorialidades, alguns autores têm sinalizado que a coexistência relativamente pacífica vem contribuindo para a redefinição, em

²⁵² “Manlobi wil af van Brazilianen” (ZANDGROND, 2009).

²⁵³ “(...) veel last ondervinden van de leefwijze van de Brazilianen” (ZANDGROND, 2009).

algum sentido, de práticas, usos e valores, por conta das trocas culturais estabelecidas (KRUIJT; HOOGBERGEN, 2005; THEIJE; HEEMSKEERK, 2009).

Consoante o que foi exposto, podemos argumentar que essas territorialidades estabelecidas através do interesse mútuo de garimpeiros e quilombolas estão em constante devir, por isso tais agentes necessitam (re)negociar diuturnamente esse fragilizado contrato social, visando garantir a manutenção da convivência e, especialmente, a gestão de conflitos. Vale salientar que tais práticas presentes nesses territórios (e territorialidades), atreladas ao (re)estabelecimento das regras de in/out, aos (re)direcionamentos das interações e às (re)interpretações em torno da superfície-profundidade, são relacionais, pois estão imersas em emaranhamentos que influenciam e são influenciados por dinâmicas que extrapolam as territorialidades dos garimpeiros e dos quilombolas. Logo, em determinados contextos garimpeiros e quilombolas entram em conflito, enquanto em outros articulam estratégias conjuntas diante de outras territorialidades, como de empresas de mineração e do Estado.

São muitos os conflitos registrados entre garimpeiros, quilombolas e, numa proporção bem menor, indígenas²⁵⁴ nestas últimas duas décadas, e sem dúvida o seu detalhamento aqui fugiria por demais dos objetivos traçados para esta tese. Desse modo, cabe destacar apenas alguns mais relevantes para ajudar a ilustrar essa situação presente nos emaranhamentos envolvendo as territorialidades dos garimpeiros nos campos de mineração situados no Suriname.

Ao considerarmos os dados coletados durante as conversas informais e as entrevistas realizadas com quilombolas e garimpeiros, identificamos o conflito ocorrido em Vila Brasil (área 5, Saramacca), ocorrido em 1995, como um dos mais antigos envolvendo agentes da garimpagem aurífera. De acordo com os relatos, as motivações do conflito envolveram tanto problemas relacionados ao repasse da porcentagem da produção de ouro quanto insatisfações na coexistência entre tais territorialidades – de um lado, garimpeiros reclamavam da alimentação e restrição a alguns tipos de carne; de outro, quilombolas encontravam-se descontentes com o estilo de vida dos garimpeiros fora do horário de trabalho (sobretudo no que concernia ao consumo de bebidas alcoólicas e prostituição). No auge do conflito, muitos garimpeiros foram expulsos da área e perderam parte do maquinário investido. Contudo, levando em conta as informações repassadas, meses depois os envolvidos restabeleceram os acordos e os garimpeiros voltaram a atuar na localidade, estando presentes até hoje.

²⁵⁴ Por isso, centraremos maior atenção em exemplos que envolvam as relações estabelecidas entre as territorialidades dos garimpeiros e dos quilombolas.

Em artigo que aborda a relação entre prosperidade, moralidade e religião nas áreas de garimpo situadas no Suriname, Theije (2008) relata um dos acontecimentos corriqueiramente lembrados entre os garimpeiros e demais envolvidos: o conflito entre as territorialidades destes e dos quilombolas da etnia Aluku, em 2000, nas proximidades do rio Lawa (área 1). Na ocasião, o mencionado grupo quilombola reivindicava exclusividade no empreendimento, aceitando apenas garimpeiros para trabalhar como porcentistas – ou seja, os alukus não aceitavam, na época, nenhum tipo de acordo para que os garimpeiros pudessem instalar suas próprias máquinas. Diante dessa dificuldade, muitos garimpeiros foram expulsos pelos quilombolas, mas, pouco tempo depois, conseguiram estabelecer acordo mútuo e voltaram a trabalhar e, sobretudo, a investir em maquinários nos garimpos da referida área.

Já no que tange aos recentes exemplos que refletem essa conflitividade, vale lembrar os casos ocorridos em Klaaskreek e Maripastonkreek (ambos em 2011). O primeiro, ocorrido na área 4 (Brokopondo), foi marcado por intensos conflitos envolvendo as territorialidades dos garimpeiros, quilombolas (Saramaka) e indígenas (Kaliña e Lokono), especialmente por conta da descoberta de grande ocorrência de ouro na localidade, provocando intensa mobilidade de brasileiros motivados pela fofoca do ouro (ROZENBLAD, 2011a). Como se tratava de uma área recentemente descoberta, a ausência do estabelecimento de acordos informais entre as territorialidades implicadas culminou em disputas pelo controle e exploração desses garimpos. Apesar das sucessivas ações do governo visando organizar a atividade em Klaaskreek, os conflitos permanecem, e a mineração continua sendo desenvolvida majoritariamente na informalidade. Já o segundo, na área 6 (Goliath), teve início com novas descobertas de reservas de ouro, aumentando as mobilidades em direção aos garimpos auríferos em Maripastonkreek e ocasionando disputas entre garimpeiros, indígenas (Lokono) e quilombolas (Matawai) pelas áreas de exploração (PROSS, 2011; ROZENBLAD, 2011b). Visando conter os conflitos, ocorreu uma intervenção pública, e desde então a empresa estatal Grassalco assumiu uma concessão para mineração de ouro na localidade. No entanto, as tensões e conflitos envolvendo garimpeiros e populações tradicionais ainda persistem nessa área (CAIRO, 2011b).

Saliente-se que, ao longo dos anos, de modo geral, o Estado surinamês vem enfrentando inúmeras dificuldades para conseguir atuar efetivamente na resolução de tais problemas, sobretudo por conta de sua precária presença no interior do país. Ao observarmos os exemplos demonstrados, podemos dizer que, de certa maneira, tais conflitos são resolvidos, basicamente, pelos próprios garimpeiros e quilombolas através da renegociação das regras,

assim como as interações e os significados são redefinidos para que a atividade da garimpagem seja retomada. No entanto, existem algumas poucas exceções, ou seja, casos em que os quilombolas proibiram a presença de garimpeiros. Seguramente, o mais conhecido e amplamente presente nas narrativas tanto de brasileiros quanto de surinameses diz respeito às divergências ocorridas em Selakreek (área 2, Tapanahony). Em 1999, uma série de desentendimentos relacionados, inclusive, ao desrespeito, por parte dos garimpeiros, às tradições dos ndjukas (principalmente religiosas) culminou no assassinato de um quilombola (HEALY; HEEMSKERK, 2005). Desde então, os garimpeiros foram expulsos, perderam os equipamentos e estão proibidos de entrar e trabalhar no local, e até hoje a garimpagem aurífera é desenvolvida apenas por quilombolas.

Cumprе destacar ainda que são raros os casos em que os conflitos entre garimpeiros e quilombolas envolvem violência física. Um dos episódios mais emblemáticos, que destoa da maneira como acontecem os desentendimentos entre os agentes em tela, seguramente, foi o ocorrido em dezembro de 2009, no Distrito de Marowijne, mais especificamente no bairro Papatam, que ficou conhecido através dos meios de comunicação como “conflito em Albina”²⁵⁵ (TS, 2009c; TS, 2010). Em sua maioria, os conflitos são resolvidos diretamente entre os garimpeiros e quilombolas envolvidos; todavia, quando ocorre algum impasse na resolução de um problema, um conselho formado por lideranças quilombolas da comunidade discute o caso e determina as punições (IBP, 2010). Enquanto, por um lado, o sistema tribal quilombola interfere, com relativo sucesso, visando atenuar as divergências internas relacionadas à garimpagem aurífera em seus territórios, por outro, não consegue atuar efetivamente nos demais conflitos, em que quilombolas e garimpeiros se encontram em oposição a outras territorialidades – por exemplo, com as empresas de grande escala e o Estado.

Apesar dos conflitos entre garimpeiros e quilombolas, tais territorialidades estabelecem articulações, de um lado, para manter os garimpos que existiam antes da chegada de concessões e, de outro, visando expandir suas atividades para áreas pertencentes às concessões, e também áreas protegidas mas com fiscalização deficiente. Nesse último caso, são constantes as denúncias e operações com o intuito de combater e inibir a presença de

²⁵⁵ O saldo dessa força desproporcional foi centenas de imigrantes brasileiros e chineses feridos, algumas denúncias não confirmadas de mortes e incontáveis desaparecidos, além da destruição de diversos estabelecimentos que serviam como suporte para as mobilidades de garimpeiros em direção aos garimpos e à capital Paramaribo. Os jornais surinameses registraram que o “número de prisões do motim em Papatam chegou a mais de 50” [“Aantal aanhoudingen rellen Papatam nu ruim 50”] (TS, 2009c). Importa destacar que, em decorrência da maioria dos brasileiros viver em situação irregular, além do grande número de indocumentados, houve muita dificuldade para apurar devidamente a ocorrência de mortos e desaparecidos.

garimpos, em especial dentro do Parque Natural Brownsberg (BOUVA, 2007; ORBAN, 2012; WWF, 2012).

Com relação a conflitos com empresas de mineração de grande/média escala, no início dos anos 1990 – mais especificamente entre 1993 e 1997 – foram registrados diversos embates entre os garimpeiros e a Golden Star Resources. A referida empresa realizou prospecções e mapeamento geológico para avaliar o potencial da localidade, vetando assim a atividade garimpeira dentro de seus limites (FLEMING, 2006; THEIJE, 2008). Somente a partir de 1998, quando a Nana Resources obteve o direito de mineração do chamado Projeto Antino, os garimpeiros passaram a atuar na localidade (área 1, Lawa).

Na realidade, os conflitos ocasionados pela presença de garimpeiros e quilombolas dentro dos limites de empresas de mineração de média ou grande escala são constantes nos jornais surinameses. Dentre os diversos exemplos, destacam-se os intensos conflitos referentes à resistência de garimpeiros e quilombolas em sair da área que foi repassada, em 2004, para a Surgold, através do Projeto Merian (CAIRO, 2011a; SURGOLD, 2011, 2013). Somente em 2011, tais agentes foram retirados com o auxílio das instituições de segurança pública. Contudo, mesmo após a reintegração da Surgold, a garimpagem aurífera em situação irregular permanece atuando clandestinamente nas proximidades do projeto em comento, ainda que de modo mais acanhado se comparado ao período anterior à intervenção do Estado (KRAAIJER, 2013). Seguindo a mesma problemática relacionada à presença clandestina de garimpeiros e quilombolas desenvolvendo a atividade de extração aurífera dentro dos limites das grandes empresas de mineração, os conflitos relacionados com a Iamgold, a Grassalco e outras também são constantes (PROSS, 2008a; DWT, 2008b; HEEMSKERK; DUIJVES, 2013).

Importa destacar que, se em muitas situações garimpeiros e quilombolas articulam estratégias para instalar máquinas e operar em áreas pertencentes a concessões de média e grande escala, em outras, os próprios funcionários e/ou detentores de determinadas concessões sublocam ilegalmente parte de suas áreas para os mencionados agentes estabelecerem garimpos. De certa forma, esse tipo de atividade está disseminado em diversas concessões e empresas, chegando a envolver, inclusive, empresas estatais – como no escândalo de fraude envolvendo funcionários da Grassalco, em 2008 (ZANDGROND, 2008b; DUNDAS, 2008).

Com base nos exemplos supramencionados, que visam oferecer um panorama da situação de conflitividade ocasionada pela complexa realidade multiterritorial presente no interior do Suriname, percebemos que ocorrem variadas disputas e articulações envolvendo as

territorialidades dos garimpeiros, motivadas, principalmente, por conta das descobertas de novas áreas de exploração, das divergências culturais, da ocupação em territórios atrelados a empresas de mineração de média e grande porte, dentre outros exemplos. Ainda, em alguns contextos, garimpeiros entram em conflito com as territorialidades de populações tradicionais, ao passo que, em outros, articulam estratégias para manutenção e expansão da garimpagem aurífera. Os conflitos presentes nestes emaranhamentos, de certo modo, permanecem sem grandes perspectivas de resolução, especialmente em decorrência da precária atuação do Estado para além das áreas urbanas, contribuindo assim para potencializar o grau de insegurança no interior. Ao longo das últimas décadas, desde o início das mobilidades dos garimpeiros para o Suriname, foram raras as políticas que objetivassem atuar no cerne dessa problemática – situação que abordaremos na seção a seguir.

9.2 Permanecem os conflitos no interior, mudam os discursos: da Operação Clean Sweep à Ordening Goud Sector

Como alguns autores têm demonstrado, desde o *boom* da chegada de garimpeiros até os recentes anos, os sucessivos governos do Suriname majoritariamente vêm adotando o *laissez-faire* em relação à garimpagem aurífera desenvolvida em seu território, salvo algumas exceções através de políticas específicas e, por vezes, contraditórias (HEEMSKERK, 2011; HEEMSKERK; DUIJVES, 2013). Todavia, essas políticas específicas, em resposta ao crescimento da mineração informal e, por consequência, à conflitividade ocasionada pelas transterritorialidades efetivadas em meio à configuração multiterritorial presente no interior, estão intimamente relacionadas com os discursos direcionados aos garimpeiros. Tais discursos não somente contribuem para construir, reforçar e projetar imagens, em sua maioria estereotipadas, mas também revelam as geografias morais que influenciam as políticas engendradas pelo governo surinamês e, sobretudo, auxiliam para legitimar práticas, inclusive abusivas, em relação à atividade (OLIVEIRA, 2012b, 2012c). Assim, conforme demonstraremos mais adiante, nos últimos 15 anos, os principais meios de comunicação no Suriname, de acordo com a postura vigente de cada governo, transladaram a imagem dos garimpeiros da ilegalidade à informalidade, de usurpadores do patrimônio nacional à condição de potenciais parceiros do desenvolvimento econômico do país.

Seguindo o exposto, com base nos eventos ocorridos entre meados da década de 1990 e o presente momento, podemos considerar duas políticas efetivadas pelo governo do Suriname visando responder à crescente presença de garimpeiros e garimpos no interior: as

operações denominadas Clean Sweep (2008-2009) em áreas de garimpo; e, mais recentemente, a Ordening Goud Sector (OGoudS). A partir desse ponto, vamos expor as políticas em tela juntamente com os discursos produzidos e demais eventos que julgamos corroborar para elucidar a análise. Cumpre registrar ainda que parte da argumentação desdobrada nesta seção pode ser visualizada na “matriz de eventos” que aparece no início da parte II (FIGURA 2).

Antes de iniciarmos a discussão acerca das ações supramencionadas, vale registrar que no final da década de 1990, durante a administração de Jules Albert Wijdenbosch (1996-2000), ocorreu o primeiro cadastro de garimpeiros no Suriname. Nesse particular, em 1997, o governo surinamês já havia conseguido cadastrar cerca de 8 mil brasileiros que trabalhavam no setor informal da mineração, através da cobrança de uma taxa de US\$ 200. Todavia, esse fundo, que deveria ser utilizado para planejar a atividade no interior, desapareceu, irrompendo um grande escândalo de corrupção envolvendo instituições do governo, relacionadas com a garimpagem (VEIGA, 1997; HEEMSKERK, 2011). Diante da situação em foco, o cadastro caiu em descrédito tanto para os garimpeiros quanto para os próprios surinameses e, em pouco tempo, foi totalmente abandonado.

Isto posto, mesmo com as ações atreladas ao primeiro cadastro de garimpeiros, podemos afirmar que a mineração informal do ouro em pequena escala se desenvolveu sem grandes impedimentos no interior do país e, sobretudo, à margem do Decreto de Mineração de 1986 (cf. capítulo 6, seção 6.2). Conforme esclarecemos no capítulo 8, apesar dos esforços em atrair capital estrangeiro para o setor, o baixo preço do ouro durante a década de 1990, de um lado, inibiu empresas transnacionais que inicialmente demonstraram interesse, mas por outro possibilitou a expansão dos garimpos. Na esteira desses eventos, Heemskerk (2009b) esclarece que na referida década se estabeleceu um sistema especulativo, concentrando significativa parcela das concessões de direitos minerários entre pequenos grupos da elite político-urbana do país que, interessados em obter ganhos imediatos, estabeleciam acordos informais diretamente com garimpeiros. Logo, diante da limitada presença e atuação – muitas vezes, ausência – do Estado no interior, desde o fim da guerra civil garimpeiros desenvolvem suas atividades com o consentimento de quilombolas, indígenas e detentores de concessão, mesmo sem a anuência do governo do Suriname.

Somente no final dos anos 2000, nos últimos anos da gestão de Rinaldo Ronald Venetiaan (2000-2010), quando os interesses e pressões se voltam novamente para as possibilidades de atrair maiores investimentos de grandes empresas transnacionais do setor,

ocorre a primeira resposta do Estado frente à expansão dessa atividade marcada pela insegurança próspera (THEIJE, 2007b; MENKE; PÉREZ, 2012). Assim, com a Operação Clean Sweep (OCS), ampliaram-se as tensões e conflitos entre as formas locais de regulação da atividade informal da garimpagem e as normatizações estabelecidas pelo Estado. Em consequência, as territorialidades imersas nessa complexa realidade multiterritorial sofreram, ainda que dentro de um pequeno período, significativas mudanças nas regras de in/out, nas interações espaciais e na superfície-profundidade que transitam em torno dessa economia e, sobretudo, regulam as práticas cotidianas dos agentes envolvidos na garimpagem.

9.2.1 A Operação Clean Sweep e o discurso negativo contra o garimpeiro

Sob o pretexto do combate às atividades ilícitas no interior do país, como o tráfico de drogas e armas na fronteira, e também a extração ilegal de ouro e madeira, o governo do Suriname, através de uma ação conjunta entre o Ministério de Justiça e Polícia, o Ministério de Recursos Naturais e o Ministério de Desenvolvimento Regional, iniciou a OCS em julho de 2008. A referida operação, que envolvia forças militares e policiais, durou até fevereiro de 2009, sendo realizada em três etapas: Clean Sweep I: na vila de Brownsberg; Clean Sweep II: em Benzdorp e ao longo do rio Lawa; Clean Sweep III: em Matawai (ver MAPAS 17, p. 295; 18, p. 305; e 20, p. 311).

Apesar de o discurso para justificar as ações da OCS centrar-se, principalmente, no combate às drogas e à criminalidade no interior, as práticas engendradas deixavam evidente que o principal objetivo era combater a presença dos garimpeiros e garantir a segurança nos territórios pertencentes às grandes empresas de mineração estrangeiras que passaram a operar na região (como a Iamgold e a Surgold). Ademais, mesmo com a constante afirmação de que a OCS não era direcionada exclusivamente aos imigrantes brasileiros, sobretudo garimpeiros, predominavam discursos e imagens nos jornais surinameses demonstrando o contrário. Na Figura 6, ao ilustrar as ações da OCS II, são retratados um militar e um policial varrendo Benzdorp, e um dos personagens que aparece fugindo da “limpeza” utiliza uma palavra em português (“amigo”) na oração “Amigo, rennen! Operatie Clean Sweep”²⁵⁶, sugerindo, dessa forma, que ele está dialogando com outros brasileiros. Também vale destacar trecho de uma reportagem sobre a OCS III, na região de Matawai: “A Operação Clean Sweep, nesta ocasião, focou a Vila Brasil. Nesta localidade, que tem muitas semelhanças com Benzdorp, a

²⁵⁶ “Amigo, corre! Operação Clean Sweep”.

mineração de ouro é formada, em sua maioria, por brasileiros. Nesse intenso comércio prevalece a ilegalidade”²⁵⁷ (ZANDGROND, 2008e).

FIGURA 6 – Charge sobre a Operação Clean Sweep em Benzdorp (“Amigo, corre! Operação Clean Sweep”).
Fonte: TS (27.01.2009a).

Desse modo, a OCS promoveu o discurso da “limpeza” fortalecendo estereótipos, além de contribuir para rotular e impor imagens negativas não somente aos garimpeiros, mas também aos demais brasileiros que vivem no Suriname. Tal situação pode ser exemplificada pelo título de outra reportagem sobre a OCS: “‘Clean Sweep’ para purificação do interior”²⁵⁸ (DWT, 2008a). Assim, a partir do pretexto de combate ao tráfico de armas e drogas ao longo da fronteira, os discursos incorporados nas reportagens, não somente dos jornalistas, mas igualmente políticos e membros das instituições promotoras/executoras da OCS, empregavam comumente expressões como “varrer”, “erradicar” e “expulsar” ao se referirem às ações que afetavam principalmente a garimpagem aurífera. Ainda, diversas reportagens alegavam que não eram encontradas drogas ou armas contrabandeadas durante a execução da OCS, registrando unicamente a prisão de garimpeiros, em particular “brasileiros ilegais” (ZANDGROND, 2008b; KRAAIJER, 2013).

²⁵⁷ “Clean Sweep is dit keer gericht op het goudveldersdorp Villa Brasil. In dit plaatsje dat veel gelijkenis heeft met Benzdorp, doen veelal Brazilianen aan goudwinning. Een driftige handel wordt gedreven en ook daar heerst de illegaliteit” (ZANDGROND, 2008e).

²⁵⁸ “‘Clean sweep’ moet binnenland zuiveren” (DWT, 2008a).

Convém salientar que a OCS está intimamente relacionada com o discurso predominante que associa o garimpeiro com a imagem de invasor e a garimpagem como atividade ilegal. Tal entendimento, muito presente nos primeiros trabalhos científicos sobre o tema, sobretudo *reports* (cf. capítulo 2, seção 2.2), e nos meios de comunicação, em certo sentido, ainda figura de maneira marcante nas práticas discursivas dos surinameses que vivem em áreas urbanas, sobretudo na capital (THEIJE, 2007a; OLIVEIRA, 2012c). Nesse particular, vale enfatizar, conforme demonstramos em trabalhos anteriores, que os meios de comunicação no Suriname, em grande parte, contribuem significativamente para reafirmar preconceitos e discursos dos grupos hegemônicos que assumem o poder político no país (OLIVEIRA, 2012b, 2012c).

Ao versar sobre como os surinameses absorvem essas imagens estereotipadas em relação aos garimpeiros e à garimpagem, Theije (2010, p. 9) assevera que “a maioria dos surinameses jamais pôs os pés num garimpo, a opinião deles sobre os brasileiros é baseada nessas observações isoladas”. A afirmação da autora pode ser reforçada com a argumentação de León (2011, p. 11), que esclarece: “os meios informativos formam parte das instituições de elite e possuem credibilidade suficiente para que o público receptor aceite a avaliação que fazem dos acontecimentos da atualidade”²⁵⁹. Ainda no que concerne à perversidade dos meios de comunicação na sociedade contemporânea, Santos (2011) explicita que existe uma racionalidade tendenciosa para a produção da informação dirigida, já que os meios de comunicação oferecem apenas uma interpretação, ou seja, a “notícia”.

Ao levarmos em conta o levantamento realizado nos jornais *Times of Suriname* (TS) e *De Ware Tijd* (DWT)²⁶⁰, dentre as imagens recorrentemente reproduzidas em meio às reportagens que abordam, em algum sentido, as territorialidades dos garimpeiros – contribuindo assim para reforçar geografias morais e práticas excludentes –, destacamos duas amplamente difundidas e incorporadas aos discursos de grande parte dos surinameses: i) “os garimpeiros estão invadindo o Suriname”; e ii) “os garimpeiros roubam o nosso ouro”. No que

²⁵⁹ “Los medios informativos forman parte de las instituciones de elite y gozan de suficiente credibilidad para que el público receptor acepte la valoración que hacen de los hechos de actualidad” (LEÓN, 2011, p. 11).

²⁶⁰ Cumpre esclarecer que, no período em que realizamos a pesquisa de doutorado, publicamos dois artigos com base no levantamento realizado a partir de 944 matérias publicadas nos dois jornais mencionados (OLIVEIRA, 2012b, 2012c). Em ambos, abordamos tais discursos a partir da associação com a nacionalidade brasileira de modo geral, pois, na ocasião, travamos análise a partir de uma problemática distinta da que estamos desenvolvendo nesta tese. Nas publicações comentadas, destacamos a presença de cinco discursos estereotipados amplamente difundidos nesses meios de comunicação surinameses, a saber: i) “as brasileiras são prostitutas”; ii) “os garimpeiros são delinquentes”; iii) “os brasileiros vivem ilegalmente no Suriname”; iv) “mineração aurífera ilegal = garimpeiros ilegais = danos ambientais”; e v) “os brasileiros roubam o nosso ouro”. Todavia, em nossa tese, optamos por pinçar apenas dois discursos, dentre outros direcionados especificamente aos garimpeiros, para ilustrar nossa argumentação.

tange à primeira, o rótulo de “invasor” está comumente atrelado ao discurso da imigração ilegal, sendo raros os casos em que o termo “irregular” é empregado com a finalidade de designar os garimpeiros que se encontram nesta situação. Ainda, os trabalhadores em tela, além de serem percebidos como “imigrantes ilegais”, geralmente são associados a delitos, conflitos ou outros assuntos abordados negativamente pelos jornais do país. Em meio às reportagens publicadas, existe uma corriqueira associação garimpo-ilegalidade-brasileiros, pois não são poucos os registros que nomeiam os garimpeiros como “mineiros ilegais brasileiros”²⁶¹ (ORBAN, 2008), “aventureiros” (TS, 2009b) ou, até mesmo, “hóspedes indesejados” (DUNDAS, 2010). Já sobre a segunda imagem estereotipada, Theije (2007a, p. 81) afirma que “na sociedade [surinamesa] ainda podem ser observadas reações negativas, que se manifestam em declarações como: ‘os brasileiros que roubam todo o nosso ouro’”²⁶². Ainda concernente ao referido assunto, em outra publicação, a autora sublinha que, apesar da existência de argumentações demonstrando que “a maior parte do lucro com o garimpo é investida no país, e que as minas de pequeno porte são muito importantes para a economia local (12,6% da população do Suriname depende delas), a ideia de que esses estrangeiros vêm para levar as riquezas do país persiste” (THEIJE, 2010, p. 9). Em consequência, afirmações como “eles [brasileiros] vieram para ficar, pelo menos enquanto existir ouro”²⁶³ (ZANDGROND, 2008c) são encontradas corriqueiramente nos jornais surinameses.

Essas e outras imagens estereotipadas oferecem elementos para o fortalecimento de geografias morais que influenciam nos significados atrelados à superfície-profundidade da presença e participação dos garimpeiros nos campos de extração aurífera no interior do Suriname. Ao acompanharmos o entendimento exposto, não é exagerado afirmar que os garimpeiros são mais conhecidos no Suriname pelo que é transmitido nos meios de comunicação do que pelo contato direto com a população autóctone. Desse modo, são propagadas imagens estereotipadas que fortalecem moralidades e os associam a uma série de problemas e mazelas, por exemplo Aids, criminalidade, desmatamento, contaminação dos rios através do uso indevido de mercúrio nos garimpos, crise financeira, drogas, instabilidade familiar, dentre outros (LEEUWIN, 2008; ORBAN, 2010). Destarte, podemos afirmar que a OCS evocou imagens estereotipadas sobre os garimpeiros, valendo-se, dentre outros, do

²⁶¹ Conforme já registamos no capítulo 6 (ver nota de rodapé 202), apesar do grande número de garimpeiros que trabalham na mineração em pequena escala sem permissão adequada, existem aqueles que desenvolvem suas atividades em condições regulares, ou seja, de acordo com a legislação do Suriname.

²⁶² “Maar in de samenleving zijn ook negatieve reacties waar te nemen, zich uitend in uitspraken als: ‘die Brazilianen stelen al ons goud’” (THEIJE, 2007a, p. 81).

²⁶³ “(...) ze zijn gekomen om te blijven, tenminste zolang het goud er nog is” (ZANDGROND, 2008c).

discurso do “combate à criminalidade e às drogas”, a fim de justificar a atuação do Estado no interior do país, inclusive nos territórios quilombolas.

Cabe ressaltar que, nas localidades onde a OCS se fez presente, os garimpeiros interromperam temporariamente suas atividades, especialmente por conta das apreensões de equipamentos e a proibição do desenvolvimento das atividades. Assim, a presença do Estado, impondo novas regras de in/out através da criminalização das relações estabelecidas informalmente entre garimpeiros, quilombolas e demais envolvidos, alterou momentaneamente os fluxos e forçou parte desses trabalhadores a buscar outras frentes de exploração. No entanto, em decorrência de algumas contradições relacionadas à limitada capacidade administrativa e institucional do governo, tais práticas permaneceram por pouco tempo, e a maioria dos garimpeiros retornou às mesmas áreas, restabelecendo assim as regras informais que predominavam antes da mencionada operação.

O peso da territorialidade do Estado, através da força policial e militar, ditou novas dinâmicas no interior do país. Contudo, a OCS não somente modificou mobilidades, territorializações e regras no cerne dessas relações de poder com geometrias diferenciadas em relação às práticas historicamente constituídas na garimpagem aurífera no Suriname; também emergiram insatisfações, em distintas escalas, que convergiram no sentido de fortalecer questionamentos e contestações acerca da superfície-profundidade desses novos entrelaçamentos. Desse modo, se por um lado a atuação do governo atingiu parte dos objetivos, redefinindo territorialidades e, por conseguinte, alterando uma fração da garimpagem, por outro oportunizou novas manifestações e articulações em meio à miríade de possibilidades presentes na multiterritorialidade de cada agente envolvido, visando assim garantir a presença e a manutenção da atividade garimpeira, ainda que desencaixada dos padrões estabelecidos pelo Decreto de Mineração vigente.

Dentre os exemplos das ações atreladas à OCS que contribuíram para fragilizar essa política de combate à “ilegalidade” no interior do país, pondo em dúvida os reais objetivos da operação, destacamos cinco. O primeiro refere-se ao “sucesso financeiro” da OCS (ZANDGROND, 2008d), pois os equipamentos, alimentos e combustíveis apreendidos durante as investidas eram, poucos dias depois, vendidos para os próprios quilombolas, empresários e garimpeiros que os haviam perdido. Dessa maneira, após serem submetidos às “taxas” estabelecidas e comprarem novamente tais elementos fundamentais para o funcionamento da atividade, a garimpagem era restaurada sem grandes alterações (ZANDGROND, 2008c; KRAAIJER, 2013). Segundo, eram constantes as denúncias de uso

excessivo da força e de violações dos direitos humanos, tanto contra brasileiros quanto quilombolas (ZANDGROND, 2008a). Já o terceiro diz respeito às articulações estabelecidas entre os garimpeiros e muitas lideranças tradicionais, principalmente quilombolas, visando resistir à OCS. Não é demais reforçar que a economia de quase todas as comunidades quilombolas (e algumas indígenas) está direta ou indiretamente associada à garimpagem aurífera. Assim, apesar dos conflitos e divergências entre tais agentes – conforme demonstrado na seção anterior –, garimpeiros, quilombolas e, em algumas áreas, indígenas agregaram forças para o estabelecimento de estratégias contra a referida postura do Estado no interior do país. Quarto, diante das inúmeras denúncias, o Brasil passou a manifestar preocupação sobre as práticas adotadas pelo Suriname em relação aos imigrantes brasileiros, ainda que em situação irregular (PENEUX, 2009). Nesse contexto, uma comissão que incluía a presença de parlamentares brasileiros visitou o país, onde foi criada uma “comissão de crise” para acompanhar o tratamento a esses imigrantes brasileiros e colaborar com informações à Embaixada brasileira em Paramaribo (ZANDGROND, 2008f; GERAD, 2008; GERAD; BLOMHOF, 2008) (FOTO 20). Por fim, o quinto exemplo refere-se ao declive da economia formal atrelada (e dependente) às atividades do garimpo no Suriname. Essa íntima relação entre os circuitos formal e informal da economia surinamesa é notável em inúmeros setores, tornando assim as ações contra a garimpagem no país ainda mais complexas. Tal situação pode ser exemplificada, dentre outros, pela reportagem intitulada “Aviação doméstica sofre duros golpes”²⁶⁴ (PROSS, 2008b), na qual se relata que a “Gum Air foi duramente atingida pela Operação Clean Sweep, devido à diminuição de garimpeiros (e *porknockers*) dentro do seu campo de pouso”²⁶⁵ (PROSS, 2008b). Desse modo, em decorrência das manifestações internas e externas, a OCS foi perdendo a sua expressividade, pois o governo passou a reconhecer que não somente seu nome estava equivocado, mas sobretudo a forma como estava sendo realizada.

²⁶⁴ “Binnenlandse luchtvaart incasseert rake klappen” (PROSS, 2008b).

²⁶⁵ “Operatie Clean Sweep heeft Gum Air ook hard getroffen vanwege de afname in porknockers binnen hun vliegerrein” (PROSS, 2008b).

FOTO 20 – Reunião, realizada em Paramaribo, para discutir sobre o tratamento aos brasileiros durante a OCS (entre os representantes dos brasileiros que vivem no Suriname, sobretudo garimpeiros, e o parlamentar Márcio Junqueira²⁶⁶).

Fonte: Zandgrond (2008f).

Após a interrupção da OCS, os anos de 2009 e 2010 foram marcados, novamente, pela ausência do Estado no interior, ocasionando não somente o restabelecimento das antigas práticas entre os envolvidos com a garimpagem, mas especialmente sua expansão. Somente após o término da disputa eleitoral para a presidência do Suriname, ocorrida em 2010, que os temas atrelados à mineração aurífera e à insegurança no interior voltaram a ser abordados pelo atual governo. Nesse particular, é formatada uma nova estratégia de intervenção do governo do Suriname no setor, através da denominada *Ordering Goud Sector* (OGoudS), que se encontra até hoje em desenvolvimento.

9.2.2 A Ordering Goud Sector e a construção de um novo discurso sobre o garimpeiro

Idealizada a partir do governo recém-instalado do presidente Dési Bouterse (a partir de 2010), a OGoudS, de modo geral, possui objetivos e motivações muito semelhantes aos da OCS. Da mesma forma, tal política objetiva “restabelecer a autoridade do governo em todas as áreas de mineração de ouro no Suriname”²⁶⁷ (OGS, 2011a, p. 3). Também recorre ao apoio das instituições de segurança do Estado para levar a cabo tais mudanças no interior, visando assim alterar as regras que atualmente são praticadas pela mineração em pequena escala, que envolve, como já dito, quilombolas e garimpeiros. No entanto, o discurso da OGoudS diverge

²⁶⁶ Márcio Henrique Junqueira Pereira foi Deputado Federal, entre 2007 e 2011, pelo Partido da Frente Liberal (PFL), representando o estado de Roraima.

²⁶⁷ “(...) het terugbrengen van het wettelijk gezag in elk goudwinningsgebied in Suriname” (OGS, 2011a, p. 3).

substancialmente daqueles propagados em meio às operações demonstradas na seção anterior. Na postura adotada durante a OGoudS, apesar de ainda permanecer um discurso centrado na ilegalidade, o garimpeiro não tem sido criminalizado, passando a ser percebido como um importante “agente-parceiro” para o desenvolvimento econômico do Suriname no setor do ouro.

Saliente-se que a alteração na lógica dos discursos do atual governo do Suriname e, especialmente, a busca por novos caminhos para intervir na garimpagem aurífera que acontece no interior de seu território estão intimamente atreladas a uma série de eventos que têm refletido em sua economia. Sem dúvidas, além do aumento do ouro e manutenção do baixo preço da bauxita nos mercados internacionais, a Holanda tem jogado papel relevante nessa dinâmica. Desde que Bouterse assumiu, em agosto de 2010, as relações entre o Suriname e os Países Baixos encontram-se instáveis. Dentre os exemplos mais recentes, vale recordar que a Holanda suspendeu a ajuda financeira e retirou seu embaixador do Suriname, em protesto pela aprovação da Lei de Anistia, que perdoa o então presidente do Suriname pelos crimes cometidos durante o regime militar (cf. nota de rodapé 22). Diante dos eventos que vêm limitando as perspectivas de suas relações internacionais historicamente construídas, o Suriname tem passado a inclinar maior atenção aos países da América do Sul e, sobretudo, ao Brasil, visando ao estreitamento de laços – situação que pode ser verificada pelas recentes articulações entre os dois países e o próprio redirecionamento em relação à complexa situação dos garimpeiros (LEO, 2013; MRE, 2011b, 2013).

Importa agregar que essa mudança no discurso e abordagem em relação à garimpagem e aos garimpeiros também visa eliminar a imagem de que a presença do Estado no interior tem o propósito de perseguir, confiscar equipamentos e incriminar aqueles que não estão em conformidade com o Decreto de Mineração – situação duramente criticada durante a OCS. Assim, em 2011, o governo instituiu a chamada Comissão de Planejamento do Setor do Ouro (Commissie Ordening Goudsector – COG), com o principal objetivo de tornar a garimpagem aurífera uma atividade da economia formal, sendo tal política estruturada em três etapas: i) apresentação; ii) cadastramento; e iii) infraestrutura (OGS, 2011a) (FIGURA 7).

FIGURA 7 – Cartaz de divulgação do governo do Suriname acerca das etapas da Ordening Goud Sector.
 Fonte: <http://www.gov.sr/sr/kabinet-van-de-president/werkgroepen/ordening-goudsector/fasenplan.aspx>.

No mesmo mês em que foi criada a COG, deu-se início à primeira etapa, marcada por uma campanha nacional visando sensibilizar a população para a importância da atividade à economia do país e, por isso, da necessidade de estruturá-la, tanto para arrecadar mais impostos quanto para contribuir na implementação de infraestrutura mais adequada e menos nociva ao meio ambiente (OGS, 2011a). Durante a campanha, foram distribuídas cartilhas em cinco idiomas diferentes (holandês, sranantongo, inglês, português e chinês), tanto na capital quanto no interior, inclusive nas áreas de garimpo (FIGURA 8). Além disso, garimpeiros e

porknockers, assim como outros envolvidos que se beneficiam diretamente com a extração do ouro, foram estimulados a se apresentarem espontaneamente, a fim de informar nome, local onde trabalham e nacionalidade, nos Mijnbouw Service Centra (Centros de Serviço para a Mineração – CSM) ou no escritório principal em Paramaribo (OGS, 2011a).

FIGURA 8 – Capa das cartilhas de divulgação da Ordening Goud Sector (A – primeira fase, apresentação; B – segunda fase, cadastramento).

Obs.: as cartilhas foram coletadas pelo autor durante as pesquisas de campo, em 2011 e 2013.

Nas pesquisas de campo que realizamos durante a execução da etapa supramencionada, muitos garimpeiros demonstravam desconfiança em relação à apresentação espontânea. A principal alegação estava relacionada aos acontecimentos ocorridos na OCS poucos anos antes, pois temiam ser presos ou, até mesmo, ter quaisquer problemas pelo fato de estarem em situação irregular ou indocumentados. Ademais, identificamos, em meio às práticas discursivas de alguns garimpeiros, certo desinteresse em se regularizar no Suriname, por conta da intensa flutuabilidade de suas práticas, alegando viverem constantemente entre os países do Platô das Guianas. Dessa maneira, identificamos três posturas predominantes incorporadas entre os garimpeiros: na primeira, uma significativa parcela dos garimpeiros apresentou amplo desinteresse em aderir à convocação da OGoudS, especialmente por alegarem não possuir vínculos com o Suriname e estarem frequentemente buscando novos garimpos em outros países, ou seja, acompanhando os ecos das fofocas do ouro; a segunda está relacionada aos que demonstravam resistência em se apresentar, por medo ou por falta de

informações mais detalhadas, alegando que aguardariam relatos de pessoas conhecidas para verificar melhor o desenvolvimento da OGoudS; a terceira, mais atrelada aos empresários de garimpo, garimpeiros com maior grau de instrução ou que vivem há muitos anos no Suriname, representando uma parcela menor do contingente total, que demonstravam interesse e motivação na adesão à OGoudS, especialmente por conta das mudanças na política adotada pelo governo do Suriname, tanto no que concerne ao discurso quanto na abordagem aos imigrantes em situação irregular.

Poucos meses após o levantamento inicial da primeira etapa, a OGoudS avançou para a segunda fase: as equipes do governo passaram a visitar as áreas de garimpo para realizar o cadastramento de garimpeiros e *porknockers*. Além desses trabalhadores, os proprietários de máquinas (empresários), titulares de concessões e compradores de ouro também foram convocados a participar dessa etapa, que objetiva registrar as pessoas que trabalham ou se beneficiam com a garimpagem aurífera. Com o cadastro completo, garimpeiros e demais trabalhadores estrangeiros precisam pagar US\$ 500²⁶⁸ para receber um documento comprovando o registro e a permissão de acesso para buscar trabalho nas áreas de mineração (OGS, 2011b).

Em menos de um ano, a COG anunciou a realização de 14.500 cadastros, entre garimpeiros, *porknockers* e donos de par de máquinas (CAIRO, 2012). Apesar do número expressivo, o governo do Suriname tem reconhecido que a maioria dos garimpeiros ainda continua desenvolvendo suas atividades clandestinamente, além de estar vivendo em situação irregular. Conforme as narrativas dos garimpeiros entrevistados no último trabalho de campo, realizado em 2013, muitos alegam que resistem em participar das políticas engendradas pelo governo do Suriname, em decorrência do insucesso de ações anteriores, como o primeiro cadastro de garimpeiros e a OCS. Logo, a grande parcela das territorialidades dos garimpeiros tem persistido em desenvolver suas práticas através da manutenção das regras informais, estabelecidas em comum acordo com os quilombolas, em vez de buscar regularizar sua situação no país.

Já a terceira etapa visa criar instalações públicas para ampliar os serviços oferecidos nos CSM, variando de acordo com as necessidades de cada área de mineração. Segundo a proposta divulgada pelo governo, “a infraestrutura deverá contribuir para o desenvolvimento durável das comunidades, por exemplo, através de educação, posto médico, posto de polícia,

²⁶⁸ Surinameses pagam US\$ 200 para efetuar o referido cadastro e emitir o documento de permissão para trabalhar.

coleta de lixo, dentre outros”²⁶⁹ (OGS, 2011a, p. 5). Desse modo, a COG objetiva estabelecer áreas de mineração, com base nas localidades onde existam concentrações de lavras informais, para instalar as condições básicas de apoio e, também, o aparato administrativo para fiscalizar e controlar a atividade. Nessas áreas ocupadas pelo Estado, os trabalhadores (garimpeiros, *porknockers*, donos de par de máquinas, dentre outros) precisam apresentar o documento de registro para entrar nos garimpos e/ou acessar os serviços oferecidos pelo governo do Suriname atrelados à atividade.

Cumpra registrar que, durante a finalização da tese, a terceira etapa ainda se encontrava no início de sua execução, sendo esta realizada em paralelo com a segunda. No entanto, mesmo cientes de que a principal etapa da OGoudS prossegue em fase embrionária, é possível extrairmos alguns elementos interessantes para nossa discussão. De certo modo, desde o início da segunda etapa, quando as equipes do governo passaram a realizar visitas no interior para regularizar a situação dos envolvidos na garimpagem e, também, começaram a estabelecer a presença do Estado de modo mais efetivo nas áreas, para que deixem de funcionar informalmente, a execução da OGoudS começou a ganhar contornos mais complexos. É a partir desse ponto que a referida política passa a ter dificuldades em impor novas regras às territorialidades presentes nos campos de mineração.

Dentre as principais dificuldades, destacam-se as resistências por parte dos diferentes grupos quilombolas e indígenas contra as iniciativas da OGoudS. Em sua maioria apoiadas pelas territorialidades dos garimpeiros, tais populações tradicionais têm contestado as práticas da COG e reivindicado seus direitos sobre a terra, sobretudo em defesa de uma maior autonomia para conduzir o desenvolvimento econômico dentro de seus territórios (MENKE; PÉREZ, 2012). Sendo assim, as territorialidades dos garimpeiros estão na ponta de um jogo político, com assimétricas relações de poder, que diz respeito à soberania nacional e à delicada relação entre o governo e as autoridades quilombolas. Nesse particular, ao contrário da OCS, que tentou afetar a economia informal da garimpagem, majoritariamente controlada por quilombolas, através da estigmatização do garimpeiro e do combate e desarticulação da atividade no interior, a OGoudS tem tentado criar mecanismos mais “amigáveis” para instituir a presença e o controle do Estado nas áreas onde o garimpo se desenvolve informalmente, inclusive naquelas relacionadas às territorialidades de indígenas e quilombolas.

Conforme demonstramos anteriormente (capítulo 6), as populações tradicionais do interior, por décadas, foram excluídas do desenvolvimento econômico do país. No entanto,

²⁶⁹ “De voorzieningen zijn gericht op duurzame gemeenschapsontwikkeling en zijn bijvoorbeeld: scholing, dokterspost, een politiepost, een vuilophaaldienst, etc.” (OGS, 2011a, p. 5).

devido à economia informal do ouro, essa lógica tem sido alterada, pois não somente tem levado desenvolvimento para o interior, mas, principalmente, contribuído para a ascensão econômica (e política) de grupos quilombolas e indígenas. Assim, a intervenção do governo nos garimpos, através da OGoudS, tem ocasionado contestações acerca da tentativa de impor novas regras, interações e significados que afetam as territorialidades que emergiram informalmente no interior em torno da garimpagem de ouro e, por muitos anos, foram ignoradas pelos sucessivos governos.

Se não bastassem as resistências supramencionadas, a COG, mesmo com o apoio das instituições de segurança do Estado, tem encontrado grandes dificuldades em conter os conflitos no interior relacionados com a atividade aurífera informal (conforme os casos ocorridos em Klaaskreek e Maripastonkreek, registrados na seção anterior). Assim, envolvendo as mesmas situações e problemas demonstrados anteriormente (cf. seção 9.1), garimpeiros e populações tradicionais, em alguns contextos, entram em conflito por divergências culturais ou de interesses econômicos em torno do garimpo; mas, em outros, se articulam e desenvolvem ações conjuntas para instalar garimpos dentro dos limites de grandes empresas ou até mesmo de concessões pertencentes a pequenos grupos da elite urbana da capital, ou ainda em áreas de proteção ambiental.

Diante do exposto, podemos argumentar que, mesmo com a intervenção do governo surinamês, os conflitos e tensões geralmente são abrandados a partir do momento em que garimpeiros, quilombolas e, em menor medida, indígenas conseguem definir, em meio às suas territorialidades e interesses específicos, negociações e acordos informais para a exploração do ouro no interior do país. Contudo, cabe salientar que, mesmo com o estabelecimento de solidariedades limitadas em prol dos ganhos com a garimpagem, a conflitividade continua potencialmente presente, sobretudo em decorrência de divergências culturais potencializadas pela coexistência das territorialidades interessadas nessa atividade. Assim, apesar dos esforços do Estado para se fazer presente no interior, a partir das diretrizes estabelecidas pela OGoudS, as formas locais de regulação criadas informalmente por tal coexistência ainda prevalecem e ditam as regras, interações e significados predominantes no interior do país. Logo, o confronto entre as normatizações formais, oriundas do Estado, e aquelas emergidas informalmente estimulam variadas articulações, de acordo com os interesses dos contextos e grupos envolvidos, que ora agregam forças, ora divergem, redefinindo constantemente as geometrias de poder em meio às tensões e conflitos entre as territorialidades dos garimpeiros, dos quilombolas, dos indígenas e do governo do Suriname.

[*****]

Ao compararmos os entrelaçamentos nos territórios envolvendo as territorialidades dos garimpeiros no Suriname com aqueles que ocorreram no Brasil (capítulos 4 e 5), percebemos que as alterações dos fios e dos agentes produziram emaranhamentos distintos, com regras, interações e significados peculiares. Dentre as principais diferenças envolvendo as territorialidades dos garimpeiros, frente à discussão travada nesta parte da tese, gostaríamos de destacar três.

A primeira diz respeito às relações entre os garimpeiros e os povos tradicionais. No Brasil, os conflitos com indígenas eram marcados por forte posicionamento de grande parte dessa população tradicional contra a garimpagem em seus territórios. No auge do garimpo na Amazônia brasileira, numa mão, existia pouca definição com amparo legal acerca das terras indígenas; na outra, um grande incentivo do próprio Estado em relação à atividade (criando, inclusive, reservas garimpeiras em áreas notadamente pertencentes aos indígenas), favorecendo assim a expansão das territorialidades dos garimpeiros e, conseqüentemente, dos conflitos. No caso do Suriname, os garimpeiros iniciaram suas atividades em meio à ausência do Estado e, sobretudo, buscando relação e parceria com os quilombolas. De certo modo, ao contrário dos indígenas no Brasil, os quilombolas surinameses possuíam familiaridade com o fenômeno da mineração desde o século XIX (VLETTER; HAKSTEGE, 1998; THEIJE; HEEMSKERK, 2011). Vale acrescentar que, ao contrário do Brasil, onde inúmeras organizações e segmentos da sociedade civil passaram a contestar a garimpagem na Amazônia e, sobretudo, levantaram questões em defesa dos direitos dos índios, no Suriname o início dos cruzamentos de trajetórias entre as territorialidades dos garimpeiros e dos quilombolas aconteceu durante uma turbulenta guerra civil, possibilitando assim o encontro desses dois agentes excluídos em seus respectivos países. Nesse sentido, os diversos eventos analisados aqui contribuíram para que as transterritorialidades, envolvendo principalmente garimpeiros e quilombolas, contribuíssem para a emergência de novas territorialidades e territorializações, com regras, dinâmicas e significados próprios em torno dessa atividade, por meio de uma clara divisão do trabalho e parceria motivada pelo interesse mútuo de obter ganhos com a mineração informal do ouro.

A segunda diferença diz respeito ao papel das intervenções internacionais, pois, no Brasil, o fim dos anos 1980 e o início dos 1990 foram marcados por forte pressão, principalmente de ONGs e organismos supranacionais, em defesa da Amazônia e dos povos

autóctones. Nesse sentido, o Estado anfitrião da Eco-92 estabeleceu uma série de ações visando apresentar rápida resposta para as demandas e críticas internacionais, que, dentre outras medidas, incluiu a demarcação de terras indígenas e o combate à garimpagem. Já a porção da Pan-Amazônia surinamesa estava imersa em contextos distintos, pois a própria instabilidade político-econômica em que o país se encontrava, juntamente com outros eventos, durante o recorte temporal analisado, freou quaisquer possibilidades de intervenção internacional semelhante à que ocorreu no Brasil.

Por fim, ressaltamos a evidente diferença entre o papel assumido pelos sucessivos governos de cada país diante do *boom* da garimpagem. O crescimento da atividade no Brasil teve forte influência da política engendrada pelos governos militares, ao passo que no Suriname o processo ocorreu através da relação direta entre grupos insurgentes quilombolas e os primeiros garimpeiros que buscavam novas áreas de garimpagem no território. No caso específico do Suriname, a atividade aurífera desenvolvida no interior do país foi sendo ignorada por anos, sendo tal postura paulatinamente alterada desde o início dos anos 2000. Contudo, duas semelhanças são marcantes: uma diz respeito ao fato de a atividade ter se expandido de modo informal em áreas do território com rarefeita (ou ausente) presença do Estado; a outra se refere ao fato de que a crise econômica vivida por ambos estimulou, tanto no Brasil (nos anos 1980) quanto no Suriname (principalmente a partir da década de 1990), políticas voltadas para o desenvolvimento de mecanismos visando reter a produção de ouro informal nos cofres públicos do país, ampliando, dentre outras ações, a capilaridade dos agentes responsáveis pela compra de ouro e, em consequência, aumentando a dita “produção oficial”. Desse modo, podemos argumentar que, apesar de ser altamente estigmatizada e, em certa medida, comumente combatida por meio de contraditórias políticas adotadas pelos Estados em tela, nos momentos de crise econômica a garimpagem contribuiu sobremaneira para absorver grande parte da mão de obra desempregada, assim como a produção oriunda dessa atividade auxiliou nos esforços voltados para equilibrar a economia dos dois países.

Ainda em relação à última comparação, cabe destacar as diferenças relacionadas com as políticas adotadas e as imagens construídas e/ou defendidas pelos distintos governos acerca dos garimpeiros e da garimpagem. No Brasil, durante o início do *boom* da garimpagem na Amazônia, o garimpeiro estava fortemente associado à figura do pioneirismo e, de certo modo, como um agente que contribuía decisivamente para a ocupação da região. No entanto, por influência dos eventos ocorridos sobretudo entre os anos 1980 e 1990, tanto o garimpeiro quanto a garimpagem passaram a ser interpretados dentro de outros parâmetros, tornando-se

um problema a ser resolvido, o que culminou em ações que visavam desarticular a atividade. Já no Suriname, salvo as especificidades dos emaranhamentos constituídos em cada país, podemos dizer que tais imagens, partindo dos discursos oficiais, seguiram o sentido inverso. De início, paralelamente à postura *laissez-faire* adotada pelos governos do Suriname, os garimpeiros foram amplamente estigmatizados, principalmente nos meios de comunicação, como usurpadores das riquezas do país, sendo, dessa maneira, constantemente percebidos como “invasores” pela grande maioria da população surinamesa e pelos grupos políticos hegemônicos do país. Mais recentemente, apesar de ainda predominarem tais imagens estereotipadas, o atual governo tem procurado construir um novo discurso sem criminalizar os garimpeiros, inclusive esclarecendo sua importância para a economia do país, enquanto busca estabelecer a presença do Estado para formalizar a mineração aurífera em pequena escala no interior.

Como demonstrado ao longo da tese, as geografias morais direcionadas às territorialidades dos garimpeiros contribuíram para dar fôlego e justificativa às diversas políticas adotadas, em distintos momentos, tanto no Brasil quanto no Suriname. Dentre os exemplos registrados ao longo dos capítulos, vale lembrar a criação de reservas garimpeiras, a intervenção em Serra Pelada e a Operação Selva Livre, no Brasil; a Operação Clean Sweep e a Ordening Goud Sector, no Suriname. Tais políticas têm influenciado decisivamente nas dinâmicas das territorialidades envolvidas, alterando as regras de in/out, as interações espaciais e a superfície-profundidade dos territórios dos garimpos em meio à complexa realidade multiterritorial, redesenhando assim a geografia da mineração aurífera, que acontece majoritariamente de modo clandestino e informal não somente no Brasil e no Suriname, mas também nos demais países da Pan-Amazônia.

Conclusões

Algumas respostas e novas dúvidas para as mesmas obsessões

“Faço, desfaço, refaço”

(Denise Stocklos, atriz brasileira; Louise Bourgeois, artista plástica francesa)

Como foi possível perceber, não optamos por deixar todas as conclusões para este momento da tese, pois algumas, principalmente aquelas em perspectiva comparada entre os processos ocorridos no Brasil e no Suriname, já foram expostas no final da terceira e última parte. Aqui, pretendemos concluir sintetizando algumas respostas construídas a partir das inquietações originadas pelo recorte feito na questão central e, também, nas respectivas subquestões registradas na introdução (tratadas e respondidas, em nosso entendimento, durante o percurso deste estudo).

Cabe destacar que, neste momento, não temos a intenção de estabelecer um “ponto”, mas, sim, “vírgulas”, para possibilitar a abertura de novos desafios. Dessa forma, reforçamos a compreensão em torno de um dos principais sentidos atrelados à tese de doutoramento: construir uma proposta intelectual para o decorrer de nossa vida acadêmica, sendo esta amadurecida desde a graduação e “refinada” nessa fase formativa, a partir da interação constante entre o teórico proposto e o empírico delineado. Em suma, mais do que uma análise da realidade enfocada ao longo deste trabalho, a tese é a totalidade da nossa vida intelectual-acadêmica, sendo a abertura de um projeto teórico maior e mais denso a ser escrito nos (des)caminhos das leituras teóricas e análises empíricas futuras.

Dito isto, vamos retomar a questão central: como as territorialidades dos garimpeiros, manifestadas especialmente através de suas mobilidades, visando sustentar projetos pessoais, contribuem para (re)desenhar as geografias da garimpagem aurífera na Pan-Amazônia? Vale também resgatar o “recorte” que fizemos: de que maneira os itinerários e emaranhamentos envolvendo as territorialidades de garimpeiros no e para o Suriname estão imersos em complexos contextos multiterritoriais, marcados por distintas regras, interações e significados coexistentes e/ou sobrepostos? Desse modo, tendo em vista que as subquestões elencadas na introdução, além de roteirizar as partes dois e três da tese, corroboram sobremaneira o entendimento das duas questões em tela, inserindo mais elementos explicativos, apresentaremos nossas conclusões refazendo o percurso da tese, enquanto, ao mesmo tempo, tentaremos responder a todas as interrogações que motivaram este trabalho.

Na parte II, sem perdemos de vista o marco teórico desenvolvido, partimos dos ensinamentos deixados pelo geógrafo Milton Santos, a fim de compreender os processos históricos que contribuíram para (re)direcionar as dinâmicas territoriais envolvendo os garimpeiros. Nesse particular, ao analisarmos os cruzamentos de uma série de eventos, buscamos demonstrar que, num primeiro momento, tais trabalhadores estavam territorializados quase exclusivamente no interior do território brasileiro, mas, em seguida, sobretudo a partir do final dos anos 1980, tais territorialidades ampliaram suas práticas para diversos países da Pan-Amazônia, inclusive para o Suriname, estabelecendo assim novos itinerários transnacionalizados e inserindo-se em emaranhamentos ainda mais complexos e conflitivos. Enfatizamos, também, que as políticas engendradas pelos sucessivos governos brasileiros, discutidos dentro do recorte temporal adotado, estavam amparadas em discursos e imagens direcionados aos garimpeiros e garimpos que ora tornavam os emaranhamentos mais favoráveis à garimpagem, ora reprimiam a atividade. Cabe salientar que as distintas geografias morais propagadas pelos diferentes governos, e reforçadas pelos meios de comunicação, contribuíram para justificar e legitimar uma série de mudanças normativas que, em certas ocasiões, colaboraram para que o Estado estimulasse a expansão de garimpos e, em outras, combatesse e criminalizasse os garimpeiros e, por extensão, a garimpagem. Dentre os vários exemplos analisados em nossa tese, corroborando tal reflexão, cumpre recordar a criação de reservas garimpeiras, a intervenção estatal em Serra Pelada, as mudanças na legislação relacionada à mineração, a homologação da Terra Indígena Yanomami e a Operação Selva Livre.

As consequências da multiplicidade de forças e perspectivas marcadas pelas coexistências e/ou superposições presentes nesta complexa realidade multiterritorial contribuíram para discutirmos e analisarmos quatro principais contextos conflitivos intimamente relacionados aos itinerários e emaranhamentos envolvendo as territorialidades dos garimpeiros. Assim, abordamos a degradação ambiental, as tensões em alguns trechos da fronteira internacional da Amazônia brasileira com outros países e os conflitos com as empresas de mineração e com os indígenas – quanto a estes últimos, dedicamos maior atenção à análise dos conflitos entre as territorialidades dos garimpeiros e dos indígenas da etnia Yanomami, perscrutando assim as práticas desses protagonistas, as alterações na legislação motivadas por essa conflitividade e, especialmente, as geometrias de poder configuradas a partir de distintas escalas de articulação na tentativa de contestar territórios e territorialidades e, em especial, reivindicar interesses de cada grupo implicado.

Isto posto, demonstramos os eventos que contribuíram para estimular, num primeiro momento, a expansão das territorialidades dos garimpeiros na Amazônia brasileira e, em outro, aqueles que ocasionaram a desterritorialização de parte destes agentes para além dos limites nacionais. Por isso, dedicamos atenção a analisar e perceber quais os principais eventos impactados no Suriname que estimularam tais mobilidades em direção ao referido país, contribuindo para a reterritorialização de parte dos garimpeiros que saíram do território brasileiro para buscar concretizar seu sonho de bamburrar, ainda que fosse em outro país da Pan-Amazônia.

Dentre os eventos analisados no Suriname, vale destacar a guerra civil (1986-1992), sendo esta considerada o principal evento que contribuiu para a chegada dos primeiros garimpeiros ao Suriname, muito provavelmente para trabalhar nas dragas que operavam no rio Lawa. Durante a guerra, a porção oriental do território surinamês, na fronteira com a Guiana Francesa, foi isolada pelo Estado por conta do controle exercido pelo grupo guerrilheiro formado por quilombolas (Jungle Commando), constituído majoritariamente por membros da etnia Ndjuka e, em proporção menor, Saramaka e Paramaka. Tal ausência do Estado, sobretudo durante a guerra civil, contribuiu para potencializar os primeiros encontros entre as territorialidades dos garimpeiros e dos quilombolas pertencentes às etnias mencionadas. Em pouco tempo, o interesse comum em relação ao ouro estimulou o estabelecimento de solidariedades em torno da garimpagem, por meio de regras, interações e significados específicos para o desenvolvimento da atividade. A coexistência e os lucros obtidos com os novos garimpos passaram a atrair novas levas de garimpeiros, que reterritorializaram suas

práticas na floresta surinamesa e, em pouco tempo, passaram a transmitir aos quilombolas algumas técnicas de garimpagem criadas exclusivamente na Amazônia brasileira – por exemplo, o garimpo de bico-jato (técnica até hoje predominante no Suriname). Também discutimos uma série de eventos entrelaçados que contribuíram para favorecer a ininterrupta expansão da presença dos garimpeiros e da garimpagem aurífera no Suriname, majoritariamente informal, mesmo após o término da guerra civil. Por fim, para consubstanciar os desdobramentos evidenciados na parte III da tese, analisamos a Decreto de Mineração E-58 (*Decreet Mijnbouw*), vigente desde maio de 1986. Não é demais lembrar que essa legislação foi elaborada muito antes da chegada dos primeiros garimpeiros oriundos do Brasil ao Suriname, cuja presença alterou regras, interações e significados, além de potencializar a conflitividade no interior e elevar significativamente o volume da produção de ouro do país.

Vale ressaltar que, ao elaborarmos a parte II da tese, percorrendo as subquestões apontadas, preenchemos uma importante lacuna na literatura sobre o tema, pois havia uma carência de sistematização dos eventos para oferecer explicações mais consistentes acerca dos fatores que influenciaram os processos de des-re-territorialização dos garimpeiros, atualmente espalhados pela Pan-Amazônia e, em particular, articulados através de complexos territórios-rede transnacionalmente articulados. Acreditamos, então, ter oferecido novos subsídios para ampliar o entendimento concernente aos complexos fatores históricos, políticos e econômicos, impactados principalmente no Brasil e no Suriname, que contribuíram para (re)direcionar as mobilidades e (re)ordenar a garimpagem aurífera no cerne da Pan-Amazônia, especialmente nas últimas três décadas.

Na parte III, centramos atenção nos itinerários e emaranhamentos envolvendo as territorialidades dos garimpeiros no e para o Suriname. Assim, entendendo que a multiterritorialidade, constituída por uma miríade de emaranhamentos, abre geografias com inúmeras possibilidades para a efetivação de práticas que ocasionam processos territoriais (no caso específico da presente tese, os processos de *des-*, *re-* e *trans-* territorialidades), demonstramos as complexas dinâmicas que envolvem os garimpeiros; e, partindo daí, analisamos como esses brasileiros transgridem, se inserem e/ou são inseridos em variadas relações de poder atreladas à atividade da mineração do ouro em pequena escala no Suriname, abarcando diversos agentes tanto nesse país de destino quanto ao longo dos itinerários percorridos no Platô das Guianas.

No que diz respeito aos itinerários, demonstramos que os garimpeiros articulam distintas infraestruturas, tanto implementadas pelos Estados quanto estabelecidas espontaneamente por eles, para levar a cabo suas mobilidades transnacionais em direção ao Suriname. E percebemos que, independentemente do local de início da jornada no Brasil, eles comumente consideram apenas Boa Vista, Belém ou Macapá como ponto de partida dos caminhos percorridos. Além disso, em meio à complexa malha de itinerários, conseguimos mapear as principais localidades acionadas pelos garimpeiros, desde a saída do Brasil até alcançarem os garimpos no país de destino. Assim, juntamente com as três mencionadas, vale destacar a importância de Bonfim e Oiapoque, no Brasil; o bairro conhecido como Bourda (em Georgetown), além de Moleson Creek e Corriverton, na Guiana; Saint-Laurent-du-Maroni, Saint-Georges-de-l'Oyapock e Maripasoula, na Guiana Francesa; e Nieuw Nickerie, Benzdorp, Albina e Belenzinho (Paramaribo), no Suriname (FIGURA 4, p. 267). Convém ressaltar que a conjugação dessas localidades, cartografando rotas específicas, está intimamente atrelada à efetivação das escolhas dos garimpeiros, por exemplo, em relação às estratégias desenvolvidas e às infraestruturas disponíveis.

No tocante às estratégias, demonstramos o peso da motilidade para a efetivação das práticas territoriais desenvolvidas em meio à multiterritorialidade, não somente influenciando na definição de itinerários e estratégias de contornamento, mas, sobretudo, ocasionando relações de poder entre os próprios garimpeiros no cerne das práticas presentes na trama de percursos entre o Brasil e o Suriname. Dentre os exemplos analisados, vale recordar aqueles referentes aos acessos, habilidades e apropriações relacionados com a varação a partir de trilhas clandestinas criadas pelos garimpeiros. Outro aspecto importante refere-se ao fato de as mobilidades iniciadas a partir de Boa Vista recorrerem, em sua maioria, às estratégias de entrada como “turista”, ao passo que, a partir de Macapá, a varação é predominante – apesar de também existir significativa quantidade de garimpeiros que entram irregularmente através de varadouros na fronteira entre o Brasil e a Guiana.

Ao analisarmos a apreensão dos garimpeiros acerca das possibilidades presentes em sua multiterritorialidade para efetivação de práticas transterritoriais, reforçamos, ainda que partindo de outro ângulo teórico, o posicionamento de Póvoa Neto (1998b; 2005); destarte, além de refutarmos o predominante discurso estereotipado de que os garimpeiros “se lançam de modo aventureiro e sem planejamento”, discutimos que as decisões e a definição das rotas são fortemente influenciadas por uma série de fatores que transitam desde o particular (inclusive morais) até contextos mais amplos. Seguindo esse entendimento, e articulando com

as contribuições de Sheller e Urry (2006), enfatizamos a importância de se considerarem as conexões entre as variadas formas de mobilidades de pessoas, objetos, informações e imagens, a fim de se entender a complexidade dos processos transterritoriais. Especificamente no tocante às mobilidades comunicativas, ressaltamos a relevância das centrais de rádio no auxílio à construção de imagens que consubstanciam a elaboração das estratégias pessoais para o empreendimento migratório dos garimpeiros.

Sobre a origem dos trabalhadores analisados em nossa tese, corroboramos as afirmações de outros autores ao argumentarem que a maioria é oriunda dos estados do Maranhão e do Pará (HÖFS, 2006; THEIJE, 2006, 2008); no entanto, avançamos com a identificação dos principais municípios de onde partem os garimpeiros que trabalham no Suriname (MAPA 15, p. 280). Também percebemos de que modo, no imaginário garimpeiro, o lugar de origem de cada trabalhador influencia sobremaneira na motilidade e, conseqüentemente, nas relações de poder, chegando a ser preponderante para incluir ou excluir tais agentes em determinados territórios.

Ao nos debruçarmos de modo mais detido no entendimento dos garimpos situados no Suriname, foi possível elaborar um mapa estabelecendo seis áreas caracterizadas por intensas mobilidades desses agentes, assim como identificar as principais concentrações da mineração informal em pequena escala situadas na floresta amazônica surinamesa (MAPA 17, p. 295). Dentre as principais territorializações relacionadas à atividade, e por extensão aos garimpeiros, vale mencionar as corrutelas de Benzdorp, Vila Brasil, Merian, Alimonie e Antônio do Brinco; os garimpos de bico-jato situados próximos a alguns igarapés nas encostas das montanhas de Manlobi, Goliath, Wintiwai, Krabudoin e Brokolonko, assim como em alguns tributários do Kleine Saramacca e “Grankreek”; e as dragas e balsas que operam, mormente, em alguns pontos específicos do rio Marowijne. As intensas mobilidades de garimpeiros e demais agentes entre garimpos, corrutelas e cidades envolvidas direta e indiretamente com a atividade em tela estimularam a emergência de uma complexa infraestrutura, tanto formal quanto informal, de suporte e favorecimento das mobilidades de pessoas, objetos, informações e imagens para o interior do Suriname. Logo, se de um lado as empresas de telefonia e aviação expandiram seus negócios e aumentaram a densidade do volume de operações relacionadas com o interior (leia-se, principalmente, com os territórios das comunidades tradicionais e os territórios da garimpagem aurífera), de outro, os quilombolas passaram a controlar, quase exclusivamente e de modo informal, o sistema de transporte fluvial para o interior, especialmente para os garimpos.

No cerne dessas intensas mobilidades e territorializações, tem se configurado, ao longo dos anos, uma complexa e contenciosa geografia multiterritorial a partir da superposição de territórios e territorialidades envolvendo, especialmente, garimpeiros, quilombolas, indígenas, empresas de mineração que atuam tanto em média quanto em grande escala e Estado. Em meio aos encontros e cruzamentos de trajetórias dos agentes envolvidos, articulam-se distintas geometrias de poder, pois, dependendo de cada contexto e dos interesses específicos em jogo, certas territorialidades estabelecem ações em conjunto ou, até mesmo, entram em conflito. Nesse particular, garimpeiros e quilombolas, protagonistas nas dinâmicas informais relacionadas à garimpagem do ouro, vêm desenvolvendo solidariedades em prol da obtenção de ganhos com a referida atividade. Tais territorialidades, assentadas em frágeis pactos sociais em torno do interesse mútuo pelo ouro, equilibram uma coexistência aparentemente pacífica através de regras e interações claramente definidas, mas ao mesmo tempo camuflam contextos altamente conflitivos associados às contradições morais (abarcando, entre outros, aspectos culturais e religiosos) existentes entre tais agentes. Todavia, se em alguns contextos ambos entram em conflito, em outros eles articulam estratégias conjuntas, visando, por exemplo, expandir os territórios da garimpagem aurífera, defender a manutenção das atividades informais nos territórios consolidados e, também, contestar práticas engendradas tanto por empresas de mineração quanto pelo Estado.

Consoante o que foi exposto, asseveramos que a expansão da garimpagem aurífera no Suriname e, por extensão, das territorialidades dos garimpeiros, imersa numa realidade multiterritorial marcada por assimétricas relações de poder, tem contribuído, de um lado, para potencializar o grau de insegurança no interior e, por outro, vem aumentando a relativa dependência da economia em relação à produção oriunda da mineração informal em pequena escala. Isto posto, discorreremos sobre as distintas posturas, por vezes contraditórias, adotadas pelos sucessivos governos do Suriname. Para tanto, focamos especialmente nas duas mais significativas políticas de governo voltadas aos territórios dos garimpos e às territorialidades dos garimpeiros: a Operação Clean Sweep (2008-2009) e a Ordening Goud Sector (iniciada em 2010, mas que ainda se encontra em desenvolvimento).

Transitando do discurso da criminalização e das práticas excludentes para um tom mais “amigável” e voltado à incorporação e regularização desses trabalhadores informais, analisamos como as geografias morais, através da construção de imagens sobre os garimpeiros e a atividade da garimpagem aurífera, são utilizadas com relativo peso, visando legitimar e justificar práticas na tentativa de estabelecer a presença do Estado no interior. Concluimos

ainda que os governos do Suriname, desde o início do *boom* da presença de garimpeiros em seu território até o momento hodierno, em geral adotaram o *laissez-faire* como principal postura frente à expansão da garimpagem aurífera informal. Por consequência, as raras intervenções, como as duas já citadas e analisadas neste trabalho, refletem a pouca habilidade dos governos em lidar com as duas problemáticas mais delicadas, intimamente relacionadas e incrustadas em seu território: a primeira diz respeito aos interesses em instituir a presença do Estado e assumir o controle da mineração em pequena escala no interior do país, atividade esta desenvolvida majoritariamente na informalidade e que emergiu por meio de encontros e articulações entre territorialidades que sofreram fortes processos de exclusão em seus respectivos países (garimpeiros no Brasil, quilombolas no Suriname); já a segunda se relaciona com as dificuldades em dialogar e buscar resoluções efetivas em prol do atendimento às históricas reivindicações e contestações das inúmeras etnias das populações quilombolas e indígenas. Na maioria dos casos, tais situações são potencializadas em decorrência do fato de que muitos grupos tradicionais estão envolvidos, de algum modo, no setor do ouro. Sendo assim, atentamos que, para além da conflitividade intimamente atrelada à garimpagem, as territorialidades dos garimpeiros no Suriname também gravitam em outros variados contextos conflitivos, que estão enraizados, em alguns casos, desde antes da emancipação do país e que, principalmente, envolvem, de um lado, a elite política urbana e, de outro, as populações tradicionais. Essas e outras assimétricas geometrias de poder colocam os garimpeiros, imersos em distintas moralidades e transitando entre diferentes territórios (e territorialidades), em posição desvantajosa na maioria dessas complexas relações.

Os resultados e respostas obtidos na parte III oferecem elementos que ainda não haviam sido abordados em estudos anteriores sobre os garimpeiros (e a garimpagem aurífera) no Suriname. Dentre eles, importa destacar o levantamento dos itinerários e a análise dos emaranhamentos, considerando as articulações transnacionais dessas mobilidades e, em especial, sua imersão num contexto multiterritorial marcado por relações de poder assimétricas. Além disso, introduzimos na discussão uma leitura que considera o peso das geografias morais para influenciar e, até mesmo, justificar práticas excludentes direcionadas às territorialidades dos garimpeiros e aos territórios da garimpagem. Estamos seguros de que essa contribuição de análises, em especial no Suriname, juntamente com os mapeamentos realizados, os esquemas geográficos elaborados e o levantamento fotográfico, oferece novos elementos que podem auxiliar futuros estudos relacionados ao tema.

Ao chegarmos neste ponto das conclusões, cremos que alcançamos o objetivo geral externado na introdução: analisar as territorialidades dos garimpeiros, entendendo que itinerários e territorializações são constituídos em meio a um complexo contexto multiterritorial que tem se (re)definido historicamente. Ademais, ao mesmo tempo em que acreditamos ter conseguido apresentar respostas sintéticas às questões e às subquestões – e, por extensão, alcançamos satisfatoriamente o objetivo geral – implicadas neste estudo, e que estão pormenorizadas ao longo dele, buscamos oferecer uma noção sistematizada e panorâmica acerca dos itinerários e emaranhamentos envolvendo as territorialidades dos garimpeiros, levando em conta a importância das mobilidades desses agentes na reordenação das geografias relacionadas à garimpagem aurífera na Pan-Amazônia (tendo, por ora, o Brasil e o Suriname como foco de atenção).

Contudo, acreditamos que este trabalho de doutoramento também trouxe contribuições originais em outras frentes, para além da problemática estabelecida, especialmente do ponto de vista do método de interpretação e do método de investigação²⁷⁰. Desta maneira, para demonstrarmos alguns pontos que julgamos mais relevantes (e, por que não dizer, “polêmicos”), faz-se mister recordarmos o que está exposto na parte I da presente tese.

No que tange ao esforço de elaboração de um marco teórico diferenciado, gostaríamos de destacar alguns aspectos. Primeiro, redirecionamos a discussão de multiterritorialidade, contribuindo assim para estimular o debate crítico e, sobretudo, reforçar a importância da manutenção da polivocalidade no cerne dos grandes debates contemporâneos travados pela Geografia brasileira. Para isso, consideramos como crucial ao desenvolvimento da nossa argumentação teórica resgatar o sentido de multiterritorialidade como “exacerbação das possibilidades”. Tal entendimento é sinalizado em *O mito da desterritorialização* (HAESBAERT, 2004), mas, tanto no mencionado livro quanto nos trabalhos posteriores desse e de outros autores que abordam a discussão, tais “possibilidades” têm sido negligenciadas ou, então, timidamente tratadas. Segundo, procuramos extrapolar a ideia de “trânsito” entre territórios e territorialidades, interpretação esta muito presente nas discussões de transterritorialidade (ou multi/transterritorialidade), para inserir outros ricos elementos disponíveis nos recentes debates atrelados às mobilidades, em especial os desenvolvidos entre os teóricos do chamado *mobility turn* (valendo destacar os diálogos que fizemos com KAUFFMAN, 2002; SELLER; URRY, 2006; URRY, 2007; CRESSWELL, 2010b).

²⁷⁰ Alguns autores, como Moraes e Costa (1987), denominam como método de pesquisa. Entendemos que “método de investigação” e “método de pesquisa” referem-se à mesma coisa, além de diferirem do significado atrelado ao “método de interpretação” (já esclarecidos na introdução desta tese).

Terceiro, ampliamos o entendimento do conceito de emaranhamento – de suma importância em nossa tese –, proposto inicialmente por Sharp et al. (2000), incluindo novos elementos para sua análise (por exemplo, a moral). Quarto, trouxemos à baila algumas contribuições teóricas elaboradas pelo geógrafo Robert David Sack (1992, 1997, 2003, 2010) pouco tratadas na geografia brasileira. Cumpre salientar que, no nosso entendimento, Sack provavelmente é um dos autores de Geografia, de língua inglesa, mais citados entre os geógrafos brasileiros, especialmente por aqueles que discutem territorialidade; mas, infelizmente, sua rica obra publicada após *Human territoriality: its theory and history* (SACK, 1986) ainda é pouco aprofundada pelos geógrafos do país.

Já sobre o método de investigação, acreditamos que conseguimos estruturar uma contribuição metodológica original, visando auxiliar futuros estudos interessados em trabalhar com mobilidades e, inclusive, com garimpos em plena atividade. Ao buscarmos contribuições em outras áreas do conhecimento para suprir nossas necessidades durante as pesquisas de campo, recorreremos a importantes autores que ofereceram os subsídios adequados para o atendimento das demandas e das especificidades que foram surgindo ao longo da pesquisa. Assim, empregamos de modo sistematizado e complementar os ensinamentos presentes nas discussões acerca das etnografias móveis (BÆRENHOLDT et al., 2004; BÜSCHER; URRY, 2009; FINCHAM; MCGUINNESS; MURRAY, 2010; BÜSCHER; URRY; WITCHGER, 2011), da observação participante (NOGUEIRA, 1968; WHYTE, 2005; CRANG; COOK, 2007; FETTERMAN, 2010) e das práticas discursivas (BAKHTIN, 1979, 2004; SPINK; MEDRADO, 2004), a fim de podermos elaborar um método de investigação sofisticado, rigoroso e, sobretudo, que atendesse adequadamente às dificuldades encontradas para pesquisarmos de maneira acurada as mobilidades transgressoras dos garimpeiros.

Ao caminharmos para o término destas conclusões, importa sublinhar que, a partir do exemplo das territorialidades dos garimpeiros no e para o Suriname, foi possível refletir um pouco mais acerca do posicionamento teórico que elaboramos e propomos aqui: na multiterritorialidade percebemos os campos de forças e as perspectivas que influenciam nossas práticas, abrindo assim geografias que possibilitam perversidades, transgressões e, principalmente, esperanças de que um mundo melhor é possível e está ao nosso alcance, diante de nós, mesmo que para isso seja preciso se lançar em territórios – e territorialidades – (im)possíveis. Especificamente sobre o trabalho em tela, mesmo diante das adversidades demonstradas ao longo dos capítulos, os garimpeiros estabelecem complexas práticas transterritoriais em meio às possibilidades percebidas na multiterritorialidade, com o objetivo

de buscar melhores oportunidades de vida – ainda que isso signifique trabalhar em garimpos localizados em outros países, longe de sua terra, de seus entes queridos. É a reinvenção e readaptação cotidiana de uma insegurança próspera que se redefine constantemente pelo fato de esses agentes estarem vivendo dia a dia “no limite”.

Para finalizar, mesmo acreditando ter conseguido encontrar algumas respostas satisfatórias para as inquietações traçadas nesta tese, não podemos deixar de registrar que inúmeras outras emergem diante dos próprios avanços encontrados a partir daqui. Logo, é pertinente apontarmos algumas novas questões que pairam neste momento:

- i) Quais as influências e, sobretudo, o peso cotidiano das imagens estigmatizadas sobre os garimpeiros em relação aos demais brasileiros que vivem em Paramaribo, mais especificamente no Belenzinho?
- ii) Quais as similitudes e disparidades quando comparamos os itinerários e emaranhamentos envolvendo as territorialidades dos garimpeiros e dos demais grupos envolvidos direta e indiretamente com a garimpagem na Pan-Amazônia, como empresários de garimpo, trabalhadoras sexuais, frente pioneira religiosa, dentre outros?
- iii) De que maneira cada Estado que compõe a Pan-Amazônia, em especial aqueles que estão no Platô das Guianas, se posiciona em relação às territorialidades dos garimpeiros em seus respectivos países?
- iv) Nos demais países da Pan-Amazônia notadamente com presença brasileira nos garimpos, as territorialidades dos garimpeiros coexistem com as territorialidades de populações tradicionais em áreas de garimpagem? De que maneira ocorreram e ocorrem os encontros e cruzamentos de trajetórias entre tais territorialidades?

Como enfatizado no título destas conclusões, terminamos esta etapa, felizmente, com novas questões engatadas às mesmas obsessões. Dessa maneira, estabelecemos aqui uma pausa motivadora para, em breve, travarmos novos diálogos e mantermos aceso o devir de nossas reflexões e inquietações. Ademais, fazemos votos por mais encontros e cruzamentos de trajetórias que estimulem nossos pensamentos e atitudes para nos lançarmos (ainda que repletos de insegurança) ao novo, ao desconfortável e ao marginal em busca de outras conexões (im)possíveis, pois cremos que assim descortinaremos novos horizontes em prol da sustentação de nossos projetos, ou seja, de nossas próprias geografias.

Referências

ABS, Algemeen Bureau voor de Statistiek. **Landelijke resultaten:** demografische en sociale karakteristieken. Paramaribo: ABS, 2006. 1 v.

ABS, Algemeen Bureau voor de Statistiek. **Verkeers- en Vervoersstatistieken (2000-2008).** Paramaribo: ABS, 2009.

ABS, Algemeen Bureau voor de Statistiek. **Verkeers- en Vervoersstatistieken (2000-2010).** Paramaribo: ABS, 2011.

ABS, Algemeen Bureau voor de Statistiek. **Milieustatistieken.** Paramaribo: ABS, 2012.

ABS, Algemeen Bureau voor de Statistiek. **Voorlopige resultaten uit de 8^{ste} volks – en woningtelling in Suriname, Augustus 2012.** Paramaribo: ABS, 2013.

ADEY, Peter. **Mobility.** New York: Routledge, 2010.

AKAGI, Hirokatsu et al. Methylmercury pollution in the Amazon, Brazil. **The Science of the Total Environment**, v. 175, n. 2, p. 85-95, dec. 1995.

ALBERT, Bruce. Terras indígenas, política ambiental e geopolítica militar no desenvolvimento da Amazônia: a propósito do caso Yanomami. In: LÉNA, Philippe; OLIVEIRA, Adélia Engrácia de (orgs.). **Amazônia:** a fronteira agrícola 20 anos depois. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1991. p. 37-58.

ALLEN, John. **Lost geographies of power.** Oxford: Blackwell Publishing, 2003.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Continentalização dos conflitos e transformações na geopolítica das fronteiras. **Reforma Agrária**, Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA), v. 23, n. 3, set./dez. 1993. p. 69-106.

ALMEIDA, Linoberg Barbosa de. **Andarilhos:** a dimensão humana nas relações franco-brasileiras. Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais). Brasília: Universidade de Brasília, 2012.

ALMEIDA, Maria Geralda de. Diáspora: viver entre-territórios. E entre-culturas? In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério (orgs.). **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 175-195.

ALVES, Márcio Moreira. Operação Selva Livre. **O Estado de São Paulo**, 04 mar. 1993.

ANUÁRIO MINERAL BRASILEIRO. Brasília: DNPM, 1976-1991.

APPADURAI, Arjun. Sovereignty without territoriality: notes for a postnational geography. In: YAEGER, Patricia (ed.). **The Geography of identity**. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 1999. p.40-58.

ARAÚJO, Ana Valéria. Terras Indígenas no Brasil: retrospectiva, avanços e desafios do processo de reconhecimento. In: RICARDO, Fany (org.). **Terras Indígenas & Unidades de Conservação da natureza**: o desafio das sobreposições. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2004. p. 26-36.

ARAÚJO, John da Silva. **O “orientes” no “ocidente”**: observando o islã no Suriname. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais). Belém: Universidade Federal do Pará, 2009.

ARENDT, Hannah. **Da violência**. Tradução de Maria Cláudia Drummond Trindade. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1985.

AROUCK, Ronaldo de Camargo. **Brasileiros na Guiana Francesa**: fronteiras e construções de alteridades. Belém: Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA); Universidade Federal do Pará (UFPA), 2002.

ARRIGHI, Giovanni. **The long twentieth century**: money, power, and the origins of our times. London: Verso, 1994.

ARROYO, Mónica. A vulnerabilidade dos territórios nacionais latino-americanos: o papel das finanças. In: LEMOS, Amalia Inés Geraiges de; SILVEIRA, María Laura; ARROYO, Mónica (orgs.). **Questões territoriais na América Latina**. Buenos Aires, Ed. Clacso, 2006. p. 177-190.

AUGÉ, Marc. **Pour une anthropologie de la mobilité**. Paris: Éditions Payot & Rivages, 2009.

AYERBE, Luis Fernando. **Estados Unidos e América Latina**: a construção da hegemonia. São Paulo: Editora Unesp, 2002.

AZEVEDO, Aroldo de. Arraiais e corrutelas. **Boletim Paulista de Geografia**, n. 27, p. 03-26, out. 1957.

BADIE, Bertrand. **O fim dos territórios**. Ensaio sobre a desordem internacional e sobre a utilidade social do respeito. Tradução de Maria José Figueiredo. Lisboa: Instituto Piaget, 1996.

BÆRENHOLDT, Jørgen Ole et al. **Performing Tourist Places**. Aldershot: Ashgate, 2004.

BAINES, Stephen G. A fronteira Brasil-Guiana e os povos indígenas. **Revista de Estudos e Pesquisas**, v. 1, n. 1, p. 65-98, jul. 2004.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico na Ciência da Linguagem. São Paulo: Hucitec, 1979.

BAKHTIN, Mikhail. **The dialogic imagination**: four essays. Translated by Caryl Emerson and Michael Holquist. Austin: The University of Texas Press, 1981.

BAKHTIN, Mikhail. **Speech genres and other late essays**. Austin: University of Texas Press, 2004.

BARBOSA, Livia. Garimpo e meio ambiente: águas sagradas e águas profanas. **Estudos Históricos**, v. 4, n. 8, p. 229-243, 1991.

BARDI, Pietro Maria. **O ouro no Brasil**. São Paulo: Banco Sudameris Brasil, 1988.

BARRETO, Maria Laura. **Uma abordagem crítica da legislação garimpeira**: 1967-1989. Rio de Janeiro: Centro de Tecnologia Mineral (Cetem); Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), 1993. (Série Estudos e Documentos, n.19).

BARROS, Cacá. Garimpo, o perigo do mercúrio. **Brasil Mineral**, n. 55, p. 46-48, jul. 1988.

BARROS, Nilson Crocia de. **Roraima**: paisagens e tempo na Amazônia Setentrional. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1995.

BATAILLE, Georges. L'Érotisme. In: _____. **Œuvres complètes X**. Paris: Éditions Gallimard, 1987. p.7-270.

BATAILLE, Georges. Préface de «Madame Edwarda». In: _____. **Œuvres complètes X**. Paris: Éditions Gallimard, 1987. p.259-264.

BAUMAN, Zygmunt. **Culture as Praxis**. London: SAGE, 1998.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidad líquida**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2002.

BECKER, Bertha K. Gestão do território e territorialidade na Amazônia: a CVRD e os garimpeiros na Província Mineral de Carajás. In: BECKER, Bertha K.; MIRANDA, Mariana; MACHADO, Lia Osório (orgs.). **Fronteira amazônica**: questões sobre a gestão do território. Brasília: Editora Universidade de Brasília; Rio de Janeiro: Editora Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1990. p. 197-219.

BECKER, Howard S. **Outsiders**: estudos de sociologia do desvio. Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2008.

BENNETT, Katy. Participant observation. In: SHURMER-SMITH, Pamela (ed.). **Doing cultural geography**. Thousand Oaks: SAGE, 2002. p.139-149.

BERREMAN, Gerald. Por detrás de muitas máscaras. In: GUIMARÃES, Alba Zaluvar (org.). **Desvendando máscaras sociais**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1980. p. 123-174.

BIRDSALL, Stephen S. Regard, respect, and responsibility: sketches for a moral geography of the everyday. **Annals of the Association of American Geographers**, v. 86, n. 4, p. 619-629, 1996.

BÔAS, R. C. V. The mercury problem in the Amazon due to gold extraction. **Journal of Geochemical Exploration**, v. 58, n. 2, p. 217-222, apr. 1997.

BOURDIEU, Pierre. Compreender. In: _____. (org.). **A miséria do mundo**. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 693-713.

BOURGAREL, Sophie. Les réfugiés surinamiens en Guyane. **Études créoles**, v. 13, n. 2, p. 43-50, 1990.

BOUVA, Melvin. Illegale goudzoekers verjaagd uit natuurpark Brownsberg Patrouille doet 40 aanhoudingen. **De Ware Tijd**, Binnenland, 24 sept. 2007. Disponível em: <<http://www.dwtonline.com/>>. Acesso em: ago. 2010.

BRAAF, Patricia. **The role of middle management in change management programmes: a case study of Telesur**. Master's Dissertation (Business Administration Program). Paramaribo: FHR Lim a Po Institute for Social Studies, 2011.

BRANA-SHUTE, Gary. Suriname surprises: small country, smaller revolution. **Caribbean Review**, vo. 15, n. 4, 1987. p. 4-7; 26-28.

BRASIL. Ministério das Minas e Energia. **Portaria n. 1.345, de 05 de julho de 1979**. Estabelece área destinada ao aproveitamento de ouro aluvionar, exclusivamente por trabalhos de garimpagem, faíscação ou cata, no lugar denominado Rio Madeira, Distrito e Município de Porto Velho, no Território Federal de Rondônia. Disponível em: <<http://www.dnpm.gov.br/conteudo.asp?IDSecao=67&IDPagina=84&IDLegislacao=55>>. Acesso em: nov. 2012.

BRASIL. Ministério das Minas e Energia. **Portaria n. 1.034, de 28 de julho de 1980**. Estabelece área destinada ao aproveitamento de ouro aluvionar, exclusivamente por trabalhos de garimpagem, faíscação ou cata, no lugar denominado Rio Madeira II, Distrito e Município de Porto Velho, no Território Federal de Rondônia. Disponível em: <<http://www.dnpm.gov.br/conteudo.asp?IDSecao=67&IDPagina=84&IDLegislacao=58>>. Acesso em: nov. 2012.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto n. 85.064, de 26 de agosto de 1980**. Regulamenta a Lei nº 6.634, de 2 de maio de 1979, que dispõe sobre a Faixa de Fronteira. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D85064.htm>. Acesso em: set. 2012.

BRASIL. Ministério das Minas e Energia. **Portaria n. 549, de 09 de maio de 1983**. Estabelece área destinada ao aproveitamento de substâncias minerais exclusivamente por trabalhos de garimpagem, faíscação ou cata, situada no Município de Alta Floresta, no Estado de Mato Grosso. Disponível em: <<http://www.dnpm.gov.br/conteudo.asp?IDSecao=67&IDPagina=84&IDLegislacao=61>>. Acesso em: nov. 2012.

BRASIL. Ministério das Minas e Energia. **Portaria n. 550, de 09 de maio de 1983**. Disponível em: <<http://www.dnpm.gov.br/conteudo.asp?IDSecao=67&IDPagina=84&IDLegislacao=62>>. Acesso em: nov. 2012.

BRASIL. Ministério das Minas e Energia. **Portaria n. 551, de 09 de maio de 1983**. Estabelece área destinada ao aproveitamento de substâncias minerais exclusivamente por

trabalhos de garimpagem, fiação ou cata, situada na região do rio Peixoto de Azevedo, Município de Colider, no Estado de Mato Grosso. Disponível em: <<http://www.dnpm.gov.br/conteudo.asp?IDSecao=67&IDPagina=84&IDLegislacao=63>>. Acesso em: nov. 2012.

BRASIL. Ministério das Minas e Energia. **Portaria n. 882, de 25 de julho de 1983**. Estabelece área destinada ao aproveitamento de substâncias minerais exclusivamente por trabalhos de garimpagem, fiação ou cata, situada na região do Médio Tapajós, no Município de Itaituba, no Estado do Pará. Disponível em: <<http://www.dnpm.gov.br/conteudo.asp?IDSecao=67&IDPagina=84&IDLegislacao=64>>. Acesso em: nov. 2012.

BRASIL. Ministério das Minas e Energia. **Portaria n. 25, de 10 de janeiro de 1984**. Estabelece área destinada ao aproveitamento de substâncias minerais exclusivamente por trabalhos de garimpagem, fiação ou cata, situada na região do Cumaru, no Município de São Félix do Xingu, no Estado do Pará. Disponível em: <<http://www.dnpm.gov.br/conteudo.asp?IDSecao=67&IDPagina=84&IDLegislacao=65>>. Acesso em: nov. 2012.

BRASIL. Ministério das Minas e Energia. **Portaria n. 143, de 31 de janeiro de 1984**. Estabelece área destinada ao aproveitamento de substâncias minerais exclusivamente por trabalhos de garimpagem, fiação ou cata, situada na Serra do Tepequém, no Município de Boa Vista, no Território Federal do Roraima. Disponível em: <<http://www.dnpm.gov.br/conteudo.asp?IDSecao=67&IDPagina=84&IDLegislacao=66>>. Acesso em: set. 2012.

BRASIL. Ministério do Interior. **Portaria n. 025, de 09 de março de 1982**. Disponível em: <http://www.proyanomami.org.br/v0904/index.asp?pag=htm&url=/v0904/doc_of/portaria_gm_25_09_03_1982.htm>. Acesso em: nov. 2012.

BRASIL. Ministério do Interior. **Portaria Interministerial, n.º 160, de 13 de setembro de 1988**. Disponível em: <http://www.proyanomami.org.br/v0904/index.asp?pag=htm&url=/v0904/doc_of/P_160_13_set_1988_a.htm>. Acesso em: nov. 2012.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto-Lei n. 1.985, de 29 de janeiro de 1940**. Código de Minas. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del1985.htm>. Acesso em: set. 2012.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto-Lei n. 227, de 28 de fevereiro de 1967**. dá nova redação ao Decreto-Lei n. 1.985, de 29 de janeiro de 1940. (Código de Minas). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0227.htm>. Acesso em: set. 2012.

BRASIL. Presidência da República. **Lei n. 1.106, de 16 de junho de 1970**. Cria o Programa de Integração Nacional, altera a legislação do imposto de renda das pessoas jurídicas na parte referente a incentivos fiscais e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del1106.htm>. Acesso em: set. 2012.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto-Lei n. 1.179, de 06 de julho de 1971**. Institui o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agro-indústria do Norte e do Nordeste

(PROTERRA), altera a legislação do imposto de renda relativa a incentivos fiscais e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del1179.htm>. Acesso em: set. 2012.

BRASIL. Presidência da República. **Lei n. 6.001, de 19 de dezembro de 1973**. Dispõe sobre o Estatuto do Índio. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6001.htm>. Acesso em: nov. 2012.

BRASIL. Presidência da República. **Lei n. 6.403, de 15 de dezembro de 1976**. Modifica dispositivos do Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967 (Código de Mineração), alterado pelo Decreto-Lei nº 318, de 14 de março de 1967. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1970-1979/L6403.htm>. Acesso em: set. 2012.

BRASIL. Presidência da República. **Lei n. 6.634, de 2 de maio de 1979**. Dispõe sobre a Faixa de Fronteira, altera o Decreto-Lei nº 1.135, de 3 de dezembro de 1970, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6634.htm>. Acesso em: set. 2012.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto n. 83.550, de 5 de junho de 1979**. Cria, no Estado do Amazonas, o Parque Nacional do Pico da Neblina, com os limites que especifica e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1970-1979/D83550.htm>. Acesso em: nov. 2012.

BRASIL. Presidência da República. **Lei n. 7.194, de 11 de junho de 1984, D.O.U. 13 de junho de 84**. Autoriza a inclusão de recursos nos Orçamentos da União e dá outras providências (Garimpo de Serra Pelada). Disponível em: <<http://www.dnpm.gov.br/conteudo.asp?IDSecao=67&IDPagina=84&IDLegislacao=12>>. Acesso em: nov. 2012.

BRASIL. Presidência da República. **Lei n. 7.805, de 18 de julho de 1989**. Altera o Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, cria o regime de permissão de lavra garimpeira, extingue o regime de matrícula, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L7805.htm>. Acesso em: nov. 2012.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto n. 97.507, de 13 de fevereiro de 1989**. Dispõe sobre licenciamento de atividade mineral, o uso do mercúrio metálico e do cianeto em áreas de extração de ouro, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/D97507.htm>. Acesso em: nov. 2012.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto n. 97.512, de 16 de fevereiro de 1989**. Homologa a demarcação administrativa da Terra Indígena Yanomami, que menciona, no Estado de Roraima. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/D97512impressao.htm>. Acesso em: nov. 2012.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto n. 97.513, de 16 de fevereiro de 1989**. Homologa a demarcação administrativa da Terra Indígena Yanomami, que menciona, no Estado de Roraima. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/D97513impressao.htm>. Acesso em: nov. 2012.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto n. 97.514, de 16 de fevereiro de 1989**. Homologa a demarcação administrativa da Terra Indígena Yanomami, que menciona, no

Estado de Roraima. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/D97514impressao.htm>. Acesso em: nov. 2012.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto n. 97.515, de 16 de fevereiro de 1989.** Homologa a demarcação administrativa da Terra Indígena Yanomami, que menciona, no Estado de Roraima. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/D97515impressao.htm>. Acesso em: nov. 2012.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto n. 97.516, de 16 de fevereiro de 1989.** Homologa a demarcação administrativa da Terra Indígena Yanomami, que menciona, no Estado de Roraima. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/D97516impressao.htm>. Acesso em: nov. 2012.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto n. 97.517, de 16 de fevereiro de 1989.** Homologa a demarcação administrativa da Terra Indígena Yanomami, que menciona, no Estado de Roraima. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/D97517impressao.htm>. Acesso em: nov. 2012.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto n. 97.518, de 16 de fevereiro de 1989.** Homologa a demarcação administrativa da Terra Indígena Yanomami, que menciona, no Estado de Roraima. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/D97518impressao.htm>. Acesso em: nov. 2012.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto n. 97.519, de 16 de fevereiro de 1989.** Homologa a demarcação administrativa da Terra Indígena Yanomami, que menciona, no Estado de Roraima. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/D97519impressao.htm>. Acesso em: nov. 2012.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto n. 97.520, de 16 de fevereiro de 1989.** Homologa a demarcação administrativa da Terra Indígena Yanomami, que menciona, no Estado de Roraima. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/D97520impressao.htm>. Acesso em: nov. 2012.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto n. 97.521, de 16 de fevereiro de 1989.** Homologa a demarcação administrativa da Terra Indígena Yanomami, que menciona, no Estado de Roraima. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/D97521impressao.htm>. Acesso em: nov. 2012.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto n. 97.522, de 16 de fevereiro de 1989.** Homologa a demarcação administrativa da Terra Indígena Yanomami, que menciona, no Estado de Roraima. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/D97522impressao.htm>. Acesso em: nov. 2012.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto n. 97.523, de 16 de fevereiro de 1989.** Homologa a demarcação administrativa da Terra Indígena Yanomami, que menciona, no Estado de Roraima. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/D97523impressao.htm>. Acesso em: nov. 2012.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto n. 97.524, de 16 de fevereiro de 1989.** Homologa a demarcação administrativa da Terra Indígena Yanomami, que menciona, no Estado de Roraima. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/D97524impressao.htm>. Acesso em: nov. 2012.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto n. 97.525, de 16 de fevereiro de 1989.** Homologa a demarcação administrativa da Terra Indígena Yanomami, que menciona, no Estado de Roraima. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/D97525impressao.htm>. Acesso em: nov. 2012.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto n. 97.526, de 16 de fevereiro de 1989.** Homologa a demarcação administrativa da Terra Indígena Yanomami, que menciona, no Estado de Roraima. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/D97526impressao.htm>. Acesso em: nov. 2012.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto n. 97.527, de 16 de fevereiro de 1989.** Homologa a demarcação administrativa da Terra Indígena Yanomami, que menciona, no Estado de Roraima. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/D97527impressao.htm>. Acesso em: nov. 2012.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto n. 97.528, de 16 de fevereiro de 1989.** Homologa a demarcação administrativa da Terra Indígena Yanomami, que menciona, no Estado de Roraima. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/D97528impressao.htm>. Acesso em: nov. 2012.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto n. 97.529, de 16 de fevereiro de 1989.** Homologa a demarcação administrativa da Terra Indígena Yanomami, que menciona, no Estado de Roraima. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/D97529impressao.htm>. Acesso em: nov. 2012.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto n. 97.530, de 16 de fevereiro de 1989.** Homologa a demarcação administrativa da Terra Indígena Yanomami, que menciona, no Estado de Roraima. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/D97530impressao.htm>. Acesso em: nov. 2012.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto n. 97.545, de 1º de março de 1989.** Cria, no Estado de Roraima, a Floresta Nacional de Roraima, com os limites que especifica e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/D97545.htm>. Acesso em: nov. 2012.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto n. 97.546, de 1º de março de 1989.** Cria, no Estado do Amazonas, a Floresta Nacional do Amazonas, com os limites que especifica e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/D97546.htm>. Acesso em: nov. 2012.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto n. 98.890, de 25 de janeiro de 1990.** Dispõe sobre área de exercício de atividade de garimpagem, na Gleba Uraricaá Santa Rosa, no Estado de Roraima. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D98890impressao.htm>. Acesso em: nov. 2012.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto n. 98.959, de 15 de fevereiro de 1990.** Dispõe sobre área de exercício de garimpagem, na Gleba Uraricoera, no Estado de Roraima. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D98959impressao.htm>. Acesso em: nov. 2012.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto n. 98.960, de 15 de fevereiro de 1990.** Dispõe sobre área de exercício de atividade de garimpagem, na Gleba Catrimani - Couto Magalhães,

no Estado de Roraima. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D98960impressao.htm>. Acesso em: nov. 2012.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto de 19 de abril de 1991**. Declara insubsistente a demarcação administrativa da terra dos índios Yanomami, determina nova demarcação, revoga autorização para o exercício da atividade de garimpagem na área e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/dnn/anterior%20a%202000/1991/dnn108.htm>. Acesso em: jan. 2013.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto de 25 de maio de 1992**. Homologa a demarcação administrativa da Terra Indígena YANOMAMI, nos Estados de Roraima e Amazonas. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/dnn/Anterior%20a%202000/1992/Dnn780.htm>. Acesso em: nov. 2012.

BROWN, Katrina; SPINNEY, Justin. Catching a glimpse: the value of video in evoking, understanding and representing the practice of cycling. FINCHAM, Ben; MCGUINNESS, Mark; MURRAY, Lesley (eds.). **Mobile Methodologies**. New York: Palgrave Macmillan, 2010. p. 130-151.

BROZZESI, Claude Lara. **El territorialismo latinoamericano en el derecho internacional del mar**. Quito: Ediciones del Banco Central del Ecuador, 1991.

BRUNET, Roger; FERRAS, Robert; THÉRY, Hervé. **Les mots de la géographie, dictionnaire critique**. Paris: La Documentation française, 1993.

BÜSCHER, Monika; URRY, John. Mobile methods and the empirical. **European Journal of Social Theory**, v. 12, n. 1, p. 99-116, 2009.

BÜSCHER, Monika; URRY, John; WITCHGER, Katian (eds.). **Mobile methods**. New York: Routledge, 2011.

CAIRO, Ivan. Suriname grants telecom licences to Digicel and Intelsur. **Caribbean Net News**, 17 Aug. 2006. Disponível em: <<http://www.caribbeannewsnow.com/caribnet/cgi-script/csArticles/articles/000028/002832.htm>>. Acesso em: abr. 2010.

CAIRO, Ivan. Suriname to sign agreement for second large-scale goldmine. **Caribbean News Now**, 04 jan. 2011a. Disponível em: http://www.caribbeannewsnow.com/suriname.php?news_id=4281&start=0&category_id=36. Acessado em out. 2012.

CAIRO, Ivan. Maripaston blijkt harde noot. **De Ware Tijd**, Binnenland, 24 sept. 2011b. Disponível em: <<http://www.dwtonline.com/>>. Acesso em: jan. 2013.

CAIRO, Ivan. Ordening goudsector vordert-Eerste servicecenter klaar. **De Ware Tijd**, Binnenland, 05 maart 2012. Disponível em: <<http://www.dwtonline.com/>>. Acesso em: dez. 2012.

CÂMARA, Volney de M. et al. **Mercury exposure and health effects among urban residents due to gold commercialization in Poconé, MT, Brazil**. Rio de Janeiro: Centro de Tecnologia Mineral (Cetem); Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), 1997. (Série Tecnologia Ambiental, n.19).

CÂMARA, Volney de Magalhaes; COUTO, Rosa Carmina de S. Processo de trabalho em garimpos de ouro e riscos para a saúde. In: ALVES, Sônia Lúcia R. et al. (orgs.). **Mercúrio em áreas de garimpos de ouro**. MÉXICO: Metepec/ECO/OPS, 1993. p.15-24. (Série vigilância, n.12).

CAMARGO, José Geraldo da Cunha. **O Urbanismo Rural**. Brasília: Gráfica Gutemberg, 1973.

CAMPELO, Iury. Suriname: garimpeiros acreditam que piauienses foram mortos no Natal. **Cidade Verde**, 04 jan. 2010. Disponível em: <<http://www.cidadeverde.com/suriname-garimpeiros-acreditam-que-piauienses-foram-mortos-no-natal-50780>>. Acesso em: mar. 2011.

CANARC Resource Corp. **Anual Report 2008**. Vancouver: Canarc Resource Corp., 2008.

CANCLINI, Néstor García. **Culturas híbridas: estratégias para entrar y salir de la modernidad**. México, D.F.: Editorial Grijalbo, 1990.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede**. A era da informação: economia, sociedade e cultura. Tradução de Roneide Venancio Majer com a colaboração de Klauss Brandini Gerhardt. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999. 1 v.

CASTREE, Noel. **Nature**. New York: Routledge, 2005.

CASTRO, Edna. Expansão da fronteira, megaprojetos de infraestrutura e integração sul-americana. **Caderno CRH**, v. 25, n. 64, p. 45-61, jan./abr. 2012.

CASTRO, Maria Luiza de; PORTO, Jadson. Ponte Brasil-Guiana Francesa: os paradoxos da integração em um contexto multi-escalar. **Oikos**, ano 6, n. 7, p. 51-75, 2007.

CBC. Canadian Broadcasting Corporation. Iamgold, Cambior agree to merge. **CBC News**, 14 set. 2006. Disponível em: <<http://www.cbc.ca/news/business/story/2006/09/14/iamgold-cambior.html>>. Acesso em: fev. 2013.

CCPY. Comissão Pró-Yanomami. Governo Collor e os yanomami. **Boletim Yanomami Urgente**, n. 18, set. 1991. Disponível em: <<http://www.proyanomami.org.br/v0904/index.asp?pag=htm&url=/apy/YU/18.htm>> Acesso em: fev. 2013.

CCPY. Comissão Pró-Yanomami. Governo Collor e os yanomami (II). **Boletim Yanomami Urgente**, n. 19, jul. 1992. Disponível em: <<http://www.proyanomami.org.br/v0904/index.asp?pag=htm&url=/apy/YU/19.htm>>. Acesso em: fev. 2013.

CEDI. Centro Ecumênico de Documentação e Informação. **Povos indígenas no Brasil – 85/86**. São Paulo: CEDI, 1986. (Aconteceu Especial, n.17).

CERTEAU, Michel de. **The practice of everyday life**. Translated by Steven F. Rendall. Los Angeles: University of California Press, 1984.

CERVO, Amado Luiz. **Relações internacionais da América Latina: velhos e novos paradigmas**. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais (IBRI), 2001.

CHAYKO, Mary. **Connecting**: how we form social bonds and communities in the internet age. Albany: State University of New York Press, 2002.

CHIVALLON, Christine. Fin des territoires ou necessite d'une conceptualisation autre? **Géographie et Cultures**, n. 31, p. 127-138, automne 1999.

CHRISTENSEN, Pia et al. Children, mobility, and space: using GPS and mobile phone technologies in ethnographic research. **Journal of Mixed Methods Research**, v. 5, n. 3, p. 227-246, 2011.

CIA, Central Intelligence Agency. **Suriname, World Factbook**. Washington, DC: Central Intelligence Agency, 2009. Disponível em <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/index.html>>. Acesso em: jan. 2011.

CICOUREL, Aaron. Teoria e método em pesquisa de campo. In: GUIMARÃES, Alba Zaluvar (org.). **Desvendando máscaras sociais**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1990. p. 87-121.

CLAVAL, Paul. O território na transição da pós-modernidade. Tradução e revisão de Inah Vieira Lontra, Márcio Piñon de Oliveira e Rogério Haesbaert. **Geographia**, v. 1, n. 2, p. 07-26, 1999.

CLEARY, David. **Anatomy of the amazon gold rush**. Iowa: University of Iowa Press, 1990.

CLEARY, David. **A garimpagem de ouro na Amazônia – uma abordagem antropológica**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1992.

CLOKE, Paul; MAY, Jon; JOHNSEN, Sarah. **Swept up lives?** Re-envisioning the homeless city. Oxford: Wiley-Blackwell, 2010.

COLCHESTER, Marcus. **Forest politics in Suriname**. Utrecht: International Books, 1995.

CORBIN, Hisakhana Pahoona. **Brazilian migration to Guyana as a livelihood strategy: a case study approach**. Dissertação de Mestrado (Pós-graduação em Planejamento do Desenvolvimento). Belém: Universidade Federal do Pará, 2007.

CORBIN, Hisakhana Pahoona. Migração internacional e desenvolvimento: o caso da Guiana. In: Aragón, Luis E. (org.). **Migração internacional na Pan-Amazônia**. Belém: NAEA/UFPA, 2009. p. 163-184.

COSGROVE, Denis. Prospect, perspective and the evolution of the landscape idea. **Transactions of the Institute of British Geographers**, New Series, v. 10, n. 1, p. 45-62, 1985.

COSGROVE, Denis. **Geography and vision**: seeing, imagining and representing the world. New York: I.B. Tauris, 2008.

COSTA, Francisco de Assis. Nem tudo no ouro reluz: considerações para uma economia política da garimpagem na fronteira amazônica. In: MATHIS, Armin; REHAAG, Regine (orgs.). **Consequências da garimpagem no âmbito social e ambiental da Amazônia**. Belém: Cejup, 1993. p. 10-20.

COSTA, Raimundo Souza. Um Eldorado a menos: a Venezuela começou a expulsar os brasileiros sem terra que invadiram seus garimpos. **Veja**, São Paulo, n. 591, p. 77-78, jan. 1980.

COUTO, Rosa Carmina de Sena; CAMARA, Volney M.; SABROZA, Paulo Chagastelles. Intoxicação mercurial: resultados preliminares em duas áreas garimpeiras - PA. **Cadernos de Saúde Pública**, 1988, v. 4, n. 3, p. 301-315, jul./set. 1988.

CRANG, Mike; COOK, Ian. **Doing ethnographies**. Thousand Oaks: SAGE, 2007.

CRESSWELL, Tim. **In place/out of place: geography, ideology, and transgression**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1996.

CRESSWELL, Tim. Falling down: resistance as diagnostic. In: SHARP, Joanne P. et al. (eds.). **Entanglements of power: geographies of domination/resistance**. New York: Routledge, 2000. p. 256-268.

CRESSWELL, Tim. **Place: a short introduction**. Oxford: Blackwell Publishing, 2004.

CRESSWELL, Tim. Moral Geographies. In: ATKINSON, David et al. (eds.). **Cultural Geography: a critical dictionary of key concepts**. New York: I.B. Tauris, 2005. p. 128-134.

CRESSWELL, Tim. **On the move: mobility in the modern western world**. New York: Routledge, 2006.

CRESSWELL, Tim. Mobilities I: catching up. **Progress in Human Geography**, v. 35, n. 4, p. 550-558, 2010a.

CRESSWELL, Tim. Towards a politics of mobility. **Environment and Planning D: Society and Space**, v. 28, n. 1, p. 17-31, 2010b.

CRESSWELL, John W. **Research design: qualitative, quantitative, and mixed methods approaches**. 2nd ed. Thousand Oaks: SAGE, 2003.

CROOKS, Valorie A. et al. Refining a location analysis model using a mixed methods approach: community readiness as a key factor in siting rural palliative care services. **Journal of Mixed Methods Research**, v. 5, n. 1, p. 77-95, 2011.

DAGBLAD Suriname. Coalitie- en oppositietoppers hebben grote belangen op goudvelden. **Dagblad Suriname**, 26 nov. 2012. Disponível em: <<http://www.dbsuriname.com/dbsuriname/index.php/coalitie-en-oppositietoppers-hebben-grote-belangen-op-goudvelden/>>. Acesso em: jun. 2013.

DANIELS, Stephen. Geographical imagination. **Transactions of the Institute of British Geographers**, v. 36, n. 2, p.182-187, apr. 2011.

DATHEIN, Ricardo. Sistema monetário internacional e globalização financeira nos sessenta anos de Bretton Woods. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, n. 16, p. 51-73, jun. 2005.

DE WEST. Regering krijgt ultimatum voor verwijdering ponton. **De West**, 23 jul. 2011. Disponível em: <<http://www.dewest-online.com/?p=10386>>. Acesso em: jun. 2013.

DE WEST. Hok geeft aanwezigheid ponton op stuwmeer. **De West**, 16 feb. 2012. Disponível em: <<http://www.dewest-online.com/?p=16855>>. Acesso em: mai. 2013.

DEBARROS, Guilhem; JOUBERT, Pierre. **Impact de l'activité aurifère sur le plateau des Guyanes - Rapport final**. Cayenne: WWF Guianas (Programme Guianas Sustainable Natural Resources Management - GSNRM), 2010.

DELANEY, David. **Territory: a short introduction**. Oxford: Blackwell Publishing, 2005.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Tradução de Aurélio Guerra Neto, Ana Lúcia de Oliveira, Lúcia Cláudia Leão e Suely Rolnik. Rio de Janeiro: Editora 34, 1996. 3 v.

DELEUZE, Gilles; PARNET, Claire. **Dialogues**. Translated by Hugh Tomlinson and Barbara Habberjam. New York: Columbia University Press, 1987.

DELL'AGNESE, Elena. The political challenge of relational territory. In: FEATHERSTONE, David; PAINTER, Joe (eds.). **Spatial politics: essays for Doreen Massey**. Chichester: Wiley-Blackwell, 2013. p.115-124.

DEW, Edward. **The trouble in Suriname, 1975-1993**. Westport: Praeger, 1994.

DIEGUES, Antonio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada**. 5a. ed. São Paulo: Annablume, 2004.

DIJCK, Pitou van. The State of the economy and challenges ahead. In: DIJCK, Pitou van (ed.). **Suriname, The Economy: prospects for sustainable development**. Kingston: Ian Randle Publishers, 2001. p. 321-341.

DOEL, Marcus. **Poststructuralist geographies: the diabolical art of spatial science**. Lanham: Rowman & Littlefield Publishers, 1999.

DRIVER, Felix. Moral geographies: social science and the urban environment in mid-nineteenth century England. **Transactions of the Institute of British Geographers**, v. 13, n. 3, p. 275-287, 1988.

DUARTE, Lilian Cristina Burlamaqui. **Política Externa e Meio Ambiente**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

DUNDAS, Humphrey. Fraude op grote schaal bij Grassalco. **Times of Suriname**, Binnenland, 28 aug. 2008. Disponível em: <<http://www.surinametimes.com/smartcms/>>. Acesso em: nov. 2009.

DUNDAS, Humphrey. Aluku's geloven in waarachtige clean sweep met Bouterse. **Times of Suriname**, Binnenland, 04 aug. 2010. Disponível em: <<http://www.surinametimes.com/smartcms/>>. Acesso em: out. 2010.

DWT, De Ware Tijd. "Clean sweep" moet binnenland zuiveren. **De Ware Tijd**, Binnenland, 14 aug. 2008a. Disponível em: <<http://www.dwtonline.com/>>. Acesso em: abr. 2010.

DWT, De Ware Tijd. Rosebel Goldmines confisqueert materiaal illegale porknokkers. **De Ware Tijd**, Binnenland, 15 sept 2008b. Disponível em: <<http://www.dwtonline.com/>>. Acesso em: dez. 2012.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Tradução de Vera Ribeiro; tradução do posfácio à edição alemã de Pedro Sússekind. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

ELIOT, Anthony; URRY, John. **Mobile lives**. New York: Routledge, 2010.

ELWOOD, Sarah. Mixed methods: thinking, doing, and asking in multiple ways. In: DELYSER, Dydia; HERBERT, Steve; AITKEN, Stuart; CRANG, Mike; MCDOWELL, Linda (eds.). **The SAGE Handbook of qualitative Geography**. Thousand Oaks: SAGE, 2010. p. 94-113.

ETTER, Jean-François; PERNEGER, Thomas V. Snowball sampling by mail: application to a survey of smokers in the general population. **International Journal of Epidemiology**, v. 29, n. 1, p. 43-48, 2000.

EVERS, Ivo. Kleinschalige goudmijnbouw US\$ 1,7 miljard waard. **De Ware Tijd**, Binnenland, 23 apr. 2010. Disponível em: <<http://www.dwtonline.com>>. Acesso em: abr. 2010.

FARID, Luiz Henrique et al. **Preliminary diagnosis of the environmental impacts caused by gold prospecting in Alta Floresta/MT – a case study**. Rio de Janeiro: Centro de Tecnologia Mineral (Cetem); Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), 1992. (Série Tecnologia Ambiental, n.2).

FEIJÃO, Antônio da Justa; PINTO, José Armindo. Amazônia e a saga aurífera do século XX. In: BARBOSA, Livia; LOBATO, Ana Lucia; DRUMMOND, José Augusto. **Garimpo, meio ambiente e sociedades indígenas**. Rio de Janeiro: Centro de Tecnologia Mineral (Cetem); Niterói: Editora Universitária Universidade Federal Fluminense, 1992. p. 18-36.

FERRARI FILHO, Fernando. As concepções teórico-analíticas e as proposições de política econômica de Keynes. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 10, n. 2, p. 213-236, mai./ago. 2006.

FERREIRA, Maria Madalena. **Exploração de cassiterita em Rondônia: a (des)construção da paisagem no garimpo Bom Futuro-Ariquemes-RO**. Tese de Doutorado (Programa de Pós-graduação em Geografia). Presidente Prudente: Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (campus Presidente Prudente), 2003.

FERRIER, Deryck et al. **Globale inventarisatie van de reguliere en informele economische bedrijvigheid in Suriname anno 1999; Deel I: Beknopt overzicht van de opzet van de bedrijvigheid in de economische sectoren**. Paramaribo: CESWO, 2000a.

FERRIER, Deryck et al. **Globale inventarisatie van de reguliere en informele economische bedrijvigheid in Suriname anno 1999; Deel III: Globaal overzicht van de kenmerken van de economische bedrijvigheid in de distrikten**. Paramaribo: CESWO, 2000b.

FETTERMAN, David M. **Ethnography: step-by-step**. 3rd ed. Los Angeles: SAGE, 2010.

FIELDING, Nigel G. Triangulation and mixed methods designs: data integration with new research technologies. **Journal of Mixed Methods Research**, v. 6, n. 2, p. 124-136, 2012.

FINCHAM, Ben; MCGUINNESS, Mark; MURRAY, Lesley (eds.). **Mobile Methodologies**. New York: Palgrave Macmillan, 2010.

FLEMING, Adrian. **Technical Report - Antino Gold Project (Suriname, South America)**. Prepared by New Sleeper Gold Corporation. Paramaribo, 2006.

FOUCAULT, Michel. **The history of sexuality: an introduction**. Translated by Robert Hurley. New York: Pantheon Books, 1978. 1 v.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. Two lectures. In: GORDON, Colin (ed.). **Power/knowledge: selective interviews and other writings, 1972-1977**. Translated by Colin Gordon, Leo Marshall, John Mepham, and Kate Soper. New York: Pantheon, 1980. p. 78-108.

FOUCAULT, Michel. **The history of sexuality: the use of pleasure**. Translated by Robert Hurley. New York: Vintage Books, 1990. 2 v.

FOUCAULT, Michel. **Genealogia del racismo**. De la guerra de las razas al racismo de Estado. Traducción de Alfredo Tzvelbely. Madrid: Las Ediciones de la Piqueta, 1992.

FOUCAULT, Michel. The subject and power. In: FAUBION, James D. (ed.). **[Selections] Power**. The essential works of Michel Foucault (1954-1984). Translated by Robert Hurley et al. New York: The New Press, 1997a. 3 v. p. 326-348.

FOUCAULT, Michel. The ethics of the concern of the self as a practice of freedom. In: RABINOW, Paul (ed.). **[Selections] Ethics: subjectivity and truth**. The essential works of Michel Foucault (1954-1984). Translated by Robert Hurley et al. New York: The New Press, 1997b. 1 v. p. 281-301.

FOUCAULT, Michel. A preface to transgression. In: FAUBION, James D. (ed.). **[Selections] Aesthetics, method, and epistemology**. The essential works of Michel Foucault (1954-1984). Translated by Robert Hurley et al. New York: The New Press, 1998. 2 v. p.69-87.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramalhete. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

FOUST, Christina R. **Transgression as a mode of resistance: rethinking social movement in an era of corporate globalization**. Lanham: Rowman & Littlefield Publishers, 2010.

FPP, Forest Peoples Programme. In search of El Dorado, again: mining and tribal people in Suriname. **Information Update**, 27 jan. 1997. Disponível em: <<http://abyayala.nativeweb.org/suriname/suriname1.html>>. Acesso em: abr. 2011.

FRANÇA, Maria Stela de Campos. **Apanjaht: a expressão da sociedade plural no Suriname**. Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social). Brasília: Universidade de Brasília (UnB), 2004.

FRANCHI, Tássio; BURSZTYN, Marcel; DRUMMOND, José Augusto Leitão. A questão ambiental e o adensamento da presença do Exército Brasileiro na Amazônia Legal no final do século XX. **Novos Cadernos NAEA**, v. 14, n. 1, p. 21-41, jun. 2011.

FREITAS, Henrique et al. O método de pesquisa survey. **Revista de Administração**, v. 35, n. 3, p. 105-112, jul./set. 2000.

FRENCH-DAVIS, Ricardo; MUÑOZ, Oscar; PALMA, José Gabriel. As economias Latino-americanas, 1950-1990. In: BETHELL, Leslie (org.). **História da América Latina volume VI: a América Latina após 1930**. Tradução de Geraldo Gerson de Souza. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG), 2005. p. 129-230.

FRIJDE, Benny L. **Reforming the telecom sector**: a critical analysis of the effect on Telesur in Suriname. Master's Dissertation (Public Administration Program in Governance). Paramaribo: FHR Lim a Po Institute for Social Studies, 2008.

FUNAI. Fundação Nacional do Índio. **Portaria n. 477/N, de 22 de dezembro de 1977**. Disponível em: <http://www.proyanomami.org.br/v0904/index.asp?pag=htm&url=/v0904/doc_of/p_477_n_2_2_dez_1977.htm>. Acesso em: jan. 2013.

FUNAI. Fundação Nacional do Índio. **Portaria n. 505/N, de 29 de maio de 1978**. Disponível em: <http://www.proyanomami.org.br/v0904/index.asp?pag=htm&url=/v0904/doc_of/p_505_n_2_9_mai_1978.htm>. Acesso em: jan. 2013.

FUNAI. Fundação Nacional do Índio. **Portaria n. 512/N de 7 de julho de 1978**. Disponível em: <http://www.proyanomami.org.br/v0904/index.asp?pag=htm&url=http://www.proyanomami.org.br/v0904/doc_of/doc_oficiais.htm>. Acesso em: jan. 2013.

FUNCEX, Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior. O potencial de comércio e investimentos entre o Brasil e o Suriname. Rio de Janeiro: FUNCEX, 2010.

FURNIEL, Ana Cristina da Matta. **Amazônia – a ocupação de um espaço: internacionalização x soberania nacional (1960-1990)**. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais). Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), 1993.

GARRETT, Bradley L. Videographic geographies: using digital video for geographic research. **Progress in Human Geography**, v. 35, n.4, 2010. p. 521-541.

GASPAR, Elizete dos Santos. **Os “bamburrados” do Tapajós**. Dissertação (Mestrado em Economia). Campina Grande: Universidade Federal da Paraíba, 1990.

GEHRE, Thiago. A invisibilidade das relações Brasil-Guiana: o contencioso da ponte sobre o rio Tacutu. **Coluna de Artigos (UFRR)**, 5 mai. 2009.

GEMERTS, G.; NOTER, G.; HEALY, C. **Small scale mining in Suriname**: problems and opportunities. Paramaribo: Geologische Mijnbouwkundige Dienst, 1995. 9p. Unpublished.

GERAD, Fabian. Brazilië onderzoekt gevolgen Clean Sweep. **Times of Suriname**, Binnenland, 27 sept. 2008. Disponível em: <<http://www.surinametimes.com/smartcms/>> . Acesso em dez. 2010.

GERAD, Fabian; BLOMHOF, Rodney. Clean Sweep, illegale garimpeiros en de vernietiging van het milieu Het avontuur Vila Brasil. **Times of Suriname**, Binnenland, 03 okt. 2008. Disponível em: <<http://www.surinametimes.com/smartcms/>> . Acesso em dez. 2010.

GIDDENS, Anthony. **The nation-state and violence**. Cambridge: Polity Press, 1985.

GIORDANO, Márcia Landi. **A garimpagem de ouro do Pará e Amapá no final do século XX**. Tese (Doutorado em Geografia Humana). São Paulo: Universidade de São Paulo, 1995.

GOETTERT, Jones Dari; MONDARDO, Marcos Leandro. O “Brasil migrante”: gentes, lugares e transterritorialidades. **GEOgraphia**, v. 11, n. 21, p. 101-136, 2009.

GOLDENBERG, José; PRADO, Luiz Tadeu Siqueira. Reforma e crise do setor elétrico no período FHC. **Tempo Social**, v. 15, n. 2, p. 219-235, nov. 2003.

GRAZIANO, Romeo. Mineração: o esbulho das terras Yanomami. (Histórico das invasões: 1975-1989). **Boletim Urihi**, n. 11, 1989. Disponível em: http://www.proyanomami.org.br/v0904/index.asp?pag=htm&url=/apy/urihi/boletim_11.htm ≥ Acesso em: fev. 2013.

GREGORY, Derek et al. (eds.). **The dictionary of Human Geography**. Oxford: Wiley-Blackwell, 2009.

GREGORY, Derek. **Geographical imaginations**. Oxford: Blackwell Publishing, 1994.

GRENAND, Françoise. Un pont entre la France et le Brésil: l’Observatoire Hommes/Milieus sur le fleuve Oyapock. **Rayonnement du CNRS**, n. 56, juin 2011.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica: cartografias do desejo**. Petrópolis: Vozes, 1986.

GUERRA, Antônio Teixeira. **Estudo Geográfico do Território do Rio Branco**. Rio de Janeiro: IBGE, 1957.

GUERREIRO, Gabriel. Garimpagem de ouro na Amazônia: reflexos econômicos, sociais e políticos. In: ROCHA, Gerônimo Albuquerque (org.). **Em busca do ouro: garimpos e garimpeiros no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero, 1984. p. 87-106.

GUIMARÃES, Geraldo de Assis; SILVA, Alberto Rogério Benedito da; DUTRA, Manoel José Sena (orgs.). **Contaminação mercurial: homem versus meio ambiente nos garimpos de ouro da Amazônia**. Belém: Associação de Universidades Amazônicas (UNAMAZ), 1994. p.51-90. (Série Cooperação Amazônica, v. 12).

HABGOOD, John. **The Concept of Nature**. London: Darton, Longman & Todd Publishers, 2002.

HAESBAERT, Rogério. **“Gaúchos” no nordeste: modernidade, des-reterritorialização e identidade**. Tese (Doutorado em Geografia Humana). São Paulo: Universidade de São Paulo, 1995a.

HAESBAERT, Rogério. Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995b. p. 165-205.

HAESBAERT, Rogério. A noção de rede regional: reflexões a partir da migração “gaúcha” no Brasil. **Território**, ano 3, n. 4, p. 55-71, 1998.

HAESBAERT, Rogério. **Territórios alternativos**. São Paulo: Contexto, 2002.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização:** do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004a.

HAESBAERT, Rogério. Precarização, reclusão e “exclusão” territorial. **Terra Livre**, ano 20, v. 2, n. 23, p. 35-52, jul./dez. 2004b.

HAESBAERT, Rogério. Da desterritorialização à multiterritorialidade. In: X Encontro de Geógrafos da América Latina, **ANAIS...**, São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005. p. 6774-6792.

HAESBAERT, Rogério. Sociedades biopolíticas de in-segurança e des-controle dos Territórios. In: OLIVEIRA, Márcio Piñon de; COELHO, Maria Célia Nunes; CORRÊA, Aureanice de Mello (orgs.). **O Brasil, a América Latina e o Mundo: Espacialidades Contemporâneas**. Volume II. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008. p. 30-46.

HAESBAERT, Rogério. O território e a nova des-territorialização do Estado. In: DIAS, Leila Christina; FERRARI, Maristela (orgs.). **Territorialidades humanas e redes sociais**. Florianópolis: Editora Insular, 2011a. p. 19-37.

HAESBAERT, Rogério. Multi/transterritorialidade e “contornamento”: do trânsito por múltiplos territórios ao contorno dos limites fronteiriços. In: FRAGA, Nilson Cesar (org.). **Territórios e fronteiras:** (re)arranjos e perspectivas. Florianópolis: Editora Insular, 2011b. p. 15-31.

HAESBAERT, Rogério. Viviendo en el límite: los dilemas del hibridismo y de la multi/transterritorialidad. In: ZUSMAN, Perla et al. (eds.). **Geografías culturales: aproximaciones, intersecciones y desafíos**. Buenos Aires: Editorial de la Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Buenos Aires, 2011c. p. 49-76.

HAESBAERT, Rogério. Cultural Hybridism, identity anthropophagy and transterritoriality. In: ROCA, Zoran; CLAVAL, Paul; AGNEW, John (eds.). **Landscapes, identities and development**. Farnham: Ashgate Publishing, 2011d. p. 81-93.

HAESBAERT, Rogério. A global sense of place and multi-territoriality: notes for dialogue from a “peripheral” point of view. In: FEATHERSTONE, David; PAINTER, Joe (eds.). **Spatial politics:** essays for Doreen Massey. Chichester: Wiley-Blackwell, 2013. p. 146-157.

HAESBAERT, Rogério; MONDARDO, Marcos Leandro. Transterritorialidade e antropofagia: territorialidades de trânsito numa perspectiva brasileiro-latino-americana. **GEOgraphia**, v. 12, n. 24, p. 19-50, 2010.

HAHN, Robert. **Telecommunications Regulation in the Caribbean Community:** challenges for the Telecommunications Regulation in Suriname. Master’s Dissertation (Business Administration Program). Paramaribo: FHR Lim a Po Institute for Social Studies, 2008.

HANSON, Susan; PRATT, Geraldine. Learning about labour: combining qualitative and quantitative methods. In: BLUNT, Alison et al. (eds.). **Cultural geography in practice**. London: Edward Arnold, 2003. p. 106-118.

HARAWAY, Donna J. **Simians, cyborgs, and women:** the reinvention of nature. New York: Routledge, 1991.

HAZEU, Marcel Theodoor (coord.). **Pesquisa tri-nacional sobre tráfico de mulheres do Brasil e da República Dominicana para o Suriname: uma intervenção em rede.** Belém: Sodireitos, 2008.

HAZEU, Marcel Theodoor. **Migração internacional de mulheres na periferia de Belém: identidades, famílias transnacionais e redes migratórias em uma cidade na Amazônia.** Dissertação de Mestrado (Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido). Belém: Universidade Federal do Pará, 2011.

HAZEU, Marcel Theodoor; SILVA, Lúcia Isabel da Conceição. Tráfico para trabalho escravo na prostituição. Do Brasil para Suriname, os conceitos viajam juntos. **REMHU – Revista Interdisciplinar da mobilidade humana**, ano 16, v. 31, p. 504-513, 2008.

HEADLEY, Russ. **Cost control:** how can costs at Telesur be systematically controlled against the background of the liberalization of the telecom market? Master's Dissertation (Business Administration Program). Paramaribo: FHR Lim a Po Institute for Social Studies, 2009.

HEALY, Christopher; HEEMSKERK, Marieke. **Situation analysis of the small-scale gold mining in Suriname:** reforming the sub-sector to promote sound management. Paramaribo: World Wildlife Fund (Guianas Regional Program), 2005.

HECHT, Susanna; COCKBURN, Alexander. **The fate of the forest:** developers, destroyers and defenders of the Amazon. New York: Verso, 1989.

HEEMSKERK, Marieke. **Driving forces of small-scale gold mining among the Ndjuka maroons:** a cross-scale socioeconomic analysis of participation in gold mining in Suriname. Dissertation (Doctor of Philosophy). Gainesville: University of Florida, 2000.

HEEMSKERK, Marieke. Livelihood decision making and environmental degradation: small-scale gold mining in the Suriname Amazon. **Society and Natural Resources**, v. 15, n. 4, p. 327-344, 2002.

HEEMSKERK, Marieke. Risk attitudes and mitigation among gold miners and others in the Suriname rainforest. **Natural Resources Forum**, v. 27, n. 4, p. 267-278, nov. 2003.

HEEMSKERK, Marieke. **Rights to land & resources for indigenous peoples & maroons in Surinam.** Paramaribo: The Amazon Conservation Team, 2005.

HEEMSKERK, Marieke. **Demarcation of indigenous and maroon lands in Suriname.** Paramaribo: Gordon and Betty Moore Foundation; Amazon Conservation Team Suriname, 2009a.

HEEMSKERK, Marieke. **Kleinschalige goudwinning in Suriname: een overzicht van sociaaleconomische, politieke, en milieu-aspecten.** Amsterdam: Centrum voor Studie en Documentatie van Latijns Amerika (CEDLA), 2009b.

HEEMSKERK, Marieke. **The Gold Marketing Chain in Suriname.** Paramaribo: World Wildlife Fund (Guianas Sustainable Natural Resource Management, Project GSNRMP), 2010.

HEEMSKERK, Marieke. **Small-scale gold mining in the transboundary areas of Brazil, Suriname and French Guiana.** Social and environmental issues. Paramaribo: United Nations Development Programme, 2011.

HEEMSKERK, Marieke; DELVOYE, Katia. Trio baseline study: a sustainable livelihoods perspective on the Trio Indigenous Peoples of South Suriname. Paramaribo: Stichting Amazon Conservation Team-Suriname, 2007.

HEEMSKERK, Marieke; DUIJVES, Celine. **“Looking for gold, finding malaria”**: assessment of changes in malaria-related knowledge, attitudes, and practices resulting from the Ministry of Health malaria program in small-scale gold mining areas in Suriname. Paramaribo: Social Solutions, 2012.

HEEMSKERK, Marieke; DUIJVES, Celine. Small-scale gold mining and conflict in Suriname. In: CREMERS, Leontien; KOLEN, Judith; THEIJE, Marjo de (eds.). **Small-scale gold mining in the Amazon: the cases of Bolivia, Brazil, Colombia, Peru and Suriname**. Amsterdam: Centre for Latin American Studies and Documentation (CEDLA), 2013. p. 85-101.

HEEMSKERK, Marieke; KOOYE, Rachael Van der. Challenges to sustainable small-scale mine development in Suriname. In: HILSON, Gavin M. (ed.). **The socio-economic impacts of artisanal and small-scale mining in developing countries**. Lisse: A.A. Balkema Publishers, 2003. p. 633-649.

HEIDEGGER, Martin. **Ser e Tempo**: parte I. Tradução de Márcia Sá Cavalcante Schuback. 15. ed. Petrópolis: Editora Vozes; Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2005.

HEIDRICH, Álvaro Luiz. Conflitos territoriais na estratégia de preservação da natureza. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério (orgs.). **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 271-290.

HEIDRICH, Álvaro Luiz. Espaço e multiterritorialidade entre territórios: reflexões sobre a abordagem territorial. In: PEREIRA, Sílvia Regina; COSTA, Benhur Pinós da; SOUZA, Edson Belo Clemente de (orgs.). **Teorias e práticas territoriais**: análises espaço-temporais. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 25-35

HERBERT, Steve. **Policing space**: territoriality and the Los Angeles Police Department. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1997.

HINMAN, Lawrence M. **Ethics**: a pluralistic approach to moral theory. Boston: Wadsworth Publishing, 2013.

HÖFS, Carolina Carret. **Yu kan vertrouw mi**: você pode confiar. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Brasília: Universidade de Brasília (UnB), 2006.

HÖFS, Carolina Carret. O barco vai se levando: retrato de uma imigrante brasileira em Paramaribo, Suriname. **REMHU – Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, ano 15, n. 29, p. 47-70, 2007.

HOLT, Louise. Participant observation. In: WARF, Barney (ed.). **Encyclopedia of human geography**. Thousand Oaks: SAGE, 2006. p.350-352.

HOOGBERGEN, Wim e KRUIJT, Dirk. Gold, garimpeiros and Marrons: brazilian migrants and ethnic relationships in post-war Suriname. **Caribbean Studies**, v. 32, n. 2, p. 3-44, jul./dec. 2004a.

HOOGBERGEN, Wim; KRUIJT, Dirk. Ethnic Relations in the Marowijne Region, Suriname: Maroons, Indigenous Peoples, and Brazilian Garimpeiros. **Wadabagei: a journal of the Caribbean and its diaspora**. v. 7, n. 2, p. 27-48, summer 2004b.

HOOGBERGEN, Wim e KRUIJT, Dirk. **De oorlog van de sergeanten**: Surinaamse militairen in de politiek, Amsterdam: Bakker, 2005.

HOOGBERGEN, Wim; KRUIJT, Dirk. Maroon Migration and Brazilian garimpeiros: new forms of ethnic and political relations in postwar East Suriname. In: GOWRICHARN, Ruben (ed.). **Caribbean transnationalism: migration, socialization, and social cohesion**. Lanham: Lexington Books, 2006. p. 181-201.

HOOGBERGEN, Wim; KRUIJT, Dirk; POLIMÉ, Thomas. Goud en Brazilianen. **OSO, Tijdschrift voor Surinaamse taalkunde, letterkunde, cultuur en geschiedenis**, jrg. 20, n. 1, p. 109-127, mei 2001.

HOOGBERGEN, Wim; POLIMÉ, Thomas. Oostelijk Suriname 1986-2002. **OSO, Tijdschrift voor Surinaamse taalkunde, letterkunde, cultuur en geschiedenis**, jrg. 21, n. 2, p. 225-242, okt. 2001.

HUBBARD, Philip. **Sex and the city**: geographies of prostitution in the urban west. Aldershot: Ashgate Publishing, 1999.

IAMGOLD: National Assembly Approves Agreement On Rosebel Mine In Suriname. **RTT News**, 15 apr. 2013. Disponível em: <<http://www.rttnews.com/2093996/iamgold-national-assembly-approves-agreement-on-rosebel-mine-in-suriname.aspx>>. Acesso em: jul. 2013.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**: síntese de indicadores 2011. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

IBP, International Business Publications. Mining Laws and Regulations handbook: strategic information. Washington DC: IBP, 2010. 1 v.

IIRSA. Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana. **IIRSA 10 anos depois**: Suas conquistas e desafios. Buenos Aires : BID-INTAL, 2011. Disponível em: <http://www.iirsa.org/admin_iirsa_web/Uploads/Documents/lb_iirsa_10_anos_sus_logros_y_desafios_port.pdf>. Acesso em out. 2012.

ILO. International Labour Organisation. **Indigenous and Tribal Peoples Convention (C107)**, 26 jun. 1957. Disponível em: <http://www.ilo.org/dyn/normlex/en/f?p=NORMLEXPUB:12100:0::NO:12100:P12100_ILO_CODE:C107>. Acesso em: jan. 2012.

ILO. International Labour Organisation. **Indigenous and Tribal Peoples Convention (C169)**, 27 jun. 1989. Disponível em: <http://www.ilo.org/dyn/normlex/en/f?p=NORMLEXPUB:12100:0::NO:12100:P12100_ILO_CODE:C169>. Acesso em: jan. 2012.

INSEE. L'Institut National de la Statistique et des Études Économiques . **Population totale par sexe et âge regroupé (Commune de Maripasoula - 97353)**. Disponível em: <http://www.insee.fr/fr/themes/tableau_local.asp?ref_id=POP1A&millesime=2010&niveau=1&nivgeo=COM&codgeo=97353#>. Acesso em: jul. 2013.

JENKS, Chris. **Transgression**. London: Routledge, 2003.

JOHNSON, Paul M. **Rosebel Project Technical Report**. Suriname: Cambior, 2002.

JOHNSTON, Ron. Territory and territoriality in a globalizing world. **Ekistics**, v. 70, n. 418-419, p. 64-70, 2003.

KAISER, Bernard. O geógrafo e a pesquisa de campo. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 84, p. 93-104, 2006.

KAMBEL, Ellen-Rose; MACKAY, Fergus. **The rights of indigenous people and Maroons in Suriname**. Copenhagen: International Work Group for Indigenous Affairs (IWGIA), 1999.

KANAI, Juan Miguel; OLIVEIRA, Rafael da Silva. Paving (through) Amazonia: neoliberal urbanism and the re-peripheralization of Roraima. **Environment & Planning A**, v. 45, 2013. (forthcoming; doi:10.1068/a45415).

KANAI, Juan Miguel; OLIVEIRA, Rafael da Silva; SILVA, Paulo Rogério de Freitas. Pavimentando Roraima: a BR-174 como exemplo das lógicas neoliberais de transnacionalização do território na Amazônia Ocidental. **Sociedade & Natureza**, ano 24, n. 1, p. 67-82, jan./abr. 2012.

KATZ, Cindi. Social formations: thinking about society, identity, power and resistance. In: HOLLOWAY, Sarah L.; RICE, Stephen P.; VALENTINE, Gill (eds.). **Key concepts in Geography**. London: SAGE, 2003. p. 249-265.

KAUFMANN, Vincent. **Re-thinking mobility: contemporary sociology**. Hampshire: Ashgate Publishing, 2002.

KAUFMANN, Vincent. **Re-thinking the city: urban dynamics and motility**. Lausanne: École Polytechnique Fédérale de Lausanne (EPFL) Press; New York: Routledge, 2011.

KAUFMANN, Vincent; BERGMAN, Manfred Max; JOYE, Dominique. Motility: Mobility as Capital. **International Journal of Urban and Regional Research**, v. 28, n. 4, p. 745-756, 2004.

KELEMAN, Stanley. **Anatomia emocional**. São Paulo: Summus Editorial, 1992.

KINDLEBERGER, Charles P.; ALIBER, Robert Z. **Da euforia ao pânico: uma história das crises financeiras**. Tradução de Leonardo Abramowics. São Paulo: Editora Gente, 2009.

KITAMURA, Paulo Choji. **Desenvolvimento sustentável: uma abordagem para as questões ambientais da Amazônia**. Tese (Doutorado em Economia). Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1994.

KITCHIN, Rob. "Out of place", "Knowing one's place": space, power and the exclusion of disabled people. **Disability & Society**, v. 13, n. 3, p. 343-356, 1998.

KLUCKHOHN, Florence R. O método de "observação participante" no estudo de pequenas comunidades. **Sociologia**, v. 8, n. 2, p. 103-118, 1946.

KNEWS. Guyana-Suriname backtrack operations continue daily. **Kaieteur News online**, 6 mar. 2011. Disponível em: <<http://www.kaieteurnews.com/2011/03/06/guyana-suriname-backtrack-operations-continue-daily/>>. Acesso em: jan. 2012.

KNOBLAUCH, Hubert et al. **Video analysis: methodology and methods**. Qualitative audiovisual data analysis in Sociology. Frankfurt: Peter Lang, 2006.

KOHLHEPP, Gerd. Conflitos de interesse no ordenamento territorial da Amazônia brasileira. **Estudos Avançados**, v. 16, n. 45, p. 37-61, mai./ago. 2002.

KOLK, Ans. **Forests in International Environmental Politics**. Utrecht: International Books, 1996.

KOM, Julius F. M. de; VOET, Gijsbert B. van der; WOLFF, Frederik A. de. Mercury exposure of maroon workers in the small scale gold mining in Suriname. **Environmental Research**, vol. 77, n. 2, may 1998. p. 91-97.

KOTSCHO, Ricardo. **Serra Pelada, uma ferida aberta na selva**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

KOWALD, Matthias; AXHAUSEN, Kay W. Focusing on connected personal leisure networks: selected results from a snowball sample. **Environment and Planning A**, v. 44, n. 5, p. 1085-1100, 2012.

KRAAIJER, Paul. **Kleinschalige goudwinning in Suriname op weg naar ordening**. Paramaribo: s/ed., 2013.

KRUIJT, Dirk; HOOGBERGEN, Wim. Peaceful relations in a stateless region: the post-war Maroni river borders in the Guianas. **Tijdschrift voor Economische en Sociale Geografie**, v. 96, n. 2, p. 199-208, 2005.

KRUIJT, Dirk; MAKES, Marion. De armoede in Suriname, 1980-2000. **OSO, Tijdschrift voor Surinaamse taalkunde, letterkunde, cultuur en geschiedenis**, jrg. 21, n. 2, p. 243-260, okt. 2002.

KUIPERS, Ank. Suriname and Iamgold sign deal to expand Rosebel gold mine. **Reuters**, 6 jun. 2013. Disponível em: <<http://www.reuters.com/article/2013/06/06/suriname-iamgold-idUSL1N0EI1Q120130606>>. Acesso em: jul. 2013.

LACERDA, L.D.; MARINS, R.V. Anthropogenic mercury emissions to the atmosphere in Brazil: the impact of gold mining. **Journal of Geochemical Exploration**, v. 58, n. 2-3, p. 223-229, apr. 1997.

LACERDA, Liz. Austrália – cônsules brasileiros são acusados de assédio moral e sexual: funcionários do consulado do Brasil em Sydney pediram que os dois sejam afastados. **Terra**, 02 abr. 2013. Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/brasil/australia-consules-brasileiros-sao-acusados-de-assedio-moral-e-sexual,d9854f8f77bcd310VgnVCM20000099cceb0aRCRD.html>>. Acesso em: abr. 2013.

LACERDA, L. D. SALOMONS, W. **Mercúrio na Amazônia: uma bomba-relógio química?** Rio de Janeiro: Centro de Tecnologia Mineral (Cetem); Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), 1992. (Série Tecnologia Ambiental, n.3).

LACERDA, L. D. et al. Mercury Contamination in the Madeira River, Amazon-Hg Inputs to the Environment. **Biotropica**, v. 21, n. 1, p.91-93, mar. 1989.

LAGO, André Aranha Corrêa do. **Estocolmo, Rio, Joanesburgo: o Brasil e as três conferências ambientais das Nações Unidas**. Brasília: Instituto Rio Branco (IRBr); Fundação Alexandre de Gusmão (Funag), 2006.

LANKSHEAR, Colin; KNOBEL, Michele. **Pesquisa pedagógica: do projeto à implementação**. Porto Alegre: Artmed, 2008.

LARSEN, Jonas; URRY, John; AXHAUSEN, Kay. **Mobilities, networks, geographies**. Burlington: Ashgate Publishing, 2006.

LASALLE, Luann. Cambior Shareholders Approve C\$1.2B Iamgold Takeover. **Resource Investor**, 7 nov. 2006. Disponível em: <<http://www.resourceinvestor.com/2006/11/07/cambior-shareholders-approve-c12b-iamgold-takeover>>. Acesso em: mar. 2013.

LAURIER, Eric. Participant observation. In: CLIFFORD, Nicholas; FRENCH, Shaun; VALENTINE, Gill (eds.). **Key Methods in Geography**. Los Angeles: SAGE, 2010. p. 116-130.

LAURIER, Eric; PHILO, Chris. Cold shoulders and napkins handed: gestures of responsibility. **Transactions of the Institute of British Geographers**, v. 31, n. 2, p. 193-208, jun. 2006.

LE TOURNEAU, François-Michel. **Les yanomami du Brésil: géographie d'un territoire amérindien**. Paris : Éditions Belin, 2010.

LEAL, Maria Lúcia Pinto; LEAL, Maria de Fátima Pinto. **Pesquisa sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para fins de exploração sexual comercial no Brasil – PESTRAF**. Rio de Janeiro: Thesaurus, 2003.

LEEWIN, Wilfred. Suriname verliest grip op goudsector. **De Ware Tijd**, Binnenland, 21 nov. 2008. Disponível em: < <http://www.dwtonline.com/>>. Acesso em: dez. 2008.

LEFEBVRE, Alain. Les autoroutes de l'information entre territoire et reseaux. **Le Geographe Canadien**, v. 43, n. 2, p. 118-126, 1999.

LEINO, Tuija; LODENIUS, Martin. Human hair mercury levels in Tucuruí area, State of Pará, Brazil. **The Science of the Total Environment**, v. 175, n. 2, p. 119-125, dec. 1995.

LENZ, Peter. **Cell Motility**. New York: Springer, 2008.

LEO, Sergio. Suriname deve se tornar membro associado do Mercosul, diz Patriota. **Valor Econômico**, 18 fev. 2013. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/brasil/3010220/suriname-deve-se-tornar-membro-associado-do-mercossul-diz-patriota#ixzz2kP2GoAIC>>. Acessado em: abr. 2013.

LEÓN, Maritza Sobrados. La inmigración como problema. Percepciones sociales y representaciones mediáticas. **Prisma Social - Revista de Ciencias Sociales**, n. 6, p.01-26, jun. 2011.

LEONARDI, Victor Paes de Barros. **Fronteiras amazônicas do Brasil: saúde e história social**. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Marco Zero, 2000.

LEONEL JÚNIOR, Mauro. Índios “isolados”, as maiores vítimas. In: CEDI. Centro Ecumênico de Documentação e Informação. **Povos indígenas no Brasil – 85/86**. São Paulo: CEDI, 1986. p. 293-298. (Aconteceu Especial, n.17).

LÉVY, Jacques. Les nouveaux espaces de la mobilité. In: BONNET, Michel; DESJEUX, Dominique (eds.). **Les territoires de la mobilité**. Paris: Presses Universitaires de France, 2000. p.155-170.

LÉVY, Jacques. Territoire. In: LÉVY, Jacques; LUSSAULT, Michel (eds.). **Dictionnaire de la Géographie**. Paris: Éditions Belin, 2003. p. 907-910.

LÉVY, Jacques; LUSSAULT, Michel (eds.). **Dictionnaire de la Géographie**. Paris: Éditions Belin, 2003.

LEWIS, M. Paul (ed.). **Ethnologue: Languages of the World**. Dallas: SIL International, 2009.

LIMA, Vanessa. Operação deteve 27 garimpeiros na reserva indígena Yanomami. **Folha de Boa Vista**, 22 nov. 2011. Disponível em: <<http://www.folhabv.com.br/noticia.php?id=119824>>. Acesso em: abr. 2012.

LIMA, Vanessa. Em RR, lideranças Yanomami cobram ação contra garimpeiros. **G1**, 18 jul. 2013. Disponível em: < <http://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2013/07/em-rr-liderancas-yanomami-cobram-acao-contra-garimpeiros.html>>. Acesso em: jul. 2013.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Eliza. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária, 1986.

MACDONALD, Scott B. Insurrection and redemocratization in Suriname?: the ascendancy of the “third path”. **Journal of Interamerican Studies and World Affairs**, v. 30, n. 1, p.105-132, 1988.

MACHADO, Lia Osório. Limites e fronteiras: da alta diplomacia aos circuitos da ilegalidade. **Revista Território**, ano 5, n. 8, p. 7-23, jan./jun. 2000.

MACMILLAN, Gordon. **At the end of the rainbow? Gold, land and people in the Brazilian amazon**. Londres: Earthscan Publications Limited, 1995.

MAIA, Graziela Zambão Abdian. Pesquisa etnográfica e estudo de caso. In: MACHADO, Lourdes Marcelino; MAIA, Graziela Zambão Abdian; LABEGALINI, Andréia Cristina Fregate Baraldi (orgs.). **Pesquisa em educação: passo a passo**. Marília: Edições M3T, 2007. p. 83-93.

MALM, Olaf et al. Mercury pollution due to gold mining in the Madeira river basin, Brazil. **Ambio**, v. 19, n. 1, p. 11-15, feb. 1990.

MALM, Olaf. A poluição por mercúrio, uso de equipamentos antipoluentes, e uma avaliação da contaminação em áreas de garimpos de ouro na Amazônia. In: MATHIS, Armin; REHAAG, Regine (orgs.). **Conseqüências da garimpagem no âmbito social e ambiental da Amazônia**. Belém: Cejup, 1993. p.113-130.

MARANDOLA JÚNIOR, Eduardo; DAL GALLO, Priscila Marchiori. Ser migrante: implicações territoriais e existenciais da migração. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 27, n. 2, p. 407-424, 2010.

MARQUES, Marcelo. Garimpeiros são presos em Reserva Yanomami no Norte de RR. **G1**, 23 mar. 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rr/roaima/noticia/2013/03/garimpeiros-sao-presos-em-reserva-yanomami-no-norte-de-rr.html>>. Acesso em: abr. 2013.

MARTIM DE OLIVEIRA, Fernando Moreno. **Redes narcotraficantes e integração paralela na região amazônica**. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais). Brasília: Universidade de Brasília, 2007.

MARTIN, Dougal. Macroeconomic developments during the 1990s. In: DIJCK, Pitou van (ed.). **Suriname, The Economy: prospects for sustainable development**. Kingston: Ian Randle Publishers, 2001. p. 43-90.

MARTINS, Ana Luiza. Breve história dos garimpos de ouro do Brasil. In: ROCHA, Gerônimo Albuquerque (org.). **Em busca do ouro: garimpos e garimpeiros no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero, 1984. p. 177-215.

MARTINS, Rosiane Ferreira. **Brasileiros em situação clandestina na Guiana Francesa: uma etnografia das relações e representações sociais entre migrantes**. Dissertação de Mestrado (Antropologia). Belém: Universidade Federal do Pará, 2010.

MASSEY, Doreen. Power-geometry and a progressive sense of place. In: BIRD, Jon et al. (eds.). **Mapping the futures: local cultures, global changes**. London: Routledge, 1993. p. 59-69.

MASSEY, Doreen. **Space, place, and gender**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1994.

MASSEY, Doreen. Spaces of politics. In: MASSEY, Doreen; ALLEN, John; SARRE, Phillip (eds.). **Human Geography today**. Cambridge: Polity, 1999. p. 279-294.

MASSEY, Doreen. Entanglements of power: reflections. In: SHARP, Joanne P. et al. (eds.). **Entanglements of power: geographies of domination/resistance**. New York: Routledge, 2000. p.279-286.

MASSEY, Doreen. **For space**. London: SAGE, 2005.

MASSEY, Doreen; CLARK, Nigel. Introduction. In: CLARK, Nigel; MASSEY, Doreen; SARRE, Philip (eds.). **Material geographies: a world in the making**. London: SAGE, 2008. p. 01-06.

MATHIS, Armin. Garimpagem de ouro na Amazônia. **Paper do NAEA**, n. 36, p. 1-13, abr. 1995a.

MATHIS, Armin. Serra Pelada. **Paper do NAEA**, n. 50, p. 1-15, dez. 1995b.

MATHIS, Armin. O Mercado comum de Ouro. **Paper do NAEA**, n. 61, p. 1-10, ago. 1996.

MATHIS, Armin. Garimpagem de ouro e valorização da Amazônia: a formação de relações de trabalho sob o quadrângulo mercado internacional, Estado nacional, região e natureza. **Paper do NAEA**, n. 101, p. 1-17, ago. 1998.

MATHIS, Armin; BRITO, Daniel Chaves de; BRÜSEKE, Franz Josef. **Riqueza volátil: a mineração de ouro na Amazônia**. Belém: Cejup, 1997.

- MATLESS, David. Moral geography in Broadland. **Ecumene**, v. 1, n. 2, p. 127-155, 1994.
- MATTOS, Rogério Botelho de; RIBEIRO, Miguel Angelo. Territórios da prostituição nos espaços públicos da Área Central do Rio de Janeiro. **Boletim Goiano de Geografia**, v. 15, n. 1, p. 57-79, jan./dez. de 1995.
- MCDOWELL, Linda; SHARP, Joanne P (eds.). **A Feminist Glossary of Human Geography**. New York: Arnold, 1999.
- MELAMED, R. et al. Mechanisms of physico-chemical interaction of mercury with river sediments from a gold mining region in Brazil: relative mobility of mercury species. **Journal of Geochemical Exploration**, v. 58, n. 2-3, p. 119-124, apr. 1997.
- MELLO, João Baptista Ferreira de. A Humanização da Natureza - uma odisséia para a (re)conquista do paraíso. In: MESQUITA, Olindina Vianna; SILVA, Solange Tietzmann (orgs.). **Geografia e Questão Ambiental**. Rio de Janeiro: IBGE, 1993. p.31-40.
- MENEGON, Vera Mincoff. Por que jogar conversa fora? Pesquisando no cotidiano. In: SPINK, Mary Jane (org.). **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas**. São Paulo: Cortez, 2004. p. 215-241.
- MENEZES, Marilda A.; AIRES, Lúcia M. Arnaud; SOUZA, Maria R. de. Construindo narrativas orais: interações sociais no trabalho de campo. **Cadernos de campo**, ano 13, n. 12, p. 57-69, 2004.
- MENKE, Jack. **Restructuring urban employment and povert: the case of Suriname**. Paramaribo: SWI-Press, 1998.
- MENKE; Jack; PÉREZ, Orlando J. **Surinamese strategic culture**. Miami: Florida International University's Applied Research Center (FIU-ARC), 2012.
- MIRANDA, Jocy Gonçalo de et al. **Atividades garimpeiras no Brasil: aspectos técnicos, econômicos e sociais**. Rio de Janeiro: Centro de Tecnologia Mineral (Cetem); Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), 1997. (Série Estudos e Documentos, n.38).
- MOL, J. H. et al. Mercury contamination in freshwater, estuarine, and marine fishes in relation to small-scale gold mining in Suriname, South America. **Environmental Research**, v. 86, n. 2, p. 183-197, jun. 2001.
- MONDARDO, Marcos. **Os períodos das migrações: territórios e identidades em Francisco Beltrão/PR**. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-graduação em Geografia). Dourados: Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), 2009.
- MONDARDO, Marcos. Mesclando fronteiras no Mato Grosso do Sul: considerações preliminares sobre o devir da multi/transterritorialidade "gaúcha". **Ensaio de Geografia**, v. 1, n. 1, p. 7-30, 2012.
- MONTEIRO, Lício Caetano do Rego. Novas territorialidades na fronteira Brasil-Colômbia: deslocamento populacional e atuação da guerrilha. In: Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 12., 2007, Belém. **Anais eletrônicos...** Belém: ANPUR, 2007. Disponível em: <<http://www.anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/view/3826/3745>>. Acesso em: mar. 2012.

MOSS, Pamela. AL-HINDI, Karen Falconer (eds.). **Rethinking space, place, and knowledges**. Lanham: Rowman & Littlefield Publishers, 2008.

MOURA, Salvador Tavares de. **Serra Pelada: experiência, memórias e disputas**. Dissertação (Mestrado em História). São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), 2008.

MRE, Ministério das Relações Exteriores. **Brasileiros no mundo: estimativas**. Brasília: MRE, 2011a.

MRE, Ministério das Relações Exteriores do Brasil. Visita ao Brasil do Chanceler do Suriname, Winston Lackin – Brasília. **Diplomacia Pública**, Nota n. 437, 9 nov. 2011b. Disponível em: < <http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/visita-ao-brasil-do-chanceler-do-suriname-winston-lackin-2013-brasilia-11-de-novembro-de-2011>>. Acesso em: jan. 2012.

MRE, Ministério das Relações Exteriores do Brasil. Visita ao Brasil do Ministro das Relações Exteriores do Suriname, Winston Lackin – Brasília. **Diplomacia Pública**, Nota n. 48, 18 fev. 2013. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/visita-ao-brasil-do-ministro-das-relacoes-exteriores-do-suriname-winston-lackin-brasilia-18-de-fevereiro-de-2013>>. Acesso em: mai. 2013.

MURDOCH, Jonathan. **Post-Structuralist Geography**. London: SAGE, 2006.

NELSON, Lise; SEAGER, Joni (eds.). **A companion to feminist Geography**. Malden: Blackwell Publishing, 2005.

NIEKERK, Mies van. **Surinam Country Study**. Oxford: Department of International Development (DFID) UK; European Community's Poverty Reduction Effectiveness Programme (EC-PREP), 2005.

NIGHTINGALE, Andrea. A feminist in the forest: situated knowledges and mixing methods in natural resource management. **ACME: An International E-Journal for Critical Geographies**, v. 2, n.1, 2003. p. 77-90.

NOGUÉ, Joan; ROMERO, Joan (eds.). **Las otras geografías**. Valencia: Tirant lo Blanch, 2006.

NOGUEIRA, Oracy. **Pesquisa social: introdução às suas técnicas**. São Paulo: Editora da USP, 1968.

Ó TUATHAIL, Gearóid. **Critical geopolitics: the politics of writing global space**. Minnesota: University of Minnesota Press, 1996.

OGBORN, Miles. Knowledge is power: using archival research to interpret state formation. In: BLUNT, Alison et al. (eds.). **Cultural geography in practice**. London: Edward Arnold, 2003. p. 9-20.

OGS, Ordening Goud Sector. **Fase 1 – Aanmelding**. Paramaribo: GMD, 2011a. 5p.

OGS, Ordening Goud Sector. **Fase 2 – Registratie**. Paramaribo: GMD, 2011b. 6p.

OLIVEIRA, Rafael da Silva. Do espaço fechado ao espaço coletivo: o balé do lugar em meio à territorialidade da prostituição dos travestis na área central de Nova Iguaçu, RJ. In:

RIBEIRO, Miguel Angelo (org.). **Território e Prostituição na Metrópole Carioca**. São João de Meriti: Ecomuseu Fluminense, 2002. p. 141-159.

OLIVEIRA, Rafael da Silva. As transformações na configuração político-administrativa do estado de Roraima: um panorama a partir da implantação do federalismo. In: SILVA, Paulo Rogério de Freitas; OLIVEIRA, Rafael da Silva (orgs.). **Roraima 20 anos: as Geografias de um novo estado**. Boa Vista: Editora da Universidade Federal de Roraima, 2008a. p. 46-86.

OLIVEIRA, Rafael da Silva. Do rio ao traçado urbano, e novamente ao rio (alguns apontamentos para pensar a cidade de Boa Vista/RR). **ACTA Geográfica**, v. 2, n. 3, p. 93-106, jan./jun. 2008b.

OLIVEIRA, Rafael da Silva. Vulnerabilidade e fragilização para a atuação da rede de exploração sexual de crianças e adolescentes em Caracará: uma análise a partir das transformações em sua organização espacial. In: CORSINI, Flávio Lírio (org.). **Violência sexual infanto-juvenil: experiências do enfrentamento em Roraima**. Boa Vista/RR: Editora da Universidade Federal de Roraima (EdUFRR), 2009. p. 103-120.

OLIVEIRA, Rafael da Silva. As redes de brasileiras para o trabalho sexual nos garimpos da Guiana, Suriname e Venezuela. In: RIBEIRO, Miguel Angelo; OLIVEIRA, Rafael da Silva (orgs.). **Território, sexo e prazer: olhares sobre o fenômeno da prostituição na Geografia brasileira**. Rio de Janeiro: Gramma, 2011a. p. 185-207.

OLIVEIRA, Rafael da Silva. Garimpeiros no Suriname: panorama histórico e atuais implicações. **Meridiano 47 (UnB)**, v. 12, n. 125, p. 53-60, mai./jun. de 2011b.

OLIVEIRA, Rafael da Silva. Dos fluxos da esperança à precária realidade da migração brasileira para as áreas de garimpo na Guiana e no Suriname. In: SILVA, Sidney Antonio da (org.). **Migrações na Pan-amazônia: fluxos, fronteiras e processos socioculturais**. São Paulo: Hucitec, 2012a. p. 189-220.

OLIVEIRA, Rafael da Silva. Imagens estereotipadas em pauta: o discurso dos jornais surinameses sobre os imigrantes brasileiros (2007-2010). **Espaço & Geografia (UnB)**, v. 15, n. 2, p. 443-474, 2012b.

OLIVEIRA, Rafael da Silva. O discurso dos jornais surinameses sobre os imigrantes brasileiros (2007-2010). **AGALI Journal**, n. 2, 2012c. p. 11-31.

OLIVEIRA, Rafael da Silva. Las redes de prostitución y tráfico de mujeres en la frontera Brasil-Venezuela por las carreteras BR-174 e Troncal 10. **Espacio Abierto**, v. 21, n. 2, p. 325-343, abr./jun. 2012d.

OLIVEIRA, Rafael da Silva; PIMENTEL, Geyza Alves; WANKLER, Fábio Luiz. A dinâmica dos fluxos entre as cidades de Bonfim (Brasil) e Lethem (Guiana): subsídios para pensar as vulnerabilidades dessa fronteira diante das redes de aliciamento e exploração sexual comercial infanto-juvenil. In: CORSINI, Flávio Lírio (org.). **Violência sexual infanto-juvenil: experiências do enfrentamento em Roraima**. Boa Vista/RR: Editora da Universidade Federal de Roraima (EdUFRR), 2009. p. 87-101.

OLIVEIRA, Rafael da Silva; RIBEIRO, José Paulo. **Wortubuku: sranantongo para brasileiros**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

OLIVEIRA, Rafael da Silva; SANTOS, Paula Adelaide Matos. Mapeamento do índice de vulnerabilidade social e pesquisa de campo: identificação dos bairros e localidades mais suscetíveis à atuação das redes de exploração sexual comercial infanto-juvenil na cidade de Boa Vista/RR. In: Flávio Lírio Corsini. (Org.). **Violência sexual infanto-juvenil: experiências do enfrentamento em Roraima**. Boa Vista/RR: EdUFRR, 2009. p. 43-83.

OPERAÇÃO de risco: o governo entra na briga de índios e garimpeiros e acaba numa disputa com a Justiça. **Veja**, São Paulo, ed. 1113, ano 23, n. 2, p. 38-40, jan. 1990.

ORBAN, Gilliamo. Illegale goudzoekers mishandelen onderkapitein Anapaike. **Times of Suriname**, Binnenland, 14 okt. 2008. Disponível em: <<http://www.surinametimes.com/smartcms/>>. Acesso em abr. 2012.

ORBAN, Gilliamo. Vestiging Braziliaanse gouddelvers Para verontrust dorpschóofden. **Times of Suriname**, Binnenland, 11 jan. 2010. Disponível em: <<http://www.surinametimes.com/smartcms/>>. Acesso em mar. 2013.

ORBAN, Gilliamo. Goudcommissie opent heksenjacht op porknokkers. **De Ware Tijd**, Binnenland, 15 maart 2012. Disponível em: <<http://www.dwtonline.com/>>. Acesso em: jan. 2013.

ORNAT, Márcio José. Território e prostituição travesti: uma proposta de discussão. **Terr@Plural**, v. 2, n. 1, p. 41-56, 2008.

ORTIZ, Renato. **Um outro território: ensaios sobre a mundialização**. São Paulo: Olho d'água, 2005.

PAASI, Anssi. **Territories, boundaries, and consciousness: the changing geographies of the Finnish-Russian border**. New York: John Wiley & Sons, 1996.

PAG. Parc Amazonien de Guyane. **Rapport d'activité - 2009**. Cayenne: PAG, 2009.

PAG. Parc Amazonien de Guyane. **Rapport d'activité - 2010**. Cayenne: PAG, 2010.

PAG. Parc Amazonien de Guyane. **Rapport d'activité - 2011**. Cayenne: PAG, 2011.

PAINTER, Joe. Rethinking Territory. **Antipode**, v. 42, n. 5, p. 1090-1118, 2010.

PANELLI, Ruth. **Social geographies: from difference to action**. Thousand Oaks: SAGE, 2004.

PARR, Hester. **Mental Health and Social Space: towards Inclusionary Geographies?** Oxford: Wiley-Blackwell, 2008.

PATEO, Rogério Duarte do. **Niyayou: antagonismo e aliança entre os Yanomam da Serra das Surucucus (RR)**. Tese (Doutorado em antropologia Social). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005.

PEDLOWSKI, Marcos A. et al. Patterns and impacts of deforestation in Rondônia, Brazil. **Landscape and Urban Planning**, v. 38, n. 3-4, p. 149-157, nov. 1997.

PENEUX, Julien. Brazilië verontrust over behandelings onderdanen in Suriname. **De Ware Tijd**, Binnenland, 18 maart 2009. Disponível em: <<http://www.dwtonline.com/>>. Acesso em: out. 2011.

PEREIRA FILHO, Saulo Rodrigues. **Metais pesados nas sub-bacias hidrográficas de Poconé e Alta Floresta**. Rio de Janeiro: Centro de Tecnologia Mineral (Cetem); Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), 1995. (Série Tecnologia Ambiental, n.10).

PEREIRA, Elenita Malta. O ouro negro: petróleo e suas crises políticas, econômicas, sociais e ambientais na 2ª metade do século XX. **Outros Tempos**, v. 5, n. 6, p. 54-72, dez. 2008.

PEREIRA, José Veríssimo da Costa. Faiscadores. **Revista Brasileira de Geografia**, ano 7, n. 1, p. 156-161, jan./mar. de 1945.

PETERSON, Garry D.; HEEMSKERK, Marieke. Deforestation and forest regeneration following small-scale gold mining in the Amazon: the case of Suriname. **Environmental Conservation**, v. 28, n. 2, p. 117-126, 2001.

PFEIFFER, Wolfgang C. et al. Mercury concentrations in inland waters of goldmining areas in Rondônia, Brazil. **Science of the Total Environment**, V. 87-88, p. 233-240, nov. 1989.

PFEIFFER, Wolfgang C. et al. Mercury in the Madeira River ecosystem, Rondônia, Brazil. **Forest Ecology and Management**, v. 38, n. 3-4, p. 239-245, feb. 1991.

PFEIFFER, Wolfgang C.; LACERDA, Luís D. de. Mercury inputs into the Amazon Region, Brazil. **Environmental Technology Letters**, v. 9, n. 4, p.325-330, 1988.

PIMENTEL, Geyza Alves; OLIVEIRA, Rafael da Silva. Tráfico de mulheres para fins de exploração sexual comercial na fronteira Brasil-Venezuela: o caso da BR-174. In: LEAL, Maria Lúcia Pinto; LEAL, Maria de Fátima Pinto; LIBÓRIO, Renata Maria Coimbra (Org.). **Tráfico de pessoas e violência sexual**. Brasília: VIOLES/SER/Universidade de Brasília, 2007, p. 59-73.

PINHEIRO, Odette de Godoy. Entrevista: uma prática discursiva. In: SPINK, Mary Jane (org.). **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas**. São Paulo: Cortez, 2004. p. 183-214.

PINSONNEAULT, Alain; KRAEMER, Kenneth L. Survey research methodology in management information systems: an assessment. **Journal of Management Information Systems**, v. 10, n. 2, p. 75-105, fall 1993.

PINTO, José Armindo. Garimpagem: contribuição ao desbravamento e à ocupação da Amazônia. In: MATHIS, Armin; REHAAG, Regine (orgs.). **Consequências da garimpagem no âmbito social e ambiental da Amazônia**. Belém: Cejup, 1993. p. 27-35.

PINTO, Manoel de Jesus de Souza. **O fetiche do emprego**: um estudo sobre as relações de trabalho de brasileiros na Guiana Francesa. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido). Belém: Universidade Federal do Pará, 2008.

POLICE, Gérard. Discours, Emergence et deconstruction d'oyapock-Oiapoque comme systeme global. In: PORTO, Jadson Luís Rebelo; NASCIMENTO, Durbens Martins (orgs.). **Interações Fronteiriças no Platô das Guianas**: novas construções, novas territorialidades. Macapá: Editora Publit, 2010. p. 105-137. (Série Percepções do Amapá, v. 6).

PORTES, Alejandro; ZHOU, Min. Gaining the upper hand: economic mobility among immigrant and domestic minorities. **Ethnic and Racial Studies**, v. 15, n. 4, p. 491-522, oct. 1992.

PORTO, Claudio Gerheim; PALERMO, Nely; PIRES, Fernando Roberto Mendes. Panorama da exploração e produção do ouro no Brasil. In: TRINDADE, Roberto de Barros Emery; BARBOSA FILHO, Olavo (orgs.). **Extração de Ouro – Princípios, Tecnologia e Meio Ambiente**. Rio de Janeiro: Centro de Tecnologia Mineral (Cetem), 2002. p. 1-22.

PORVARI, Petri. Mercury levels of fish in Tucurui hydroelectric reservoir and in River Moju in Amazonia, in the state of Pará, Brazil. **The Science of the Total Environment**, v. 175, n. 2, p. 109-117, dec. 1995.

PÓVOA NETO, Helion. **No caminho das pedras**: itinerários na formação da mobilidade garimpeira em Goiás. Tese (Doutorado em Geografia Humana). São Paulo: Universidade de São Paulo, 1998a.

PÓVOA NETO, Helion. Itinerários da mobilidade garimpeira. In: Centro de Estudos Migratórios; Serviço Pastoral dos Migrantes (orgs.). **O fenômeno migratório no limiar do terceiro milênio**: desafios pastorais. Petrópolis: Vozes, 1998b. p. 203-224.

PÓVOA NETO, Helion. A criminalização das migrações na nova ordem internacional. In: PÓVOA NETO, Helio; FERREIRA, Ademir Pacelli (orgs.). **Cruzando fronteiras disciplinares**: um panorama dos estudos migratórios. Rio de Janeiro: Revan, 2005. p.297-309.

PRICE, Richard. **Rainforest Warriors**: Human Rights on Trial. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2011.

PROCÓPIO, Argemiro. A miséria do colono e o ouro no Araguaia e Amazônia. In: ROCHA, Gerônimo Albuquerque (org.). **Em busca do ouro**: garimpos e garimpeiros no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero, 1984. p. 121-144.

PROCÓPIO, Argemiro. **Destino amazônico**: devastação nos oito países da Hiléia. São Paulo: Hucitec, 2005.

PROCÓPIO, Argemiro. A Amazônia Caribenha. **Revista Brasileira de Política Internacional (RBPI)**, v. 50, n. 2, p. 97-117, 2007.

PROCÓPIO, Argemiro. **Subdesenvolvimento sustentável**. 2a. Ed. Curitiba: Juruá, 2008.

PROCTOR, James D. Ethics in Geography: giving moral form to the geographical imagination. **Area**, v. 30, n. 1, p. 8-18, 1998.

PROSS, Eliézer. Honderden illegale Brazilianen op Grassalco concessie. **De Ware Tijd**, Binnenland, 20 mei 2008a. Disponível em: < <http://www.dwtonline.com/>>. Acesso em: abr. 2010.

PROSS, Eliézer. Binnenlandse luchtvaart incasseert rake klappen. **De Ware Tijd**, Binnenland, 21 nov. 2008b. Disponível em: < <http://www.dwtonline.com/>>. Acesso em: set. 2010.

PROSS, Eliézer. Dynamiet en chaos bij goudkoorts Para. **De Ware Tijd**, Binnenland, 28 juni 2011. Disponível em: < <http://www.dwtonline.com/>>. Acesso em: nov. 2011.

QUICK, J.A.A. Mercury in the Surinamese environment. *Interactie*, 5, 2001. pp.29-37.

RADCLIFFE, Sarah. Popular and State discourses of power. In: MASSEY, Doreen; ALLEN, John; SARRE, Phillip (eds.). **Human Geography today**. Cambridge: Polity, 1999. p. 219-242.

RAFFESTIN, Claude. Repères pour une théorie de la territorialité humaine. **Cahier (Groupe Réseaux)**, n.7, p. 2-22, 1987.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RAFFESTIN, Claude. Space, territory, and territoriality. **Environment and Planning D: Society and Space**, v. 30, n. 1, p. 121-141, 2012.

RAMCHARAN, Nita. Eldorado tòch in de Guyana's. **Kompas**, jaargang 1, nr. 27, p. 9-13, apr. 1996.

RAMOS; Alcida R.; TAYLOR, Kenneth I. **The Yanoama in Brazil and Yanomami Indian Park, proposal and justification**. Copenhagen: International Work Group for Indigenous Affairs (IWGIA), 1979. (IWGIA Document, n. 37).

RÉMY, Jean. Métropolisation et diffusion de l'urbain: les ambiguïtés de la mobilité. In: BONNET, Michel; DESJEUX, Dominique (eds.). **Les territoires de la mobilité**. Paris: Presses Universitaires de France, 2000. p.171-188.

RIBEIRO, Fernando Rosa. The Guianas Revisited: rethinking a region. In: GOWRICHARN, Ruben (ed.). **Caribbean transnationalism: migration, pluralization, and social cohesion**. Lanham: Rowman & Littlefield Publishers, 2006. p. 23-42.

RIBEIRO, Miguel Angelo (org.). **Território e Prostituição na Metrópole Carioca**. São João de Meriti: Ecomuseu Fluminense, 2002.

RIBEIRO, Miguel Angelo; OLIVEIRA, Rafael da Silva (orgs.). **Território, sexo e prazer: olhares sobre o fenômeno da prostituição na Geografia brasileira**. Rio de Janeiro: Gramma, 2011.

ROBBÉ, Edo de Vries. Goud en drugs in Suriname. **OSO, Tijdschrift voor Surinaamse taalkunde, letterkunde, cultuur en geschiedenis**, jrg. 24, n. 2, p. 303-322, oktober 2005a.

ROBBÉ, Edo de Vries. **Onverantwoord ondernemen: een economisch-antropologische analyse van de informele, illegale en criminele economische activiteiten in Suriname**. Faculteit Sociale Wetenschappen (Culturele Antropologie). Utrecht: Universiteit van Utrecht, 2005b.

ROBERTS, Richard. **Por dentro das finanças internacionais: guia prático dos mercados e instituições financeiras**. Tradução de Maria José Cyhlar. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

RODRIGUES FILHO, S.; MADDOCK, J.E.L. Mercury pollution in two gold mining areas of the Brazilian Amazon. **Journal of Geochemical Exploration**, v. 58, n. 2, p. 231-240, apr. 1997.

RODRIGUES, Rita Maria et al. **Estudo dos impactos ambientais decorrentes do extrativismo mineral e poluição mercurial no Tapajós – pré-diagnóstico**. Rio de Janeiro:

Centro de Tecnologia Mineral (Cetem); Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), 1994. (Série Tecnologia Ambiental, n.4).

RODRÍGUES, Rita. **Garimpos do vale do Tapajós: as máquinas transformando as relações de produção e o meio ambiente**. Tesis (Maestría en ciencias sociales con mención en estudios amazónicos). Quito: Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales (FLACSO) – Sede Ecuador, 1996.

ROLLA, Alicia; RICARDO, Fany (orgs.). **Mineração em Terras Indígenas na Amazônia brasileira 2013**. São Paulo: Instituto Socioambiental (ISA), 2013.

ROSE, Gillian. **Feminism and Geography: the limits of geographical knowledge**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1993.

ROUTLEDGE, Paul. The imagineering of resistance: Pollok Free State and the practice of postmodern politics. **Transactions of the Institute of British Geographers**, v. 22, n. 3, p. 359-376, 1997.

ROZENBLAD, Gerold. Escalatie Klaaskreek na goudvondst-Dorpelingen raken slaags. **De Ware Tijd**, Binnenland, 16 mei 2011a. Disponível em: < <http://www.dwtonline.com/>>. Acesso em: ago. 2011.

ROZENBLAD, Gerold. Situatie Maripaston loopt uit de hand: -Goudzoeker doodgeschoten door beveiligers. **De Ware Tijd**, Binnenland, 24 okt. 2011b. Disponível em: <<http://www.dwtonline.com/>>. Acesso em: set. 2012.

RÜCKERT, Aldomar A.; GRASLAND, Claude. Transfronteirizações: possibilidades de pesquisa comparada América do Sul-União Europeia. **Revista de Geopolítica**, v. 3, n. 2, p. 90-112, jul./dez. 2012.

RUSINGA, Oswell. Perceptions of deaf youth about their vulnerability to sexual and reproductive health problems in Masvingo District, Zimbabwe. **African Journal of Reproductive Health**, v. 16, n. 2, p. 271-283, jun. 2012.

SÁ, Alcindo José de (org.). **Por uma Geografia sem cárceres públicos ou privados**. Recife: Fotolaser Reproduções Gráficas, 2007.

SACK, Robert David. Human territoriality: a theory. **Annals of the Association of American Geographers**, v. 73, n. 1, p. 55-74, 1983.

SACK, Robert David. **Human territoriality: its theory and history**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SACK, Robert David. **Place, modernity, and the consumer's world: a relational framework for geographical analysis**. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1992.

SACK, Robert David. **Homo Geographicus: a framework for action, awareness, and moral concern**. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1997.

SACK, Robert David. Author's response [Classics in human geography revisited]. **Progress in Human Geography**, v. 24, n. 1, p. 91-99, 2000.

SACK, Robert David. Geographical progress toward the Real and the Good. In: SACK, Robert David (ed.). **Progress: geographical essays**. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2002. p. 113-130.

SACK, Robert David. **A geographical guide to the real and the good**. New York: Routledge, 2003.

SACK, Robert. David. Place-making and time. In: MELS, Tom (ed.). **Reanimating places: a geography of rhythms**. Aldershot: Ashgate Publishing, 2004. p. 243-253.

SACK, Robert David. **Geography as a tool for developing the mind: a theory of place-making**. Queenston: The Edwin Mellen Press, 2010.

SAID, Edward W. **Orientalism: western conceptions of the Orient**. London: Routledge/Kegan Paul, 1978.

SAID, Edward W. **Culture and Imperialism**. Alfred A. Knopf, 1993.

SALOMÃO, Elmer Prata. O ofício e a condição de garimpar. In: ROCHA, Gerônimo Albuquerque (org.). **Em busca do ouro: garimpos e garimpeiros no Brasil**. São Paulo: Editora Marco Zero, 1984. p. 35-86.

SAMSON, Michel. Chercheurs d'orpailleurs. **Libération**, 10 sep. 2011. Disponível em: <http://www.liberation.fr/monde/01012358940-chercheurs-d-orpailleurs>. Acesso em: mar. 2012.

SANTANA, Carlos Ribeiro. O aprofundamento das relações do Brasil com os países do Oriente Médio durante os dois choques do petróleo da década de 1970: um exemplo de ação pragmática. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 49, n. 2, p. 157-177, jul./dez. 2006.

SANTOS RODRIGUES, Francilene dos. **Garimpando a sociedade roraimense: uma análise da conjuntura socio-política**. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido. Universidade Federal do Pará, 1996.

SANTOS, Breno Augusto dos. **Amazônia: potencial mineral e perspectivas de desenvolvimento**. São Paulo: T. A. Queiroz Editor; Editada da Universidade de São Paulo (EdUSP), 1981.

SANTOS, Milton. O retorno do território. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de; SILVEIRA, Maria Laura (orgs.). **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1994. p. 15-20.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

SANTOS, Milton. **Técnica, Espaço, Tempo: globalização e meio técnico-científico informacional**. 5. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2011.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. Globalização e Geografia: a compartimentação do espaço. **Caderno Prudentino de Geografia**, n.18, p. 5-17, jul. 1996.

SANTOS, Nelvio Paulo Dutra; OLIVEIRA, Reginaldo Gomes de; SENHORAS, Elói Martins. O Contencioso Roraima-Guiana sobre a ponte do rio Tacutu. **Examãpaku**, v. 2, n. 2, p. 1-8, 2009.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SAQUET, Marcos Aurélio. A abordagem territorial: considerações sobre a dialética do pensamento e do território. In: HEIDRICH, Álvaro Luiz et al. (orgs.). **A emergência da multiterritorialidade: a resignificação da relação do humano com o espaço**. Canoas: Editora da ULBRA; Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008. p. 47-60.

SCHIMINK, Marianne; WOOD, Charles H. **Contested frontiers in Amazonia**. New York: Columbia University Press, 1992.

SCHIMMEL, Leanne. **Het is niet alles goud wat er blinkt. Klein Belém: Een nieuw 'thuis' voor Braziliaanse migranten in Suriname**. Bachelorscriptie. Utrecht: Universiteit Utrecht, 2010.

SERBIN, Andrés. Surinam. Golpe, crisis y guerrilla. **Nueva Sociedad**, v. 88, p. 06-11, 1987.

SHAPIRO, Michael J. Moral geographies and the ethics of post-sovereignty. **Public Culture**, v. 6, n. 3, p. 479-502, 1994.

SHARP, Joanne P. et al. Entanglements of power: geographies of domination/resistance. In: _____. (eds.). **Entanglements of power: geographies of domination/resistance**. London, New York: Routledge, 2000. p. 01-42.

SHELLER, Mimi. Mobility. **Sociopedia.isa**, 2011. p. 1-12.

SHELLER, Mimi; URRY, John. The new mobilities paradigm. **Environment and Planning A**, v. 38, n. 2, p. 207-226, 2006.

SHIKIDA, Pery Francisco Assis; BACHA, Carlos José Caetano. Evolução da Agroindústria Canavieira Brasileira de 1975 a 1995. 1999. **Revista Brasileira de Economia**, v. 53, n. 1, p. 69-89, jan./mar. 1999.

SIBLEY, David. The notion of order in spatial analysis [reply to Richard Walker]. **The Professional Geographer**, v. 33, n. 1, p. 1-11, feb. 1981.

SIBLEY, David. Outsiders in society and space. In: ANDERSON, Kay; GALE, Fay (eds.). **Inventing places: studies in cultural geography**. Kings Gardens: Longman Cheshire, 1992. p. 107-122.

SIBLEY, David. **Geographies of exclusion: society and difference in the west**. Londres: Routledge, 1995.

SILVA, Alberto Luiz Teixeira da. **Serra Pelada: gestão de um espaço caotizado**. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento). Belém: Universidade federal do Pará, 1994.

SILVA, Alexandre Pessoa da. As diversas formas de garimpo de ouro, suas emissões de mercúrio e mecanismos de dispersão nos diversos compartimentos ambientais. In: MATHIS,

Armin; REHAAG, Regine (orgs.). **Conseqüências da garimpagem no âmbito social e ambiental da Amazônia**. Belém: Cejup, 1993. p.48-56.

SILVA, Alexandre Pessoa da et al. **Emissões de mercúrio na queima de amálgama**: estudo da contaminação de ar, solos e poeira em domicílios de Poconé, MT. Rio de Janeiro: Centro de Tecnologia Mineral (Cetem); Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), 1996. (Série Tecnologia Ambiental, n.13).

SILVA, Armando Corrêa da. **O espaço fora do lugar**. São Paulo: Hucitec, 1978.

SILVA, Cidia Maria Lima da; OLIVEIRA, Reginaldo Gomes de. Vida garimpeira: garimpo de Roraima – década de 1980. In: VIEIRA, Jaci Guilherme (org.). **O rio Branco se enche de história**. Boa Vista: EdUFRR, 2008, p. 117-48.

SILVA, Gutemberg de Vilhena. Interações Espaciais Amapá (BR)-Guiana Francesa (FR): Uso Político do Território e Cooperação Transfronteiriça. In: PORTO, Jadson Luís Rebelo; NASCIMENTO, Durbens Martins (orgs.). **Interações Fronteiriças no Platô das Guianas**: novas construções, novas territorialidades. Macapá: Editora Publit, 2010. p. 73-103. (Série Percepções do Amapá, v. 6).

SILVA, Joseli Maria. A cidade dos corpos transgressores da heteronormatividade. **GeoUERJ**, ano 10, v. 1, n. 18, p. 1-17, 2008.

SILVA, Joseli Maria (org.). **Geografias subversivas**: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades. Ponta Grossa: Toda Palavra, 2009.

SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Márcio José; CHIMIN JUNIOR, Alides Baptista (orgs.). **Espaço, gênero e masculinidades plurais**. Ponta Grossa: Toda Palavra, 2011.

SILVA, Joseli Maria; SILVA, Augusto Cesar Pinheiro da (orgs.). **Espaço, gênero e poder**: conectando fronteiras. Ponta Grossa: Toda Palavra, 2011.

SILVA, Lúcia Isabel da Conceição; HAZEU, Marcel Theodoor. Resistência e migração: caminhos de construção de identidade por mulheres que viveram situação de tráfico. **Psicologia para América Latina**, n. 23, p. 5-27, dez. 2012.

SILVA, Sidney Antonio da. Bolivianos em São Paulo: entre o sonho e a realidade. **Estudos Avançados**, v. 20, n. 57, p. 157-170, 2006.

SIMÕES, Lisângela. **Estudo semântico e diacrônico do sufixo –dade na língua portuguesa**. Dissertação de mestrado (Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2009.

SIMPSON, Paul. ‘So, as you can see . . .’: some reflections on the utility of video methodologies in the study of embodied practices. **Area**, v. 43, n. 3, p. 343-352, 2011.

SMITH, David M. **Geography and social justice**: social justice in a changing world. Oxford: Blackwell Publishers, 1994.

SMITH, David M. Geography and ethics: a moral turn? **Progress in Human Geography**, v. 21, n. 4, p. 583-590, 1997.

SMITH, David M. Geography and moral philosophy: some common ground. **Ethics, Place and Environment**, v. 1, n. 1, p. 7-33, 1998.

SMITH, David M. **Moral Geographies: ethics in a world of difference**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2000.

SMITH, David M. Geographers, ethics and social concern. In: JOHNSTON, Ron; WILLIAMS, Michael (eds.). **A century of British Geography**. Oxford: Oxford University Press, 2003. p. 625-641.

SMITH, Susan J. et al. (eds.). **The SAGE Handbook of Social Geographies**. Thousand Oaks: SAGE, 2010.

SOARES, Ana Paulina Aguiar. **Travessia: análise de uma situação de passagem entre Oiapoque e Guiana Francesa**. Dissertação de Mestrado (Pós-graduação em Geografia Humana). São Paulo: Universidade de São Paulo, 1995.

SOARES, Maria Clara Couto. **Setor mineral e dívida externa**. Brasília: CNPq, Assessoria Editorial e Divulgação Científica, 1987. (Recursos minerais: estudos e documentação, n.6).

SOJA, Edward. **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

SOUSA, Nonato. Para polícia, Vivi encomendou crime e Cirilo disparou tiros contra empresário. **Folha de boa Vista**, 14 mai. 2011. Disponível em: <http://www.folhabv.com.br/Noticia_Imprensa.php?id=108744#>. Acesso em: jun. 2011.

SOUZA OLIVEIRA, Betiana de. **Dinâmicas sociais na fronteira entre o estado do Amapá e a Guiana Francesa: um estudo sobre Oiapoque, Vila Vitória do Oiapoque e Cayenne**. Dissertação de Mestrado (Mestrado Integrado em Desenvolvimento Regional). Macapá: Universidade Federal do Amapá, 2011.

SOUZA, Charles Benedito Gemaque. Conflitos e territorialidades étnicas no espaço urbano de Kourou – Guiana Francesa. **ACTA Geográfica**, v. 4, n. 8, p.125-142, jul./dez. 2010.

SOUZA, Laura Mello e. **Desclassificados do ouro: estudo sobre a pobreza mineira no século XVIII**. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

SPINK, Mary Jane; MEDRADO, Benedito. Produção de sentidos no cotidiano: uma abordagem teórico-metodológica para análise das práticas discursivas. In: SPINK, Mary Jane (org.). **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas**. São Paulo: Cortez, 2004. p. 41-61.

SPINK, Mary Jane; MENEGON, Vera Mincoff. A pesquisa como prática discursiva: superando os horrores metodológicos. In: SPINK, Mary Jane (org.). **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas**. São Paulo: Cortez, 2004. p. 63-92.

SPINNEY, Justin. Cycling the city: movement, meaning and method. **Geography Compass**, v. 3, n. 2, p. 817-835, 2009.

SPRADLEY, James. **Participant Observation**. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1980.

SPS. Stichting Planbureau Suriname; HARPRO. Afdeling Regionale Planning en Ruimtelijke Ordening. **Suriname Planatlas**. Washington: SPS, 1988.

STOREY, David. **Territories: the claiming of space**. 2nd. ed. New York: Routledge, 2012.

SUMÁRIO MINERAL. Brasília: DNPM, 1992-1996.

SURGOLD. Suriname Gold Company. **Scoping-rapport en taakomschrijving: milieu- en sociale effectenanalyse inzake het Surgold Merian Project in Suriname**. Prepared by Environmental Resources Management. Washington, 2011.

SURGOLD. Suriname Gold Company. **Merian Project - Final ESIA Report (Environmental and Social Impact Assessment)**. Prepared by Environmental Resources Management. Washington, 2013.

SURINAME. **Decree E-58 of May 8, 1986**. Containing general rules for exploration and exploitation of Minerals (Mining Decree). (mimeo).

SURINAME. **Grondwet van de Republiek Suriname (S.B. 1987 no.116)**, gelijk zij luidt na de daarin aangebrachte wijziging bij S.B. 1992 no.38, 1987. Disponível em: <http://www.gov.sr/media/160144/grondwet_suriname.pdf>. Acesso em: jun. 2012.

SURINAME. **Mining Journal Supplement**, v.327, n.8402, nov. 1996. Country supplement.

TAVARES, Maria Goretti da Costa. A formação territorial do espaço paraense: dos fortes à criação de municípios. **ACTA Geográfica**, v. 2, n. 3, p. 59-83, jan./jun. 2008.

TAYLOR, Peter J. The state as container: territoriality in the modern world-system. **Progress in Human Geography**, v. 18, n. 2, p. 151-162, 1994.

TAYLOR, Peter J. Beyond containers: internationality, interstateness, interterritoriality. **Progress in Human Geography**, v. 19, n. 1, p. 1-15, 1995.

TAYTELBAUM, Joshua. Wat is er gaande rond het goud in het Brokopondo-stuwmeer? **Suriname Stemt**, 21 jul. 2011. Disponível em: <<http://www.surinamestemt.com/archives/8878>>. Acesso em: jun. 2013.

TEYE, Joseph Kofi. Benefits, challenges, and dynamism of positionalities associated with mixed methods research in developing countries: evidence from Ghana. **Journal of Mixed Methods Research**, v. 6, n. 4, p. 379-391, 2012.

THEIJE, Marjo de e HEEMSKERK, Marieke. Moving frontiers in the Amazon: Brazilian small-scale gold miners in Suriname. **European Review of Latin America and Caribbean Studies**, n. 87, p. 5-25, out. 2009.

THEIJE, Marjo de e HEEMSKERK, Marieke. Groot en klein goud in Suriname: de informalisering en ordening van de goudwinning. **Justitiële verkenningen**, jrg. 37, nr. 3, 2011. p. 45-58.

THEIJE, Marjo de. Migrantes brasileiros e a construção de religião popular em Paramaribo, Suriname. **Numen: revista de estudos e pesquisa da religião**, Juiz de Fora, v. 8, n. 2, p. 105-123, 2005.

THEIJE, Marjo de. Transnationalism in Surinam: Brazilian migrants in Paramaribo. In: GOWRICHARN, Ruben (ed.). **Caribbean transnationalism: migration, socialization, and social cohesion**. Lanham: Lexington Books, 2006. p. 117-135.

THEIJE, Marjo de. De Brazilianen stelen al ons goud! Braziliaanse migranten in stad en binnenland. **OSO, Tijdschrift voor Surinamistiek en het Caraïbisch Gebied**, jrg. 26, n. 1, p. 81-99, apr. 2007a.

THEIJE, Marjo de. Insegurança próspera: as vidas dos migrantes brasileiros no Suriname. **Revista Antropológicas**, v. 18, n. 1, p. 71-93, 2007b.

THEIJE, Marjo de. Ouro e deus: sobre a relação entre prosperidade, moralidade e religião nos campos de ouro do Suriname. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 1, p. 69-83, jun. 2008.

THEIJE, Marjo de. Insulamento pesa contra brasileiros. **Folha de São Paulo**, Mundo, p. 9, 3 jan. 2010.

THEIJE, Marjo de; BAL, Ellen. Flexible migrants: Brazilian gold miners and their quest for human security in Surinam. In: ERIKSEN, Thomas Hylland; BAL, Ellen; SALEMINK, Oscar (eds.). **A world of insecurity: anthropological perspectives on human security**. New York: Pluto Press, 2010. p. 66-85.

THOMSON, Alistair. Aos cinquenta anos: uma perspectiva internacional da história oral. In: FERREIRA, Maneta de Moraes; FERNANDES, Tania Maria; ALBERTI, Verena (orgs.). **História oral: desafios para o século XXI**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2000. p.47-65.

THRIFT, Nigel. **Spatial formations**. London: SAGE, 1996.

THRIFT, Nigel. Entanglements of power: shadows? In: SHARP, Joanne P. et al. (eds.). **Entanglements of power: geographies of domination/resistance**. London, New York: Routledge, 2000. p. 269-278.

THRIFT, Nigel. **Non-representational theory: space / politics / affect**. New York: Routledge, 2008.

TOLEDO, Carlos de Almeida. **A região das Lavras Baianas**. Tese (Doutorado em Geografia Humana). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008.

TOMLINSON, John. **The culture of speed: the coming of immediacy**. Los Angeles: SAGE, 2007.

TS, Times of Suriname. Evaluatie 'clean sweep'-operaties in februari. **Times of Suriname**, Binnenland, 27 jan. 2009a. Disponível em: <<http://www.surinametimes.com/smartcms/>>. Acesso em out. 2009.

TS, Times of Suriname. Jiwan Sital wil algeheel verbod individuele goudwinning binnenland. **Times of Suriname**, Binnenland, 28 aug. 2009b. Disponível em: <<http://www.surinametimes.com/smartcms/>>. Acesso em mai. 2011.

TS, Times of Suriname. Aantal aanhoudingen rellen Papatam nu ruim 50: Moordverdachte vermoedelijk gesignaleerd. **Times of Suriname**, Binnenland, 31 dec. 2009c. Disponível em: <<http://www.surinametimes.com/smartcms/>>. Acesso em fev. 2012.

TS, Times of Suriname. Gros Brazilianen niet van plan Suriname te verlaten. **Times of Suriname**, Binnenland, 04 jan. 2010. Disponível em: <<http://www.surinametimes.com/smartcms/>>. Acesso em jun. 2010.

TUAN, Yi-Fu. **Space and place: the perspective of experience**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1977.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. Tradução de Livia de Oliveira. São Paulo: Difel, 1980.

TUAN, Yi-Fu. **The good life**. Madison: The University of Wisconsin Press, 1986.

TUAN, Yi-Fu. **Morality and imagination**. Madison: The University of Wisconsin Press, 1989.

TYLDUM, Guri; BRUNOVSKIS, Anette. Describing the unobserved: methodological challenges in empirical studies on human trafficking. **International Migration**, v. 43, n. 1/2, p. 17-34, 2005.

UM COMBATE no fim do Brasil: num pedaço esquecido do país, cresce a tensão entre o Exército brasileiro e guerrilheiros colombianos. **Veja**, São Paulo, ed. 1173, ano 24, n. 11, mar. 1991.

UNDP. United Nations Development Programme. **Amazonia without myths**. Washington: United Nations Development Programme, Inter-American Development Bank, Amazon Cooperation Treaty, 1992.

UNGER, Brigitte; SIEGEL, Melissa. **The Netherlands-Suriname Corridor for Workers' Remittances**. Utrecht: World Bank and the Dutch Ministry of Finance, 2006.

UNSD, United Nations Statistics Division. **World Statistics Pocketbook**. Disponível em: <<http://data.un.org/CountryProfile.aspx?crname=Suriname>>. Acesso em: mar. 2013.

URRY, John. **Mobilities**. Cambridge: Polity Press, 2007.

URT, João Nackle. **Construção de confiança na América do Sul: a política externa do governo Figueiredo (1979-1985)**. Dissertação de Mestrado (Pós-graduação em Relações Internacionais). Brasília: Universidade de Brasília, 2009.

USGS. United States Geological Survey. **Minerals Yearbook: Area Reports: International 2010 Latin America and Canada**, Volume 3. Washington: USGS, 2012.

VALE, Eduardo; HERRMANN, Hildebrando. Economia mineral do ouro no Brasil. In: TRINDADE, Roberto de Barros Emery; BARBOSA FILHO, Olavo (orgs.). **Extração de Ouro – Princípios, Tecnologia e Meio Ambiente**. Rio de Janeiro: Centro de Tecnologia Mineral (Cetem), 2002. p. 297-312.

VALENTINE, Gill. Hetero-sexing space: lesbian perceptions and experiences of everyday spaces. **Environment and Planning D: Society and Space**, v. 9, n. 3, p. 395-413, 1993.

VALENTINE, Gill. Tell me about...: using interviews as a research methodology. In: FLOWERDEW, Robin; MARTIN, David (eds.). **Methods in Human Geography: a guide for students doing a research project**. 2nd. ed. Boston: Pearson Prentice Hall, 2005. p. 110-127.

VAN LIER, Rudolf Asueer Jacob. **Sociedade de fronteira: uma análise social da história do Suriname**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão (Funag); Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais (IPRI), 2005.

VANIER, Martin. **Le pouvoir des territoires**: essai sur l'interterritorialité. Paris: Economica, 2008.

VANNINI, Phillip. Constellations of (in-)convenience: disentangling the assemblages of Canada's west coast island mobilities. **Social & Cultural Geography**, v. 12, n. 5, p. 471-492, 2011.

VANNINI, Phillip. In time, out of time Rhythmanalyzing ferry mobilities. **Time & Society**, v. 21, n. 2, p. 241-269, 2012.

VEIGA, Marcello M. **Artisanal Gold Mining Activities in Suriname**. Vancouver: United Nations Industrial Development Organization (Unido), 1997.

VEIGA, Marcello M. et al. **Poconé**: um campo de estudos do impacto ambiental do garimpo. Rio de Janeiro: Centro de Tecnologia Mineral (Cetem); Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), 1991. (Série Tecnologia Ambiental, n.1).

VEIGA, Marcello Mariz da; SILVA, Alberto Rogério B.; HINTON, Jennifer J. O garimpo de ouro na Amazônia: aspectos tecnológicos, ambientais e sociais. In: TRINDADE, Roberto de Barros Emery; BARBOSA FILHO, Olavo (orgs.). **Extração de Ouro – Princípios, Tecnologia e Meio Ambiente**. Rio de Janeiro: Centro de Tecnologia Mineral (Cetem), 2002. p. 267-295.

VEJA. São Paulo: Editora Abril, ed. 1124, ano 23, n. 13, abr. 1990.

VENESS, April R. Home and homelessness in the United States: changing ideals and realities. **Environment and Planning D: Society and Space**, v. 10, n. 4, p. 445-468, 1992.

VIANNA, Heraldo Marelim. **Pesquisa em educação: a observação**. Brasília: Plano Editora, 2003.

VIEIRA, Marcelo Milano Falcão; VIEIRA, Euripedes Falcão. Geoestratégia dos espaços econômicos: poder local, poder global e gestão do território. In: VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais – “A questão social no novo milênio”. **ANAIS...**, Coimbra, 16-18 de setembro de 2004. p. 1-18.

VILLAS-BÔAS, Ana Lucia. **Mineração e desenvolvimento econômico**: o projeto nacional no contexto da globalização (1964-1994). Volume II. Rio de Janeiro: Centro de Tecnologia Mineral (Cetem); Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), 1995. (Série Estudos e Documentos, n.29).

VLETTER, D. R. de. The Geological and Mining Service (GMD) of Suriname. In: WONG, Th. E.; VLETTER, D. R. de; KROOK, L.; ZONNEVELD, J. I. S.; LOON, A. J. Van (eds.). **The history of earth sciences in Suriname**. Amsterdam: Royal Netherlands Academy of Arts and Science, 1998. p. 397-416.

VLETTER, D. R. de; HAKSTEGE, A. L. The search for gold in Suriname. In: WONG, Th. E.; VLETTER, D. R. de; KROOK, L.; ZONNEVELD, J. I. S.; LOON, A. J. Van (eds.). **The history of earth sciences in Suriname**. Amsterdam: Royal Netherlands Academy of Arts and Science, 1998. p. 311-349.

VOICU, Gabriel. **Rosebel Mine, Suriname (Technical Report)**. Suriname: Iamgold Corporation, 2010.

- VRIES, Ellen de. **Suriname na de binnenlandse oorlog**. Amsterdam: KIT Publishers, 2005.
- WARF, Barney. **Time-space compression: historical geographies**. New York: Routledge, 2008.
- WEISMAN, Leslie Kanes. Women's environmental rights: a manifesto. **Heresies** #11, v. 13, n. 13, p. 6-8, 1981.
- WHATMORE, Sarah. **Hybrid Geographies**. London: SAGE, 2002.
- WHYTE, William Foote. **Sociedade de esquina: a estrutura social de uma area urbana pobre e degradada**. Tradução de Maria Lúcia de Oliveira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.
- WOLF, Eric R. Trabalho de campo e teoria. In: FELDMAN-BIANCO, Bela; RIBEIRO, Gustavo Lins (orgs.). **Antropologia e poder: contribuições de Eric R. Wolf**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2003. p. 345-360.
- WRIGHT, Robin M. As guerras do ouro no Alto Rio Negro. In: CEDI. Centro Ecumênico de Documentação e Informação. **Povos indígenas no Brasil – 85/86**. São Paulo: CEDI, 1986. p. 85-98. (Aconteceu Especial, n.17).
- WRIGHT, Robin M. *Historia indígena e do indigenismo no Alto Rio Negro*. Campinas: Mercado de Letras, 2005.
- WWF, World Wildlife Fund. **Photo impression of status Brownsberg Nature Park**. February 2012.
- XAVIER, Mateus Fernandez. **Consulado Itinerante a Benzdorp – Suriname**. Paramaribo: Divisão das Comunidades Brasileiras no Exterior – DBR; Embaixada do Brasil em Paramaribo, 2012. 12 p.
- ZAMITH, Maria Regina Macchione de Arruda. **A indústria para-petroleira nacional e o seu papel na competitividade do “diamante petroleiro” brasileiro**. Dissertação (Mestrado em Energia). São Paulo: Universidade de São Paulo, 1999.
- ZANDGROND, F. Operatie Clean Sweep nachtmerrie van Benzdorp. **De Ware Tijd**, Binnenland, 27 aug. 2008a. Disponível em: <<http://www.dwtonline.com/>>. Acesso em: set. 2011.
- ZANDGROND, Fenny. Fraudeonderzoek naar overeenkomsten Grassalco. **De Ware Tijd**, Binnenland, 28 aug. 2008b. Disponível em: <<http://www.dwtonline.com/>>. Acesso em: set. 2008.
- ZANDGROND, Fenny. Vergunning voor Braziliaanse ondernemers te Benzdorp. **De Ware Tijd**, Binnenland, 01 sept. 2008c. Disponível em: <<http://www.dwtonline.com/>>. Acesso em: mar. 2010.
- ZANDGROND, Fenny. Clean Sweep financieel succes. **De Ware Tijd**, Binnenland, 13 sept. 2008d. Disponível em: <<http://www.dwtonline.com/>>. Acesso em: jan. 2011.
- ZANDGROND, Fenny. Clean Sweep III in Matawai. **De Ware Tijd**, Binnenland, 22 sept. 2008e. Disponível em: <<http://www.dwtonline.com/>>. Acesso em: jul. 2010.

ZANDGROND, Fenny. Brazilie wil stopzetting razzia's op Brazilianen. **De Ware Tijd**, Binnenland, 26 sept. 2008f. Disponível em: < <http://www.dwtonline.com/>>. Acesso em: set. 2008.

ZANDGROND, Fenny. Manlobi wil af van Brazilianen. **De Ware Tijd**, Binnenland, 16 juni 2009. Disponível em: < <http://www.dwtonline.com/>>. Acesso em: jan. 2011.

ZANTINGH, Peter. Amnestiewet Suriname aangenomen - Bouterse niet verder vervolgd. **NRC.nl**, 5 apr. 2012. Disponível em <<http://www.nrc.nl/nieuws/2012/04/05/amnestiewet-suriname-aangenomen/>>. Acesso em jun. 2012.

Glossário

APOITAR: ancorar uma draga ou balsa no rio.

ARROTO: refugio da caixa concentradora acoplada às dragas e balsas.

AZOUGADO: ouro que não foi queimado adequadamente e ainda contém mercúrio (alguns garimpeiros tentam vender o ouro “azougado” para aumentar o peso e conseguir uma venda mais lucrativa).

AZOUGUE: mercúrio.

BAGERÊ: camada acima do cascalho, onde fica o ouro.

BAIXÃO: local onde os trabalhadores estabelecem o acampamento para habitar e executar suas atividades de extração do ouro, geralmente em áreas próximas às margens de igarapés.

BALSA: embarcação que atua como unidade produtiva no leito dos rios, utilizando o trabalho do *mergulhador*.

BAMBURRADO: garimpeiro que está portando muito ouro ou que encontrou uma grande quantidade de ouro (“aquele garimpeiro está *bamburrado*”).

BAMBURRO, BAMBURRAR: enriquecimento súbito por meio da descoberta de grande quantidade de ouro.

BARRANCO: local situado dentro dos limites do *baixão*, onde ocorre o *desmonte hidráulico* nos terraços fluviais e o beneficiamento do ouro. Em sua maioria tem forma retangular e varia de tamanho, apesar de o mais usual ter dimensão de 30x30 metros.

BATEIA: bacia em formato afunilado (de madeira ou metal) utilizada para separação gravimétrica do ouro. Em consequência da mecanização dos garimpos, atualmente é muito utilizada durante a *pesquisa* do ouro.

BICO-JATO: mangueira acoplada a um motor (geralmente de 4” ou 6”) utilizada para o *desmonte hidráulico* em terraços fluviais e, também, em outros depósitos de aluvião.

BICO-JATEIRO: operador de *bico-jato*.

BIQUEIRO: o mesmo que *bico-jateiro*.

BLEFADO: essa expressão tem duplo sentido: i) garimpeiro sem dinheiro/ouro; ii) quando o garimpeiro fracassa na garimpagem e a *despesa* não foi satisfatória.

BLEFE, BLEFO: quando um serviço de garimpagem fracassa e o valor da *despesa* não cobre as despesas e o investimento realizado.

BOCA DO SERVIÇO: local onde está sendo iniciado o serviço visando alcançar o ouro.

BOROCA: bolsa ou mochila artesanal usada pelos garimpeiros.

BRABO: garimpeiro iniciante.

CABARÉ: bares situados nas *corrutelas* que possuem cabines (quartos) e garotas de programa para oferta de serviços sexuais comerciais. Em sua maioria, são os locais que concentram o maior número de garimpeiros nas *corrutelas* durante o período noturno e, principalmente, nos finais de semana.

CADINHO: equipamento usado para recuperar o mercúrio, podendo assim reaproveitar o material ao invés de ser descartado na natureza.

CAIXA (CONCENTRADORA): feita de madeira com forro de estopa, para o ouro, por ser mais pesado, ficar no fundo preso à estopa.

CANTINA: comércio instalado na *corrutela*, que vende todo tipo de produto (comida, bebida, material de garimpo, remédios, entre outros).

CAROTE: tambor ou reservatório plástico, normalmente de 200 litros, para água ou combustível.

CASCALHO: possui dois sentidos: i) o mesmo que seixo; ii) depósito aluvial que contém ouro (horizonte mineralizado).

CATARINO: catador de grandes pedras, galhos ou troncos, com o intuito de impedir que cheguem à *maraca* e atrapalhem o andamento do serviço.

CAVOCADOR: garimpeiro que utiliza picareta para auxiliar o *bico-jateiro* durante o *desmonte hidráulico* do *barranco*.

CHUPADEIRA: nome dado à mangueira de sucção.

COBRA FUMANDO: em referência à *caixa concentradora*, quando o garimpo está em pleno funcionamento, costuma-se dizer que a “cobra está fumando”

CORRUTELA: local onde ficam concentradas as atividades comerciais, bem como o centro de convívio e lazer dos garimpeiros que estão acampados nas áreas de garimpagem. Esse centro, em sua maioria, é constituído por uma rua aberta em meio à floresta, com alguns acampamentos improvisados que atuam como mercados, centrais de rádio, boates e bares.

CORUJÃO: local para compra de ouro que fica aberto por 24 horas.

COZINHEIRA: profissional responsável pela preparação das refeições da equipe de garimpeiros (atividade realizada, em sua maioria, por mulheres).

CURIMÃ: cascalho que passa pela *caixa concentradora*.

DAMA: espaço deixado entre um *barranco* e outro.

DEBREAR: desmatar e preparar a área para o início do processo de *desmonte hidráulico*.

DESMONTE HIDRÁULICO: técnica de garimpagem, realizada próximo de igarapés, que utiliza *bico-jato* para a retirada do ouro.

DESPEDRADOR: caixa de ferro que ajuda a separar o cascalho, agilizando a atividade de extração do ouro.

DESPESCA: momento em que o ouro é retirado da *caixa*, quando, posteriormente, é realizado o cálculo (apuração) e o pagamento dos garimpeiros.

DIÁRIA: sistema de trabalho cujo pagamento é realizado diariamente.

DIARISTA: garimpeiro que trabalha sob sistema de *diária*.

DONO DA FOFOCA: garimpeiro que descobriu uma área de extração aurífera promissora, sendo o pioneiro na exploração e, em sua maioria, tornando-se o “dono” da área onde está ocorrendo a fofoca (até o momento em que aparece o proprietário para reivindicar o direito de sua propriedade).

DONO DE PAR DE MÁQUINAS: proprietário do equipamento necessário para o desenvolvimento da garimpagem, geralmente dois motores (de 4” ou 6”) – um para gerar a pressão na água para o *bico-jato* e o outro para a *chupadeira* que conduzirá o material para a *caixa*.

DONO DO GARIMPO: “proprietário” da área onde está ocorrendo o garimpo.

DRAGA (ESCARIANTE): embarcação que atua como unidade produtiva no leito dos rios e dispensa o trabalho do *mergulhador*.

DRAGUEIRO: operador de *draga*.

ESTOURAR O GARIMPO: quando a *fofoca* atinge enorme repercussão, ampliando o número de *donos de par de máquinas, baixões* e, conseqüentemente, movimentando as atividades na *corrutela*.

FILÃO: termo da geologia (amplamente utilizado pelos garimpeiros) que diz respeito à massa mineral, geralmente de grande valor econômico, que preenche as fissuras/fendas de uma rocha encaixante.

FILÃOZEIRO: garimpeiros que trabalham em garimpos de filão.

FOFOCA (DO OURO): expressão comum entre os garimpeiros e demais envolvidos nessa atividade, que diz respeito à disseminação de informações, através do “boca a boca”, sobre

novas áreas de garimpo com grande potencial de extração, atraindo inúmeras pessoas em busca do ouro.

FUSCÃO PRETO: local onde a cozinheira dorme. O nome faz referência à cor da lona utilizada para improvisar paredes, com o intuito de dar mais privacidade à trabalhadora.

FUTUROSO: garimpo com expectativa de *bamburrar* ou encontrar um *filão*.

GARIMPO DE FILÃO: garimpo realizado através da abertura de galerias subterrâneas (denominadas pelos garimpeiros de mina, shaft, poço ou buraco de filão), onde se extrai o minério incrustado na rocha (*filão*). Uma mina desse tipo de garimpo chega a possuir mais de 100 metros de extensão e, aproximadamente, 25 metros de profundidade.

GERENTE DO GARIMPO: garimpeiro responsável pelo trabalho na ausência do *dono de par de máquinas*.

GRIA: o mesmo que *despedrador*.

GRUPIARA: depósito sedimentar aurífero (e/ou diamantífero) situado em baixadas ou no leito maior dos rios.

INFERNINHO: o mesmo que *cabaré*.

JATEIRO: o mesmo que *bico-jateiro*.

LAGRESE: argila de diversas cores.

LAGRESIA: o mesmo que *lagrese*.

LAVAR A TERRA: processo em que o *bico-jateiro* desmonta o *barranco* em direção à *chupadeira*.

LAVAR O OURO: lavar os tapetes de retenção de materiais pesados que ficam na *caixa concentradora*.

MACEGAR: roubar.

MANDADA: turno de serviço do garimpeiro, normalmente de doze horas.

MANDAR AGUAR: ligar os motores acoplados ao *bico-jato* para realizar o *desmonte hidráulico*.

MANSO BRABO: garimpeiro muito experiente, que desempenha sua atividade com destreza e agilidade para acabar o serviço antes do tempo previsto e descansar.

MANSO: garimpeiro experiente.

MARACA: entrada (“boca”) da *chupadeira*.

MARAQUEAR: quando o *maraqueiro* mantém a *maraca* no material mineralizado.

MARAQUEIRO: responsável pelo bom funcionamento da *chupadeira*, não deixando que entrem grandes pedaços de troncos ou rochas na *maraca*.

MARRETEIRO(A): comerciantes ambulantes, em sua maioria mulheres, que trabalham vendendo mercadorias (principalmente roupas, revistas e eletrônicos) nos garimpos.

MELEXETE: local onde fica depositada a lama após passar pela *caixa*.

MELOSINHO: mecânico e responsável pela lubrificação e manutenção das máquinas.

MERGULHADOR: profissional que trabalha na balsa, submerso por horas, respirando através de um compressor de ar, levando a *maraca* até o leito do rio (para a *chupadeira* conduzir o material para a *caixa*).

NOIADO: tem duplo sentido: i) para referir-se a um trabalho que não está rendendo (p.e., “esse trabalho está noiado”); e ii) trabalhador preguiçoso (“esse garimpeiro é um noiado”).

ONÇA: “adaptação” do termo *troy ounce* (que é a unidade de medida inglesa de massa – para metais preciosos e gemas; um *troy ounce* equivale a 31,1034768 gramas).

OPERADOR: faz referência tanto ao operador de *draga* quanto ao operador de *ret*.

OURO AZUL: sistema de pagamento no qual o ouro obtido pelo garimpeiro é anotado em um caderno pelo *gerente do garimpo*, para que, após um determinado período, o trabalhador receba a quantidade acumulada.

PADRÃO OURO: refere-se a locais onde o ouro é a moeda corrente, geralmente praticado nas *corrutelas*.

PEÃO RODADO: garimpeiro que já trabalhou em vários frentes de garimpagem em diferentes países.

PEÃO: nome atribuído, geralmente, aos garimpeiros que não trabalham em dragas, balsas e retroescavadeiras, ou seja, àqueles que atuam diretamente no barranco como *maraqueiro*, *bico-jateiro* e *catarino*.

PENUET: adaptação do termo *pennyweights* (20 *pennyweights* equivalem a um *troy ounce*).

PESQUISA: prospecção inicial realizada pelos garimpeiros (acompanhados do *gerente do garimpo*), geralmente realizada com *bateia* e *piu-piu*, para verificar o potencial de uma possível área de extração.

PISTA: pista improvisada de pouso e decolagem aberta no meio da mata, geralmente construída pelos próprio próprios garimpeiros.

PITBOI: garimpeiro jovem, entre 18 e 21 anos.

PLOC: expressão utilizada entre os garimpeiros para se referirem a uma garota de programa (“ela é ploc”) ou a uma atividade sexual comercial (“fazer ploc”).

PRACINHA: uma frequência/estação de rádio (646400), amplamente conhecida entre os garimpeiros, por meio da qual as pessoas conversam, namoram, marcam encontros ou combinam programas sexuais.

PRANCHETA: pequenos poços abertos de, aproximadamente, 1,00m x 1,00m, para sondagem e apuração da quantidade de ouro.

QUATINHA: motor de 4”.

RAIZEIRO: o mesmo que *catarino*.

RALEIRO: garimpeiro responsável pela limpeza do *ralo* e que também cuida da inclinação da *caixa*, visando aumentar o aproveitamento da *passagem do ouro*.

RANCHO: o mesmo que *cantina* e *shop*.

RECO: garimpagem no *melexete* em busca do ouro que não ficou preso à *caixa*.

REQUEIRO: garimpeiro que “vive de *reco*”, cujos ganhos são muito reduzidos.

RET: retroescavadeira.

RODADO: ficar desempregado, sem trabalho.

SHOP: o mesmo que *cantina* e *rancho*.

SOCIEDADE: sistema de relação de trabalho estabelecido a partir de acordo verbal, entre garimpeiros e empresário do garimpo, visando realizar uma atividade extrativa em parceria.

TILIM: caminho criado pelos *bico-jateiros* para levar o cascalho aurífero até a *maraca*.

VAGA: oportunidade de trabalho dentro de uma equipe.

VARAÇÃO: expressão garimpeira para dizer que uma pessoa caminhou (ou viajou) por várias horas (ou dias) na mata até chegar a uma área de garimpo.

VARADOR: caminho clandestino pela floresta, por onde os garimpeiros realizam a varação.

VARADOURO: o mesmo que *varador*.

VEIO: intrusão onde se encontra grande quantidade de minerais de valor econômico.

VENDA: o mesmo que *shop*.